MEDIEVALISTA

JANEIRO - JUNHO 2025 - N.º 37

ISSN 1646-740X

IEM
INSTITUTO DE ESTUDOS MEDIEVAIS
NOVA FCSH | FCT

MEDIEVALISTA

N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

Editores Convidados | Guest Editors
Maria Amélia Álvaro de Campos – Centro de História da Sociedade e da Cultura/FLUC
Ana Isabel Ribeiro – FLUC / DHEEAA

Director | Chief Editor
Luís Filipe Oliveira – UAlg e IEM / NOVA FCSH

Subdirector | Co-Editor in Chief
João Luís Inglês Fontes – IEM / NOVA FCSH e CEHR-UCP

Redacção | Associate Editors
Adelaide Millán da Costa – UAb e IEM / NOVA FCSH
Inês Calderon Medina – Estudios Medievales, Instituto de Historia. CCHS
Isabel Cristina Fernandes – IEM / NOVA FCSH e GEsOS / C. M. Palmela
Isabel Barros Dias – UAb, IELT | IEM / NOVA FCSH
Javier Albarrán – Universidad de Granada, Facultad de Filosofía y Letras
Manuel Luís Real – CITCEM | IEM / NOVA FCSH
Maria Filomena Coelho – UNB - HIS
Pedro Chambel – IEM / NOVA FCSH
Pedro Flor - UaB e IHA / NOVA FCSH
Rémy Cordonnier – Bibliothèque d'agglomération de Saint-Omer
Robert Portass – University of Lincoln, Medieval Studies Research Goup

Consultora técnica / Technical advisor
Maria Coutinho – CITAR-EA / UCP Porto
Paula Ochôa – CHAM / NOVA FCSH

Assistente Editorial | Editorial Assistant
Beatriz Gil – IEM / NOVA FCSH

Publicação | Publisher
IEM / NOVA FCSH - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Concepção gráfica e paginação / Graphic design and layout
Beatriz Gil – IEM / NOVA FCSH

A propriedade intelectual dos conteúdos pertence aos respectivos autores e os direitos de edição e publicação à *Medievalista*.
Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade científica e ética dos seus autores, bem como os critérios ortográficos adoptados.
Avaliação por *double blind peer review*.
The intellectual property of the journal's contents belongs to the authors and the editing and publishing rights belongs to the *Medievalista*. The contents of the articles are those of the scientific and ethical responsibility of their authors, as well as the spelling criteria adopted.
Evaluation by double blind peer review.

Esta revista é financiada por fundos nacionais através dos Financiamentos Base, com a referência UIDB/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00749/2020) e Programático, com a referência UIDP/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDP/00749/2020), do Instituto de Estudos Medievais.
This journal is funded by national funds: Base funding, with reference UIDB/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00749/2020), and Programmatic funding, UIDP/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDP/00749/2020), from the Institute for Medieval Studies.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

ÍNDICE

Contents

Editorial | ***Editorial***

Memória e Comemoração
Memory and Commemoration
Luís Filipe Oliveira, João Luís Fontes 7

DESTAQUE | ***HIGHLIGHT***

***In Memoriam* Christophe Picard e a História do Islão Medieval do Ocidente**
In Memoriam *Christophe Picard and History of Western Medieval Islam*
Isabel Cristina Ferreira Fernandes e Fernando Branco Correia 15

NÚMERO TEMÁTICO | ***THEMATIC NUMBER***

"What survives after death? Parish Communities and Death Commemoration Strategies in the Medieval City – *In memoriam* Clive Burgess"
"O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval* – In memoriam *Clive Burgess"

The cult of the dead in Medieval Europe: revisiting a historiographical theme in times of crisis
O culto aos mortos na Europa Medieval: revisitando um tema historiográfico em tempos de crise
Maria Amélia Álvaro de Campos e Ana Isabel Sampaio Ribeiro 25

A crise dos vivos: uma crise na comemoração dos mortos? A propósito do "Livro das Capelas" da catedral de Coimbra (século XIV)
The crisis of the living: a crisis in the commemoration of the dead? On the* Livro das Capelas *('Book of Chapels') from Coimbra Cathedral (fourteenth century)
Maria Helena da Cruz Coelho 41

Enterramientos aristocráticos y redes eclesiásticas en Navarra. Una breve comparativa (siglo XIV-XV)
Aristocratic burials and ecclesiastical networks in Navarra. A brief comparison (14th and 15th centuries)
Fermín Miranda García 69

The liber sepulturarum of the collegiate church of Saint- Paul of Lyon: topography and sociology
O liber sepulturarum da igreja colegiada de Lyon: topografia e sociologia
Hervé Chopin 109

A comemoração dos mortos em tempos medievais: uma abordagem exploratória com base no caso da Sé de Coimbra
The commemoration of the dead in medieval times: an exploratory approach based on the case of Coimbra Cathedral
Maria do Rosário Barbosa Morujão 139

Clergyman as a Subject and Object of Death Commemoration in Late Medieval Prussian Town. Case studies from Thorn (Toruń) at the turn of the 15th and 16th Century
O clérigo como sujeito e objeto de comemoração da morte na cidade prussiana na Baixa Idade Média. Estudos de caso de Thorn (Toruń) na viragem dos séculos XV e XVI
Marcin Sumowski 167

Les paroissiens de Saint-Pierre du Queyroix de Limoges et la communauté des prêtres : des liens jusque dans la mort au XIVe siècle
The parishioners of Saint-Pierre du Queyroix in Limoges and the community of priests: links even in death in the 14th century
Anne Massoni 203

The Role of the Beguine Movement in the Commemoration of the Dead in Douai, Thirteenth and Fourteenth Centuries
O papel do movimento beguino na comemoração dos mortos em Douai, séculos XIII e XIV
Mary Anne Gonzales 229

A morte e a memória no Mosteiro de Lorvão
Death and memory at the Monastery of Lorvão
Luís Miguel Rêpas e Catarina Fernandes Barreira 265

OUTROS ARTIGOS | ***OTHER ARTICLES***

O Livro 4 de Afonso III: um livro de inquirições?
Book 4 of Afonso III: a book of inquiries?
Diana Fontão 303

Expressões retóricas do amor no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. Tropos e figuras
Rhetorical expressions of love in Garcia de Resende's* general songbook. *Tropes and figures
Geraldo Augusto Fernandes 323

RECENSÕES | ***BOOK REVIEWS***

VAN DER MEEREN, Sophie – *Entrer en philosophie. La fonction psychologique des premiers "Dialogues" d'Augustin*. Série Antiquité, 212. Turnhout: Brepols, 2023, 504 pp.
João Victor de Souza Silva 367

AFONSO, Carlos Filipe – *A guerra cristã na formação de Portugal (1128-1249)*. Lisboa: Edições Colibri – Comissão Portuguesa de História Militar, 2022, 622 pp.
David Porrinas González 375

OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *O Amor em Portugal na Idade Média*. 1ª edição. Lisboa: Manuscrito Editora, 2020.
Cátia Teixeira 387

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO | ***RESEARCH NOTES***

Armenian Illuminated Manuscripts in the Collection of the Gulbenkian Museum: Notes on Interdisciplinary Research Project
Manuscritos Iluminados Arménios na Coleção do Museu Gulbenkian: Notas sobre Projeto de Investigação Interdisciplinar
Hermine Grigoryan 397

***DOMINA*: poder en femenino (Reino de León, siglos XI-XII)**
DOMINA*: Feminine Power (Kingdom of León, 11th-12th centuries)*
Luísa Tollendal Prudente 415

The influence of medieval romance in the episodes of Hippocrates' daughter and the fairy of the Sparrowhawk Castle from *The Book of John Mandeville*
***A influência do romance medieval nos episódios da filha de Hipócrates e da fada do Castelo de Sparrowhawk do* Livro de John Mandeville**
Rita Cipriano 431

O arquivo e a casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira: uma abordagem em arquivística histórica
The archive and the house of the viscounts of Vila Nova de Cerveira: a historical archivistics approach
Filipa Lopes 439

Da mesquita à catedral, percurso por um lugar central em Lisboa
From the mosque to the cathedral, route through a central place in Lisbon
Jacinta Bugalhão 459

I Medieval Hunting Meeting, sobre o tema "human-*canis* relations": Perspectivas de estudo sobre história ambiental medieval a partir da cinegética
1st Medieval Hunting Meeting, on "Human-Canis Relations": Research Prospects on Medieval Environmental History
Tiago Viúla de Faria; Afonso Soares de Sousa; Diana Martins 493

A Idade Média e o romance académico inglês: relendo *Lucky Jim* (1954), de Kingsley Amis (1922-1995)
The Middle Ages and the English academic novel: re-reading Lucky Jim (1954), by Kingsley Amis (1922-1995)
Miguel Alarcão 503

XIV Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval - FRONTEIRA - Almeifa (Guarda) - Portugal, 4-6 de setembro de 2024
XIV Colloquium of the Portuguese Section from the Medieval Literature Hispanic Association - FRONTEIRA - Almeida (Guarda) - Portuhal, 4-6 September, 2024
Helena S. Moniz; Ana Cristina Fonseca; Iolanda Aldrei 515

Dias da Idade Média (Castelo de São Jorge, Lisboa, 27-29 de setembro 2024)
Days of the Middle Ages (St. George's Castle, Lisbon, 27th-29th of September 2024)
Paulo M. Dias 527

***Como a água que corre.* Em torno da obra de Luís Krus.**
As the water flows. *On the work of Luís Krus*
João Luís Fontes; Luís Filipe Oliveira 535

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

Editorial – Memória e Comemoração

Editorial – Memory and Commemoration

Faz parte da condição humana a consciência do paradoxo fundamental da vida, marcada pela fragilidade e pela finitude, mas também por uma força imparável de renovação e de superação, de desejo de ultrapassar a voragem do tempo e evitar o esquecimento. Recordar, fazer memória, celebrar e ter memória em conjunto, foram, desde sempre, formas não apenas de resgatar as vozes e os feitos do passado, mas também de os fazer actuais, tornando-os de novo significativos, eficazes. Por isso os documentos fizeram-se monumentos, determinados sítios tornaram-se lugares de memória, as datas, os sítios e os eventos foram rememorados por gestos e ritos socialmente significativos, capazes de os tornarem actuais, em toda a sua força simbólica. O modo como se recorda, e, sobretudo, como as sociedades recordam, combina a capacidade de guardar e transmitir a memória, de a evocar e comemorar, ou de a fixar em ritos, lugares ou narrativas.

Servem estas considerações de introdução ao presente número da *Medievalista*, que reúne um dossier temático sobre a comemoração dos mortos no mundo medieval. Incide este no espaço urbano e nas instituições, eclesiásticas no caso, que nele garantiam essa função comemorativa e de mediação, no sufrágio pelos defuntos e na perpetuação da sua memória. Sob a coordenação de Maria Amélia Álvaro de Campos e Ana Isabel Sampaio Ribeiro, os textos aí reunidos cruzam distintos lugares, distintos registos e protagonistas, testemunhando lógicas de recordação e celebração evidenciadoras da força das hierarquias e das desigualdades sociais. Também das diversas estratégias de promoção e perpetuação da memória e da sua articulação com redes estabelecidas de poder e de influência, ou das lógicas de

recordação e registo da memória das próprias instituições encarregadas de sufragar as almas dos que lhes confiaram os seus corpos e os seus bens. Note-se a particular concentração dos estudos nas catedrais e igrejas-colegiadas urbanas, apenas rompida com o texto final dedicado ao mosteiro cisterciense do Lorvão e aos códices que nele regulavam a comemoração litúrgica dos defuntos, fossem eles as suas monjas ou os seus ricos e poderosos benfeitores. Como se isso prenunciasse a chegada dos mendicantes e dos espaços por eles tutelados, desde cedo rivais do clero paroquial em muitas vilas e cidades do Ocidente nos séculos finais da Idade Média.

Dois outros artigos integram este número, de âmbito distinto. No primeiro, Diana Fontão estuda um dos livros ditos de Inquirições, associado ao reinado de Afonso III e hoje integrado no Arquivo da Coroa. Num minucioso itinerário pelos vários inventários conhecidos do Arquivo régio, seguido de uma atenta crítica do seu conteúdo, revela-se o carácter compósito daquele livro. Que traz a cópia de diplomas diversos associados às comunidades mouras do reino, autenticada por um notário da comuna muçulmana de Lisboa e um escrivão da Torre do Tombo, a que se juntou um grupo de documentos associados ao registo da colheita régia e, por fim, matéria das Inquirições de Afonso III sobre os direitos devidos ao monarca por igrejas e mosteiros do reino. Só mais tarde se agregariam a este códice os fólios iniciais, com um índice e a chamada *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Por outro lado, Geraldo Augusto Fernandes recupera os recursos rítmicos, figurativos e rectóricos utilizados na expressão da temática amorosa por Garcia de Resende no *Cancioneiro Geral*. A sua análise mostra também o carácter multifacetado do tema, não desligado das considerações sobre o desconcerto do mundo, ou os paradoxos que habitam a condição humana, onde o amor se tece entre a exaltação e a tragédia.

Nas Recensões, são apresentadas três obras bastante diversas. Uma delas sobre as primeiras obras filosóficas, ou de juventude, de Santo Agostinho, na qual se procura demonstrar que a construção discursiva se desenvolve a partir de um modelo dialógico, com o objectivo de envolver o autor e o leitor num percurso reflexivo em busca da verdade e de uma transformação de vida. Versa a segunda a tese recém-publicada de Carlos Filipe Afonso sobre o papel da guerra na formação de Portugal e na construção da monarquia, obra que completa, para um período mais recuado,

os estudos de João Gouveia Monteiro e Miguel Gomes Martins. Traz a última um olhar sobre a obra de Ana Rodrigues Oliveira dedicada ao amor em Portugal na Idade Média, onde se exploram as distintas formas de leitura e vivência da dimensão amorosa, desde o amor a Deus e a exaltação da virgindade, às formas com que se enquadrava o amor e a sexualidade entre os leigos, ou como estas eram manipuladas e transgredidas.

A mesma diversidade de olhares e de saberes nas Notas de Investigação, agora com textos sobre investigações inovadoras no âmbito dos estudos medievais. Hermine Gregorian apresenta os resultados do seu doutoramento sobre quatro manuscritos iluminados arménios do Museu Gulbenkian – uma Bíblia e três Evangeliários – que foram estudados numa perspectiva multidisciplinar e que revelam uma notável continuidade com as tradições artísticas medievais da região. As fontes diplomáticas foram, por seu lado, o ponto de partida da investigação de Luísa Tollendal Prudente sobre as mulheres de poder no espaço asturo-leonês durante os séculos XI e XII, que procurou esclarecer as formas e a importância da intervenção destas, num contexto marcadamente masculino e patriarcal. Já no campo da literatura de viagens, Rita Cipriano explorou a influência do romance medieval nos episódios da filha de Hipócrates e da fada do Castelo de Sparrowhawk do *Livro de John Mandeville*, para evidenciar as intertextualidades deste famoso itinerário pelo mundo islâmico, pela Terra Santa e pelo Oriente. O arquivo e a casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira foram o objecto da investigação de Filipa Lopes, que sublinhou a importância e as potencialidades do estudo dos arquivos de família, não só como monumentos de memória, mas também como construções políticas, sociais e culturais, testemunhos das instituições que os produziram e custodiaram, assim como dos contextos e das práticas de produção e conservação documental observadas ao longo do tempo.

Por último, a *Varia* integra um número invulgar de textos e de reflexões. Das notícias que fazem memória de eventos científicos diversos – o encontro sobre cinegética e ambiente, o colóquio da Associação Hispânica de Literatura Medieval -, aos *Dias da Idade Média*, iniciativa do Instituto de Estudos Medievais em parceria com várias entidades de Lisboa (Câmara Municipal, Arquivo Histórico, Centro de Arqueologia, EGEAC), que procurou trazer a Idade Média para públicos diversos, por meio de visitas guiadas, concertos, conferências, ateliers. Faz parte desta secção o contributo

de Jacinta Bugalhão sobre o debate público criado pelas descobertas arqueológicas no claustro da Sé de Lisboa, assim como o ensaio de Miguel Alarcão sobre os usos do passado medieval pelo romance académico inglês, evocados a partir da obra *Lucky Jim* de Kingsley Amis.

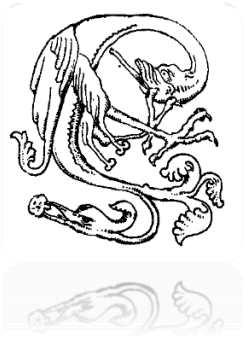
Este número fecha tal como abriu, com a evocação de duas grandes figuras do nosso medievalismo: Christophe Picard e Luís Krus. Ambos estão associados a obras que renovaram profundamente o entendimento da Idade Média, seja no que respeita ao processo de islamização do Ocidente e à sua articulação com a actividade marítima no Atlântico e no Mediterrâneo, estudados por Picard, seja no que pertence ao modo como o espaço era representado pela literatura genealógica produzida no âmbito das cortes senhoriais portuguesas, que foi esclarecido por Luís Krus em *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico*. A recente reedição deste último texto foi aliás motivo de um encontro evocativo da figura e da obra deste historiador, fundador do IEM e da *Medievalista*. Nesta dialética de memória e de comemoração, a eles se juntam outras figuras de relevo, como Clive Burgess, a quem é dedicado o presente dossier temático; ou como Harvey L. Sharrer (1940-2024), falecido no decurso deste ano e cuja obra foi recordada por Cristina Sobral no anterior número da *Medievalista*, e Denis Menjot (1948-2024), investigador desde o primeiro momento associado a muitos projectos e iniciativas do Instituto, a quem se pretende dedicar um texto próprio na próxima edição da revista. Ambos integraram, aliás, a Comissão Externa de Acompanhamento do Instituto de Estudos Medievais, com o seu saber e olhar crítico e construtivo

De todos eles, ficam as descobertas, os textos e os exemplos da indagação rigorosa e clarividente do passado, o compromisso com os alunos e colegas, a humanidade no trato e a disponibilidade para com todos. Que se saiba fazer uma justa memória e comemorar o seu legado, tanto no reconhecimento de quanto deixaram, como na audácia de um olhar renovado e crítico sobre o passado medieval, para melhor compreender o presente e a própria condição humana.

João Luís Fontes
Luís Filipe Oliveira

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís – "Editorial – Memória e Comemoração". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2024), pp. 7-11. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

DESTAQUE

HIGHLIGHT

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

In Memoriam
Christophe Picard e a História do Islão Medieval do Ocidente

In Memoriam
Christophe Picard and History of Western Medieval Islam

(a) Isabel Cristina Ferreira Fernandes, (b) Fernando Branco Correia

(a) Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago – Município de Palmela
2954-001 Palmela, Portugal

Instituto de Estudos Medievais – Universidade Nova de Lisboa
1069-061 Lisboa, Portugal

ifernandes@cm-palmela.pt
https://orcid.org/0000-0003-0725-7768

(b) Universidade de Évora
7004-516 Évora, Portugal

fbc@uevora.pt
https://orcid.org/0000-0003-4083-845X

Data recepção do artigo / Received for publication: 20 de Novembro de 2024

Christophe Picard nas escavações arqueológicas de Juromenha, 1988. Foto F. B. C.

Christophe Picard (1954-2024) é um nome incontornável na história do período islâmico medieval em território português. Partiu a 1 de junho de 2024 e deixou em Portugal amigos e admiradores, nomeadamente entre os investigadores de história e de arqueologia.

Este eminente historiador francês, nascido em Cartago - nas margens de um mar que o marcará para sempre - e casado com uma portuguesa (Manuela Picard), descendia de uma família de reputados editores e especialistas sobre Antiguidade do Mediterrâneo (entre os quais o famoso helenista Charles Picard).

Um dos seus primeiros trabalhos académicos versou sobre "Portugal Muçulmano" (tese de 3.º ciclo, orientada por Dominique Sourdel[1]), o que desde logo abriu novos horizontes a quem por cá dava os primeiros passos na investigação histórica e arqueológica desse período, mal conhecido e secundarizado durante o Estado Novo. A carreira de Picard, enquanto professor de História Medieval, desenvolveu-se primeiro no ensino secundário, depois na Universidade de Saint-Étienne (1989), seguindo-se a Universidade de Toulouse – Le Mirail (1998) e por fim a Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne (2004). Foi-se afirmando nestas instituições como grande autoridade no estudo do processo de islamização do Ocidente, com destaque para a vertente da actividade marítima no Atlântico e no Mediterrâneo, levada a cabo por poderes islâmicos, um mundo quase inexplorado, o que lhe granjeou justos méritos científicos.

Participou em múltiplos encontros, colóquios, simpósios e congressos. É o caso dos congressos da SHMESP (Brest 1992, Orléans 1994, La Rochelle 2004 e Cairo 2007) e dos simpósios internacionais sobre castelos realizados em Palmela, 2000 e Óbidos, 2010. Em Portugal publicou vários artigos na revista *Arqueologia Medieval*, do Campo Arqueológico de Mértola, entre outros.

Na origem da sua decisão de trabalhar o período islâmico no território português terá estado, inequivocamente, a proximidade ao país por via da sua companheira de vida, Manuela. Sabemos que um dos primeiros contactos do mundo científico terá sido com Adel Sidarus – que o apresentou a vários investigadores que trabalhavam em Portugal sobre o al-Andalus, nas perspectivas histórica e arqueológica – e depois com um de nós (F. B. Correia), com quem visitou sítios importantes para os temas que estava a investigar.

Era extremamente enriquecedor visitar locais do ocidente peninsular na sua companhia. Podia não conhecer ainda o território, nem alguns vestígios aí existentes, mas sabia aplicar e partilhar os conhecimentos que tinha de outras

[1] Com uma edição de escassa difusão: PICARD, Christophe – *Histoire du Portugal et de l'Espagne occidentale à l'époque musulmane (début VIIIème -milieu XIIIème siècle)*, Paris : Paul Geuthner, 1995.

geografias e das fontes – em árabe, mas também em latim – o que sempre permitia lançar novas hipóteses sobre determinados locais ou a importância de certas rotas ou cidades em distintos períodos históricos.

No seio da família, no Norte de África, a actividade arqueológica marcou constantemente a sua infância, o que o terá contribuído para a decisão de participar num projecto no ocidente ibérico. Era esse o foco dos seus estudos na década de oitenta do século XX, o que o motivou a envolver-se na escavação do castelo de Juromenha, partilhando a direcção com F. B. Correia. Desses trabalhos conjuntos, por vários anos, com financiamento luso-francês, viriam a publicar um artigo e a recolher informação para futuras reflexões.

A costa da serra da Arrábida e o estuário do Sado, na península de Setúbal, foi outra região que seduziu Picard, apostado em desvendar os segredos destas terras de *ribat*. Tínhamos (I. C. Fernandes) então em curso escavações arqueológicas no castelo de Palmela, que visitou e pelas quais se interessou, o que viria a gerar uma publicação conjunta, em 1999, na revista *Archéologie Islamique*, com enfoque em Palmela, Sesimbra e Alcácer do Sal. Lembramo-nos bem do significado que tiveram esse interesse e esse envolvimento de Picard, impulsionando-nos a ir mais longe nas pesquisas arqueológicas e abrindo-nos novos horizontes no cruzamento entre a história e a arqueologia, que em Portugal dava apenas os primeiros e titubeantes passos.

A publicação, em 2000, do *Le Portugal Musulman (VIII^{e}-XIII^{e} siècle)*..., é um importante marco nos rumos da historiografia medieval portuguesa, que só nos finais de oitenta e anos noventa começara a despertar para o verdadeiro conhecimento das cinco décadas de presença muçulmana no território. Em boa verdade, esta obra continua a ser incontornável para o estudo da história do Garb al-Andalus. Embora no seu título refira "Portugal", Christophe Picard não comete o anacronismo de impor uma fronteira onde ela não existia; é uma obra inovadora, não só por cruzar informação das fontes escritas – muitas delas difíceis de então encontrar no ocidente peninsular – com o conhecimento do território, das construções que começavam a ser estudadas e das escavações sistemáticas que se

iam levando a cabo, tanto no território português como na vizinha Extremadura espanhola e na Andaluzia mais ocidental.

Dois anos antes, já tinha sido publicada uma outra obra que teve menos destaque, mas com não menor relevância científica: *L'océan Atlantique musulman de la conquête arabe à l'époque almohade*.... É, talvez, a primeira grande obra que tem a ousadia de abordar, com suporte documental e estudo do terreno, a navegação feita por agentes de Estados de matriz arabo-islâmica em águas do Atlântico. Bem sistematizado, com uma cronologia alargada, com um índice rico e sempre útil para novas hipóteses de investigação, este estudo antecipa uma das suas últimas obras, também ela sobre navegação e que mereceu mais atenção a nível internacional.

Na segunda década de XXI, dirigiu, com Laurent Feller e Michel Kaplan, um programa sobre as elites rurais mediterrânicas na Idade Média (dossier das *Mélanges de l'École Française de Rome. Moyen Âge*, 124/2, 2013). Com Dominique Valérian, Damien Coulon et Annliese Nef dinamizou um seminário mensal sobre o Mediterrâneo medieval, promovendo o diálogo entre investigadores de distintas regiões.

Acompanhava com atenção o que se investigava no ocidente ibérico, e estava em contacto com várias equipas, aconselhando, por vezes, novas abordagens, colaborando também em iniciativas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Estimulou um de nós a aventurar-se na realização de uma dissertação em regime de co-tutela com Paris 1 – Sorbonne (FBC); não era raro enviar – por correio, como então se fazia – separatas ou fotocópias de textos difíceis de encontrar e, em épocas de menos pressão, toda a família Picard abria as portas de sua casa, em Toulouse, sem limites de tempo, para que se pudesse conversar e reflectir. E não faltava a necessária dose de humor que sabia utilizar com classe e com um sorriso muito seu.

Conservando sempre o interesse pelo território do Gharb al-Andalus, nunca deixou de trabalhar sobre temas marítimos e portuários. O seu último grande trabalho de

fôlego *La mer des Caliphes*, (Paris, 2015), resultado de dezenas de anos de investigação e, sobretudo, de discussão e reflexão sobre os estudos que foi publicando, é um marco imprescindível para quem queira estudar de forma fundamentada o Mediterrâneo "medieval". Era um tema que, salvo raras excepções, fugia aos interesses de grande parte dos historiadores europeus. A relevância do seu trabalho é tal que, não muitos anos passados, recebeu traduções em italiano (2017), árabe (2017) e inglês (Harvard University Press, 2018). David Abulafia considerou ser esta a obra mais relevante sobre navegação no Mediterrâneo para o período em causa. De facto, nela estão presentes reflexões importantes sobre as relações das costas e algumas cidades portuárias do sudoeste peninsular com o grande mar Mediterrâneo.

É importante sublinhar o contributo de Picard na formação de muitos jovens, através dos seus ensinamentos e inspirados no seu entusiasmo, na sua capacidade de mobilizar a documentação escrita e a arqueológica, na forma afável de se relacionar com os outros.

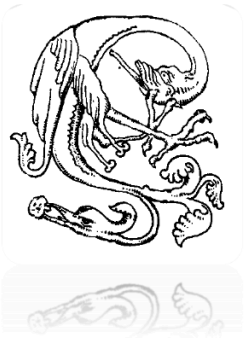
Nesta evocação, cumpre-nos ainda uma palavra sobre essa afabilidade de Christophe Picard, sem que o façamos por gentileza póstuma. As suas qualidades de carácter são reconhecidas por todos os que com ele trabalharam e privaram – a humanidade, a generosidade, a incessante curiosidade, o sentido do dever, a dedicação à ciência histórica, sem nunca esquecer o outro.

A extensa bibliografia que se segue (aceder pelo *link*), mostra bem a expressão internacional dos seus trabalhos, a intensidade da sua actividade intelectual, a originalidade e o arrojo de muitos dos temas que tratou, o Mar assumido como mote preferencial.

Aceda aqui à bibliografia completa de Christophe Picard

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FERNANDES, Isabel Cristina Ferreria; CORREIA, Fernando Branco – "*In Memoriam* Christophe Picard e a História do Islão Medieval do Ocidente". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 15-21. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

THEMATIC NUMBER

"What survives after death? Parish Communities and Death Commemoration Strategies in the Medieval City – In memoriam *Clive Burgess"*

NÚMERO TEMÁTICO

"O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval – In memoriam *Clive Burgess"*

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

The cult of the dead in Medieval Europe: revisiting a historiographical theme in times of crisis[1]

O culto aos mortos na Europa Medieval: revisitando um tema historiográfico em tempos de crise

(a) Maria Amélia Álvaro de Campos[2], (b) Ana Isabel Sampaio Ribeiro

(a) Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
3000-370 Coimbra, Portugal

melicampos@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-3131-7356

(b) Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares
3000-457 Coimbra, Portugal

aribeiro@fl.uc.pt
http://orcid.org/0000-0002-7515-2696

Data de receção do artigo/ Received for publication: 8 de Novembro de 2024

[1] Paper funded by the Portuguese Republic, with national funds (PIDDAC) through FCT (I.P./MCTES), within the scope of the exploratory project COMMEMORtis – *What survives after death? Parish communities and commemoration strategies of the deceased in the medieval city*, with reference EXPL/HAR-HIS/0532/2021, http://doi.org/10.54499/EXPL/HAR-HIS/0532/2021.
[2] The author is researcher at the Centre for History of Society and Culture, and has a contract financed by FCT (DL 57/2016/CP1370/CT0068).

Between November 2019 and the end of 2021, our planet lived a strange and singular daily life dictated by unexpected circumstances. During the epidemic caused by the spread of COVID-19, the daily news began with death tolls. For the first time in most of our lives, this wasn't counting the number of victims of war, massacres or natural disasters. The deaths tallied during that period were, instead, the result of the spread of a respiratory virus, infection with which could be – and *was* in many thousands of cases – lethal. In fact, large-scale death had never been so significant for an inhabitant of post-World War II Europe, nor had the agent promoting the infection spread so quickly and easily in the various spaces and circles of society and socialisation.

In order to minimise the impact of the disease, social distancing and self-confinement meant that new forms of 'contact', socialising, work and the transmission of knowledge needed modelling and streamlining. The health crisis exposed the inequalities in access to this secure space thus, as well as the right to comfort and privacy in the domestic domain – whilst also emphasising the growing tendency towards individualism and the risks of isolation and loneliness in certain social and age groups. These were some of the themes that called the Social and Human Sciences to public debate and the promotion of new lines of research, emphasising, for example, the change in relational paradigms imposed by health concerns[3].

For the historian, this atypical moment that society was traversing represented yet another reason to consider the past and observe it in its many dimensions. Respiratory transmission, the rapid spread of infections and the impact on social and economic structures led medievalists to draw parallels with the Black Death and the great mortality of the years 1348-1350. Historians studying other eras invoked knowledge of more recent epidemics such as the Spanish flu, also known in Portugal

[3] On these themes, the essay by the philosopher Bernard-Henri Lévy, has been particularly publicised. LÉVY, Bernard-Henri – *Este vírus que nos enlouquece.* Lisboa: Guerra e Paz Editores, 2020.

as *pneumónica*[4]. Courses, collections and interviews in podcast format proliferated which, at the time, were as extraordinary as the period being lived through, making it possible to transcend domestic, institutional and territorial boundaries[5]. By multiple and varied means, disease and epidemics gained greater prominence in historians' agendas, while the order of the day prompted the revision and revisiting of studies on death, the cult of the dead and ceremonies of and for the dead. Thus, projects and studies focussing on the themes of death and the social and political representations and projections of individuals after death[6], were joined by new manners of thought about these themes. New approaches were added to the work centred on the Black Death, both as a determining periodisation framework for understanding social and economic structures[7], and as an event that transformed cultural and artistic expressions[8].

To summarise, after the COVID-19 health crisis, the study of death and illness has gained momentum, either sporadically as mentioned above, or in a more

[4] FERREIRA, Antero; OLIVEIRA, Célia – "O impacto da "gripe espanhola" na cidade de Guimarães (1918-1919)". *Journal of Iberoamerican Population Studies*, XXXVIII/III (2020), pp. 55–79.

[5] Among many others, the interview with Winston Black should be highlighted, on the Medievalist.net website https://www.medievalists.net/2020/03/black-death-covid-19/ ; the 2021 course by Patrick Boucheron, at the seminar *Histoire des pouvoirs en Europe occidentale, XIII[e]-XVI[e] siècle*, at the Collége de France, dedicated to the Black Death https://www.college-de-france.fr/site/patrick-boucheron/course-2021-01-05-11h00.htm ; and the podcast collection coordinated by Flávio Miranda *Pandemias e História* https://youtube.com/playlist?list=PLhWsaawvoCBL28S52I-bKn0PFXfE4UgP8&feature=shared , at CITCEM, at the University of Porto.

[6] See the research projects Migravit. *La muerte del Príncipe en Francia y en los Reinos Hispánicos (siglos XI-XV). Modelos de comparación,* funded by the Agencia Estatal de Investigación, Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades de España (Ref. HAR2016-74846-P) and the project Sepultus. *Enterrar al príncipe en Francia y en la Península Ibérica (siglos X-XV). Un análisis comparativo,* UAM-Casa de Velázquez, 2017-2019, coordinated by Fermín Miranda, among other experts. Of these projects, the works MIRANDA GARCÍA, Fermín; LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, María Teresa (coord.) – *La muerte de los príncipes en la Edad Media: Balance y perspectivas historiográficas.* Madrid: Casa de Velázquez, 2020. http://books.openedition.org/cvz/22697 and LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, María Teresa; MIRANDA GARCÍA, Fermín; CABRERA SÁNCHEZ, Margarita – *Migravit a seculo: muerte y poder de príncipes en la Europa Medieval: perspectivas comparadas.* Madrid: Sílex, 2021 are highlighted.

[7] See BAILEY, Mark – *After the Black Death: Economy, society, and the law in fourteenth-century England.* Oxford, New York: Oxford University Press, 2021, which is the result of the publication of a series of lectures given in 2019. Regarding the Black Death as a periodisation milestone, Patrick Boucheron's seminar at the Collége de France in 2022 was dedicated to the theme *Après la Peste*.

[8] See, for example, Samuel Cohn's conference 'The Post-Black-Death Century: Economic Equality and its Consequences', at the University of Glasgow, in May 2021: https://www.gla.ac.uk/schools/critical/research/researchclusters/religion-challenge-change/news-and-events/headline_982044_en.html which gives an overview of his recent research project, funded by the European Research Council that same year: ARTandINEQUALITY – *Art and Inequality in the Post-Black Death Century.*

consolidated way. As a result of organised scientific events and the topicality of the subject, collective works have been published[9], as well as thematic texts in scientific journals, from the Iberian Peninsula[10] to Eastern Europe[11], via the United Kingdom[12], among other geographies. In these texts, various affirmed 'states of the art' on the subject of death dating back to the early 1970s, carrying through to the present day, reveal the different dimensions in which these historiographical lines have been approached[13].

The text presented today is one of the outputs of the COMMEMORtis exploratory project, funded by the Foundation for Science and Technology, which consisted of both a proposal built on the long-term academic career of its coordinators and a response to a current social challenge. On one hand, the research programme aimed to apply a computer infrastructure that both coordinators had used in their doctoral theses, as well as the study of the city and sociability groups that they had both been working on for many years[14]. On the other, at the end of winter 2021, as the application was written, 'What survives after death?' was a question as valid for the past as it was for the present.

---

[9] See, for example, JONES, Lori; VARLIK, Nükhet – *Death and Disease in the Medieval and Early Modern World. Perspectives from across the Mediterranean and Beyond*. Suffolk, New York: Boydell & Brewer, 2022.

[10] In Coimbra, at the end of 2021, the Portuguese Magazine of History launched the thematic notebook "Epidemias: uma abordagem histórica", see NETO, Margarida Sobral; RIBEIRO, Ana Isabel – "Nota Introdutória". *Revista Portuguesa de História 52* (2021), pp. 11-13. https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_0.1 . GARCÍA HUERTA, María del Rosario – "La muerte y los rituales funerarios en la Historia. Presentación del dosier / The Death and the Funeral Rituals in History: Introduction to the Dossier". *Vínculos de Historia*, 12 (2023) https://doi.org/10.18239/vdh_2023.12 .

[11] For example, the Slovakian journal *Forum Historiae*, see HLAVACKOVÁ, Miriam; LYSÁ, Žofia – "For salvation of the soul: Rituals before and after death in the Middle Ages (An introduction)". *Forum Historiae* 17/1 (3 July 2023). https://doi.org/10.31577/forhist.2023.17.1.1.

[12] See a Special Issue, SCOTT, Bruce; GORDON, Stephen – "Vigor Mortis: The Vitality of the Dead in Medieval Cultures". *Journal of Medieval History* 48, fasc. 2 (March 2022).

[13] GORDON, Stephen – "The vitality of the dead in medieval cultures". *Journal of Medieval History* 48/2 (2022): 155–65. https://doi.org/10.1080/03044181.2022.2049516 . BENITO, Julia Pavón – "Is it necessary to continue researching death? A historiographical reflection and new perspectives". *Vínculos de Historia Revista del Departamento de Historia de la Universidad de Castilla-La Mancha* 12 (28 June 2023),pp. 65–83. https://doi.org/10.18239/vdh_2023.12.03.

[14] RIBEIRO, Ana Isabel Sacramento Sampaio – *Nobrezas e governança: identidades e perfis sociais: (Coimbra, 1777-1820)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2012 https://hdl.handle.net/10316/24349 and CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2012 http://hdl.handle.net/10316/21840, later published in CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1316-1 .

In the experiment that was determined and desired to be carried out, there was a central desire to understand the potential of the information contained in necrological sources, produced in an ecclesiastical and parish context. This was underpinned with a focus on the management of the cult of the dead and heritage associated with suffrage ceremonies, using this information to characterise urban parish communities using the aforementioned computer infrastructure. This was a revival of the relevance of a historiographical theme that dates back to the 1970s and the founding works of Philippe Ariès[15], Michel Vovelle[16], Jacques le Goff[17], and Jacques Chiffoleau[18], among others. At the same time, the strong influence of the work of Clive Burgess should be recognised, focussing on the characterisation of pastoral care, founded by lay communities linked to a parish[19]. In the same way, historiographical influences in studies around the concept of 'civic religion'[20] and in more recent projects that precisely investigate the spirituality and devotional practices of the laity in the late Middle Ages and the Modern Period was definitively sought[21]. The urban setting, the appeal to art historians and the manner of emphasising the topography of the burials revealed the inspiration in Vanessa Harding's work[22]. Finally, both in the favoured theoretical framework and the team

[15] ARIÈS, Philippe – *L'homme devant la mort*. Paris: Éditions du Seuil, 1977.
[16] VOVELLE, Michel – *Mourir autrefois: attitudes collectives devant la mort aux XVII^e et XVIII^e siècles*. Paris: Gallimard, 1990 ; VOVELLE, Michel - *La mort et l'Occident: de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1983.
[17] LE GOFF, Jacques – *La naissance du purgatoire*. Paris : Gallimard, 1981 e CHIFFOLEAU, Jacques – *La Religion flamboyante*. Paris: Seuil, 1988..
[18] CHIFFOLEAU, Jacques – *La comptabilité de l'au-delà : les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age, vers 1320-vers 1480*. Roma: École française de Rome, 1980.
[19] BURGESS, Clive – "Chantries in the Parish, or "Through the Looking-Glass"'. *Journal of the British Archaeological Association* 164/1 (2011), pp. 100–129. https://doi.org/10.1179/174767011X13184281108009; BURGESS, Clive – *The right ordering of souls: the parish of All Saints' Bristol on the eve of the Reformation*. Woodbridge, UK ; Rochester, NY: Boydell Press, 2018.
[20] Historiographical concept developed under the coordination of VAUCHEZ, André – *La religion civique à l'époque médiévale et moderne (Chrétienté et Islam). Actes du colloque de Nanterre (21-23 juin 1993)*. Roma : École française de Rome, 1995. For a more recent framework on the concept and its state of the art, see BROWN, Andrew – "Civic religion in late medieval Europe". *Journal of Medieval History* 42/ 3 (2016), pp. 338–56. https://doi.org/10.1080/03044181.2016.1162729 and BOURLET, Caroline ; BOVE, Boris – "Religion civique ou affiliation communautaire ? Le témoignage des testaments parisiens des XIIIe-XVe siècles". *Histoire Urbaine,* 60 /1 (2021), pp. 71–96. https://doi.org/10.3917/rhu.060.0073 .
[21] FOLKERTS, Suzan (ed.) – *Religious connectivity in urban communities (1400-1550): reading, worshipping, and connecting through the continuum of sacred and secular*. Turnhout: Brepols, 2021.
[22] HARDING, Vanessa – *The Dead and the Living in Paris and London, 1500-1670*. Oxford: Cambridge University Press, 2006.

of researchers and consultants that was assembled, there was a persistent interest in highlighting the study of necrological sources[23], the analysis of wills[24], as well as elaborating these author's experience with the study of lay and ecclesiastical urban parish communities[25].

In order to meet the main objective of the exploratory project, two case studies for the city of Coimbra were produced[26], publishing their respective databases[27] and analyses between the different parishes in the city were carried out[28]. While the

[23] In this respect, the work of Thierry Pécout and of Anne Chiama. See, among others, CHIAMA, Anne ; PÉCOUT, Thierry (eds.) – *Les obituaires du chapitre cathédral Saint-Sauveur et de l'église Sainte-Marie de la Seds d'Aix-en-Provence*. Paris: Academie des Inscriptions et Belles Lettres diffusion de Boccard, 2010; PÉCOUT, Thierry – *Le livre du chapitre du chapitre cathédral Notre-Dame de la Seds de Toulon*. Paris: Academie des Inscriptions et Belles Lettres diffusion de Boccard, 2020 and PÉCOUT, Thierry – *Le nécrologe du chapitre cathédral Sainte-Marie et Saint-Castor d'Apt*. Paris : Academie des Inscriptions et Belles Lettres diffusion de Boccard, 2016.

[24] See, among others, the following work of Maria Helena da Cruz Coelho and Leontina Ventura: COELHO, Maria Helena da Cruz – "Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra". *Revista Portuguesa de História* XVIII (1980), pp. 312–31. COELHO, Maria Helena Cruz; VENTURA, Leontina – "Vatatsa – una Domina nella vita e nella morte". *Intemelion. Cultura e territorio*, 14 (2008), pp. 43–80; VENTURA, Leontina – "Testamentária Nobiliárquica (século XIII). Morte e sobrevivência da linhagem". *Revista de História das Ideias*, 19 (1997), pp. 137–56 and VENTURA, Leontina – "O testamento de D. Pedro Martins, bispo de Coimbra, e as suas relações de parentesco com a aristocracia medieval coimbrã". *Lusitania Sacra*, 39 (2019), pp. 177–213. https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9657 .

[25] MASSONI, Anne – "Les confraternités entre chapitres séculiers et communautés régulières : l'exemple du diocèse de Limoges (X[e]-XII[e] siècle)". In DE CEVINS, Marie-Madeleine ; GALLAND , Caroline (eds.) – *Le salut par procuration : Jalons pour une histoire des confraternités ou affiliations régulières.* Rennes : PUR, 2023. https://doi.org/10.4000/books.pur.193921 e MASSONI, Anne; NOIZET, Hélène – "La religion des Parisiens, introduction". *Histoire urbaine* 60/1 (2021), pp. 5–8. https://doi.org/10.3917/rhu.060.0007.

[26] BARREIRA, Mariana Castro – *A vida e a morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do Timelink*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2023 https://hdl.handle.net/10316/108473 and BONORA, Gabriel Martinez – *Atitudes perante a morte na sociedade medieval portuguesa. Os ca(u)sos da paróquia de Santiago de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2023. https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/111735 .

[27] The São Bartolomeu de Coimbra database, which includes data from CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O obituário medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra. (Edição crítica e estudo do manuscrito)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2020 https://doi.org/10.14195/978-989-26-1699-5 e Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra, m. 1-14 (https://timelink.uc.pt/mhk/s_bartolomeu_coimbra/show/explore.vm?utoken=LXtPMBpNFhtEVN2nArN_b4IppYs) and the Santiago de Coimbra database, which includes data from SANTOS, Maria José Azevedo – "Un libro de aniversarios de la colegiata de Santiago de Coímbra. Contribución al estudio del culto del Apóstol en la Edad Media". *Ad limina : revista de investigación del Camino de Santiago y las peregrinaciones* 9 (2018), pp. 185–224 https://www.caminodesantiago.gal/documents/17639/549501/Ad_limina_IX.+07_Maria+Jose%cc%81+Azevedo+Santos.pdf (https://timelink.uc.pt/mhk/santiago_coimbra/show/explore.vm?utoken=ZepvztkxiOTTmXg4Ro3d7mWGp4k).

[28] CAMPOS, Maria Amélia – "Death Commemoration Strategies in Medieval Portugal: A Mirror of Lay Participation in Religious Parochial Life (The Case of Coimbra)". *Religions* 14/12 (2023) 1443. https://doi.org/10.3390/rel14121443 .

project's coordinators and fellows focused their efforts on the study of Coimbra, prioritising the analysis of wills, obituaries and anniversary books written in the collegiate churches of the suburbs, the rest of the team focussed on the sources produced in the city, especially the cathedral[29].

The international meetings organised by the project promoted these approaches, as well as encouraging the participation of multi-national researchers examining the different aspects of commemorating the dead in the Middle Ages[30]. For the final meeting, a call for papers was made that favoured approaches considering documents produced in the context of the management of the cult of the dead in an ecclesiastical context – such as wills and obituary calendars – but which also fomented a challenge to analyse other dimensions of the study of urban society in the face of death. The concept was to study urban parish communities, the relationship between parishioners and their church and the welfare and fraternal association of the faithful, with a view, among other things, to guaranteeing a dignified and participatory funeral ceremony. Another aspect was the study of commemoration strategies, analysing the management of funeral legacies and the choice of intercessors for salvation. The study of the role played by heirs, in contexts of greater or lesser conflict or confluence of interests, when executing wills was emphasised, particularly the action of widows and orphans. The burial sites and the tomb were also the subject of this challenge, as an integral part of the symbolic construction of individual, family and community memory among the living parishioners.

[29] In addition to the articles published in this issue, the following have been submitted for publication: VENTURA, Leontina; MATOS, João da Cunha – "O aquém e o além no testamento do bispo de Coimbra Egas Fafes de Lanhoso"["The here and the hereafter within the will of the bishop of Coimbra, Egas Fafes de Lanhoso"], *Medieval Spain*, (forthcoming) and COELHO, Maria Helena da Cruz; MORUJÃO, Maria do Rosário – "Wills and Testamentary Executors in Medieval Portugal". In GEJROT, C.; JENSEN K. V.; SALONEN, K.; TOCK, B. M. (eds.) – *Testaments as Historical Documents.* Stockholm (forthcoming).

[30] See the programme of the COMMEMORtis Workshop – *What Survives After Death in the Medieval City? Interim discussions on an ongoing research project*, Madrid 30 and 31 January 2023: https://commemortis.wixsite.com/my-site/post/madrid-workshop-interim-discussions-on-an-ongoing-research-project and the programme of the International Conference COMMEMORtis – *What Survives After Death? Parish Communities and Death Commemoration Strategies in the Medieval City*, Coimbra 10 to 12 July 2023: https://commemortis.wixsite.com/my-site/programme .

In this Special Issue, portions of the research worked on during the two and a half days of the event is published, albeit after it had been subjected to double anonymous peer review and consequent improvements[31]. From a geographical and chronological point of view, this work considers the environs of the Iberian kingdoms of Portugal and Navarre, with special emphasis on the cities of Coimbra and Pamplona, during the Early Middle Ages. Furthermore, to the north and east of the Pyrenees, French territories are under study, namely the cities of Limoges and Lyon, Flanders, with a case study of Douai, and Prussia, with an approach to the city of Torún, extending from the Early Middle Ages to the dawn of the Modern Period. Finally, the publication includes an article on the liturgy of the dead in the Monastery of Lorvão, from the thirteenth century to the end of the Middle Ages, which, as will be explained below, serves as a counterpoint to the scope of analysis favoured in this collective work.

Opening this Special Issue is the article by Maria Helena da Cruz Coelho entitled 'A crise dos vivos: uma crise na comemoração dos mortos? A propósito do "Livro das Capelas" da catedral de Coimbra (século XIV)' ['The crisis of the living: a crisis in the commemoration of the dead? Regarding the 'Book of Chapels' of Coimbra Cathedral (fourteenth century)']. It highlights the particularities of the document on which the analysis is based and which reflects the liturgical and economic vicissitudes associated with the cult of the dead in Coimbra Cathedral following the Black Death. The author places the production of the document in the distinct context of the socio-political relations and tensions established between the city's main dignitaries whilst emphasising the multiple dimensions of the cathedral's life conditioned by the cult of the dead.

This is followed by a study based on the analysis of Navarrese wills by Fermín Miranda García in 'Enterramientos aristocráticos y redes eclesiásticas en Navarra. Una breve comparativa (siglo XIV-XV)' [Aristocratic burials and ecclesiastical networks in Navarre. A brief comparison (fourteenth-fifteenth centuries)], in which the author shows the main families of Pamplona and their relationship with the

[31] Unfortunately, the tight timetable for the project did not allow all the insights presented on those days to be included in this collective publication.

city's ecclesiastical network. By studying the choice of graves and the foundation of chapels, a map of influences that was perpetuated after death and linked several generations in the city can be seen. The comparative approach of the results achieved for this city with the realities studied for Estella and Tudela reinforces the demonstration of the social specificities of the kingdom of Navarre, evident when it came to choosing graves and founding commemoration ceremonies.

Continuing the exploration of the typology of sources available for the study of death and strategies for commemorating the dead in the Middle Ages therein, the work of Hervé Chopin is presented: '*The liber sepulturarum* of the collegiate church of Saint-Paul of Lyon: topography and sociology'. In order to analyse the book of tombs of the collegiate church of Saint-Paul of Lyon, the author created his own database, which he introduces to us at the same time as presenting the main conclusions it provides. Drawn up at the beginning of the fifteenth century, the document reflects the choice of burial sites made in previous decades, framed within the religious and institutional daily life of the church and the parish network of that city.

In turn, Maria do Rosário Morujão focusses on the presentation of the two main obituaries produced in Coimbra Cathedral, following an exploratory approach with a view to characterising the ceremonies for the dead with her study 'A comemoração dos mortos em tempos medievais: uma abordagem exploratória com base no caso da Sé de Coimbra' ['The commemoration of the dead in medieval times: an exploratory approach based on the case of Coimbra Cathedral']. Faced with the interspersed, often even truncated, view that these documents provide when trying to reconstruct the cult of the dead in an ecclesiastical institution, the author proposes the articulation of the data provided in the two manuscripts and demonstrates the possibilities and advantages of a joint and intertwined analysis.

This is followed by a study of the strategies chosen by clerical groups to commemorate the dead. In 'Clergyman as a Subject and Object of Death Commemoration in Late Medieval Prussian Town. Case studies from Thorn (Toruń) at the turn of the Fifteenth and Sixteenth Century', Marcin Sumowski analyses the foundation of chapels and ceremonies for the soul by socially and economically

prominent clergymen. After placing the founders in the urban and social context of Torún, the ceremonies envisaged in each of these foundations are characterised, demonstrating the liturgical and ritual complexity decided upon by the representatives of the group which, in this case, was both the agent and the target of the intentions for the soul.

Bringing another perspective, Anne Massoni worked mainly on the wills and testamentary clauses of lay parishioners, trying to understand the relationship they had with their parish church and the care that the church's chapter took in celebrating the dead. In her article, 'Les paroissiens de Saint-Pierre du Queyroix de Limoges et la communauté des prêtres: des liens jusque dans la mort au XIVe siècle' [The parishioners of Saint-Pierre du Queyroix in Limoges and the community of priests: links even in death in the fourteenth century], it is the relationship between the two worlds – secular and ecclesiastical – that the author seeks to problematise, presenting, in this context, the transfer of practices and knowledge and highlighting the relationship of devotion and service that was established bilaterally in the parish universe.

By analysing the community of Beguines of Douai and the way in which they were the privileged target of many requests for intercession from the town's inhabitants, Mary Anne Gonzalez brings another important expression of medieval spirituality into this thematic volume in an urban context. In her study 'Commemoration and the Beguine Movement in Thirteenth and Fourteenth Century Douai', the author analyses a relevant sample of the city's wills and demonstrates how the participation of the Beguines in funeral prayers and in the care of deceased bodies, at the time of the funerals, was very much required. The articulation of the actions of these women with those of the representatives of the parish churches and mendicant convents was a hallmark of the cult of the dead in this city.

The final article in this issue invites one to get out of the city, away from the parish clergy and into the stony walls of one of the most important female Cistercian monasteries in the kingdom of Portugal. Authored by Luís Miguel Rêpas and Catarina Fernandes Barreira, 'A morte e a memória no Mosteiro de Lorvão' ['Death

and Memory in the Monastery of Lorvão'] begins by setting out the Order's general rules for the cult of the dead, and then introduces the individuals and families who chose to be buried in this monastery or founded memorial ceremonies there. This study emphasises the monastery's role as a depository for the commemorative intentions of its deceased nuns, members of the royal family and the main noble lineages. In contrast to the urban and parochial world that this thematic volume favours, this last article journeys back to the other dimensions of medieval society and religiosity in the study of the cult of the dead, leaving the reader and the researcher open to further approaches to the subject by questioning other contexts and institutions.

This Special Issue is dedicated to the memory of Clive Burgess, Emeritus Professor at the University of London Royal Holloway, consultant to the COMMEMORtis project, who passed away in August 2023, just a few weeks after visiting in Coimbra. In addition to the inspiration that his work gave to the construction of this research project, we express our deepest gratitude and appreciation for the generosity, kindness and elegance with which he honoured us not only in his participation in the International Conference, and in the many conversations we had here, but also in the numerous correspondence we exchanged during the application and execution of this programme of work.

After death, survives the memory, the gratitude, and our deep respect…

Bibliographic references

Sources

Printed Sources

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O obituário medieval da Colegiada de São Bartolomeu de Coimbra. (Edição crítica e estudo do manuscrito)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, [em linha] 2020 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://doi.org/10.14195/978-989-26-1699-5

SANTOS, Maria José Azevedo – "Un libro de aniversarios de la colegiata de Santiago de Coímbra. Contribución al estudio del culto del Apóstol en la Edad Media". *Ad limina: revista de investigación del Camino de Santiago y las peregrinaciones* 9 (2018), pp. 185–224.

Studies

ARIÈS, Philippe – *L'homme devant la mort*. Paris : Éditions du Seuil, 1977.

BAILEY, Mark – *After the Black Death: Economy, society, and the law in fourteenth-century England*. Oxford, New York: Oxford University Press, 2021.

BARREIRA, Mariana Castro – *A vida e a morte das comunidades laicas e eclesiásticas da paróquia medieval de São Bartolomeu de Coimbra: uma abordagem a partir do Timelink*. Coimbra: Faculdade de Letras, [Em linha] 2023 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://hdl.handle.net/10316/108473

BENITO, Julia Pavón – "Is it necessary to continue researching death? A historiographical reflection and new perspectives". *Vínculos de Historia Revista del Departamento de Historia de la Universidad de Castilla-La Mancha*, 12 [Em linha] (28 June 2023), pp. 65–83 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://doi.org/10.18239/vdh_2023.12.03

BONORA, Gabriel Martinez – *Atitudes perante a morte na sociedade medieval portuguesa. Os ca(u)sos da paróquia de Santiago de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Letras, [Em linha] 2023 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/111735

BOURLET, Caroline ; BOVE, Boris – "Religion civique ou affiliation communautaire ? Le témoignage des testaments parisiens des XIII^{e}-XV^{e} siècles". *Histoire Urbaine*, 60 /1 [Em linha] (2021), pp. 71–96 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://doi.org/10.3917/rhu.060.0073

BROWN, Andrew – "Civic religion in late medieval Europe". *Journal of Medieval History* 42/3 [Em linha] (2016), pp. 338–56 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://doi.org/10.1080/03044181.2016.1162729

BURGESS, Clive – "Chantries in the Parish, or "Through the Looking-Glass"'. *Journal of the British Archaeological Association* 164, 1 [Em linha] (2011), pp. 100–129 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://doi.org/10.1179/174767011X13184281108009

BURGESS, Clive – *The right ordering of souls: the parish of All Saints' Bristol on the eve of the Reformation*. Woodbridge, UK ; Rochester, NY: Boydell Press, 2018.

CAMPOS, Maria Amélia – "Death Commemoration Strategies in Medieval Portugal: A Mirror of Lay Participation in Religious Parochial Life (The Case of Coimbra)". *Religions* 14/12 [Em linha] (2023) 1443 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://doi.org/10.3390/rel14121443

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, [Em linha] 2017 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://doi.org/10.14195/978-989-26-1316-1

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e socio-económico*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2012 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em http://hdl.handle.net/10316/21840

CHIAMA, Anne ; PÉCOUT, Thierry (eds.) – *Les obituaires du chapitre cathédral Saint-Sauveur et de l'église Sainte-Marie de la Seds d'Aix-en-Provence*. Paris : Academie des Inscriptions et Belles Lettres diffusion de Boccard, 2010.

CHIFFOLEAU, Jacques – *La comptabilité de l'au-delà : les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Age, vers 1320-vers 1480*. Roma: École française de Rome, 1980.

CHIFFOLEAU, Jacques – *La Religion flamboyante*. Paris : Seuil, 1988.

COELHO, Maria Helena da Cruz – "Um testamento redigido em Coimbra no tempo da Peste Negra". *Revista Portuguesa de História* XVIII (1980), pp. 312–31.

COELHO, Maria Helena Cruz; VENTURA, Leontina – "Vatatsa - una Domina nella vita e nella morte". *Intemelion. Cultura e território* 14 (2008), pp. 43–80.

FERREIRA, Antero; OLIVEIRA, Célia – "O impacto da "gripe espanhola" na cidade de Guimarães (1918-1919)". *Journal of Iberoamerican Population Studies* XXXVIII/III (2020), pp. 55–79.

FOLKERTS, Suzan (ed.) – *Religious connectivity in urban communities (1400-1550): reading, worshipping, and connecting through the continuum of sacred and secular*. Turnhout: Brepols, 2021.

GARCÍA HUERTA, María del Rosario – "La muerte y los rituales funerarios en la Historia. Presentación del dosier / The Death and the Funeral Rituals in History:

Introduction to the Dossier". *Vínculos de Historia* [Em linha] 12 (2023) [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://doi.org/10.18239/vdh_2023.12

GORDON, Stephen – "The vitality of the dead in medieval cultures". *Journal of Medieval History* 48, 2 [Em linha] (2022) pp. 155–65 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://doi.org/10.1080/03044181.2022.2049516 .

HARDING, Vanessa – *The Dead and the Living in Paris and London, 1500-1670*. Oxford: Cambridge University Press, 2006.

HLAVACKOVÁ, Miriam; LYSÁ, Žofia – "For salvation of the soul: Rituals before and after death in the Middle Ages (An introduction)". *Forum Historiae* 17, n.º 1 [Em linha] (3 July 2023) [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://doi.org/10.31577/forhist.2023.17.1.1

JONES, Lori; VARLIK, Nükhet – *Death and Disease in the Medieval and Early Modern World. Perspectives from across the Mediterranean and Beyond*. Suffolk, New York: Boydell & Brewer, 2022.

LE GOFF, Jacques – *La naissance du purgatoire*. Paris : Gallimard, 1981.

LÉVY, Bernard-Henri – *Este vírus que nos enlouquece*. Lisboa: Guerra e Paz Editores, 2020.

LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, María Teresa; MIRANDA GARCÍA, Fermín; CABRERA SÁNCHEZ, Margarita – Migravit a seculo*: muerte y poder de príncipes en la Europa Medieval: perspectivas comparadas*. Madrid: Sílex, 2021.

MASSONI, Anne – "Les confraternités entre chapitres séculiers et communautés régulières : l'exemple du diocèse de Limoges (X^{e}-XII^{e} siècle)". In DE CEVINS, Marie-Madeleine ; GALLAND, Caroline (eds.) – *Le salut par procuration : Jalons pour une histoire des confraternités ou affiliations régulières*. Rennes : PUR, 2023. https://doi.org/10.4000/books.pur.193921

MASSONI, Anne; NOIZET, Hélène – "La religion des Parisiens, introduction". *Histoire urbaine* 60/1 [Em linha] (2021), pp. 5–8 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em. https://doi.org/10.3917/rhu.060.0007

MIRANDA GARCÍA, Fermín; LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, María Teresa (coord.) – *La muerte de los príncipes en la Edad Media: Balance y perspectivas historiográficas*. Madrid: Casa de Velázquez [em linha] 2020. [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em http://books.openedition.org/cvz/22697

NETO, Margarida Sobral; RIBEIRO, Ana Isabel – "Nota Introdutória". *Revista Portuguesa de História* [em linha] 52 (2021), pp. 11-13 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://doi.org/10.14195/0870-4147_52_0.1

PÉCOUT, Thierry – *Le nécrologe du chapitre cathédral Sainte-Marie et Saint-Castor d'Apt*. Paris : Academie des Inscriptions et Belles Lettres diffusion de Boccard, 2016.

PÉCOUT, Thierry – *Le livre du chapitre du chapitre cathédral Notre-Dame de la Seds de Toulon*. Paris : Academie des Inscriptions et Belles Lettres diffusion de Boccard, 2020.

RIBEIRO, Ana Isabel Sacramento Sampaio – *Nobrezas e governança: identidades e perfis sociais: (Coimbra, 1777-1820)*. Coimbra: Faculdade de Letras, [Em linha] 2012 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://hdl.handle.net/10316/24349

SCOTT, Bruce; GORDON, Stephen – "Vigor Mortis: The Vitality of the Dead in Medieval Cultures". *Journal of Medieval History* 48/2 [Em linha] (March 2022) [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://www.tandfonline.com/toc/rmed20/48/2 .

VAUCHEZ, André – *La religion civique à l'époque médiévale et moderne (Chrétienté et Islam). Actes du colloque de Nanterre (21-23 juin 1993)*. Roma : École française de Rome, 1995.

VENTURA, Leontina – "Testamentária Nobiliárquica (século XIII). Morte e sobrevivência da linhagem". *Revista de História das Ideias* 19 (1997), pp. 137–56.

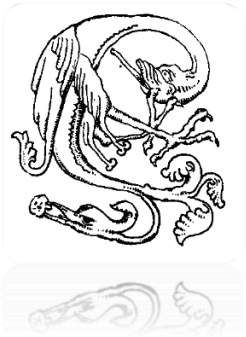
VENTURA, Leontina – "O testamento de D. Pedro Martins, bispo de Coimbra, e as suas relações de parentesco com a aristocracia medieval coimbrã". *Lusitania Sacra* 39 [Em linha] (2019), pp. 177–213 [Consultado a 16 de fevereiro 2024]. Disponível em https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9657

VOVELLE, Michel – *La mort et l'Occident: de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1983.

VOVELLE, Michel – *Mourir autrefois : attitudes collectives devant la mort aux XVII^e^ et XVIII^e^ siècles*. Paris : Gallimard, 1990.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de; RIBEIRO, Ana Isabel Sampaio – "The cult of the dead in Medieval Europe: revisiting a historiographical theme in times of crisis". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 25-40. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

A crise dos vivos: uma crise na comemoração dos mortos? A propósito do "Livro das Capelas" da catedral de Coimbra (século XIV)

The crisis of the living: a crisis in the commemoration of the dead? On the *Livro das Capelas* ('Book of Chapels') from Coimbra Cathedral (fourteenth century)

Maria Helena da Cruz Coelho
Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
3004-530 Coimbra, Portugal[1]

coelhomh@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-8030-4578

Data recepção do artigo / Received for publication: 28 de Fevereiro de 2024
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 17 de Setembro de 2024

[1] Trabalho financiado por fundos nacionais (PIDDAC), através da FCT (I.P./MCTES), no âmbito do projeto exploratório *COMMEMORtis – O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval*, com referência EXPL/HAR-HIS/0532/2021, http://doi.org/10.54499/EXPL/HAR-HIS/0532/2021.

RESUMO

Na segunda metade do século XIV, viviam-se anos de dificuldades económicas e de convulsão social, decorrentes das epidemias que dizimavam populações, dos maus anos climáticos que causavam fome, das guerras que mobilizavam homens e dinheiro e geravam violência e destruição. Este contexto de dificuldades vivia-se no reino e localmente, sentindo-se por isso também na cidade de Coimbra. Nesta cidade, na sua parte alta – a Almedina –, onde se erguia a catedral, sua paróquia mãe, faziam-se sentir outras tensões. Nesse espaço instalavam-se o paço episcopal, a residência de muitos cónegos, o paço régio, a residência de muitos oficiais e ainda o Estudo Geral e o bairro dos estudantes, coexistindo diversos poderes. Toda a tensão desses anos entrava mesmo por dentro da Sé, onde se enfrentavam o prelado Pedro Tenório e os cónegos do cabido. A perceção dessa ambiência difícil, leva-nos a questionar: essa situação terá tido repercussões na vida religiosa da paróquia da catedral? Poderia esse conflito condicionar o serviço religioso e, concretamente, o ofício de sufrágio pelos mortos? Tais questões, assim como as suas respostas, foram originadas pelo "Livro das Capelas", um manuscrito compósito elaborado na década de 1370, que nos discrimina as capelas existentes na Sé e as reformas que nelas foram introduzidas. Esse pequeno códice será o objeto de estudo deste artigo, em que daremos a conhecer a materialidade desse manuscrito, enquanto analisaremos o seu conteúdo, para, através dele, respondermos aos quesitos que formulamos.

Palavras-chave: Comemoração dos mortos, Catedral de Coimbra, Livro das Capelas, Crise socioeconómica, Crise religiosa

ABSTRACT

The second half of the fourteenth century witnessed economic hardship and social upheaval, resulting from epidemics that decimated populations, bad weather that caused famine, and wars that mobilised men and money and generated violence and destruction. This context of difficulties was experienced across the kingdom and locally and was therefore also felt in the city of Coimbra. In the upper part of the city – the Almedina – where the cathedral, its mother parish, was located, there were further tensions at play. In this area many powers coexisted, as it was home to the episcopal palace – the residence of many canons – the royal palace – the residence of many officials – as well as the *Estudo Geral* (the University) and the student quarter. The tension of those years even breached the walls of the cathedral itself, where the prelate Pedro Tenório and the canons of the chapter clashed. The awareness of this difficult atmosphere leads to the question: did this situation have repercussions on the religious life of the cathedral parish? Could this conflict have affected religious services and, specifically, the office of suffrage for the dead? These questions, as well as their answers, were prompted by the *Livro das Capelas* (lit., 'Book of Chapels'), a composite manuscript drawn up in the 1370s, which details the existing chapels in the cathedral and the reforms to which they were subjected. The present article will focus on this small codex, describing its material aspects and analysing its content in search of answers to the proposed questions.

Keywords: Commemoration of the dead, Coimbra Cathedral, Book of Chapels, Socio-economic crisis, Religious crisis.

A paróquia-mãe da cidade de Coimbra, a igreja catedral de Santa Maria[2] estava agitada e em crise na década de 1370, o que se refletia na celebração litúrgica pelos mortos que nela há séculos se comemoravam.

Esse clima era propiciado por factores externos e internos. Digamos que no reino e na cidade de Coimbra havia convulsões socioeconómicas que, como ondas magnéticas, se repercutiam na vida da catedral. Do mesmo modo, no bispado, na diocese e na Sé conimbricense ocorriam graves problemas religiosos.

As cicatrizes da magna Peste Negra de 1348[3] e da igualmente vasta epidemia de 1361 eram ainda muito visíveis no mundo rural e urbano. No campo, por falta de mão-de-obra, avultavam as terras incultas e abandonadas, assistia-se a uma diminuição da cultura cerealífera, entreviam-se engenhos de transformação, entre lagares e moinhos, destruídos ou sem trabalhar. Na cidade muitas tendas e casas estavam derrubadas e não passavam já de pardieiros, assim como as obras de utilidade pública, entre pontes, chafarizes e fortificações, se encontravam em mau estado de conservação[4]. Por sua vez, os secos anos de 1355 e 1356 mais

[2] É muito abundante a bibliografia sobre a catedral conimbricense. Para um conhecimento dos seus primórdios, remetemos apenas para o estudo clássico de VASCONCELOS, António de – *A Sé Velha de Coimbra: apontamentos para a sua história*, 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930-1935 e a tese de doutoramento de MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra. A instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010.

[3] A bibliografia sobre a Peste Negra é vastíssima. Remetemos apenas para duas obras clássicas e com uma multifacetada abordagem da temática: BIRABEN, Jean-Noel – *Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens,* 2 vols. Paris: Mouton, 1975-1976; e BENEDICTOW, Ole J. – *The Black Death 1346-1353: The Complete History.* Woodbridge: The Boydell Press, 2004. Uma síntese desta epidemia em Portugal, no contexto global deste fenómeno, apresenta COELHO, Maria Helena da Cruz – "1348. The Black Death: the near 'global' plague". In FIOLHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro (eds.) – *The Global History of Portugal. From Prehistory to the Modern World.* Brighton, Chicago, Toronto: Sussex Academic Press, 2022, pp. 151-155 e sobre os seus efeitos socioeconómicos e mentais veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – "'Fugir depressa, para longe e por muito tempo': comportamentos dos homens acossados pela Peste". *Memórias 2020*, vol. L, Lisboa: Academia de Marinha, 2021, pp. 435-449.

[4] Sobre estas epidemias e o seu rasto, especialmente no campo, leia-se COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média,* vol. I, 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 21-26. Os efeitos da peste detectados na região minhota através de diversa tipologia documental foram estudados por OLIVEIRA, André Filipe – *A peste negra em Portugal: os casos do*

contribuíram para a falência da produção agrícola, manifestando-se fomes ou escassez de alimentos, de novo assinalados em 1364-1366[5].

Na década de 1370 a trilogia de ferro da peste, fome e guerra agravou o cenário de crise – 1374 terá sido ano de peste, as carências de bens alimentares fizeram-se sentir em 1371-1372 e em 1374-1376 e as guerras com Castela manifestaram-se nos anos de 1369-1370 e 1372-1373[6]. Conjugados todos este factores, as consequências negativas foram amplas[7]. A população diminuiu devido aos surtos epidémicos e houve ainda migrações de homens do campo ou de lugares mais inóspitos para centros urbanos mais desenvolvidos, que poderiam prometer-lhes melhores condições de vida. Acresce que era entre a gente laboriosa da terra e do mar que se recrutavam os homens para servir nas galés ou nas múltiplas exigências da guerra terrestre. Desde logo se percebe que no mundo rural diminuíram os braços para amanhar a terra, mas também nas cidades esses migrantes, sem especializações de trabalho e sem dinheiro, ainda que pudessem cultivar terras do aro urbano ou entregar-se aos serviços mais pesados dos diversos mesteres, não deixaram igualmente de contribuir para aumentar os índices de pobreza ou mesmo de vadiagem e marginalidade, ameaçadores da ordem e paz urbana[8].

A produção agrícola, muito em particular a dos cereais, baixa e o recurso à importação de grão tornou-se constante. Já o aproveitamento dos incultos favoreceu a criação de gado, trazendo dividendos positivos de mais carne para o consumo e de matérias-primas sustentadoras de atividades artesanais. Mas tal desequilíbrio no sistema agropecuário era nefasto, como bem se manifesta pela Lei das Sesmarias

Entre-Douro-e-Minho. Porto: FLUP, 2021 (tese de doutoramento). Disponível em: https://hdl.handle.net/10216/137710

[5] Cfr. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 3ª ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1978, pp. 257-259.

[6] Veja-se uma exposição sobre estas guerras, ilustrada com mapas, em MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, pp. 511-517; SOUSA, Armindo de – "1325-1480, Condicionalismos básicos". In MATTOSO, José (ed.) – *História de Portugal*, vol. 2, MATTOSO, José (coord.) – *A Monarquia Feudal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 342-343.

[7] Uma síntese destes efeitos negativos se colhe em MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, pp. 19-32.

[8] O empobrecimento e a pobreza encarada sob uma nova perspectiva económica, tomando o trabalho e a cultura material como causas e sinais da pobreza, é a temática estudada, sob diversos ângulos de abordagem, nos estudos da obra de BENITO, Pere; CAROCCI, Sandro; FELLER, Laurent (dir.) – *Économie de la pauvreté au Moyen Âge*. Madrid: Casa de Velázquez, 2023.

que D. Fernando promulgou em 1375, obrigando os proprietários ao cultivo obrigatório de parte das suas terras, do mesmo modo que exigia que os filhos de lavradores ou homens sem profissão se dedicassem ao trabalho agrícola[9], reiterando legislação já promulgada por D. Afonso IV após a Peste Negra[10]. A quebra da produção acarretava inevitavelmente a alta dos preços, em particular dos bens alimentares[11]. Mas também neste movimento dos preços se faziam sentir os efeitos da quebra da moeda, ocorrida entre 1369 e 1372, que causava a inflação[12]. A guerra exigiu de facto essa desvalorização monetária como um dos meios do seu financiamento, do mesmo modo que, para a custear, a Coroa teve ainda de sobrecarregar a população do reino com uma mais pesada carga fiscal. E as "uniões" e tumultos que percorreram todo o território do reino na década de 1370, a pretexto de várias razões políticas, não deixam de ser também expressão desses agravamentos militares, fiscais e económicos que se abateram sobre a população e ocasionaram esses movimentos sociais[13].

Coimbra, bem posicionada na rede de comunicações, centro urbano de vivo comércio e artesanato, importante diocese pontuada de mosteiros e igrejas, e igualmente cidade do Estudo, sofria o impacto de todos estes males. Em guerra com o rei de Portugal, Henrique II de Castela, entrando pela Beira, em meados de 1371, vai conquistando e devastando as cidades e vilas da Beira e da Estremadura no seu trajecto até Lisboa, onde chegou em Fevereiro de 1372[14]. Na área de Coimbra houve recontros militares entre portugueses e castelhanos, roubos de alimentos e destruição de engenhos de moagem[15]. A guerra com Castela levou D. Fernando a tomar medidas várias para segurança da população. Na urbe conimbricense,

[9] A publicação desta lei encontra-se em *Ordenações Afonsinas*, Livro IV. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, art. LXXXI, pp. 281-304.
[10] A legislação afonsina sobre a obrigação dos homens, desde os proprietários aos assalariados ou desempregados, se dedicarem ao trabalho agrícola, encontra-se publicada no *Livro das Leis e Posturas.* Ed. Nuno Espinosa Gomes da Silva. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971, pp. 440-442, 448-452, 467-468.
[11] Cfr. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, pp. 216-218.
[12] Cfr. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 210.
[13] Tumultos ocorridos em várias cidades e vilas como Lisboa, Santarém, Tomar, Abrantes, Leiria, Alenquer, Portel, Montemor-o-Velho, Sousel e Valença (MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 518).
[14] MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, pp. 515-516.
[15] Vejam-se pormenores destes acontecimentos em COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, vol. I, pp. 30-33.

esforçou-se por atrair povoadores para o circuito muralhado da Almedina, concedendo-lhes diversos privilégios entre 1372 e 1377[16]. Mas se a colina íngreme da Alta não era um espaço apetecível economicamente, pois que junto ao rio e nos arruamentos da Baixa se estabeleciam os mesteres e fluíam os circuitos do comércio[17], também não o era pela turbulência social.

Na realidade, no intramuros fixara-se o Estudo que a cidade acolheu, na sua alternância entre Lisboa e Coimbra, nos anos de 1308 a 1338 e de 1354 a 1377, bem como aí se instalara o privilegiado bairro dos escolares, o que originava fortes tensões entre os moradores da Almedina e a gente do Estudo[18]. Conflituosidade que mais latamente se alastrava a toda a urbe pelas liberdades do foro académico dos escolares e oficiais do Estudo e os grandes privilégios de que gozavam no seu abastecimento[19].

Mas a Alta era também o espaço político-militar do poder régio, marcado na paisagem urbana pelo castelo e pelo paço, o que, nas estadias na cidade da itinerante corte régia[20], acarretava o pesado encargo da aposentadoria da sua comitiva. Cumulativamente a Alta era o espaço religioso da catedral, do paço episcopal, de quatro colegiadas e de muitas casas de morada de cónegos e clérigos, protegidos

[16] COELHO, Maria Helena da Cruz – "Coimbra Trecentista. A Cidade e o Estudo". *Biblos* LXVIII (1992), pp. 346-347 e CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – "Um equilíbrio de poderes: distribuição populacional e direitos paroquiais em Coimbra (1377-1385)". In ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina; SILVA, Gonçalo Melo; PRATA, Sara (eds.) – *Espaços e poderes na Europa urbana e medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2018, pp. 397–420.

[17] Sobre esta dinâmica urbanística e socioeconómica de Coimbra na Baixa Idade Média, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – "Coimbra em tempos medievais (século XIV-XV)". In ENCARNAÇÃO, José d' – *A História tal qual se faz.* Lisboa: Edições Colibri, 2003, pp. 65-78.

[18] COELHO, Maria Helena da Cruz – "Coimbra Trecentista. A Cidade e o Estudo", pp. 341-342.

[19] Veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz – "Coimbra et l'Université: Complementarités et Oppositions". In GILLI, Patrick; VERGER, Jacques; LE BLÉVEC, Daniel (eds.) – *Les Universités et la Ville au Moyen Âge. Cohabitation et Tension.* Leiden-Boston: Brill, 2007, pp. 309-326; COELHO, Maria Helena da Cruz; FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Hermínia Vasconcelos – "O *Studium* medievaL português: singularidades de um caso periférico". *Studia Historica. Historia Medieval,* 36 (2018), pp. 96-98.; COELHO, Maria Helena da Cruz; FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Hermínia Vasconcelos – "The Portuguese University and the crisis of the end of the fourteenth century. Gains and losses". In NOVARESE, Daniela; PELLERITI, Enza (eds.) – *Università "contro"? Il ruolo degli atenei negli ordinamenti in crisi.* Bolonha: Il Mulino, 2020, pp. 138-139.

[20] E lembremos que as primeiras Cortes do reinado de D. Fernando poderão ter sido reunidas em Coimbra em 1367 ou 1369 (MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, Nuno José Pizarro Pinto (eds.) – *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383).* Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 11.).

pelo foro eclesiástico e beneficiados com isenções de tributos e serviços[21]. Os reflexos dos males do reino e da agitação da urbe, particularmente no tecido social da Almedina, não ficaram às portas da Sé. Entraram dentro dela. Afectaram-na nos seus bens e rendimentos e contaminariam a desejada paz interna da comunidade clerical.

Na maioria da década de 70 esteve à frente da diocese o bispo D. Pedro Dias Tenório (1371-1377)[22]. Proveniente da nobreza toledana, possuía uma elevada formação cultural, tendo sido Doutor em Direito Canónico, havendo ensinado na Universidade de Roma (1364) e tendo sido Reitor da Universidade de Perusia. Politicamente apoiou o partido dos Trastâmaras contra D. Pedro I de Castela (1350-1369), que levou à ascensão ao trono de Henrique II (1369-1379). Colaborou estreitamente com os monarcas Juan I (1379-1390) e Henrique III (1390-1401), ainda que, na sequência da batalha de Nájera, em que o partido trastamista foi derrotado, se tivesse exilado primeiro para França e depois para Portugal. Foi cónego de Lisboa entre 1364 e 1371, recebendo antes e depois dessas datas outros canonicatos e prebendas em Toledo, Sevilha, Toro e Zamora, muito lhe valendo a proteção do Cardeal Guido de Bolonha. Ascendeu ao bispado de Coimbra em 1371 e esteve à frente da diocese até 1377[23]. Neste último ano ainda mais se elevou na sua carreira eclesiástica, passando a ser, até à sua morte, em 1399[24], arcebispo de Toledo[25],

[21] Para uma visão ampla da evolução da Almedina de Coimbra, leia-se ALARCÃO, Jorge – *Coimbra. A montagem do cenário urbano.* Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, pp. 83-133 e sobre o contexto urbano coimbrão no século XIV, COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Município de Coimbra. Monumentos Fundacionais.* Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra-Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 55-59.

[22] A sua vida e protagonismo, muito contextualizado na política castelhana, são descritos no século XVI por NOGUEIRA, Pedro Álvares – *Livro das Vidas dos bispos da Sé de Coimbra.* Coimbra: Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1942, pp. 127-139. Correlativamente, acentuando a sua presença em Toledo, veja-se NARBONA, Eugenio – *Historia de D. Pedro Tenorio arçobispo de Toledo, dos libros*.Toledo: Juan Ruyz de Pereda, 1623.

[23] A vida de D. Pedro Tenório, em particular nos tempos em que esteve em Coimbra, foi destacada por SÁNCHEZ SESA, Rafael – "Don Pedro Tenorio (c. 1328-1399). Aproximación a la vinculación eclesiástica, familiar y política de un arzobispo toledano al reino de Portugal". *Revista da Faculdade de Letras. História*, 15:2 (1998), pp. 1479-1491.

[24] Sobre estes derradeiros anos da sua vida, leia-se CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – "Los últimos años del pontificado de Pedro Tenorio: contextos políticos, ámbitos de actuación, muerte y testamento de un primado toledano (1393-†1399)". *Hispania Sacra*, 72 (2020), pp. 151-176.

[25] Para alguns aspectos do seu mecenato artístico e acção eclesiástica reformadora, sobretudo no enquadramento toledano, vejam-se os estudos de OLIVARES MARTINEZ, Diana – "Albornoz, Tenorio y Rojas: las empresas artísticas de tres arzobispos de Toledo en la Baja Edad Media. Estado de la cuestión". *Estudios Medievales Hispánicos*, 2 (2013), pp. 140-148 e SANCHEZ SESA, Rafael – "Don

ascendendo então ao episcopado conimbricense ainda um outro prelado castelhano, D. João Cabeça de Vaca[26].

D. Pedro Tenório, enquanto prelado de Coimbra, teve graves dissídios com o cabido catedralício. Desde logo retirou-lhe rendimentos – as terças das igrejas de S. Facundo, Anobra, Antanhol, dos casais de Sever e das igrejas de Coimbra e do arciprestado de Linhares. E chegou mesmo a excomungar os cónegos que pretendiam receber as dízimas de S. Julião da Figueira. Obrigava os cónegos ao pagamento dos documentos que tiravam junto dos juízes eclesiásticos, encargo de que sempre tinham estado isentos, e não lhes entregava as 450 libras destinadas aos gastos do cabido, com demandas junto do rei ou da sé apostólica, cerceando-lhes assim, por falta de verbas, o seu direito de judicialmente fazerem valer os seus direitos. Mais ainda se negava a dar-lhes 15 marcos de prata que o bispo D. Egas instituíra para repartir pelos cónegos que estivessem presentes na Salve Rainha[27]. Atente-se que todas as contendas foram de natureza económica, pretendendo o prelado reter rendas que financiavam a mesa capitular, com elas engrossando as da mesa mitral.

A conflituosidade interna envolvia ainda os cónegos e a clerezia da catedral. O cerne da disputa era a comemoração dos mortos. Como se espelha no *Livro de Aniversários da Sé de Coimbra*, o conhecido *Livro das Kalendas,* que se inicia no século XIII, as celebrações fúnebres desmultiplicavam-se e acumulavam-se no espaço sagrado da

Pedro Tenorio y la reforma de las Órdenes monásticas en el último tercio del siglo XIV – La vinculación del prelado a la espiritualidade jerónima". *En la España Medieval,* 18 (1995), pp. 289-302.

[26] Estes dois episcopados, entre outros, são abordados nos estudos de SANCHEZ SESA, Rafael – "Obispos procedentes de Castilla y proyectos de reforma en la sede de Coimbra (1358-1407)". *Hispania Sacra,* 51:104 (1999), pp. 770-776 (Pedro Tenório), pp. 776- 777 (João Cabeça de Vaca); RODRIGUES, Manuel Augusto – "D. Pedro Tenório (1371-1378) segundo o *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimhra*". In FONSECA, Luís Adão; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coords.) – *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 827-834 (alude, entre outros bispos, a Pedro Tenório e João Cabeça de Vaca); MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – "Bispos em tempos de guerra: os prelados de Coimbra na segunda metade do século XIV". In *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais, "A Guerra e a Sociedade na Idade Média",* vol. I. Porto de Mós, Alcobaça, Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais-Sociedade Española de Estudios Medievales, 2009, pp. 545-546 (Pedro Tenório e João Cabeça de Vaca).

[27] NOGUEIRA, Pedro Álvares – *Livro das Vidas dos bispos da Sé de Coimbra,* pp. 127-128. Por todas estas extorsões o cabido moveu-lhe uma demanda, que veio a ser sentenciada mais tarde pelo bispo D. Martinho Afonso de Miranda (1386-1398).

igreja e do claustro catedralícios[28]. Este serviço religioso, a cargo de muitos clérigos e capelães, suportava-se com os bens e rendimentos dos fiéis, que à hora da morte haviam escolhido a Sé para lugar da sua sepultura ou de oração por sua alma. Mas na década de 70 tais prédios e rendas não eram já tão proveitosos como em tempos anteriores, dada a crise a que aludimos, prejudicando o sufrágio pelos defuntos.

Este quadro chega até nós pelo testemunho escrito do próprio clero da catedral. Referimo-nos ao manuscrito que é conhecido como "Livro das Capelas"[29], que sendo a fonte primordial do nosso estudo teremos de brevemente apresentar.

Figura 1. Sinal do tabelião de Coimbra, João Afonso. (ANTT – Sé de Coimbra, 2ª incorp., m. 52, doc. 2051, fl. 1)

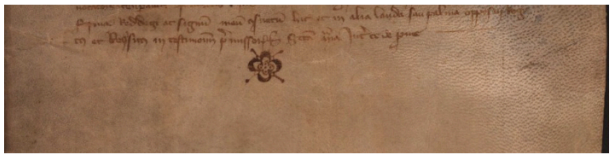


Figura 2. Sinal do tabelião de Coimbra, Gomes Anes. (ANTT – Sé de Coimbra, 2ª incorp., m. 52, doc. 2051, fl. 14)

[28] Manuscrito publicado na obra *Liber Anniversariorum Ecclesie Cathedralis Colimbrinesis (Livro das kalendas)*, 2 vols.. Ed. Pierre David; Torquato de Sousa Soares. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947. E sobre as temáticas que o conteúdo deste livro possibilita leia-se o estudo de COUTINHO, José Eduardo Reis – "Introdução geral ao *Liber Anniversariorum Ecclesie Cathedarlis Colimbrinesis (Livro das kalendas)*". *Humanitas* L (1998), pp. 419-436. Sobre o culto dos mortos na cidade de Coimbra ver também CAMPOS, Maria Amélia – "Death Commemoration Strategies in Medieval Portugal: A Mirror of Lay Participation in Religious Parochial Life (The Case of Coimbra)", *Religions*, 14.12 (2023), 14-43 https://doi.org/10.3390/rel14121443.

[29] Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051.

Trata-se de um códice de pergaminho, encadernado com o mesmo material, composto de 14 folios. Encontra-se escrito numa letra gótica cursiva elegante e de módulo pequeno, usando uma tinta ferro-gálica castanha, nele se espelhando duas mãos. O tabelião régio de Coimbra, João Afonso, escreveu-o do fólio 1 até metade do fólio 13v, tendo aposto em todos os fólios (rosto e verso) o seu sinal. Uma outra mão, mas com uma escrita muito similar à do anterior, ocorre na metade inferior do fólio 13v e no seguinte. Trata-se da mão do tabelião de Coimbra, Gomes Anes, que nesses fólios coloca o seu sinal. Este códice foi muito manuseado, pois apresenta muitas notas marginais, em ambas as margens, normalmente contendo resumos do essencial que se encontrava escrito, de diferentes épocas[30], ou ainda *marginalia* com sinais de mãos e dedos que apontam para o texto[31] ou outros traçados figurativos antropomórficos ou zoomórficos[32]. A classificação tipológica do manuscrito torna-se complexa, dado que o seu conteúdo é bastante diversificado. Na realidade contém um livro de capelas, elaborado por cónegos da Sé, que não apresenta datação, inclui um documento com resoluções sobre essas mesmas capelas tomadas no ano de 1375 e engloba ainda um regimento dos capelães das referidas capelas desse mesmo ano, bem como uma modificação de uma das cláusulas deste último, ocorrida em 1378[33].

Conhecida a fonte, abonemos então o que vínhamos referindo. No dia 3 de outubro do ano de 1375, no claustro da Sé, estando presente o seu bispo D. Pedro Dias [Tenório], reunia o cabido catedralício: cinco dignidades da catedral – o deão, o

[30] Como exemplos, Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fls. 2, 10, 13v.
[31] Por exemplo, Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fls. 8v, 9, 9v, 11v.
[32] Exemplos: Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fls. 3v, 9, 9v, 10v, 11v, 12v.
[33] Faz parte do fundo dos manuscritos da Sé de Coimbra e encontra-se guardado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051). Estudámos este códice nas suas características internas e externas, codicológicas, paleográficas e diplomáticas no estudo "*O 'Livro das Capelas' da Catedral de Coimbra (séc. XIV). Caracterização tipológica e perspectivas de investigação"*, que apresentámos no Workshop "COMMEMORtis. What survives after death in the medieval city? Interim discussions on an ongoing research project", que teve lugar em Madrid, Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Autónoma de Madrid, nos dias 30 e 31 de janeiro de 2023. Temos já finalizada a sua transcrição e preparamos e sua edição em coautoria com Maria Amélia Álvaro de Campos.

chantre e três arcediagos[34] – juntamente com oito cónegos[35], com o testemunho e participação do tabelião régio de Coimbra, João Afonso. Foi então mostrado um livro[36], que arrolava trinta e três capelas e meia instituídas na catedral (que envolviam talvez 39 capelanias e meia[37]), os seus instituidores e os bens que lhes estavam afetos[38]. E desde já será de assinalar que este número de capelas e capelanias era muito elevado como decorre da comparação com as capelas da região de Avinhão[39].

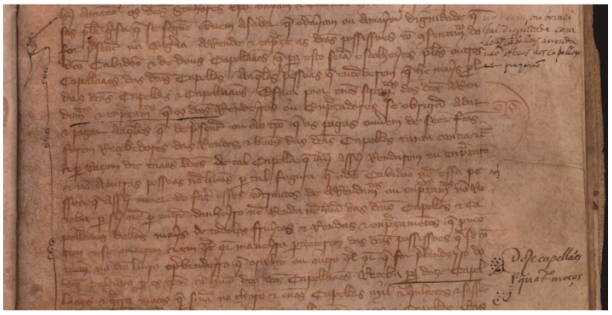


Figura 3. Notas marginais do manuscrito (ANTT- Cabido da Sé, 2ª incorp., mç. 52, doc. 2051, fl. 9).

[34] Discriminando: o deão Martim Lourenço, o chantre Afonso Esteves, o arcediago do Vouga João Serrão, o arcediago de Penela Gonçalo Peres e o arcediago de Seia Vasco Martins.
[35] Eram eles: Estevão Peres, João Afonso, Afonso Martins, Gonçalo Esteves, Martim Fernandes, Afonso Esteves chantre do Porto, Pedro Anes e Vicente Martins.
[36] Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 1: "...foi mostrado huum livro em que eram contheudas todallas capellas que forom leixadas e hordinhadas na dita See de Coimbra e os beens que lhii com ellas forom leyxados pera se cantarem e manteerem pera sempre e as pessoas per que forom leyxadas e hordinhadas cada hũa sobre sii as quaes som per todas trinta e tres capellas e mea...".
[37] A dúvida no número apresentado reporta-se ao facto de em certas capelas nada se dizer quando ao número de capelães. Já no caso da meia capela se sabe que o capelão rezava missa diariamente apenas durante metade do ano.
[38] Para o aprofundamento sobre a instituição e funcionamento dos diferentes tipos de capelas, de acordo com a administração dos bens e o estatuto do clérigo encarregado de celebrar os sufrágios – "capelas-doação", "capelas-benefício", "capelas-serviço", vindo a desembocar nas "capelas-morgadio" – bem como sobre a ideologia e práticas religiosas que as enformam, leia-se ROSA, Maria de Lurdes Pereira – *"As almas herdeiras". Fundação das capelas fúnebres e afirmação das almas como sujeito de direito (Portugal 1400-1520)*. Lisboa: École des Hautes Études en Sciences Sociales-FCSH da UNL, 2005, pp. 426-526.
[39] Assimilam-se de facto aos mais altos valores de capelanias que existiam nas igrejas avinhoenses, como em Notre-Dame des Doms, em que, nos inícios do século XV, havia 30 capelanias que ascenderam em 1433 a 49 (CHIFFOLEAU, Jacques – *La Comptabilité de l'Au-Delà. Les Hommes, la Mort et la Réligion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge (vers 1320-vers 1480).* Roma: École Française de Rome, 1980, pp. 33-334).

Tal "Livro das Capelas" fora cuidadosamente elaborado[40], tendo tido como examinadores dos testamentos dos benfeitores, o arcediago do Vouga, João Serrão, pela parte do bispo, e o chantre da Sé, Afonso Esteves[41], e o cónego João Afonso, pela parte do cabido, que o assinaram[42]. Foi então decidido que o referido livro fosse trasladado num manuscrito em pergaminho e validado com o sinal público do tabelião régio de Coimbra, João Afonso[43]. O objetivo deste documento ficava claramente especificado logo na sua abertura e era de natureza económico-religiosa: evitar, ou talvez antes, acabar com as disputas que existiam entre o cabido, os capelães e os provedores das rendas das capelas. Assim se explicitava: "tirar arruido e contenda antre os ditos cabiddo e os capellãaes que ouvesem de celebrar en nas ditas capellas e o proveedor e recebedor dos fruiitos e rendas das ditas capellas"[44]. Argumento que se articula com um outro que se expende num segundo diploma, de que adiante falaremos, em que se regista que: "ante temporis magne mortalitatis [...] bona per ipsos capellanis relita erant fortius meliora quam adpresens"[45] . Com toda a clareza fica expresso, e neste último caso por parte do prelado da catedral, que devido à Peste Negra e, evidentemente, a toda a sequência de epidemias, fomes e guerras que a secundaram, os proventos dos bens das capelas tinham-se reduzido. Portanto uma primeira decisão foi a redação de uma nova memória fúnebre, que se traduziu em árdua e alongada tarefa, dado que os redatores tiveram de consultar os

[40] Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 1: "O qual livro segundo os ditos senhores bispo, dayam e cabidoo diziam fora sacado e concertado com diligencia com os testamentos dos finados que as ditas capellas hordinharam...".
[41] Poderia o chantre ser também o *armarius,* portanto o arquivista da catedral. HUYGHEBAERT, H. – *Les Documents nécrologiques,* Col. *Typologie des sources du Moyen âge occidental,* fasc. *4.* Louvaina: Brepols Turnhout, 1972, p. 48 refere que os necrológios que são anónimos têm sempre um autor presumível, o cantor da igreja ou do mosteiro, que era também *armarius*, portanto o arquivista e notário da casa.
[42] Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 1: "... e outrossy os ditos senhores disserom que pera assy concertarem e hordinharem o dito livro com os ditos testamentos fora dado pela parte do dito senhor bispo o dito Joham Serrano arcediagoo de Vouga e pola parte dos dicto dayam e cabidoo forom dados pera ello os ditos Affonso Stevez chantre da dita See e Joham Affonso coonigo. Os quaes segundo diziam viram os ditos testamentos e os examinarom com diligencia e sacarom ende delles tudo o que pertencia aas ditas capellas...". Quem assina, normalmente, é o arcediago e o cónego João Afonso.
[43] Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 1: "... e pera perpetua rey memoria os ditos senhores bispo, dayam e cabidoo mandarom a mim dito taballiam screver o dito livro em pergaminho pela guisa que estava concertado e soscripto e assiinado per mãao dos sobreditos examinadores que segundo dito he pera ello forom deputados e que por mha mãao o assiinasse do signal de que huso no dito officio em que faça fe pera sempre...".
[44] Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 1.
[45] Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 10v.

testamentos dos instituidores, cuja data por vezes apresentam[46], e igualmente o *Livro de Aniversários*, para onde em certos assentos remetem[47]. Ocasionalmente traduziram certos testamentos ou extractos de testamentos do latim para romance[48] e também, no caso do *Livro de Aniversários,* não houve uma cópia, mas adaptações. Desde logo, porque apenas alguns nomes do *Livro das Kalendas* passaram para este, uma vez que aquele livro engloba assentos de aniversários desde o século XIII ao XVI e o que se redigia era dos anos 1370. Mas também é certo que o primitivo obituário se propunha anotar aniversários e só esporadicamente aludia a benfeitores que instituíram capelas, que são instituições distintas[49], como se sabe, ainda que em alguns casos, no assentamento dos aniversários, se trasladasse mesmo as suas últimas vontades.

Neste "Livro das Capelas" inscrevem-se 27 benfeitores, que fundaram capelas[50] e lhes afectaram capelães, tendo sido os testamenteiros a dar execução ao legado

[46] Entre outros, a título de exemplo: refere-se que o testamento de D. Vataça foi feito a 21 de Abril da era de 1374 (1336); o de D. João Martins de Soalhães a 23 de Março da era de 1329, o do bispo de Coimbra D. Pedro, a 4 de Novembro da era de 1339, o do mestre-escola da Sé de Coimbra João Peres, a 18 de Novembro na era de 1329 (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fls. 1-2, 2v-3, 3v-4, 6-6v).

[47] Tal remissão surge, por exemplo, no assento da capela de D. Joana, senhora de Atouguia e no de João Gonçalves Timenho (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fls. 3v, 8v).

[48] Assim no caso da cláusula do testamento do deão de Coimbra, Mestre Estêvão. O seu completo testamento, escrito em latim, encontra-se publicado em *Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325).* Ed. Maria do Rosário Morujão. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010, 2.33, pp. 336-340 com a data de Coimbra, 16 de Março de 1285. Todavia o "Livro das Capelas" refere a data de 16 de Março de 1286 (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 5v).

[49] As capelanias asseguravam a subsistência de um clérigo que devia rezar quotidianamente por alma do doador, enquanto o aniversário, embora envolvendo a mesmo lógica da repetição dos sufrágios, assume-se como uma missa cantada em data fixa, seja a da morte do testador, seja a da festa do seu santo patrono (CHIFFOLEAU, Jacques – *La Comptabilité de l'Au- Delà*, pp. 332-336). E para o caso de instituições de aniversários e capelas nos testamentos portugueses, veja-se VILAR, Hermínia Vasconcelos – *A vivência da morte no Portugal Medieval. A Estremadura portuguesa (1300-1500).* Redondo: Patrimonia, 1995, pp. 219-221.

[50] Joana Antunes, no seu estudo sobre a estrutura e recheio da capela-mor da Sé de Coimbra, alude às capelas desaparecidas de Santa Clara e S. Geraldo, cada uma na extremidade do transepto, e de Santa Maria Madalena, encostada à extremidade ocidental do coro junto à porta do claustro e ainda aos altares de Santa Maria, do Anjo, de S. Sebastião, de Santa Bárbara, de S. Nicolau e dos Santos Cosme e Damião (ANTUNES, Joana – "(Re)viver a Sé Velha de Coimbra. Equipamentos litúrgicos da capela-mor medieval (séculos XIV-XV)". In *El mundo de las catedrales. Pasado, presente y futuro. Congreso Internacional VIII Centenario Catedral de Burgos.* Burgos: Fundación VIII Centenario de la Catedral, 2021, pp. 701-702). Os benfeitores do "Livro das Capelas" instituíram capelas nas citadas capelas de S. Geraldo, Santa Clara e Santa Maria Madalena (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fls. 3v (S. Geraldo - bispo de Coimbra D. Pedro), fl. 2 (Santa Clara – Lourenço Esteves, chantre de Viseu e cónego de Coimbra), fl. 3 (Santa Maria Madalena – D. Joana,

testamentário em dois casos. Os itens não são uniformes, e apesar de alguns serem bem mais desenvolvidos que outros, apontam, genericamente, as obrigações das capelas e ainda de outros serviços religiosos, e enunciam os bens que lhes estavam afectos. No conjunto dos instituidores, 59,3% dizem respeito a eclesiásticos e 40,7% a leigos. Entre os primeiros, figuram 1 bispo, 1 arcediago, 2 deões, 3 chantres, 1 mestre escola, 7 cónegos e 1 raçoeiro. Entre os leigos assinala-se a presença de 5 mulheres e de 2 casais, sendo alguns membros da nobreza ou da aristocracia urbana, portanto gente com posses, pois só estes podiam dispor de bens que garantissem esse repetido e perpétuo sufrágio[51].

Na discriminação destes assentos, percebemos que muitas capelas tinham mais que um capelão, apresentando 2, 3 ou mesmo 5[52], e que as obrigações e rendimentos que auferiam dos bens destinados às capelanias eram muito variáveis. Havia então capelães a receber 100 libras[53], alguns 50[54] e outros 42[55] ou 40[56], todos devendo ser

senhora de Atouguia). Mas acrescentaram-se ainda capelas em novos altares como os de S. Martinho (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra,* 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 2v – conde D. Martinho), Santo Ildefonso (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 2v – cavaleiro Afonso Peres), Santo Estêvão (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 5v – o deão de Coimbra, Mestre Estêvão), Santa Maria (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 4v – Lourenço Martins dito Magro e sua mulher D. Teresa Godins) e Santiago (Lisboa, ANTT, Cabido da Sé de Coimbra, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 8 – na capela de Santiago rezava-se pela rainha D. Teresa). No claustro havia ainda as capelas de S. Miguel (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 6v – cónego de Coimbra, Pero Fernandes; fl. 8 – D. João Gonçalves Timenho), a de Santa Maria (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 7 – deão de Lisboa, Egas Magro) e a capela que foi do chantre da Sé Fernão Garcia (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 7v- cónego Fernão Peres).

[51] Cfr. com os altos benfeitores avinhoenses que instituem capelanias, CHIFFOLEAU, Jacques – *La Comptabilité de l'Au-Delà,* p. 333.

[52] Cinco tinha a capela de D. Vataça, sendo o único caso, dois, por exemplo a capela do cavaleiro Afonso Peres, e três a capela de D. João Gonçalves Timenho. De facto, como bem salienta Chiffoleau, o número de capelanias ultrapassa o número de capelas, (CHIFFOLEAU, Jacques – *La Comptabilité de l'Au-Delà*, p. 332).

[53] Capela de D. Vataça (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 10v. fls. 1-2). Esta capela situava-se no coro central da Sé, que ocupava dois tramos da nave central e parte do cruzeiro, com uma porta ocidental, encimada por um crucifixo (ANTUNES, Joana – "(Re)viver a Sé Velha de Coimbra. Equipamentos litúrgicos da capela-mor medieval (séculos XIV-XV)", p. 702).

[54] Capela do chantre de Viseu e cónego de Coimbra, Lourenço Esteves; capela de D. João Martins Soalhães; capela de João Domingues Beleágua (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, respetivamente, fl. 10v., fls. 2, 2v, 8v).

[55] Capela do mestre escola João Peres (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fls. 10v, 6).

[56] Capela do chantre D. Pero Martins; capela do cónego Fernão Peres; capela de D. João Gonçalves Thimenho (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, respectivamente, fls. 4v, 5, 8).

idóneos e não concubinários. Certos capelães ainda eram contemplados com mais algum dinheiro para pitanças[57].

Variavam igualmente os serviços. Assim, por exemplo, um dos dois capelães da capela do bispo de Coimbra D. Pedro celebrava diariamente uma missa de *requiem* e o outro as missas feriais[58], tendo ainda de rezar todas as horas canónicas com os cónegos[59]. Na capela do cónego Mestre Gonçalo os dois capelães celebravam todos os dias missa de *requiem* e cada Sexta-feira uma missa cantada da cruz com procissão sobre o seu monumento fúnebre, além de rezarem as horas canónicas [60]. Aos capelães ou outros clérigos ou cónegos caberia ainda rezar aniversários que os benfeitores instituíam com dotações específicas[61].

Questão sensível seria o apuramento dos sobejos das rendas, depois de pagos os encargos fixos, que, no geral, revertiam para diversas celebrações a cargo dos cónegos do cabido ou para alumiar lâmpadas e cuidar da manutenção das capelas. É certo que, no caso da luz dos altares, esta era comummente garantida pelo azeite que provinha dos olivais que lhes estavam consignados[62]. O prebendeiro, no geral um leigo, responsável pelo recebimento de tais rendimentos, tinha nesta matéria um papel fundamental, mas que acarretaria não pouca conflituosidade.

---

[57] Por exemplo, cada um dos três capelães da capela de D. João Gonçalves Thimenho recebia 5 soldos por pitança nos dias santos de Santa Maria de Agosto, de S. Miguel de Setembro, de Todos os Santos, e ainda nas festividades crísticas do Natal, Páscoa e Pentecostes (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 8).

[58] Sobre a variedade de missas, principal viático no caminho para o Além a partir do século XIV, veja-se CHIFFOLEAU, Jacques – *La Comptabilité de l'Au-Delà,* pp. 324-326.

[59] Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 3v.

[60] Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 4.

[61] Por exemplo, os testamenteiros do chantre da Sé, Pedro Martins, deixavam ao cabido 10 libras para um aniversário; o mestre escola de Coimbra, João Peres, queria que os resíduos da sua capela se destinassem ao seu aniversário e Boa Peres determinava que das rendas de um casal os cónegos do cabido reservassem 3 morabitinos para um aniversário (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fls. 5, 6, 8).

[62] Assim, o deão de Coimbra, Mestre Estêvão, "mandou o seu olival do Cidral pera alumear a sua lanpada da prata que esta antre o altar mayor de Sancta Maria que arda de dia e noyte pera sempre" (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 5v). Também o chantre da Sé de Coimbra, D. Pedro Martins deixou "huum olival que avya em Villa Franca pera lhy alumearem de noyte hũa lanpada que esta ante o Croceffixo que he posto ante a porta do ouciintal e a porta do choro" (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 4v). O bispo de Coimbra D. Pedro "mandou per hũa lanpada que ardesse ante a capella huum dos seus olivaaes" (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 4).

Logo, perante esta multiplicidade de proventos dos capelães e da desigual afectação de rendas dos bens das capelas, foram tomadas decisões muito específicas. Reduziu-se, desde logo, o número de capelães para 12, acolitados por 4 moços de capela[63]. Especificou-se com precisão a forma de apurar os rendimentos. E, por fim, determinaram-se montantes fixos para os diversos oficiantes[64].

Quanto ao aproveitamento dos bens, determinaram então o bispo, o deão e o cabido que o deão, ou a maior dignidade que existisse na igreja, arrendaria os bens com o consentimento do cabido e de dois capelães, escolhidos para o efeito pelos demais. O prebendeiro do cabido[65] receberia depois as rendas desses bens e entregaria a 12 capelães e 4 moços que servissem no coro e nas capelas 1560 libras. O dinheiro devia estar arrecadado numa arca de duas fechaduras, tendo uma chave o prebendeiro e outra um dos capelães, para um isento controlo do dispêndio monetário, ficando a mesma guardada em casa do prebendeiro[66]. Tal prebendeiro juraria, perante o deão e o cabido, cumprir escrupulosamente as suas funções, sendo passado um instrumento público desse juramento, que ficava na posse dos capelães[67]. Por sua vez também o bispo e cabido juravam que não interfeririam no dinheiro da arca dos capelães[68].

---

[63] Esta redução de capelanias, ou mesmo a sua extinção por falta de rendimentos, ocorreu também nas paróquias da região de Avinhão (CHIFFOLEAU, Jacques – *La Comptabilité de l'Au- Delà,* pp. 333-334).

[64] Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 9, 9v.

[65] Sobre a relevância destes funcionários no quotidiano capitular, ver CAMPOS, Maria Amélia – "Un quotidien partagé entre clercs et laïcs : la gestion de la vie communautaire des chapitres séculiers de Coimbra d'après leurs statuts (XIVe et XVe siècles) ". In MASSONI, Anne; CAMPOS, Maria Amélia (eds.) – *La vie communautaire et le service à la communauté : L'exemple canonial et ses répercussions dans le monde laïc (Europe Occidentale, du XIe au XVe siècle).* Évora: Publicações do Cidehus, 2020.

[66] Tal é o clausulado: "…e as dictas mil e quinhentas e sasseenta libras que assy forem recebudas pera o dicto prebendeyro com o dicto capellam pera as dictas capellas e capellãaes e moços commo dicto he devem ficar postas em hũa arca de duas fechaduras com suas chaves desvayradas das ques chaves tenha hũa o prebendeyro e a outra huum dos capellãaes a qual arca deve ficar posta em casa do dicto prebendeyro e nom em outros tesouros nem em outra casa nenhũa" (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 9).

[67] Assim se estipula: "Outrossy hordinharom que este que agora he prebendeyro e qualquer que o for daqui adeante jure logo commo entra de bem e fielmente receber e recadar todolos fruytos rendas de todolos beens que aas dictas capellas perteencem e outrossy que bem e fielmente guarde os dinheiros das capellanias e que non os de a mandamento do bispo nem do cabidoo salvo pera pagar os capellãaes e moços e outrossy pera aquelas cousas que forem necessarias aas capellas. E este juramento sejam theudos o dayam e cabidoo de o tomar ao prebendeyro e deve-lho fazer logo commo entrar por prebendeyro ao qual juramento se tome stromento pubrico e se guarde pelos capellãaes" (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 9v).

[68] Especificava-se: "…os sobredictos senhores bispo dayam e cabidoo *singulariter et capitulariter* por sy e por aqueles que depos elles veerem jurarom e prometerom corporalmente aos Sanctos

Se o dinheiro das rendas não atingisse aquele valor, clarificava-se que o cabido não seria obrigado a completá-lo com o que estivesse destinado à sua mesa. E era também à custa dos rendimentos dos bens das capelas que se suportavam os custos da arrecadação das respetivas rendas. Caberia ainda ao cabido 307 libras e ao bispo 20 libras pela visitação.

Pagos esses encargos, se houvesse algum resíduo das rendas, seria arrecadado pelo cabido, cumprindo-lhe fazer as melhorias necessárias nos bens que se encontravam ligados às capelas. Também reverteria para o cabido um terço do montante correspondente às ausências dos capelães, mas já os réditos das distribuições quotidianas se destinavam às capelanias que estivessem vagas. Mais se acrescentava que se houvesse alguma demanda sobre bens, possessões ou rendas das capelas, o cabido, dado os proventos que auferia, devia arcar com as custas, salvo se o montante dos resíduos não chegasse para tal, tendo então de se recorrer à arca das capelas. Igualmente ficava esclarecido que os olivais de onde procederia o azeite que se destinava a sustentar lâmpadas não estavam incluídos neste conjunto de bens, sendo o recebedor das capelas responsável por arrecadar os frutos neles colhidos e os destinar a tal fim[69].

Estas medidas restritivas, que reduziram em quase dois terços o número de capelas existentes, passando de 31,5 a 12, assistidas pelo mesmo número de capelães perpétuos, tinham claramente em vista adaptar os meios aos fins. Na verdade, pretendia-se uma dignificação da remuneração dos capelães, que revertesse numa dignificação do seu ofício de perene sufrágio dos mortos.

Evangelhos de assy guardar teer e comprir todalas cousas sobredictas e cada hũa dellas…" (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 10).

[69] Fica determinado: "Item hordinharom que em esta soma nom se contem os olivaaes que specialmente forom mandados pera alumiar as lampadas mays que sejam colheytos e apanhados per o recebedor das capellas pera alumear as lampadas segundo foy hordinhado pelos passados" (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 10v). A importância da olivicultura e produção oleícola para a luminária litúrgica na cidade e termo de Coimbra foi já realçada no estudo de COELHO, Maria Helena da Cruz; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – "O Regimento dos Lagares de Azeite de Coimbra do século XVI. Os agentes e mecanismos de controlo, os objetos e as práticas regulamentadas". In MELO, Arnaldo Sousa de; SEQUEIRA, Joana (eds.) – *Regulamentação dos Mesteres em Portugal nos finais da Idade Média*, vol. 1. Braga: Lab2PT-Laboratório de Paisagens, Património e Território, 2022, pp. 87-91.

E tal fica corroborado pela segunda medida tomada pelos dignitários da Sé de Coimbra e que originou uma outra memória escrita. Assim, a 5 de outubro do mesmo ano de 1375, reuniam-se na catedral o seu prelado D. Pedro Tenório, os arquidiáconos do Vouga, de Seia e de Penela, o deão e o chantre do cabido[70], juntamente com sete cónegos[71] com a finalidade de definirem os estatutos das capelas da catedral, que, porque destinados à clerezia, foram escritos em latim[72].

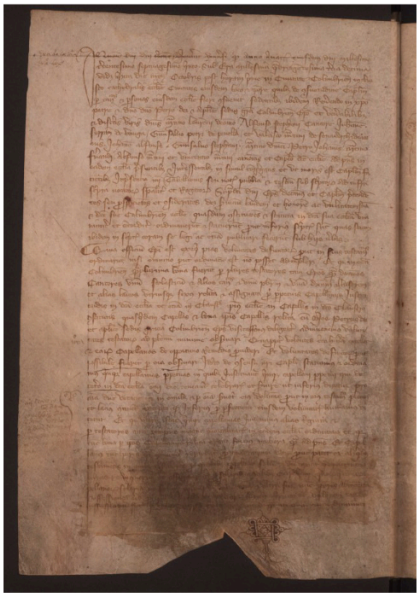


Figura 4. Estatuto das capelas e regimento dos capelães (ANTT, Cabido da Sé, 2ª incorp., mç. 52, doc. 2051, fl. 10v).

Precisavam-se neles até alguns dados omissos na precedente reunião. Fica-se assim a saber que 5 das capelanias instituídas na assembleia anterior com os seus 5

[70] Mantinham-se o arquidiácono do Vouga João Serrão, o de Penela, Gonçalo Peres, o de Seia, Vasco Martins, o deão, Martinho Lourenço, o chantre, Afonso Esteves (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 10v).
[71] Eram eles: João Afonso, Gonçalo Esteves, Martinho Domingues, Pedro Anes, Martinho Fernandes, Afonso Martins e Vicente Martins (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 10v).
[72] O regulamento estende-se neste "Livros das Capelas", dos fólios 10v ao 13.

capelães perpétuos deviam todos os dias celebrar e servir por alma de D. Vataça[73], enquanto os outros 7 oficiavam pelos benfeitores das restantes capelas[74]. Perfazia-se, portanto, o total 12 capelanias, às quais estavam afetos 12 capelães perpétuos[75]. Em seguida, prescreveram-se normativas quanto ao provimento dos capelães e moços, ao pagamento fixo e distribuições que lhes cabiam, às regras de vida a respeitar, aos serviços religiosos a cumprir e à visitação do bispo às capelas. Tal regulamento exige um outro estudo que analise com detalhe e profundidade o seu riquíssimo clausulado. Neste trabalho, explanemos apenas algumas alíneas que se conjugam com o que vimos expondo.

Estava interdito aos capelães deterem qualquer outra vigairaria ou benefício na cidade ou na diocese de Coimbra[76] e nunca podiam abandonar a capela que lhes estava atribuída[77]. Precisavam-se as suas remunerações[78], estipulando-se anualmente 80 libras da moeda corrente para os capelães e 10 para os moços da capela. Nas distribuições quotidianas, cabia aos capelães 6 dinheiros se viessem às matinas, 4 se comparecessem à hora de prima, outras 4 estando presentes à terça e 10 se celebrassem as vésperas, completas e vigília e aí permanecessem até ao final.

---

[73] Assim se estipulando: "…idcirco de consensu nostri capituli statuimus et ordinamus quinque capellanias perpetuas in quibus instituantur quinque capellani perpetui qui de cetero in dicta ecclesia omni die teneantur celebrare et servire ut inferius dicetur pro anime domne Vetace" (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 10v). COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina – "Os Bens de Vataça: Visibilidade de Uma Existência", *Revista de História das Ideias*, 9:2 (1987), pp. 33–77 e COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina Ventura – "Vatatsa - Una domina nella vita e nella morte", *Intemelion. Cultura e Territorio*, 14 (2008), pp. 43–80.

[74] Determinava-se: "…statuimus et etiam ordinamus alias septem capellanias perpetuas et sic erunt duodecima capellanie perpetue" (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 11).

[75] Agora destes doze capelães, seis oficiavam no interior da catedral, dois na capela que estava junto com a sepulturas de Afonso Peres e quatro junto das capelas que se encontravam ao pé do altar principal, e os restantes seis celebravam em capelas do claustro (dois na capela de S. Miguel, dois na capela de Santa Catarina, um na capela de Santa…), desconhecendo-se extactamente se Santa se referia a Santa Maria (capela que sabemos existir no claustro) ou a outra santa, bem como ignoramos onde o sexto celebrava, uma vez que há um espaço em branco no pergaminho, não se possuindo assim uma total informação (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 11v).

[76] Escreve-se: "Item statuimus et ordinamus quod nullus instituat in aliqua dictarum capellarum qui vicaraia habuerit vel alium beneficiatus fuerit in civitate vel diocesis Colimbriensis quod si contrarium fiat collatis sit nulla penitus ipso jure et collacio devolvatur ad archiepiscopum" (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 11).

[77] Refere-se: "Item statuimus quod nullus absens etiam ex justa vel necessaria tam habeat fructus capellanie vel etiam distribuciones cotidianas (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 11).

[78] Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 12v.

Pelo contrário, caso assim não acontecesse, perderiam o dinheiro que era redistribuído pelos presentes. Nas segundas-feiras, celebrando-se o aniversário dos defuntos com missa de *requiem*, recebiam os capelães um soldo, revertendo para os demais o dinheiro dos que faltassem. Uma distribuição especial lhes seria outorgada pelas festividades do Natal, da Páscoa e de S. João Batista, arrecadando os moços metade das distribuições quotidianas dos capelães.

Atente-se que um desses capelães teria como obrigação de, no celeiro ou na casa da obra da igreja, criar uma escola para ensinar os moços e formá-los, especialmente no canto[79]. E se bem que mantivesse o encargo das suas celebrações, tal capelão ficava, no entanto, dispensado de ir ao coro, salvo aos domingos e dias festivos, ainda que continuasse a receber as respectivas distribuições quotidianas, exceptuando-se a de segunda-feira.

Todos os capelães teriam de ser exemplares, mantendo uma vida correta, uma conversação honesta, e não serem concubinários, para além de possuírem as habilitações que os capacitassem para saber ler e cantar bem[80], estipulando-se penalizações para os prevaricadores. Por sua vez, os "pueri sive adoloscentes" tinham de saber cantar os salmos e de ajudar os celebrantes nas referidas capelas[81]. Em consentâneo, as capelas deviam ter portas para poderem ser cerradas, e uma arca boa e segura, capaz de ser fechada com chaves, onde se guardariam as vestes, lavadas e limpas, e as alfaias litúrgicas. Todavia o cálice, o mais sagrado vaso da celebração eucarística, todos os dias sairia do tesouro e a ele regressaria. No início de cada mês recebia o capelão as candeias de cera que necessitava para as celebrações[82]. Para verificar se tudo isto era escrupulosamente respeitado o bispo,

[79] Assim se determina: "Item statuimus quod inter istos capellanos sit unus capellanus qui in celario vel domo operis dicte ecclesie teneat scolas et doceat juvenes et specialiter cantum..." (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 12v).
[80] Precisava-se que os capelães: "non sint publice concubinarii et sint bone vite et converssationis honeste etiam bene legere et cantare..." (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 11).
[81] Assim de estatuíam as competências e os deveres dos moços de capela:" Item statuimus quod in choro dicte ecclesie sint perpetuo quatuor pueri sive adolocentes qui sciant saltem aliqualiter cantare et adiscant omni die et dicant seu anuncient versetes et serviant in omnibus necessariis in choro et in capellas et specialiter serviant seu ministrent celebrantibus in ipsis capellis illud videlicet tempore quo dicti capellani celebrarent" (Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 11).
[82] Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 12.

ou, em caso da sua ausência o vigário-geral ou outro clérigo em quem o prelado delegasse, visitava anualmente estas capelas[83].

Ainda que apenas enunciadas sucintamente algumas cláusulas deste regimento das capelas, julgamos que fica bem demonstrado como se pretendia dignificar o ofício dos mortos na catedral conimbricense. E talvez nem assim fosse fácil recrutar clérigos para tal fim.

De facto, a 19 de Maio de 1378, reuniu uma vez mais o cabido, agora sob a presidência do bispo D. João [Cabeça de Vaca], para revogar uma das cláusulas do regimento dos capelães, o que originou mais um documento que se engloba neste "Livro das Capelas"[84]. Justamente porque havia falta de clérigos e os seus recursos eram considerados escassos, passou a ser permitido que pudessem ser providos como capelães perpétuos, clérigos que tivessem benefícios, conquanto eles se mantivessem nas capelas da Sé e designassem outros clérigos que desempenhassem os serviços inerentes aos ditos benefícios. Disporiam ainda de quatro dias cada mês em que se poderiam ausentar, mantendo todos os seus proventos. E, quando doentes, continuavam a receber o dinheiro das missas não celebradas e as distribuições quotidianas.

[83] Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fl. 12.
[84] Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051, fls. 13v-14.

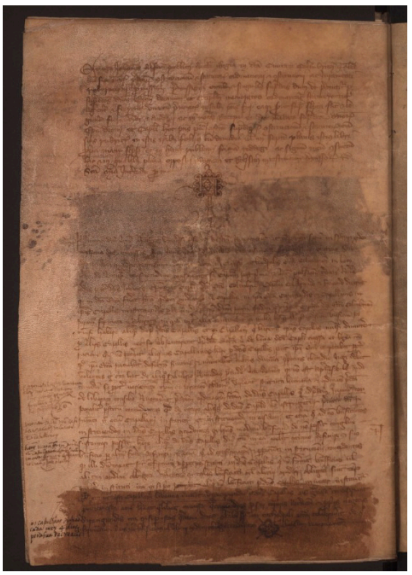


Figura 5 – Revogação de uma cláusula do regimento dos capelães, a 14 de Maio de 1378 (ANTT, Cabido da Sé, 2ª incorp., mç. 52, doc. 2051, fl. 13v).

Parece ineludível que os mais altos dirigentes da catedral, a maior paróquia de Coimbra, se esforçaram por manter uma digna comemoração dos defuntos como um dos momentos fortes da sua liturgia. A concorrência de outros espaços sagrados na preferência das últimas vontades dos testadores, fossem eles igrejas paroquiais ou casas monásticas, assim o exigia. Perder benfeitores em tempo de crise mais agravaria a situação económica, social e religiosa do clero catedralício. Elevar moral, espiritual e liturgicamente o ofício dos mortos no espaço sagrado, eclesial ou claustral da Sé, era atrair vontades dos vivos de sepultamento no seu interior, garantindo o prestígio de memórias fúnebres pétreas e imorredouras, era oferecer aos seus paroquianos ou aos alheios o prestígio de uma rogação preferencial, perene, eficaz e condigna para além da morte.

A crise externa e interna da década de 1370 do século XIV poderá, afinal, ter proporcionado como que um tempo de reforma moral e litúrgica na catedral, que

mais teria unido os vivos e os mortos no passamento, na sepultura e nas missas e orações para sufrágio da alma.

Referências Bibliográficas

Fontes

Fontes manuscritas

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Sé de Coimbra*, 2ª incorporação, mç. 52, doc. 2051.

Fontes impressas

Liber Anniversariorum Ecclesie Cathedralis Colimbrinesis (Livro das kalendas), 2 vols. Ed. Pierre David; Torquato de Sousa Soares. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947.

Livro das Leis e Posturas. Ed. Nuno Espinosa Gomes da Silva. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1971.

MARQUES, A. H. de Oliveira; DIAS, Nuno José Pizarro Pinto (eds.) – *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

NOGUEIRA, Pedro Álvares – *Livro das Vidas dos bispos da Sé de Coimbra.* Coimbra: Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra, 1942.

Ordenações Afonsinas, Livro IV. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Testamenti Ecclesiae Portugaliae (1071-1325). Ed. Maria do Rosário Morujão (coord.). Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2010.

Estudos

ALARCÃO, Jorge – *Coimbra. A montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

ANTUNES, Joana – "(Re)viver a Sé Velha de Coimbra. Equipamentos litúrgicos da capela-mor medieval (séculos XIV-XV)". In *El mundo de las catedrales. Pasado, presente y futuro. Congreso Internacional VIII Centenario Catedral de Burgos*. Burgos: Fundación VIII Centenario de la Catedral, 2021, pp. 701-708.

BENEDICTOW, Ole J. – *The Black Death 1346-1353: The Complete History*. Woodbridge: The Boydell Press, 2004.

BENITO, Pere; CAROCCI, Sandro; FELLER, Laurent (dir.) – *Économie de la pauvreté au Moyen Âge*. Madrid: Casa de Velázquez, 2023.

BIRABEN, Jean-Noel – *Les hommes et la peste en France et dans les pays européens et méditerranéens*, 2 vols.. Paris: Mouton, 1975-1976.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – "Um equilíbrio de poderes: distribuição populacional e direitos paroquiais em Coimbra (1377-1385)". In ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina; SILVA, Gonçalo Melo; PRATA, Sara (eds.), – *Espaços e poderes na Europa urbana e medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2018, pp. 397–420.

CAMPOS, Maria Amélia – "Un quotidien partagé entre clercs et laïcs : la gestion de la vie communautaire des chapitres séculiers de Coimbra d'après leurs statuts (XIVe et XVe siècles) ". In MASSONI, Anne; CAMPOS, Maria Amélia (eds.) – *La vie communautaire et le service à la communauté : L'exemple canonial et ses répercussions dans le monde laïc (Europe Occidentale, du XIe au XVe siècle)*. Évora: Publicações do Cidehus, 2020. [Consultado a 27 setembro 2024]. Disponível em: https://doi.org/10.4000/books.cidehus.11697

CAMPOS, Maria Amélia – "Death Commemoration Strategies in Medieval Portugal: A Mirror of Lay Participation in Religious Parochial Life (The Case of Coimbra)". *Religions*, 14/12 (2023) 1443. [Consultado a 27 setembro 2024]. Disponível em: https://doi.org/10.3390/rel14121443

CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – "Los últimos años del pontificado de Pedro Tenorio: contextos políticos, ámbitos de actuación, muerte y testamento de un primado toledano (1393-†1399)". *Hispania Sacra*, 72 (2020), pp. 151-176. Consultado a 27 setembro 2024]. Disponível em : https://doi.org/10.3989/hs.2020.012

CHIFFOLEAU, Jacques – *La Comptabilité de l'Au- Delà. Les Hommes, la Mort et la Réligion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge (vers 1320-vers 1480)*. Roma: École Française de Rome, 1980.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, vol. I, 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

COELHO, Maria Helena da Cruz – "Coimbra Trecentista. A Cidade e o Estudo". *Biblos* 68 (1992), pp. 335-356.

COELHO, Maria Helena da Cruz – "Coimbra em tempos medievais (século XIV-XV)". In ENCARNAÇÃO, José d' - *A História tal qual se faz*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, pp. 65-78.

COELHO, Maria Helena da Cruz – "Coimbra et l'Université: Complementarités et Oppositions". In GILLI, Patrick; VERGER, Jacques; LE BLÉVEC, Daniel (eds.) - *Les Universités et la Ville au Moyen Âge. Cohabitation et Tension*. Leiden-Boston: Brill, 2007, pp. 309-326.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Município de Coimbra. Monumentos Fundacionais*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra-Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

COELHO, Maria Helena da Cruz – "'Fugir depressa, para longe e por muito tempo': comportamentos dos homens acossados pela Peste". *Memórias 2020*, vol. L, Lisboa: Academia de Marinha, 2021, pp. 435-449.

COELHO, Maria Helena da Cruz – "1348. The Black Death: the near 'global' plague". In FIOLHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro (eds.) - *The Global History of Portugal. From Prehistory to the Modern World*. Brighton, Chicago, Toronto: Sussex Academic Press, 2022, pp. 151-155.

COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina – "Os Bens de Vataça: Visibilidade de Uma Existência". *Revista de História das Ideias*, 9:2 (1987), pp. 33–77.

COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina – "Vatatsa – Una domina nella vita e nella morte", *Intemelion. Cultura e Territorio*, 14 (2008), pp. 43–80.

COELHO, Maria Helena da Cruz; CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – "O Regimento dos Lagares de Azeite de Coimbra do século XVI. Os agentes e mecanismos de controlo, os objetos e as práticas regulamentadas". In MELO, Arnaldo Sousa de; SEQUEIRA, Joana (eds.) – *Regulamentação dos Mesteres em Portugal nos finais da Idade Média*, vol. 1. Braga: Lab2PT-Laboratório de Paisagens, Património e Território, 2022, pp. 85-111. Consultado a 27 setembro 2024]. Disponível em: https://lab2pt.net/publications/2022-regulamentacao-dos-mesteres

COELHO, Maria Helena da Cruz; FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Hermínia Vasconcelos – "O *Studium* medieval português: singularidades de um caso periférico". *Studia Historica. Historia Medieval*, 36 (2018), pp. 83-115. [Consultado a 27 setembro 2024] Disponível em: https://doi.org/10.14201/shhme201836283115

COELHO, Maria Helena da Cruz; FERNANDES, Hermenegildo; VILAR, Hermínia Vasconcelos – "The Portuguese University and the crisis of the end of the fourteenth century. Gains and losses". In NOVARESE, Daniela; PELLERITI, Enza (eds.) – *Università "contro"? Il ruolo degli atenei negli ordinamenti in crisi*. Bolonha: Il Mulino, 2020, pp. 137-151.

COUTINHO, José Eduardo Reis – "Introdução geral ao *Liber Anniversariorum Ecclesie Cathedarlis Colimbrinesis* (*Livro das kalendas*)". *Humanitas* L (1998), pp. 419-433.

FARELO, Mário Sérgio da Silva – *O cabido da Sé de Lisboa e os seus cónegos (1277-1377)*. 2 vols. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2003. Dissertação de Mestrado.

HUYGHEBAERT, H. – *Les Documents nécrologiques, Col. Typologie des sources du Moyen âge occidental*, fasc. 4. Louvaina: Brepols Turnhout, 1972.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, 3ª ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1978.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – "Bispos em tempos de guerra: os prelados de Coimbra na segunda metade do século XIV". In *Actas das VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais, "A Guerra e a Sociedade na Idade Média"*, vol. I. Porto de Mós, Alcobaça, Batalha: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais-Sociedade Española de Estudios Medievales, 2009, pp. 539-550.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra. A instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010.

NARBONA, Eugenio – *Historia de D. Pedro Tenorio arçobispo de Toledo, dos libros.* Toledo: Juan Ruyz de Pereda, 1623.

OLIVARES MARTINEZ, Diana – "Albornoz, Tenorio y Rojas: las empresas artísticas de tres arzobispos de Toledo en la Baja Edad Media. Estado de la cuestión". *Estudios Medievales Hispánicos*, 2 (2013), pp. 129-174.

OLIVEIRA, André Filipe - *A peste negra em Portugal: os casos do Entre-Douro-e-Minho*. Porto: FLUP, 2021 (tese de doutoramento). [Consultado a 27 setembro 2024]. Disponível em: https://hdl.handle.net/10216/137710

RODRIGUES, Manuel Augusto – "D. Pedro Tenório (1371-1378) segundo o *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimhra".* In FONSECA, Luís Adão; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coords.) - *Os Reinos Ibéricos na Idade Média. Livro de Homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*, vol. II. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 827-834.

ROSA, Maria de Lurdes Pereira – *"As almas herdeiras". Fundação das capelas fúnebres e afirmação das almas como sujeito de direito (Portugal 1400-1520)*. Lisboa: École des Hautes Études en Sciences Sociales- FCSH da UNL, 2005.

SÁNCHEZ SESA, Rafael – "Don Pedro Tenorio y la reforma de las Órdenes monásticas en el último tercio del siglo XIV - La vinculación del prelado a la espiritualidade jerónima". *La España Medieval*, 18 (1995), pp. 289-302.

SÁNCHEZ SESA, Rafael – "Don Pedro Tenorio (c. 1328-1399). Aproximación a la vinculación eclesiástica, familiar y política de un arzobispo toledano al reino de Portugal". *Revista da Faculdade de Letras. História*, 15:2 (1998), pp. 1479-1492.

SÁNCHEZ SESA, Rafael – "Obispos procedentes de Castilla y proyectos de reforma en la sede de Coimbra (1358-1407)". *Hispania Sacra*, 51:104 (1999), pp. 753-783. Consultado a 27 setembro 2024. [Disponível em: https://doi.org/10.3989/hs.1999.v51.i104.599]

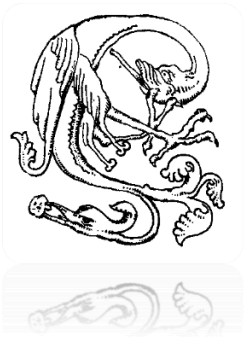
SOUSA, Armindo de – "1325-1480, Condicionalismos básicos". In MATTOSO, José (ed.) - *História de Portugal*, vol. 2, MATTOSO, José (coord.) - *A Monarquia Feudal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, pp. 313-389.

VASCONCELOS. António de – *A Sé Velha de Coimbra: apontamentos para a sua história*, 2 vols. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930-1935.

VILAR, Hermínia Vasconcelos - *A vivência da morte no Portugal Medieval. A Estremadura portuguesa (1300-1500)*. Redondo: Patrimonia, 1995.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

COELHO, Maria Helena da Cruz – "A crise dos vivos: uma crise na comemoração dos mortos? A propósito do "Livro das Capelas" da catedral de Coimbra (século XIV)". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 41-67. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

Enterramientos aristocráticos y redes eclesiásticas en Navarra. Una breve comparativa (siglos XIV-XV)

Aristocratic burials and ecclesiastical networks in Navarra. A brief comparison (14th and 15th centuries)

Fermín Miranda García[*]

Universidad Autónoma de Madrid, Ciudad Universitaria de Cantoblanco
28049 Madrid, Espanha

fermin.miranda@uam.es
https://orcid.org/0000-0002-0072-8224

Data recepção do artigo / Received for publication: 28 de Fevereiro de 2024
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 17 de Setembro de 2024

[*] Este trabajo se inserta en el marco de los proyectos COMMEMORtis (EXPL/HAR-HIS/0532/2021 del Gobierno de Portugal, FCT), PRO-UPNAI 1506 de la Universidad Pública de Navarra y MINORES (PID2022-138387NB-I00 de la Agencia Estatal de Investigación de España). Quiero agradecer de modo muy especial la atención prestada para la elaboración de este trabajo por parte del personal técnico de los Archivos Catedral y Diocesano de Pamplona, Archivos Eclesiásticos de Tudela y Archivo Real y General de Navarra.

RESUMEN

El estudio pretende analizar las disposiciones testamentarias de las oligarquías urbanas navarras, y de modo especial las de Pamplona, para reflexionar sobre sus comportamientos a la hora de elegir sepultura. Su preferencia por la catedral, las parroquias y las iglesias de los conventos urbanos, el interés en mantener tradiciones familiares o establecer nuevos criterios; el deseo, en suma, de significar de algún modo su prestigio social, jurídico y económico a la hora de perpetuar su memoria a través de los espacios de inhumación.

Palabras clave: Sepulcros; Iglesias; Burguesía; Nobleza; Navarra

ABSTRACT

This study aims to analyse the testamentary dispositions of the urban oligarchies of Navarre, and especially those of Pamplona, to reflect on their behaviour when it came to choosing burial sites. Their preference for the cathedral, the parish churches and the churches of the urban convents, their interest in maintaining family traditions or establishing new criteria; the desire, in short, to signify in some way their social, juridic and economic prestige when it came to perpetuating their memory through burial spaces.

Keywords: Graves; Churches; Bourgeoisie; Nobility; Navarre

Resulta evidente que la relación con la muerte de las oligarquías nobiliarias y burguesas cristianas vinculadas al ámbito urbano bajomedieval supera ampliamente el estricto marco que aquí se ha elegido. Desde la preparación para la muerte o las ceremonias fúnebres, hasta las mandas piadosas destinadas a acortar el paso por el purgatorio camino del Paraíso, o el reflejo en el arte de una posteridad que se pretende perpetuar hasta el fin de los tiempos, por señalar solo algunos de los posibles aspectos analizables, los caminos de la investigación se han mostrado muy amplios. Aunque siempre cabe recordar las obras clásicas de Philippe Ariès, Michel Bouvelle y Danièle Alexandre-Bidon o la más reciente síntesis de Emilio Mitre[1], basta con revisar los estados de la cuestión planteados en los últimos años por especialistas como Daniel Baloup, Ariel Guiance o Julia Pavón, o las monografías más recientes dedicadas a estas cuestiones, ya sea en un ámbito general, bien relativas a Navarra de modo específico[2]. A los trabajos allí recogidos, salvo en lo que sea imprescindible indicar de modo expreso, nos remitimos para el marco general en que esta propuesta va a inscribirse.

---

[1] ARIÈS, Philippe – *El hombre ante la muerte.* Madrid: Taurus, 2011; ARIÈS, Philippe – *Historia de la muerte en Occidente desde la Edad Media hasta nuestros días.* Madrid: El Acantilado, 2000*;* VOVELLE, Michel – *La Mort et l'Occident de 1300 à nos jours.* París: Gallimard*, 1983*; ALEXANDRE-BIDON, Danièle – *La mort au Moyen Âge, XIII*e*-XVI*e* siècle.* París: Hachette, 1998; MITRE, Emilio – *Morir en la Edad Media. Los hechos y los sentimientos.* Madrid: Cátedra, 2019.

[2] BALOUP, Daniel – "La mort au Moyen Âge (France et Espagne). Un bilan historiographique". In GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César; BAZÁN DÍAZ, Iñaki (dirs.) – *El discurso legal de la muerte durante la Edad Media en el nordeste peninsular.* Bilbao: UPV, 2006, pp. 13-31; GUIANCE, Ariel – "Veinte años de historiografía sobre la muerte. Balance y un nuevo comienzo". In MIRANDA, Fermín; LÓPEZ DE GEREÑO, M.T. (eds.) – *La muerte de los príncipes en la Edad Media. Balance y perspectivas.* Madrid: Casa de Velazquez, 2020, pp. 1-16, [enlace permanente: https://books.openedition.org/cvz/22757]; PAVÓN BENITO, Julia – "¿Es necesario seguir investigando sobre la muerte? Una reflexión historiográfica y nuevas perspectivas". *Vínculos de Historia* 12, 2023, pp. 65-83, [enlace permanente: https://doi.org/10.18239/vdh_2023.12.03]; LÓPEZ DE GUEREÑO, M. Teresa; MIRANDA, Fermín, CABRERA, Margarita – *Migravit a seculo. Muerte y poder de príncipes en la Europa medieval. Perspectivas comparadas.* Madrid: Sílex, 2021; PAVÓN BENITO, Julia; BALDÓ ALCOZ, Julia; GARCÍA DE LA BORBOLLA, Ángeles – *Pamplona y la muerte en el Medievo.* Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, 2013; AURELL, Jaume; PAVÓN, Julia (coords.) – *Ante la muerte: actitudes, espacios y formas en la España medieval.* Pamplona: Eunsa, 2002. Una de las primeras aproximaciones al espacio navarro, aunque breve, es la de BEROIZ LAZCANO, Marcelino; SANZ PEÑA, M. Pilar – "La mort dans les terres du Sud: rites funéraires en Navarre au Moyen Àge (XIII*e*-XV*e* siècle)". *Religion et politique dans les societés du Midi. Actes du 126*e* Congrès national des sociétés historiques et scientifiques. Terres et hommes du Sud* (2002), pp. 42-43 en lo que aquí interesa.

Tanto por los objetivos del monográfico como por las limitaciones lógicas de cualquier trabajo de este tipo, el campo al que nos circunscribimos pretende, en consecuencia, ceñirse a un ámbito singular, las redes que las oligarquías urbanas construyen en el espacio de las principales poblaciones navarras, esas a las que con una cierta generosidad demográfica cabe llamar espacios urbanos, pero que presentan una funcionalidad socio-económica e institucional claramente homologable con las "ciudades" más clásicas del Occidente europeo[3]. Y más en concreto, el análisis se enfocará en los aspectos relacionados de modo expreso con el lugar de sepultura, bien que resulta evidente que testamentos y codicilios aportan una valiosa información sobre otras cuestiones igualmente relevantes (devociones, mandas pías, parentescos, clientelas, patrimonio, negocios…)[4].

También, se limitará a las tres localidades más representativas de la Navarra medieval, Pamplona, Tudela y Estella, en la medida en que el campo de análisis que se pretende parece ofrecer las mejores condiciones de información para obtener algunas conclusiones. Además, por razones de centralidad, se usará la capital del reino como referente fundamental, y las otras dos villas como elemento de comparación, aunque su relieve documental pueda ser similar. Y es que el objetivo principal se articula en torno a la hipótesis de que la elección del lugar de sepultura de los miembros de esas familias de la oligarquía urbana, en los cementerios o el interior de los templos parroquiales, en instituciones monásticas y conventuales, e incluso su localización concreta dentro de los mismos, permite proponer a su vez elementos de relación, clientela y, por supuesto, prestigio social dignos de ser tenidos en cuenta[5]. En consecuencia, nos permite conocer mejor el terreno del proceso de cambio, relación y hasta confluencia de ambos grupos, siquiera a través de su singularización en la muerte y, más en concreto, en la elección de sepultura.

[3] RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "La ciudad y el rey: La renovación de la red urbana de Navarra al final de la Edad Media". *Anuario de Estudios Medievales*, 48/1 (2018), pp. 49-80, que recoge referencias a los trabajos clásicos de J.M. Lacarra, Á. Martín Duque o J. Carrasco.

[4] Aunque centrado en el ámbito de la burguesía y de la minoría judía, cabe remitirse al análisis de la información que facilitan este tipo de documentos en RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "Vivir entre las élites burguesas navarras, según inventarios y testamentos del siglo XIV". In ANDRADE, Amelia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – A vida quotidiana da cidade na Europa medieval. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais-Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2022, pp. 125-154.

[5] La conexión con la familia y el linaje a través de la sepultura es el elemento que destacan también para Galicia PORTELA, Ermelindo; PALLARÉS, Carmen – "Muerte y sociedad en la Galicia medieval (siglos XII-XIV)". *Anuario de Estudios Medievales* 15 (1985), pp. 189-202.

Aunque resulte de sobra conocido, merece la pena recordar que hasta 1423 Pamplona estaba compuesta, jurídicamente, por tres municipios diferenciados, cada uno de ellos con sus normas legales particulares (bien que semejantes entre sí desde finales del siglo XII) y con una estructura social y económica que reunía en cada caso sus peculiaridades. Todo ello quedaba representado a su vez en una serie de referentes eclesiásticos, físicos, pero también inmateriales y simbólicos, la catedral y las diversas parroquias y conventos, donde las solidaridades vecinales y las diferencias sociales articulaban un permanente foco de atracción.

Se trata de la Ciudad de la Navarrería, la *civitas* episcopal de origen romano, que acoge a la catedral y a su parroquia anexa de San Juan Bautista; el Burgo de San Cernin, articulado a finales del siglo XI sobre la base inicial de inmigrantes procedentes del sur de la actual Francia, cuyos descendientes mantuvieron el idioma occitano como lengua de convivencia hasta finales del siglo XIV[6], con las parroquias de San Saturnino (San Cernin) y San Lorenzo; y la Población de San Nicolás, muy poco posterior, con un sustrato original de inmigrantes nativos, y su parroquia dedicada al santo de Bari. Junto a ellas, desde el siglo XIII y hasta el siglo XV, surgirán conventos masculinos de franciscanos, dominicos, agustinos, mercedarios y carmelitas; monasterios femeninos de clarisas y agustinas y un hospital atendido por los hermanos de San Lázaro, todos ellos más o menos adscritos a los diferentes municipios[7].

Esta trama parroquial y conventual se repite en mayor o menor medida en Tudela y Estella. De hecho, también Estella había contado hasta mediados del siglo XIII con tres concejos correspondientes con otros tantos recintos, pero desde 1266, antes por tanto del punto de partida de este estudio, ya conformaban un solo municipio[8], en el que convivieron en los siglos XIV y XV hasta siete parroquias de muy desigual calado entre las que destacaban San Pedro de la Rúa, San Miguel y San Juan Bautista, y diversas órdenes religiosas masculinas (dominicos, franciscanos, agustinos y

[6] GARCÍA LARRAGUETA, Santos – *Documentos navarros en lengua occitana.* San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos-Eusko Ikaskuntza, 1990.
[7] Sirva como referencia básica y clásica el estudio de MARTINENA RUIZ, Juan José – *La Pamplona de los burgos y su evolución urbana (siglos XII-XVI).* Pamplona: Diputación Foral de Navarra, 1975.
[8] *Colección Diplomática de los reyes de la dinastía de Champaña. 2. Teobaldo II (1253-1270).* Ed. Raquel García Arancón. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos-Eusko Ikaskuntza, 1985, n. 51.

mercedarios) y femeninas (clarisas, benedictinas, salesas)[9]. Tudela, donde la colegiata de Santa María -hoy catedral- presidía la vida eclesiástica, contaba además con ocho parroquias (San Nicolás, San Jaime, San Jorge y Santa María Magdalena, entre otras) amén de conventos masculinos de antonianos, franciscanos y premonstratenses y uno femenino de clarisas.

Por desgracia, y salvo en el caso de la catedral de Pamplona y de la colegiata de Santa María de Tudela, la documentación medieval que se ha conservado de las diversas parroquias y congregaciones de las tres ciudades es fragmentaria. Se cuenta con información relativamente abundante de centros como la parroquia de San Saturnino de Pamplona, las clarisas de Santa Engracia de Pamplona (actualmente en Olite), Santa Clara de Estella y Santa Clara de Tudela y las canonesas agustinas de San Pedro de Ribas de Pamplona, pero apenas algunos diplomas correspondientes a las restantes parroquias y congregaciones religiosas[10]. En cambio, se dispone de un número nada desdeñable de documentos procedentes en su origen de fondos civiles, singularmente protocolos notariales tudelanos[11].

Son los diplomas de esta última ciudad, en este caso vinculados a Santa María, los que ofrecen las primeras referencias, bien que excepcionales, ya en la segunda mitad del siglo XII. Así, el entierro en esa colegial de Tudela de Gonzalo de Azagra, miembro

[9] GOÑI GAZTAMBIDE, José – *Historia eclesiástica de Estella. Tomo I: Parroquias, iglesias y capillas reales.* Pamplona: Fondo de Publicaciones del Gobierno de Navarra, 1994.
[10] *Archivo Parroquial de San Cernin de Pamplona: Colección Diplomática hasta 1400*. Ed. Santos García Larragueta. Gobierno de Navarra: Fondo de Publicaciones, 1976; *Documentación medieval del Monasterio de Santa Engracia de Pamplona, siglos XIII-XVI (Fuentes documentales medievales del País Vasco)*. Ed. Ricardo Ciérbide Martinena. Donostia: Eusko Ikaskuntza, 1997; *Documentación medieval de San Pedro de Ribas de Pamplona.* Ed. Ricardo Ciérbide Martinena. Donostia: Eusko Ikaskuntza, 1998; *Documentación medieval del monasterio de Santa Clara de Estella. Ed.* Ricardo Ciérbide Martinena. Donostia: Eusko Ikaskuntza, 1996*; Documentación medieval de Estella (siglos XII-XVI)*. Ed. Merche Osés Urricelqui. Gobierno de Navarra: Fondo de Publicaciones, 2005. La documentación inédita aquí manejada se custodia, básicamente, en el Archivo Catedral de Pamplona (ACP), en el Archivo Diocesano de Pamplona (ADP), en los Archivos Eclesiásticos de Tudela (AET) y en el Archivo Real y General de Navarra (AGN). El ACP y los AET cuentan con sendos catálogos publicados: GOÑI GAZTAMBIDE, José – *Catálogo del Archivo Catedral de Pamplona. Tomo I (829-1500).* Pamplona: Diputación Foral de Navarra, 1965; FUENTES, Francisco – *Catálogo de los Archivos Eclesiásticos de Tudela.* Pamplona: Diputación Foral de Navarra, 1944.
[11] BALDÓ, Julia; GARCÍA DE LA BORBOLLA, Ángeles; PAVÓN, Julia – "Registrar la muerte (1381-1512). Un análisis de testamentos y mandas pías contenidos en los protocolos notariales navarros". *Hispania* 65/219 (2005), pp. 155-226, realizan un análisis pormenorizado de estos textos en relación con las disposiciones relativas a la muerte de los otorgantes. Los protocolos tudelanos se conservan en el Archivo Municipal de Tudela.

de uno de los linajes más relevantes de la nobleza navarra, que había sido tenente de Ablitas y Monteagudo y en el mismo año de su muerte (1158), figuraba al frente de la propia Tudela[12].

A finales de la centuria consta la sepultura, en la misma institución, de Guillermo Doelín, también miembro de una familia cuyo relieve entre la burguesía local se documenta durante la centuria siguiente, y que presenta en su testamento un despliegue del tipo de mandas que se convertirá en habitual en los siglos posteriores; decenas de misas en los templos y santuarios más relevantes, no solo de Tudela sino de Navarra (Roncesvalles, La Oliva), provisión de capellanías y aniversarios, etc.[13]. Aunque se trata de ejemplos muy concretos y anteriores al tiempo que nos va a ocupar, nos permiten con todo aproximarnos a una cuestión que sobrevolará de modo permanente todo lo relativo al derecho de elección de sepultura, bien conocido por los especialistas pero que conviene no ignorar.

Guillermo Doelín había abonado 8 morabetinos para poder enterrarse en la colegial (*per dispensam sepulture mee)*, seguramente porque no se trataba de su parroquia de adscripción. El cabildo colegial (la ciudad estaba adscrita a la diócesis de Tarazona) pleiteará -y reclamará para sí- sobre el derecho a otorgar o no sepultura en interpretación del derecho canónico, que exigía la inhumación en el cementerio parroquial o, en su defecto, la dispensa del ordinario del lugar en función de las excepciones previstas (entierro con los padres, el cónyuge, los hijos) y que acabaron por establecer una discrecionalidad casi absoluta hasta la autorización genérica de sucesivos pontífices para las diversas órdenes mendicantes que llegarán a lo largo del siglo XIV. Todavía en 1286 y 1356 se dictaban sentencias o se fijaban árbitros

[12] Navarra, AET, *Catedral*, perg. 31. Su viuda, María de Murieta, entrega a la colegiata al mudéjar Eza Petrel en cumplimiento de una de las mandas del testamento, y señala la colegiata como lugar de enterramiento. Una aproximación a los orígenes del linaje VALOR GISBERT, Delfina – "Los Azagra de Tudela". *Príncipe de Viana,* 24/90-91 (1963), pp. 67-76. Sobre su proyección posterior a través del señorío de Albarracín, ALMAGRO BASCH, Martín – *El señorío soberano de Albarracín bajo los Azagra.* Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, 1959, necesitado sin duda de una revisión historiográfica.
[13] Navarra, AET, *Catedral*, perg. 132. Sobre la familia, cabe remitirse a las notas que le dedica LÉROY, Béatrice – "Tudela au XIIIe siècle à la lumière de ses archives locales". *Príncipe de Viana* 58/212 (1997), pp. 557-565.

sobre esta cuestión[14]. En el caso de Pamplona, el enfrentamiento violento entre el cabildo de la catedral y la orden franciscana en 1245 podría, según J. Goñi, haber tenido también algún componente en este terreno, aunque las bulas pontificas destinadas a resolver el conflicto no lo señalen de modo específico[15]. Las tensiones entre las diversas órdenes, los cabildos capitulares y las parroquias por hacerse un hueco lo más relevante posible en sus "tareas por la salvación" de los fieles, incluida por tanto la custodia de sus restos, son una constante en el Occidente medieval y también el hispano[16].

Sea cual fuere el motivo, lo cierto es que la fragmentaria y tardía documentación relativa a los mendicantes masculinos de la ciudad de Pamplona, no recoge como se verá, enterramientos concretos en sus iglesias y cementerios hasta avanzado el siglo XV, lo que obviamente no implica que no existieran. En el caso de los franciscanos tudelanos (los dominicos no se instalaron en la ciudad hasta 1517), donde los primeros datos concretos de inhumaciones son poco más tempranos, de las últimas décadas de la centuria anterior, el cabildo colegial y la orden pleiteaban sobre ese derecho ya a finales del siglo XIII[17].

Más significativo puede resultar que, a diferencia de Estella o Tudela, cuyos monasterios de clarisas inhumarán a miembros de importantes linajes burgueses,

[14] Navarra, AET, *Catedral*, perg. 416 (año 1286) sobre la disputa con los grandimontenses de San Marcial, y en Navarra, AET, *Catedral*, perg. 537 (año 1356), Inocencio IV señala árbitros en el pleito contra los franciscanos, a propósito de la petición de sepultura de Miguel Caritat y otros parroquianos de Santa María en el convento de los menores.
Sobre estas cuestiones, BERNARD, Antoine – *La sépulture en droit canonique, du décret de Gracien au concile de Trente.* París: Domat, 1933, es la obra clásica para el periodo medieval. En lo relativo a la península hispánica, con referencias a ORLANDIS, José – "La elección de sepultura en la España medieval". *Anuario de Historia del Derecho Español* 20 (1950), pp. 5-49. La práctica establecida a partir de esas bases jurídicas aparece señalada, por ejemplo, en GUIANCE, Ariel – *Los discursos sobre la muerte en la Castilla medieval (siglos VII-XV)*. Valladolid: JdCyL, 1998, p. 60, o PÉREZ CALVO, Jorge – "El discurso de la muerte a través de las fuentes eclesiásticas en el País Vasco y Navarra en el tránsito de la Edad Media a la moderna". In GONZÁLEZ, César; BAZÁN, Iñaki – *El discurso legal de la muerte durante la Edad Media en el nordeste peninsular.* Bilbao: UPV, 2006, pp. 176-253, pp. 210-219.
[15] GOÑI GAZTAMBIDE, José – *Historia de los obispos de Pamplona. 1. S. IV-XIII.* Pamplona: Diputación Foral de Navarra-Universidad de Navarra, 1979, pp. 633-635.
[16] DE LAS HERAS, Amélie; GALLON, Florian; PLUCHOT, Nicholas (dirs.) – *Oeuvrer pour le salut. Moines, chanoines et frères dans la Peninsule Ibérique au Moyen Âge.* Madrid: Casa de Velázquez, 2019.
[17] GARCÍA DE LA BORBOLLA, Ángeles – "La ciudad de Tudela y el convento de San Francisco: Influencias de una nueva espiritualidad en la baja Edad Media". *Archivo Ibero-Americano,* 66/253-254 (2006), pp. 300-311.

como los Montaner en Estella[18], no se cuenta con ninguna referencia en las instituciones femeninas pamplonesas. Ni siquiera para las clarisas de Santa Engracia, ni en relación con las familias y personajes que constan como mayores donantes y promotores; y ello pese a que, tanto en este caso como las canonesas agustinas de San Pedro de Rivas, sí nos ha llegado un importante y bien conocido fondo documental[19].

En cualquier caso, una vez fijado el sistema, las donaciones destinadas a agradecer las correspondientes dispensas se sucederán en las disposiciones testamentarias, aunque en forma de mandas pías, y por tanto casi siempre difíciles de distinguir en su objetivo último, puesto que la "compra" del derecho quedaba taxativamente prohibida[20].

Establecido por tanto que las oligarquías eran posiblemente las únicas con capacidad real para efectuar esa elección de sepultura, bien mediante la ocupación[21] de los templos y sus anexos (claustros, por ejemplo) en perjuicio de los cementerios

[18] En Estella, la familia Montaner organizó su panteón familiar en la iglesia del monasterio de las clarisas que Bernardo Montaner, jurado y mercader del barrio de San Martín, había impulsado. Allí se enterraron, al menos, él mismo y Franca Montaner, su nieta, que testaron en 1295 y 1333, y Borcesa Climent, sin duda vinculada con el linaje, pues dejó en legado (1348) un considerable ajuar para la boda de una hija de Juan Montaner (*Documentación Medieval de Estella*, Ed. Merche Osés Urricelqui, n. 18, 74 y 91). En el caso de Tudela, solo se ha podido localizar el testamento de Guillerma de Ágreda (1337), que también fija su sepultura en la iglesia de las clarisas (Navarra, AET, *Santa Clara*, perg. 1.261).

[19] Recuérdese, por ejemplo, el importante mecenazgo de familias como los David, Baldovín o, sobre todo, Cruzat respecto a las clarisas de Santa Engracia (CIÉRBIDE MARTINENA, Ricardo – *Documentación medieval del monasterio de Santa Engracia de Pamplona,* pp. 5-6). Sin embargo, no consta ningún enterramiento relacionado con estas familias.

[20] A título de ejemplo, todavía en 1427 Martín de Maragal, a quien el cabildo tudelano había autorizado a enterrarse en el cementerio de la iglesia conventual de San Francisco, entrega 2 florines para la obra del retablo de San Juan en la colegiata (Navarra, AET, *Catedral*, perg. 601). Aunque quizás el más significativo sea el caso de Francés de Villaespesa, canciller del reino, quien autoriza a sus hijos a enterrarse en la capilla de San Gil de la colegiata de Tudela, junto a su sepultura, siempre que realicen los correspondientes donativos al cabildo en función de sus posibilidades (año 1421, Navarra, AGN, *Comptos. Documentos*, caj.19 n. 17). Aunque relativo a la iglesia de Santa María de Olite, resulta simbólico también el testamento de Bartolomé de don Guillén, que en 1325 realiza un legado a la parroquia, "por tal que sea enterrado" en el interior del templo (ECHEGOYEN GARCÍA, Lorenzo – *Documentación medieval del Archivo Parroquial de San Pedro de Olite, siglos XIII-XVI.* Gobierno de Navarra: Departamento de Educación y Cultura, 1998, n. 32).

[21] La historiografía, siguiendo las reflexiones de Philippe Ariès, ha acuñado incluso el término "invasión" para referirse a este proceso; cf. MARTÍNEZ GIL, Fernando – *La muerte vivida. Muerte y sociedad en Castilla en la Baja Edad Media.* Toledo: Diputación Provincial, 1995, p. 90; PAVÓN BENITO, Julia; GARCÍA DE LA BORBOLLA, Ángeles – *Morir en la Edad Media. La muerte en la Navarra Medieval.* Valencia: EUV, 2007, p. 221.

parroquiales, hasta alcanzar los espacios más destacados con "enterramientos privilegiados"[22], bien mediante la inhumación en instituciones distintas de la parroquia asignada, cabe interrogarse por los motivos que les llevaron optar por unas u otras decisiones o, si es el caso, por mantener la norma canónica de inhumarse en los cementerios parroquiales correspondientes.

En ese sentido, el cabildo catedral de Pamplona parece privilegiar el espacio de la propia iglesia y del claustro para miembros de la nobleza (la aristocracia militar, si se prefiere), pese a que todavía en 1269 un burgués como Hugo de Concoz, cambista del Burgo de San Cernin, fijaba en su testamento que se le enterrase (*or io me mandei enterrar*) *en Sancta Maria de Pamplona;* y así debió de ser, dado el considerable rastro documental que dejó la capellanía instituida al efecto[23]. Con todo, cabe la posibilidad de que el entierro se produjese en este caso en el cementerio de la catedral, el propio de la ciudad de la Navarrería, y que la dispensa y la fundación de la capellanía, entre otros legados, viniese dada por el cambio de parroquia natural, pues el testador procedía de San Cernin, pero no parece probable dado el importante legado que llevaba aparejada la elección.

Bien es cierto que diversos vecinos de la Navarrería, pese a enterrarse en el cementerio de la catedral, como correspondía por ser la sede de la parroquia de San Juan Bautista, también le hicieron legados de interés. Así, Íñigo López de Espoz (1348) y Dominga Pérez de Anchóriz (mediados del siglo XIV)[24]. El primero, con todo, establecía enterrarse "en el fosal que había hecho hacer" junto a la puerta de entrada del priorato. La fundación de dos capellanías, que su hermano fuese el párroco de Espoz y el pago de una pitanza anual para los jurados de la Navarrería

[22] Por ejemplo, BANGO TORVISO, Isidro – "El espacio para enterramientos privilegiados en la arquitectura medieval española". *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte* 4 (1992), pp. 93–132; ESPAÑOL BERTRÁN, Francesca – "*Sicut ut decet.* Sepulcro y espacio funerario en la Cataluña bajomedieval". In AURELL, Jaume; PAVÓN, Julia – *Ante la muerte. Actitudes, espacios y formas en la España medieval.* Pamplona: Eunsa, 2002, pp. 95-156.

[23] *Documentos navarros en lengua occitana.* Ed. Santos García Larragueta. Donostia: Eusko Ikaskuntza, 1990, n. 59. La capellanía figura en sucesivos diplomas de 1295 y 1338 (GOÑI GAZTAMBIDE, José – *Catalogo del Archivo Catedral de Pamplona. Tomo I (829-1500).* Pamplona: Diputación Foral De Navarra, 1965, n. 822, 823, 826, 827, 1245). Su avecindamiento en San Cernin y la profesión, en D*ocumentación Medieval del Archivo municipal de Pamplona.2.* Ed. Ricardo Ciérbide Martinena; Emiliana Ramos. Donostia*:* Eusko Ikaskuntza, 2000, 1, n. 59 (año 1255).

[24] Navarra, ACP, H 27; Navarra, AGN, *Comptos. Documentos*, 41.22 (1349-1361).

quizás fue suficiente para poder elegir sitio en el cementerio, pero no para cruzar las puertas del templo. Tampoco habría servido que su esposa, Catalina de Olave, hubiese estado casada en primeras nupcias con Juan Moza, ni que su hija, Gracia, ya fallecida, hubiese sido esposa de otro Moza, Miguel, miembros ambos, por tanto, de uno de los linajes burgueses más relevantes de la Población de San Nicolás, de quienes se hablará más adelante. Resulta curioso, en ese sentido, que entre las mandas piadosas que dispone haya varias a diversas órdenes mendicantes y santuarios, pero ninguna a las otras parroquias pamplonesas, ni siquiera la de San Nicolás de sus parientes políticos[25].

Sin embargo, la documentación posterior, hasta comienzos del siglo XV, solo ofrece noticia de miembros de la nobleza inhumados en el interior del templo o el claustro. Aunque los personajes más prominentes de la burguesía pamplonesa residían en los otros burgos, San Saturnino y San Nicolás, no contamos con elementos que nos permitan situar a miembros del grupo, ni siquiera avecindados de la Navarrería, entre los allí sepultados. La tradicional rivalidad entre los tres municipios, que tendrá continuidad incluso después de la creación del concejo único en 1423, parece un elemento determinante en ese sentido. El vecindario de la Navarrería, repoblada en su práctica totalidad a partir de la década de 1320 tras la destrucción sufrida en 1276[26], no tenía quizás, al menos todavía, el prestigio social ni el potencial económico como para pretender alcanzar el privilegiado escenario que suponían las capillas, naves y crujías claustrales de la seo.

Sean esos los motivos, o la simple resistencia del cabildo para abrirse a otros escenarios sociales, la cuestión es que por la documentación veremos desfilar camino de su tumba en la seo a nobles como Íñigo Almoravid y su esposa Toda, inhumados en el claustro en torno a 1300[27]; a Teresa Ortiz de Mendillorri,

[25] Navarra, ACP, H27.
[26] ARRIZABALAGA, Rafael – "La repoblación del área sur de la Navarrería en 1321. Estudio pormenorizado de la planificación urbana tras su destrucción en 1276". *Príncipe de Viana* 277 (2020).
[27] Solo consta la noticia indirecta, en referencia a otra sepultura de principios del siglo XV (v. infra nota 34). Los bienes del último Íñigo Almoravid de quien se tiene noticia fueron confiscados con motivo de la Guerra de la Navarrería en 1276, y figuran como tales (*emparanzas de banidos*) en los registros contables de los años posteriores y hasta 1309, aunque con toda seguridad como un modelo fosilizado de asiento contable (*Acta Vectigalia Regni Navarrae.* Ed. Juan Carrasco. Gobierno de

depositada en el mismo lugar donde yacían sus padres, que funda una capellanía y en cuyo testamento no aparece referencia a esposo, hijos ni hermanos[28]. La vinculación familiar como elemento decisivo en la elección parece obvio, pero también la referencia privilegiada de la catedral –perfectamente visible desde el palacio de Mendillorri– para uno de los linajes nobiliarios del entorno pamplonés más conocidos. Otro tanto puede apuntarse de Martín Ibáñez de Úriz, alcalde mayor de Navarra, que en 1323 fijaba su inhumación sobre "don Martín Martínez de Oharriz", su tío. En este caso el referente familiar es un pariente próximo, cuyo prestigio personal, unido al propio escenario de la sepultura, resultaban singularmente atractivos para el propio realce del testador[29].

El colofón queda representado Pedro Arnaldo de Garro y de su esposa, Juana de Beúnza, miembros de la alta nobleza muy vinculados a la corona durante el reinado de Carlos III. Pedro, que testaba en 1422, mandaba enterrarse en un monumental sepulcro ya avanzado o incluso terminado ("que yo he hecho hacer"), en un espacio preferente del claustro de la catedral, muy cerca del conjunto escultórico de la Epifanía y de la capilla Barbazana; y allí le habría seguido, mediado el siglo, su hijo Leonel[30]. Uno de los hermanos de Pedro, Ojer de Garro, emparentaría por cierto con otro linaje nobiliario, los Ezpeleta, sobre el que se volverá, porque tiene un singular interés para este estudio en su relación con la confluencia entre familias nobles y burguesas.

Precisamente, en esa línea cabe señalar la sepultura en la catedral, aunque en lugar sin concretar, de Fina de Aldaba, señora del palacio de Eusa que testó en 1314[31], hija de Pedro de Aldaba, franco "de la villa de Pamplona"[32], y de Urraca Martínez de Eusa,

---

Navarra: Departamento de Economía y Hacienda, 1999, Tomo VIII, n. 98§260 y 105§1.336 entre otros posibles).

[28] Navarra, ACP, HH5, año 1303; GOÑI GAZTAMBIDE, José – *Catalogo del Archivo Catedral de Pamplona Tomo I (829-1500)*, n. 895.

[29] Navarra, ACP, VV37; GOÑI GAZTAMBIDE, José – *Catálogo del Archivo Catedral de Pamplona. Tomo I (829-1500)*, n. 1.091.

[30] MARTÍNEZ ÁLAVA, Carlos – "Escultura". *La Catedral de Pamplona, 1394-1994.* Pamplona: Caja de Ahorros de Navarra, 1994, pp. 350-352; *Documentos del castillo de Javier y sus mayorazgos*. Ed. Francisco Escalada Rodríguez. Pamplona: Imprenta de Higinio Coronas, 1931, p. 60.

[31] *Documentos navarros en lengua occitana*, Ed. Santos García Lagarreta, n. 114.

[32] En 1287 era jurado de San Nicolás, y desde 1297 figura como jurado del concejo de los veinte que unió a San Saturnino y San Nicolás a partir de aquella fecha (*Documentos navarros en lengua occitana*, Ed. Santos García Larragueeta, n. 90, n. 109, n. 114).

infanzona, y pariente ("mi primo hermano") de Martín de Aibar, ricohombre. En 1281 figura como procurador del prior del cabildo catedralicio, lo que explica también la vinculación familiar con la catedral[33], aunque no nos consta su sepultura ni la de su esposa en el templo, o al menos el testamento de su hija no lo menciona. Quizás la expresión *nostre fossal vieyll* que figura en el testamento, y al que deben acudir los canónigos anualmente tras celebrar la misa de aniversario para rezar por ella, sus padres y su hermano difuntos, dé alguna pista en ese sentido de una sepultura colectiva de construcción previa, pero parece osado afirmar nada en ese terreno.

En todo caso, resulta evidente que la legataria había escogido con claridad la vía del parentesco materno –su padre era burgués– para ganarse ese espacio social y jurídicamente privilegiado, tanto en la vida como en la muerte. Pero marca también el camino, o uno de ellos, que permitía a un franco relevante y a un miembro de la alta aristocracia militar emparentar a través de sendos matrimonios con miembros de la baja nobleza, que se convierte así en el punto de unión entre unos y otros.

Con todo, a comienzos del siglo XV parece que el cabildo estaba más dispuesto a abrir la mano en sus concesiones, siquiera reservadas a lápidas casi anónimas en el piso del claustro. Así, el notario Martín Miguel de Leache, recibió la concesión de una fosa de ese tipo en 1413, junto a las de un ferrero, Pedro de Galar, y del noble Íñigo Almoravid y su esposa Toda[34].

Esta habitual reserva para la nobleza de las sepulturas laicas de las naves catedralicias contrasta así, en parte, con el proceso seguido en la colegiata de Tudela, quizás el elemento de comparación más cercano en lo institucional entre los centros urbanos del reino. Es cierto que figuran miembros de la nobleza, como sucesivas generaciones de los Ujué, elevadas al rango de caballeros[35], que culminarán en el

[33] *Documentos navarros en lengua occitana*, Ed. Santos García Lagarreta, n. 68.
[34] HIDALGO SÁNCHEZ, Santiaga – "El claustro y las dependencias de la catedral de Pamplona: espacio y función". *Porticvm. Revista d'Estudis Medievals*, 3 (2021), p. 45, n.12.
[35] Juan Renal de Ujué, caballero, y su mujer Isabel de Eslava en la capilla de San Martín (Navarra, AET, *Catedral*, perg. 572, testamento de 1394); Jordana Íñiguez de Ujué y sus padres en la capilla de San Lázaro, "en el carnario que está junto al coro" (Navarra, AET, *Catedral*, perg. 581, testamento de 1409); viuda, no consta donde se había enterrado a su marido, Pedro Álvarez de Rada, pero no parece que sea junto a ella, pues, a diferencia de sus padres, no se le menciona.

sepulcro que Isabel de Ujué compartirá con el canciller Francisco (Francés) de Villaespesa -de probable origen burgués[36]-, una de las obras cumbre de la escultura gótica navarra. En el testamento se disponía además la sepultura en la misma capilla, situada "cerca de la gran puerta de la iglesia" (en realidad la puerta sur), pero no en el mismo sepulcro, de sus descendientes, que acabarán emparentando con la nobleza titulada del reino[37]. Sin embargo, no debe olvidarse que, aunque el referente inicial del linaje, el burgués Íñigo de Ujué, y algunos familiares habían escogido su parroquia, San Jorge[38], otro hijo, Pedro Íñiguez de Ujué, cambiador de profesión, ya había fijado su sepultura en la colegiata, donde también mandó enterrarse su esposa, Romea Jiménez de Barillas[39]. Dado que dos familiares de Pedro eran, respectivamente, maestreescuela y chantre de la colegiata, conviene apuntar el relieve de la presencia de estos linajes burgueses en los capítulos eclesiásticos como medio de promoción social de las familias[40]. Cabe insistir, a este respecto, con el

[36] Su nombre original era Francés Sánchez de las Vacas, y el apellido Villespesa lo tomó de su villa de origen junto a Teruel. Gil Sánchez de las Vacas, tal vez su padre, pues es el santo al que encomendó su capilla sepulcral, y tenía también un hermano con ese nombre, representó a esta ciudad por el brazo de las universidades en las cortes de 1371-2 (*Acta Curiarum Regni Aragonum.* Ed. Cristina Monterde Albiac. Gobierno de Aragón: Departamento de Educación, Universidad, Cultura y Deporte Ibercaja, 2011, *IV/2*, p. 291, enlace permanente: https://dara.aragon.es/opac/doma/actacuriarum.jsp, consultado 20.10.2023, en adelante ACRA). J. R. Castro atribuye esa condición de padre a Juan Sánchez de las Vacas, juez de la misma ciudad en 1348, aunque quizás se trate del abuelo (CASTRO ÁLAVA, Jose Ramon – *El canciller Villaespesa*. Pamplona: Diputación Foral De Navarra 1968, pp. 130-131). La familia las Vacas ya había participado en sesiones de Cortes como representantes de las aldeas de Teruel en 1301 (Bernardo de las Vacas) y siguen figurando como procuradores por Teruel y sus aldeas en las cortes aragonesas de 1411 y 1412 (Gil y Jimeno Sánchez de las Vacas, quizás hermanos del canciller). ACRA I.2, p. 456 y ACRA, VII.1. pp. 34, 40, 73, 82, 85 entre otras.

[37] El testamento de 1421, en Navarra, AGN, *Comptos. Documentos*, caj. 119 n. 17. Para seguir al linaje, sus enterramientos en estas décadas finales del siglo XIV, y la importancia de la continuidad de las relaciones a través de las mujeres de la familia, resulta fundamental el trabajo de MONTERO MÁLAGA, Alicia –"Oligarquía y Testamentos en Tudela: el linaje Ujué en el protocolo de Martín Garcéiz Don Costal (1381-1383)". In LÓPEZ DE GUEREÑO SANZ, María Teresa; MIRANDA GARCÍA, Fermin; CABRERA SÁNCHEZ, Margarita (eds.) – *Migravit a Seculo. Muerte y poder de príncipes en la Europa Medieval. Perspectivas Comparadas.* Madrid: Silex, 2021, pp.17-41, a él nos remitimos, salvo indicaciones en nota. Sobre la descendencia de Isabel de Ujué y Francés de Villaespesa, RAMÍREZ VAQUERO, Eloisa – *Solidaridades Nobiliarias Y Conflictos Politicos Navarra: 1387-1464.* Pamplona: Gobierno de Navarra - Fondo de Publicaciones, 1991, pp. 59-60. También, a efectos de identificación de personajes y sepulturas, ALEGRÍA SUESCUN, David – "Noticias historicas sobre enterramientos en la catedral de Tudela". In ALEGRÍA SUESCUN, David, *et. al* (eds.) – *Santa María de Tudela: de mezquita a catedral Doce siglos en la historia de la ciudad a través de la arqueología.* Gobierno de Navarra: Departamento de Cultura y Deporte, 2019.

[38] Navarra, AET, *Catedral*, perg. 557, testamento de 1372 de Lope, quien pide que se le entierre en la misma sepultura que su padre.

[39] En la capilla de San Eloy (Navarra, AET, *Catedral*, perg. 543, testamento de 1364); MONTERO MÁLAGA, Alicia – "Oligarquía y Testamentos en Tudela: el linaje Ujué en el protocolo de Martín Garcéis Don Costal (1381-1383)", p. 39.

[40] Navarra, AET, *Catedral*, perg. 547 para la referencia al maestreescuela. El chantre aparece en el propio testamento de Pedro Íñiguez de Ujué.

ejemplo de Sancho de Eslava, que encargó en 1448 su entierro en la capilla de Santa Ana, y que contaba también con un hermano chantre[41].

De igual modo figuran en paralelo otros personajes prominentes de la burguesía tudelana, como Arnaldo de Morlans, notario, y su esposa Urraca García de Alzu[42], aunque otro miembro del linaje, Juan de Morlans, casado con Juana González de Vidaurre, optó por la capilla de San Simón y san Judas de la iglesia de San Nicolás[43]. Quizás, y pese a esa mayor flexibilidad, sí puede apuntarse a una cierta tendencia a buscar en la muerte un reconocimiento del prestigio ganado, o heredado, en vida, que ofrecían quizás en mayor medida los muros de la iglesia colegial.

En todo caso, y pese a sus disonancias con el de Tudela, el modelo pamplonés no parece muy distinto al de otros espacios catedralicios, como Córdoba, donde los siglos XIV y XV ven depositarse sobre todo en el interior de la seo, y aparte clérigos, a figuras destacadas de la nobleza "militar" local y regional, aunque no falte algún caso de la más alta oligarquía burguesa de la ciudad[44].

La pérdida de noticias sobre enterramientos nobiliarios en la catedral de Pamplona en la segunda mitad del XV[45] –lo que no quiere decir que no los hubiera– coincide, quizás no por casualidad, con el despliegue de información sobre sepulturas en las iglesias de franciscanos (San Francisco) y dominicos (Santiago) de la ciudad. Hasta ese momento habían permanecido ausentes de la documentación conocida, pero en esas cinco décadas contamos con al menos diez casos, y en concreto todos los

[41] Navarra, AET, *Catedral*, perg. 626. Tal vez era además pariente de Isabel de Eslava (vid. supra n. 35), enterrada varias décadas antes también en la colegiata, aunque en la capilla de San Martín.
[42] Navarra, AET, *Catedral*, perg. 574, testamento de 1394. Cerca de la capilla de San Sebastián, "junto al portal pintado llamado de Ventamar". Un posible hermano de la esposa, Rodrigo García de Alzu, era notario en 1384 y al menos hasta 1416 (Navarra, AGN, *Comptos. Documentos*, caj. 78. n. 76.4 y caj. 115 n. 57.1).
[43] Navarra, AET, *Catedral*, perg. 573. No ha sido posible establecer si Juana pertenecía al linaje nobiliario de los Vidaurre, parte de la alta nobleza en la segunda mitad del siglo XIII pero oscurecido paulatinamente a lo largo del siglo XIV. También consta una familia de cambiadores con ese locativo, en Estella, al menos desde finales del siglo XIII (v.g. *Documentación Medieval de Estella,* Ed. Merche Osés Urricelqui, n. 21 y 151 de 1300 y ca. 1396).
[44] GONZÁLEZ TORRICO, Antonio J. – "El mundo funerario de la catedral de Córdoba (siglos XIII-XVI)". *Tiempos modernos*, n. 40 (2020), pp. 17-19.
[45] El último para este siglo, del que solo consta la noticia por GOÑI GAZTAMBIDE, José – *Catalogo Del Archivo Catedral De Pamplona Tomo I (829-1500)*, n. 1.890, hace referencia al testamento de Miguel de Lesaca y su esposa -sin nombre recogido- en 1467. No conocemos siquiera su condición social.

relativos a enterramientos nobiliarios (ocho), junto a otros dos de prominentes burgueses. Bien es cierto que la documentación procedente de esas instituciones es tardía y fragmentaria, pero puede darnos una idea de la preferencia que el grupo nobiliario que residía en Pamplona o su periferia inmediata mostró hacia esas instituciones en los últimos tiempos medievales, frente a las parroquias, de donde parecen casi ausentes, o la propia catedral.

En la iglesia de Santiago de los predicadores ordenarán enterrarse el escudero Miguel de Solchaga en 1474[46]; el señor de Idocin, Arnaldo Pérez de Jaso (1474), y su esposa Guillermina de Atondo (1490)[47], y Juana de Osés, mujer del escudero Francisco de Esparza (1491), quien encargó una sepultura nueva pese a que su marido estaba al parecer inhumado en San Nicolás[48]. Cabe recordar que, por su cercanía, el convento de dominicos se hallaba especialmente vinculado a esta parroquia.

En el caso de los franciscanos, cuyo convento se situaba cerca de la parroquia de San Lorenzo, extramuros por tanto del Burgo de San Cernin, la información es también similar, aunque cabe apuntar a un cierto mayor prestigio social y jurídico de quienes optaron por esta comunidad. Allí se enterró Imperia, la esposa de Berenguer Cruzat, en una fecha indeterminada de la primera mitad del siglo XIV[49], y otro de los más prominentes miembros de la burguesía pamplonesa, Juan de Lacella, a mediados del XV[50]. Pero los restantes datos con que contamos se remiten miembros de la nobleza: Juan de Ursúa, maestrehostal de Carlos de Viana, miembro de uno de los linajes

[46] PAVÓN BENITO, Julia; BALDÓ ALCOZ, Julia; GARCÍA DE LA BORBOLLA, Ángeles – *Pamplona y la muerte en el Medievo*, p. 123.
[47] PAVÓN BENITO, Julia; BALDÓ ALCOZ, Julia; GARCÍA DE LA BORBOLLA, Ángeles – *Pamplona y la muerte en el Medievo*. Sobre el personaje y su familia, BALDO, J. – "Arnaldo (Arnalt) Pérez de Jaso". *Real Academia de la Historia. Diccionario biografico-e*, s.v [en línea: https://dbe.rah.es/biografias/74357/arnaldo-arnalt-perez-de-jaso, consultado 23.10.2023].
[48] Navarra, AGN, *Clero Dominicos*, 15.68; PAVÓN BENITO, Julia; BALDÓ ALCOZ, Julia; GARCÍA DE LA BORBOLLA, Ángeles – *Pamplona y la muerte en el Medievo*, anexo 2, pp. 180-191. La referencia a la sepultura del marido en la p. 183.
[49] En la capilla de San Juan. Cf. *Archivo Parroquial de San Cernin de Pamplona: Colección Diplomática hasta 1400*, Ed. Santos García Lagarreta, n. 23. Se volverá más adelante sobre ella al hablar de la familia Cruzat y su relación con San Saturnino.
[50] PAVÓN BENITO, Julia; BALDÓ ALCOZ, Julia; GARCÍA DE LA BORBOLLA, Ángeles – *Pamplona y la muerte en el Medievo*, p. 124. A título de ejemplo, Miguel Lacella figuraba en representación del Burgo de San Cernin como miembro de un posible consejo de regencia establecido en el testamento de Carlos III de 1413 (*Documentación medieval del Archivo Municipal de Pamplona.2*, Ed. Ricardo Ciérbide Martinena; Emiliana Ramos, n. 142, p. 133).

norteños ascendentes del momento, los Ursúa-Santa María, sobre el que se volverá más adelante, pidió en 1452 ser sepultado allí junto a su abuelo, Juan Pérez de Uroz, chambelán de Carlos III y alcalde mayor de Navarra a principios de la centuria[51]. Ya en 1502, Martín de Rutia, alcalde mayor de Navarra en esa fecha y que en 1495 figura como presidente del Consejo[52], y su esposa Catalina de Larraya disponían la inhumación conjunta en la capilla de San Esteban y san Martín de la iglesia conventual[53].

La crónica de los reyes de Navarra de García López de Roncesvalles nos proporciona la noticia del único enterramiento que conocemos en el convento de los agustinos. Según el cronista, Martín de Úriz, caballero ejecutado por traición a Carlos II, habría sido sepultado allí, sin mayor detalle. Más allá de la excepcionalidad del lugar, no se aleja de esa preferencia de la nobleza por las órdenes mendicantes masculinas[54].
Resulta complicado en este caso realizar una comparativa con los conventos masculinos de Estella o Tudela. En la primera villa, apenas tenemos información sobre esta cuestión. Solo el dato, bien que singular, del canciller de Carlos II, Andrés Jordán, cuya sepultura en la iglesia de los dominicos en 1351 fue abonada por el rey[55].

En Tudela, ninguno de los nombres registrados en relación con los franciscanos, única institución masculina de la ciudad en época medieval que nos ofrece referencias concretas, cuenta con información conocida que nos permita situarlo con detalle en el escenario social. Desde luego, no figuran los grandes linajes de la oligarquía burguesa o de la nobleza (Caritat, Baldovin, Ujué, Ayensa), aunque el detalle y montante de los legados manifiesta una posición acomodada y hasta la búsqueda de un innegable prestigio social, como el paño con las flores de lis, armas

[51] *Documentación medieval del Monasterio de Santa Engracia de Pamplona, siglos XIII-XVI* (Fuentes documentales medievales del País Vasco), III-20, Ed. Ricardo Ciérbide Martinena. Sobre el abuelo, al que se documenta hasta 1413, RAMÍREZ VAQUERO, Eloisa – *Solidaridades Nobiliarias y Conflictos Políticos Navarra: 1387-1464*, p. 115-116.
[52] Desde 1482 era alcalde de la Corte (Navarra, AGN – *Comptos. Documentos*, caj. 164, n. 34.1). La noticia como presidente de "nuestro consejo", seguramente cuando actuaba como tribunal, en Navarra, AGN – *Comptos. Documentos*, caj. 193 n. 37).
[53] Navarra, ADP, *San Saturnino,* perg. 38.
[54] *Crónica de Garci López de Roncesvalles. Estudio y edición crítica,* Ed. Carmen Orcástegui Gros, p. 88.
[55] Navarra, AGN, *Comptos. Documentos*, caj. 31 n. 70.3.

de su padre, que Sancha Ortiz hizo instalar sobre su tumba en la iglesia del convento franciscano en 1420[56]. Martín de Maragal, sin embargo, se conformó en 1427[57] con un espacio en el cementerio del convento, mientras que los Amigo contaban a finales del XV con una sepultura colectiva dentro de la iglesia (padres, hija, yerno)[58]. Catalina de Berbinzana pidió enterrarse, también en la iglesia, en la tumba de su marido, Martín de Torres[59]. Aunque alguna de esas familias pueda tener luego un cierto recorrido documental (Torres, Amigo), resulta complicado situarlas socialmente en el tiempo que nos interesa[60]. Quizás es una muestra de que el caso de los franciscanos tudelanos, tal y como ocurría con la colegiata, ofrecía una mayor permeabilidad que en la capital del reino. No se trata, desde luego, de ejemplos singulares; esa misma preferencia de la nobleza hacia los franciscanos y dominicos que se aprecia en Pamplona puede encontrarse en numerosas casas conventuales de ambas órdenes en Castilla[61]; mientras que en Galicia la iglesia de Betanzos de los frailes menores parece haber acogido los restos de nobles y burgueses en la misma medida[62]. En cambio, los predicadores de San Domingos de Bonaval, en Santiago de Compostela, se convirtieron en panteón de linajes burgueses ennoblecidos por vía de matrimonio[63].

Con la nobleza "concentrada" en la catedral y los conventos masculinos, la burguesía, salvo las excepciones ya señaladas, parece fijar sus intereses en las diversas parroquias. Quizás la radical separación jurídica entre los tres municipios

[56] Navarra, AET, *Santa Clara*, perg. 1.290.
[57] Navarra, AET, *Catedral*, perg. 601.
[58] Navarra, AET, *Catedral*, perg. 735. El marido, Martín de la Pedrera, había fundado una capellanía en San Jaime por la que pleiteaba el cabildo de la iglesia y uno de los capellanes, precisamente de la familia Amigo, a mediados del siglo XVI (Navarra, AGN, *Procesos. Consejo Real*, ES/NA/AGN/F017/096128).
[59] Navarra, AGN, *Clero, Franciscanos Tudela*, 10. Año 1505.
[60] Pedro de Azagra figura también encargando su sepultura en San Francisco en 1452. Parece difícil señalar una vinculación con el linaje del siglo XII (Navarra, AET, *Santa Clara*, perg. 1.296).
[61] PRIETO-SAYAGUÉS, Juan A. – "La evolución de los vínculos entre los poderes laicos y las órdenes religiosas en la Castilla Bajomedieval". *Anuario de Historia de la Iglesia* 32 (2023), pp. 315-322; a modo de ejemplo singular, AREVALILLO GARCÍA, Ismael – "Convento de San Francisco acerca de las fundaciones religiosas en el Convento de San Francisco (Cuéllar, Segovia), desde el siglo XIII hasta 1835". *Estudios del Patrimonio Cultural*, n. 18 (2020), p.8.
[62] COLÓN ALONSO, Marta – *Transformaciones históricas en el convento de San Francisco de Betanzos. Siglos XIV-XX*. Coruña: Universidade da Coruña, 2012, [en línea: https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/10094]. Tesis Doctoral.
[63] GARCÍA RODRÍGUEZ, Matías – "Imagem e territórios das elites burguesas galegas: a escultura funerária (séculos XIV-XV)". *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 59/125 (2012), pp. 39-63. DOI: 10.3989/ceg.2012.125.02.

pamploneses hasta principios del siglo XIV ayudó en buena medida a mantener a la seo como un referente casi exclusivo de su propio distrito, la Navarrería, y en todo caso de la nobleza periférica o la que allí pudiera haberse instalado, mientras que, en contrapartida, las familias burguesas convertían sus parroquias respectivas en su particular símbolo de ciudadanía, distinto –y distante– no solo de la catedral sino de las otras parroquias[64]. Únicamente San Cernin contaba con dos iglesias parroquiales, cada una en un extremo del espacio urbano, San Saturnino y San Lorenzo, y, hasta donde puede apreciarse, con su propia feligresía. Todavía en 1413, apenas diez años antes de la fusión de los tres concejos, el rey Carlos III sentenciaba sobre los límites entre ambas[65]. Una feligresía que, por otra parte, parece mostrar una imagen más humilde en el área de San Lorenzo, donde solo se documentan entierros de vecinos de profesión modesta y todos ellos en el cementerio parroquial. María Domínguez de Gaizarin, esposa de Lope de Mendino, burullero; Pedro Jiménez de Belzunce, esposo de Dominga, también burullero, y María Pascual, viuda de Salvador de Beraiz, de oficio desconocido, son los referentes conocidos, todos en la primera mitad del siglo XIV[66]. La rúa de la Burullería (actual San Lorenzo, precisamente), donde se instalaban esos fabricantes de paños de lana de baja calidad[67], se situaba muy cerca del templo. Sin perjuicio de que se produjeran enterramientos no documentados en el interior de la iglesia, parece que el vecindario de San Lorenzo no se permitía habitualmente el dispendio que suponía tal privilegio, siquiera en forma de donación piadosa, pese a que algunos de los finados, como Pedro Jiménez de Belzunce, contaba con un patrimonio inmobiliario, sobre todo en viñas y tierras del entorno de la ciudad, realmente interesante[68].

---

[64] Los cálculos que se han hecho para poblaciones como Madrid en estos mismos siglos apuntan a que cerca del 90% de los habitantes que testaban se enterraban en sus parroquias. Cf. GÓMEZ NIETO, Leonor – *Ritos funerarios en el Madrid Medieval.* Madrid: Al-Mudayna, 1991, p. 63. No es muy diferente al modelo general que apunta ARIÈS, Philippe – *El hombre ante la muerte*, pp. 69-71, y que cambiará en favor de las congregaciones religiosas a partir del siglo XVI.

[65] Navarra, ADP, *San Saturnino*, perg. 24.

[66] *Archivo Parroquial de San Cernin de Pamplona: Colección Diplomática hasta 1400*, Ed. Santos García Lagarreta, n. 3 (1309); 13 (1328); 15 (1340). Analiza el testamento de María Domínguez de Gaizarin RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "Vivir entre las élites burguesas navarras, según inventarios y testamentos del siglo XIV", pp. 135-136.

[67] Cf. *Legado Gual Camarena. Vocabulario del comercio medieval.*, s.v. burullero [en línea: https://www.um.es/lexico-comercio-medieval/index.php/v/lexico/21234/burulleros consultado 24.10.23]

[68] *Archivo Parroquial de San Cernin de Pamplona: Colección Diplomática hasta 1400.* Ed. Santos García Lagarreta. Diputación Foral de Navarra: Institución Príncipe de Viana, 1976, n. 8, 15 y 16.

Aquí entra pues en juego otro elemento de relieve, pero difícil de calibrar. La necesidad de "pagar" un precio singular en función del oficio desempañado en la vida terrenal para conseguir la vida eterna en el cielo. Lo que J. Le Goff denominó "el nacimiento del purgatorio", cuyo sentido inicial se habría situado en la salvación de cambistas y prestamistas, que obtenían pingües beneficios del uso de un tiempo ajeno del que solo Dios debía disponer. La posibilidad de acortar esa estancia intermedia y el sufrimiento que suponía se acrecentaría mediante la multiplicación de mandas pías, aniversarios y una mayor cercanía a las zonas privilegiadas del templo, capillas y altares con reliquias, a imitación de las sepulturas *ad sanctos* propias de la temprana Edad media, y donde se celebraba la misa. Se entendía que el rezo resultaba más efectivo, pero se conseguía así, y no por casualidad, un superior prestigio mediante la pervivencia en la memoria de la colectividad parroquial; modelo que se extenderá en círculos concéntricos por el abanico social[69]. Tiene así mayor sentido, más allá del esfuerzo económico que pudiera suponer, que el único entierro documentado en el cementerio de San Saturnino sea, a finales del siglo XIV, un carnicero (*broter*) pese a que también en este caso el patrimonio que muestra su testamento no parece despreciable y que sus mandas piadosas, aunque pequeñas en cada caso, muestren un amplio repertorio de beneficiarios[70]. Sin embargo, un siglo después, en 1474, otro carnicero se inhumaba ya en el interior, bien que, en el sepulcro de su suegro, que muy probablemente contaba con un mayor estatus social[71].

[69] LE GOFF, Jacques – *El nacimiento del purgatorio*. Madrid: Taurus, 1989 (1ª ed. francesa 1981); LE GOFF, Jacques – *La bolsa o la vida. Economía y religión en la Edad Media.* Madrid: Gedisa, 1987 (1ª ed. francesa París, Hachette 1986). ALEXANDRE-BIDON, Danièle – *La mort au Moyen Âge.* Paris: Hachette Litterature, 1998, p. 72 resalta la importancia de obras como las referencias al purgatorio en el célebre DE BOURBON, Etienne – *Tractatus de diversis materiis predicabilibus.* Ed. Jacques Berlioz, Denise Ogilvie-David, Colette Ribaucourt, London: Brepols, 2006, del dominico Etienne de Bourbon (1180-1261), que convierten casi en imprescindibles los legados piadosos. Una reciente e interesante aproximación para el peso que estas disposiciones pudieron alcanzar, bien que referido a Europa central, en FEDELES, Tamás – "*Pro salute anime.* Holy Mass ad salvation of the nobility in late medieval Hungary". *Forum Historiae*, 17/1 (2023), pp. 107-139. DOI: 10.31577/forhist.2023.17.1.8.

[70] Hijo de García de Marcaláin, "broter" (*Archivo Parroquial de San Cernin de Pamplona: Colección Diplomática hasta 1400,* Ed. Santos García Lagarreta, n. 36). El estado del documento impide conocer el nombre del testador y la fecha, que el editor sitúa en torno a 1400. Para la equivalencia broter/carnicero, cf. *Legado Gual Camarena, s.v.* [en línea: https://www.um.es/lexico-comercio-medieval/index.php/search/?busqueda=broter consultado 24.10.2023]

[71] Navarra, AGN, *Comptos. Documentos*, 161.15. Se trata de García Gorría de Espinal, casado con María Juan de Óriz, y cuyo suegro era Juan de Óriz.

Con todo, el caso paradigmático de esta relación casi simbiótica entre parroquia, en este caso San Saturnino, y linaje burgués lo proporciona la familia de los Cruzat, uno de los apellidos de referencia –por no decir "el" apellido de referencia– del Burgo desde al menos los años setenta del siglo XIII y hasta bien avanzada la Edad Moderna, ya ennoblecidos[72]. El análisis que aquí puede realizarse se limita con todo a unos pocos personajes, aquellos que han dejado huella documental sobre su voluntad de sepultura; pero con un relato que puede resultar significativo del conjunto.

En 1344, Juan Cruzat y su mujer, Juliana Pollán, establecían en un testamento de hermandad –se fijaban como herederos mutuos– su entierro en la iglesia de San Saturnino[73]. Juan era hijo de Pascual Cruzat –fallecido antes de 1334[74]– y Juliana, hermana de Arnaldo, que figura en el testamento como cabezalero, pertenecía a un importante linaje de mercaderes avecindado en la Población de San Nicolás desde finales del XIII[75]. Lo que interesa aquí es que ambos, ignorando a sus respectivos padres, piden enterrarse "delante del altar mayor de la dicha iglesia, junto a la

[72] La historia del linaje y de su relieve político, social y económico sigue necesitada de un estudio en profundidad. Como aproximaciones parciales, cabe señalar LÉROY, Béatrice – "Una familia de burgueses de Pamplona en la primera mitad del siglo XIV". *Príncipe de Viana*, 35/136-137 (1974), pp.429-448; MARTÍN GONZÁLEZ, Margarita – "Síntomas de ascenso social de una estirpe burguesa de Pamplona en el siglo XV". *Príncipe de Viana,* Anejo 8 (1988), pp. 533-536. Sobre aspectos muy concretos del negocio familiar, pero con una detallada reconstrucción genealógica para la etapa que analiza, RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "L'écriture de la bourgeoisie aux XIVe-XVe siècles. Un libre de 'raison' de la famille Cruzat ?". *Annales du Midi. Revue de la France méridionale,* 295 (2016), pp. 365-392. Aunque muy desfasado en planteamiento metodológico y conclusiones, también aporta datos interesantes, sobre todo acerca de la (re)construcción de la memoria del linaje una vez ennoblecido, ANSOLEAGA, Florencio – "El cruzado y los Cruzates en la iglesia de San Saturnino de Pamplona". *Boletín de la Comisión de monumentos históricos y artísticos de Navarra*, 2ª época, n. 3 (1910), pp. 36-39. La misma E. Ramírez Vaquero ha realizado una interesante aproximación al ennoblecimiento de algunas de estas elites burguesas en el entorno del 1500, incluidos los Cruzat, en RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "The Elites of Pamplona at the End of the Middle Ages: the Road to Ennoblement". In ASENJO-GONZÁLEZ, Maria (ed.) – *Urban Elites and Aristocratic Behaviour in the Spanish Kingdoms at the End of the Middle Ages.* Turnhout: Brepols, 2012, pp. 61-85.

[73] *Archivo Parroquial de San Cernin de Pamplona: Colección Diplomática hasta 1400*, Ed. Santos García Lagarreta, n. 20.

[74] *Documentación medieval del Archivo Municipal de Pamplona.1*. Ed. Ricardo Ciérbide Martinena; Emiliana Ramos. Donostia: Eusko Ikaskuntza, 1998, n. 139.

[75] García Arnaldo llamado "Pollán", figura como jurado de San Nicolás en 1301 (*Documentación medieval del Archivo Municipal de Pamplona.2*. Ed. Ricardo Ciérbide Martinena; Emiliana Ramos. Donostia: Eusko Ikaskuntza, 1998, n. 178) y 1324 (n. 207); quizás pueda identificarse también con el García Arnaldo que figura como jurado y testigo en un juramento de fidelidad a la reina Juana I (n. 19). Otro miembro de la familia, Anglesa, tal vez hija de Arnaldo, mantuvo actividades como mercader (Navarra, AGN, *Comptos.Documentos*, caj. 36 n. º9.2), y estuvo casada con Beltrán de Zarabella, chambelán de Carlos II, quien pagó el entierro del marido -no consta dónde- en 1383 (caj. 47 n. 73.1.1)

sepultura donde yace el cuerpo de Berenguer Cruzat". Berenguer había sido la cabeza del linaje, hermano de Pascual, y por tanto tío de Juan, el testador. La costumbre que establecía a los padres y los esposos como referencia para los entierros conjuntos, no se acaba de romper, puesto que el matrimonio pide un entierro conjunto y singular, pero la consideración del tío como referente máximo incluso tras la muerte, por encima de unos padres de cuyo relieve social tampoco cabe dudar, y cuyas sepulturas no se mencionan, parece digno de consideración. El texto nos permite además conocer el lugar, frente al altar mayor, en que se había depositado a Berenguer, cuyo rastro documental se iniciaría en 1276-1277 y se pierde en 1314[76]. Cómo accedió a escenario tan privilegiado solo puede suponerse. Quizás contribuyó de manera sustancial a la reconstrucción del templo, cuya traza actual se corresponde precisamente con el entorno de 1300 en que el personaje despliega su actividad, tras los daños sufridos en la llamada Guerra de la Navarrería[77]. Sin embargo, su esposa, Imperia, cuya fecha de muerte se desconoce, fue enterrada, según afirmará su hija Flandina en su propio testamento, en la capilla de San Juan Evangelista del convento de franciscanos (la misma donde se enterraría, un siglo después, Juan de Lacella). Aunque se han apuntado varias posibles filiaciones (Ibero, David), ninguna es segura, lo que impide plantear ninguna hipótesis segura sobre semejante elección –fallecer antes que su marido y enterrarse con sus padres, por ejemplo–[78], que no tuvo en cuenta otras opciones como el monasterio de clarisas de Santa Engracia, favorecido, como se ha comentado, tanto por los Cruzat como los David y los Ibero.

Las últimas voluntades de Flandina, dictadas en 1346, resaltan aún más si cabe algunos de los comentarios previos. Aparte de cumplir con todos los requisitos para

[76] *Documentación medieval del Archivo Municipal de Pamplona.1,* Ed. Ricardo Ciérbide Martinena; Emiliana Ramos, n. 83, recoge un Berenguer, cambista de San Cernin, en 1276, aunque sin apellido; *Documentos navarros en lengua occitana*, Ed. Santos García Lagarreta, n. 171 (1314).
[77] MARTINENA RUIZ, Juan José – *La Pamplona de los burgos y su evolución urbana (siglos XII-XVI)*, p. 228.
[78] LÉROY, Béatrice – "Una familia de burgueses de Pamplona en la primera mitad del siglo XIV". *Príncipe de Viana*, 35/136-137 (1974), p. 431, apuesta por los Ibero, a los que Flandina llama "primos hermanos". Se trata de una hipótesis plausible, pero no cabe descartar que fuesen hijos de una hermana de Berenguer o de Emperia casada con un Ibero, y no de un hermano de Imperia. De hecho, también trata con el mismo parentesco a Catalina David, y podría tratarse de la misma relación discutible. Vid. además RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "Vivir entre las élites burguesas navarras, según inventarios y testamentos del siglo XIV", pp. 139-143.

convertirse en un prototipo de testamento de cambista a la búsqueda de la salvación eterna, con múltiples y muy generosas mandas pías para toda suerte de iglesias, conventos, monasterios y santuarios, hospitales, pobres y peregrinos, aniversarios, capillas, luminarias, etc., y dotaciones de relieve para hermanos, primos, sobrinos y servidumbre, muestra una vez más la importancia del linaje y de su permanencia y simbolismo tras la muerte.

Flandina, que no tenía hijos, había enviudado dos veces, de Simón de Lacella/Acella y de Miguel de Eza/Deza, ambos, como no podía ser de otro modo, miembros relevantes de la comunidad del Burgo de San Cernin. Sin embargo, aparte de realizar las correspondientes donaciones para que se rezase por su alma, no manifiesta ningún interés por la sepultura de sus maridos, y sí su voluntad de enterrarse en la misma que su padre Berenguer, frente al altar mayor de San Saturnino, en lugar por tanto preferente, pero contiguo, al de sus primos Juan y Juliana, creando una suerte de panteón familiar. Parece interesante resaltar, igualmente, que entre sus legados crea uno de 25 libras para que un caballero ("para alguno que vaya a caballo") acuda por su alma a "la primera Cruzada que se haga a Ultramar o para otro lugar contra moros y gentiles que sea ordenada por el santo padre el Papa, dando y otorgando las indulgencias (*perdonances*) de Ultramar[79]". No es evidentemente una donación única en el occidente medieval, pero, quizás de modo inconsciente –o no–, servía en este caso para vincular al propio apellido familiar con una "aventura" religiosa y más propia de la nobleza, la aristocracia militar, que acabará en la memoria familiar como origen mítico de su nombre y su rango[80]; un fenómeno que, por otro lado, es habitual en la Europa de su tiempo[81].

En 1432 se cerraba el ciclo que aquí interesa de la familia Cruzat, con el entierro de Martín Cruzat "el Rico", en un ornamentado sepulcro que inicialmente se instaló en el pequeño claustro de la iglesia iniciado a principios del siglo XV y que él habría

[79] *Archivo Parroquial de San Cernin de Pamplona: Colección Diplomática hasta 1400*, Ed. Santos García Lagarreta, n. 23, p. 91.
[80] ANSOLEAGA, Florencio – "El cruzado y los Cruzates en la iglesia de San Saturnino de Pamplona". pp. 36-39.
[81] Sobre la rivalidad y, en paralelo, convergencia entre las élites nobiliarias y burguesas, incluidos los procesos de imitación y construcción de la memoria, cf. MORSEL, Joseph – *La aristocracia medieval. El dominio social en Occidente (siglos V-XVI).* Valencia: PUV, 2008 (1º ed. París, Armand Colin, 2004), pp. 267-310.

contribuido a construir[82]. Se daba así el paso último en el creciente despliegue de propaganda del linaje; aunque lejos del altar, la obra escultórica (que hoy puede contemplarse en el atrio de la iglesia, a donde fue trasladada a principios del siglo XX) singularizaba al personaje, y con él a su familia por encima de cualquier otra; tal y como ocurría en los claustros de la catedral con algunos miembros de la nobleza a los que ya se ha hecho referencia.

Con ser quizás el más significativo, el de los Cruzat es posiblemente solo uno de los casos que convergió en la parroquial de San Cernin, aunque los datos son mucho más fragmentarios para otras familias de relieve. Los Lacella, cuyo peso socioeconómico ya se ha mencionado, tienen un digno representante en Miguel, que también colaboró –aunque mediante un préstamo– en la construcción del claustro y fijó en su testamento de 1405 enterrarse en la iglesia[83]. Miguel de Mares, clérigo de Carlos III, guardasellos y sustituto del tesorero, pedía en 1406[84] que se le enterrase en el claustro todavía inacabado junto a sus padres. Dado que uno de los cabezaleros del testamento era Pascual Cruzat, cabe poner en relación a ambas familias, más allá de la cercanía física en la sepultura. Martín de Itúrbide, oidor de comptos, pedía en 1479 ser enterrado en la iglesia, donde había solicitado lo mismo, tres cuartos de siglo antes (1403), su suegro, el médico de Carlos III, Juan Moliner[85]. Una vez más, y no será la última que veamos, el mayor prestigio de la familia de la esposa marcaba la elección, incluso cuando el marido era el testador y contaba con su propio *cursus honorum* de interés.

[82] ALBIZU, Juan – *San Cernin.* Pamplona: Editorial Aramburu, 1930, p. 130. La fecha procede de una genealogía de la familia muy posterior (Navarra, ADP, San Saturnino, Libros diversos n. 435), pero no debió de ser muy distinta por las referencias documentales que se conservan del personaje; figura por ejemplo como jurado de San Saturnino en el Privilegio de la Unión de 1423 (*Documentación medieval del Archivo Municipal de Pamplona. 2,* Ed. Ricardo Ciérbide Martinena; Emiliana Ramos, n. 248).
[83] Navarra, ADP, *San Saturnino*, n. 9 y 17. Él o su hijo de igual nombre figura como representante del Burgo de San Cernin en el testamento de Carlos III de 1412 (*Documentación medieval del Archivo Municipal de Pamplona.2,* Ed. Ricardo Ciérbide Martinena; Emiliana Ramos, n. 242), y otro Lacella, Pascual, había emparentado con el linaje nobiliario de los Ezpeleta, mediante el matrimonio con Dominga de Ezpeleta, antes de 1449 (Navarra, ADP, *San Saturnino*, perg. 42).
[84] Navarra, ADP, *San Saturnino*, n. 12. Falleció entre abril y junio de 1410 (Navarra, AGN, *Comptos. Documentos*, caj. 97 n. 2.5.2 y n. 16.10.2).
[85] Navarra, ADP, *San Saturnino*, n. 8 y 33.

Por último, por su singularidad, y aunque se aleja del marco de redes familiares que aquí interesa, cabe señalar al único noble del que tenemos constancia, Guillermo Arremeli (¿?), escudero del infante Luis de Beaumont –hermano de Carlos II– y originario de Mantes, en los dominios patrimoniales de los Evreux, que estableció su entierro en el interior de la iglesia en 1364, aunque la documentación no da cuenta del motivo de semejante elección[86].

Las evidencias, más escasas, que ofrece la documentación relativa a la parroquia de San Nicolás, el centro religioso de referencia de la Población de San Nicolás, no muestran un panorama muy diferente, aunque puede destacarse algún hecho significativo de la evolución de los modelos. En efecto, junto a un hortelano, García de Zozaya, que en 1495 solicitaba enterrarse en la iglesia, muestra de la apertura cada vez más amplia de los templos al universo social[87], o a Isabel de Zalba, cuyo primer marido estaba enterrado también en el templo pero optaba por hacerlo con el segundo, en la capilla de San Juan y santa María de la iglesia de Barasoain (a unos 20km de la capital)[88], el ejemplo más interesante con que contamos es el de otra compleja familia de mercaderes y funcionarios, los Moza-Roncesvalles y los nobles con los que algunos de ellos emparentaron mediado el siglo XV, los Ezpeleta.

No tenemos evidencia exacta de que el tendero Pascual Moza, en quien podríamos situar la primera generación del proceso de ascenso familiar[89], se enterrase en San Nicolás, pues el testamento que dejó se conserva incompleto[90], pero del tenor de este podría deducirse que ocurrió así con bastante probabilidad. El otorgamiento debió de producirse después de 1312, cuando compró parte de las rentas de

[86] Navarra, AGN, *Comptos. Documentos,* caj. 25 n. 54.
[87] Navarra, AGN, *Tribunales. Procesos*, caj.3, n. 68.
[88] Navarra, AGN, *AM Garinoain*, n. 10, año 1477.
[89] Aunque ya en 1259 consta un Andrés Moza, funcionario regio (GARCÍA ARANCÓN, Raquel – *Archivo General de Navarra. Sección de Comptos. Registro n. 1 (1259 y 1266).* San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos, 2000, *n. 1*, p. X). Este Pascual tal vez era hermano de Miguel Moza, a quien en 1315 Luis I (X de Francia) ordenaba reducir la altura de los edificios que había construido en la Población, y que amenazan la paz con el Burgo de San Cernin (*Documentación medieval del Archivo Municipal de Pamplona.*1, Ed. Ricardo Ciérbide Martinena; Emiliana Ramos, n. 106). En las mismas fechas figuran también Jimeno, Alfonso y Martín Moza (Id, n. 109; *Archivo General de Navarra (1274-1321)*. II. Ed. María Itziar Zabalza Aldave. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos-Eusko Ikaskuntza, 1997, n. 178).
[90] Navarra, AGN, *Villarrea*, n. 9. Hijos, Aimar, casado con Francesa, Estefanía, Anglesa, Juan, Miguel y Marina.

Artajona a Bruniset de Narbona, viuda del noble Lope Díaz de Rada[91], pues la adquisición figura ya en el testamento. Allí aparecen su esposa, Isabel (sin más detalle), y sus seis hijos, al parecer muy jóvenes todavía, pues solo uno de ellos estaba casado. Igualmente, desfilan por el texto miembros de algunos de los linajes importantes de la Pamplona del momento, como los Undiano o los Lacella. Y uno de los hijos, Miguel, se casaría con Gracia, hija a su vez de Íñigo López de Espoz, vecino de la Navarrería a quien hemos visto enterrarse en 1349 en un lugar privilegiado del cementerio de la catedral[92].

Pese a la modestia aparente del oficio que proclama -tendero-, se trata sin duda de un personaje que ha conseguido un lugar de relieve en el espacio social pamplonés, y además no solo en su San Nicolás de origen, sino en los tres municipios de la capital, cuyas tensas relaciones eran, como se indicado, endémicas. Aunque el personaje más prominente de los Moza será su nieto, hijo de Juan[93] y también Pascual de nombre, que aparte sus labores de cambiador[94] actuará como uno de los oficiales más importantes del reinado de Carlos III; recibidor, comisario, oidor de Comptos y consejero del monarca en sus últimos años, hasta su muerte en torno a 1421[95]. Junto con su esposa, Catalina Miguel, fue enterrado en la capilla de San Blas de la parroquial de San Nicolás, según indicaban años después, en 1428, su hija María y su yerno, el tesorero real García López de Roncesvalles, al constituir una capellanía en su memoria, a la par que establecían la sepultura junto a ellos[96]. Se marcaba así con claridad cuál era la línea del linaje que debía seguirse. No la de García, cuyo prestigio social y jurídico como tesorero real era incontestable, y que podía haberse sentido tentado a iniciar su propia línea familiar transmitiendo su apellido. Él se había criado bajo la protección de Pascual, y el nombre Moza contaba

[91] Navarra, AGN, *Artajona*, n. 2.
[92] Vid. supra n. 25. Según el testamento, Gracia había fallecido ya en el momento de testar su padre, pero Miguel seguía vivo.
[93] Aparecen como padre e hijo en un diploma de 1369 (*Archivo General de Navarra (1349-1387). Documentación real de Carlos II.* Ed. María Teresa Ruiz San Pedro. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos, 1997-200, V, n. 1.867).
[94] Figura como tal en 1379 (RAMÓN CASTRO, José – *Catalogo de Comptos Documentos,* XII. Navarra: Diputación Foral de Navarra, 1952, n. 311).
[95] En 1421 se entregaba a su sucesor en la Cámara de Comptos parte de su pensión (Navarra, AGN, *Comptos. Documentos*, caj. 33, n. 1288). Figura ya como recibidor de la merindad de las Montañas en 1383 (Navarra, AGN, *Comptos. Registros*, n. 182, f. 33). Sobre su trayectoria y la de su familia, vid. más abajo n. 97.
[96] Navarra, ACP, *Arca* V, 33.

con un peso sobresaliente al que podía sentirse ligado y hasta con la obligación de continuar[97]. Dado que ambos procedían de la Población de San Nicolás, es posible que los padres del tesorero estuvieran también enterrados en la parroquial, en el cementerio o en la iglesia, pero no se hace mención de ellos, sino de sus suegros y padres de su esposa.

María y García murieron, respectivamente, en torno a 1431 y en 1437, y su hija mayor superviviente, María también, mantuvo de hecho el apellido materno, Moza, en lugar del paterno. El prestigio acumulado por sus antepasados, abuelos y padres, le había permitido casarse en 1423 con un segundón de la nobleza, Juan de Ezpeleta, ya viudo pero miembro de una de las familias nobles más importantes del reino, y que también mantenía el apellido materno (era hijo de Ojer de Garro[98] y Juana de Ezpeleta). No nos consta dónde se enterró Juan, pero María le sobrevivía todavía en 1452. Su hija, María Juan de Ezpeleta, casó a su vez en 1443 con otro noble, el escudero y maestrehostal del príncipe Carlos de Viana, Juan de Ursúa (hijo de Guillermo de Santa María, caballero, y Margarita de Ursúa -el apellido materno otra vez-). El ennoblecimiento del linaje Moza se había consumado.

Pero, como se ha sugerido, los sepulcros parroquiales parecen casi de uso exclusivo de la burguesía, mientras que la nobleza que residía en Pamplona o su periferia había derivado sus inhumaciones hacia los conventos mendicantes. Por eso, cuando Juan de Ursúa, que vivía en la Población de San Nicolás, estableció en un primer testamento de 14 de agosto de 1452 que quería enterrase en la iglesia parroquial, allí donde decidiera su suegra[99] María Moza, mostrando así su clara vinculación con el linaje materno –y burgués– de su esposa, rompió al parecer con un código no escrito, pero casi vinculante. Tal conclusión deviene de la existencia de un codicilo,

[97] MIRANDA GARCÍA, Fermín – "A la sombra del rey. García López de Roncesvalles, mercader, cronista y tesorero de Carlos III de Navarra". In CAÑAS GÁLVEZ, Francisco (coord.) – *La corona y sus servidores. Individualidades, instituciones y estructuras sociales en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media.* Sevilla: Universidad de Sevilla, 2021, pp. 627-649. A este trabajo remitimos para las fechas que siguen, salvo indicación expresa, para no elevar todavía más el número de referencias.
[98] A la rama principal pertenecían los Garro enterrados en esas fechas en el claustro de la catedral de Pamplona; vid. supra n. 31.
[99] En la sepultura do a dona Maria Moça, mi suegra, será bien visto. *Documentación medieval del Monasterio de Santa Engracia de Pamplona, siglos XIII-XVI* (Fuentes documentales medievales del País Vasco), III-20, Ed. Ricardo Ciérbide Martinena. Donostia: Euska Ikaskuntza, 1997.

apenas dos días posterior, en el que rectificaba su decisión y fijaba su sepultura junto a su abuelo materno, Juan Pérez de Uroz, alcalde mayor de Navarra, a quien hemos visto enterrarse en el convento de San Francisco. Que la nueva cabezalera encargada de cumplir esa decisión fuese su madre, Margarita de Ursúa (otra vez la línea materna en el apellido), nos indica que debió de producirse algún movimiento en el sentido que se ha señalado. La universalización social de las sepulturas, al menos para los estamentos privilegiados, sin distinción de instituciones, estaba todavía lejos de completarse. El hecho de que las fechas coincidan con la ruptura abierta entre Juan II y Carlos de Viana, y que los Ezpeleta y los Ursúa optasen por lealtades distintas (agramonteses y beaumonteses respectivamente)[100], no debió de ayudar tampoco a conciliar posturas respecto a una decisión que marcaba de modo muy simbólico las respectivas afinidades. No consta dónde se enterró su esposa, María Juan de Ezpeleta, que procedía del sector rival y todavía vivía en la fecha del testamento del marido.

Además del ya señalado escudero Francisco de Esparza, depositado en la iglesia mientras su esposa se enterraba en los dominicos (1491), el ciclo dedicado a San Nicolás se cierra con otro ilustre sepultado, Martín de Baquedano, también tesorero real, que testó en 1505[101]. En este caso, solicitaba ser inhumado junto a sus dos esposas, Margarita Dandoz y Blanquina de Sagua. Aparte del relieve del personaje, lo interesante es el lugar donde se inhuma (y que por tanto ya había sido ocupado por sus cónyuges), dentro del *januado* del altar mayor, junto al sagrario ("donde está el *Corpus Domini*"). Ese *januado* se ha identificado como un lugar de privilegio dentro del presbiterio, seguramente en relación con el término en euskera *jaun* (señor)[102]. La "invasión" del templo había alcanzado sus últimos objetivos[103], y la

[100] RAMÍREZ VAQUERO, Eloisa – *Solidaridades Nobiliarias Y Conflictos Politicos Navarra: 1387-1464*, ofrece un cuadro de adscripciones en la p. 65, y estudios de ambos linajes y sus redes en las pp. 97-117.
[101] Navarra, AGN, *Comptos. Papeles sueltos*, 1ª serie, leg. 28, n. 22. Era tesorero desde al menos 1482 (*Documentación medieval del Archivo Municipal de Pamplona,* Ed. Ricardo Ciérbide Martinena; Emiliana Ramos, n. 311).
[102] MUÑOZ, M. Carmen; LÓPEZ DE GUEREÑO, M. Teresa – "La cripta de los mariscales de Navarra en San Pedro de la Rúa". *De Arte* 12 (2013), pp. 79-102, n.33. La referencia de las autoras se remite a un proceso de mediados del siglo XVI.
[103] BANGO TORVISO, Isidro – "El espacio para enterramientos privilegiados en la arquitectura medieval española", p. 116 considera el presbiterio como el espacio más representativo del modelo, al que solo podían acceder "personas muy cualificadas".

presencia en paralelo de nobles y burgueses apuntaba también a esa tardía mezcolanza que se adivinaba en otros templos.

La comparativa que puede establecerse con los ejemplos de Estella y Tudela guarda, como era previsible, todo tipo de similitudes y diferencias. En el primer caso, solo contamos con un par de ejemplos, pero bien significativos: Miguel Baldovín, cabeza del más importante linaje estellés, en la iglesia de San Pedro de la Rúa (1296)[104], y Juan Elías, otro de los principales de la villa, emparentados con los anteriores, en la también parroquial del Santo Sepulcro, en 1485[105]. Pero cabe recordar la preferencia ya señalada de otros linajes burgueses, más adelante, por las clarisas.

En Tudela, veremos testamentos y, cosa poco habitual en la documentación navarra, autorizaciones del cabildo colegial para enterramientos dentro de las iglesias parroquiales de San Nicolás[106], San Jorge[107] y San Jaime[108], a la vez que se aprecia también una progresiva universalización social; ya se han apuntado algunas excepciones que sugieren una más temprana mixtificación de los espacios que en Pamplona. Pero también puede apreciarse alguna clara identificación entre templo y linaje como la que se ha visto en Pamplona a propósito de los Cruzat con San Saturnino, en este caso simbolizada, entre otros, en los Ayensa y la parroquia de San Jaime, donde veremos enterrarse, en apenas treinta años, entre 1369 y 1401, cinco

[104] *Documentación Medieval de Estella*, Ed. Merche Osés Urricelqui, n. 19. Casado con Inés de Bertet, que consiente. Guillermo y Arnaldo de Bertet figuran entre los burgueses de Pamplona de los años 60 y 70 del siglo XIII (GARCÍA ARANCÓN, Raquel – *Registros de 1259 y 1266.* San Sebastián: Eusko Ikaskuntza, 2000, #1, n. 217, y *Archivo General de Navarra (1274-1321)*. II. Ed. María Itziar Zabalza Aldave, n. 19).

[105] *Documentación Medieval de Estella*, Ed. Merche Osés Urricelqui, n. 236. Estaba casado con María de Dicastillo, otra de las familias prominentes de la villa. Pide que se le entierre en el sepulcro de su padre o, si los "monjes" (sic), no lo permitían, encima de él. Probablemente se trate de Miguel Elías, que había testamentado en 1468 aunque GOÑI GAZTAMBIDE, José – *Historia eclesiástica de Estella. I*, p. 463 lo identifica como su hermano, y que figura como fallecido –"qui fue"- en 1469 (*Documentación Medieval de Estella*, Ed. Merche Osés Urricelqui, n. 219*)*.

[106] Pedro Jiménez (1312, Navarra, AGN, *Comptos. Documentos*, caj. 5, n. 57); Juan de Iráizoz, hortelano (1486, Navarra, AGN, *Tribunales. Procesos*, caj.2, n. 58).

[107] Autorización a Jimeno de Milagro y su esposa Inés Caritat (Navarra, AET, *Catedral*, perg. 523, 1348), uno de los apellidos relevantes de la burguesía tudelana. Junto al altar de Santa María, en tierra, con una lápida que sobresalga lo mínimo (*terra minime excedente*), en una peculiar muestra de privilegio y humildad. Allí se enterrarán también sus hijos.

[108] Autorización a Martín Ruiz de Antezama y su esposa Marquesa Ferrer, junto al altar de San Andrés (Navarra, AET, *Catedral*, n. 605, 1430).

miembros de la familia que hacen referencia a sus padres y cónyuges y a las sepulturas que ocupan[109].

No puede obviarse aquí señalar con cierto detalle uno de esos testamentos singulares que han sido objeto de especial estudio y que guarda muchas similitudes con el pamplonés de Flandina Cruzat[110]. Se trata de Bernarda de Pimbo, viuda del escudero Martín González de Morentin[111], que escogió por sepultura la iglesia de San Jorge –a la que pertenecía– en 1383, y que como aquella pidió ser enterrada "devant la grada de los altares", aunque en este caso no hay referencia a antepasados próximos, quizás porque los había dejado en su tierra de origen; la expresión "vecina de Tudela", parece indicarnos su condición burguesa, pese a la nobiliaria de su marido. El despliegue de mandas y las referencias a las familias burguesas más conocidas de la ciudad (Ujué, Caritat, sus parientes Eslava) también recuerda de modo constante al de Flandina Cruzat, aunque su apellido bearnés, que remite al pueblo del mismo nombre en el actual Departamento francés de Landes, resulte único en la localidad. Su marido procedía de una rama secundaria, asentada en Tudela, de un importante linaje nobiliario venido a menos, pero eso no impidió a Bernarda dedicarse, como Flandina, al préstamo y el comercio[112].

Conclusiones

Aunque las fuentes resultan fragmentarias y disímiles, tanto en lo relativo a los diferentes centros eclesiásticos como en lo que hace a las ciudades de referencia de la muestra, parece sin embargo que pueden apuntarse algunas pautas de

[109] Navarra, AET, *Parroquias San Jaime*, n. 1.339-1.341 y 1.345. En 1369, Juana Íñiguez de Ujué, cuya familia de origen se enterraba en San Jorge y, desde esas mismas fechas, en la colegiata, pide enterrarse en la sepultura de su marido, Pedro Jiménez de Ayensa; en 1389 y 1390, Juan y Martín Jiménez de Ayensa, junto a sus padres, Pedro y Juana; y en 1401, Milia Jiménez de Ayensa, junto a su padre Martín.

[110] RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "Vivir entre las élites burguesas navarras, según inventarios y testamentos del siglo XIV", pp. 136-143, facilita una interesante comparativa entre ambos textos, sus similitudes y diferencias.

[111] El padre del esposo, Martín González de Morentin, caballero, había sido alcalde de Tudela en 1330 (*Archivo General de Navarra (1274-1321)*. II. Ed. María Itziar Zabalza Aldave, n. 57), y él mismo figura como lugarteniente de justicia en 1367 (UIZ SAN PEDRO, María Teresa – *Documentación Carlos II*, IV, n. 1580).

[112] Publica y analiza con detalle el texto LÉROY, Bèatrice – "Vie et mort à Tudela en 1380 en 1380-1383: le testament de Bernarda de Pimbo". *Annales de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Nice*, 46 (1983), pp. 141-152. Para situar el contexto de redes familiares en que se mueve, véase además de supra n. 111, de la misma autora, LÉROY, Béatrice – "Tudela en 1381-1383 à travers le registre du notaire Martin Don Costal". *Príncipe de Viana* 47/179 (1986), pp. 723-739.

comportamiento ilustrativas de cuáles eran los referentes de las oligarquías urbanas, tanto nobiliarias como del patriciado burgués, a la hora de escoger sus lugares de enterramiento. La nobleza pamplonesa, o que toma como referencia la capital del reino, articuló sus preferencias en torno a la catedral hasta bien avanzado el siglo XIV, pero acabará por derivar sus sepulturas y panteones familiares a las iglesias de los conventos de las órdenes mendicantes masculinas, donde gozará de una exclusividad casi absoluta hasta prácticamente finales de la Edad media. Por el contrario, las élites burguesas convertirán en su lugar de referencia a las respectivas parroquias de los municipios que organizaban el espacio, incluso después de la fusión de todos ellos en 1423, hasta el punto de que los linajes más representativos parecen patrimonializar los espacios privilegiados de los templos.

Puede plantearse, siquiera como hipótesis de trabajo, que las elites burguesas pretendían perpetuar su vinculación a las parroquias urbanas tras la muerte como una manifestación perpetua de su relación personal y familiar con la ciudad y sus barrios. Por el contrario, el esfuerzo que la nobleza pamplonesa hace por distanciarse de esas mismas parroquias mediante el entierro en la catedral o en los conventos mendicantes muestra un empeño por marcar la diferencia social y de prestigio que les concede su propia condición; no parece tanto una cuestión de que nos encontremos ante un diferente modo de entender la religiosidad, cuanto de una marca de estatus sociojurídico que el linaje se esfuerza por mantener. Cuando la confluencia entre familias nobles y burguesas empiece a tener un peso significativo, los conflictos por establecer las correspondientes preferencias devendrán casi inevitables. En buena parte de los ejemplos documentados, resulta significativo el papel de la línea de sucesión femenina —y de las mujeres que mantienen viva la memoria del linaje—.

Sin embargo, las poblaciones de referencia de la comparativa, Tudela y Estella, y aunque el análisis sobre ellas ha resultado mucho más somero por la propia metodología empleada, ofrecen algunos rasgos diferenciadores, quizás por el diferente peso político y la existencia de una trama social más fluida. Los templos de las congregaciones observantes femeninas (ausentes de los ejemplos pamploneses) y masculinas y las parroquias muestran un escenario que, al menos en apariencia,

se muestra más abierto a la confluencia. Parece pues que, pese a la relativa similitud del peso social y demográfico de las tres poblaciones, existen unos componentes de prestigio y autoconciencia mucho más marcados en el caso de Pamplona que en Estella o Tudela.

Son, por supuesto, modelos que vemos repetirse en todo el Occidente medieval, pero que no dejan de resultar significativos en sus similitudes y divergencias en unos espacios tan próximos y que la historiografía ha considerado siempre muy cohesionados e interrelacionados.

Referencias bibliográficas

Fuentes

Fuentes manuscritas

Navarra, Archivos Eclesiásticos de Tudela, *Catedral*.

Navarra, Archivos Eclesiásticos de Tudela, *Santa Clara*.

Navarra, Archivo Catedral de Pamplona.

Navarra, Archivo Diocesano de Pamplona, *San Saturnino.*

Navarra, Archivo Real y General de Navarra, *Archivos municipios.*

Navarra, Archivo Real y General de Navarra, *Comptos. Documentos.*

Navarra, Archivo Real y General de Navarra, *Clero*.

Navarra, Archivo Real y General de Navarra, *Procesos*.

Navarra, Archivo Real y General de Navarra, *Villarrea.*

Fuentes impresas

Acta Curiarum Regni Aragonum. Ed. Cristina Monterde Albiac. Gobierno de Aragón: Departamento de Educación, Universidad, Cultura y Deporte Ibercaja, 2011.

Acta Vectigalia Regni Navarrae. Ed. Juan Carrasco. Gobierno de Navarra: Departamento de Economía y Hacienda, 1999.

Archivo General de Navarra (1274-1321). II. Ed. María Itziar Zabalza Aldave. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos-Eusko Ikaskuntza, 1997.

Archivo General de Navarra (1349-1387). Documentación real de Carlos II. Ed. María Teresa Ruiz San Pedro. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos, 1997-2003, 5 vols.

Archivo General de Navarra. Sección de Comptos. Registro n. 1 (1259 y 1266). Ed. Raquel García Arancón. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos, 2000.

Archivo Parroquial de San Cernin de Pamplona: Colección Diplomática hasta 1400. Ed. Santos García Lagarreta. Gobierno de Navarra: Fondo de Publicaciones, 1976.

Colección Diplomática de los reyes de la dinastía de Champaña. 2. Teobaldo II (1253-1270). Ed. Raquel García Arancón. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos-Eusko Ikaskuntza, 1985.

Crónica de Garci López de Roncesvalles. Estudio y edición crítica, Ed. Carmen Orcástegui Gros. Pamplona: Universidad de Navarra, 1977.

Documentación medieval de Estella (siglos XII-XVI). Ed. Merche Osés Urricelqui. Gobierno de Navarra: Fondo de Publicaciones, 2005.

Documentación medieval de San Pedro de Ribas de Pamplona. Ed. Ricardo Ciérbide Martinena. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos-Eusko Ikaskuntza, 1998.

Documentación medieval del Archivo Municipal de Pamplona, 1129-1356. Ed. Ricardo Ciérbide Martinena; Emiliana Ramos. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos-Eusko Ikaskuntza, 1998.

Documentación medieval del Archivo Municipal de Pamplona.2. 1357-1512. Ed. Ricardo Ciérbide Martinena; Emiliana Ramos. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos-Eusko Ikaskuntza, 2000.

Documentación medieval del monasterio de Santa Clara de Estella. Ed. Ricardo Ciérbide Martinena. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos-Eusko Ikaskuntza, 1996.

Documentación medieval del Monasterio de Santa Engracia de Pamplona, siglos XIII-XVI (Fuentes documentales medievales del País Vasco). Ed. Ricardo Ciérbide Martinena. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos-Eusko Ikaskuntza, 1997.

Documentos del castillo de Javier y sus mayorazgos. Ed. Francisco Escalada Rodrigues Pamplona: Imprenta de Higinio Coronas, 1931.

Documentos navarros en lengua occitana. Ed. Santos García Lagarreta. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos-Eusko Ikaskuntza, 1990.

Estudios

ALBIZU Y SAINZ DE MURIETA, Juan – *San Cernin. Reseña histórico-artística de la iglesia parroquial de San Saturnino de Pamplona*. Pamplona: Editorial Aramburu, 1930.

ALEGRÍA SUESCUN, David – "Noticias históricas sobre enterramientos en la catedral de Tudela". In *Santa María de Tudela, de mezquita a catedral. Doce siglos en la historia de la ciudad a través de la Arqueología. Anexos.* Pamplona: Gobierno de Navarra, 2019, pp. 439-460.

ALEXANDRE-BIDON, Danièle – *La mort au Moyen Âge. XIII^{e}-XVI^{e} siècle.* París: Hachette, 1998.

ALMAGRO BASCH, Martín – *El señorío soberano de Albarracín bajo los Azagra.* Teruel: Instituto de Estudios Turolenses, 1959.

ANSOLEAGA, Florencio – "El cruzado y los Cruzates en la iglesia de San Saturnino de Pamplona". *Boletín de la Comisión de monumentos históricos y artísticos de Navarra*, 2ª época, 3 (1910), pp. 36-39.

AREVALILLO GARCÍA, Ismael – "Convento de San Francisco. Acerca de las fundaciones religiosas en el convento de San Franciscos (Cuéllar, Segovia), desde el siglo XIII hasta 1835". *Estudios de Patrimonio cultural*, 18 (2020), pp. 6-23.

ARIÈS, Philippe – *Historia de la muerte en Occidente desde la Edad Media hasta nuestros días.* Madrid: El Acantilado, 2000 (1ª ed. francesa, 1975).

ARIÈS, Philippe – *El hombre ante la muerte.* Madrid: Taurus, 1983 (1ª ed. Francesa 1977).

ARRIZABALAGA LIZARRAGA, Rafael – "La repoblación del área norte de la Navarrería. Estudio pormenorizado de la planificación urbana tras su destrucción en 1276". *Príncipe de Viana*, 81/277 (2020), pp. 395-433.

ARRIZABALAGA LIZARRAGA, Rafael – "Judería y chapitel. La repoblación de la Navarrería en 1321. Estudio pormenorizado de la planificación urbana tras su destrucción en 1276". *Príncipe de Viana*, 82/281 (2021), pp. 857-899.

ARRIZABALAGA LIZARRAGA, Rafael – "La repoblación del área sur de la Navarrería. Estudio pormenorizado de la planificación urbana tras su destrucción en 1276". *Príncipe de Viana*, 82/280 (2021), pp. 509-551.

AURELL, Jaume; PAVÓN, Julia (coords.) – *Ante la muerte: actitudes, espacios y formas en la España medieval*. Pamplona: Eunsa, 2002.

BALDÓ, Julia; GARCÍA DE LA BORBOLLA, Ángeles; PAVÓN, Julia – "Registrar la muerte (1381-1512). Un análisis de testamentos y mandas pías contenidos en los protocolos notariales navarros". *Hispania,* 65/219 (2005), pp. 155-226.

BALOUP, Daniel – "La mort au Moyen Âge (France et Espagne). Un bilan historiographique". In GONZÁLEZ MÍNGUEZ, C.; BAZÁN DÍAZ, I. (dirs.) – *El discurso legal de la muerte durante la Edad Media en el nordeste peninsular*. Bilbao, UPV, 2006, pp. 13-31.

BANGO TORVISO, Isidro – "El espacio para enterramientos privilegiados en la arquitectura medieval española". *Anuario del Departamento de Historia y Teoría del Arte*, 4 (1992), pp. 93-132.

BERNARD, Antoine – *La sépulture en droit canonique, du décret de Gracien au concile de Trente*. París: Domat, 1933.

BEROIZ LAZCANO, Marcelino; SANZ PEÑA, M. Pilar – "La mort dans les terres du Sud: rites funéraires en Navarre au Moyen Àge (XIII^{e}-XV^{e} siècle)". *Religion et politique dans les societés du Midi. Actes du 126^{e} Congrès national des sociétés historiques et scientifiques. Terres et hommes du Sud,* París, CTHS (2002), pp. 37-48.

CASTRO ÁLAVA, José Ramón – "El canciller Villaespesa. Bosquejo biográfico". *Príncipe de Viana,* 10/35-36 (1949), p. 129-226.

CASTRO ÁLAVA, José Ramón – *Catalogo del Archivo General de Navarra. Sección de Comptos. Documentos.* Pamplona: Diputación Foral de Navarra, 1955, vol. XII.

COLÓN ALONSO, Marta – *Transformaciones históricas en el convento de San Francisco de Betanzos. Siglos XIV-XX*. A Coruña: Universidade da Coruña, 2012. Tesis Doctoral [en línea: https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/10094].

DE LAS HERAS, Amélie; GALLON, Florian; PLUCHOT, Nicholas (dirs.) – *Oeuvrer pour le salut. Moines, chanoines et frères dans la Peninsule Ibérique au Moyen Âge.* Madrid: Casa de Velázquez, 2019.

ESPAÑOL BERTRÁN, Francesca – "*Sicut ut decet.* Sepulcro y espacio funerario en la Cataluña bajomedieval". In AURELL, J.; PAVÓN, J. – *Ante la muerte. Actitudes, espacios y formas en la España medieval.* Pamplona: Eunsa, 2002, pp. 95-156.

FEDELES, Tamás – "*Pro salute anime.* Holy Mass ad salvation of the nobility in late medieval Hungary". *Forum Historiae*, 17/1 (2023), pp. 107-139. DOI: 10.31577/forhist.2023.17.1.8.

FUENTES, Francisco – *Catálogo de los Archivos Eclesiásticos de Tudela*. Pamplona: Diputación Foral de Navarra, 1944.

GARCÍA DE LA BORBOLLA, Ángeles – "La ciudad de Tudela y el convento de San Francisco: Influencias de una nueva espiritualidad en la baja Edad Media". *Archivo Ibero-Americano,* 66/253-254 (2006), pp. 291-313.

GARCÍA RODRÍGUEZ, Matías – "Imagem e territórios das elites burguesas galegas: a escultura funerária (séculos XIV-XV)". *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 59/125 (2012), pp. 39-63. DOI: 10.3989/ceg.2012.125.02.

GÓMEZ NIETO, Leonor – *Ritos funerarios en el Madrid Medieval.* Madrid: Al-Mudayna, 1991.

GONZÁLEZ TORRICO, Antonio J. – "El mundo funerario de la catedral de Córdoba (siglos XIII-XVI)". *Tiempos modernos*, 40 (2020), pp.1-24.

GOÑI GAZTAMBIDE, José – *Catálogo del Archivo Catedral de Pamplona*. Tomo I (829-1500). Pamplona: Diputación Foral de Navarra, 1965.

GOÑI GAZTAMBIDE, José – *Historia de los obispos de Pamplona. 1. S. IV-XIII.* Pamplona: Diputación Foral de Navarra-Universidad de Navarra, 1979.

GOÑI GAZTAMBIDE, José – *Historia eclesiástica de Estella.* Pamplona: Gobierno de Navarra, 1990-1994, 2 vols.

GUIANCE, Ariel – "Veinte años de historiografía sobre la muerte. Balance y un nuevo comienzo". In MIRANDA, Fermín; LÓPEZ DE GUEREÑO, M.T (eds.) – *La muerte de los príncipes en la Edad Media. Balance y perspectivas.* Madrid: Casa de Velazquez, 2020, pp. 1-16, [enlace permanente: https://books.openedition.org/cvz/22757].

GUIANCE, Ariel – *Los discursos sobre la muerte en la Castilla medieval (siglos VII-XV)*, Valladolid: JdCyL, 1998.

HIDALGO SÁNCHEZ, Santiaga – "El claustro y las dependencias de la catedral de Pamplona: espacio y función". *Porticvm. Revista d'Estudis Medievals*, 3 (2021), pp. 35-55.

LE GOFF, Jacques – *El nacimiento del purgatorio.* Madrid: Taurus, 1989 (1ª ed. francesa 1981).

LE GOFF, Jacques – *La bolsa o la vida. Economía y religión en la Edad Media.* Madrid: Gedisa, 1987 (1ª ed. francesa 1986).

LÉROY, Béatrice – "Una familia de burgueses de Pamplona en la primera mitad del siglo XIV". *Príncipe de Viana*, 35/136-137 (1974), pp. 429-448.

LÉROY, Béatrice – "Vie et mort à Tudela en 1380 en 1380-1383: le testament de Bernarda de Pimbo". *Annales de la Faculté des Lettres et Sciences Humaines de Nice*, 46 (1983), pp. 141-152 [Les Espagnes medievales. Aspects économiques et sociaux. Mélanges offerts à Jean Gautier Dalché].

LÉROY, Béatrice – "Tudela en 1381-1383 à travers le registre du notaire Martin Don Costal". *Príncipe de Viana*, 47/179 (1986), pp. 723-739.

LÉROY, Béatrice – "Tudela au XIIIe siècle à la lumière de ses archives locales". *Príncipe de Viana*, 58/212 (1997), 557-565.

LÓPEZ DE GUEREÑO, M. Teresa; MIRANDA, Fermín; CABRERA, Margarita (eds.) – *Migravit a seculo. Muerte y poder de príncipes en la Europa medieval. Perspectivas comparadas*. Madrid: Sílex, 2021.

MARTÍN GONZÁLEZ, Margarita – "Síntomas de ascenso social de una estirpe burguesa de Pamplona en el siglo XV". *Príncipe de Viana,* Anejo 8 (1988), pp. 533-536.

MARTINENA RUIZ, Juan José – *La Pamplona de los burgos y su evolución urbana (siglos XII-XVI).* Pamplona: Diputación Foral de Navarra, 1975.

MARTÍNEZ ÁLAVA, Carlos – "Escultura". *La Catedral de Pamplona, 1394-1994.* Pamplona: Caja de Ahorros de Navarra, 1994, pp. 272-354.

MARTÍNEZ GIL, Fernando – *La muerte vivida. Muerte y sociedad en Castilla en la Baja Edad Media*. Toledo: Diputación Provincial, 1995.

MIRANDA GARCÍA, Fermín – "A la sombra del rey. García López de Roncesvalles, mercader, cronista y tesorero de Carlos III de Navarra". In CAÑAS GÁLVEZ, F. (coord.) – *La corona y sus servidores. Individualidades, instituciones y estructuras sociales en los reinos hispánicos durante la Baja Edad Media.* Sevilla: Universidad de Sevilla, 2021, pp. 627-649.

MITRE, Emilio – *Morir en la Edad Media. Los hechos y los sentimientos.* Madrid: Cátedra 2019.

MONTERO MÁLAGA, Alicia – "Oligarquía y testamentos en Tudela: el linaje Ujué en el protocolo de Martín Garceiz don Costal". In LÓPEZ DE GUEREÑO, M.T.; MIRANDA, F.; CABRERA, M. – *Migravit a seculo. Muerte y poder de príncipes en la Europa medieval. Perspectivas comparadas.* Madrid: Sílex, 2021, pp. 17-41.

MORSEL, Joseph – *La aristocracia medieval. El dominio social en Occidente (siglos V-XVI)*. Valencia: PUV, 2008 (1º ed. París, Armand Colin, 2004).

MUÑOZ, M. Carmen; LÓPEZ DE GUEREÑO, M. Teresa – "La cripta de los mariscales de Navarra en San Pedro de la Rúa". *De Arte,* 12 (2013), pp. 79-102.

ORLANDIS, José – "La elección de sepultura en la España medieval". *Anuario de Historia del Derecho Español,* 20 (1950), pp. 5-49.

OSÉS URRICELQUI, Merche – *Documentación medieval de Estella (siglos XII-XVI).* Pamplona: Gobierno de Navarra, 2005.

PAVÓN BENITO, Julia – "¿Es necesario seguir investigando sobre la muerte? Una reflexión historiográfica y nuevas perspectivas". *Vínculos de Historia*, 12 (2023), pp. 65-83, [enlace permanente: https://doi.org/10.18239/vdh_2023.12.03].

PAVÓN BENITO, Julia; BALDÓ ALCOZ, Julia; GARCÍA DE LA BORBOLLA, Ángeles – *Pamplona y la muerte en el Medievo.* Madrid: SEEM, 2013.

PAVÓN BENITO, Julia; GARCÍA DE LA BORBOLLA, Ángeles – *Morir en la Edad Media. La muerte en la Navarra Medieval.* Valencia: EUV, 2007.

PÉREZ CALVO, Jorge – "El discurso de la muerte a través de las fuentes eclesiásticas en el País Vasco y Navarra en el tránsito de la Edad Media a la moderna". In GONZÁLEZ, César; BAZÁN, Iñaki – *El discurso legal de la muerte durante la Edad Media en el nordeste peninsular.* Bilbao: UPV, 2006, pp. 176-253.

PORTELA, Ermelindo; PALLARÉS, Carmen – "Muerte y sociedad en la Galicia medieval (siglos XII-XIV". *Anuario de Estudios Medievales*, 15 (1985), pp. 189-202.

PRIETO SAYAGUÉS, Juan A. – "La evolución de los vínculos entre los poderes laicos y las órdenes religiosas en la Castilla bajomedieval". *Anuario de Historia de la Iglesia*, 32 (2023), pp. 309-344.

RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – *Solidaridades nobiliarias y conflictos políticos en Navarra (1387-1464)*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1990.

RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "The Elites of Pamplona at the End of the Middle Ages: the Road to Ennoblement". In ASENJO, María (ed.) – *Urban Elites and Aristocratic Behaviour in the Spanish Kingdoms at the End of the Middle Ages.* Turnhout: Brepols, 2012, pp. 61-85.

RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "L'écriture de la bourgeoisie aux XIV^e^-XV^e^ siècles. Un libre de 'raison' de la famille Cruzat ?". *Annales du Midi. Revue de la France méridionale*, 295 (2016), pp. 365-392.

RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "La ciudad y el rey: La renovación de la red urbana de Navarra al final de la Edad Media". *Anuario de Estudios Medievales*, 48/1 (2018), pp. 49-80.

RAMÍREZ VAQUERO, Eloísa – "Vivir entre las élites burguesas navarras, según inventarios y testamentos del siglo XIV". In ANDRADE, Amelia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *A vida quotidiana da cidade na Europa medieval.* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais-Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2022, pp. 125-154.

VALOR GISBERT, Delfina – "Los Azagra de Tudela". *Príncipe de Viana,* 24/90-91 (1963), pp. 67-76.

VOVELLE, Michel – *La Mort et l'Occident de 1300 à nos jours.* París: Gallimard, 1983.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MIRANDA GARCÍA, Fermín – "Enterramientos aristocráticos y redes eclesiásticas en Navarra. Una breve comparativa (siglo XIV-XV)". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 69-107. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .

Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

The *liber sepulturarum* of the collegiate church of Saint-Paul of Lyon: topography and sociology

O *liber sepulturarum* da igreja colegiada de São Paulo de Lyon: topografia e sociologia

Hervé Chopin

Université Lyon, Histoire et Archéologie, UMR 5138
69361 Lyon, France

chopinh@wanadoo.fr
https://orcid.org/0000-0003-0190-4143

Data receção do artigo / Received for publication: 28 de Fevereiro de 2024
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 12 de Novembro de 2024

ABSTRACT

The *liber sepulturarum* of the collegiate church of Saint-Paul in Lyon is a unique document that was published but never actually utilised in a more in-depth study. Using a database created from the published edition, it was possible to conduct inquiries and to consider the commemorative strategies of the parishioners. Dating from the end of the fourteenth – beginning of the fifteenth century, month by month, week by week, the anniversaries and the locations of the graves of the deceased who founded one or more anniversaries are listed. Thus, in this book, which contains the records of more than twelve hundred people, men and women, laymen and clerics, the location of the tombs – in the cemetery, the cloister or other places surrounding the canonical quarter – was meticulously recorded, so they could be located for commemoration on the day of the foundation of the anniversary. This document allows a topographical approach to the burial sites (cloister, cemetery, the parish church of Saint-Laurent, chapels, the space between the two churches, the chevet of the collegiate church, etc.) and, through the references therein, also a social approach, whereby elements such as occupation, origin, gender, marriage and family connections can be established. Further questions arise, such as the reuse of graves or differences in treatment between men and women (half as many as men). The descriptions provided by the document also allow to envisage with some precision the shapes of the graves (inscription, representations, etc.). Some of the tombs described, dating back to the thirteenth century, still exist, a number of which serve as actual landmarks. Thus, with the database created for this work, it is possible to precisely locate these various places using a GIS and ancient representations and understand how the parishioners, canons, people linked to the community (canons' servants, bell ringers, etc.) and outsiders fit into this city of the dead. The following question also emerges: the apparent absence of burials in the collegiate church. The cross-referencing of this remarkable document with other sources, whether archaeological or archival, provides a better understanding of the organisation of parish life and the status of lay people within a parish run by canons.
Keywords: Lyon; parish church; collegiate church; cemetery; gravestones; sociology.

RESUMO

O *liber sepulturarum* da igreja colegiada de Saint-Paul em Lyon é um documento único que foi editado, mas nunca foi efetivamente utilizado num estudo mais aprofundado. A partir de finais do século XIV – inícios do século XV, mês após mês, semana após semana, aí são listados os aniversários e a localização das sepulturas dos defuntos que fundaram um ou mais aniversários. Neste livro, que contém os registos de mais de mil e duzentas pessoas, leigos e clérigos, a localização dos túmulos – no cemitério, no claustro ou em outros locais em redor da colegiada – foi meticulosamente conservada. O documento permite, desta forma, uma abordagem topográfica dos locais de inumação (claustro, cemitério, a igreja paroquial de S. Lourenço, capelas, o espaço entre as duas igrejas, a cabeceira da igreja colegiada, etc.), bem como uma abordagem socioprofissional, carreando informações sobre a ocupação, origem, género, casamento e relações familiares dos indivíduos aí sepultados. Outas questões são ainda passíveis de ser levantadas, como a reutilização de sepulturas ou as diferenças de tratamento entre homens e mulheres (estas não ultrapassando metade do número dos homens aí sepultados). As descrições aí facultadas também permitem uma perceção mais clara das características das sepulturas (inscrições, representações, etc). Alguns dos túmulos descritos, que retrocedem até ao século XIII, ainda existem, mesmo servindo como marcos de propriedade.

Através de uma base de dados, criada a partir da edição deste documento, foi possível efetuar consultas e verificar as estratégias de comemoração dos paroquianos, bem como, localizar com precisão os vários locais de sepultura, com o recurso a SIG e a antigas representações, e compreender como paroquianos, cónegos, pessoas ligadas à comunidade (criados, sineiros, etc.) ou externas à mesma se integravam nesta cidade dos mortos.

O cruzamento do *liber sepulturarum* com outras fontes, quer arqueológicas quer arquivísticas, permitiu compreender melhor a organização da vida paroquial e o lugar dos leigos numa paróquia dirigida por cónegos.
Palavras-chave: Lyon; igreja paroquial; igreja colegiada; cemitério; lápides; sociologia.

The burial practices in the Middle Ages are a phenomenon understood through archaeological findings, preserved tombs (tombs and monumental tombs, epitaphs), various archival sources such as obituaries and wills, and iconography[1]. From Philippe Ariès's *L'Homme devant la mort* and Jacques Chiffoleau's studies on the "Comptabilité de l'au-delà" in the Middle Ages[2], the way the history of Death is tackled has changed. This historiography was also renewed thanks to Danièle Alexandre-Bidon and Cécile Treffort[3], introducing a deeper interest in inscriptions and representations. Such as the study of funerary monuments being developed in recent years thanks to the works of Lisa Barber in the south of France (Narbonne) and Guillaume Grillon (Burgundy) into gravestones[4], just as Anna Chiama's study of obituary documents in cathedrals in Provence[5] and Haude Morvan's work[6]. Thanks to the numerous medieval wills and testaments in the archives, Marguerite Gonon and Marie-Thérèse Lorcin described what it meant to live and die in the Lyonnais and Forez counties at the end of the Middle Ages[7]. In the absence of a consistent number of remains, the Lyon area has not yet been submitted to a meticulous inventory of its gravestones. Often, the remains have disappeared as the site in which they were found has changed. However, the collegiate church Saint-Paul in

[1] I would like to thank Samantha Traxler for her proofreading and advice.
[2] ARIÈS, Philippe – *L'Homme devant la mort.* Paris : Le Seuil, 1977; CHIFFOLEAU, Jacques – *La Comptabilité de l'au-delà: les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge, vers 1320-vers 1480.* Rome-Paris : École française de Rome, 1980.
[3] ALEXANDRE-BIDON, Danièle; TREFFORT, Cécile (dir.) – *À réveiller les morts : la mort au quotidien dans l'Occident médiéval.* Lyon : PUL-Association des amis des bibliothèques de Lyon, 1993; TREFFORT, Cécile – *L'Église carolingienne et la mort.* Lyon : PUL, 1996 (Collection d'histoire et d'archéologie médiévales, 3); ALEXANDRE-BIDON, Danièle – *La mort au Moyen Âge.* Paris : Hachette, 1998 (collection La Vie quotidienne).
[4] BARBER, Lisa – "Dalles funéraires gravées à l'effigie du défunt". In *Mémoires de la Société Archéologique du Midi de la France.* 69 (2009), pp. 153-171; BARBER, Lisa – "Les plates-tombes de Narbonne gravées avec effigie du défunt". In *Mémoires de la Société Archéologique du Midi de la France*, 70 (2010), pp. 161-177; GRILLON, Guillaume – *L'ultime message : étude des monuments funéraires de la Bourgogne ducale XII^e-XVI^e siècles.* Dijon : Université de Dijon, 2011. Thèse de Doctorat.
[5] CHIAMA, Anne – *Les cathédrales et la mort en Provence (XII^e-XIV^e siècle).* Saint-Étienne : Université de Saint-Étienne, 2018. Thèse de Doctorat.
[6] MORVAN, Haude – *"Sous les pas des frères". Les sépultures de papes et de cardinaux chez les Mendiants au XIII^e siècle.* Rome : École française de Rome, 2021.
[7] GONON, Marguerite – *Les institutions et la société en Forez au XIV^e siècle d'après les testaments.* Paris: Klincksieck, 1961; LORCIN, Marie-Thérèse – *Vivre et mourir en Lyonnais à la fin du Moyen Âge.* Paris: Éditions du CNRS, 1981.

Lyon has preserved several important archives, including many obituary records (two obituaries and a list of people buried around the middle of the fourteenth century)[8] and a manuscript called *liber sepulturarum*, which helps to fill this gap. This book provides a precise description of the locations of the tombs, giving a more complete picture of the topography of the district and a representation of the funerary landscape within it, as well as establishing an initial sociological study of burials, throughout the fourteenth and the beginning of the fifteenth centuries.

This manuscript, which belonged to a former vicar of the church of Saint-Nizier of Lyon in the nineteenth century, was acquired by the *Bibliothèque nationale de France* in 1921[9]. Although it was edited and published by Pierre Gras and Jacques Laurent in 1965[10], it has never been used in any research whatsoever[11]. This is why, we propose to offer an initial presentation, based on an approach which cross-references the information contained in this book with the remains that have or have not been preserved. We will thus examine the extent to which this relatively rare source allows us to comprehend the organisation of burials in the Saint-Paul district and to analyse the characteristics of the population through this document. Following an introduction to the work and its composition, our focus will shift to the burial spaces and the origins of the deceased who chose this location for interment. Lastly, we will examine the privileged tombs and the burial sites themselves. By

[8] Archives départementales du Rhône et de la Métropole de Lyon (AD Rhône from now), 13 G 99, anniversary book of Saint-Paul, 14th century; 13 G 96 list of the people buried in the middle of the 14th century, roll; Bibliothèque municipale de Lyon (BML), ms Coste 341, anniversary book of Saint-Paul (11th-13th centuries).

[9] Bibliothèque nationale de France (BnF), nouv. acqu. lat. 1124; OMONT, Henri – "Un nouvel obituaire de Saint-Paul de Lyon". *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, 65-2 (1921), pp. 69-72; LEMAÎTRE, Jean-Loup (ed.) – *Répertoire des documents nécrologiques français*, t. 1, Paris, 1980 (Recueil des historiens de la France, Obituaires, t. VII), pp. 171-172.

[10] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, avec la collaboration de P. Gras. Paris : Imprimerie nationale, 1965; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*. Paris : Imprimerie nationale, 1965 (Recueil des Historiens de la France, *Obituaires*, V et VI), pp. 191-246. From now, we will give references according to this edition.

[11] BERTHELOT, Camille – *Église, religion, société à Lyon au Moyen Âge d'après les obituaires et les anniversaires : l'exemple du chapitre Saint-Paul*, mémoire de maîtrise sous la direction de René Fédou. Lyon, 1983. Camille Berthelot mentioned the manuscript however she worked mainly on anniversary books and the various other funeral documents. For first in-depth analysis of the manuscript: CHOPIN, Hervé – *La collégiale Saint-Paul de Lyon. Étude historique et archéologique*, mémoire d'histoire de l'art et d'archéologie médiévale. Lyon : Université Lyon 2, 2000, 2 vols; CHOPIN, Hervé – *Occupation et utilisation de l'espace dans le monde canonial au Moyen Âge: l'exemple du diocèse de Lyon.* Lyon : Université de Lyon, 2022, 2 vols. Thèse de Doctorat.

cross-referencing with other sources, it will then be possible to identify certain distinctive features of these tombs.

1st part: A tool for the community

1) The collegiate church and its chapter

At the beginning of the fifteenth century, Lyon was still regularly confronted with the resurgence of epidemics, the horrors of war and the passage of road gangs through the surrounding area. Located along a significant thoroughfare, at the boundary between the Kingdom of France and the Empire, the city served as the archiepiscopal see and thus played a pivotal role within the Church as the seat of the Primacy of the Gauls. Numerous canonical communities were settled in the city: five institutions of secular clergy (including the cathedral chapter) and two institutions of regular clergy. Located to the north, just a few dozen metres from the right bank of the Saône, Saint-Paul of Lyon is one of the oldest churches in the city[12]. According to a thirteenth-century episcopal list, the church was founded by a sixth-century bishop, Sacerdos, an uncle of Saint Nizier[13]. The church was mentioned for the first time in Bishop Leidrade's letter and Brief to Charlemagne around 810. At that time, worship was maintained by a community of twenty-four canons, whose church was restored by the archbishop. Around 830, a chorebishop was at the head of the community. In the subsequent century, leadership shifted to an abbot, and from the twelfth century onwards, the community was overseen by a *camerarius*, referred to as *chamarier* in the French language spoken in Lyon. This dignitary remained in charge of the community until it died out in 1790. He was assisted by a sacristan, who held the curial office in the church adjacent to Saint-Paul, known as Saint-Laurent, with evidence of this role dating back to the mid-thirteenth century. From

[12] DUPLAIN, L.; GIRAUD, J. – *Saint-Paul de Lyon. Étude d'histoire lyonnaise.* Lyon : A. Rey et Cie, 1899; FÉDOU, René – "Communautés religieuses et sociétés urbaines. Le chapitre Saint-Paul de Lyon (1450-1550)". *Revue du Nord* 66, 261-262 (1984), pp. 277-285; REVEYRON, Nicolas – *Chantiers lyonnais du Moyen Âge (Saint-Jean, Saint-Nizier, Saint-Paul). Archéologie et histoire de l'art.* Lyon : ALPARA, 2005; CHOPIN, Hervé – *La collégiale Saint-Paul de Lyon*; CHOPIN, Hervé – "Une église à travers les âges : l'ancienne collégiale Saint-Paul". In BOBICHON, Max *et al.* – *Quartier Saint-Paul, Lyon.* Lyon : s.n., 2002, pp. 83-103; CHOPIN, Hervé – *Occupation et utilisation de l'espace*.

[13] CONDAMIN, James; VANEL, Jean-Baptiste – *Martyrologe de la sainte Église de Lyon.* Lyon : Librairie Emmanuel Vitte, 1902.

1321, the number of canons was fixed at 18. The book was produced at the heart of this community[14].

2) The manuscript and its composition

The manuscript commences with an extensive introduction that precisely outlines its intended purpose: *Liber sive repertorium omnium et singularum sepulturarum sive tombarum personarum que quondam anniversaria subscripta ecclesie S. Pauli Lugdunensis*....

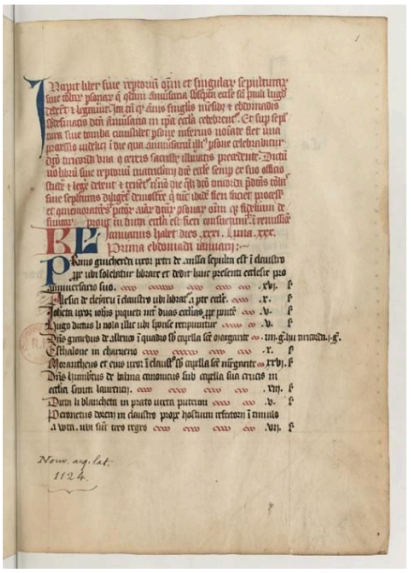


Fig. 1: *Liber sepulturarum*..., BnF ms. nouv. acq. lat. 1124, fol. 1r°.

Thus, it serves as a directory of the tombs of individuals who founded an anniversary at the collegiate church of Saint-Paul and a directory for the use of the churchwarden (*matricularius*). Every year, month and week, the anniversaries were celebrated, with a procession to the grave of the deceased individuals whose commemoration was taking place. These processions most probably took place on Monday, day of the

[14] CHOPIN, Hervé – *La collégiale Saint-Paul de Lyon*; CHOPIN, Hervé – "Une église à travers les âges", pp. 83-103; CHOPIN, Hervé – *Occupation et utilisation de l'espace*.

dead, each week. Bells were rung and candles lit. The bell ringer, a layman, and the sacristan, the chapter dignitary responsible for the smooth running of the liturgy and the parish priest, were therefore involved. It was read regularly to carry out the processions and commemorations in remission of the sins of the souls of the founders and of all the faithful departed, as "is customary in this church" (*prout in dicta ecclesia est fieri consuetum*). The bellringer would indicate the location of the tombs so that the processions would run smoothly[15].

The *Liber sepulturarum* consists of 68 parchment folios measuring 270 by 200 millimetres. It is devoid of decoration or illumination, but three different inks were used, as well as ink from later additions. Two coloured inks (red and blue) are used, while the body of the text is in black. The introduction is written in red, a colour that emphasises the monthly and weekly sections, and enhances the initials of each line and the line ends. Blue is used to write the *L* in the word *kalenda* of each month (the *L* in the abbreviation *KL*) and for the initial of the incipit. The rule is drawn with ink and follows the regular stitching pattern. It determines the layout of the pages. Spaces have been deliberately left empty to complete the text, which is sometimes achieved by using a second hand and lighter brown ink. Some, but not all, initials at the beginning of the page are slightly decorated with masks or faces[16].

The manuscript is undated; however, based on the identifiable individuals buried, it can be inferred that it was written prior to 1410, with a significant concentration of anniversaries dating from the latter half of the fourteenth century[17]. However, it should be noted that the anniversaries founded may date back to the end of the twelfth century or the beginning of the thirteenth century. For example, *Acherricus*, a precentor – a role later replaced by that of cantor – who lived in the twelfth century, still had a visible tomb in the centre of Saint-Laurent Church at the time the

[15] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, p. 191.
[16] Paris, Bibliothèque Nationale de France**,** nouvelle acquisition latine ms 1124, e.g., 2v, 3r, 8r.
[17] The editors date to this period based on the death of *Petrus Felins* after 1423 however no precise source is indicated nor can be ascertained, BnF, ms. nouv. acq. lat. 1124, fol. 12v; GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, p. 202-G. It is the only one attested at this date. The best-known clerics or canons mainly died in the 13th and 14th centuries. The perpetual chaplain and choirmaster who died more recently than at the time of writing was Pierre Dole, who died in 1407 (AD Rhône, 13 G 551).

manuscript was copied[18]. This may explain the mention of "abest", since although the tomb may have not been preserved, the perpetual anniversary was maintained[19].

As shown in the introduction, the months and weeks follow one after another, with each month having four or five weeks. The number of days and moons are written at the beginning of each month. For each week, there is a list of anniversaries and the location of the tombs. The first name and surname, the title (*dominus*, *frater*, *miles*, for example), the family relationship (son/daughter of, wife/widow of, etc.), the occupation (approximately fifty occurrences in all) and the titles of the clerics (canons, chaplains, chamberlain, cantor, sacristan, etc.) are given on each line. The location of the tomb is then indicated, for example: *in claustro, prope ubi solebatur librare*[20]. Sometimes this location is supplemented by a minor detail, such as *in timulo (sic!) a vota*, or another element often relating to the tomb itself, such as a descriptive element that allows you to find your way around more easily. Finally, the amount paid for the anniversary was written[21]. From these various elements, we have built a database by including all the information present in the text.

3) Methodology: development of a database

A database was created with Access® and Excel® software to analyse the distinct items of information in detail[22]. Each anniversary was treated as a record. Since several anniversaries were founded at various times of the year by the same person, the duplications of occurrences are inevitable. That is why we created a function to identify the first appearance of each deceased person. Subsequently, a second function can be used to identify the founding of several anniversaries by the same

[18] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, p. 201-G. Was this tomb moved when the church was enlarged or rebuilt in the thirteenth century ?
[19] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, p. 247-D.
[20] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, p. 191.
[21] This book is very similar to the one of the collegiate church Santiago of Coimbra. The location of the tomb is given as well as the amount donated for the anniversaries. SANTOS, Maria José Azevedo – "Un libro de aniversarios de la colegiata de Santiago de Coímbra. Contribución al estudio del culto del Apóstol en la Edad Media". *Ad Limina*, 9/9 (2018), pp. 186-224.
[22] This database will be available online in the near future.

individual. Following this, the identity of the founder is presented, including their first and last names, gender or the presence of a couple, status (*uxor*, *filius*, *filia*, but also *dominus*, *magister*, etc.), and the father's or husband's name as specified in the text. Follow all other references as they are presented in the manuscript, along with the serial number for each month and week. A special function enables to highlight the clerics. Another one enables the selection of entries depending on the person's occupation or the cleric's function (*chamarier*, canon, perpetual chaplain, archbishop, etc.).

Four fields allow the entry of various levels of detail to locate the graves. The first field indicates a general location, representing one of the larger spaces within the vicinity, followed by more specific details that differentiate the exact location within this broader category. Lastly, a third (and occasionally a fourth) element completes the location by providing a more precise reference to the grave. To query the database regarding the ownership of a tomb or chapel, an 'owner' tick box is included, followed by a field to detail the amount paid for the foundation. A 'comment' field is also provided for storing additional information, along with a separate field for the date. Following this, we thought it would be an innovative idea to anticipate the questions relating to representations on the tombstone (yes/no tick box), with a field for the type of representation, *id est* whether the deceased is represented, and if so, how they are represented.

Subsequently, the database facilitates answers to the following questions: is the deceased buried in a grave that predates their death? Who was laid there before? Is there an inscription? A function records whether the anniversary is 'common' or not, and a field enables the entry of references to other individuals in the database. The edition references are given, as well as the full text of the record. In the edition, the second scribe who adds anniversaries appears in italics. Consequently, a function to keep a record of this has been included. A penultimate column allows the addition of references to documents that can be cross-referenced with the manuscript. Finally, a function has been added to note the rare references to "*non*

processionem" which appear in a few rare examples concerning those deceased whose grave location is not mentioned[23].

2nd part: Pieces of information to better know the population of the deceased

1) The data

The total number of records is 1477, comprising 986 men and 476 women. Considering individuals who established multiple anniversaries, the numbers are reduced to 813 men and 458 women. Several social groups are represented in the 35 professions listed, including notaries, who are buried in the cloister or in a chapel in Saint-Laurent, one between the two churches and the others in the cemeteries. Other trades are represented, such as drapers and butchers (there was a butcher's shop in the south of Saint-Paul's district). This presence of lawyers had already been highlighted by René Fédou[24]. There were also families from what G. de Valous called the urban patriciate[25]. There were also many lay people working for the chapter: four ringers, ten canons' maids and beadles. Half of the maids were buried in the cloister, often close to their master's tomb. The others were buried in the cemeteries.

The nobility was also present, but in smaller numbers. Three men are qualified as *miles*. Their remains lie in privileged spaces such as the chapter house or the cloister. One is mentioned only through the foundation of his anniversary. Other deceased belonged to the nobility but were also members of the clergy. This final group of individuals is significant: 199 records pertain to 127 people, representing approximately 10% of the total population mentioned in the manuscript. They were canons or dignitaries of the chapter, but also other priests or deacons, and parish priests such as the one from Saint-Vincent in Lyon which belonged to the sacristan of Saint-Paul. Archbishops also founded anniversaries, but their bodies were not laid to rest at Saint-Paul[26].

[23] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, pp. 213-B et F, 229-C, 234-C, 236-E et F.
[24] FÉDOU, René – "Communautés religieuses et sociétés urbaines. Le chapitre Saint-Paul de Lyon (1450-1550)". *Revue du Nord*, 66, 261-2 (1984), pp. 226, 328.
[25] DE VALOUS, Guy – *Le patriciat lyonnais aux XIIIe et XIVe siècles.* Paris: Picard, 1973.
[26] Archbishop Aimery (1236-1245) was buried in Saint-Laurent, but Henri de Villars (1342-1354), Raymond Saquet (1356-1358) and Jean de Talaru (1375-1389) only founded anniversaries.

A key indicator of social distinction is the amount offered for an anniversary. The most common offering is 5 *sous*, with the amount increasing according to social status. Anniversaries costing more than 20 *sous* were less frequent. An agreement between the consuls and the parish churches established a minimum price of 5 *sous*, which accounts for 501 records out of 1477, approximately one third of the total[27]. The largest sums reached 5 *florins* 8 *gros* and a gold funeral sheet, for example, for the cantor Mathieu de Varey[28]. Étienne Châtelain, perpetual chaplain, also paid 5 *florins* and a jacket for a poor man[29].

The distribution of social groups by primary location clearly highlights the predominance of the cloister, the Saint-Laurent Church, and, to a lesser extent, the chapter house as the preferred burial sites for clerics. The latter was really a space reserved for fourteenth-century *chamariers* and their immediate families (relatives). In his will of 1396, Mathieu de Varey founded a chapel there under the name of the Trinity[30]. He was laid to rest alongside his mother and brother[31]. The sacristans, parish priests of Saint-Laurent, were buried in this church.

It is challenging to ascertain the ages of individuals at the time of their death. The phrase “son or daughter of” does not necessarily indicate that they were children. Furthermore, it is not possible to estimate their ages at the time of death.

Regarding anniversary foundations, most of the deceased established an anniversary in their will, often on the day of their death. Processions occurred on Mondays, which explains the distribution of anniversaries by week without

[27] *Cartulaire municipale de la ville de Lyon*, CVI to CIX, pp. 206-232.
[28] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, p. 220-B; his will and testament: AD Rhône, 4 G 63, fol. 16r°-17v° on March 3rd, 1397.
[29] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, p. 208-E.
[30] AD Rhône, 4 G 55, fol. 190v°-193v°.
[31] PUEL, Olivia; GANIVET, Pierre – "La géographie des morts dans l’abbaye de Savigny (Xe-XVIIIe siècle)”. In REVEYRON, Nicolas; PUEL, Olivia; GAILLARD, Charlotte (eds.) – *Architecture, décor, organisation de l’espace. Les enjeux de l’archéologie médiévale.* Lyon : Alpara-Maison de l’Orient et de la Méditerranée, 2013, pp. 131-142. The same type of family burials can also be found at the Benedictine abbey of Savigny, in western Lyon, inside the chapter house where the abbot is buried with his family.

specifying a particular day. It is most common to find a single annual anniversary; however, some ecclesiastics founded as many as twenty-five anniversaries. Notable examples include Jean de *Ranchetis*, canon of Saint-Paul and procurator general to the archbishop, and Gérard d'Arbenc (*de Albenco*), cantor and papal collector, who both founded ten anniversaries.

2) Where did the people come from?

The individuals buried here are from the parish of Saint-Paul, whose boundaries have remained largely unchanged since the Middle Ages.

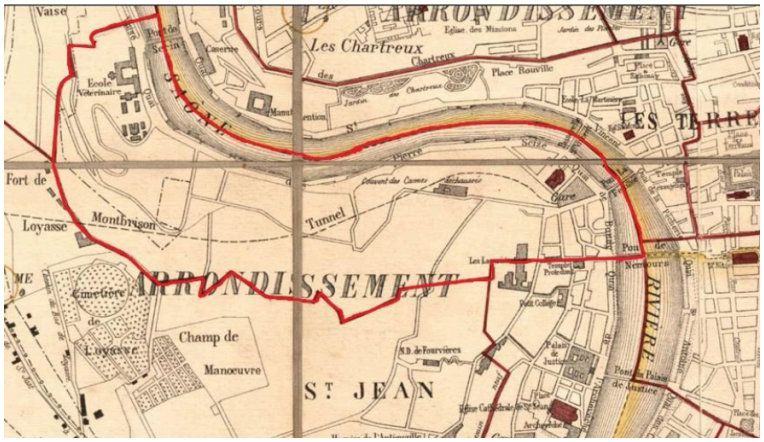


Fig. 2: Map of Saint-Paul's parish, AD Rhône 2 V 19/2 (plan des paroisses de Lyon, 1873)

It extended north, including the Bourgneuf district, and south along the Saône, to the north of the *Place du Change*. However, some of the people buried there were not from this area at all, even if they were from Lyon. The *chamarier* Mathieu de Varey is buried with his parents. The Varey family has been documented in historical sources since the early twelfth century. Its members also joined the chapter of Saint-Paul early on. The lay members were required to pay royalties to the chapter for the properties they owned in the parish, even though some also possessed houses in the parish of Saint-Vincent, located beyond the Saône, which was under the jurisdiction of the chapter of Saint-Paul. By the end of the thirteenth century, they were

recognized as among the city's notables, with six members signing the truce between the citizens and the Church of Lyon. Among the outsiders, there was a countess named Guillemette[32].

3) The *claustrum*

This document enhances our understanding of the spatial organisation of the district. Although the book does not extensively reference Saint-Paul's church, it clearly illustrates the existing connections between the various buildings surrounding it. As observed in many historic collegiate churches, and according to the *Institutio Canonicorum* of 816, the district included an enclosure (*claustra canonicorum*)[33] with a single entrance, encompassing the refectory, dormitory, cellar, and other structures utilised by the canons. While the term *claustrum* is employed, it does not denote a cloister in this context. Despite the dual meanings of the term, it may be interpreted as referring to a space with four galleries rather than the entirety of the district, as *claustrum* could imply.

A number of major areas can be identified, both on the "Plan scénographique de la ville de Lyon" in the mid-sixteenth century and on the map of the noble estate in the eighteenth century: the cloister, with its two main components, the galleries (*in quadro*) and the meadow (*in prato*), the church of Saint-Laurent, the space between the two churches of Saint-Paul and Saint-Laurent, the chapter house, the small cemetery behind Saint-Paul and the parish cemetery behind Saint-Laurent.

[32] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, p. 208-C. Was she count Guy II's wife ? Although tradition places her burial in Saint-Irénée.
[33] *Institutio canonicorum Aquisgranensis*, c. 117, p. 398.

Fig. 3: Plan scénographique de Lyon, ca 1550, Archives Municipales Lyon (3 SAT)

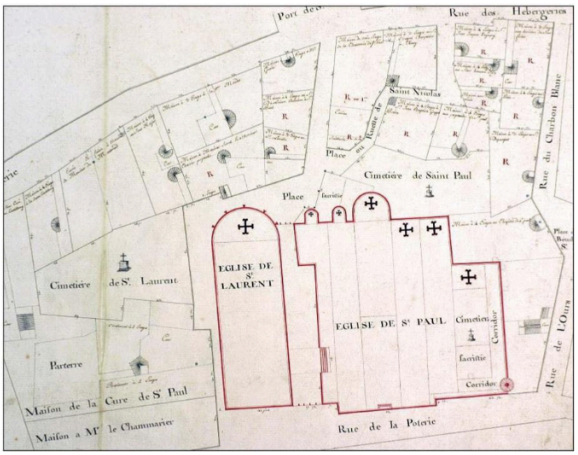


Fig. 4: Saint-Paul's map of the noble annuity, 18th century, AD Rhône 13 G 372

Saint-Paul's was the church of the canons, but it was not the parish church. In fact, thanks to a document of the middle of the thirteenth century, Saint-Laurent – which belonged to Saint Paul's chapter - was identified as the parish church. The two churches were connected by a covered passageway since at least the fifteenth century, used by the canons during processions. It is uncommon to find two parallel churches, however Lyon's episcopal group already consisted of three churches built next to each other. Another example can be found in Besançon with the collegiate

church and, later, the abbey of Saint-Paul built next to each other, although in this case the two churches were a little further apart.

The parish cemetery was located to the north and east of Saint-Laurent, and the baptismal font, the location for marriages, certain chapels, as well as the main and side doors, including the one connected to the covered passage, are all mentioned in the manuscript. The treasury was in the upper part of Saint-Paul's, overlooking the space between the two churches, on the southern side the churchwardens' rooms (*camere*).

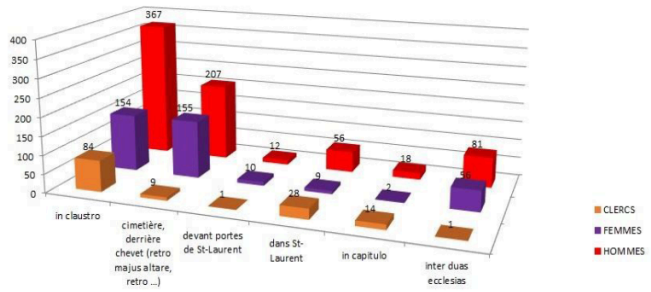
Saint-Paul's Church is mentioned in relation to its four altars, located in the four apsidioles on either side of the main altar in the choir. It is also mentioned in relation to its western gate, which featured depictions of Saint Peter and Saint Paul. A small cemetery with a central cross, enclosed by a wall and surrounding houses are described to the east of the apse. Finally, to the south of Saint-Paul was the cloister: the area with the highest density of burials recorded in the manuscript. It is subdivided into several areas: the chapels (Saint-Michel, Sainte-Marguerite, Saint-Eustache), the gates (Saint-Maurice and Saint-Jean), the refectory door, the cloister door and the place where deliveries used to be made to the canons. Steps in direction of Sainte-Marguerite or Saint-Michel were described as well. We also come across the expressions *a parte inferiori* or *a parte superiori* attesting to the difference in elevation which existed between the meadow and the galleries. The cloister contained benches and a washbasin, and the coping of a well was uncovered during restoration work conducted in 2005[34].

3rd part: Privileged places for privileged people

1) Privileged burial areas

As previously mentioned, the burial register indicates the locations of the burials. It is essential to briefly examine these various spaces.

[34] VERNIN, E. – *Église Saint-Paul (Lyon): cour du cloître*, rapport d'opération archéologique. Lyon: Service archéologique municipal, 2005.



	in claustro	cimetière, derrière chevet (retro majus altare, retro ...)	devant portes de St-Laurent	dans St-Laurent	in capitulo	inter duas ecclesias
CLERCS	84	9	1	28	14	1
FEMMES	154	155	10	9	2	56
HOMMES	367	207	12	56	18	81

Fig. 5: Number of people buried in the main spaces.[35]

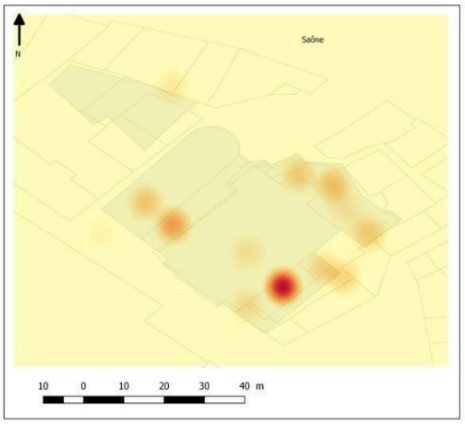


Fig. 6: Map of the main locations of the tombs, according to the mentions in the manuscript (QGIS, H. Chopin UMR 5138 Arar and M. Foucault, SAVL, Lyon)

The cloister is the area with the highest number of burials, housing 367 men (including 84 clergymen) and fewer than half that number of women. It contains the

[35] Although listed separately, the "Hommes" (men) category includes the 84 clergymen.

graves of various individuals, including canons, ecclesiastics, bourgeois from the parish, and people from other regions. Serving as the primary location for burials, the cloister's graves are distributed throughout, with a particular concentration near the doors and chapels. The descriptions provided offer precise details of the galleries (*in quadro*) and the *pratum*. The entire arrangement brings to mind, albeit on a smaller scale, the design of the *Chiostro dei Morti* in Florence, within the Dominican complex of Santa Maria Novella[36].

Among the different cemeteries, the parish cemetery behind Saint-Laurent and particularly the small one to the north-east of Saint-Paul's, were also chosen as burial grounds by just over 200 men, 155 women, and 9 clergymen. The latter graveyard lies at the back of Saint-Paul's. The location of the graves is given as "behind the main altar", "behind the altars of Saint-Jacques or Saint-Jean, of Marie-Madeleine or of the Virgin". In the centre of this small cemetery, bordered by houses, stood a cross. The larger cemetery, where many individuals, particularly the less affluent and less documented, were buried, is situated behind Saint-Laurent on the Saône River side, near a temporary, likely wooden, bridge crossing the river. A mass grave is also mentioned, which was most likely an ossuary.

The space between the two churches, which is not specifically named, is defined by the side doors of the two churches facing each other. It plays a key role for burials with 138 people interred here: 82 men (including only one clergyman) and 56 women.

The most privileged burial places were the church of Saint-Laurent and the chapter house of Saint-Paul. In both locations, men are predominant, particularly clerics such as cantors, canons, and sacristans. The graves are situated within Saint-Laurent Church, near the doors, adjacent to its chapels, in the presbytery, or at the centre of the church. The chapels mentioned were those of the Cabanone, Étienne d'Avignon, Sainte-Catherine and Saint-Nicolas. The locations of the baptismal font, the stoup, and the place where marriages were celebrated are also indicated on the map. The

[36] RAVALLI, Gaia – *Il chiostrino dei Morti di Santa Maria Novella. Un laboratorio della pittura fiorentina alla metà del Trecento.* Firenze: Edifir, 2015.

chamariers rested in peace in the chapter house, a reserved and privileged burial area. However, Mathieu de Varey's family is an exception seeing as two women were buried here - his mother and Catherine de Lavieu, Pierre de Lavieu's wife - as well as Hugues de Lavieu (also a relative of Mathieu de Varey).

Having outlined these burial sites, we now turn our attention to the individuals buried there.

2) Privileged families

There were no specific places to bury the canons. Most of the time they were interred in the cloister, in Saint-Laurent's or in the *capitulum*. They were mostly buried along with a friend or a relative. The best places were given to the *chamarier*. The sacristans of Saint-Paul were placed in Saint-Laurent's.

Most graves mention only a single individual, though this does not necessarily imply they were buried alone; they may have been interred alongside a spouse or another person, though this is not always recorded. Approximately one hundred individuals were buried next to another body, and 78 tombs contained more than two people. Some of them belonged to local nobility, from the Lyonnais, Forez, Bresse, Dombes or Dauphiné regions, such as the Chevrier, La Baume/Balme, Villars, de Vaux, Lavieu[37], Vassalieu, Mont-d'Or and Riverie families. Only nine families had more than six people in each grave: La Balme (7), Bourgneuf (7), d'Anse (8), Chevrier (*Caprarii*, *Caprarie*, *Caprerie*, 8), Pompière (8) in a chapel in Saint-Laurent, Saint-Clément (8) and Dorier (*Dorerii*, 13). Two families are represented with respectively 18 and 49 individuals: the Fuer and the Varey. Both were amongst the oldest families in Lyon according to G. de Valous with the d'Albon and the Chaponay who also have a few family members buried in the cloister [38].

[37] *Les familles nobles du Forez au XIIIe siècle. Essais de filiation*. Ed. Édouard Perroy. Montbrison : Centres d'études foréziennes, t. 1976-1977 (thèses et mémoires n°8), t. I, n°105, pp. 416-457.
[38] VALOUS, Guy – *Le patriciat lyonnais aux XIII^e et XIV^e siècles*, p. 121; pp. 164-168 for d'Albon's family, pp. 169-183 for the Chaponay; pp. 247-259, for the Chevrier. Other families were also mentioned.

Family's name	Number of records	Number of people	Men	Women
Varey (de)	58	49	28	21
Fuer (de)	28	18	10	8
Dorier	14	13	8	5
La Balme (de)	13	7	6	1
Pompière (de)	9	8	4	4
Chevrier	9	8	5	3
Saint-Clément (de)	8	8	2	6
Bourgneuf (de)	8	7	4	3

Fig. 7: Names of the most represented families in the manuscript.

Regarding the Varey family, attested since the late twelfth century, at least two distinct branches, with identifiable members, can be distinguished. The first, the original branch, can be traced back to two canons: Mathieu de Varey, the *chamarier*, and his namesake, who served as a cantor during the same period. This branch possessed several tombs. The family tomb is recorded as being located near the Saint-Maurice door, close to the north-western corner of the cloister. Mathieu the *camerarius* was buried in the chapter house, in the Trinity chapel which he founded, alongside his brother Ennemond (described as a *miles* and lord of Avauges) as well as their mother Arembort and Ennemond's son Jean[39]. Another tomb is situated near the refectory door, believed to have been in the south-eastern corner, which may correspond to the present door in the Sainte-Marguerite chapel.

There were also alliances with other families: Catherine de Varey was married to André de Pompière; Alesia de Varey was Mathieu de La Mure's wife, but she was buried in the Varey family vault; Jeannette was Jean de Saint-Clément's wife, buried next to her husband in the space between the two churches, near the Sainte-Catherine door on the Saint-Laurent side. Léonarde was Pompière's widow; Marguerite married Mathieu de Chaponay. Both women were Jean de Varey's sisters. Not all members of the family were buried at Saint-Paul. Villana, for example, only has one anniversary there, but she was not buried there. She had not yet died

[39] AD Rhône, 4 G 55, fol. 190v-193v (February 9th, 1396).

when the last additions were made to the manuscript. Marguerite chose the Benedictine abbey of Ainay to be buried with her husband's family[40].

Mathieu the cantor's branch is attached to the Fuer family. Thus, Alesia, Thomas de Varey's daughter and Mathieu's sister, was buried in the cloister, in the Fuer tomb, under the chapel of Saint-Michel. This second family played a significant role: Quincarnon, a historiographer from Lyon in the seventeenth century, mentions the presence of their coat of arms on the vaults and walls of the cloister gallery[41].

Finally, these examples illustrate that the main families of the urban patricians used marriage to create alliances between Lyon's patrician families. Saint-Paul's church was particularly chosen by a few of these families to be their final resting place.

3) Aspects of the tombs

Nothing remains of the tombs presented. As early as the seventeenth century, Quincarnon compiled an inventory and detailed account of the inscriptions and monuments preserved in the collegiate church while writing its history. An examination of this text indicates that many tombs still existed at that time; however, the majority date back to the end of the fourteenth century. It is important to note that the work carried out in the church, coupled with the actions of the Reformed, who seized control of the town in 1562 and destroyed part of the church, adversely affected the graves. However, five inscriptions remained: those about Mathieu de Fuer, Marguerite de *Beuna*, Marguerite de Fuer, a Master Pierre sacristan of Saint-Just, another of Lyon's collegiate churches on the hill near to Fourvière, and that of Nicolette, wife of Jean de Précieux[42]. They were all located in what remained of the cloister at the time, *id est* two galleries, one to the south and the other to the

[40] LE LABOUREUR, Claude – *Les Mazures de l'abbaye royale de l'Isle-Barbe lez Lyon, ou Recueil historique de tout ce qui s'est fait de plus mémorable en cette église depuis sa fondation jusques à présent, avec le catalogue de tous ses abbez*. Paris : Jean Couterot, 1681, t. I, p. 657.
[41] QUINCARNON, Charles Malo – *La fondation des antiquités de la basilique collégiale, canoniale et curiale de Saint-Paul de Lyon*. Édité par Marie-Claude GUIGUE. Lyon, 1882, p. 36 : "*La petite allée du cloître fut commancée et achevée aux frais des maisons de Fuer et de Chevriers*", which means that the small cloister alley was built and completed at the expense of the houses of de Fuer and de Chevriers. The Chevriers coat of arms is found on three or four pillars and ten or twelve times in the vaults.
[42] QUINCARNON, Charles Malo – *La fondation des antiquités de la basilique collégiale, canoniale et curiale de Saint-Paul de Lyon*, pp. 25-26, 38, 38-39 and 40.

west. On the other hand, the author makes no mention of the inscription on the chevet, which identifies beneficiaries also recorded in the fourteenth century obituary and the burial book. This inscription, dating to the thirteenth century based on an analysis of the writing style, was not included in the *Corpus des inscriptions médiévales de la France*[43]. It reads:

ESTEVENZ ⁝ DE ⁝ CH
ATEL ⁝ NVA ⁝ ET ⁝ IOHA
NNA ⁝ SAVNERIA ⁝ † ⁝

They seem to be Étienne de Châteauneuf and Jeanne Saunier, his wife. In the Book of Burials, we read *Stephanus de Castro et Johanneta ejus uxor, retro S. Johannem*[44]. In the fourteenth century obituary, the following is written on October 15th: *Item Stephanus maritus quondam dom. Johanne Saunerii, pro cujus anima Dna Johanna, uxor sua dedit XV lb. vienn. Deo et S. Paulo pro ann. mariti sui et pro suo ann. post obitum suum eadem die*[45]. These three pieces of information appear to refer to the same individuals. A key factor is the location of the inscription, which is engraved in the stones of the former chapel of Saint-Jean, overlooking the small cemetery on the chevet side of Saint-Paul. Several fragments of plaques, along with a few intact plaques, have survived, as well as a painted tomb niche depicting angel musicians in the intrados; however, all these date to after the book was written.

Despite the absence of many remains, the book gives us a detailed description of the tombs. They are described in different ways by the word *tumulus/timulus*, or *tomba*. They are covered with a slab, sometimes large, sometimes smaller. Iron rings are mentioned, indicating the presence of a vault, as the rings could be used to open it.

Twenty-six tombs have ornamentation. They belong to canons or perpetual chaplains of Saint-Paul. Only three of them are not associated with clerics. They

[43] *Corpus inscription France médiévale*, pp. 93-94: two inscriptions from Saint-Paul which have disappeared are mentioned.
[44] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, p. 237-E.
[45] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, p. 151.

show figurative representations. The deceased were all attested in the fourteenth century, and some even died at the very end of that century. We can therefore assume that most of the graves were covered with slabs. In his thesis, Guillaume Grillon showed that from 1300 to 1350 this type of grave was at its peak[46]. It is said that the deceased was laid to rest *sub grosso lapide*[47]. For example, the *chamarier* Mathieu de Varey's tombstone featured a representation of himself[48]. This is not the only example of a tomb featuring a representation of the deceased. The same applies to Canon Jean de *Ranchetis*[49]. The text also states that two individuals appear on yet another tomb (*due ymagines*)[50] and that priests[51] and deacons[52] are also represented. Other drawings are more religious in nature, such as a simple cross[53], the Virgin Mary[54], the painted sepulchre of Christ[55], a Saint Christopher probably also painted on the wall, although this is not specified[56]. The Magi (*ubi sunt reges*) are also represented although it is not known whether they appear on the tombs or near the door of the refectory in the cloister, since they are mentioned several times[57]. Lastly, other types of decoration are displayed on tombs, such as Étienne

[46] GRILLON, Guillaume – *L'ultime message : étude des monuments funéraires de la Bourgogne ducale XII^e-XVI^e siècles.* Dijon : Université de Dijon, 2011. Thèse de Doctorat.
[47] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2^e partie*, pp. 243-D, 340-B.
[48] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2^e partie*, p. 228-E.
[49] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2^e partie*, p. 196-D.
[50] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2^e partie*, p. 207-B.
[51] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2^e partie*, pp. 198-G, 199-C.
[52] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2^e partie*, pp. 197-D, 204-C, 215-B, 240-A, 243-D et 340-B.
[53] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2^e partie*, pp. 203-G, 212-A, 213-E, 229-B, 242-E.
[54] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2^e partie*, p. 199-E.
[55] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2^e partie*, pp. 192-F, 239-H.
[56] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2^e partie*, p. 207-B.
[57] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2^e partie*, pp. 192-B, 214-C, 223-F.

Burgensis's coat of arms (*arma sua mutonis*)[58] or tools symbolising Guillaume Trippa's profession (*insignia latomi*)[59].

The representations of the Virgin Mary and the cross do not raise significant questions. However, the other themes require clarification. The cult of Saint Christopher has a long history, evidenced by both place names, such as Saint-Christophe-en-Brionnais, and murals, including those found in Saint-Symphorien-sur-Coise from the fifteenth century and Vertaizon from the thirteenth century. As Dominique Rigaux notes, paintings of Saint Christopher first emerged in the Alps during the twelfth century, highlighting the importance of this cult in the Lyon area[60]. The reference to the Magi also appeared often in iconographic documentation. A fourteenth century obituary mentions the tomb of a draper couple, Jean *Patodi* and his wife Alisia, who were buried *in prato claustri, juxta pilare quod est ante sepulturam in qua sunt depicti tres reges*[61]. Moreover, a chapel of the Three Kings was founded in 1487 in the church of Saint-Paul[62]. As for the holy sepulchre, representations of it go back a long way in the region. An imitation was already to be found in the cathedral of Vienne in the ninth century[63].

Furthermore, it is sometimes specified when there is an inscription on the tomb alongside these decorative elements. This is the case for sixteen tombs, including those of two canons: Mathieu de Varey, the *chamarier*, and Jean d*e Ranchetis* which specify: *ubi est nomen suum* or *nomen suum scriptum*, accompanied by the *ymago* of the deceased. This applies to lay people, men and women, as well as ecclesiastics[64].

---

[58] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, pp. 242-C.
[59] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, pp. 233-G.
[60] RIGAUX, Dominique – "Une image pour la route. L'iconographie de saint Christophe dans les régions alpines (XIIe-XVe siècle)". *Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public* 26 (1996), pp. 235-266.
[61] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, p. 138 on August 4th.
[62] CHOPIN, Hervé – *La collégiale Saint-Paul de Lyon*, p. 53.
[63] NIMMEGEERS, Nathanaël – *Évêques entre Bourgogne et Provence. La province ecclésiastique de Vienne au haut Moyen Âge (Ve-XIe siècle)*. Rennes : Presses universitaires de Rennes, 2014, pp. 271-280.
[64] GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, pp. 192-E, 196-A, 200-E, 205-E, 208-A, 208-E, 211-B, 214-B, 215-F, 216-A, 228-E, 234-B, 235-F, 239-E, 241-A, 245-F.

The tombs date from the second half of the fourteenth century, except for one which concerns a perpetual chaplain of Saint-Paul who lived in the thirteenth century.

The graves may be reused or may contain multiple deceased individuals. This situation explicitly pertains to approximately 80 people. References *in timulo* accompany the location of these graves. 11 graves have multiple burials. We do not consider a grave containing a husband and wife interred together; there must be more than two bodies present for it to qualify as a multiple grave. For instance, the largest tomb belongs to the Varey family, which contains at least 22 individuals, all from the same family, making it a family vault. Following this is the tomb of Pierre de Rotonay, which contains twelve individuals in addition to himself. Among them are family members, including his daughters and their husbands, his sons, and his wife; however, other names appear without any established familial connections. The Vassalieu tomb contains ten individuals from a noble family originally from Forez, some of whom held significant positions within the Church of Lyon. For example, Thibaud de Vassalieu, who chose the Cartusian house of Sainte-Croix-en-Jarez to be buried, served as archdeacon of the cathedral chapter until his death in 1327. Aczo, Louis and Guillaume de Vassalieu, buried in the cloister of Saint-Paul, may have been *chamariers* of the chapter in the twelfth and late thirteenth centuries. Other members of this family are mentioned and appear to have been at least canons, although no precise familial connections have been established. In any case, all those mentioned above belong to chivalric lineages. A woman is also interred with them, but we have not yet identified her familial ties, if any. André Bonin's grave is shared by seven other individuals, including his wife and another couple, with no apparent links between them. The tomb of the Fuer family, which contains at least five individuals, attests to the alliance of this family with the Varey; however, this connection is with the branch of cantor Mathieu de Varey rather than that of his namesake, the *chamarier*.

The tombs of canons and clerics appear to be utilised by the *familia* of the deceased, as seen in the case of Étienne Châtelain, a perpetual chaplain of Saint-Paul, whose tomb also contains his maid and another man. This is also true for the tomb of Jean de *Ranchetis* which contains three other bodies: two men, one of whom is a cleric,

and a woman married to Perrin Maréchal (it remains unclear whether this refers to his profession or his name). Ponce de Mont d'Or and Mathieu Gaudet are buried in the tomb of the cantor *Albi*/Blanc. Finally, a haberdasher, Philippe de Gornay, is interred in the tomb of an unnamed deacon.

The precise cross-referencing provides a clearer understanding of the conditions surrounding multiple burials and, at times, the consolidation of tombs, allowing us to formulate hypotheses regarding the situations that archaeology may encounter. Quincarnon noted the epitaph on the tomb of two canons: *Hic jacet Joannes de Calce canonicus ... Sti Pauli qui ob. Anno Domini M... & Joannes de Limtis ... Sti Pauli qui ob. Die.* These two canons are found in the Book of Burials. Although Quincarnon gives the spelling in modern Latin, on the plaques, the first names must have been spelt differently. Another difference concerns Guillaume de la Chaux, buried in the cloister under the chapel of Saint-Michel, who is referred to as *Joannes de Calce* by Quincarnon and Jean de Lymans as *Joannes de Limtis.* Furthermore, they are buried in the same grave, leading to further confusion. Both are attested at the end of the thirteenth century[65].

Some tombs seem to have existed for a long time and are important points for locating other tombs. In most cases, these are the tombs we have just been talking about, *id est* those containing several burials, notably those of Jean *de Ranchetis*, Pierre de Rotonay and André Bonin. These must have been large, identifiable tombs, located in the cloister. They acted as landmarks to help organise the procession. However, there is no a priori procession order of tombs for each week.

Conclusion

This burial register is a noteworthy source that provides an insight into burial practices in a parish lead by canons in a major French town at a time when many people were dying because of epidemics and wars. It also gives us a better idea of how the space around the collegiate church was organised. However, there are

[65] QUINCARNON, Charles Malo – *La fondation des antiquités de la basilique collégiale, canoniale et curiale de Saint-Paul de Lyon*, pp. 38-39; GRAS, Pierre; LAURENT, Jacques (eds.) – *Obituaires de la province de Lyon*, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*, pp. 214-A, 240-G, 153; *Polyptique*, p. 19.

limits. Some of the deceased remain unnamed, and some places are completely devoid of graves, even though these spaces must have been densely occupied in the past. This is the case with the cemeteries, which are mentioned less frequently than the cloisters. The chapter accounts conserved in the archives allow us to know the incomes associated with burials. The names mentioned do not often appear in the manuscript[66]. Some of the Poor who were given a dignified burial do not appear either. Yet thanks to the account records, we do know that the destitute were buried in the cemetery[67]. The church of Saint-Paul is also largely missing. No grave is mentioned there. Quincarnon, the historian of the church in the seventeenth century, presents this absence because of the tradition that the church was miraculously consecrated by Christ. Thus, even Isabelle d'Harcourt, widow of Humbert VII, Sire of Thoire-Villars, who elected to be buried in the collegiate church, was denied this privilege, and was finally buried in the Saint-John the Baptist cathedral. We now understand that, in many churches such as cathedrals, the burial ban went on for some time, as in Chartres[68]. The amounts donated for the anniversaries (more than 646 *livres*) deeply illustrates the importance of those foundations as a major source of income for the community.

[66] AD Rhône, 13 G 550 et 551, account registers corresponding to the period when the manuscript was written.
[67] AD Rhône, 13 G 550, fol. 3v.
[68] QUINCARNON, Charles Malo – *La fondation des antiquités de la basilique collégiale, canoniale et curiale de Saint-Paul de Lyon*, 1882; JOURD'HEUIL, Jean-Vincent – "Des cathédrales sans sépulture canoniale (1200-1500) : le cas de Chartres et de quelques autres". *Le Moyen Âge* 124, fasc. 3-4 (2018) - PÉCOUT, Thierry (ed.) – *Les Chapitres Cathédraux et la mort. Actes de la Table-ronde des Fasti Ecclesiae Gallicanae.* Paris : Archives Nationales, 18 mars 2016, pp. 581-614.

Bibliographical references

Manuscript sources

Lyon, Archives départementales et de la Métropole de Lyon (AD Rhône),

- sous-série 13 G, Saint-Paul: 13 G 96 : liste des personnes enterrées à Saint-Paul (milieu du XIVe siècle); 13 G 99: obituaire de Saint-Paul (XIVe siècle); 13 G 550 and 13 G 551 Comptes du courrier (1393-1402 et 1406-1415).
- sous-série 4 G, Officialité : 4 G 55 et 63 : registres de testaments.

Lyon, Bibliothèque municipale, ms Coste 341, Obituaire de Saint-Paul (XIe-XIIIe siècle).

Paris, Bibliothèque nationale de France, nouv. acqu. lat. 1124, *Liber sepulturarum*.

Printed sources

Cartulaire municipal de la ville de Lyon, privilèges, franchises, libertés et autres titres de la commune. Recueil formé au XIVe siècle par Etienne de Villeneuve. Ed. M-C. Guigue. Lyon, 1876. https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k7059k/f2.item.

Corpus inscriptions France médiévale. Ed. R. Favreau, J. Michaud, B. Mora, *Ain, Isère (sauf Vienne), Rhône, Savoie, Haute-Savoie.* Paris : CNRS Editions, 1994 (*Corpus des inscriptions de la France médiévale*, 17). https://www.persee.fr/collection/cifm.

Institutio canonicorum Aquisgranensis, MGH, *Leges*, section III, *Concilia* 2, pars I. https://www.dmgh.de/mgh_conc_2_1/index.htm#page/307/mode/1up

Martyrologe de la sainte Église de Lyon. Ed. J. CONDAMIN, J.-B. VANEL. Lyon, 1902. https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5815069r.

Obituarium ecclesiae S. Pauli Lugdunensis. Ed. M.-Cl. GUIGUE. Bourg-en-Bresse : Gromier Aîné, 1872. https://books.google.fr/books?id=9y8C60xRVSQC&printsec=frontcover&hl=fr#v=onepage&q&f=false

Polyptique [sic !] de l'église Saint-Paul de Lyon. Ed. M.-Cl. GUIGUE, comte de CHARPIN-FEUGEROLLES. Lyon, 1875. https://books.google.de/books?id=jk06m8MDaX8C&printsec=frontcover&hl=de&source=gbs_book_other_versions_r&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false

Obituaires de la province de Lyon. Ed. P. GRAS, J. LAURENT, II *Diocèse de Lyon, 2e partie*. Paris : Imprimerie nationale, 1965 (Recueil des Historiens de la France, *Obituaires*, V et VI).

Studies

ALEXANDRE-BIDON, Dominique – *La mort au Moyen Âge.* Paris : Hachette, 1998 (collection La Vie quotidienne).

ALEXANDRE-BIDON, Dominique; TREFFORT, Cécile (dir.) – *À réveiller les morts: la mort au quotidien dans l'Occident médiéval.* Lyon : PUL-Association des amis des bibliothèques de Lyon, 1993.

ARIÈS, Philippe – *L'Homme devant la mort.* Paris : Le Seuil, 1977 (Univers historique).

BARBER, Lisa – "Dalles funéraires gravées à l'effigie du défunt". *Mémoires de la Société Archéologique du Midi de la France* 69 (2009), pp. 153-171.

BARBER, Lisa – "Les plates-tombes de Narbonne gravées avec effigie du défunt". *Mémoires de la Société archéologique du Midi de la France* 70 (2010), pp. 161-177.

BERTHELOT, Camille – *Église, religion, société à Lyon au Moyen Âge d'après les obituaires et les anniversaires: l'exemple du chapitre Saint-Paul*, mémoire de maîtrise sous la direction de René Fédou. Lyon, 1983.

CHIAMA, Anne – *Les cathédrales et la mort en Provence (XII^e-XIV^e siècle).* Saint-Étienne : Université de Saint-Étienne, 2018. Thèse de Doctorat.

CHIFFOLEAU, Philippe – *La Comptabilité de l'au-delà: les hommes, la mort et la religion dans la région d'Avignon à la fin du Moyen Âge, vers 1320-vers 1480.* Rome-Paris : École française de Rome, 1980 (Collection de l'École française de Rome, 47).

CHOPIN, Hervé – *La collégiale Saint-Paul de Lyon. Étude historique et archéologique*, mémoire d'histoire de l'art et d'archéologie médiévale. Lyon : Université Lyon 2, 2000. 2 vols.

CHOPIN, Hervé – *Une église à travers les âges: l'ancienne collégiale Saint-Paul.* In BOBICHON, M. et alii – *Quartier Saint-Paul, Lyon.* Lyon : s.n., 2002, pp. 83-103.

CHOPIN, Hervé – *Occupation et utilisation de l'espace dans le monde canonial au Moyen Âge: l'exemple du diocèse de Lyon.* Lyon : Université de Lyon, 2022. Thèse de Doctorat sous la direction de N. Reveyron. 2 vols.

DUPLAIN, L; GIRAUD, J. – *Saint-Paul de Lyon. Étude d'histoire lyonnaise.* Lyon : A. Rey et Cie, 1899.

FÉDOU, René – *Les hommes de loi lyonnais à la fin du Moyen Âge. Étude sur les origines de la classe de robe.* Paris: Les Belles Lettres, 1964.

FÉDOU, René – "Communautés religieuses et sociétés urbaines. Le chapitre Saint-Paul de Lyon (1450-1550) ". *Revue du Nord* 66, 261-2 (1984), pp. 277-285.

GONON, Marguerite – *Les institutions et la société en Forez au XIV^e siècle d'après les testaments*. Paris : Klincksieck, 1961.

GRILLON, Guillaume – *L'ultime message: étude des monuments funéraires de la Bourgogne ducale XII^e-XVI^e siècles.* Dijon : Université de Dijon, 2011. Thèse de Doctorat.

JOURD'HEUIL, Jean-Vincent – "Des cathédrales sans sépulture canoniale (1200-1500): le cas de Chartres et de quelques autres". *Le Moyen Âge* 124, 3-4 (2018) - PÉCOUT, Thierry (ed.) – *Les Chapitres Cathédraux et la mort. Actes de la Table-ronde des Fasti Ecclesiae Gallicanae.* Paris : Archives Nationales, 18 mars 2016, pp. 581-614.

LE LABOUREUR, Claude – *Les Mazures de l'abbaye royale de l'Isle-Barbe lez Lyon, ou Recueil historique de tout ce qui s'est fait de plus mémorable en cette église depuis sa fondation jusques à présent, avec le catalogue de tous ses abbez*. Paris : Jean Couterot, 1681, 2 t.

LEMAÎTRE, Jean-Loup – *Répertoire des documents nécrologiques français*. T. 1. Paris, 1980 (Recueil des historiens de la France, Obituaires, t. VII).

LORCIN, Marie-Thérèse – *Vivre et mourir en Lyonnais à la fin du Moyen Âge.* Paris : éditions du CNRS, 1981.

MORVAN, Haude – *"Sous les pas des frères". Les sépultures de papes et de cardinaux chez les Mendiants au XIII^e siècle*. Rome : École française de Rome, 2021 (BEFAR, 389).

NIMMEGEERS, Nathanaël – *Évêques entre Bourgogne et Provence. La province ecclésiastique de Vienne au haut Moyen Âge (V^e-XI^e siècle).* Rennes : Presses universitaires de Rennes, 2014.

OMONT, Henri – "Un nouvel obituaire de Saint-Paul de Lyon". *Comptes rendus des séances de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres* 65-2 (1921), pp. 69-72.

PERROY, Édouard – *Les familles nobles du Forez au XIII^e siècle. Essais de filiation.* Montbrison: Centres d'études foréziennes, La Diana et CNRS, 1976-1977 (thèses et mémoires n°8). 2 t.

PUEL, Olivia; GANIVET, Pierre – "La géographie des morts dans l'abbaye de Savigny (Xe-XVIIIe siècle)". In REVEYRON, Nicolas; PUEL, Olivia; GAILLARD, Charlotte (eds.) – *Architecture, décor, organisation de l'espace. Les enjeux de l'archéologie médiévale.* Lyon: Alpara-Maison de l'Orient et de la Méditerranée, 2013 (DARA, 38), pp. 131-142.

QUINCARNON, Charles Malo – *La fondation des antiquités de la basilique collégiale, canoniale et curiale de Saint-Paul de Lyon*. M.-Cl. Guigue (ed.), 1882.

RAVALLI, Gaia – *Il chiostrino dei Morti di Santa Maria Novella. Un laboratorio della pittura fiorentina alla metà del Trecento.* Firenze : Edifir, 2015.

REVEYRON, Nicolas – *Chantiers lyonnais du Moyen Age (Saint-Jean, Saint-Nizier, Saint-Paul). Archéologie et histoire de l'art*. Lyon : ALPARA, 2005 (DARA, 28, série lyonnaise 9).

RIGAUX, Dominique – "Une image pour la route. L'iconographie de saint Christophe dans les régions alpines (XII^{e}-XV^{e} siècle)". In *Voyages et voyageurs au Moyen Âge. Actes des congrès de la Société des historiens médiévistes de l'enseignement supérieur public* 26 (1996), pp. 235-266.

SANTOS, Maria José Azevedo – "Un libro de aniversarios de la colegiata de Santiago de Coímbra. Contribución al estudio del culto del Apóstol en la Edad Media". *Ad Limina*, 9/9, 2018, pp. 186-224.

TREFFORT, Céline – *L'Église carolingienne et la mort.* Lyon : PUL, 1996 (Collection d'histoire et d'archéologie médiévales, 3).

VALOUS, Guy de – *Le patriciat lyonnais aux XIII^{e} et XIV^{e} siècles.* Paris : Picard, 1973.

VERNIN, Emmanuelle – *Église Saint-Paul (Lyon): cour du cloître*, rapport d'opération archéologique. Lyon: Service archéologique municipal, 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CHOPIN, Hervé – "The *liber sepulturarum* of the collegiate church of Saint-Paul of Lyon: topography and sociology". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 109-138. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .

Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

A comemoração dos mortos em tempos medievais: uma abordagem exploratória com base no caso da Sé de Coimbra[1]

The commemoration of the dead in medieval times: an exploratory approach based on the case of Coimbra Cathedral

Maria do Rosário Barbosa Morujão
Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
3004-530 Coimbra, Portugal

mrbmorujao@uc.pt
https://orcid.org/0000-0003-1311-4720

Data recepção do artigo / Received for publication: 28 de Fevereiro de 2024
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 17 de Setembro de 2024

[1] Este trabalho foi financiado por fundos nacionais (PIDDAC), através da FCT (I.P./MCTES), no âmbito do projeto exploratório *COMMEMORtis – O que sobrevive depois da morte? Comunidades paroquiais e estratégias de comemoração dos mortos na cidade medieval*, com referência EXPL/HAR-HIS/0532/2021.

RESUMO

Este artigo constitui uma abordagem exploratória ao estudo da comemoração dos mortos em tempos medievais, usando como exemplo a Sé de Coimbra e os seus obituários. A partir deste caso, procura-se perceber que tipo de informações fornecem essas fontes escritas e colocam-se questões relativamente às suas limitações no que toca à reconstituição das cerimónias relacionadas com os serviços litúrgicos por alma dos defuntos.

Palavras-chave: Comemoração dos mortos; Idade Média; Sé de Coimbra; Obituários; Manuscritos.

ABSTRACT

This article is an exploratory approach to the study of the commemoration of the dead in the Middle Ages, using the Cathedral of Coimbra and its obituaries as an example. Based on this case, an effort is made to identify the kinds of information that can be obtained from such sources and questions are raised regarding their limitations for reconstructing the ceremonies related to liturgical services for the souls of the dead.

Keywords: Commemoration of the dead; Middle Ages; Coimbra Cathedral; Obituaries; Manuscripts.

Introdução

Para o estudo da comemoração dos mortos em tempos medievais, os investigadores contam com fontes muito variadas, que incluem, além da documentação escrita (a que faremos alusão já de seguida), os vestígios materiais, a começar pelo espaço eclesial e as suas dependências, que eram os principais lugares onde estavam sepultados os defuntos por alma de quem as cerimónias tinham lugar e onde estas se realizavam. Para estudar essas fontes no seu conjunto, é imperativo criar uma equipa multidisciplinar, que associe historiadores, historiadores da arte, especialistas em liturgia e música, arqueólogos. Será pelo cruzamento dos dados fornecidos por cada área do saber que conseguiremos chegar a um conhecimento efetivo dessas cerimónias e formas de comemoração.

No que toca à documentação escrita que pode ser usada para esse estudo, ela é composta essencialmente por obituários, testamentos, doações por alma, instituições de capelas, inventários, bem como os livros litúrgicos usados na catedral e outros manuscritos que, de algum modo, refiram os encargos dos vivos para com aqueles que já partiram deste mundo. Neste trabalho, iremos dedicar-nos somente a uma destas fontes, os obituários, e a uma instituição, a Sé de Coimbra, numa abordagem exploratória que nos permitirá perceber melhor o tipo de informações que estes manuscritos fornecem e colocar algumas questões e problemas quanto às suas limitações.

O *Livro das Kalendas*

O grande e precioso obituário da Sé de Coimbra, normalmente designado por *Livro das Kalendas*, é, sem dúvida, o mais bem conhecido obituário medieval português, dado ter sido o primeiro dos principais manuscritos deste tipo a ser alvo de uma publicação, em 1947[2]. Essa edição permitiu que tão importante livro estivesse facilmente acessível, e por isso muitos são os investigadores, de diversas áreas, que

[2] DAVID, Pierre; SOARES, Torquato de Sousa (eds.) – *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas).* 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947-1948.

o têm usado como fonte para os seus trabalhos; ninguém, no entanto, o estudou com o objetivo de reconstituir as cerimónias de comemoração dos mortos que menciona.

A análise codicológica deste obituário foi já em grande medida realizada[3], pelo que não constitui um dos nossos propósitos. Refira-se apenas que o *Livro das Kalendas* chegou até nós em três versões[4]. A mais antiga, medieval, está conservada no Arquivo Nacional Torre do Tombo[5]. Escrita em pergaminho, em bom estado, faltam-lhe, contudo, alguns fólios e pedaços de outras folhas, e não é o livro original, mas uma cópia de outro ou outros manuscritos anteriores, como se percebe pelo facto de registos de datas muito diferentes terem sido escritos pela mesma mão, de identidade desconhecida. Existe no mesmo arquivo um traslado deste manuscrito, em papel, realizado no século XVI, que completa o livro anterior nas suas falhas[6]. Uma terceira versão, em papel, feita no século XVII a partir da cópia quinhentista, pertence ao fundo de manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra[7].

O manuscrito medieval, que mais nos interessa, tem sido datado dos séculos XIII ou XIV. É possível, porém, indicar um intervalo cronológico mais preciso para a sua elaboração: o livro terá sido escrito entre 28 de julho de 1322 ou 1326 e o mesmo dia de 1328. A primeira data é a do último registo de óbito copiado por aquela que pensamos ser a mão original[8]; a segunda corresponde à da mais antiga inscrição que apresenta outra grafia[9], constando ambas das comemorações do dia 4 das calendas de agosto (fig. 1). A incerteza relativamente ao termo *a quo* prende-se com a forma como a data do registo está escrita: *Era Mª CCCª LXIIIIª Kalendas mensis Agusti*. O dia do mês é, forçosamente, 4 das calendas de agosto (correspondente, na contagem progressiva dos dias, a 28 de julho), porque a inscrição diz respeito a esse dia; pode-

[3] COUTINHO, José Eduardo Reis – "Introdução geral ao *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis* (Livro das Kalendas)". *Humanitas* 58 (1998), pp. 419-436.
[4] A realização de cópias e de atualizações dos obituários era um fenómeno muito comum; veja-se a este propósito TABBAGH, Vincent – "Une lecture des obituaires de quelques cathédrales de France septentrionale, XIIe-XVe siècle". *Le Moyen Âge*. 124/3 (2018), pp. 553-580, que refere vários exemplos da multiplicação deste tipo de manuscritos.
[5] ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 4.
[6] ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 5.
[7] BGUC, *Reservados*, manuscrito nº 1092.
[8] ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 4, fl. 111, segundo registo da primeira coluna.
[9] ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 4, fl. 111, registo com letra diferente que ocupa a maior parte da segunda coluna.

se interpretar como estando a data completa e as unidades corresponderem ao dia do mês, sendo, portanto, a Era hispânica de 1360 (1322 da Era cristã), ou que o ano inclui as unidades e se trata da Era de 1364, ou seja, 1326 da Era cristã, tendo o escriba, por lapso, esquecido a indicação do dia das calendas. Para complicar um pouco mais esta datação, acrescente-se que o registo em causa diz respeito a João Peres de Alporão, deão de Viseu e cónego de Coimbra, que outras informações indicam já não estar vivo em 1313[10], o que significa que nenhum dos anos indicados corresponderia ao da sua morte. Tal poderia acontecer quer por uma má leitura da data do obituário original, quer por erro cometido ao copiar. Em qualquer dos casos, para o que nos interessa, é possível apontar uma cronologia muito mais precisa para a redação desta versão do obituário, que terá assim ocorrido durante a década de 20 do século XIV.

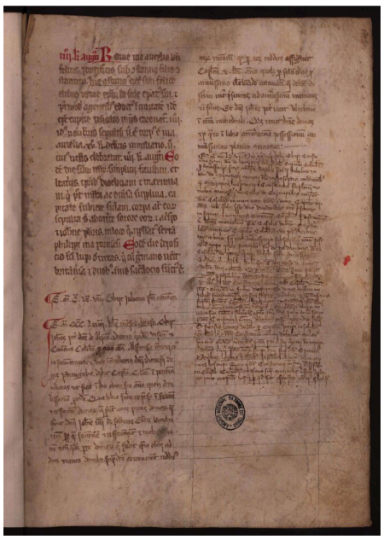


Fig. 1 – Página do *Livro das Kalendas* do dia 28 de julho (4 das calendas de agosto) (ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 4, fl. 111).

[10] ANTT, *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa,* m. 1, nº 25, de 1313 julho, 28, Lisboa, Agradecemos ao nosso colega e amigo Mário Farelo esta informação.

Este mesmo fólio permite compreender a estrutura do manuscrito. Cada página, dividida em duas colunas, corresponde, por via de regra, a um dia do ano, embora nem sempre tal tenha sido respeitado no caso de registos muito extensos[11] ou, pelo contrário, de inscrições curtas e pouco numerosas[12]. O calendário é apresentado de forma muito simples, sem que, no início de cada mês, se indique o número total dos dias ou se registem dados de natureza astrológica, como sucede com frequência em manuscritos deste tipo[13]. Os dias, como vimos, são contados segundo o cômputo romano, ou seja, pelo sistema retrógrado das calendas, nonas e idos. Cada um é indicado a vermelho, em letra de maior módulo, a que se segue, na mesma linha, o texto do martirológio, a negro, mencionando os santos e mártires celebrados naquela data. Num módulo menor são, depois, indicados aqueles cujo nome se devia recordar. Não existe listagem dos números áureos, que indicam as fases da lua, nem letras dominicais, ligadas aos dias da semana e ao cálculo da festa da Páscoa[14].

A 28 de julho, para continuarmos no dia que nos está a servir de exemplo, comemorava-se o aniversário da morte do presbítero Julião, cónego da Sé, falecido nesse dia em 1130; do já referido João Peres de Alporão, deão de Viseu e cónego de Coimbra; e de uma senhora, Constança Martins de Meira, falecida em 1328. No primeiro caso, o registo inclui apenas a notícia do óbito. No segundo, dá-nos a conhecer o nome do testamenteiro do falecido[15], que entregou dinheiro ao cabido

[11] Como sucede, por exemplo, a 6 dos idos de janeiro (fls. 4-4v), 6 dos idos de março (fls. 34-34v), 5 dos idos de março (fls. 35-35v), 6 das calendas de abril (fls. 43v-44), 16 das calendas de maio (fls. 54-56, com a particularidade de a primeira página ter ficado por preencher) ou 10 das calendas de maio (fls. 59-59v).

[12] Veja-se, a título de exemplo, 7 e 8 dos idos de outubro (fl. 137), 6 e 5 dos idos do mesmo mês (fl. 137v), idos de outubro e 17 das calendas de novembro (fl. 140), 14 e 13 das calendas de novembro (fl. 141v), 3 e 2 das nonas de novembro (fl. 149).

[13] Vejam-se, a título de exemplo, os obituários de duas colegiadas de Coimbra: o de S. Bartolomeu, publicado por CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O obituário medieval da colegiada de São Bartolomeu de Coimbra. Edição crítica e estudo do manuscrito*. Coimbra: IUC, 2020, e o de Santiago, publicado por SANTOS, Maria José Azevedo – "Un libro de aniversarios de la colegiata de Santiago de Coímbra. Contribución al estudio del culto del Apóstol en la Edad Media". *Ad Limina* 9 (2018), pp. 185-224. Ambos possuem esse tipo de informações acerca de cada mês, que não existem no *Livro das Kalendas* nem no obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora, publicado também por SANTOS, Maria José Azevedo – *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora. A comemoração dos que passaram deste mundo*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008.

[14] Todos estes elementos estão presentes nos obituários das duas colegiadas de Coimbra citadas na nota anterior.

[15] Trata-se de Afonso Martins, que, além de vice-chanceler do rei D. Dinis, era também cónego das Sés de Lisboa e de Viseu e prior de Povos. Cf. GOMES, Saul António – "A assinatura do rei D. Dinis:

para com ele se refazerem casas cujos rendimentos serviriam para dar aos cónegos todos os anos cinco libras, a serem distribuídas no seu aniversário pelos pobres e enfermos presentes, e informa que o deão estava sepultado na Sé de Lisboa. Já no caso de Constança Martins de Meira a inscrição diz-nos que deixara ao cabido os seus casais em Sebal Menor (c. Condeixa-a-Nova), cujo usufruto cabia a duas freiras do mosteiro de Celas de Coimbra enquanto vivessem, devendo dar três libras por ano ao cabido da Sé para serem divididas entre os pobres, enfermos e cónegos presentes no aniversário[16]. Depois de ambas as freiras morrerem, os casais passariam a ser propriedade do cabido, e cinco libras do seu rendimento seriam usadas anualmente na celebração do aniversário da defunta, que incluía missa de *requiem* e três orações específicas a rezar pelos seus pais. O registo informa ainda que esta senhora deixara aos cónegos outros bens, sob certas condições, entre as quais a de que o raçoeiro da Sé de Coimbra Gonçalo Esteves, seu parente e testamenteiro, deles usufruísse em vida, dando ao cabido quatro libras para outro aniversário por alma de D. Constança, a celebrar a 30 de julho. Finalmente, indica o local da sua sepultura, situada no claustro da Sé, na nave de S. Miguel, ou seja, na ala do lado norte. Note-se, desde já, a presença de uma mulher entre os defuntos sepultados no espaço claustral; seria por ela pertencer à família de um raçoeiro, ou tratar-se-ia de uma situação normal[17]?

Estes três registos, todos bem diferentes, servem como exemplos para perceber as dificuldades com que se depara quem pretende estudar as cerimónias por alma dos defuntos na catedral. No primeiro, nada é dito a esse respeito. No segundo, as informações centram-se essencialmente nos bens que sustentariam o aniversário instituído, o que parece ser a situação mais usual. Só o terceiro registo, que inclui

observações para o estudo da chancelaria real portuguesa medieval". *Fragmenta Historica* 7 (2019), pp. 13-35, na nota 17, p. 17 (disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/117904).

[16] Uma pública-forma das cláusulas respeitantes à Sé de Coimbra do testamento desta senhora, datada de 1328 outubro, 7, foi publicada em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Coimbra: BGUC, 2001, doc. nº 175, pp. 423-424.

[17] Sabemos que outros espaços claustrais, tanto de catedrais como de mosteiros, receberam sepultamentos de leigos, incluindo mulheres, ao longo da Idade Média. Cf. BAUD, Anne; TARDIEU, Joëlle (dirs.) – *Organiser l'espace sacré au Moyen Âge: topographie, architecture et liturgie (Rhône-Alpes – Auvergne)*. Lyon: Alpara, 2014, p. 98 (disponível em http://books.openedition.org/alpara/3811); ESQUIEU, Yves (dir.) – *Viviers, cité épiscopale: études archéologiques*. Lyon: Alpara, 1988 (disponível em http://books.openedition.org/alpara/1508).

muitos pormenores acerca dos bens legados, dá indicações acerca da missa que devia ser rezada, as orações escolhidas para sufrágio da alma dos pais da falecida e o local exato onde se encontrava o seu túmulo (*versus arbores recte ex opposito hostii per quod fit ascensus ad opus claustri*), apesar de esta informação ser de interpretação difícil.

Quando nada é explicitado em relação às cerimónias a realizar, podemos supor que se seguiria a prática habitual[18] de, no dia anterior ao do aniversário, os nomes dos falecidos serem invocados nas Horas dos Defuntos celebradas à hora de vésperas, ou seja, ao final da tarde. No dia do aniversário, as notícias do martirológio e do obituário seriam lidas após a hora de prima (quando nascia o sol), durante a reunião quotidiana dos cónegos na nave ocidental do claustro da Sé, chamada do cabido precisamente porque este ali reunia. Haveria depois missa por sua intenção, a que se seguiria a procissão até à sepultura, com cruz e água benta. No caso de D. João Peres de Alporão, esta última parte não poderia ter lugar, dado que não se encontrava sepultado na catedral conimbricense; no de Constança Martins de Meira, as indicações precisas sobre a sua última morada permitiriam cumprir esse ritual. E quanto ao cónego Julião, sobre cuja sepultura nada é dito, tal como sucede em muitas outras inscrições no obituário, o que se faria? Saber-se-ia onde cada pessoa estava sepultada, apesar de tal não ser referido? Haveria uma planta ou uma relação dos enterramentos, como encontramos por vezes para épocas mais tardias[19], que permitisse conhecer o local onde se situava cada túmulo?

Mesmo quando se refere o tipo de missa instituído, como sucede no registo de Constança Martins, não é explicitado se seria uma missa calada (celebrada por um único oficiante, em silêncio por estar sozinho), rezada (em voz baixa, sem canto) ou

[18] A este respeito ver RODRIGUES, Ana Maria S. A. – "A comemoração dos defuntos nos finais da Idade Média". In RODRIGUES, Ana Maria S. A.; FERREIRA, Manuel Pedro (coord.) – *A catedral de Braga: arte, liturgia e música dos fins do século XI à época tridentina*. Lisboa: Arte das Musas / CESEM, 2009, pp. 136-147.

[19] A título de exemplo, refira-se a planta que existe para o mosteiro de Celas, onde estão assinalados os enterramentos na igreja do mosteiro entre 1591 e 1771 (ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Celas*, m. 13, nº 7); ou as informações preciosas do livro dos óbitos da Época Moderna do mosteiro de Lorvão, que refere o local exato das sepulturas de cada freira (ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, livro 319).

cantada (com as orações ditas em voz alta e cantadas)[20]. Na ausência deste tipo de informações, qual seria a prática? Quem decidiria como fazer, se não houvesse nenhuma indicação a esse respeito?

Se desconhecemos como a missa solicitada por D. Constança deveria ser oficiada, sabemos que seria de *requiem*, ou seja, por alma de um defunto. Mas havia outras escolhas possíveis. Usando como exemplo os registos do obituário relativos ao mês de janeiro, verificamos que, das cerca de cem inscrições desse mês, apenas 32 explicitam o tipo de missa a realizar por ocasião do seu aniversário, como se pode ver no quadro nº 1.

Missa	**Nº registos**
Corpus Christi	1
Cruz	1
Requiem	24
Santo Ildefonso	1
Virgem Maria	1
Virgem Maria / *Requiem*	4
Total	32

Quadro nº 1 – Tipo de missa solicitado nos registos do mês de janeiro do *Livro das Kalendas*

Dessas 32, a larguíssima maioria (24, correspondentes a 75% do total) determinava a celebração de uma missa de *requiem*. Num caso apenas, no aniversário do bispo D. Raimundo d'Ébrard (falecido em 1324), a missa seria a do Corpo de Deus[21], num outro, por alma de um físico do rei D. Dinis, a missa da Cruz[22]. Noutra situação,

[20] Cf. RODRIGUES, Ana Maria S. A. – "A comemoração dos defuntos", p. 139.
[21] ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 5, fl. 1, calendas de janeiro (este dia falta no manuscrito medieval). Sobre este bispo, ver, por todos, MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – "La famille d'Ébrard et le clergé de Coïmbra aux XIII[e] et XIV[e] siècles". In *A Igreja e o clero português no contexto europeu. Colóquio Internacional*. Lisboa: CEHR, 2005, pp. 77-91.
[22] Trata-se de mestre Gonçalo Lever, físico de D. Dinis (ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 4, fl. 11, referente ao dia 3 dos idos de janeiro). Este médico era também cónego de Coimbra, prior da igreja de S. Martinho de Montemor-o-Velho e exerceu o cargo de capelão da rainha. Ver NORTE, Armando – *Letrados e cultura letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)*. Vol. 2: *Anexos.* Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013, pp. 117-119 e SILVA, André –

pede-se a missa do santo do dia em que a comemoração era instituída, Santo Ildefonso[23], e outra ainda prevê a missa dedicada à Virgem Maria[24]. Nos restantes quatro casos, os aniversários deviam começar a ser celebrados em vida dos seus instituidores: enquanto vivessem, a missa seria a de Santa Maria, e após morrerem a de *requiem*[25].

Nas cerimónias de janeiro regista-se apenas a instituição de uma pitança, ou seja, de uma dádiva em géneros ou dinheiro que serviria para melhorar uma refeição dos cónegos no dia do aniversário. O seu instituidor, Vasco Domingues, era cónego da Sé e deixou também dinheiro para ser distribuído por quem estivesse presente no seu aniversário[26]. Essa distribuição, que levaria por certo mais pessoas a participar na celebração, estava prevista em largo número de registos do obituário, variando o seu valor de acordo com as posses e a vontade dos defuntos[27].

Regressando aos exemplos já referidos, recordemos que Constança Martins de Meira instituíra um segundo aniversário, a realizar três dias depois do dia da sua

---

Físicos e cirurgiões medievais: contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340). Porto: CITCEM, 2016, pp. 141. O seu testamento foi publicado em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (coord.) – *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325).* Lisboa: CEHR-UCP, 2010, doc. nº 2.46, pp. 394-398.

[23] Missa celebrada por alma de Afonso Peres de *Ganata*, a 10 das calendas de fevereiro (ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 5, fl. 12).

[24] Mandada celebrar por Fernando Gil, cónego da Sé de Coimbra, a 17 das calendas de fevereiro (ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 5, fl. 8v).

[25] Assim devia suceder no caso das missas por alma de Martim Miguéis, mercador de Pedrógão (ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 5, fl. 6, referente a 4 das nonas de janeiro); de Francisco Lourenço Mealha e de sua mulher Margarida Eanes, leigos (*idem*, fl. 6v, referente a 3 das nonas de janeiro); dos irmãos Beltrão e Guilherme de Crégol (*idem*, fl. 18, referente a 6 das calendas de fevereiro); e do cónego de Coimbra *Guocius*, natural da Lombardia (*idem*, fl. 19, referente a 4 das calendas de fevereiro).

[26] Essa pitança seria oferecida a 8 de janeiro, data da morte de Vasco Domingues, que deixou dez libras para esse fim (ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 4, fls. 9-9v, a 6 dos idos de janeiro). O testamento deste cónego, elaborado a 28 de dezembro de 1298, encontra-se publicado em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (coord.) – *Testamenta*, doc. nº 2.40, pp. 364-372; o seu epitáfio mantém-se até hoje embutido na parede do claustro da Sé, onde pediu para ser sepultado (ver a sua reprodução na mesma obra, p. 365).

[27] O referido Vasco Domingues deixou dez libras para esse fim, e Martim Miguéis, o mencionado mercador de Pedrógão, deixou três. Na missa instituída por Jean des Prez, bispo de Coimbra absentista entre 1333 e 1337, que criou na catedral uma capela para serem celebrados aniversários por sua alma, distribuir-se-iam quatro libras pelos presentes (ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 5, fl. 3, de 2 das nonas de janeiro). Em outros casos não se especifica o montante a dar, apenas se estabelece que o que restar dos rendimentos dos bens deixados para sustentar as comemorações será usado para esse fim, como sucede, por exemplo, na missa por alma do físico de D. Dinis (ver nota 22).

morte. Era uma prática bastante frequente, com ela se evocando a Ressurreição de Cristo três dias após falecer[28]. O sétimo dia, que ainda hoje é dia de missa de sufrágio, era também muito comum, por recordar o dia em que Deus Pai descansou após a criação do mundo, assim como o trigésimo, igualmente celebrado na atualidade, e que teria a sua origem no final do luto por Moisés, um mês após o seu falecimento. O já referido cónego Vasco Domingues, que criou uma pitança, pediu um segundo aniversário trinta dias depois da data da sua morte. Mas podiam criar-se tantas comemorações como as desejadas: dois outros cónegos, os irmãos franceses Beltrão e Guilherme de Crégol, estipularam seis aniversários a celebrar ao longo do ano: a 27 de janeiro, 9 de fevereiro, 12 de março, 5 de abril, 15 de maio e 3 de junho[29]. Já por alma do mestre-escola D. Giscardo e do cónego Bartolomeu Périer, que fundaram capelas perpétuas na Sé, haveria procissão com responsório todos os dias depois de matinas[30], ou seja, pela meia-noite, e talvez por não ser a hora mais habitual este é o único caso do mês de janeiro em que se especifica o momento preciso em que as cerimónias deviam ser levadas a cabo.

Outra questão diz respeito ao local onde as missas seriam celebradas. Continuando a analisar os registos de janeiro, verificamos que, sempre que o lugar escolhido é especificado, se trata do altar-mor da catedral. Talvez por ser muito requisitado para este fim, copiou-se no século XV no obituário, no espaço destinado ao dia 19 de janeiro, uma carta de 1316 pela qual o bispo D. Estêvão determinou a união de uma meia-prebenda à celebração de missas de *requiem* no altar principal da Sé, união essa que o deão do cabido ratificou[31].

[28] Sobre estas missas realizadas no terceiro, no sétimo e no trigésimo dia, ver RODRIGUES, Ana Maria S. A. – "A comemoração dos defuntos", p. 139.
[29] ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 5, fls. 14-14v, no dia 6 das calendas de fevereiro.
[30] ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 5, fl. 9v, no dia 15 das calendas de fevereiro.
[31] ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, liv. 4, fl. 14. A carta data de 4 ou 5 de julho de 1316 (apenas se leem as duas primeiras letras do numeral, *qu*, que podem ser de quarto ou quinto) e foi outorgada em Lisboa pelo bispo, tendo sido ratificada pelo deão e pelo cabido em Coimbra a 15 do mesmo mês; a cópia no obituário é uma pública-forma, autenticada pelo sinal do tabelião de Coimbra Pedro Beltranês, com data de 1422 ou 1460 (pela forma como está indicado, o ano tanto pode ser da Era hispânica como da cristã), junho, 22, Coimbra.

Note-se que no altar-mor só os cónegos da catedral, ou quem tivesse uma autorização especial, podiam celebrar missa[32]. Nos outros locais, qualquer eclesiástico o poderia fazer. Mas a Sé de Coimbra contava com um corpo clerical especificamente encarregado das celebrações dos sufrágios: os bacharéis, que existiam também em Lisboa e Évora, e se encontram documentados em Coimbra desde a década de 1260, tendo-se associado numa confraria cujo compromisso data de 1324[33]. Pierre David considerava que estes eclesiásticos (cuja designação se devia, provavelmente, a terem de possuir o grau académico de bacharel) eram os capelães da catedral encarregados das missas instituídas e de servir no coro[34]. Na documentação de Coimbra são sempre referidos como um todo, ao qual se pedia com frequência a participação nos ritos fúnebres e nos sufrágios.

O *Livro dos Aniversários* dos bacharéis da Sé

Não admira, pois, que houvesse um outro livro de aniversários na Sé, para além do *Livro das Kalendas*, respeitante, precisamente, aos sufrágios que os bacharéis tinham a obrigação de celebrar, por resultarem de doações à arca da confraria, como nos diz a primeira página da terceira versão desse livro que nos chegou (fig. 2). O estudo deste livro de aniversários, que se manteve inédito até agora e, que saibamos, pouco tem sido utilizado, ainda está no seu início, pelo que não podemos adiantar muito a respeito das suas três versões, conservadas no Arquivo da Universidade de Coimbra. A mais antiga, tardo-medieval, data provavelmente do século XV[35]. A segunda, em pior estado, apresenta no rosto da encadernação a indicação de se tratar do *Livro dos aniversários dos capelães da Sé*, assim corroborando a hipótese

[32] Assim foi estipulado nos estatutos dados ao cabido da Sé de Coimbra em 1229 pelo cardeal de Sabina João de Abbeville; cf. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: FCG/FCT, 2010, p. 209.

[33] Ver MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra*, pp. 247-248 e GOMES, Saul António – "A solidariedade eclesial na promoção de escolares pobres a estudos universitários. O exemplo coimbrão nos séculos XIV e XV". In *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso História da Universidade. 7º Centenário*. Vol. 4. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso "História da Universidade", 1991, pp. 195-234, que publica o compromisso da confraria dos bacharéis nas pp. 219-223. Esse compromisso encontra-se também publicado em PAIVA, José Pedro (coord.) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 2: *Antes da fundação das misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 323-326, doc. 177.

[34] DAVID, Pierre – *Français du Midi dans les évêchés portugais (1279-1390)*. Sep. *Bulletin des Études Portugaises*, 1943. Lisboa: [s.n.], 1944, p. 24.

[35] Arquivo da Universidade de Coimbra (= AUC), *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, Livro de registos de aniversários*, III-D, secção 1ª, estante 5, tabela 3, nº 85. Para a datação proposta aponta o tipo de grafia utilizada. Uma cronologia mais precisa está dependente do estudo aprofundado do manuscrito e das mãos que o escreveram.

de que os bacharéis desempenhavam essa função[36]; no início, precedendo os aniversários, foi trasladado um acordo feito pelos bacharéis reunidos em cabido datado de 1507[37]. O fólio inicial do terceiro manuscrito, que vemos na fig. 2, escrito numa bela caligrafia de tipo humanístico, explicita, com precisão, tratar-se de uma cópia do livro antigo elaborada a 25 de fevereiro de 1563[38].

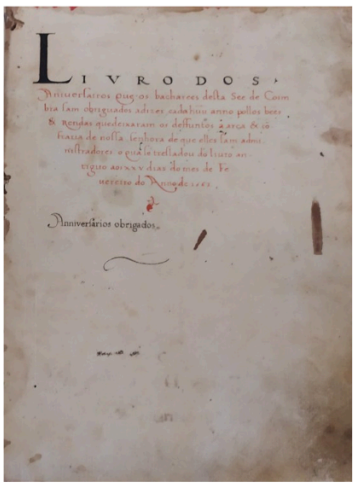


Fig. 2 – Folha de rosto do *Livro dos aniversários dos capelães da Sé*

Olhemos para o manuscrito mais antigo (fig. 3). O início de cada mês, com o número total de dias, é indicado a vermelho. Não há martirológio, e os dias são contados de forma progressiva, em numeração romana, inscritos também a vermelho e acompanhados pelas chamadas letras dominicais, que permitiam saber os dias da semana[39]. Não são apresentadas as datas de óbitos, apenas os nomes dos beneficiários das orações, os bens deixados para os aniversários (dando especial

[36] AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, Livro dos registos dos aniversários "Confraria dos bacharéis da Sé"*, depósito III-D, secção 1ª, estante 5, tabela 3, nº 90.
[37] AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, Livro dos registos dos aniversários "Confraria dos bacharéis da Sé"*, depósito III-D, secção 1ª, estante 5, tabela 3, nº 90, fls. 3-6.
[38] AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, Livro dos aniversários dos capelães da Sé*, depósito III-D, secção 1ª, estante 5, tabela 3, nº 84.
[39] A este respeito, veja-se a clara explicação dada por CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos*, pp. 34-35, que indica bibliografia específica acerca dos calendários medievais.

relevo ao dinheiro que cabia aos bacharéis pela celebração) e, com frequência, o local de sepultura e as orações a entoar nas cerimónias.

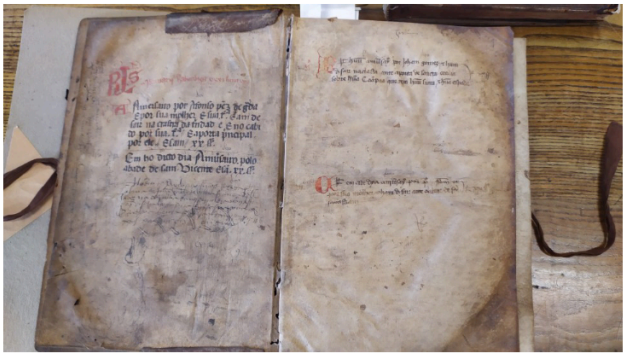


Fig. 3 – *Livro de registos de aniversários*, fl. [antes de 1]v-1

Ao percorrer as folhas deste livro, saltou-nos imediatamente à vista a frequência com que surge um nome que nos é muito familiar: o de Geraldo Peres, cónego da Sé e vigário-geral de vários bispos de Coimbra durante a segunda metade do século XIV[40]. No seu testamento, lavrado em 1399, está incluída a instituição na Sé de Coimbra de 30 ou 40 aniversários por alma do bispo D. Jorge, seu tio, e pela sua, que ficavam a cargo dos bacharéis[41], aos quais deixou herdades na Lousã e uma vinha perto de Coimbra para celebrarem doze missas oficiadas, uma em cada mês, por D. Jorge e por si. O *Livro das Kalendas* não inclui nenhuma destas comemorações, que poderiam ter sido acrescentadas ao obituário, como em outros casos sucedeu. O livro dos aniversários dos bacharéis, porém, contém essas indicações, acompanhadas em alguns casos da localização dos túmulos de ambos os sufragados: o do tio bispo em campa rasa "so a capela do altar mor", o do sobrinho no claustro[42].

[40] Este cónego foi estudado em MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – "Geraldo Peres, cónego da Sé de Coimbra no século XIV". *Revista Portuguesa de História* 31:1 (1996), pp. 393-430,
[41] AUC, *Pergaminhos da Sé de Coimbra*, Móv.7, G.4, nº 43, de 31 de outubro de 1399, Coimbra (na casa de Geraldo Peres). Cf. MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – "Geraldo Peres", pp. 412-414.
[42] Ver, por exemplo, AUC, *Livro de registos de aniversários*, III-D, secção 1ª, estante 5, tabela 3, nº 85, fls. 6, 7, 8v, 12v, 15v (que indica a localização das sepulturas de ambos), 18 (idem), 20v, 23, 31, 33, 48, 52v (idem), 57, 61v, 64.

Saltam também à vista certas entradas em letra diferente da original, que revelam como, em determinados dias, os bacharéis saíam com os seus moços de coro e com uma cruz para, na igreja do Salvador, bem próxima da Sé, celebrarem um aniversário por alma de João Gonçalves, prior de Serra ou Seira (a grafia varia), sendo indicadas as orações a rezar, bem como a saída com cruz e água benta enquanto diziam um responso sobre a sepultura do beneficiário, sita na capela de S. Lucas[43]. Da mesma forma, havia dias em que iam à igreja de Santiago, com os coreiros e os moços do coro e levando a cruz, para aí celebrar um aniversário com horas, todo cantado, pelas almas de Luís Peres Camelo, cónego da Sé, de seus pais e de seus parentes, devendo sair com a cruz e responso sobre a sua "cova", situada na capela-mor daquela igreja, do lado do Evangelho[44].

As orações solicitadas para estes aniversários fora da catedral eram as seguintes: *Omnipotens sempiterne Deus*, *Deus qui nos patrem et matrem*, *Fidelium Deus*, *Quaesumus Domine, Inclina Domine*. Regressemos ao *Livro das Kalendas* e aos aniversários do mês de janeiro, que nos têm servido de referência. O quadro n.º 2 indica as orações a rezar nos sete únicos casos em que, nesse mês, são discriminadas. Apenas duas das referidas não estão presentes: *Deus qui nos patrem et matrem* e *Inclina Domine*. As restantes constam entre as mais pedidas, a par de uma outra, *Deus qui inter apostolicos*. Todas pertencem ao ofício de defuntos, à exceção de *Salve sancta parens* e *Concede nos famulos tuos*, que são preces à Virgem, demonstrando a devoção por parte de quem as pedia a Santa Maria, padroeira da catedral de Coimbra e principal intercessora junto de Deus.

[43] AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, Livro de registos de aniversários*, III-D, secção 1ª, estante 5, tabela 3, nº 85, fls. 5v, 13, 20, 23, 25v, 30, 37, 40v.
[44] AUC, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, Livro de registos de aniversários*, III-D, secção 1ª, estante 5, tabela 3, nº 85, fls. 33v, 35.

Orações	Nº registos
Fidelium Deus	4
Deus qui inter apostolicos	3
Omnipotens sempiterne Deus	3
Quaesumus Domine	3
Deus cui proprium est	2
Deus venie largitor	2
Concede nos famulos tuos	1
Deus indulgenciarum	1
Deus qui perpetuum	1
Libera me Domine	1
Salve sancta parens	1

Quadro nº 2 – Orações pedidas nos registos do mês de janeiro do *Livro das Kalendas*

Reunindo os dados

Continuando a nossa análise exploratória, vejamos o que resulta da junção das informações de ambos os obituários, para obtermos uma imagem mais clara das cerimónias comemorativas dos defuntos que, de acordo com esses manuscritos, deviam ter lugar na Sé. O quadro nº 3 contém um resumo dos dados respeitantes aos primeiros dez dias do mês de janeiro constantes dos dois livros. As entradas em letra redonda correspondem ao *Livro das Kalendas*, estando em itálico as que pertencem ao obituário dos bacharéis.

Dia	Tipo de cerimónia	Por alma de	Local de sepultura e outras informações
1	Comemoração Missa de *requiem* + responso Missa de Corpo de Deus	*Sendini* Gonçalo Mendes de Vasconcelos, cavaleiro (†1307) Raimundo d'Ébrard, bispo	Jaz na capela de S. Miguel, no claustro da Sé.

Dia	Tipo de cerimónia	Por alma de	Local de sepultura e outras informações
	3 aniversários	Domingos Martins *Cherinho* (†1297) e pais	
	Aniversário	D. Maurano (†1297)	
	Aniversário	*Afonso Peres da Guarda, mulher e filha*	*Saem no claustro da Trindade e no cabido pela filha, à porta principal por ele.*
	Aniversário	*Abade de S. Vicente*	
2	Missa de Sta. Maria enquanto viver, de *requiem* após a morte	Martim Miguéis, mercador de Pedrógão (†1320) (e mulher, quando morrer)	Institui capela perpétua para si e mulher.
	Aniversário	*João Gomes*	*Saem no claustro ante a porta de Sta. Cecília sobre uma campa que tem um sino e uma espada.*
3	Aniversário	João Peres, presbítero, prior da igreja de Maçãs (?) (†1241)	
	Aniversário com missa	Fernando Peres, cónego	
	Missa de Sta, Maria, de *requiem* após a morte	Francisco Lourenço Mealha e mulher Margarida Eanes	Deve fazer-se comemoração no coro depois da missa.
	Aniversário	*Pero Afonso e mulher*	*Saem ante o altar de S. Sebastião.*
4	Aniversário	Elvira Fernandes (†1295)	
	Aniversário	Martim Pais, chantre (†1223)	

Dia	Tipo de cerimónia	Por alma de	Local de sepultura e outras informações
	Missa de *requiem*	Francisco Domingues, cónego e prior da Alcáçova [de Santarém]	
	Missa de *requiem*	Jean des Prez, bispo de Coimbra e depois de Castre	Instituiu capela.
	Aniversário	*Afonso Fernandes*	
5	Aniversário	Gonçalo Aires, presbítero (†1178)	Jaz na parede do claustro.
	Aniversário	Mendo, alvazil (†1301)	Jaz na igreja de S. João.
	Aniversário	Teresa Domingues (†1225), casada com Geraldo Peres	
		Martim Peres Vivas (†1237), tio ou avô de Lourenço Afonso, cónego	Jaz em monumento de pedra com seu sobrinho ou neto que foi cónego, sob arco em pedra a direito da porta "mediana".
	Aniversário	D. Estevainha (†1257), casada com Fernando Pardal	Jaz com marido na nave do poço, em campa de pedra perto do poço.
	Aniversário	Pedro Juliães, cónego	
	Aniversário	*Vasco Eanes, tesoureiro da Sé*	*Jaz no cruzeiro diante da capela de S. Martinho; hão de sair sobre a sepultura com cruz e água benta.*
6	Aniversário	Gonçalo Peres, reitor de Esgueira (†1231)	Jaz na igreja de Santiago, de que foi cónego.
	Aniversário com missa de *requiem*	Gil Fernandes, mestre-escola; inclui orações	Devem sair com responsório com cruz, incenso e água benta sobre o sepulcro. Jaz no

Dia	Tipo de cerimónia	Por alma de	Local de sepultura e outras informações
		por 3 bispos e o irmão de outro bispo	chão da igreja, perto da porta por onde se entra para o coro.
	Aniversário	*João Vicente, arcediago da Sé*	
7	Comemoração	Godinho Pais e mulher Elvira Pais	Ele jaz em Santa Cruz, ela no mosteiro dominicano de Coimbra.
	Aniversário	D. Dinis, rei	Aniversário instituído por D. Geraldo, bispo de Évora.
	Aniversário	*(ilegível)*	
	Noturno com ... dos finados e missa de requiem	*Fernão Dias, sua mulher Clara Afonso, seu filho Pero Fernandes, cónego da Sé*	*Devem sair para a igreja de Santiago, onde a missa será celebrada, e depois ir sobre a sua cova com cruz e água benta. Jaz junto do altar de Nossa Senhora da Piedade, numa campa com letreiro que diz "Aqui jaz Fernam Diaz".*
8	Aniversário	João Mendes (†1198)	
	Aniversário	D. Boa (†1241), viúva de Rodrigo Origuiz, mãe do chantre Pedro Rodrigues	Deixou dinheiro para o seu trigésimo e aniversário. Jaz perto da porta ocidental com o marido, em monumento mais alto dos que os restantes.
	Aniversário	Lucas Peres (†1242)	
	Aniversário	Vasco Domingues, presbítero, cónego (†1299)	Deixou diversos bens para aniversários e pitança. Doou paramentos e missal para uma capela. Jaz no claustro,

Dia	Tipo de cerimónia	Por alma de	Local de sepultura e outras informações
			na parede da nave de S. Miguel, em monumento com arco.
	Aniversário	*Afonso de Leca (?), clérigo e capelão da Sé, criado do cónego Fernando Afonso*	*Deixou bens em prata para aniversários*
9	Aniversário	Pedro Fernandes, cónego (†1306)	Fundou capela.
	Aniversário	Fernando Peres, raçoeiro	
	Aniversário	Maria Antunes de Sobre Ripas	Jaz no claustro, na nave do cabido, além da primeira coluna, onde estão pintados o sol e a lua.
	Aniversário	*João António, arcediago D. João, bispo de Lamego, e Francisco Eanes (?), cónego de Coimbra, e pais deste*	*Os bacharéis devem ir à igreja de S, Cristóvão para fazer este aniversário e ir sobre a sepultura do cónego com cruz e água benta.*
10	Aniversário	Vasco Martins, leigo (m. 1289), filho de Martim Domingues Carvalho.	Mandou fazer 2 aniversários por ano. Jaz na igreja de Sta. Maria de Carvalho (dioc. Coimbra).
	Aniversário	D. Raimundo, bispo	
	Aniversário	*Fernão Peres, meio-cónego*	

Quadro nº 3 – Comemorações dos mortos na Sé de Coimbra de 1 a 10 de janeiro, a partir dos obituários (em letra redonda, informações do *Livro das Kalendas*; em itálico, do livro de aniversários dos bacharéis)

Os dados apresentados mostram que, nestes dez dias, se celebravam na Sé de Coimbra 44 cerimónias por alma de pessoas falecidas, uma média de um pouco mais de quatro aniversários por dia, variando o seu número entre dois e sete. Significativamente, essas pessoas não se repetem num e no outro obituário: os defuntos comemorados são sempre diferentes.

O número de cerimónias indicadas no *Livro das Kalendas* é muito superior ao que apresenta o livro dos bacharéis, constituindo 73% do total, o que corresponde a entre uma e seis comemorações diárias, face a apenas um ou dois aniversários celebrados cada dia pelos bacharéis. As cerimónias são, em geral, designadas apenas como "aniversários", havendo oito casos (um apenas no livro dos bacharéis) com indicações específicas sobre o tipo de missa a celebrar.

As informações acerca da identidade dos mortos tendem também a ser mais completas no *Livro das Kalendas*, que, além de fornecer mais pormenores a respeito da sua inserção social, indica também, em 59% dos casos, a data em que morreram; esta não é referida em nenhum dos registos em análise do livro dos bacharéis. Já o local de sepultura é mais vezes indicado neste último, surgindo em metade dos casos, face a 37,5% dos registos do *Livro das Kalendas*.

O tipo de cerimónia não é explicitado em 50% das inscrições do livro dos bacharéis, nem em 60% das constantes do *Livro das Kalendas*. Da mesma forma, pormenores sobre a forma como deviam decorrer as cerimónias só surgem duas vezes no *Livro das Kalendas*, mas estão presentes em metade das entradas do livro dos bacharéis.

Ambos os livros incluem aniversários por alma de eclesiásticos e leigos, num número muito próximo no caso do *Livro das Kalenda*s (13 aniversários por leigos, 14 por eclesiásticos), mas dando clara primazia aos membros do clero no caso do livro dos bacharéis, onde são o dobro dos leigos. Os aniversários por alma de mulheres, sem estarem ligados às comemorações dos maridos ou outros familiares, escasseiam, e nenhum consta das cerimónias previstas no obituário dos bacharéis.
No que diz respeito aos locais de sepultura, o espaço da catedral é o mais comum em ambos os livros, sendo o claustro aquele que com maior frequência é indicado, mas

havendo também quem tivesse sido enterrado dentro da igreja ou no seu exterior. Refiram-se ainda diversos casos em que a sepultura se situa num outro templo, por vezes fora de Coimbra; e recorde-se que o livro dos bacharéis, como dissemos, inclui situações em que estes clérigos se deslocavam a outras igrejas da cidade para satisfazer os pedidos de aniversário.

A panorâmica que se obtém da curta amostragem que levámos a cabo neste trabalho demonstra bem a importância de que o estudo destes dois obituários se reveste para o conhecimento das cerimónias de comemoração dos defuntos na Idade Média na Sé de Coimbra. Mostra-nos também como se ganha em fazer esse estudo de forma conjunta, associando as informações de cada um dos manuscritos, e analisando-as em diversas perspetivas. Algumas dessas perspetivas foram aqui indicadas, tal como foram assinaladas várias perguntas às quais estas fontes não nos permitem responder.

Um primeiro passo para realizar o estudo destas cerimónias será, naturalmente, levar a cabo a edição do obituário dos bacharéis, que esperamos poder realizar a breve trecho, assim como proceder a uma análise aprofundada das suas três versões. A ausência de datas nas inscrições deste livro de aniversários é um problema que só o cruzamento de diversas fontes e a análise das grafias permitirá em parte colmatar, mas que vale a pena intentar.

Necessário se torna, também, compulsar o *Livro das Kalendas* a partir do manuscrito, e não apenas com base na edição existente, que não se presta plenamente ao estudo que desejamos fazer, por não incluir, por exemplo, as notas marginais, nem indicar as diferentes mãos que o escreveram, o que muita falta faz para compreender a orgânica do manuscrito e as diferentes épocas em que foi acrescentado[45].

Os obituários são "livros vivos", na feliz e certeira expressão de Jean-Loup Lemaître[46]. São-no por terem continuado a ser acrescentados e até copiados ao

[45] Sabemos estar em curso uma nova edição, a ser levada a cabo por Leontina Ventura, que esperamos vir a elucidar muitos destes aspetos.
[46] LEMAÎTRE, Jean-Loup – "Un livre vivant, l'obituaire". In GLÉNISSON, Jean (dir.) – *Le livre au Moyen Âge*. Turnhout: Brepols, 1988, pp. 92-94.

longo dos séculos. São-no também por servirem de repositório da memória dos que faleceram e das cerimónias de sufrágio que instituíram. No caso da catedral de Coimbra, temos a sorte de possuir dois destes livros, que nas suas diferenças se complementam, esclarecendo-nos sobre o modo como se praticava, nessa igreja, a intercessão pelas almas dos homens e mulheres que referem para cada dia do calendário.

Estes manuscritos mantiveram viva a memória desses indivíduos, não apenas enquanto os seus nomes foram invocados nas orações do clero da catedral (quando terão deixado de ser é outra questão a explorar), mas também na atualidade, por permitirem que, séculos volvidos, os historiadores os resgatem do esquecimento em que, entretanto, caíram. Com os seus nomes, recuperamos também laços familiares ou de solidariedade, descobrimos patrimónios e devoções, aproximamo-nos da relação que tinham com o final da vida humana e a esperança de que esta continuasse no Além.

A partir, pois, de registos que falam de morte, é possível conhecer múltiplas facetas das vidas desses homens e mulheres medievais que fizeram inscrever os seus nomes nos obituários da Sé de Coimbra. Depois deste trabalho exploratório, é a esse estudo que nos iremos abalançar[47].

[47] Como guia para esse estudo, poderemos utilizar o recentíssimo trabalho de Maria Amélia Álvaro de Campos acerca da comemoração dos mortos em três paróquias de Coimbra medieval, que é modelar na sua abordagem aos obituários de duas das igrejas analisadas: CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – "Death commemoration strategies in Medieval Portugal: A mirror of lay participation in religious parochial life (the case of Coimbra)". *Religions.* 14: 1443 (2023). https://doi.org/10.3390/rel14121443 .

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes Manuscritas

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Colegiada de Sta. Cruz do Castelo de Lisboa*, m. 1, n. 25.

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cabido da Sé de Coimbra,* liv. 4, liv. 5.

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Celas*, mç.13.

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão,* livro 319.

Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, Livro de registos de aniversários*, III-D, secção 1ª, estante 5, tabela 3, n. 85, n. 90.

Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, *Cabido e Mitra da Sé de Coimbra, Livro dos aniversários dos capelães da Sé*, depósito III-D, secção 1ª, estante 5, tabela 3, n. 84.

Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, *Pergaminhos da Sé de Coimbra*, Móv. 7, G. 4, n. 43.

Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, *Reservados*, manuscrito n. 1092.

Fontes Impressas

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O obituário medieval da colegiada de São Bartolomeu de Coimbra. Edição crítica e estudo do manuscrito.* Coimbra: IUC, 2020. Disponível em https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/89491.

DAVID, Pierre; SOARES, Torquato de Sousa (eds.) – *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas).* 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1947-1948.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa (coord.) – *Testamenta Ecclesiae Portugaliae (1071-1325)*. Lisboa: CEHR-UCP, 2010.

PAIVA, José Pedro (coord.) – *Portugaliae Monumenta Misericordiarum.* Vol. 2: *Antes da fundação das misericórdias*. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

SANTOS, Maria José Azevedo – *Um obituário do mosteiro de S. Vicente de Fora. A comemoração dos que passaram deste mundo.* Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2008.

SANTOS, Maria José Azevedo – "Un libro de aniversarios de la colegiata de Santiago de Coímbra. Contribución al estudio del culto del Apóstol en la Edad Media". *Ad Limina*. 9 (2018), pp. 185-224.

Estudos

BAUD, Anne; TARDIEU, Joëlle (dirs.) – *Organiser l'espace sacré au Moyen Âge: topographie, architecture et liturgie (Rhône-Alpes - Auvergne).* Lyon: Alpara, 2014, p. 98. Disponível em http://books.openedition.org/alpara/3811.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – "Death commemoration strategies in Medieval Portugal: A mirror of lay participation in religious parochial life (the case of Coimbra)". *Religions* 14: 1443 (2023). Disponível em https://doi.org/10.3390/rel14121443.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *A comemoração dos mortos no calendário dos vivos. O obituário medieval da colegiada de São Bartolomeu de Coimbra. Edição crítica e estudo do manuscrito.* Coimbra: IUC, 2020. Disponível em https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/89491.

COUTINHO, José Eduardo Reis – "Introdução geral ao *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis* (*Livro das Kalendas*)". *Humanitas* 58 (1998), pp. 419-436.

DAVID, Pierre – "Français du Midi dans les évêchés portugais (1279-1390)". *Sep. Bulletin des Études Portugaises*, 1943. Lisboa: [s.n.], 1944.

ESQUIEU, Yves (dir.) – *Viviers, cité épiscopale: études archéologiques*. Lyon: Alpara, 1988. Disponível em http://books.openedition.org/alpara/1508.

GOMES, Saul António – "A solidariedade eclesial na promoção de escolares pobres a estudos universitários. O exemplo coimbrão nos séculos XIV e XV". In *Universidade(s): história, memória, perspectivas. Actas do Congresso História da Universidade.* 7º Centenário. Vol. 4. Coimbra: Comissão Organizadora do Congresso "História da Universidade", 1991, pp. 195-234.

GOMES, Saul António – "A assinatura do rei D. Dinis: observações para o estudo da chancelaria real portuguesa medieval". *Fragmenta Historica* 7 (2019). Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/117904.

LEMAÎTRE, Jean-Loup – "Un livre vivant, l'obituaire". In GLÉNISSON, Jean (dir.) – *Le livre au Moyen Âge*. Turnhout: Brepols, 1988.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – "Geraldo Peres, cónego da Sé de Coimbra no século XIV". *Revista Portuguesa de História* 31:1 (1996), pp. 393-430.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Coimbra: BGUC, 2001.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – "La famille d'Ébrard et le clergé de Coïmbra aux XIIIe et XIVe siècles". In *A Igreja e o clero português no contexto europeu*. *Colóquio Internacional*. Lisboa: CEHR, 2005, pp. 77-91.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*. Lisboa: FCG/FCT, 2010.

NORTE, Armando – *Letrados e cultura letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)*. Vol. 2: *Anexos.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013. Tese de doutoramento.

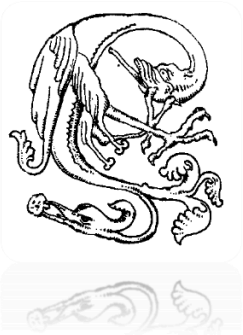
RODRIGUES, Ana Maria S. A. – "A comemoração dos defuntos nos finais da Idade Média". In RODRIGUES, Ana Maria S. A.; FERREIRA, Manuel Pedro (coord.) – *A catedral de Braga: arte, liturgia e música dos fins do século XI à época tridentina.* Lisboa: Arte das Musas / CESEM, 2009, pp. 136-147.

SILVA, André – *Físicos e cirurgiões medievais: contextos socioculturais, práticas e transmissão de conhecimentos (1192-1340)*. Porto: CITCEM, 2016.

TABBAGH, Vincent – "Une lecture des obituaires de quelques cathédrales de France septentrionale, XIIe-XVe siècle". *Le Moyen Âge* 124 (2018), pp. 553-580.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – "A comemoração dos mortos em tempos medievais: uma abordagem exploratória com base no caso da Sé de Coimbra". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 139-165. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

Clergyman as a Subject and Object of Death Commemoration in Late Medieval Prussian Town. Case studies from Thorn (Toruń) at the turn of the 15th and 16th Century

O clérigo como sujeito e objeto de comemoração da morte na cidade prussiana na Baixa Idade Média. Estudos de caso de Thorn (Toruń) na viragem dos séculos XV e XVI

Marcin Sumowski[1]

Nicolaus Copernicus University in Toruń, Faculty of History
87-100 Toruń, Poland

m.sumowski@umk.pl
https://orcid.org/0000-0001-8012-1627

Data recepção do artigo / Received for publication: 28 de Fevereiro de 2024
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 17 de Setembro de 2024

[*] **Marcin Sumowski** (m.sumowski@umk.pl), PhD, is a lecturer at Nicolaus Copernicus University in Toruń. His research is focused on the functioning of the lesser clergy in medieval society; he also edits historical sources.

ABSTRACT

The article explores four foundations by priests in Thorn (Toruń) as good examples of the bourgeois religious culture of Late Medieval Prussia. These institutions were established by wealthy priests who were simultaneously prominent members of the town community. As a result, detailed documents were issued, providing valuable insights into the extent of the priests' responsibilities and the financial basis of the foundations. Furthermore, the fact that the funders themselves were priests shows clergymen not only as providers of prayer services but also as members of the town community who benefited from such commemorative practices.

Keywords: Clergy; Religious foundation; Town; Middle Ages; Prussia

RESUMO

O artigo explora quatro fundações de sacerdotes em Thorn (Toruń) como bons exemplos da cultura religiosa burguesa do final da Idade Média na Prússia. Estas fundações foram estabelecidas por indivíduos proeminentes e ricos da comunidade urbana e, por isso, deram origem a documentos pormenorizados que fornecem informações valiosas sobre a extensão das responsabilidades dos vigários e a base financeira das fundações. Além disso, o facto de os próprios fundadores serem padres permite-nos ver os clérigos não só como prestadores de serviços de oração, mas também como membros da comunidade da cidade que beneficiavam de tais práticas comemorativas.

Palavras-chave: Clero; Fundação religiosa; Cidade; Idade Média; Prússia

In the turn of the 15th and 16th century, four clergymen hailing from Thorn (present-day: Toruń) in Prussia established ceremonial foundations in the parish church of the town. These individuals were the canons and parish priests Hieronymus Waldau (1495), Johann Smolle (1505), and Raphael Wayner (1520), as well as vicar and canon Caspar Welker (1505)[2]. The foundations established by the Thorn priests vividly exemplify the phenomenon of posthumous commemorative efforts in turn-of-the-century Prussia. Additionally, the clerical affiliation of these men holds significant importance. It was the responsibility of the clergy to commemorate the funders of the prebends they held through their prayers. Therefore, the four Thorn foundations portray a priest in two roles—both as the one commemorating and the one being commemorated. Examining them in a micro-historical way, as case studies, provides valuable insights into the religious and financial circumstances of the lesser clergy during this era, shedding light on their "professional" lives, but also social relations within groups of clergy. As Gustavs Strenga recently pointed out, *memoria* can be "a tool to study memorial practices and social history"[3]. Of course, in this broad context, the presented article is only a small contribution and introduction to the issue of remembering clerics[4]. However, the four presented foundations well illustrate the issues related to it.

At the time, Thorn was considered one of the prominent Prussian towns, alongside Danzig (present-day: Gdańsk), Königsberg (present-day: Kaliningrad), Elbing (present-day: Elbląg), and towns experiencing a decline in significance, namely Braunsberg (present-day: Braniewo) and Kulm (present-day: Chełmno). Its

[2] The following sources documenting these foundations have survived: Pelplin, Diocesan Archive in Pelplin, *Diplomata et epistolae*, Varia, n. 17 (Welker); Toruń, State Archive in Toruń, Kat. I, n. 2679 (Smolle); Toruń, State Archive in Toruń, *Kościół św. Jana*, ref. 1 (Welker); Toruń, State Archive in Toruń, Kat. I, n. 2928 (Wayner); *Księga długów miasta Torunia z okresu wojny trzynastoletniej*. Ed. K. Ciesielska, I. Janosz-Biskupowa, Fontes TNT, 55. Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 1969, n. 157 (Waldau). The references to the four foundations analysed in the article refer to these sources.
[3] STRENGA, Gustavs – *Remembering the Dead Collective Memory and Commemoration in Late Medieval Livonia*. Turnhout: Brepols Publishers, 2023, p. 19.
[4] On the broad trend of research on memory, including the particularly important works of Gerhard Otto Oexle: STRENGA, Gustavs – *Remembering the Dead Collective Memory and Commemoration in Late Medieval Livonia*, pp. 23-35.

elevated status translated into prosperity and cultural development among the townspeople, influencing religious life, as evidenced by the establishment of religious foundations[5]. Thorn boasted two parishes during this period: St John's in the Old Town and St James's in the New Town, with an estimated total of about 11,000 parishioners[6]. The King of Poland held the right of patronage over the former parish, presenting a candidate for the parish priest alternately with the town council since 1505[7]. The patronage of the latter parish was vested in the local Cistercian-Benedictine nuns, who acquired it from the territorial ruler (Teutonic Order) in the first half of the 14th century. During the discussed period, it is likely that the town council exercised this authority[8]. However, in adherence to the customs in areas of German settlement, the management of both churches rested in the hands of the town council, which appointed officials known as churchwardens (Latin: "vitrici"' German: "kirchenvater"') for this purpose[9]. Consequently, the parish church became a crucial element of communal identity, significantly impacting the religious climate of the town[10].

Thorn's sacral landscape included two filial churches: St Lawrence Church for St John's Parish and St Catherine Church for St James's parish. The town also housed

[5] The issue of foundations established by townspeople in major Prussian towns has been extensively examined by Piotr Oliński: OLIŃSKI, Piotr – *Fundacje mieszczańskie w miastach pruskich w okresie średniowiecza i na progu czasów nowożytnych*. Toruń: Wydawnictwo Naukowe Uniwersytetu Mikołaja Kopernika, 2008. However, it is worth noting that the researcher was not familiar with the foundation documents cited here and relied on incomplete later materials when analysing the foundations discussed in this article.

[6] BISKUP, Marian – "*U schyłku średniowiecza i w początkach odrodzenia (1454-1548)".* In BISKUP, Marian – *Historia Torunia*, vol. II/1. Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 1992, p. 80.

[7] The ruler took over this authority from the Teutonic Order, which ruled the area until 1466. More about the Church in Prussia after so-called 'Thirteen Years' War' (1454–1466): RADZIMIŃSKI, Andrzej – "The Church in Royal and Teutonic Prussia after the Second Peace of Toruń: The Time of Continuation and Change". *Zapiski Historyczne* 81.4 (2016), pp. 69–81.

[8] SUMOWSKI, Marcin – "Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich". *Ecclesia Clerusque Temporibus Medii Aevi,* 8. Toruń: Wydawnictwo Naukowe Uniwersytetu Mikołaja Kopernika, 2022, pp. 476–477. See "Wykaz prebend kościelnych Torunia z 1541 roku". Ed. Karol Górski; Maciej Gołembiowski. *Zapiski Historyczne* 42.4, 1977, p. 170.

[9] SUMOWSKA, Alicja; SUMOWSKI, Marcin – "Średniowieczne rachunki kościoła Świętojańskiego w Toruniu. Uwagi źródłoznawcze". *Studia Źródłoznawcze. Commentationes* 58 (2020), pp. 236–241; *Średniowieczne rachunki kościołów toruńskich.* Ed. Alicja Sumowska; Marcin Sumowski; Piotr Oliński. Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 2023, pp. XXXI–XLI [forthcoming].

[10] BÜNZ, Enno – "Klerus und Bürger. Die Bedeutung der Kirche für Identität deutscher Städte im Spätmittelalter". In CHITTOLINI, Giorgio; JOHANEK, Peter (eds.) – *Aspetti e componenti dell'identità urbana in Italia e in Germania (secoli XIV-XVI)/Aspekte und Komponenten der städtischen Identität in Italien und Deutschland* (14.-16. Jahrhundert), Bologna/Berlin: Società editrice il Mulino/Duncker & Humblot, 2003, pp. 351–389.

the Franciscan and Dominican orders, along with the aforementioned nuns of mixed Cistercian and Benedictine obedience. In the suburbs, two hospitals were established: St. George Hospital in the north and the Hospital of the Holy Spirit in the south, the latter associated with a congregation of nuns who were residing there[11]. It is important to note that Thorn was not a cathedral town; the chapter of the Kulm diocese, to which Thorn belonged, was headquartered in Kulmsee (present-day: Chełmża), approximately 20 km to the north[12]. This dynamic influenced the social composition of the local clergy, with the lesser clergy predominantly represented[13].

Fig. 1. Thorn (Toruń) in 1641 - Matthäus Merian[14]

[11] About the sacral topography of Thorn: BISKUP, Marian – *U schyłku średniowiecza i w początkach odrodzenia (1454-1548)*, pp. 201–213. In relation to the church of St John: RADZIMIŃSKI, Andrzej – "Die Pfarrkirche St. Johannes des Täufers und St. Johannes des Evangelisten in der Sakraltopografie der Stadt Thorn im Mittelalter". *Biuletyn Polskiej Misji Historycznej/Bulletin der Polnischen Historischen Mission* 12 (2017), pp. 51–73.

[12] BISKUP, Marian; GRZEGORZ, Maksymilian; POREBSKA, Krystyna (eds.) – *Słownik historyczno-geograficzny ziemi chełmińskiej w średniowieczu*. Wrocław: Ossolineum, 1971, p. 21. About the cathedral chapter in KRAJNIAK, Radosław – *Duchowieństwo kapituły katedralnej w Chełmży do 1466 roku. Studium prozopograficzne.* Toruń: Europejskie Centrum Edukacyjne, 2013.

[13] About the clergy in Thorn: SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni diecezjalni w średniowiecznym Toruniu. Studium prozopograficzne.* Toruń: Wydawnictwo Adam Marszałek, 2012.

[14] Source: https://pl.wikipedia.org/wiki/Plik:Torun_Merian_1641.jpg [public domain; access 17.06.2024].

In the broader context of the Thorn clergy, the four founders were noteworthy figures, yet their profiles adhered to the typical clerical biography of the region[15]. Hieronymus Waldau, Johan Smolle and Raphael Wayner served successively at the parish of St John in the years 1466-1495, 1497-1512 and 1516-1524, respectively, within the office of Old Town parish priest[16]. Uncertainty surrounds the background and education of Waldau, while the latter two likely originated from local Thorn families, both possessing university education—Smolle from Leipzig and Wayner from Kraków. All three concurrently held the role of a parish priest and membership in cathedral chapters, with Waldau as a canon at Ermland (present-day: Warmia)[17], and Smolle and Wayner in Kulmsee. Waldau stands out as the author of personal and historical notes, including references to his foundation activities[18]. Caspar Welker, the fourth priest, originated from Preußisch Stargard (present-day: Starogard Gdański)-served as a vicar at St. John's Church in Thorn from 1490 and, seven years later, became a canon in Kulmsee. This concise biographical overview underscores the parallels in the life trajectories of these four clergymen. As mentioned, these priests exemplify typical representatives of the town clergy during this period, often hailing from the town in which they ministered, although their

[15] Biographies: BORAWSKA, Teresa – "Waldau Hieronim". In GUZOWSKI, Jan (ed.) – *Słownik biograficzny kapituły warmińskiej*, Olsztyn: Hosianum, 1996, p. 268; OLIŃSKI, Piotr – "Schmolle Jan". In MIKULSKI, Krzysztof (ed.) – *Toruński Słownik Biograficzny*, vol. 1, Toruń: Towarzystwo Miłośników Torunia/Uniwersytet Mikołaja Kopernika, 1998, pp. 219–220; ROZYNKOWSKI, Waldemar – "Waldau Hieronim". In MIKULSKI, Krzysztof (ed.) – *Toruński Słownik Biograficzny*, vol. 3, Toruń: Towarzystwo Miłośników Torunia/Uniwersytet Mikołaja Kopernika, 2002, p. 236–37; STACHOWIAK, Remigiusz – *Spätmittelalterliche Kirchenkarrieren preußischer Kleriker. Soziale Räume und Netzwerke zwischen Zentrum und Peripherie*, Einzelschriften der Historischen Kommission für ost- und westpreußische Landesforschung, 32. Osnabrück: fibre Verlag, 2023, pp. 487–88, p. 511; SUMOWSKI, Marcin - *Duchowni diecezjalni w średniowiecznym Toruniu. Studium prozopograficzne*, pp. 136–138, 176–178, 193–194, 241–242; SUMOWSKI, Marcin – "Wayner Raphael". In MIKULSKI, Krzysztof (ed.) – *Toruński Słownik Biograficzny*, vol. 7, Toruń: Towarzystwo Miłośników Torunia/Uniwersytet Mikołaja Kopernika, 2014, pp. 238–239. Information on the lives of the priests is based on these findings.

[16] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni diecezjalni w średniowiecznym Toruniu. Studium prozopograficzne,* p. 96. See RADZIMIŃSKI, Andrzej – "Die Pfarrkirche St. Johannes des Täufers und St. Johannes des Evangelisten in der Sakraltopografie der Stadt Thorn im Mittelalter", pp. 64–65. Wayner probably took office only after the death of another candidate for the position: Toruń, State Archive in Toruń, Kat. I, n. 2633, 2855a. Cf. STACHOWIAK, Remigiusz – *Spätmittelalterliche Kirchenkarrieren preußischer Kleriker*, p. 488.

[17] Detailed biographies of the canons of Ermland are currently being compiled by Radosław Krajniak. See KRAJNIAK, Radosław – "Die Prälaten und Kanoniker des ermländischen Domkapitels bis 1466". *Zeitschrift für die Geschichte und Altertumskunde Ermlands* 64 (2020), pp. 100–111.

[18] GÜNTHER, Otto (ed.) – "Die Aufzeichnungen des Thorner Pfarrers Hieronymus Waldau". *Zeitschrift des Westpreussischen Geschichtsvereins* 49 (1907), pp. 221–251. More extensively on the records of the parish priest: SUMOWSKI, Marcin – *"Ego Jeronimus Waldaw...* O tożsamości późnośredniowiecznego plebana toruńskiego". *Zapiski Historyczne* 79.1 (2014), pp. 63–81.

families were not among the most prominent. The four Thorn priests advanced through similar ecclesiastical careers, culminating in their roles as canons in cathedral chapters.

What set the aforementioned priests apart from their fellow town clergy was undoubtedly their substantial material wealth. Andrzej Radzimiński, a researcher delving into the accounts of the parish priest of St John's Church from the mid-15th century, estimated their expenses at a considerable sum of 200-300 marks annually[19]. The town's parish priests derived income from various sources, including land emoluments and offerings, enabling them to amass significant revenue[20]. Additionally, it is important to note that all four priests held canonical prebends. Wayner, in particular, served as a notary public, which was a potential source of additional income. This financial stability provided the Thorn clergy with sufficient resources to embark on the costly foundation endeavours, undertaken in the later stages of their lives. Waldau's presence in historical records concludes precisely with the 1495 foundation deed, Smolle disappears from records after 1513, eight years following the foundation, Welker is identified as having died in 1507, two years post-foundation, while Wayner passed away around 1527, approximately seven years after the foundation.

The four foundations under analysis in this article were established at St John's Church, the largest and most significant church in the town. During the 15th and early 16th centuries, the church assumed its present form, reflecting the prosperity of the entire town at that time[21]. Through foundations, the wealthier townspeople and brotherhoods contributed to the construction of numerous side chapels during this period. According to the 1541 prebend list, the church housed 21 altars and chapels,

[19] RADZIMIŃSKI, Andrzej – "Rachunki plebana kościoła parafialnego Świętych Janów w Starym Mieście Toruniu z lat 1445–1446". *Roczniki Historyczne* 69 (2003), pp. 171–172.
[20] SARNOWSKY, Jürgen – "Die wirtschaftliche Lage der Pfarreien im Deutschordensland Preussen. Das Beispiel der Vikare zu Mühlhausen". In JENKS, Stuart; LAUDAGE, M. L.; SARNOWSKY, Jürgen (eds.) – *'Vera lex historiae'. Studien zu mittelalterlichen Quellen. Festschrift für Dietrich Kurze zum 65. Geburtstag am*, Köln: Böhlau, 1993, pp. 375–382.
[21] About the church: *Bazylika katedralna świętych Janów w Toruniu.* Ed. Marian Biskup. Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 2003; *Dzieje i skarby kościoła świętojańskiego w Toruniu.* Ed. Katarzyna Kluczwajd; Michał Woźniak. Toruń: Towarzystwo Naukowe Organizacji i Kierownictwa "Dom Organizatora", 2002; KLUCZWAJD, Katarzyna (ed.) – *Kościół Świętojański w Toruniu - nowe rozpoznanie.* Toruń: Stowarzyszenie Historyków Sztuki, 2015.

with 30 prebends[22]. The foundations established by the four Thorn priests aligned with this prevailing trend. It is noteworthy that these clergymen sought commemoration primarily within their own parish church, a practice not uncommon among the lesser clergy in the region who often preferred the churches where they ministered[23]. Waldau designated his foundation at the main altar, Smolle at the altar of the Blessed Virgin Mary[24], Welker at the altar of St Wolfgang[25] while Wayner chose the altar of *Sanctae Reginae*[26].

An analysis of the foundations of the Thorn clergymen reveals several levels, the first of which, pertinent to our discussion, is the extent of the obligations of prebend holders, particularly in the context of commemoration. Founders stipulated specific requirements in this regard. Waldau's foundation postulated a minimum of three weekly masses. The first focused on the Holy Trinity, the second on the Assumption of the Blessed Virgin Mary, and the third ("szele messe") served as a commemorative mass for the souls of all the deceased faithful, the founder, his parents, siblings, and relatives, combined with a collect. Additionally, during Lent, the priest was required to read the Passion of Christ at one of these three masses, and his responsibility included overseeing the founder's other commemorative activities.

[22] Some of clerics held more than one prebend, contributing to the presence of 17 clergymen in the church simultaneously: "Wykaz prebend kościelnych Torunia z 1541 roku". Ed. Karol Górski; Maciej Gołembiowski, pp. 152–170. Cf. BISKUP, Marian – "*U schyłku średniowiecza i w początkach odrodzenia (1454-1548)*", p. 202; RADZIMIŃSKI, Andrzej – "Die Pfarrkirche St. Johannes des Täufers und St. Johannes des Evangelisten in der Sakraltopografie der Stadt Thorn im Mittelalter", pp. 65–66.
[23] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 442–449.
[24] OLIŃSKI, Piotr – *Fundacje mieszczańskie w miastach pruskich w okresie średniowiecza i na progu czasów nowożytnych*, p. 203.
[25] The foundation document referred to it as the altar of St Bartholomew. In later periods (including today), the main patron saint of this altar came to be known as St Wolfgang: OLIŃSKI, Piotr – *Fundacje mieszczańskie w miastach pruskich w okresie średniowiecza i na progu czasów nowożytnych*, p. 206. According to the foundation documents, several saints were designated for worship at this altar, including the aforementioned Bartholomew, but also Simon and Judah, Erasmus, Margaret, Apollonia, and Agnes. This aligns with the images of the saints depicted on the preserved altar retable: GRABOWSKA-LYSENKO, Alicja – "Materialne świadectwa kultu św. Wolfganga u schyłku średniowiecza w Prusach jako element religijnego dziedzictwa regionu". In RACZKOWSKI, Juliusz; JAKUBEK-RACZKOWSKI, Monika (eds.) – *Stare i nowe dziedzictwo Torunia, Bydgoszczy i region*, vol. 2. Toruń: Towarzystwo Naukowe Organizacji i Kierownictwa "Dom Organizatora", 2020, pp. 79–82.
[26] OLIŃSKI, Piotr – *Fundacje mieszczańskie w miastach pruskich w okresie średniowiecza i na progu czasów nowożytnych*, p. 202. Additionally, the document specifies St Florence and Archangel Raphael as patron saints of the altar, with the latter likely associated with the funder's name.

Similarly, the priest at Smolle's altar was expected to conduct three masses: one for the dead, the second depending on the liturgical calendar ("de tempore vel de sanctis"), and the third, on Saturday, dedicated to the Blessed Virgin Mary. Notably, the parish priest, who founded the preacher prebend, imposed a specific commemorative obligation on its holder, instructing the preacher to mention the founder's parents in every Sunday and holiday sermon— Nicolaus and Dorothea Smolle. Wayner's will outlines the celebration of three masses: the Holy Trinity, All Saints, and one for the dead, coupled with a vigil for the deceased and alms for the poor. The founder specified the collects to be recited during these masses.

Welker's foundation had even more detailed requirements, as it established two prebends for two priests, alternating daily mass. The order of celebration, as detailed in Table 1, included a Sunday morning mass ("prima missa"), probably to avoid conflicting with the parish mass. On Fridays, the mass was to be combined with the sequential reading of the Passion of Christ from the four gospels. Saturdays were reserved for a mass related to one of the seven Marian feasts, adapting to the current holiday in case of overlap. Clergy rotation occurred weekly, and they were obligated to hold a special commemoration ("memoriam specialem") for the state of the universal Church and all living and deceased founders, patrons, and benefactors. Similar to Waldau's foundation, priests were also responsible for the founder's anniversary commemoration and that of Barbara Clementynne, probably related to the founder.

	Sunday	Monday	Tuesday	Wednesday	Thursday	Friday	Saturday
Priest 1	Holy Trinity mass		Patron saints of the altar mass		Corpus Christi mass		Blessed Virgin Mary mass
Priest 2		Mass for the dead		Mass for sins		Holy Cross mass	

Table 1. Order of masses according to the foundation of Caspar Welker (1505)

The prevailing norm dictated that one priest should conduct three masses a week, aligning with similar foundations in the region[27]. This principle is integral to the obligation outlined in the synodal statutes for parish church priests, emphasizing the importance of celebrating three masses per week[28]. On the other hand, the liturgical arrangement of the examined foundations is distinctly linked to the Christian calendar. Notable examples include the Thursday Mass associated with the veneration of Corpus Christi, the Friday Mass dedicated to the Passion of Christ, and the Saturday Mass honouring the Blessed Virgin Mary[29]. A common thread among these foundations is the directive to pray not only for the founder and their relatives but also for all deceased Christians. Consequently, these rituals assumed the nature of commemorations and public prayer, a point underscored in Smolle's foundation, explicitly established "pro communi omni salute".

Other obligations, not directly tied to commemoration but crucial for the functioning of the prebends, as well as parish liturgy and pastoral care, were also integral to the duties of the priests. Smolle's foundation, specifically intended for preachers, stands out in this regard. The foundation document expressed a deep-seated belief in the paramount importance of preaching the Word of God for the congregation's salvation ("inter alia que ad salutem spectant populi Christiani parabulum verbi Dei quo anime pascuntur vereque vivunt per maxime esse necessarium"), citing the Gospel statement, "Man shall not live on bread alone, but on every word that comes from the mouth of God" (Matthew 4:4). The foundation of the Thorn parish priest can be viewed as a response to the pressing need for preachers during this period. Prebends of this kind were a common phenomenon in Central and Eastern Europe, and Prussia was probably no exception[30].

[27] Occasionally, commitments to daily mass or two masses a week were also observed: SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 369–371.
[28] SUMOWSKI, Marcin – "*Pastor et oves*. Parish Priest in Late-Medieval Prussian Town". *Quaestiones Medii Aevi Novae* 23 (2018), p. 358.
[29] ROZYNKOWSKI, Waldemar – *Studia nad liturgią w zakonie krzyżackim w Prusach. Z badań nad religijnością w późnym średniowieczu*, Ecclesia Clerusque Temporibus Medii Aevi, 2. Toruń: Wydawnictwo Naukowe Uniwersytetu Mikołaja Kopernika, 2012, pp. 50–51, 78–81.
[30] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 377–383.

Another responsibility of priests was active participation in the town's public worship, as mandated by the statutes of the Prussian dioceses[31]. Both priests under Welker were expected to join the customary Sunday procession around the church, much like the other clergy of the parish church. Additionally, their duties encompassed aiding the parish priest during major holidays. This perspective was potentially shared by Smolle, who, in his own annotation to the document, indicated that his foundation was also established for the benefit of the parish priest ("comoditate plebani"). Clauses emphasizing the necessity of supporting the parish priest were a recurrent feature in foundation documents, likely responding to documented disputes over the authority of the lesser clergy, involving tensions between the parish priest, townspeople, and the vicars themselves[32]. Perhaps not without reason, Waldau specified that the vicar's conduct towards the parish priest should be appropriate and that he should be prepared to assist in celebrating mass and other parish-related activities.

Among the obligations imposed on curates was the responsibility for the liturgical equipment belonging to their benefices. According to Waldau's will, each time a vicar passed away, an inventory of the prebend had to be compiled in duplicate, with one copy provided to the priest. Wayner, on the other hand, mandated that, upon request from patrons, the vicar should provide an account of the altar equipment. Traces of such practices can be found in the surviving inventories of various Thorn altars, which sometimes bear references to clergymen[33]. In the case of St Lawrence Church, there is evidence of a dual census of this type, indicating the likely use of the two-copy method[34].

Priests were not only responsible for maintaining the condition of the equipment but also for addressing the ongoing needs of the altars. Waldau's curate, for instance, was tasked with personally managing the altar lighting and all other requirements for celebrating mass. However, only wine, water, and bread were allowed to be

[31] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, p. 244.
[32] On the relations between the parish priest and the vicars: SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 245–259.
[33] Toruń, State Archive in Toruń, *Kat.* I, n. 991, 2985/5.
[34] Toruń, State Archive in Toruń, *Kat.* I, n. 626/1/2, 626/1/3.

taken from the parish church's resources. Similarly, priests employed at the Welker altar were instructed to ensure the appropriate number of candles. The funder specified that each clergyman should purchase two of each, ensuring a minimum of four candles on the altar. These candles were to be replaced three times a year: at Christmas, Easter, and the Assumption of the Blessed Virgin Mary[35].

Prebend funders typically held specific expectations for the priests employed at their altars regarding their knowledge, character, and morality. These expectations aligned with the model of the virtuous priest prevalent in the Christian narrative, often juxtaposed with the negative portrayal of a wayward clergyman[36]. Waldau exemplified the desired demeanour of a clergyman, emphasizing the need for his vicar to be a man of "certainty" to faithfully fulfil his duty to the soul of the parish priest ("sicher ist zcu seynen leben unde des [...] pfarrers szele nicht vorgessen"). Smolle also outlined distinct requirements, insisting that his preacher possess excellent skills in preaching the Word of God, directly tied to the salvation of the faithful ("vir idoneus opere et sermone potens haberatur, qui populum catholicum verbo doceat et exemplo corrigatque et erudiat in hiis, que fidei sunt et salutis"). This naturally necessitated relevant education. Educational provisions were explicit in Welker's and Wayner's foundations. Under Welker, one of the priests could pursue studies, provided he arranged for a substitute who would receive appropriate financial compensation and wax for the specified candles. Similarly, Wayner's vicar had the opportunity for a three-year study period, during which a senior chaplain would temporarily assume his duties. However, these were exceptions to the rule, which required the priests' permanent residency at the prebend. The norm had to be observed by the vicars of the other foundations. The preacher of Smolle was even facing the forfeiture of his prebend if he abandoned his

[35] Cf. OLIŃSKI, Piotr – "Światło w brackich i prywatnych fundacjach religijnych w kościołach parafialnych wielkich miast pruskich w XIV-XV wieku". *Kwartalnik Historii Kultury Materialnej* 3-4 (2008), pp. 367–74.

[36] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 306–338, 392–408; SUMOWSKI, Marcin – *"Pastor et oves.* Parish Priest in Late-Medieval Prussian Town", pp. 364–366; SUMOWSKI, Marcin – "Self-Knowledge of the Lesser Clergy in the Context of Clerical Norms (Prussia, Fourteenth-Sixteenth Centuries)" [forthcoming]; SUMOWSKI, Marcin – "*Sie das nit thun, das heissen aber lernnen.* Wizerunek niższego duchowieństwa w późnośredniowiecznym Gdańsku". In DŁUGOKĘCKI, Wiesław; SARNOWSKY, Jürgen (eds.) – *Danzig in der frühen Neuzeit. Kultur, Religion, Politik, Gesellschaft und internationale Beziehungen.* Gdańsk: Wydawnictwo Uniwersytetu Gdańskiego, 2021, pp. 103–123.

duties without just cause. Personal residency was an important aspect of how clergy functioned, as it discouraged the accumulation of prebends, especially among priests. In the case of the Prussian lesser clergy, having multiple benefices was a limited phenomenon[37]. This is also reflected in the foundations under discussion. Waldau's curate was not allowed to hold other prebends, and Welker's prebends were designated for priests without benefices in the parish church.

A possible consolidation of prebends was linked to the desire to augment income. In the context of the customary income for a vicar celebrating mass at a side altar—set at 10 marks in Prussia, rising to a dozen marks in larger towns[38] —the foundations of the four Thorn priests were well-endowed. Like other prebends in the town, they relied on rental revenues[39]. Waldau secured a perpetual annuity of 25 marks from the town council for the substantial sum of 500 marks. The vicar was to receive this annual fee in two instalments, 12.5 marks each, on Ascension Day and Andermas (30 November). Smolle's prebend also had a comparable capital, with the parish priest purchasing a redeemable annuity ("wedirkawff", "reemptionis") of 30 marks for 500 marks in 1500, payable in two instalments on Pentecost and Martinmas (11 November)[40]. The revenue was redirected to support the preacher after a few years. Since the rent could be redeemed, the clergyman stipulated that in such a case patrons should take care of the new revenue. The initial capital was to remain with the town council "sub fideli custodia". The interest rate on annuities in these two cases ranged from 5% (Waldau) to 6% (Smolle). In Thorn, the interest rate was 8.33%, but the interest rate on loans granted from orphans' assets was lower (5%)[41]. The capital contributed by clergy was treated similarly in these two cases.

---

[37] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 191–193.
[38] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 528–529, note 714.
[39] On the income of burgher foundations in parish churches of large Prussian towns: OLIŃSKI, Piotr – *Fundacje mieszczańskie w miastach pruskich w okresie średniowiecza i na progu czasów nowożytnych*, pp. 337–433. On the annuity market in Prussia: KARDASZ, Cezary - *Rynek kredytu pieniężnego w miastach południowego pobrzeża Bałtyku w późnym średniowieczu.* Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 2013.
[40] Toruń, State Archive in Toruń, *Kat.* I, n. 2641; *Księga długów miasta Torunia z okresu wojny trzynastoletniej.* Ed. K. Ciesielska, I. Janosz-Biskupowa, n. 160.
[41] KARDASZ, Cezary – *Rynek kredytu pieniężnego w miastach południowego pobrzeża Bałtyku w późnym średniowieczu*, pp. 224–225, 227.

The revenues of the curates from the other two foundations exhibited a more diversified structure, as we read in the foundation documents. The detailed description of rents owed to priests in Welker's foundation provides insight into the extent of this diversification (refer to Tables 2 and 3). The former priest derived his income from 18 rents, totaling about 50 marks. Meanwhile, the latter priest enjoyed a substantial income from 25 rents, amounting to about 75 marks. Both prebends were thus generously endowed[42]. However, priests were obligated to allocate funds for two anniversary commemorations (detailed below), each amounting to six marks. Additionally, they were responsible for maintaining the technical condition of the houses from which they collected rents. Failure to fulfil this duty could result in the patrons revoking their rent for a period ranging from one to three years, depending on the extent of the necessary repairs. Furthermore, priests had specific financial obligations to the town council. The former priest, receiving rents from the village of Mocker (present-day: Mokre, district Toruń)[43], was required to annually pay one mark and eight scots to the town hall. The latter priest, also associated with Mocker, had to remit three and a half marks to the councillors on November 11. This practice may reflect historical attempts to impose taxes on the clergy, occasionally taking the form of taxing rental income in Prussia[44].

While most rents were designated as perpetual ("hereditatis", "perpetuus"), some could be redeemed by debtors. The founder foresaw this possibility and stipulated that, in such cases, patrons were obligated to purchase a new rent. The encumbered properties primarily comprised plots of land and gardens in the suburbs, although houses within the walls were also included. Payment dates most frequently occurred at Easter and Michaelmas (29 September), with occasional appearances of Martinmas (11 November).

A crucial component of the compensation package was the provision of housing for the clergy. One priest was to be granted a rent-free house on Grossengasse (present-

[42] Cf. OLIŃSKI, Piotr – *Fundacje mieszczańskie w miastach pruskich w okresie średniowiecza i na progu czasów nowożytnych*, pp. 361–62.
[43] BISKUP, Marian; GRZEGORZ, Maksymilian; POREBSKA, Krystyna (eds.) – *Słownik historyczno-geograficzny ziemi chełmińskiej w średniowieczu*, pp. 80–81.
[44] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 226–233.

day: Szeroka St.)[45] formerly owned by Barbara Clementynne, as we have seen, related to the founder. Another priest was allocated Anna Fawlschnicky's house, located opposite the Franciscan monastery. This practice of providing housing for vicars was widespread in Prussian towns[46].

N.	**Amount**	**Type of rent**	**Encumbered property**	**Payer**	**Payment date**
1.	4 'small' marks	redeemable	barn/granary and garden	Ulrich Zcyrvonka	Easter, Michaelmas (in equal parts)
2.	6 'small' marks	2 hereditary marks, 4 redeemable marks	house in the New Town of Thorn	Dorre Lorentz	Easter, Michaelmas (in equal parts)
3.	16 Prussian grosch	-	house and garden in the suburbs	Caleszke	Michaelmas
4.	4 marks	3 hereditary marks, 1 redeemable mark	plot of land in Klein Mocker[47]	Peter Franczel	-
5.	3 marks	perpetual	plot 'in opporto vie Lapidee'	Johannes Lehmfarer	-
6.	7 'small' marks	3 perpetual marks, 1 redeemable mark	house in the New Town of Thorn	Nicolaus Sznyder	Easter, Michaelmas (in equal parts)

[45] MIKULSKI, Krzysztof – *Przestrzeń i społeczeństwo Torunia od końca XIV do początku XVIII wieku.* Toruń: Wydawnictwo Naukowe Uniwersytetu Mikołaja Kopernika, 1999, p. 349–351.
[46] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 464–466.
[47] BISKUP, Marian; GRZEGORZ, Maksymilian; POREBSKA, Krystyna (eds.) – *Słownik historyczno-geograficzny ziemi chełmińskiej w średniowieczu*, pp. 55, 80–81.

7.	2 marks	hereditary	house and mansion in the suburbs behind St Lawrence Church	Johannes Lutifigalus	Easter, Michaelmas (in equal parts)
8.	1 mark	hereditary	house and garden in the suburbs	Procopius	Easter
9.	3 marks	hereditary	house and garden in the suburbs	Janyke Kraryetz	Michaelmas
10.	10 scots	hereditary	land plot in the village of Mocker	Martin Keselingk	-
11.	5 firdungs	perpetual	land plot in the village of Mocker	Johannes Grake	-
12.	5 firdungs	perpetual	land plot in the village of Mocker	Bernhard Mozanczer	-
13.	15 scots	hereditary	land plot in the village of Mocker	Michael Fideler	-
14.	0.5 marks	hereditary	land plot in the village of Mocker	Peter Niger	-
15.	8 marks	-	4 lans in the village of Konradswalde (present-day: Kuczwały)[48]	-	-
16.	9 marks	-	land and property in and outside the town (claims)	Johannes de Ponte (von der Brucke) and his son Johannes de Ponte	Easter, Michaelmas (in equal parts)
17.	8 marks	-	house in the Old Town of Thorn	Andreas Jode	Easter, Michaelmas (in equal parts)

[48] BISKUP, Marian; GRZEGORZ, Maksymilian; POREBSKA, Krystyna (eds.) – *Słownik historyczno-geograficzny ziemi chełmińskiej w średniowieczu*, pp. 61–62.

18.	-	-	house in the New Town of Thorn	Former owner - Peter Rothe (Roche)	-

Table 2. Rents of the first prebend in Welker's foundation (1505)

N.	Amount	Type of rent	Encumbered property	Payer	Payment date
1.	2 marks 16 scots	-	vineyard by the mill in Trzeposz[49]	Bartholomeus Gertner	Martinmas
2.	2 marks	redeemable	house in Old Town Thorn	priest Paul Lymberg	Easter, Michaelmas (in equal parts)
3.	4 marks	redeemable	house in the New Town of Thorn	Mathias Grawpener	Easter, Michaelmas (in equal parts)
4.	8 marks	2 hereditary marks, 6 redeemable mark	house in the New Town of Thorn	Bernhard Schyndeler	Easter, Michaelmas (in equal parts)
5.	1 mark	perpetual	house in suburbs	Mathias Kale	Michaelmas
6.	2 marks	hereditary	granary and garden in the suburbs	Johannes Czeyne	Michaelmas
7.	2.5 marks	perpetual	property behind the payer's manor ('curia')	Hengewegk	Martinmas
8.	16 scots	hereditary	house and garden in the suburbs	Johann Roszynsky	Martinmas
9.	1 mark 8 scots	-	garden in the suburbs	Nicolaus Wayner	-
10.	2 marks	hereditary	meadow	Woytke Fabri	-
11.	1 mark	-	house in the suburbs	Guse the fisherman	Michaelmas
12.	1 mark	-	estate ('curia')	formerly, Nicolaus the potter	-

[49] MIKULSKI, Krzysztof – *Przestrzeń i społeczeństwo Torunia od końca XIV do początku XVIII wieku*, pp. 402–403.

13.	8 marks	-	four lans in the village of Konradswalde	-	-
14.	9 marks	-	land and property in and outside the town	Johannes de Ponte (von der Brucke)	Easter, Michaelmas (in equal parts)
15.	8 marks	-	house in Old Town Thorn	-	-
16.	2 marks	-	house in the New Town of Thorn	formerly Peter Roche	-
17.	2 marks	redeemable	house in the New Town of Thorn	Nicolaus Gobel	Easter, Michaelmas (in equal parts)
18.	1 mark	hereditary	house and garden in the suburbs	Bartosch, formerly Naye	-
19.	3 marks	hereditary	house and garden	Barbara Koszelerynne	Michaelmas
20.	2 marks	hereditary	a plot of land in the suburbs next to St Lawrence Hospital	Mathias Frisze	Easter, Michaelmas (in equal parts)
21.	3 marks	perpetual	property in the village of Mocker	Mathias Seyer	-
22.	3.5 marks	perpetual	property	Martin Maszer	-
23.	3.5 marks	perpetual	property	Labata	-
24.	1 mark	perpetual	Property	'Little' Bartusch	-
25.	1 mark	perpetual	Property	Johannes Bogk	-

Table 3. Rents of the second prebend in Welker's foundation (1505)

The revenues of the Wayner prebend were also dispersed, although all rents were based on properties in the suburban village of Mocker (Table 4.) The priest was to collect revenue from as many as 28 properties for a total of about 46 marks. Wayner also stipulated a fee to the town in the amount of 1 mark and 10 shillings. This information was included in the parish priest's personal annotation on the

foundation document. The clergyman also stipulated not to dispose of rents belonging to the prebend.

N.	Amount	Property	Payer
1.	1.5 marks	garden	Gregor Czegelky
2.	1.5 marks	garden	Andrzej Orlowskii
3.	3 marks	garden	Jan Maszgaii
4.	2.5 marks	garden	Andrzej Rusga
5.	5 firdungs	plot of land	Martin Hampusz
6.	1 mark	half a morgen	Stenczell Ruszga
7.	1 mark	half a morgen	Hans Torgen
8.	1 mark	plot of land	Paweł Matzni
9.	20 scots	plot of land	Paweł Matzni
10.	1 mark	half a morgen	Helena Santwochissyn
11.	2 marks	plot of land	Pawlick
12.	1 firdung	plot of land	Martin Hampusz
13.	2 marks	one morgen	Jan Smesni
14.	0.5 marks	plot of land	Paweł von Nijchten
15.	5 firdungs	plot of land	Mathes Sperlingk

16.	2 marks	plot of land	Valten Jaszkii
17.	4 marks	two morgens	Maciej Rathaii
18.	2 marks	one morgen	Clemens Jon
19.	0.5 marks	plot of land	Barbara Beutelin
20.	2 marks	plot of land	Steffanus Schubert
21.	7 firdungs	plot of land	Dominicus Ritter
22.	3 firdungs	plot of land	Nicolaus Frenczell
23.	3 marks	plot of land	Ursula Kalin
24.	5 firdungs	plot of land	Ursula Kalin
25.	3 marks	plot of land	Marek Krzyszian
26.	2.5 marks	one morgen	Andreas bei de Gassen
27.	2 marks	bulwark ('pomerium')	Jacob Bolcze
28.	3 firdungs	garden and meadow	Stanislaus Thorunsky

Table 4. Rents from the village of Mocker in the Wayner's foundation (1520)

The prebends established by the four clergymen from Thorn were notably well-endowed. However, the foundations of Welker and Wayner were marked by the dispersion of income among multiple contributors, placing the cleric within an extensive network of connections linking him and his debtors. This complexity could have posed challenges in collecting benefits, potentially leading to conflicts and financial issues for seemingly affluent priests.

The social context surrounding these foundations is a crucial aspect to consider. The founders held significant roles within the town's community, being important members thereof. As clergymen, they were affiliated with the local priestly fraternity, a common phenomenon in the social landscape of late medieval Prussia[50]. As mentioned earlier, Waldau obligated his vicar to oversee various forms of commemoration, including an anniversary commemoration celebrated by the Thorn fraternity in St Giles day (1 September). In 1487, the parish priest donated 100 marks to the *confratres* for this purpose[51]. Three years later, the clergyman purchased one mark of annual rent for 12 marks, earmarked for the fraternity's communal meal after the aforementioned anniversary[52]. In return, each brother was tasked with reciting *Requiescat in pace* for the benefactor's soul. Welker also arranged for an anniversary commemoration from the Thorn fraternity. The first priest of his foundation was required to contribute six 'small' marks from his own funds to the *confratres* for this purpose. The second priest, in turn, financed the anniversary commemoration of the already mentioned Barbara Clementynne with the same amount. This commemoration was also celebrated by the priestly fraternity, and Welker's connections to this confraternity are well-documented. He appeared as one of the elders of the association in 1495[53].

The social standing of priests holding funded prebends was significantly influenced by the right of patronage, wherein a candidate for a vacant benefice could be presented to the bishop. Waldau retained this right for the duration of his life. Upon his demise and that of the initial vicar he appointed, a new priest was to be jointly cared for by the then parish priest and the town councillors. The clergyman presented to the bishop had to undergo investiture from him and, within a month, transition from the role of a chaplain to that of a vicar. Smolle also opted to relinquish patronage to town councillors. According to the procedure he established, when the prebend became vacant, the parish priest was required to

[50] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 274–300.
[51] "Die Aufzeichnungen des Thorner Pfarrers Hieronymus Waldau". Ed. Otto Günther, n. 5.
[52] "Die Aufzeichnungen des Thorner Pfarrers Hieronymus Waldau". Ed. Otto Günther, n. 7.
[53] *Księga ławnicza Starego Miasta Torunia (1479-1515).* Ed. Krzysztof Kopiński; Krzysztof Mikulski; Janusz Tandecki, Fontes TNT 113. Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 2018, n. 905.

seek the authorities' appointment of a new preacher and then accept their choice. Welker similarly designated the councillors as patrons, who were responsible for presenting both vicar candidates to the bishop. Wayner, on the other hand, designated his heirs and relatives as patrons. However, in the absence of such individuals, patronage was to be assumed by the council, in collaboration with the parish priest.

It is worth noting the influence of municipal government in shaping the staff of the parish church which is aligned with the intentions of the founders. This was undoubtedly driven by the growing significance of the town council as a powerful institution with enduring continuity over time. This ensured the duration of the prebend and, consequently, the posthumous commemoration of the funders. Patrons were entrusted not only with ensuring prebend revenues but also with inspecting the curate's equipment. During the vacancy of Waldau's prebend, the councillors, in conjunction with the parish priest, were tasked with compiling an inventory of liturgical equipment in duplicate to prevent loss. Patrons of Welker's foundation were also obligated to inventory paraments. Both Welker's and Smolle's foundations explicitly stated that transferring patronage to the councillors aimed to safeguard the prebend's income and equipment. This practice was widespread in Prussian towns, with councils serving as patrons for most altars in parish churches[54]. According to the 1541 census of Thorn's prebends, out of 41 prebends, the council, as an institution, exercised or shared patronage for 19, while another 11 were under the responsibility of councillors, mayors, or their families[55]. Despite the emphasized role of the parish priest in the four foundations analysed, attributed to the clerical affiliation of the funders, the town authorities were the primary decision-makers concerning positions at the altars. This most probably had social consequences, evident in the local origins of the town's clergy.

[54] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 479–484.
[55] „Wykaz prebend kościelnych Torunia z 1541 roku". Ed. by Karol Górski and Maciej Gołembiowski, pp. 151-174; SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, p. 486. Cf. BISKUP, Marian – "*U schyłku średniowiecza i w początkach odrodzenia (1454-1548)*", pp. 202–204; RADZIMIŃSKI, Andrzej – "Die Pfarrkirche St. Johannes des Täufers und St. Johannes des Evangelisten in der Sakraltopografie der Stadt Thorn im Mittelalter", p. 66.

It is noteworthy to consider certain limitations in the selection of candidates for the foundations. Naturally, candidates were required to be properly ordained and adhere to the aforementioned priestly model. However, additional clauses were present in the foundations. Waldau specified that the curate should be the parish priest's chaplain with the longest service, who had not yet held any prebend. If he succeeded in obtaining another benefice, the prebend was to pass to his younger colleague. This approach turned the parish priest's foundation into a viable source of livelihood for priests waiting to secure a steady income from benefices, serving as a transitional phase for clergy. Waldau's approach suggests that he responded to the challenges faced by the lesser clergy in achieving financial stability. A characteristic clause in the Welker and Wayner foundations was the priority given to members of the funders' family in taking up prebends, contingent on their fitness ('idoneitas') for ministry. This clause, common in similar ventures[56], was another factor influencing the social composition of the lesser clergy. In the case of priestly foundations, this overlapped with the documented role of the uncle-priest in guiding his nephew's choice of a career in church[57]. Some clerics funded prebends with specific relatives in mind[58]. In this context, the foundation not only had a religious and commemorative purpose but also a familial one, providing support for young candidates for ordination at the threshold of their careers.

In the social context, the analysed foundations also relate, in part, to the town's ethnic structure. Thorn at the time was inhabited by a German-speaking population, but there was also a growing Polish-speaking community in the town[59]. This is evident, for example, in the distinctly Polish names and nicknames of the residents of Mocker listed in Wayner's foundation (see Table 4). This involved the activities of Polish chaplains, as noted by Waldau and Wayner. The parish priests acknowledged that their prebends could be covered by representatives of both nations ("her sey

[56] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 73–76.
[57] Cf. BARROW, J. – *The Clergy in the Medieval World: Secular Clerics, Their Families and Careers in North-Western Europe, c. 800 – c. 1200*, Cambridge: Cambridge University Press, 2015, pp. 117–135.
[58] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 69–70.
[59] MIKULSKI, Krzysztof – "Struktura etniczna mieszkańców i status społeczny ludności pochodzenia polskiego w Toruniu od końca XIV do połowy XVII wieku". *Roczniki Historyczne* 63 (1997), pp. 111–129.

Deutcz ader Polnisch", "sive Alamano sive Polono"). Indirectly, Smolle's foundation for preachers can also be placed in this context, as an essential element of effective pastoral ministry was the use of the language of the congregation, which was reflected in the functioning of many preachers described as Polish in Prussian towns, including Thorn[60].

The four Thorn priests also took additional actions to ensure their salvation, sometimes directly related to the prebends analysed. Smolle and Welker supplemented their foundations with bestowals of liturgical equipment. Smolle donated to the altar a silver-gilded chalice bearing the founder's personal data[61], a missal, two silver altar cruets gilded on both sides, a silver pax, seven chasubles, and other lesser equipment. Welker, on the other hand, donated at least two silver altar cruets for each prebend, bearing his initials or symbol[62]. These priests were thus part of a practice often observed in foundation activities, including those of the clergy[63].

The other two clerics, on the other hand, engaged in extensive and diverse foundation activities, extending beyond their own town. Waldau consolidated his efforts in a foundation in 1495[64]. According to the priest's will of 1483, he donated 50 marks to the town council for the construction works in the parish church[65]. This contribution entailed the chanting of the *Ave verum Corpus Domini nostri Jhesu Christi* antiphon at each high mass and the observance of an anniversary commemoration for the priest's soul during Advent. Another noteworthy aspect

[60] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 380–82; SUMOWSKI, Marcin – "The Priest in the Multilingual Church. Language as an Aspect of the Functioning of the Lower Clergy in Late Medieval Prussia". *Acta Historica Universitatis Klaipedensis* 41 (2020), pp. 53–71.
[61] SEMRAU, Arthur – "Ein Beitrag zur Geschichte der Goldschmiedekunst in Thorn". *Mitteilungen des Coppernicus-Vereins für Wissenschaft u. Kunst zu Thorn* 16.4 (1908), p. 79.
[62] SEMRAU, Arthur – "Ein Beitrag zur Geschichte der Goldschmiedekunst in Thorn", p. 75, 80-81.
[63] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 450–51.
[64] Cf. SUMOWSKI, Marcin – "*Ego Jeronimus Waldaw…* O tożsamości późnośredniowiecznego plebana toruńskiego", pp. 70–71.
[65] The will was recorded in the church's rent book: Toruń, State Archive in Toruń, *Kościół św. Jana*, ref. 8, fol. 90v; *Średniowieczne rachunki kościołów toruńskich.* Ed. Piotr Oliński; Alicja Sumowska; Marcin Sumowski, pp. 127–28 [forthcoming]. There is a mention it was placed in the book of the town council. The parish priest transcribed its contents into his personal notes: "Die Aufzeichnungen des Thorner Pfarrers Hieronymus Waldau". Ed. Otto Günther, n. 2.

concerning commemoration is the transfer of three marks of rent to the preacher of the parish church in 1486. In exchange, Waldau expected his name to be read from the parish's book of the dead ("libellum mortuorum", "toden buch") and a prayer for his soul on every feast day[66]. As mentioned earlier, he also worked towards a commemoration by the priestly fraternity. Additionally, in 1488, he made similar efforts with the merchant fraternity[67]. Five years later, he secured an anniversary commemoration from the Ermland chapter, to which he belonged, held around the time of the commemoration of Mark the Evangelist (April 25)[68]. Although the parish priest is recorded in the anniversary commemoration book of this canonical corporation, he was eventually commemorated on 22 June[69]. This coincides with the presumed date of the clergyman's death, as he last appears in the sources on 22 June 1495[70].

Various activities of similar nature were also undertaken by Wayner. After the Thorn foundation, in December 1520, the priest established a similar prebend at Kulmsee Cathedral[71]. In 1521, along with Gedula Esken, he received permission from the Holy See to organize a Thursday procession in Thorn[72]. The first such ceremony was successfully held later that year[73]. Around the turn of the 16th century, clergymen from Danzig (present-day: Gdańsk) and the priestly fraternity from Thorn were involved in similar activities in Rome[74].

To complete the picture, it is essential to note the process of establishing the foundation itself. Such an undertaking primarily involved providing the prebends

[66] "Die Aufzeichnungen des Thorner Pfarrers Hieronymus Waldau". Ed. Otto Günther, n. 3.
[67] "Die Aufzeichnungen des Thorner Pfarrers Hieronymus Waldau". Ed. Otto Günther, n. 6.
[68] "Die Aufzeichnungen des Thorner Pfarrers Hieronymus Waldau". Ed. Otto Günther, n. 8.
[69] *Die ermländischen Anniversarienbücher*. Ed. Carl Peter Woelky. In WOELKY, Carl Peter; SAAGE, Johann Martin (eds.) – *Scriptores Rerum Warmiensium*, vol. 1, Monumenta Historiae Warmiensis oder Quellensammlung zur Geschichte Ermlands, 3. Braunsberg: Verlag von Eduard Peter, 1866, p. 248.
[70] *Księga długów miasta Torunia z okresu wojny trzynastoletniej.* Ed. K. Ciesielska, I. Janosz-Biskupowa, n. 157.
[71] WOELKY, Carl Peter (ed.) – *Urkundenbuch des Bisthums Culm*, vol. 2. Danzig: Commissionsverlag von Theodor Bertling, 1887, n. 817.
[72] Toruń, State Archive in Toruń, *Kat.* I, n. 2934.
[73] Toruń, State Archive in Toruń, *Kat.* I, n. 2981.
[74] Pelplin, Diocesan Archive in Pelplin, *Diplomata et epistolae*, Varia, n. 14; *Repertorium Poenitentiariae Germanicum.* Ed. Ludwig Schmugge et al., vol. 7. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2008, n. 1527; *Repertorium Poenitentiariae Germanicum.* Ed. Ludwig Schmugge et al., vol. 8. Berlin/Boston: De Gruyter, 2012, n. 2268, 2784; *Repertorium Poenitentiariae Germanicum.* Ed. Ludwig Schmugge et al., vol. 10. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016, n. 653.

with a suitable material basis. This was reflected in the foundation documents, as descriptions of funding were more voluminous than other arrangements. The financial fundamentals have been discussed above. It should only be added that the funders could use the rents they themselves had previously enjoyed for this purpose. This practice was employed not only by Smolle, but also by Welker. According to the foundation document, Welker acquired the rents that comprised the income of the two prebends between 1490 and 1504. It primarily referred to specific records in the books that haven't survived to the present day. However, at that time, Welker appeared in the town book as making such purchases[75]. Surely, the rents originally represented his own income, which he later decided to use for his foundation. This practice was not uncommon among Prussian clergy. Some priests endowed prebends with their own income and became the first curates of the altars they funded[76].

Another avenue was to purchase rents with the foundation in mind, a process that came with potential difficulties in accumulating profits of sufficient value. Finding payers who were willing to pay obligations in small amounts could be easier, but this resulted in the aforementioned dispersion of income[77]. For the funder, this required more effort to find borrowers. For those with significant capital, a town council could be a favourable choice, as it ensured regular payments in an appropriate amount. Waldau and Smolle opted for this route, each investing as much as 500 marks. In contrast, Wayner purchased rents for the prebend from mayor Johann Liszeman[78]. As a side note, it should be mentioned that Wayner compiled a rent book for the funded prebend, though unfortunately, it has not survived to the present day. It is also worth adding, that according to research of Cezary Kardasz, the share of clergy and church institutions in annuity market in Thorn was small

[75] *Księga ławnicza Starego Miasta Torunia (1479-1515).* Ed. Krzysztof Kopiński; Krzysztof Mikulski; Janusz Tandecki. Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, n. 641, 1035, 1707.
[76] SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich*, pp. 442–46.
[77] See KARDASZ, Cezary – *Rynek kredytu pieniężnego w miastach południowego pobrzeża Bałtyku w późnym średniowieczu*, p. 173. Cf. WÓŁKIEWICZ, Ewa – "The ecclesiastical proletariat? The income of the lesser clergy in the late Middle Ages examplified with the accounting book of St. Martin's altar in Nysa". *Kwartalnik Historii Kultury Materialnej* 67.1 (2019), pp. 3–16.
[78] MIKULSKI, Krzysztof – *Urzędnicy miejscy Torunia. Spisy*, vol. 2: 1454-1650. Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 2001, p. 200.

(from approx. 2% in the Old Town to approx. 11% in the New Town)[79]. In this context the four priests analysed (especially Welker) were quite active on this market.

The second stage involved providing the foundation with a legal basis, including the issuance of documents and their authentication. Notably, Waldau's foundation was recorded in the town book under the date of 22 June 1495, likely due to the town council's role as the rent payer and patron. Other foundations are preserved in document form, with Smolle's document issued on 7 August 1505, by the Bishop of Kulm, Nicolaus Crapitz (Polish - Chrapicki). However, it should be noted that it carries a notation confirming the next bishop, Johann von Konopat (Polish - Konopacki), who assumed office in 1509[80]. It is possible that the foundation did not commence its operations until then, indicating potential organizational difficulties or the establishment of the prebend only after the funder's death. Of course, it can also be assumed that the purpose of the signature was merely for authentication. Smolle personally signed the document, stating, among other things, that an identical diploma was in the possession of the town council. In the case of Welker's foundation, two documents have survived. The first is a notarial instrument issued on 14 February 1505, and the second is a bishop's endorsement of this act dated 16 October 1506. Interestingly, both diplomas were drawn up by the same notary, who, in addition, was bishop Crapitz himself. The time span seems to indicate the duration of the foundation process. Wayner's foundation is documented by a diploma issued by bishop Konopat on 19 June 1520.

Lastly, let us examine the issue of foundation sustainability, a crucial aspect from the founders' perspective. Their actions clearly assumed the perpetuity of the benefices ("perpetuum ministerium"). The 1541 inventory of Thorn prebends shows those founded by the four priests at the turn of the century. The list also allows

[79] KARDASZ, Cezary – *Rynek kredytu pieniężnego w miastach południowego pobrzeża Bałtyku w późnym średniowieczu*, pp. 159–160, 171–173.
[80] About these bishops: KARP, Hans-Jürgen – "Konopat, Johannes von (Jan Konopacki)". In GATZ, Erwin, BRODKORB, Clemens (ed.) – *Die Bischöfe des Heiligen Römischen Reiches 1448 bis 1648. Ein biographisches Lexikon*, Berlin: Duncker & Humbolt, 1996, pp. 378–379; KARP, Hans-Jürgen – "Krapitz (Crapitz), Nikolaus". In GATZ, Erwin, BRODKORB, Clemens (ed.) – *Die Bischöfe des Heiligen Römischen Reiches 1448 bis 1648. Ein biographisches Lexikon*, Berlin: Duncker & Humbolt, 1996, pp. 381–382.

comparison of their organizational and material bases with the original assumptions. In the case of Waldau's foundation, the operation of the prebend remained unchanged, with patrons being the councillors and the parish priest of the time, and the income being 25 marks a year[81]. The same was true for Smolle's foundation, still designated for preachers with an income of 30 marks[82]. However, some changes are observed in the functioning of Welker's prebends. The town council held patronage of both, but there were differences in revenue. Although the rents of the first prebend coincide, some changes can be seen. Greater differences are evident in the case of the second prebend, likely related to the aforementioned dispersion of income and changes in its sources. Let us now consider two examples. According to the foundation document, the priest of the first prebend was to receive seven 'small' marks from Nicolaus Sznyder, four of which the debtor could redeem. Probably this was the case, as in 1541, he was already obliged to pay only three marks. In the case of rent from the village of Konradswalde, which was later (in 1524) changed to Schonenfeld (present-day: Kijewo Królewskie)[83] with the consent of the councillors of Thorn and bishop Konopat. Rent amounts also underwent some changes. The first priest was to receive about 60 marks a year, while the second was to receive about 50 marks[84].

Wayner's foundation was also in operation at the time, with burghers serving as patrons. This likely aligned with the founder's intention to transfer the right of patronage to his heirs, possibly family members. While the number of rents was somewhat smaller, they yielded a similar amount of over 45 marks per year[85]. The permanence of the income of this prebend is attested by the 1583 inventory of rents

[81] "Wykaz prebend kościelnych Torunia z 1541 roku". Ed. Karol Górski and Maciej Gołembiowski, p. 152.
[82] "Wykaz prebend kościelnych Torunia z 1541 roku". Ed. Karol Górski and Maciej Gołembiowski, p. 169.
[83] *Urkundenbuch des Bisthums Culm*, vol. 2. Ed. Carl Peter Woelky, n. 827. See BISKUP, Marian; GRZEGORZ, Maksymilian; POREBSKA, Krystyna (eds.) – *Słownik historyczno-geograficzny ziemi chełmińskiej w średniowieczu*, Wrocław: Ossolineum, 1971, p. 54.
[84] "Wykaz prebend kościelnych Torunia z 1541 roku". Ed. by Karol Górski and Maciej Gołembiowski, pp. 160-162; OLIŃSKI, Piotr – *Fundacje mieszczańskie w miastach pruskich w okresie średniowiecza i na progu czasów nowożytnych*, pp. 361–62.
[85] "Wykaz prebend kościelnych Torunia z 1541 roku". Ed. Karol Górski; Maciej Gołembiowski, pp. 168-169; OLIŃSKI, Piotr – *Fundacje mieszczańskie w miastach pruskich w okresie średniowiecza i na progu czasów nowożytnych*, pp. 358–59.

of *Reginae* altar, where some payer names or nicknames coincide with the original foundation document, indicating a lasting commitment within the family[86].

The stability of these foundations is indirectly evidenced by a 1596 inventory of church equipment. It lists the equipment of the altar of the Blessed Virgin Mary, overlapping with Smolle's foundation[87]. The inventory also includes the equipment for the altar of St. Wolfgang with altar cruets bearing Welker's initials and his symbol[88]. The *Reginae* altar and its equipment were also documented in the inventory[89]. To trace the future fate of these prebends, further research with modern materials is necessary.

The analysed foundations encapsulate the phenomenon of commemorating the dead in late medieval Prussian towns. They reflect the commemorative endeavours of town residents, along with their socio-cultural and financial context. A micro-historical examination of these manifestations of commemoration sheds light on the broader picture of this phenomenon. In the late 15th and early 16th centuries, Prussian burghers actively sought posthumous prayers for their souls. The scale of the phenomenon was certainly smaller than in Western Europe, but the relatively young and peripheral Christian society in Prussia seems align with the European model. However, comparative studies are needed to validate this hypothesis. To conclude, it is therefore necessary to call for cooperation among historians in this field from different parts of Europe[90]. Initial discussions reveal some surprising similarities in commemoration models – even in spatially and culturally distant regions of the continent.

The four Thorn priests embodied model clergymen of their time. They can be considered typical representatives of the bourgeois religious culture of the late medieval era, which is reflected in their foundations. In their pursuit of posthumous

[86] Toruń, State Atchive in Toruń, *Kat.* I, n. 834a.
[87] SEMRAU, Arthur – "Ein Beitrag zur Geschichte der Goldschmiedekunst in Thorn", p. 79, 83.
[88] SEMRAU, Arthur – "Ein Beitrag zur Geschichte der Goldschmiedekunst in Thorn", p. 75, 80-81, 82.
[89] SEMRAU, Arthur – "Ein Beitrag zur Geschichte der Goldschmiedekunst in Thorn", p. 78, 83.
[90] Cf. recently published works on commemoration in other "peripheral" areas of the continent: CAMPOS, Maria Amélia – "Death Commemoration Strategies in Medieval Portugal: A Mirror of Lay Participation in Religious Parochial Life (The Case of Coimbra)". *Religions* 14 (2023); STRENGA, Gustavs – *Remembering the Dead Collective Memory and Commemoration in Late Medieval Livonia*.

commemoration, these clerics were no different from their secular neighbours. Through foundation procedures, members of the clergy not only became the subjects responsible for commemoration, but also objects of commemoration.

As the executors of commemorative services, they were responsible for the remembrance of the deceased. As the ones being commemorated, they became the objects of remembrance. This first aspect distinguished them from laymen and emphasized their role as "memory professionals". The demand for commemorative services even shaped the social expectations placed on lesser clergy. In the second aspect, the clergymen, in their role as the ones being commemorated, functioned similarly to the laity. They were among the members of the brotherhoods who were subject to commemoration, they belonged to the funder's family or were funders themselves. The former aspect was an expression of their theoretical social distinctiveness, while the latter – of their practical affiliation with the bourgeoisie. This duality reflects the social position of the clergy in the towns of the late Middle Ages. They were defined by their socio-cultural role, but fundamentally remained part of the bourgeoisie.

Translated by Tomasz Leszczuk

Bibliographical references

Sources

Manuscript sources

Pelpin, Diocesan Archive in Pelplin, *Diplomata et epistolae*, Varia, n. 14, 17

Toruń, State Archive in Toruń, Kat. I, n. 626/1/2, 626/1/3, 834a, 991, 2633, 2641, 2679, 2855a, 2928, 2934, 2981, 2985/5

Toruń, State Archive in Toruń, *Kościół św. Jana*, ref. 1, 8

Printed sources

"Die Aufzeichnungen des Thorner Pfarrers Hieronymus Waldau". Ed. Otto Günther. *Zeitschrift des Westpreussischen Geschichtsvereins* 49 (1907).

“Die ermländischen Anniversarienbücher”. Ed. Carl Peter Woelky. In WOELKY, Carl Peter; SAAGE, Johann Martin (eds.) - *Scriptores Rerum Warmiensium*, vol. 1. Braunsberg: Verlag von Eduard Peter, 1866.

Księga długów miasta Torunia z okresu wojny trzynastoletniej. Ed. K. Ciesielska, I. Janosz-Biskupowa, Fontes TNT, 55. Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 1969.

Księga ławnicza Starego Miasta Torunia (1479-1515). Ed. Krzysztof Kopiński, Krzysztof Mikulski and Janusz Tandecki, Fontes TNT 113. Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 2018.

Repertorium Poenitentiariae Germanicum. Ed. Ludwig Schmugge et al., vol. 7. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2008.

Repertorium Poenitentiariae Germanicum. Ed. Ludwig Schmugge et al., vol. 8. Berlin/Boston: De Gruyter, 2012.

Repertorium Poenitentiariae Germanicum. Ed. Ludwig Schmugge et al., vol. 10. Berlin/Boston: De Gruyter, 2016.

Średniowieczne rachunki kościołów toruńskich. Ed. Alicja Sumowska; Marcin Sumowski; Piotr Oliński, Fontes TNT, 121. Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 2023 [forthcoming].

Urkundenbuch des Bisthums Culm, vol. 2. Ed. Carl Peter Woelky, Neues preussisches Urkundenbuch: Westpreussischer Teil, 2. Danzig: Commissionsverlag von Theodor Bertling, 1887.

“Wykaz prebend kościelnych Torunia z 1541 roku”. Ed. Karol Górski and Maciej Gołembiowski, *Zapiski Historyczne* 42.4 (1977).

Studies

BARROW, J. – *The Clergy in the Medieval World: Secular Clerics, Their Families and Careers in North-Western Europe, c. 800 – c. 1200*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BISKUP, Marian; GRZEGORZ, Maksymilian; POREBSKA, Krystyna (eds.) – *Słownik historyczno-geograficzny ziemi chełmińskiej w średniowieczu.* Wrocław: Ossolineum, 1971.

BISKUP, Marian – *U schyłku średniowiecza i w początkach odrodzenia (1454-1548). Historia Torunia*, vol. II/1. Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 1992.

BISKUP, Marian (eds.) – *Bazylika katedralna świętych Janów w Toruniu.* Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 2003.

BORAWSKA, Teresa – "Waldau Hieronim". In GUZOWSKI, Jan – *Słownik biograficzny kapituły warmińskiej.* Olsztyn: Hosianum, 1996.

BÜNZ, Enno – "Klerus und Bürger. Die Bedeutung der Kirche für Identität deutscher Städte im Spätmittelalter". In CHITTOLINI, Giorgio; JOHANEK, Peter (eds.) – *Aspetti e componenti dell'identità urbana in Italia e in Germania (secoli XIV-XVI)/Aspekte und Komponenten der städtischen Identität in Italien und Deutschland (14.-16. Jahrhundert).* Bologna/Berlin: Società editrice il Mulino/Duncker & Humblot, 2003.

CAMPOS, Maria Amélia – "Death Commemoration Strategies in Medieval Portugal: A Mirror of Lay Participation in Religious Parochial Life (The Case of Coimbra)". *Religions* 14 (2023).

GRABOWSKA-LYSENKO, Alicja – "Materialne świadectwa kultu św. Wolfganga u schyłku średniowiecza w Prusach jako element religijnego dziedzictwa regionu". In RACZKOWSKI, Juliusz; JAKUBEK-RACZKOWSKA, Monika – *Stare i nowe dziedzictwo Torunia, Bydgoszczy i region*, vol. 2. Toruń: Towarzystwo Naukowe Organizacji i Kierownictwa "Dom Organizatora", 2020.

KARDASZ, Cezary – *Rynek kredytu pieniężnego w miastach południowego pobrzeża Bałtyku w późnym średniowieczu (Greifswald, Gdańsk, Elbląg, Toruń, Rewel).* Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 2013.

KARP, Hans-Jürgen – "Konopat, Johannes von (Jan Konopacki)". In GATZ, Erwin, BRODKORB, Clemens (ed.) – *Die Bischöfe des Heiligen Römischen Reiches 1448 bis 1648. Ein biographisches Lexikon*, Berlin: Duncker & Humbolt, 1996.

KARP, Hans-Jürgen – "Krapitz (Crapitz), Nikolaus". In GATZ, Erwin, BRODKORB, Clemens (ed.) – *Die Bischöfe des Heiligen Römischen Reiches 1448 bis 1648. Ein biographisches Lexikon*, Berlin: Duncker & Humbolt, 1996.

KLUCZWAJD, Katarzyna (ed.) – *Kościół Świętojański w Toruniu - nowe rozpoznanie.* Toruń: Stowarzyszenie Historyków Sztuki, 2015.

KLUCZWAJD, Katarzyna; WOŹNIAK, Michał (eds.) – *Dzieje i skarby kościoła świętojańskiego w Toruniu.* Toruń: Towarzystwo Naukowe Organizacji i Kierownictwa "Dom Organizatora", 2002.

KRAJNIAK, Radosław – *Duchowieństwo kapituły katedralnej w Chełmży do 1466 roku. Studium prozopograficzne.* Toruń: Europejskie Centrum Edukacyjne, 2013.

KRAJNIAK, Radosław – "Die Prälaten und Kanoniker des ermländischen Domkapitels bis 1466". *Zeitschrift für die Geschichte und Altertumskunde Ermlands* 64 (2020).

MIKULSKI, Krzysztof – "Struktura etniczna mieszkańców i status społeczny ludności pochodzenia polskiego w Toruniu od końca XIV do połowy XVII wieku". *Roczniki Historyczne* 63 (1997).

MIKULSKI, Krzysztof – *Przestrzeń i społeczeństwo Torunia od końca XIV do początku XVIII wieku.* Toruń: Wydawnictwo Naukowe Uniwersytetu Mikołaja Kopernika, 1999.

MIKULSKI, Krzysztof – *Urzędnicy miejscy Torunia. Spisy*, vol. 2: 1454-1650. Toruń: Towarzystwo Naukowe w Toruniu, 2001.

OLIŃSKI, Piotr – "Schmolle Jan". In MIKULSKI, Krzysztof (ed.) – *Toruński Słownik Biograficzny*, vol. 1. Toruń: Towarzystwo Miłośników Torunia/Uniwersytet Mikołaja Kopernika, 1998.

OLIŃSKI, Piotr – *Fundacje mieszczańskie w miastach pruskich w okresie średniowiecza i na progu czasów nowożytnych.* Toruń: Wydawnictwo Naukowe Uniwersytetu Mikołaja Kopernika, 2008.

OLIŃSKI, Piotr – "Światło w brackich i prywatnych fundacjach religijnych w kościołach parafialnych wielkich miast pruskich w XIV-XV wieku". *Kwartalnik Historii Kultury Materialnej* 3-4 (2008).

RADZIMIŃSKI, Andrzej – "Rachunki plebana kościoła parafialnego Świętych Janów w Starym Mieście Toruniu z lat 1445–1446". *Roczniki Historyczne* 69 (2003), pp. 172–187.

RADZIMIŃSKI, Andrzej – "The Church in Royal and Teutonic Prussia after the Second Peace of Toruń: The Time of Continuation and Change". *Zapiski Historyczne* 81.4 (2016), pp. 69–81.

RADZIMIŃSKI, Andrzej – "Die Pfarrkirche St. Johannes des Täufers und St. Johannes des Evangelisten in der Sakraltopografie der Stadt Thorn im Mittelalter". *Biuletyn Polskiej Misji Historycznej / Bulletin der Polnischen Historischen Mission* 12 (2017), pp. 51–73.

ROZYNKOWSKI, Waldemar – "Waldau Hieronim". In MIKULSKI, Krzysztof (ed.) – *Toruński Słownik Biograficzny*, vol. 3. Toruń: Towarzystwo Miłośników Torunia/Uniwersytet Mikołaja Kopernika, 2002.

ROZYNKOWSKI, Waldemar – *Studia nad liturgią w zakonie krzyżackim w Prusach. Z badań nad religijnością w późnym średniowieczu*, Ecclesia Clerusque Temporibus Medii Aevi, 2. Toruń: Wydawnictwo Naukowe Uniwersytetu Mikołaja Kopernika, 2012.

SARNOWSKY, Jürgen – "Die wirtschaftliche Lage der Pfarreien im Deutschordensland Preussen. Das Beispiel der Vikare zu Mühlhausen". In JENKS, Stuart; LAUDAGE, M. L.; SARNOWSKY, Jürgen (eds.) – "*Vera lex historiae". Studien zu mittelalterlichen Quellen. Festschrift für Dietrich Kurze zum 65. Geburtstag am 1. Januar 1993.* Köln: Böhlau, 1993, pp. 373–420.

SEMRAU, Arthur – "Ein Beitrag zur Geschichte der Goldschmiedekunst in Thorn". *Mitteilungen des Coppernicus-Vereins für Wissenschaft u. Kunst zu Thorn* 16.4 (1908), pp. 73–84.

STACHOWIAK, Remigiusz – *Spätmittelalterliche Kirchenkarrieren preußischer Kleriker. Soziale Räume und Netzwerke zwischen Zentrum und Peripherie*, *Einzelschriften der Historischen Kommission für ost- und westpreußische Landesforschung,* 32. Osnabrück: fibre Verlag, 2023.

STRENGA, Gustavs – *Remembering the Dead Collective Memory and Commemoration in Late Medieval Livonia*. Turnhout: Brepols Publishers, 2023.

SUMOWSKA, Alicja; SUMOWSKI, Marcin – "Średniowieczne rachunki kościoła Świętojańskiego w Toruniu. Uwagi źródłoznawcze". *Studia Źródłoznawcze. Commentationes* 58 (2020), pp. 231–251.

SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni diecezjalni w średniowiecznym Toruniu. Studium prozopograficzne.* Toruń: Wydawnictwo Adam Marszałek, 2012.

SUMOWSKI, Marcin – "*Ego Jeronimus Waldaw...* O tożsamości późnośredniowiecznego plebana toruńskiego". *Zapiski Historyczne* 79.1 (2014), pp. 63–81.

SUMOWSKI, Marcin – "Wayner Raphael". In MIKULSKI, Krzysztof (ed.) – *Toruński Słownik Biograficzny*, vol. 7. Toruń: Towarzystwo Miłośników Torunia/Uniwersytet Mikołaja Kopernika, 2014.

SUMOWSKI, Marcin – "*Pastor et oves*. Parish Priest in Late-Medieval Prussian Town". *Quaestiones Medii Aevi Novae* 23 (2018), pp. 343–377.

SUMOWSKI, Marcin – "The Priest in the Multilingual Church. Language as an Aspect of the Functioning of the Lower Clergy in Late Medieval Prussia". *Acta Historica Universitatis Klaipedensis* 41 (2020), pp. 53–71.

SUMOWSKI, Marcin – "*Sie das nit thun, das heissen aber lernnen.* Wizerunek niższego duchowieństwa w późnośredniowiecznym Gdańsku". In SARNOWSKY, Jürgen; DŁUGOKĘKI, Wieslaw (eds.) – *Danzig in der frühen Neuzeit. Kultur, Religion, Politik, Gesellschaft und internationale Beziehungen.* Gdańsk: Wydawnictwo Uniwersytetu Gdańskiego, 2021.

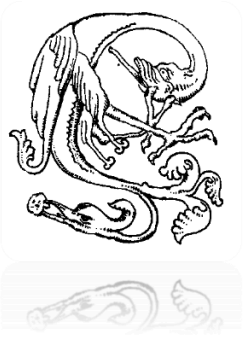
SUMOWSKI, Marcin – *Duchowni i mieszczanie. Kler niższy w społeczeństwie późnośredniowiecznych miast pruskich.* Ecclesia Clerusque Temporibus Medii Aevi, 8. Toruń: Wydawnictwo Naukowe Uniwersytetu Mikołaja Kopernika, 2022.

SUMOWSKI, Marcin – "Self-Knowledge of the Lesser Clergy in the Context of Clerical Norms (Prussia, Fourteenth-Sixteenth Centuries)" [forthcoming].

WÓŁKIEWICZ EWA – "The ecclesiastical proletariat? The income of the lesser clergy in the late Middle Ages examplified with the accounting book of St. Martin's altar in Nysa". *Kwartalnik Historii Kultury Materialnej* 67.1 (2019), pp. 3–16.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SUMOWSKI, Marcin – "Clergyman as a Subject and Object of Death Commemoration in Late Medieval Prussian Town. Case Studies from Thorn (Toruń) at the Turn of the 15th and 16th Century". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 167-201. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

Les paroissiens de Saint-Pierre du Queyroix de Limoges et la communauté des prêtres : des liens jusque dans la mort au XIVe siècle

The parishioners of Saint-Pierre du Queyroix in Limoges and the community of priests: links even in death in the 14th century

Anne Massoni

Université de Limoges, Laboratoire Criham. Centre de recherches interdisciplinaires en histoire, histoire de l'art et musicologie
F-86073 Poitiers, France

anne.massoni@unilim.fr
https://orcid.org/0000-0002-1690-9804

Data recepção do artigo / Received for publication: 28 de Fevereiro de 2024
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 17 de Setembro de 2024

RÉSUMÉ

L'église Saint-Pierre du Queyroix de Limoges abrite depuis au moins le Moyen Âge central la plus grande et la plus respectable paroisse de la ville. Située à deux pas de l'abbaye Saint-Martial, au sein du quartier appelé le Château – distinct de la Cité -, elle accueille la vie religieuse et sacramentelle des familles environnantes, parmi lesquelles se distinguent des bourgeois, riches et influents. Il est donc parfaitement naturel qu'ils aient recours au clergé de cette paroisse pour assurer la prise en charge de leur mémoire après leur mort. Or, la paroisse est également le siège d'une communauté de prêtres, sorte de proto-chapitre, très bien structuré aux XIVe et XVe siècles qui fut la bénéficiaire de dons pour le salut de l'âme de la part des membres de ces familles. Les archives conservées aux Archives départementales de la Haute-Vienne en série G permettent ainsi d'analyser les relations tissées entre laïcs et clercs à cette époque et de mettre en lumière plusieurs figures de paroissiennes.

Mots clefs: Moyen Âge; Paroisse; Communauté de prêtres; Confréries; Obits; Fête-Dieu

ABSTRACT

The church of Saint-Pierre du Queyroix in Limoges has been home to the city's largest and most respectable parish since at least the Middle Ages. Situated a stone's throw from the Abbey of Saint-Martial, in the district known as *le Château* – as distinct from *la Cité* – it was the centre of the religious and sacramental life of the surrounding families, including a wealthy and influential bourgeoisie. It was therefore natural for these families to turn to the clergy of this parish to take care of their memory after their demise. The parish was also home to a community of priests, a sort of proto chapter, which was already very well structured in the fourteenth and fifteenth centuries and who received donations for the salvation of souls from members of these families. The collections held by the *Archives départementales de la Haute-Vienne* (G series) allow an analysis of the relationships forged between laymen and clerics at this time and a special focus on several parishioners.

Keywords: Middle Ages; Parish; Brotherhoods; Obits; *Corpus Christi*

Au XIVe siècle, Limoges est une ville très dynamique du point de vue économique[1]. Ancienne ville romaine de grande ampleur, elle a la particularité d'être une localité double avec deux pôles, chacun ceinturé de remparts depuis le début de l'époque médiévale. Le moins étendu est celui qui s'organise dans la Cité autour de la cathédrale Saint-Étienne et le plus grand est le Château, à partir de l'abbaye de Saint-Martial, ancienne collégiale devenue monastère bénédictin à partir de 848. À la fin du Moyen Âge, l'équipement religieux de Limoges est dense : outre la cathédrale et l'abbaye, on y compte trois autres monastères bénédictins (La Règle, Saint-Martin et Saint-Augustin), un hôpital devenu ensuite prieuré de chanoines réguliers (Saint-Gérald), quatre couvents mendiants (mineurs, prêcheurs, carmes et augustins) mais aussi onze autres églises dont les deux du Château, Saint-Pierre du Queyroix et Saint-Michel des Lions[2]. Cependant, la ville n'abrite pas de collégiale urbaine d'importance : il n'y a qu'une petite église canoniale, Saint-André, devenue régulière au XIIe siècle, non loin de la cathédrale. Queyroix signifie carrefour en occitan car l'église Saint-Pierre est placée entre deux enceintes, celle du XIe siècle qui enserre l'abbaye et celle du XIIIe siècle, sur l'axe principal du Château, ancien *decumanus* romain. Elle constitue le centre

[1] L'histoire de la ville de Limoges au Moyen Âge est en profond renouvellement ces dernières années, notamment grâce à des travaux universitaires au premier rang desquels il faut citer SCHNEIDER, Thomas – *Fortune, pouvoir, spiritualité : profils de familles patriciennes du Château de Limoges, 1450-1560.* Limoges: Université de Limoges, 2016, p. 229. Mémoire de Maîtrise. L'auteur écrit actuellement une thèse de doctorat sur *Une ville et son élite dans l'Aquitaine médiévale : le Château de Limoges et sa* bona gens*, de l'émergence à la soumission politique, 1088-1276*. Qu'il soit vivement remercié pour la relecture attentive qu'il a faite de ce texte et les ajouts qu'il y a portés. En attendant la publication de ces travaux, on doit renvoyer aux synthèses classiques, sur la situation du Château : BARRIÈRE, Bernadette – "La primauté du château dans l'affirmation des communautés urbaines (XIIIe siècle)". In PÉROUAS, Louis (dir.) – *Histoire de Limoges.* Toulouse: Privat, 1989 (Univers de la France), pp. 83-103 ; sur les testaments des bourgeois, GUIBERT, Louis – *La famille limousine d'autrefois d'après les testaments et la coutume.* Limoges: Vve Ducourtieux/Leblanc, 1883; LOUIS, Sara – *La spiritualité des laïcs dans le diocèse de Limoges, principalement d'après leurs testaments, 1220-1520.* Poitiers: Université de Poitiers, 1979. Thèse de 3e cycle.

[2] Parmi les testaments les plus exhaustifs sur les institutions religieuses de la ville, on peut citer celui de Guillaume de Marcilhac, chanoine de la collégiale du Dorat dans le diocèse de Limoges, qui teste en juin 1394 en faveur des prêtres de Saint-Pierre qu'il fait ses héritiers universels, et comprend dans ses légataires l'évêque de Limoges, l'"édifice" (la fabrique) de la cathédrale, les hôpitaux de Saint-Martial et de Saint-Gérald, les quatre couvents mendiants de la ville, deux confréries et son chapitre du Dorat, Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 10.

d'une paroisse qui est, de loin, la plus importante de la ville par son emprise territoriale[3] et par le dynamisme économique de son quartier, alors que la Cité est plutôt la ville des clercs. L'église est desservie par un curé mais aussi par une communauté de prêtres séculiers, présentée plus longuement dans le développement. Celle-ci a laissé un fonds d'archives très riche, dont un corpus de plus d'une centaine de testaments pour la période médiévale[4], auquel il faut ajouter de nombreux actes de gestion du patrimoine, ainsi que des documents de nature plus liturgique mais malheureusement, point d'obituaire. Cet article repose sur le dépouillement de 23 testaments nuncupatifs c'est-à-dire oraux et dictés en présence de témoins le plus souvent à l'article de la mort du testateur[5], de 25 extraits de testaments contenant des clausules c'est-à-dire d'extraits généralement demandés par l'institution bénéficiaire des legs, de 16 actes faisant mention d'une fondation *pro anima* et d'un inventaire après décès, documents tous datés entre 1275 – le plus ancien testament conservé dans cette série – et 1402. Ces bornes chronologiques permettent d'envisager un long XIVe siècle, marqué en Limousin comme ailleurs par des événements de diverses natures dont les testaments laissent filtrer quelques éléments[6]. Cette documentation

[3] L'historiographie existante ne permet pas de fournir une carte précise des limites paroissiales. Si l'on se fie aux documents de l'époque moderne, on peut préciser que le territoire urbain de la paroisse Saint-Pierre (il y a aussi quelques villages) s'étend dans l'enceinte du Château du XIIIe siècle, dans toute sa partie sud en deçà du *decumanus*, sauf le quartier Lansecot, jusqu'à la chapelle Saint-Aurélien.

[4] Louis Guibert fait état de 130 testaments dépouillés, toutes origines confondues, pour Limoges entre 1223 et 1465, cf. GUIBERT, Louis – *La famille limousine d'autrefois d'après les testaments et la coutume*, p. 5.

[5] Le droit coutumier de Limoges n'aborde pas directement la question du nombre des témoins présents au moment de la rédaction d'un testament ni celle de l'institution d'héritier, cf. CARON, Bertrand - *Les coutumes du château de Limoges. Élaboration d'un droit urbain en pays de langue d'oc (XIIIe-XVe siècles)*. Paris: École nationale des Chartes, 2010, p. 146. Thèse de l'École nationale des Chartes. Cependant, plusieurs testaments du XIVe siècle font état de sept témoins comme le veut le droit romain : celui de Bernard Marteau, bourgeois, en octobre 1357, tous les témoins étant habitants du Château ; celui de Richard Lo Borcier, prêtre de la communauté de Saint-Pierre, en novembre 1365, avec quatre témoins laïcs, deux confrères prêtres de la paroisse et un clerc. Le testament d'une femme, Suzanne Charrieyras, veuve d'un drapier du Château, en août 1366, n'en compte que trois dont un prêtre de la communauté, mais celui de Guillaume d'Aixe, boucher au Château, en mars 1367, cite huit témoins, dont un couturier, un cordonnier et deux orfèvres, Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 7 (1357), 15 G 8 (1365, 1366, 1367). Par ailleurs, la structure de ces testaments, qui suit un formulaire rigoureux, est très similaire d'un texte à l'autre et reprend la description donnée pour les testaments toulousains, cf. MARANDET, Marie-Claude - *Le souci de l'au-delà : la pratique testamentaire dans la région toulousaine, 1300-1450*. Perpignan: Presses universitaires de Perpignan, 1998, p. 46.

[6] Jean Tricard dresse un portrait assez catastrophiste de l'impact de la guerre de Cent Ans sur le Limousin, notamment entre 1350 et 1390 mais son étude porte surtout sur les campagnes et non

permet d'interroger le rôle d'encadrement religieux joué par un corps de clercs séculiers, placé à la frontière entre clergé paroissial et clergé communautaire, qui a les moyens de répondre aux demandes des fidèles par le nombre de ses membres et qui est encore plus proche de ceux-ci qu'un chapitre collégial grâce à son fort ancrage paroissial. Elle autorise également l'étude des spécificités de la préparation de la mort par une population urbaine habitant le midi du royaume de France, à travers ses préoccupations et ses dévotions, même si la médiation imposée par le recours au notaire n'est pas propice à l'expression de l'individualité. Le propos s'articulera en trois temps : qui sont les hommes et les femmes qui testent au XIVe siècle en faveur de Saint-Pierre ? Que peut-on savoir des prêtres auxquels ils font appel ? Enfin, quelles sont les modalités de l'encadrement de la mort et quels sont les liens que cela révèle au quotidien entre les laïcs et leur clergé paroissial ?

I. Les testateurs et testatrices attachés à Saint-Pierre du Queyroix

Les testateurs du XIVe siècle sont pour l'essentiel des paroissiens de Saint-Pierre. Ils habitent pour beaucoup d'entre eux les quartiers proches de l'église, Boucherie et Manigne. Ce sont surtout des artisans et des marchands, dont plusieurs ont le titre de bourgeois de Limoges. La formulation de leur qualité est toujours "bourgeois du Château" pour bien les distinguer des bourgeois de la Cité[7]. Ils exercent les professions que l'on attend dans une ville importante à cette époque, sans spécialisation particulière, dans le domaine de l'alimentation, du textile, des biens de consommation, du commerce : des bouchers, boulangers, drapiers, tondeurs de draps, pelletiers, couturiers, tapissiers, corroyeurs, ceinturiers, cordonniers, balanciers, chandeliers, forgerons, orfèvres, argentiers,

sur Limoges, cf. TRICARD, Jean – *Les campagnes limousines du XIVe au XVIe siècle. Originalité et limites d'une reconstruction rurale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996, pp. 11, p. 27-28. Ses autres travaux s'intéressent au XVe siècle. Les testaments étudiés ici montrent un impact non négligeable du premier épisode de peste en 1348 et surtout d'une résurgence en 1361-1362 mais les populations urbaines protégées par les remparts sont bien moins vulnérables que les ruraux face aux événements militaires dont il n'est jamais question dans cette documentation.

[7] Cela n'empêche pas un bourgeois de la Cité, Jean Julien, de léguer en décembre 1353 aux prêtres de Saint-Pierre, le cens qu'il possède sur une maison au Château appartenant à l'un des leurs, Jean Alsandre mort en 1348, qui leur est ensuite revenue, à charge pour eux de célébrer un anniversaire pour lui et sa mère, Bonne, le 22 mars, Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 17. Cette famille Julien s'installe définitivement dans le Château après le sac de la Cité en 1370.

merciers, marchands et même manouvriers. Les testaments constituent d'ailleurs l'un des meilleurs observatoires de la variété des conditions au Château. Ces personnages sont bien sûr distingués par des niveaux de fortune différents, les métiers du textile et du métal étant les plus rémunérateurs, mais d'autres catégories plus modestes, comme les manouvriers, ont aussi accès aux fondations[8]. L'autre grande catégorie est constituée par le monde des gens de loi, des clercs de l'écriture, notaires, clercs *jurisperiti*. Ainsi, Aymeric Raymond a été notaire à Tours puis vient à Limoges où il est clerc commissaire du sceau du bailliage de Limoges. On le retrouve collationnant et scellant plusieurs actes dans le corpus[9] : il teste en août 1395 et compte dans ses exécuteurs le curé Jean de Taffris en poste à Saint-Pierre depuis au moins 1370, un Martial Bardin bachelier en lois, probable frère de son épouse Jeanne Bardine, et Jacques Fornier, licencié en lois[10]. Ces familles sont liées entre elles ; en témoigne l'entrecroisement des fonctions au sein des testaments : Étienne Ruaud, drapier et fils de Suzanne Charrieyras qui teste en août 1366 est témoin du testament de Jeanne Quercin, veuve de Pierre Auzelet, bourgeois du Château, mère de feu Jean et grand-mère de Pierre, le 19 avril 1370 mais aussi d'Agnès Marteau, veuve de Martial Audoin des Taules également bourgeois, et mère de feu Jean et Guionne, en juin 1373, les deux fois en compagnie de Martial Quercin, fils de feu Jean Quercin[11].

Ils exercent donc des professions urbaines, ce qui ne les empêche pas d'être largement possessionnés, en terres et en vignes en ville[12] et dans les faubourgs installés entre les deux entités urbaines : ainsi, maître Pierre Boyol, clerc marié,

[8] Comme à Marseille, la pratique du testament s'est démocratisée au XIVe siècle, toutes les couches de la population testant à partir de 1270-1280, cf. STOUFF, Louis – "Les Provençaux et la mort dans les testaments (XIIIe-XVe siècle)". In BIGET, Jean-Louis, *et. al.* (eds.) – *La mort et l'au-delà en France méridionale (XIIIe-XVe siècle).* Toulouse: Privat, 1998 (*Cahiers de Fanjeaux*, n°33), pp. 199-221. Il en est de même dans le Toulousain, où les testateurs appartiennent, comme à Limoges, à toutes les catégories du commerce et de l'artisanat : secteur textile, cuirs et peaux, travail des métaux, alimentation, artisanat d'art, cf. MARANDET, Marie-Claude – *Le souci de l'au-delà : la pratique testamentaire dans la région toulousaine,* p. 95.

[9] Acte scellé par lui le 4 mai 1385 par lequel Valérie, veuve de Martial Lo Breto (Le Breton), reconnaît que dans son testament, son feu mari a légué dix ans plus tôt à la communauté des prêtres de Saint-Pierre, leur maison, rue *inter fabros* à Manigne, après la mort de la veuve ; testament rédigé par lui pour Jean Brun, fils d'un corroyeur du Château en date du 3 mai 1387 et clausule extraite le 9 novembre 1389, Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 9 et 10.

[10] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 10.

[11] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 8 et 10.

[12] En 1348, le prêtre de Saint-Pierre, Jean Alsandre, possède 6 muids de vin des vignes de Limoges, dans les tonneaux de sa cave, Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 7.

issu d'une grande famille bourgeoise implantée dès le XIII[e] siècle et donnant des consuls au Château, fils de Pierre, déjà clerc du château, frère de Martial et de Bernard Boyol, époux de Jeanne Jouffrene – qui lui apporta 44 marcs d'argent en dot et qui peut être alors enceinte au moment du testament en août 1360, ce qui fait penser que le couple est encore jeune –, est largement possessionné dans Limoges vers les fossés au pied du rempart du Château, avec un treuil ou pressoir sis devant la place Saint-Gérald, un jardin derrière avec tout son équipement et un solar où est bâti un four. Mais il possède aussi une autre "lèze" (bande de terre cultivable) située au-dessous du cimetière de Saint-Michel de Pistorie, c'est-à-dire aux deux pas de la Cité, plus une vigne au territoire de Saint-Cessateur, paroisse suburbaine au sud-est de la ville[13].

Sur 65 testateurs, on compte 15 femmes (surtout des veuves), ce qui fait un peu plus de 20 % du total avec des personnalités intéressantes et des parcours de vie reconstitués dans les testaments quand elles sont âgées : Guilhelma, veuve de Pierre Geoffroi, corroyeur, possède une maison située dans la "ville du Pont-Saint-Martial" en février 1306[14]. Elle est mère de trois garçons, Pierre Geoffroi qui est clerc et probablement aumônier de Saint-Martial dès 1333, et deux Jean, dont un est dit le Jeune, tous deux mariés, le premier à une fille de Jourdain Pinheta, bourgeois du Château dont la famille est bien ancrée dans la paroisse, le second à la fille d'un apothicaire du Château. Elle fait en tout 75 livres et 117 sous de don (quand on sait qu'elle fut dotée de 40 livres) qu'elle destine particulièrement aux membres féminins de sa famille. Ainsi, elle lègue 10 l. à la fille de Jean l'Aîné, ainsi que le lit nuptial pour la marier mais aussi un lit garni, un surcot bleu, deux coffres et un vignoble au Château à une autre petite-fille qui n'est pas encore mariée et a perdu ses deux parents, dont la fille de Guilhelma. À sa fille Catherine, déjà dotée, elle laisse une tunique verte. Revenue veuve dans sa paroisse sise sur les rives de la Vienne, elle souhaite une inhumation dans le cimetière de Saint-Pierre où elle a habité rue Vieille-Monnaie avec son époux, prévoit 15 l. pour payer les frais d'enterrement et elle demande un anniversaire

[13] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 8 (testament en août, codicille en septembre 1360).
[14] Archives départementales de la Haute-Vienne, D 422 ; 15 G 6 ; 25 H 372 ; H sup Limoges B 337.

pour ses parents qui sont enterrés dans celui de Saint-Symphorien du Pont, sa paroisse d'origine, dont aura soin l'héritier ou l'héritière qui aura la maison du Pont-Saint-Martial. Le fait pour elle d'appartenir à cinq confréries dont deux situées à Saint-Pierre, celles de Sainte-Catherine et des défunts du Queyroix, est un argument fort pour mesurer l'attachement qu'elle porte à ce lieu. Elle lègue à chacune 3 sous de monnaie de Limoges.

Une minorité de testateurs ne sont pas paroissiens de Saint-Pierre mais choisit tout de même le clergé de cette église comme bénéficiaire de leurs dons. Cela montre encore que l'élection d'un lieu d'inhumation reste un choix libre. Le cas le plus fréquent de testateurs non paroissiens est représenté par des clercs dont la carrière les a emmenés loin du Château, voire loin de Limoges, mais qui sont probablement originaires de là et qui manifestent leur attachement à la paroisse par des fondations à l'article de la mort : ainsi avant 1275, Hélie de Savène, vicaire de l'Église de Limoges et archiprêtre d'Aubusson, dont les deux parents sont ensevelis au cimetière de Saint-Pierre et qui souhaite les y rejoindre[15] ; Martial Marteau, chanoine de Limoges (mais dont toute la famille habite le Château et qui y achète une maison en 1313), qui fonde avant 1339 à Saint-Pierre une vicairie à l'autel de Sainte-Marie avec diacre et sous-diacre[16], et même, Bernard de Nexon (village au sud de Limoges), qui appartient probablement à la famille de bourgeois du Château attestée dès 1235. Devenu archidiacre d'Anvers à Cambrai et clerc de la chambre apostolique en Avignon, il lègue 200 florins à Saint-Pierre d'après une clausule extraite en juin 1361[17]. Le testament de Suzanne Charrieyras de 1366 nous apprend que les exécuteurs de Bernard firent construire un tombeau récent dans l'église, par ailleurs convoité par la testatrice[18].

On constate avec ces exemples que le polycentrisme religieux existe bien sûr à Limoges, laissant aux fidèles le choix de la destination de leurs bienfaits. Les deux concurrences les plus importantes pour le clergé de Saint-Pierre sont, d'après les

[15] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 6.
[16] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 8 ; 3 H 299.
[17] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 8. Il est l'oncle d'un Guillaume qu'il fait son héritier et d'une Suzanne qui est peut-être Suzanne Charrieyras, déjà évoquée. Son testament est daté du 13 octobre 1353, Archives départementales de la Haute-Vienne, 2 EE non classé, boîte 97.
[18] Voir note 5.

testaments complets, les confréries (une dizaine citée) installées surtout dans la même église mais aussi dans la chapelle de la Courtine, à deux pas de l'abbaye Saint-Martial, puis l'abbaye Saint-Martial mais plutôt pour la société des prêtres séculiers qui y siège que pour la communauté monastique, enfin les mendiants franciscains et dominicains. Ainsi Aymeric Raymond fonde en 1395 un anniversaire annuel, ainsi que chaque lundi une messe des morts et chaque samedi une messe de la Vierge, avec inscription à l'obituaire de Saint-Pierre mais si les prêtres du lieu refusent, il lègue tout à Saint-Martial[19] ; Pierre Raynaud, fils de Jean et Audoyne, dans le milieu des drapiers, est encore sans descendant en octobre 1362[20]. Il rend à sa mère sa dot de 250 livres ainsi qu'une rente achetée sur celle de Cécile, sa grand-mère maternelle défunte. Il est largement possessionné avec une maison située devant le cimetière de Saint-Pierre qu'il lègue à la communauté des prêtres du lieu, et une autre maison qu'il donne aux consuls du Château après la mort de sa mère, pour que ces derniers y tiennent commerce ou exercent l'office du consulat en y tenant les assemblées publiques. Son aisance financière lui permet de fonder des anniversaires auprès des prêtres séculiers de Saint-Pierre et de Saint-Martial, ou encore chez les Mineurs pour son père et ses deux frères décédés, mais il veut être inhumé au cimetière de Saint-Martial. En aucun cas, l'influence des mendiants n'écrase tous les autres lieux, comme en Provence ou dans le Comtat Venaissin[21]. En mai 1275, Pierre Marteau veut être inhumé chez les Prêcheurs[22], où est déjà sa grand-mère, et où deux de

[19] Voir note 10.

[20] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 6 ; GUIBERT, Louis – *La famille limousine d'autrefois d'après les testaments et la coutume,* p. 14.

[21] Rien de commun effectivement avec les constatations faites à propos des testateurs marseillais sur la dévotion marquée par l'évangélisme mendiant autour de saint Louis d'Anjou, Hugues de Digne et sa sœur Douceline, et le poids des couvents franciscains, mais reposant sur un corpus bien plus étendu que le nôtre (553 actes testamentaires ordonnés par 279 femmes et 255 hommes entre 1248 et 1350), MICHAUD, Francine – "De père en fils ? Sensibilité spirituelle à travers les testaments marseillais, 1248-1350". In BARRALIS, Christine; MARCHAL, Corinne; WAGNER, Anne – *Le testament spirituel, du Moyen-Âge à l'époque moderne. Legs, salut de l'âme, miroir des vertus chrétiennes.* Metz: Centre de recherche universitaire lorrain d'histoire, 2013, pp. 21-33, p. 22. En revanche, plusieurs traits sont communs avec Limoges : les Marseillais sont enterrés là où est leur famille, quitte à faire beaucoup de dons à d'autres églises, les parents prennent des décisions très contraignantes pour l'avenir de leurs jeunes enfants, les dévotions sont mariales et christologiques avec notamment la célébration de la Fête-Dieu, MICHAUD, Francine – "De père en fils ? Sensibilité spirituelle à travers les testaments marseillais, 1248-1350", pp. 23-24, pp. 26-29.

[22] Les Dominicains ont obtenu de l'archevêque de Bourges au XIII[e] siècle le privilège de pouvoir inhumer dans leur cimetière toute personne qui le souhaiterait, cf. BARRIÈRE, Bernadette – "La

ses frères ont fait profession, mais il veut quand même des funérailles à Saint-Pierre puis chez les Dominicains et fait des legs pieux à la confrérie des Pauvres à vêtir ainsi qu'à deux communautés de moniales[23]. Et Pétronille Lo Tellier prévoit 35 l. pour Saint-Pierre, les Mineurs, trois confréries, mais aussi – legs charitable relativement rare dans la documentation consultée –, les pauvres de Saint-Gérald qui seront présents à son enterrement, ainsi que ceux d'un hôpital placé à côté de l'église Saint-Maurice et elle pense même à tous les prisonniers du Château et de la Cité[24].

II. La communauté des prêtres de Saint-Pierre du Queyroix

La communauté des prêtres séculiers de Saint-Pierre (*presbiteri communitatis seu societatis ecclesie Sancti Petri de Quadruvio castri Lemovicensis)* n'est pas la seule à exister au Château puisque plusieurs autres sont attestées, notamment à Saint-Michel des Lions et à Saint-Martial. D'ailleurs, il arrive qu'un testateur fasse plusieurs fondations auprès d'elles, comme Jean Audoyn en mai 1327 qui fonde un anniversaire à célébrer un jour par semaine par les prêtres de Saint-Pierre, de Saint-Michel, du monastère de Saint-Martial, mais aussi des Arènes hors du Château, et une messe annuelle au jour de son obit dans la chapelle de la Courtine[25].

La communauté de Saint-Pierre est attestée depuis au moins 1239-1240[26] et elle compte un nombre variable de membres. On ne dispose pas de listes complètes pour le XIII[e] siècle mais on peut en suivre les évolutions au XIV[e], en constatant la saignée qu'a représentée la Peste noire pour ces clercs:

Date	Nombre de prêtres
1307	22

primauté du château dans l'affirmation des communautés urbaines (XIII[e] siècle)", In PÉROUAS, Louis (dir.) – *Histoire de Limoges.* Toulouse: Privat, 1989, p. 101. Les Franciscains ont dû obtenir le même droit puisque Pétronille, veuve de Colin Lo Tellier qui teste en 1338, fait état du fait que son époux est inhumé dans le cimetière du couvent et souhaite l'y rejoindre, Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 7.

[23] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 10 et 7.

[24] Voir la note 21.

[25] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 7.

[26] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 68.

1322	17
1329	21
1330	20
1336	20
1344	15
1351	9
1353	11
1362	9
1365	10
1373	13
1382	12
1385	12
1436	13

La communauté ne retrouve le chiffre de 28 membres qu'en 1497[27]. Ces clercs se comportent comme un chapitre, sans en avoir le statut juridique dans la mesure où ils ne disposent pas d'un bénéfice. D'ailleurs, ils n'ont pas de supérieur comme un doyen ou un prévôt, et ne sont gérés que par deux bayles (*bajuli*) en place déjà depuis le XIII^e^ siècle, puis un syndic au XIV^e^ siècle représenté par un procureur[28]. En revanche, tout est fait pour les confondre avec des chanoines, ce qui explique en grande partie leur succès, ce statut proche leur conférant une particulière dignité dans les rangs du clergé. Ils ne se disent pas chanoines mais *presbiteri* (ils le sont tous) et même *consocii* en 1329[29], ce qui insiste sur la fraternité du groupe, comme dans les termes *communitas* et *societas* (plusieurs d'entre eux font des prêtres de la communauté leurs héritiers universels)[30]. Ils disposent d'une

[27] Il semble que les prêtres communalistes de Saint-Pierre soient particulièrement nombreux en comparaison d'autres sociétés. À Sainte-Feyre, les prêtres sont 9 entre 1401 et 1450, 19 entre 1450 et 1500, 8 après 1551, cf. MANISSADJIAN, Henri – "La communauté des prêtres de l'église de Sainte-Feyre (Creuse)". *Cahiers d'histoire*, 2 (1957), p. 227-242, 233-234 ; Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 4 fol. 49.
[28] Les deux bayles sont P. de *Merchato* et B. *Symonis* déjà en 1239-1240, et le syndic apparaît en 1475, Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 68 et 108.
[29] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 39.
[30] Le partage de leurs revenus devait se faire sur le principe de l'égalité, comme dans beaucoup d'autres sociétés en Anjou, en Bourgogne, en Limousin. La propriété d'archives, de sceau, de cloche à la manière des chapitres collégiaux existe aussi largement ailleurs, TARBOCHEZ, Gaëlle -

aumusse, couvre-chef typique du chanoine séculier, puisque Jean Alsandre, prêtre de la communauté attesté de 1307 à 1344, et qui doit mourir de la peste en 1348 en a une dans son inventaire après décès[31]. De même, Richard Lo Borcier, attesté de 1351 à 1365 donne en novembre de cette année à un pauvre prêtre à choisir par ses exécuteurs – et futur membre de la communauté ? – son bréviaire, sa meilleure robe parmi les siennes, son aumusse et son meilleur surplis[32]. Surtout, ils se disent assemblées à l'heure du chapitre en 1313 et 1322 (*congregatis in simul hora capitulandi / congregati in capituli hora capitulandi, prout est moris inter eos*) et la cloche sonne avant le chapitre en 1336[33]. En 1330, on apprend qu'ils sont réunis dans la chapelle du Civoire qui flanque l'église au sud et qui est depuis devenue un ossuaire (*congregatis in civorio, ubi per tractatibus et negotiis communitatis et societatis ipsorum consueverunt congregari*)[34], il s'agit de la chapelle du cimetière sise derrière le chevet de l'église, ce qui associe d'emblée les prêtres à leurs principales fonctions[35]. Quant à leur mode de vie, il est mal connu, ils ont une maison probablement commune attestée en 1301 puis 1304 et 1308[36], qui comporte une chambre à l'étage où se fait l'inventaire après décès de Jean Alsandre, qui est aussi curé d'Uzurat, au nord de Limoges. Il n'est pas sûr que Jean ait habité également là, peut-être seulement quand il officiait à Saint-Pierre, car il possédait trois maisons contiguës à côté de la fontaine d'Eygoulène, soit à deux pas de l'église Saint-Michel des Lions. Sa garde-robe à sa mort en 1348 est assez remarquable : trois vêtements de tissu de Damas dont un avec une capuche fourrée d'écureuil ainsi qu'un surcot en drap de Narbonne fourré de vieille fourrure, des vêtements liturgiques : outre son aumusse, une chasuble avec étole et manipule, deux surplis ainsi qu'un bréviaire et peut-être un évangéliaire. Le mobilier est assez classique mais ce qui indique

"Les communautés de prêtres séculiers en France à la fin du Moyen Âge". *Les associations de prêtres en France du Moyen Âge à l'époque contemporaine*, *RHEF*, 93/230, (2007), pp. 229-248, p. 236, p. 245.

[31] Voir note 12.

[32] Voir note 5.

[33] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 27 (1313), 15 G 62 (1322), 15 G 6 (1336).

[34] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 6.

[35] En 1428, la cour de l'official de Limoges se tient dans cette chapelle car les chanoines se sont réfugiés dans le Château après la destruction des murailles de la Cité en 1370 par le Prince de Galles, cf. GUIBERT, Louis – "Anciens statuts du diocèse de Limoges (XIII^{e}, XIV^{e} et XV^{e} siècles)". *Bulletin historique et philologique du Comité des travaux historiques et scientifiques*, 1888, pp. 263-272, p. 271.

[36] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 77 et 106.

le niveau de fortune du personnage est un volume important de lettres, de notes sur parchemin retrouvées dans ses coffres qui sont des reconnaissances de dettes pour argent ou blé prêtés par Jean depuis au moins 1326 ; en cela aussi, la communauté se comporte comme un chapitre, instance essentielle du prêt à intérêt dans le monde urbain en acquérant des rentes rachetables, progressivement autorisées par le droit canon[37]. Il est certain qu'en 1365, Richard Lo Borcier habite en son hôtel où une servante le soigne. La vie commune s'en tient donc peut-être aux assemblées régulières et aux repas pris en commun. Par ailleurs, nous avons vu que la communauté était bénéficiaire de plusieurs legs de maisons particulières, probablement relouées[38].

Ce proto-chapitre ne deviendra jamais chapitre, et il est totalement toléré par l'évêque de Limoges dans la mesure où cette église existe depuis au moins l'époque carolingienne et constitue l'un des lieux où l'évêque fait station lors de sa joyeuse entrée[39]. Avant-poste épiscopal, face à Saint-Martial, ayant probablement abrité une ancienne communauté canoniale éteinte au Moyen Âge central, l'église a accueilli les rangs de plus en plus nombreux d'un clergé pléthorique à partir du XIII^{e} siècle[40]. Il arrive d'ailleurs que le curé de Saint-Pierre soit chanoine à la cathédrale, tel en 1307 maître Jean de *Gensanis*[41] mais on ne sait s'il fait partie de la communauté.

---

[37] TABBAGH, Vincent – "Portraits de chanoines en banquiers : les chapitres cathédraux de Paris et de Rouen à la fin du Moyen Âge". *Gens d'Église, gens de pouvoir (France, XIII^{e}-XV^{e} siècle)*, Dijon: Éditions universitaires de Dijon, 2006, pp. 187-204. Le volume des sommes prêtées par les chanoines parisiens et rouennais est évidemment sans commune mesure avec ce qui doit se pratiquer à Saint-Pierre, néanmoins l'esprit est le même : les chanoines sont solidaires des membres de leur milieu d'origine auxquels ils permettent d'investir dans l'économie locale.

[38] Il semble que les prêtres filleuls des communautés limousines habitaient pour beaucoup dans leur famille d'origine, il est impossible de le confirmer ici. La commensalité, quelquefois quotidienne, semble être un trait caractéristique de ces sociétés là où elles ont été étudiées par TARBOCHEZ, Gabrielle – "Les communautés de prêtres séculiers en France à la fin du Moyen Âge", pp. 246-247.

[39] Déjà au XI^{e} siècle, le chroniqueur Adémar de Chabannes raconte que l'évêque Géraud (1014-1022) est conduit à l'église du Queyroix par les moines de Saint-Martial après sa consécration épiscopale, et qu'il y reçoit l'Évangile dont il lit un extrait au peuple présent. Le même Adémar mentionne l'existence de l'église du Queyroix en 848, CHABANNES, Adémar de - *Chronique*. Trad. Y. Chauvin et G. Pon, Turnhout: Brepols, 2003, livre III, chap. 18, p. 216 et chap. 49, pp. 262-263.

[40] Ces considérations démographiques, associées au succès rencontré par la fondation funéraire personnalisée, semblent être la raison de l'apparition de ces sociétés, le plus précocement dans le Massif central, cf. TARBOCHEZ, Gabrielle – "Les communautés de prêtres séculiers en France à la fin du Moyen Âge", p. 232.

[41] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 6.

Une question se pose : sont-ils des prêtres filleuls, qui doivent être originaires de la paroisse comme c'est le cas en Limousin et en Auvergne, à la fin du Moyen Âge ? Il semble que non, même si Pierre Laveros, prêtre de la communauté attesté de 1365 à 1385, qui veut être inhumé au cimetière devant le *civoire* de l'église Saint-Pierre, fait en juillet 1395 un legs à son filleul, Pierre *Brugerii*, qu'on retrouve dans la communauté en mai 1436[42]. Il y a peut-être, quelquefois, transmission de parrain à filleul. En tout cas, certains prêtres restent en charge très longtemps : Guillaume de Solignac est prêtre de 1284 à 1336[43], Jean *Fabri* de la Porte de Bancléger est prêtre et bayle de la communauté attesté entre 1293 et 1307[44], Gérald Muza de 1307 à 1330[45], Guillaume Porret de 1311 à 1344[46], Guillaume de Paris de 1344 à 1386[47], Jean Negraud de 1351 à 1385[48], ce qui explique aussi les liens avec les paroissiens, sans compter leurs origines sociales : d'après les listes dont on dispose, loin d'être exhaustives, au XIII^{e} siècle, ils sont issus non pas de l'aristocratie (à la différence du chapitre cathédral) mais de la bourgeoisie du Château. Quelques indices montrent un recrutement aussi parmi des marchands plus modestes dont les bouchers au début du XIV^{e} siècle. Jusqu'à 1340 environ, quand on dispose de listes plus complètes, l'on note une forte proportion de noms de familles de la bourgeoisie, deux tiers en 1307, plus ou moins la moitié ensuite, peut-être "casés" là dans le contexte économique difficile du XIV^{e} siècle. À partir de 1340, les prêtres qui sont issus de ce milieu se font rares, ce n'est clairement plus un enjeu à ce moment-là pour les familles de l'élite bourgeoise, celle d'une bourgeoisie qui, plus fermée, se fixe au XIV^{e} siècle, et cela dénote un recrutement général plus modeste, avec une paupérisation voire une prolétarisation de cette communauté.

Les testaments des prêtres de la communauté montrent néanmoins leurs liens pérennes avec certains personnages de la paroisse : Richard Lo Borcier déjà cité, fait en 1365 de Jean Bordet, corroyeur du château, son héritier universel et ses

[42] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 10 (1395), 15 G 27 (1436).
[43] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 104, 15 G 6.
[44] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 104, 15 G 6, 15 G 77, 15 G 106.
[45] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 6, 15 G 62.
[46] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 40, 15 G 62, 15 G 6, 15 G 27.
[47] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 27, 15 G 7, 15 G 25, 15 G 9, 15 G 47.
[48] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 124, 15 G 6, 15 G 9, 15 G 21, 15 G 10.

exécuteurs sont ce Jean, un Pierre Botin, bourgeois et drapier, et un prêtre de la communauté, maître Étienne Galochier, auquel il lègue son livre dit *Sanctorum notat*, attesté prêtre de la communauté entre 1352 et 1366[49]. Et il cite aussi Marguerite comme légataire, laquelle habite avec Pierre deu Reysses (clerc juré et commissaire qui dresse l'inventaire après décès de Jean Alsandre en 1348 devant l'official de la Cour de Limoges). On peut aussi citer Suzanne Charrieyras, déjà entrevue, qui choisit Étienne Galocher comme témoin de son testament et l'un de ses légataires ; il devra distribuer aux prêtres de la communauté 60 sous de rente pour sa fondation. Enfin, en 1385[50], Valérie Lo Breto cède sa maison aux prêtres à condition pour eux de l'accueillir dans la maison de la société "devers la cour des consuls du Château", dans une chambre avec cuisine contiguë. La communauté suscite donc des auto-traditions de laïcs comparables à celles que l'on rencontre au profit de maisons religieuses, ce qui repose aussi concrètement la question du mode d'habitation des prêtres de la communauté, pour être en mesure d'accueillir des femmes laïques.

III. La prise en charge de la mort des testateurs

La première fonction demandée aux prêtres est d'assurer l'enterrement du défunt et les cérémonies associées. En cela, ils viennent en renfort de la charge du curé. Il faut noter que sont ainsi mentionnés beaucoup de testateurs qui veulent une inhumation dans un endroit particulier, soit au cimetière (16 sur 65), soit (mais moins souvent) dans l'église. Plaisance Boyol, veuve de Jean Boyol, mère de trois fils et de trois filles, veut ainsi être inhumée en mars 1304 dans la "tombe aus Boyols", avec son défunt mari[51] ; Aymeric Ouzeu veut être inhumé avec ses parents Philippe et Léonarde des Moulins, en novembre 1352 au cimetière dans le tombeau familial[52]. Quant aux tombeaux de l'église, on peut imaginer qu'ils prennent place dans les chapelles, ou tout au moins près d'un autel qui sert

[49] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 124 (1352), 15 G 8 (1365), 15 G 8 (1366).
[50] Voir note 9.
[51] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 6. La sépulture familiale, si elle existe, doit être préférée au cimetière paroissial, sauf pour les femmes mariées qui, en Toulousain comme à Limoges, y rejoignent leur époux, cf. MARANDET, Marie-Claude – *Le souci de l'au-delà : la pratique testamentaire dans la région toulousaine,* pp. 132-134.
[52] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 7.

souvent de repère : celui des Ameilh[53] n'est pas loin de l'autel Saint-Jacques. Il est évident que l'inhumation dans l'église est ainsi moins anonyme qu'au cimetière et davantage pensée dans un lien dynastique. La présence d'un tombeau familial à Saint-Pierre a pu faire penser que tous les membres de la famille devaient y reposer. S'élève ainsi un conflit réglé en octobre 1341 entre le curé de Saint-Pierre et les frères mineurs à propos d'une petite fille inhumée par ordre du premier dans le tombeau des Marteau, ses ancêtres maternels, alors que son père et son grand-père, Pierre et Gui Julien, avaient expressément choisi la chapelle des Mineurs où ils avaient fondé leur tombeau. Il est décidé que le corps de Pétronille resterait un an à Saint-Pierre puis serait transféré au couvent[54].

Il est fréquent que les femmes précisent ce que deviendra le drap mortuaire recouvrant leur cercueil : Suzanne Charrieyras s'offrira un drap d'or placé sur son corps le jour de son décès (d'une valeur de 10 florins d'or) et prévoit que cela servira à faire une *capsa* (chape) pour compléter un habit sacerdotal servant à desservir l'office divin à Saint-Pierre. En 1395, Jean de Gouzon, notaire, demande simplement un drap noir de grosse laine avec une croix rouge cousue dessus avant d'être inhumé dans le tombeau où a été enterré Jean Chrétien, prêtre de la communauté[55], et pour le luminaire, 40 torches de cire comme celles qui brûlent tous les jours devant le Saint-Sacrement, près de l'autel majeur pendant la messe de la paroisse[56]. Les prêtres sont aussi très sollicités pour réciter les anniversaires et célébrer les messes pour les testateurs. Le schéma le plus classique est toujours le même, tel celui demandé par Douce Vialeyrencha qui en août 1372 fonde deux anniversaires, l'un le jour de son décès, l'autre pour le salut de l'âme de feu son fils Ymbert et de tous les défunts, le jour du décès dudit Ymbert, avec une absoute, chaque dimanche, après la procession sur son tombeau et celui de ses parents ; de même, le lundi une procession et une absoute dans le cimetière pour son âme et celle des fidèles défunts[57].

[53] Avant 1335, Hélie Ameilh, bourgeois, est père d'Hélie et de Nicolas, clerc *jurisperitus*, ainsi que grand-père d'Hélie *junior* ; en 1336, Jean Ameilh, drapier, est père de Pierre, il appartient peut-être à une autre branche, Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 7, 15 G 8.
[54] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 122.
[55] Qui apparaît effectivement entre 1330 et 1365, Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 6 et 25.
[56] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 10.
[57] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 9.

Certains testateurs plus riches font des fondations très importantes : Richard Lo Borcier, prêtre de la communauté déjà rencontré, fonde 400 messes pour son âme et celle de ses parents en 1365, dont 200 pour les fidèles défunts, 100 offices de la Vierge, 100 autres du Saint-Sépulcre, et 40 psaumes à la suite. Il veut que le célébrant de la messe à Saint-Pierre s'en charge chaque dimanche pendant un an après son décès, avec absoute sur le tombeau, pour lui et dame Jeanne Botine dont on se demande qui elle est pour lui, peut-être sa mère ou sa grand-mère ; Jean de Gouzon fonde 100 messes en 1395, dans un délai d'un an à compter de sa mort, et chaque prêtre célébrant aura 10 deniers. Ces cas restent néanmoins isolés et ne permettent pas de conclure que les Limousins du XIVe siècle partagent la piété flamboyante d'autres fidèles de la même époque[58].

Vu la lourdeur de la charge des fondations accumulées, les testateurs prévoient cependant des garde-fous : Jean de Gouzon charge le curé de Saint-Pierre de surveiller la célébration de son anniversaire annuel, avec vigile, messe et absoute sur son tombeau, et lui donne le pouvoir de retirer aux prêtres célébrants leurs 20 sous de rente jusqu'à ce que cela s'arrange. En mai 1387, Jean Brun veut un anniversaire avec vigile et messe, absoute générale sur le tombeau, chaque année, le samedi après l'Ascension et un anniversaire le jour de son décès, mais si les prêtres négligent cela, les rentes iront aux bayles de la confrérie des Pauvres à vêtir[59]. Là encore, les testateurs savent utiliser tous les ressorts des institutions religieuses à leur service.

À force de fondation, on comprend effectivement que les prêtres aient eu du mal à s'y retrouver. C'est entre autres pour pallier ces difficultés que l'un d'eux a rédigé en 1525[60] un *memorandum* qui met à plat le fonctionnement de certaines célébrations d'anniversaires – qui ne datent que du XVe siècle mais ce type de document existait peut-être plus tôt – : il y a dans la communauté deux prêtres

[58] C'est la conclusion à laquelle parvient également M.-C. Marandet pour le Toulousain, à la différence des études portant sur le Comtat par J. Chiffoleau, cf. BARRALIS, Christine; MARCHAL, Corinne; WAGNER, Anne – *Le testament spirituel, du Moyen-Âge à l'époque moderne. Legs, salut de l'âme, miroir des vertus chrétiennes,* pp. 7-19, p. 14.
[59] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 10.
[60] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 118.

désignés comme hebdomadiers pour un temps donné, le grand et le petit. Le premier se charge de six semaines de célébrations continues, le petit de trois semaines. Et la rotation entre les prêtres se fait le lundi. Le *memorandum* procède ensuite jour par jour, récapitule combien de messes sont à célébrer (par exemple, dix le lundi, sept le mercredi, sept le jeudi), où (à l'autel paroissial, aux autels de Saint-Nicolas, de la Sainte-Croix, de Saint-Jacques, de Sainte-Marguerite, etc.) avec souvent mention de la tombe du testateur toute proche, pour qui et comment – à voix haute ou voix basse, messe de la Vierge ou messe des défunts. Il est précisé que, le dimanche, la messe à l'autel secondaire doit commencer à l'offertoire de la messe paroissiale célébrée au grand autel. Et, on l'aura remarqué, l'absoute sur la sépulture est très fréquente après la messe. Le livret mentionne aussi que des personnes de la famille du défunt peuvent être présentes pendant la célébration ; si c'est le cas, il faut que le prêtre se retourne vers elles après l'offertoire. D'ailleurs, la messe commémorative est sonnée par la cloche, dite *matitutinale*, celle qui sonne la messe du petit matin, probablement autant pour le personnel ecclésiastique que pour la famille.

Cependant, la première fonction de la communauté des prêtres est de chanter les heures à l'église et quelques paroissiens profitent de cette compétence du collège pour demander la célébration de dévotions particulières après leur mort. Cela constitue des demandes spirituelles plus originales au milieu d'un tableau très classique[61]. N'en retenons qu'un exemple dans la famille des Marteau, présente sur des décennies au Château. On a déjà parlé de Pierre Marteau qui, en 1275,

[61] Il faudrait étudier plus précisément les dévotions individuelles qui peuvent apparaître au travers de ces testaments qui viendraient compléter les dévotions rendues de manière collective à saint Jacques, saint Loup, et surtout saint Martial, PÉROUAS, Louis – "Regards historiques sur le mouvement confrérial en Limousin". *Annales du Midi*, 117/249 (2005), pp. 75-83, p. 76. Plusieurs d'entre eux contiennent la formule stéréotypée d'une recommandation de l'âme à Dieu, à la Vierge et au "*collège* des *citoyens* des cieux" (*collegio civium superiorum*) qui donne lieu, certes pour le cas exceptionnel de Louis d'Orléans à une orchestration d'une incroyable subtilité dans les offices prévus dans son testament, vénérant les saints de la *cour* de Paradis. Chacun y projette sa réalité, semble-t-il, cf. LAMY, Marielle – "Images, sons et lumières. La mise en scène de la cour céleste dans le testament du duc d'Orléans (1403)". In BARRALIS, Christine; MARCHAL, Corinne; WAGNER, Anne – *Le testament spirituel, du Moyen-Âge à l'époque moderne. Legs, salut de l'âme, miroir des vertus chrétiennes,* pp. 155-176. M.-Cl. Marandet voit dans cette référence au paradis céleste une assurance face à la mort, loin de la terreur qu'elle inspirerait aux fidèles du Moyen Âge finissant, cf. MARANDET, Marie-Claude – *Le souci de l'au-delà : la pratique testamentaire dans la région toulousaine,* p. 128. À Limoges, saint Martial par ailleurs très vénéré sur le lieu de son tombeau à deux pas de l'église Saint-Pierre, n'est pas spécialement invoqué dans les testaments étudiés.

partait à Compostelle, laissant cinq fils et quatre filles, et dont deux frères étaient dominicains[62]. Deux générations plus tard en juin 1330[63], un Jean Marteau, drapier qui habite rue Manigne et souhaite être inhumé à Saint-Pierre, fait rédiger un acte de fondation remarquable. Sa famille a encore donné plusieurs membres à l'Église[64] et il n'est pas impossible que sa sensibilité religieuse soit de ce fait plus affûtée. Il illustre sa dévotion particulière au Corps du Christ, en fondant une solennisation de la fête prise en charge par les prêtres de la communauté, chaque année, le jeudi après l'octave de Pentecôte. La dévotion au Corps du Christ à Limoges au XIII[e] siècle est sensible par l'existence d'une ou plusieurs confréries dites des Chandelles et du Pavillon dès 1214[65]. La confrérie du Pavillon est unie à celle des Chandelles, à Saint-Pierre du Queyroix, en 1388 car elles ont le même but : celui de porter la communion aux moribonds, mais aussi aux malades, notamment aux trois fêtes d'obligation que sont Pâques, Noël et Pentecôte. Mais il semble qu'il s'agisse plutôt de la prise en charge du sacrement de l'extrême-onction avec port du Saint-Sacrement protégé par un dais que d'un culte rendu à l'Eucharistie[66]. Plus proche d'une association de dévotion, une confrérie dite du

[62] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 6. Faut-il lire dans les prévisions du père pour ses enfants l'expression d'une piété particulièrement développée ? Trois des cinq fils doivent devenir moines ou religieux dont Pierre le dernier né, trois filles de même ; seule Bonne reçoit à titre de dot pour sa part ou *fraireschia*, 60 livres, une robe et un lit, suivant la coutume de Limoges. Et leur mère, *Auzana,* doit veiller à cela sous peine de réduire les legs prévus. On y voit en tout cas la très forte autorité du *paterfamilias* non seulement sur les filles mais aussi sur les fils non émancipés à Limoges à la fin du XIII[e] siècle, cf. GUIBERT, Louis - *La famille limousine d'autrefois d'après les testaments et la coutume*, pp. 148-150.

[63] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 6.

[64] Son frère est Martial Marteau, chanoine à la cathédrale et archidiacre de la Marche, tout en étant garde du sceau du bailliage de Limoges. Martial et Jean figurent souvent ensemble dans le cartulaire de l'évêché pour l'hommage qu'ils rendent à l'évêque de plusieurs seigneuries qu'ils possèdent en commun, entre 1316 et 1327, Archives départementales de la Haute-Vienne, 1 G 1 fol. 97, 139, 176-177, 212. Martial fonde un obit à la cathédrale ainsi qu'une vicairie mais aussi un anniversaire à Saint-Pierre ainsi qu'une vicairie à l'autel de Sainte-Marie, voir note 16 et 3 G 799.

[65] Dans le Toulousain, l'association de la lumière des chandelles avec le Saint-Sacrement est également fréquente ; de même le terme de *pabalhone* est-il employé pour désigner le drap sous lequel on le porte. En 1366, une sentence arbitrale de l'archevêque de Toulouse organise la procession de la Fête-Dieu par les confrères du Corps du Christ des églises Saint-Étienne et du Taur, en association avec le chapitre de la cathédrale, cf. MARANDET, Marie-Claude – *Le souci de l'au-delà : la pratique testamentaire dans la région toulousaine*, pp. 250-251. Il est possible que la popularité de la confrérie devenue du Sacrifice du Très Saint Corps du Christ au XIV[e] siècle, mentionnée dans les testaments de Richard Lo Borcier, Pierre Laveros et Suzanne Charrieyras qui la dit : « *que fit et tenetur per burgenses castri lemovicensis* », soit redevable au geste de Jean Marteau.

[66] Archives départementales de la Haute-Vienne, I SEM 96 f°2-3v et LEMAITRE, Jean-Loup; VIELLIARD, Françoise – "La lièvre de la confrérie des Premières chandelles à Limoges (1388)". *Bulletin de la Société archéologique et historique du Limousin*, 129 (2001), pp. 45-113.

Saint-Sacrement aurait été fondée dès 1235[67] à l'église Saint-Pierre mais cela semble trop précoce par rapport à l'institution du jour de la Fête-Dieu en 1264 par Urbain IV. En revanche, il est certain que la confrérie dite du Sacrifice existe en 1295 car elle est citée à cette date dans l'acte d'union de 1388[68], sans que l'on sache quel rôle est le sien. Les études portant sur la célébration de la Fête-Dieu qui portent notamment sur Liège, lieu de sa naissance, l'Allemagne, l'Espagne et la Provence[69], ont montré que l'essor de la fête date surtout du XIVe siècle après que Jean XXII l'eut incluse dans les *Clémentines* en 1317, en introduisant l'usage d'une procession en plein air, ce que ne prévoyait pas la bulle *Transiturus de hoc mundo* d'Urbain IV. Les itinéraires pris par ces processions correspondent souvent au territoire de la paroisse, sauf quand ils sont organisés par les autorités communales, ce qui n'est pas le cas à Limoges. En effet, l'initiative semble prise par ce particulier qui veut, dès la veille de la fête, la célébration des vêpres et des complies, avec quatre chantres pris parmi les communalistes de Saint-Pierre, en chapes et en bourdon, dont deux avec des encensoirs pour commencer à entonner les psaumes. Puis le jour même[70], Jean énumère la célébration par eux des sept heures du jour : les matines avec huit des prêtres en chapes dont quatre chantres pour entonner les chants et diriger les autres, puis prime et tierce.

---

[67] ARDANT, Maurice – *Saint-Pierre-du-Queyroix de Limoges, notice historique et descriptive sur cette église.* Limoges: Ardant frères, 1851, p. 62. Il s'appuie vraisemblablement sur le rappel de cette date de création qui est fait dans le livre de comptes de la confrérie du Saint-Sacrement de l'église Saint-Pierre, écrit en 1551, copié par l'abbé Legros en 1787, cf. MARTIAL LEGROS, Abbé – "Mélanges ou recueil de pièces justificatives pour servir à l'histoire du diocèse de Limoges et de la province du Limousin", connus sous le nom de "Mélanges manuscrits", Archives départementales de la Haute-Vienne, I SEM 13, volume III, folios 1-56, ici fol. 1.

[68] Archives départementales de la Haute-Vienne, I SEM 96 f°42.

[69] Les dates de première attestation montrent que l'initiative prise par Jean Marteau s'inscrit dans une chronologie européenne : 1319 à Barcelone, 1320 à Gérone, 1336 à Milan, cf. COULET, Noël – "Processions et jeux de la Fête-Dieu en Occident (XIVe-XVe siècle)". In BÉRIOU, Nicole; CASEAU, Béatrice; RIGAUX, Dominique (éds.) – *Pratiques de l'eucharistie dans les Églises d'Orient et d'Occident (Antiquité et Moyen Âge)*, vol. I : *L'institution*, Paris: Institut d'Études Augustiniennes, 2009 (Collection des Études Augustiniennes, Série Moyen Âge et Temps Modernes - 45), pp. 497-518, p. 498.

[70] À Colmar où la fête est célébrée pour la première fois par les chanoines de la collégiale Saint-Martin en 1309, le tracé de la procession suit les rues de la paroisse desservie par les chanoines, avec arrêt devant les autres établissements religieux, dont cinq couvents mendiants. L'ostensoir est porté par un clerc de la collégiale qui bénit la foule avec lui, toutes les heures et plusieurs messes sont également célébrées. La fête est supprimée en 1575 à cause de la Réforme, alors qu'elle était célébrée avec beaucoup de faste et avait donné lieu à la tenue d'une foire. L'autrice souligne combien les confréries de métier y étaient actives, DEBUS KEHR, Monique – "La Fête-Dieu à Colmar à la fin du Moyen Âge". *Revue d'Alsace* [En ligne], 141 |2015, mis en ligne le 01 octobre 2018, consulté le 09 octobre 2023. URL : http://journals.openedition.org/alsace/2364 ; DOI : https://doi.org/10.4000/alsace.2364.

Intervient alors en fin de matinée la procession qui a la particularité d'honorer particulièrement le fondateur : tous iront en chapes par la ville avec les autres clercs désireux d'honorer le Saint-Sacrement, et quand ils seront parvenus à la partie montante de la rue Manigne, ils s'arrêteront devant la maison de Jean et diront l'antienne *Inter natis mulierum* ou celle qu'ils voudront. Après être rentrés à Saint-Pierre, ils célébreront la messe solennelle puis les offices de sexte, none, vêpres et complies. Jean prévoit bien sûr des distributions pour les présents à chaque heure. Et le lendemain est ajoutée la cérémonie proprement mémorielle pour la famille Marteau : les mêmes prêtres (dont huit en chapes pour dire le *De Profundis*) devront célébrer une messe des défunts avec diacre et sous diacre après la sonnerie des cloches, et l'anniversaire de Jean, sur son tombeau à l'autel de Saint-Nicolas. Ce dernier demande enfin une *recordatio* chaque dimanche. En échange du don, les prêtres inscriront son nom sur le *liber commemorationum*, où ils inscrivent les noms des bienfaiteurs c'est-à-dire l'obituaire perdu. Cette "privatisation" de la procession dont on ne sait si elle reprend le dais pour protéger l'hostie dans l'ostensoir, appartient au registre de l'évergétisme puisqu'*in fine*, toute la communauté en profite. Il ne semble pas que la procession donne alors lieu aux réjouissances et aux jeux théâtraux qui feront son succès aux XV^e^ et XVI^e^ siècles[71]. Cette pratique est reprise dans le cadre de cérémonies funéraires qui valorisent la procession au détriment des autres gestes[72] : en 1389, Adémar de Solignac, bourgeois du Château, souhaite ainsi qu'à la fête de la Nativité de la Vierge le 8 septembre, les prêtres de Saint-Pierre qui sortent de l'église en procession avec une statue de Notre-Dame s'arrêtent devant la maison paternelle pour chanter une antienne mariale[73].

La paroisse de Saint-Pierre du Queyroix fut donc au XIV^e^ siècle à Limoges un lieu important de l'encadrement de la mort pour la population la plus dynamique et la plus riche de la ville. Les testaments, malgré leur forme convenue, permettent

[71] DEBUS KEHR, Monique – "La Fête-Dieu à Colmar à la fin du Moyen Âge", pp. 504-505 sur les premières occurrences du dais placé sur le Saint-Sacrement, à Toulouse en 1362 ; DEBUS KEHR, Monique – "La Fête-Dieu à Colmar à la fin du Moyen Âge", pp. 509-518, sur la dimension festive de la procession.
[72] C'est le cas aussi en Provence, STOUFF, Louis – "Les Provençaux et la mort dans les testaments (XIII^e^-XV^e^ siècle)", p. 204.
[73] Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 11 ; GUIBERT, Louis - *La famille limousine d'autrefois d'après les testaments et la coutume*, p. 9.

d'avoir un aperçu de la vie des paroissiens et des paroissiennes, dont plusieurs sont aussi de condition plus modeste. Il ressort de cette documentation, et notamment des clausules que les prêtres de Saint-Pierre ont fait consciencieusement dresser quand ils ne disposaient pas du testament dans son entier, une image constante des liens intenses tissés entre eux et les fidèles, pendant plusieurs siècles. Moins prestigieuse qu'un chapitre collégial, cette communauté n'en assurait pas moins une liturgie dense, le plus souvent fidèle aux vœux des moribonds et il n'est pas rare que l'un ou l'autre de ces prêtres soit aussi choisi par le testateur ou la testatrice comme exécuteur testamentaire, ce qui témoigne de la grande confiance que l'un ou l'une faisait à l'autre. On aura noté combien cette société cléricale est également docile pour exécuter des cérémonies voulues par tel ou tel notable, plus élaborées que les commémorations habituelles, notamment ici dans le cadre de la Fête-Dieu. Cela revèle enfin la porosité des univers entre clercs et laïcs pour que ces marchands soient si précis dans le détail des éléments d'une fête dont ils sont les promoteurs et dont « leurs » prêtres sont les exécutants. Cette étude a montré combien le sujet des relations entre clergé paroissial et fidèles, consolidées pour la mémoire des morts, était riche. Pour en faire état de manière plus complète et ajouter la petite pierre limousine aux synthèses sur la spiritualité des citadins dans le cadre paroissial, il faudrait une investigation des sources d'une tout autre ampleur.

Références Bibliographiques

Sources

Sources manuscrites

Limoges, Archives départementales de la Haute-Vienne, 1 G 1 fol. 97, 139, 176-177, 212.

Limoges, Archives départementales de la Haute-Vienne, 15 G 4, 6, 7, 8, 9, 10, 15, 17, 25, 27, 39, 40, 47, 49, 62, 68, 77, 104, 106, 108, 118, 122.

Limoges, Archives départementales de la Haute-Vienne, 3 H 299.

Limoges, Archives départementales de la Haute-Vienne, 2 EE non classé, boîte 97.

Limoges, Archives départementales de la Haute-Vienne, I SEM 13, volume III, folios 1-56, ici fol. 1.

Limoges, Archives départementales de la Haute-Vienne, I SEM 96 f°2-3v.

Limoges, Archives départementales de la Haute-Vienne, I SEM 96 f°42.

Limoges, Archives départementales de la Haute-Vienne, D 422.

Limoges, Archives départementales de la Haute-Vienne, 25 H 372.

H sup Limoges B 337.

Sources imprimées

CHABANNES, Adémar de – *Chronique*. Trad. Y. Chauvin et G. Pon, Turnhout: Brepols, 2003, livre III, chap. 18.

LEGROS, Abbé Martial – "Mélanges ou recueil de pièces justificatives pour servir à l'histoire du diocèse de Limoges et de la province du Limousin " (tome 1). –Provient des manuscrits de l'abbé Legros. Limoges, 1778-1787.

Études

ARDANT, Maurice – *Saint-Pierre-du-Queyroix de Limoges, notice historique et descriptive sur cette église*. Limoges: Ardant frères, 1851.

BARRIÈRE, Bernadette – "La primauté du château dans l'affirmation des communautés urbaines (XIII^{e} siècle)". In PÉROUAS, Louis (dir.) – *Histoire de Limoges.* Toulouse: Privat, 1989.

CARON, Bertrand – *Les coutumes du château de Limoges. Élaboration d'un droit urbain en pays de langue d'oc (XIII^e-XV^e siècles)*. Paris: École nationale des Chartes, 2010.Thèse de l'École nationale des Chartes.

COULET, Noël – "Processions et jeux de la Fête-Dieu en Occident (XIV^e-XV^e siècle)". In BÉRIOU, Nicole; CASEAU, Béatrice; RIGAUX, Dominique (éds.) – *Pratiques de l'eucharistie dans les Églises d'Orient et d'Occident (Antiquité et Moyen Âge)*, vol. I : L'institution. Paris: Institut d'Études Augustiniennes, 2009 *(Collection des Études Augustiniennes, Série Moyen Âge et Temps Modernes - 45)*.

DEBUS KEHR, Monique – "La Fête-Dieu à Colmar à la fin du Moyen Âge". Revue d'Alsace [En ligne], 141 (2015), mis en ligne le 01 octobre 2018, consulté le 09 octobre 2023. URL: http://journals.openedition.org/alsace/2364 ; DOI : https://doi.org/10.4000/alsace.2364.

GUIBERT, Louis – "Anciens statuts du diocèse de Limoges (XIII^e, XIV^e et XV^e siècles)". *Bulletin historique et philologique du Comité des travaux historiques et scientifiques,* (1888), p. 263-272.

GUIBERT, Louis – *La famille limousine d'autrefois d'après les testaments et la coutume*. Limoges: Vve Ducourtieux/Leblanc, 1883.

LAMY, Marielle – "Images, sons et lumières. La mise en scène de la cour céleste dans le testament du duc d'Orléans (1403)". In BARRALIS, Christine; MARCHAL, Corinne; WAGNER, Anne – *Le testament spirituel, du Moyen-Âge à l'époque moderne. Legs, salut de l'âme, miroir des vertus chrétiennes*. Centre de Recherche Universitaire Lorrain d'Histoire, p. 155-176.

LEMAITRE, Jean-Loup; VIELLIARD, Françoise – "La lièvre de la confrérie des Premières chandelles à Limoges (1388)". *Bulletin de la Société archéologique et historique du Limousin*, 129 (2001), p. 45-113.

LOUIS, Sara – *La spiritualité des laïcs dans le diocèse de Limoges, principalement d'après leurs testaments, 1220-1520*. Poitiers: Université de Poitiers, 1979. Thèse de 3e cycle.

MANISSADJIAN, Henri – "La communauté des prêtres de l'église de Sainte-Feyre (Creuse)". *Cahiers d'histoire*, 2 (1957).

MARANDET, Marie-Claude – *Le souci de l'au-delà : la pratique testamentaire dans la région toulousaine, 1300-1450*. Perpignan: Presses universitaires de Perpignan, 1998.

MICHAUD, Francine – "De père en fils ? Sensibilité spirituelle à travers les testaments marseillais, 1248-1350". In BARRALIS, Christine; MARCHAL, Corinne; WAGNER, Anne – *Le testament spirituel, du Moyen-Âge à l'époque moderne. Legs, salut de l'âme, miroir des vertus chrétiennes*. Metz: Centre de recherche universitaire lorrain d'histoire, 2013.

PÉROUAS, Louis – "Regards historiques sur le mouvement confrérial en Limousin". *Annales du Midi*, 117/249, (2005).

SCHNEIDER, Thomas – *Fortune, pouvoir, spiritualité : profils de familles patriciennes du Château de Limoges, 1450-1560*. Limoges: Université de Limoges, 2016. Mémoire de Maîtrise.

STOUFF, Louis – "Les Provençaux et la mort dans les testaments (XIII^{e}-XV^{e} siècle)". In BIGET, Jean-Louis, et. al. (eds.) – *La mort et l'au-delà en France méridionale (XIII^{e}-XV^{e} siècle)*. Toulouse: Privat, 1998.

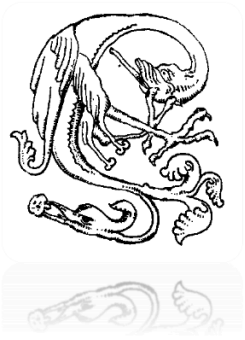
TABBAGH, Vincent – "Portraits de chanoines en banquiers : les chapitres cathédraux de Paris et de Rouen à la fin du Moyen Âge". *Gens d'Église, gens de pouvoir (France, XIII^{e}-XV^{e} siècle).* Dijon: Éditions universitaires de Dijon, 2006, p. 187-204.

TARBOCHEZ, Gaëlle – "Les communautés de prêtres séculiers en France à la fin du Moyen Âge". *Les associations de prêtres en France du Moyen Âge à l'époque contemporaine*, Revue d'histoire de l'Église de France, 93/230, (2007).

TRICARD, Jean – *Les campagnes limousines du XIV^{e} au XVI^{e} siècle. Originalité et limites d'une reconstruction rurale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MASSONI, Anne – "Les paroissiens de Saint-Pierre du Queyroix de Limoges et la communauté des prêtres: des liens jusque dans la mort au XIV^{e} siècle". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 203-227. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

The Role of the Beguine Movement in the Commemoration of the Dead in Douai, Thirteenth and Fourteenth Centuries

O papel do movimento beguino na comemoração dos mortos em Douai, séculos XIII e XIV

Mary Anne Gonzales
University of Waterloo
N2L 3G1, Ontario, Canada

magonzales@uwaterloo.ca
https://orcid.org/0009-0008-6142-1702

Data de receção do artigo/ Received for publication: 28 de Fevereiro de 2024
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 12 de Novembro de 2024

ABSTRACT

Commemoration and *caritas* were deeply intertwined and in Douai, this relationship was evident in the strategies that testators employed between 1228 and 1362. During this period, Douaisiens' commemorative strategies brought together existing and new religious institutions and intercessors responsible for the salvation of the parish community. At a time when the penitential movement in the town was flourishing, testators considered beguines as among those efficacious in interceding for their souls. Testators requested pittances, simple prayers, and funerary services. The women performed these services alongside many other intercessors, including the parish church and its personnel, the mendicant orders, and the common poor. Thus, this period in Douai involved the formation of a network of commemoration in which intercessors, including beguines, contributed to the salvation of parishioners.

Keywords: Commemoration; Beguines; Charity; Douai; Community

RESUMO

A comemoração e a caridade estavam profundamente interligadas e, em Douai, esta relação era evidente nas estratégias que os testamenteiros empregaram entre 1228 e 1362. Durante este período, as estratégias comemorativas dos habitantes de Douai reuniram instituições religiosas novas e pré-existentes, bem como intercessores responsáveis pela salvação da comunidade paroquial. Numa época em que o movimento penitencial na cidade florescia, os testamenteiros consideravam as beguinas pessoas úteis na intercessão pelas suas almas. Os testamenteiros solicitavam pitanças, orações simples e serviços funerários. As mulheres realizavam estes serviços juntamente com muitos outros intercessores, incluindo a igreja paroquial e o seu pessoal, as ordens mendicantes e os pobres comuns. Assim, durante o período em estudo, na cidade de Douai, formou-se uma rede de comemoração em que os intercessores, incluindo as beguinas, contribuíram para a salvação dos paroquianos.

Palavras-chave: Comemoração; Beguinas; Caridade; Douai; Comunidade

Scholarship on *memoria* effectively considers commemoration as a social dynamic between the living and the dead in which the two were mutually responsible for each other's well-being[1]. However, such a definition does not indicate how the living and the dead reinforced their responsibilities to one another. In Douai, the flourishing of the penitential movement during the thirteenth and the fourteenth centuries saw testators' use of *caritas* to secure commemorative services and assist their intercessors. Alongside existing religious institutions, particularly the parish church, these intercessors were jointly responsible for the care of souls within Douai's parish communities. Specifically, examination of the beguine movement's serves as an important lens in highlighting the richness of commemorative culture and the ways that a commemorative network developed in the town between 1228 and 1362. Evident in testators' appeals to beguines for pittances, simple prayers, and funerary services was the value they attributed to the women's expertise in caregiving. However, the value that testators placed on the women's commemorative services did not diminish the spiritual efficacy of commemorative services from other religious groups and institutions[2]. Within this network, testators employed *caritas* to secure and combine multiple commemorative services from a broad range of intercessors.

[1] OEXLE, Otto Gerhard – "Memoria und Memorialbild". In SCHMID, Karl; WOLLASCH, Joachim (eds.) – *Memoria: Der gschichtliche Zeugniswer des liturgischen Gedenkens im Mittelalter*. München, 1984, p. 394.

[2] Jean-Pierre Deregnaucourt's doctoral thesis considers the period examined here as a time when the parish church faced competition for the donations from the common faithful. In part, this view was influenced by Jacques Chiffoleau's monumental work around the culture of death in Avignon. See DEREGNAUCOURT, Jean-Piere - *Autour de la mort a Douai. Attitudes, pratiques et croyances, 1250-1500*. Lille: Université Charles de Gaulle, 1998, p. 176. Doctoral Thesis. See also CHIFFOLEAU, Jacques – *La comptabilite de l'au- dela: les hommes, la mort et la religion dans la region d'Avignon d la fin du Moyen Age (vers 1320 – vers 1480),* XLVII. Rome: Collection de l'Ecole Francaise de Rome, 1980. For Deregnaucourt, the parish churches in Douai outlived most penitential groups and institutions by 1370 when many of these communities had dissolved because of the plague, famine, and the changing needs of the common faithful.

A survey of 171 testaments from this period demonstrates that Douaisien testators recruited beguines for commemorative services[3]. Although the testaments consulted in this paper are a modest portion of the 3,000 wills that survive from medieval Douai, they speak to the intersections that had newly formed between charity, the penitential movement, and commemoration by the mid-thirteenth century. Connected to the beguine movement, these documents speak to the women's participation in the care of souls within their parish communities. Therefore, important in considering Douaisiens' commemorative practices were the social and spiritual circumstances that shaped testators' efforts to secure their salvation.

Commemoration in Douai

Commemorative practices in Douai occurred on the intersections of legal, spiritual, and social practices. Commemoration and the procedures involved in arranging them have been documented in the wills of Douaisiens. Men and women of the town prepared for their death by creating a will in which they outlined their final wishes, including their requests for specific commemorative services. Underlying the legal transactions that the will oversaw were testators' spiritual interests in preparing for the hereafter. Involved in their preparations was the recruitment of intercessors who offered commemorative services for their soul and the fees and donations paid to them. The will brought together these interdependent components in commemoration. The will was not solely a legal nor religious document as these aspects came together in the request and execution of testator's final wishes[4]. Consequently, when thinking of wills in the context of commemoration, these documents might be best thought of as records of social networks in parish communities designed to support the afterlife of its members.

[3] These testaments are from the Archive Municipales de Douai (=AMD), FF 861 and 862 series, which contain documents from the thirteenth and fourteenth centuries. The combined number of wills from this collection is 171. 84 belonged to women and 87 belonged to men. It should be noted that included in the total number of wills and those created solely by women are two copies of Jehane de Malarde's will.

[4] As Martha Howell has noted, wills and final testaments were religious documents because they permitted Douaisien testators to secure their salvation through charitable gifts to the devout. See HOWELL, Martha – "Fixing Movables: Gifts by Testament in Late Medieval Douai". *Past and Present* 150 (1996), p. 11.

The creation of formal records pertaining to one's commemoration was limited to a select group of residents in Douai. A regulation from 1236 on the creation of wills implied that testators were those who held citizenship status as the "bourgeois et borgeoise de ceste ville"[5]. Excluded in the collection of extant wills were residents of the town who did not hold citizenship there. For Jean-Pierre Deregnaucourt, the study of commemoration excluded those who were not permitted legally to create wills, as well as those who did not have anything left to bequeath by the end of their life[6]. But paradoxically, because commemoration involved the provision of services by many members of the parish community, these documents made visible the same individuals and groups who were excluded from taking part in its creation. Therefore, the wills highlight the social networks that existed and were required by testators for commemorative services.

Between the mid-thirteenth to the mid-fourteenth century, Douaisiens' commemorative practices typically included alms and donations to their parish church and its personnel. From the 171 wills examined here, 91 left alms for their parish church, 24 left alms but did not indicate their parish church, 6 testators did not leave alms to local parish churches but did so to those in other towns, and 50 did not mention their parish church[7]. This number is spread out from 1228 to 1362 and

[5] AMD AA 97, fol. 95. There are some ambiguities about the precise meaning of being a bourgeois/bourgeoise in Douai. In one sense, this status referred to citizenship in the city rather than residency. In another sense, the title also held economic implications about property ownership and *rentes* secured by real properties. Additionally, the meanings of these titles were not static in medieval Douai. For further discussion of this, see HOWELL, Martha – "Weathering Crisis, Managing Change: The Emergence of a New Socioeconomic Order in Douai at the End of the Middle Ages". In BOONE, Marc ; PREVENIER, Walter (eds). – *La draperie ancienne des Pays-Bas Débouchés et strategies de survi*e (14e-16e siècles). Leuven and Apeldoorn: Grant, 1993, p. 100; ESPINAS, George – *La vie urbaine de Douai au Moyen Âge*, vol. 1. Paris: Picard, 1913, pp. 385-393.

[6] Deregnaucourt's considers this component in the creation of wills and the documentation of commemoration as a reflection of social hierarchies. In his survey of 2,284 wills from the twelfth to the fifteenth centuries, Jean-Pierre Deregnaucourt identified that 1,434 belonged to men and 850 to women. He posed the question of whether there were distinctive masculine and feminine forms of commemoration. He considers the context and circumstances involved in Douaisiens' testators as the determinants of gendered experiences in commemoration. See DEREGNAUCOURT, Jean-Pierre – *Autour de la mort à Douai*, p. 48.

[7] Henri Painmoilher, Jehanain de Dourges, and Hue li Germain gave alms to the bishop of Arras. See AMD FF 861 32626 (testament of Henri Painmoilher, 1286), AMD FF 861 32629 (testament of Jehanain de Dourges, 1290), AMD FF 861 32642 (testament of Hue li Germain, 1298). Pieron de Warlain left alms to the church of Warlaing. See AMD FF 861 32639 (testament of Pieron de Warlain, 1296). Maroie le Pance bequeathed money to the parish of Biethune, which was her city of origin. AMD FF 862 32651 (testament of Maroie dite a le pance de Biethune, 1307). The number of wills per parish in this collection is as follows: Saint Piere-36, Notre Dame-6, Saint Amé-3, Saint Aubin-21, Saint Jakeme-15, Saint Nicholas-9, Saint Jehan-1.

so from this pattern, it can be surmised that testators generally valued and remembered their parish church when they made their wills. According to Deregnaucourt, alms and donations made to parish churches were routine and, therefore, were sometimes left out of these documents[8]. For the great majority who did include their parish church in their wills, they expressed generosity to the parish personnel who served the church. Indeed, for one testator, he thought it important to remember and include "une verriere" who was among the personnel in the parish church of Saint Aubin[9]. By remembering their parish church in their arrangements for death, testators emphasized the spiritual and social significance of these institutions in their communities.

Such was the significance of parish churches in parish life that testators' support for these institutions did not wane even upon the arrival of the mendicant orders. The first local establishment of the mendicants in the town was marked by the creation of the Dominican convent in 1271. Prior to this time, Dominicans traversed from Lille as that was their closest settlement to Douai[10]. After 1271, testators frequently bequeathed money to the friars perhaps because of their residency in the town[11]. Deregnaucourt has considered the thirteenth and fourteenth centuries as a period of competition between the mendicant orders and parish churches in commemorative services, particularly pertaining to burials. Certainly, there were Douaisiens who opted for burials in the convents of the mendicants. However, these arrangements did not mean that these testators had turned away from their parish church. Among them were testators who arranged for burial in either the Franciscan, Dominican, or Trinitarian convents. These testators included Marotain le Caucheteur (1282) and Maroie Blokiele (1316) who both opted for burials in the Franciscan convent but provided alms to the parish church of Saint Piere and its personnel[12]. These examples denote continuities in the parish church's place in the

[8] DEREGNAUCOURT, Jean-Pierre – *Autour de la morte à Douai*, p. 206.
[9] AMD FF 861 32630 (testament of Williaume le Waukier, 1291).
[10] SIMONS, Walter – *Cities of Ladies: Beguine Communities in the Medieval Low Countries, 1200-1565.* Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2001, p. 113.
[11] This regularity is evident beginning with Adam de Masni's will. See AMD FF 861 32595 (testament of Addin de Mausin, 1269).
[12] AMD FF 862 32623 (testament of Marotain le Caucheteur, 1282). Marotain's will states: "As freres precheurs de douay la on ele es list se sepulture pour aidier a fair ele moustier. xv lib". AMD FF 862

social and religious lives of its parishioners throughout the thirteenth and fourteenth centuries.

Commemorative masses were also commonly requested by testators for their souls. 66 of the 171 wills from the thirteenth and fourteenth century requested obits, Requiem, annual, canter, and trental masses[13]. Some testators, including Adam de Masni (1269) and Saintaine li Toiliere (1273), requested only a Requiem mass from their parish church[14]. For other testators, requesting a combination of masses was perhaps considered a more effective means of expediting their time in Purgatory. This is evident in the will of Ghillain le Toiliere (1278), who paid 20 *sous* for her trental and 20 *deniers* for her anniversary mass[15]. Another example is Maroie de Biequin (1362) who requested "deux trenteux de messes[16]. Testators also requested masses for their souls and the souls of their parents. In Thumas Pikete's will (1295), he stipulated that the remaining funds of his estate was to establish "une capelerie en le capiele Saint Jehan en le rue au chierf pour canter cascun jour mese en celi capiele pour diu, pour lame sen pere et se mere pour lame de liu"[17]. Leurent le Laurers (1273) also secured Requiem masses for him and his widow, Marien"[18]. For some testators, the multiplication of commemorative masses suggested they considered the quantity of masses as efficacious in securing the salvation of more people apart from themselves.

This was especially the case as the pattern in wills leading to the latter half of the fourteenth century suggests an intensification in the number of commemorative masses testators sought compared to the thirteenth century. Deregnaucourt has considered this shift as a correlation between the crises of the fourteenth century[19]. However, it can be said just as easily that the growing number of masses requested

32671 (testament of Maroie Blokiele, 1316). "...pour diu et pour s'ame a sem prestre curet qui ses parochiens sera au jour de sem trespas. xx s. A sen capelain. x s. Au clerc. v s. A cascun des capelains residens en l'eglise saint piere. xii d."
[13] DEREGNAUCOURT, Jean-Pierre – *Autour de la morte à Douai*, pp. 299-300.
[14] AMD FF 861 32595 (testament of Adam de Masni, 1269). AMD FF 861 (testament of Saintain Toiliere, 1273).
[15] AMD FF 861 32618 (testament of Ghillaine le Toilliere, 1278).
[16] AMD FF 862 32647 (testament of Maroie de Biequin, 1362).
[17] AMD FF 861 32637 (testament of Thumas Pikete, 1295).
[18] AMD FF 861 32613 (testament of Leurent le Laurers, 1273).
[19] DEREGNAUCOURT, Jean-Pierre – *Autour de la mort à Douai*, p. 61.

by testators resulted from the latter's efforts to strengthen and reinforce the mutual obligations of the dead and the living in obtaining salvation. In her will from 1339, Pieronne de l'Euwe requested 20 "messes de requiem pour l'ame de li, pour l'ame de sen pere, de se mere et pour toutes les ames de tous bienfaiteurs"[20]. Implied by Pieronne's request is the recognition of her responsibility to ensure her parents' salvation. For other testators, including Marguerite li Ernieve (1345) and Gillot Julin (1361), reinforcing their intercessors' responsibility to them was made possible by requesting multiples of the same masses[21]. Consequently, the request for multiple masses demonstrated testators' motivations to engage the living repeatedly in commemoration.

Other commemorative strategies included requests for pittances. From 171 wills, 75 requested pittances from different religious institutions in the town. For example, Engherrans Brunamon (1260) requested pittances from at least six different religious institutions in Douai. In addition to the local intercessors he named, he also sought pittances from the mendicants in the towns of Arras and Lille, and monastic communities[22]. Another example is Aelis de Selevaing who pittances from the hospital of Carteriers, Franciscans, Dominicans, Trinitarians, boines enfans, abbey of Près, and the hospitals of Wetz[23]. As will be discussed in later sections of this paper, testators' requests for pittances were sometimes informed by the ability of intercessors, like the beguines, to fulfill commemorative requests. Pittances represented a commemorative service that could be fulfilled outside of elaborate ceremonies. Thus, the number of testators who requested pittances in their wills might have considered these forms of commemoration valuable for their practicality for intercessors.

Luminaires were another form of commemoration that testators requested. In Douai, luminaires referred to lighting during funeral processions and when intercessors recited prayers for testators. In processions, the requests for

[20] AMD FF 862 32705 (testament of Pieronne de l'Euwe, 1339).
[21] AMD FF 862 32716 (testament of Marguerite li Ernieve, 1345). Marguerite requested two *Requiem* masses and trentals. AMD FF 862 32740 (testament of Gillot Julin, 1361). Gillot Julin requested 4 *Requiem* masses and 1 trental.
[22] AMD FF 861 32590 (testament of Engherrans Brunamons, 1260).
[23] AMD FF 861 32640 (testament of Aelis de Selevaing, 1296).

luminaires does not appear in Douaisien wills, Marotain le Tassarde's will from 1338, in which she provided a detailed account of her funerary services and those who provided commemorative services there[24]. Predating this form of luminaires was the lighting of candles before the image of the *Corpus Domini* in the parish church of Saint Piere. The earliest will with this request comes from Engerrans Brunamons in 1260; his will states, "Et si done apreis sen decies xl s de par a oel luminaire ke on art devant corpus domini en le eglise saint piere"[25]. The importance of prayers said before this image in Saint Piere was likely connected to the townspeople's devotion to the holy eucharist, which was exemplified in a Eucharistic miracle during 1259[26]. Testators' requests for candles to be lit for them were not limited to the image of the *Corpus Domini* in Saint Piere. In his will, Gillon Crieleu bequeathed 8 sous to the parish of Saint Nicholas for oil to be used for luminaires[27]. As Catherine Vincent and Paul Fouracre have argued in their respective studies of light and its significance in commemorative practices, luminaires were both symbolic in aiding souls in their journey in the hereafter and an expression of testators' continued care to one's parish church[28]. Consequently, testators formal requests for these services demonstrated their personal interests as well as their obligations in caring for their parish in their afterlife.

As for funerary processions and burials, these topics have been studied closely by Deregnaucourt and so I will refrain from discussing these practices at great length. Testators appeared to have demonstrated preferences in making arrangements for commemorative prayers and masses in their wills. This is evident in the absence of details testators provided concerning their funerary procession. In Ghillain Toilliere's will, she only outlined her request for burial: "…et demande pour diu se

[24] AMD FF 862 32697 (testament of Maroitain le Tassarde, 1338). For example, Marotain details that four women were to clean her body, and each were to receive 12 deniers for their service. She also stated that six women and men were carry her body to her tomb and each were to receive 12 deniers.
[25] AMD FF 861 32590 (testament of Engherrans Brunamon, 1260).
[26] CANTIMPRÉ, Thomas de – *Bonum universale de apibus* (1471-1472), Bibliothèque Municipale de Douai (=BMD), no. 338, book 2, Chapter 40, fol. xciiii-v. According to Thomas, when the celebrant had dropped the host during mass in Saint Amé, the host levitated and imprinted on it was the face of Christ as a child.
[27] AMD FF 861 32617 (testament of Gillon Crieleu, 1277).
[28] VINCENT, Catherine – *Fiat Lux: Lumière et luminaires dans la vie religieuse en Occident du XIIIe ou début du XVIe siècle.* Paris: Les Éditions du Cerf, 2004. FOURACRE, Paul – *Eternal light and earthly concerns.* Manchester: Manchester University Press, 2023.

sepulture as freres menus"[29]. Different from Ghillain's will is Marotain le Tassarde's (1338) requests for services for her funerary procession. She detailed who would be cleaning, carrying, and accompanying her body before and during her procession[30]. According to Deregnaucourt, Marotain's will highlights the gradual trend in funerary services to include elaborate processions and burials characteristic of later periods after 1360[31]. Indeed, the absence of details regarding processions and burials was perhaps connected to the significance of poverty in the spiritual practices of the thirteenth and fourteenth centuries.

The diversity of commemorative services pursued by testators indicates that they considered them all as effective in securing their salvation. Redundancy did not exist; testators' interests in multiples of the same commemorative services was about quantity in services and spiritual merit. For example, Marotain Fierin requested pittances from different religious groups in the town and required masses dedicated to her spirit weekly on Mondays, Wednesdays, and Saturdays. Furthermore, there were multiple recipients who received donations from her for pittances[32]. Demonstrated in Marotain's will is the network of commemoration that existed within her parish and, more broadly, the town. Marotain's provisions for her commemoration brought together a broad range of social and spiritual groups to participate in her commemoration. This collective of intercessors and spiritual services show testators' combination of a multitude of intercessors and services to secure their salvation. Although not all Douaisiens could afford the same services as Marotain, her requests highlight the different spiritual communities involved in the care of the dead. Out of 171 wills, 148 requested at least three commemorative services in their will. This pattern indicates that testators approached commemoration with quantity in mind. Therefore, it is these attitudes that contributed to the integration of new spiritual groups and religious orders into parish community's commemorative practices.

[29] AMD FF 861 32618 (Ghillain le Toiliere, 1278).
[30] AMD FF 862 32697 (testament of Maroitain le Tassarde, 1338).
[31]DEREGNAUCOURT, Jean-Pierre – *Autour de la morte à Douai*, p. 102-104. Deregnaucourt considers this trend to have been connected to efforts to die within one's rank by showcasing wealth in the procession and burial.
[32] The recipients of her donations included the poor beguines of Champfleury, her servant Margot, her parish church, the town's mendicant orders, and several hospitals. AMD FF 861 32609 (testament of Marotain de Fierin, 1272).

Caritas, penance, and commemoration

Testators' interests in the quantity of commemorative services were likely informed by spiritual concepts that explained the souls' place in the afterlife and how one's earthly conduct impacted the soul's fate. As Jacques Le Goff posits, the conceptualization of Purgatory in the twelfth century considered it as a place where souls were purged for their venial sins in life—a process that was both lengthy and painful. The living had the ability to shorten the time that souls spent in Purgatory through prayers in commemoration of the dead[33]. It is perhaps this conceptualization contributed to Douaisiens' patronage and charity towards members of their community.

Douaisien wills do not explicitly refer to Purgatory but instead imply it in the use of the *pro anima* clause prefacing gifts testators distributed to their friends, family, neighbours, and religious institutions. The earliest extant will with this clause belonged to Jakemon de Doregni from 1252. Here on, the *pro anima* clause became a standard feature of the will's formulaic structure; only 30 wills from the 171 examined here did not contain this clause and 5 wills predated the mid-thirteenth century. The absence of the *pro anima* clause in these documents suggests that the act of making spiritual gifts had not yet been integrated in the will's formulaic structure.

After the mid-thirteenth century, the *pro anima* clause in the form of the phrase "pour dieu et pour l'ame" appear consistently in extant wills. The 25 wills that do not use the *pro anima* clause after the mid-thirteenth century, including Gilles as Blanc Kevaus, either made a general declaration of what they left and to whom using the phrase "il donne et laist" or included no declarative phrase, but nonetheless made bequests[34]. In the wills that do include the pro anima clause, variations existed but articulated consistently that the actions mentioned within this clause were for

[33] LE GOFF, Jacques – *The Birth of Purgatory.* GOLDHAMMER, Arthur (trans.), Chicago: University of Chicago Press, 1984, p. 152.
[34] AMD FF 861 32636 (testament of Gilles as Blanc Kevaus, 1295).

the testator's spirit[35]. In this sense, concern for Purgatory and the soul's fate in the afterlife was incorporated in the formulaic structure of the will.

An important component of the *pro anima* clause was its declaration of alms and donations made by testators for their spirit. In 113 wills and from the year 1250, testators resorted to almsgiving and donations to secure commemorative services from religious groups. The recipients of alms and donations were commonly the parish churches and the poor. The earliest appearance of donations made to the parish church in the wills examined here comes from 1252; in this will, Jakemon Doregni donated to the church of Saint Aubin[36]. As mentioned above, testators frequently remembered their parish churches, its personnel, and services to the poor. Second to the parish were the common poor, who testators frequently included as beneficiaries of their estate. Testators, including Thumas Pikete, Pieron Dorchies, mentioned the *kemuns povres* de le Ville de Douay or the *kemuns povres* of the testator's parish[37]. The frequency of alms given to testators' parish churches and the poor indicate that these were important spiritual practices that testators used to express their piety.

The significance of almsgiving in testators' commemorative strategies was informed by the concept of *caritas* within one's community. During the thirteenth century, preachers active in the Low Countries and neighboring areas encouraged the common faithful to consider the spiritual effects of their participation in commerce on their soul. In part, *caritas* was a reminder of the suffering that awaited souls in Purgatory. Consequently, preachers including Alain de Lille (ca. 1128-1203) and Thomas de Cantimpré (1201-1272) highlighted the economic consequences of avarice and usury on those who fell to misfortune from the greed of others. Alain and Thomas were responding to the rapid urbanization within the region, the economic and social conditions it created in urban communities, and spiritual

[35] Variations of this clause appear as: "pour dieu et pour same", "pour dieu et en aumosne", "pour dieu et en aumosne et pour salve du l'ame". Testators also included the souls of their parents, siblings, spouses, and ancestors within this clause as beneficiaries of their commemorative services. An example of this is Pieron de Warlaing who states in his will "pour dieu et pour same et pour les ames de sen pere et de se mere." AMD FF 861 32639 (testament of Pieron de Warlaing, 1296).
[36] AMD FF 861 32865 (testament of Jakemon de Doregni, 1252).
[37] AMD FF 861 32637 (testament of Thumas Pikete, 1295), AMD FF 862 32664 (testament of Pieron Dorchies, 1314), AMD FF 862 32736 (testament of Gillote li Enfes, 1359).

concerns regarding Purgatory[38]. For both Alain and Thomas, *caritas* had redemptive qualities in decreasing the time souls spent in Purgatory and participation in it guaranteed spiritual benefits in the afterlife[39]. Certainly, not all testators of the wills examined here were penitents. However, their participation in charity through their requests for commemorative services points to their efforts in performing penitential acts.

The prevalence of almsgiving and donations in the commemorative strategies of testators demonstrate that these religious ideals were present in Douai. As one of the region's major cloth-producing towns, Douai's 30,000 inhabitants by the year 1300 were steeped in commerce[40]. According to the occupations of testators, all engaged in some aspect of commerce during their life. As Ellen Kittell has demonstrated, testators' epithets included their occupations[41]. Among these testators from 1228 to 1362 were individuals from the town's wealthy merchant families who generated profits from the production and sale of cloth[42]. It is true that

[38] Some examples from the two can be found in: CANTIMPRÉ, Thomas de – *Bonum Universale de Apibus*, Book 2, Ch. 26, 5: Exemplum abbatis Villariensis, de restiuenda pecunia usuris parta. LILLE, Alain de - *Summa de arte praedicatoria*. Ed. J.P. Migne, *Patrologia Latina*, col. 109-195.

[39] Le Goff has examined the links between the concept behind the doctrine of Purgatory beginning in the twelfth century and the economic expansion of urban centres. See LE GOFF, Jacques – *The Birth of Purgatory*; LE GOFF, Jacques – *Your Money Or Your Life: Economy and Religion in the Middle Ages.* New York: Zone Books, 1998, pp. 21-24. For an extended discussion of theologians' views on avarice as a product of commerce, see RUBIN, Miri – *Charity and Community in Medieval Cambridge.* Cambridge: Cambridge University Press, 1987, pp. 84-85. Tanya Stabler Miller has also recognized similar trends in Robert de Sorbonne's writings emphasizing the significance of charity within one's community. See STABLER MILLER, Tanya – *The Beguines of Medieval Paris: Gender, Patronage, and Spiritual Authority*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

[40] This estimate of the town's population comes from DERVILLE, Alain – "Le nombre d'habitants des villes d'Artois et de la Flandre Wallonne (1300-1450)". *Revue du Nord* 65/257 (1983), pp. 289-293. This number is repeated in BLOCKMANS, Wim – "Flanders in the Thirteenth Century". In ABULAFIA, David (ed.) – *The New Cambridge Medieval History*, Volume 5. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, p. 415. Other estimates far lower than 30,000; Catherine Dhérent estimates that the population of Douai in the fourteenth century was between 10,000 and 12,000. See DHÉRENT, Catherine – *Histoire social de la bourgeoisie de Douai de 1280 à 1350.* Paris: École Nationale de Chartres, 1981, p. 121. Doctoral Thesis. Martha Howell also has proposed that Douai's population during this period was somewhere between 15,000 and 20,000. See HOWELL, Martha – The *Marriage Exchange.* Chicago: The University of Chicago Press, 1998, p. 48. Peter Stabel provides the lowest estimate of Douai's population, which he considers had been closer to 8,000. See STABEL, Peter – "Composition et recomposition des reseaux urbains des Pays-Bas au Moyen Âge". In LECUPPRE – DESJARDIN, Élodie ; CROUZET-PAVAN, Élisabeth (eds.) – *Villes de Flandre et d'Italie (XXIIIe-XVIe).* Turnhout: Brepols, 2008, pp. 29-63; NICHOLAS, David – *Medieval Flanders.* London: Longman, 1992, p. 115.

[41] KITTELL, Ellen – "The construction of women's social identity in medieval Douai: Evidence from identifying epithets". *Journal of Medieval History* 3 (1999), p. 220.

[42] For a complete inventory of medieval wills from Douai and testators, see DEREGNAUCOURT, Jean-Pierre – *Autour de la morte à Douai*, vol. 2, pp. 3-57.

those who were able to request multiple commemorative services from a broad range of intercessors were able to do so because of their wealth. However, it is perhaps equally true that there was greater spiritual urgency among these testators to disperse their wealth as donations because of how they generated income during their life.

The charitable dimensions in testators' commemorative services stress the significance of charity in Douaisiens' efforts to not only shorten their time in Purgatory, but also to secure their salvation. Alms and donations made to the parish church and the poor spoke to the same social, economic, and spiritual dimensions of charity that Alain and Thomas highlighted. Implied within the nature of this transaction was the transfer of goods and money; Teofilo Ruiz has considered donations of property and money as the conversion of earthly into spiritual wealth[43]. This transactional nature feature in *caritas* can also be considered as remnants of Germanic practices of gift-giving[44]. As Arnoud-Jan Bijsterveld has posited, commemoration operated within the concept of *do ut des*, in which a gift was made to assist the recipient, who would later provide a counter-gift to the giver[45]. Indeed, these attitudes are present in Douaisien testators' requests for commemorative services. In providing alms to religious groups, institutions, and the poor, testators obligated recipients to act as intercessors for them through commemorative services. According to Adam J. Davis, this system of mutual support and exchange underlined a commercialization of salvation due to testators' expectation of spiritual returns for their donations[46]. Such attitudes certainly do not

[43] Teofilo Ruiz makes this conclusion in his observation of Catalan wills and the relationship of testators with property by 1230. RUIZ, Teofilo – *From Heaven to Earth: The Reordering of Castilian Society, 1150-1350.* New Jersey: Princeton University Press, 2004.
[44] LITTLE, Lester K. – *Religious Poverty and the Profit Economy in Medieval Europe.* New York: Cornell University Press, 1978, pp. 3-41.
[45] BIJSTERVELD, Arnoud-Jan – *Do ut des: Gift Giving, Memoria, and Conflict Management in the Medieval Low Countries*, Volume 104, Middeleeuwse studies em bronnen. Uitgeverij Verloren, 2017, p. 20.
[46] Adam J. Davis' examination of wills from the region of Champagne highlights the existence of a shared language between commercial and spiritual transactions. For Davis, the language of commerce shaped testators' articulation of spiritual gifts and, likewise, informed their expectation of spiritual rewards. See DAVIS, Adam J. – *The Medieval Economy of Salvation*, pp. 5-8. These conclusions expand Jacques Chiffoleau's and Jacques Le Goff's focus on medieval anxieties about the afterlife and a spiritual economy, Adam J. Davis and Ruiz have considered the expression of these anxieties as offshoots of the commercialization of urban communities. DAVIS, Adam J. – *The Medieval Economy of Salvation: Charity, Commerce, and The Rise of the Hospital.* Ithaca: Cornell University Press, 2019; RUIZ, Teofilo - *From Heaven to Earth: The Reordering of Castilian Society.*

align with modern concepts of altruism within charity work. However, the concept of mutual support was embedded in medieval practices of *caritas* and a cornerstone in commemoration.

The development of the penitential movement saw the growth of new intercessors involved in Douaisiens' commemorative practices. Indeed, the diversity of intercessors and commemorative services discussed in the previous section were made possible by the penitential movement. Penitents embodied the devotional ideals of the period and appealed to the testators in this regard. These groups included the Franciscans, Dominicans, Trinitarians, and beguines. Deregnacourt's study of burials considers the penitential movement in Douai as disruptive of a commemorative system in which the parish church was at the center of commemoration within the parish community[47]. However, in considering testators' attitudes towards penitents, we might see instead the growth of a network in which the care of souls was no longer the sole responsibility of the parish church. But rather, it was the parish community that now shared in this spiritual responsibility by the latter half of the thirteenth century.

The institutions of penitential groups were embedded in the parish communities from which their members came. Indeed, this was particularly true of beguines. As shown by Marien de Lens' will, she entrusted her commemoration to several institutions in her parish community of Saint Piere:

> « … por diu et por lame de li et en aumosne a l'uevre de l'eglise saint piere de douai, x. d. A le taule de saint esperit, x. d. A doiien de saint piere, xx. D. A p[a]rochiien de saint piere. Xx. D. Au capelain de le paroche. V. d. Au clerc. Iii. D. As clers ki portent leue benoite. Ii. D. A cascun capelain de saint piere. Xii. D. A le candoile ki art devant corpus domini a saint piere. V. d. As povres dele vile de douai por acater nates cauciers et toile. C. d. As povres begines de le paroche saint piere. C. d. As povres begines de le maison Agnies de Corbie. Xx. D… Et si laist li devant dite Maroie as 243rères precheurs de douai. Viii. Lib. As 243rères precheurs daras. Xx. D. As 243rères precheurs de Lille. Xx. D. As 243rères

[47] DEREGNAUCOURT, Jean-Pierre – *Autour de la morte à Douai*, pp. 126-131.

> precheures de Valenchienes. Xx. D. As 244rères menus de douai. Xl. D. as 244rères menus de Lens. Xx. D. As 244rères menus daras. Xx. D. As 244rères menus de lille. Xx. D. As 244rères menus de Tournai. Xx. D. As 244rères menus de Valenchienes. Xx. D. As 244rères menus Cambrai. Xx. D. et tout a pitance. Et si laist li devant dite Maroie as 244rères de le Trinite de douai. X. d. As Boens enfans de douai. X. d. As vieux prestres de Tournai. X. d. A l'abeie de Syn. X. d. A le braiele daunai. X. d… A l'abeie dou vergier. X. d. Au viuier nostre dame. X. d. A l'abeie des pres. X. d… Et li laist li devant dite Maroie as mesiaus de douai. X. d. As Kartriers devant nostre dame. X. d. A Saint Jehan devant saint piere. X. d. A l'ospital Segneur Gervais. Xx. D. A Saint Sanson. V. d. A l'ospital de campflori. X. d. et tout a pitance… »[48]

Maroie's collection of intercessors perhaps reflects her preference in receiving commemorative services from penitents. Indeed, Maroie herself might have been a beguine as her sister, also named Marien, was one[49]. Nonetheless, the number of testators in her will show that the parish was one of the many institutions who was responsible for the salvation of her soul. This responsibility was dispersed among the beguines and the church of Saint Piere in her parish and those elsewhere in the town. Notable as well is Marien's inclusion of mendicants in the towns of Lille, Tournai, and Valenciennes. Thus, within the context of this commemorative network, the parish church of Saint Piere did not work alone to secure salvation for Marien.

The connection between beguines and commemoration

It is within the contexts of commemoration and *caritas* in Douai that beguines emerged as spiritual intercessors. By the mid-thirteenth century, beguines appeared frequently in wills as intercessors for those who founded these institutions and later generations of testators[50]. This appearance was consequential to the flourishing of

[48] AMD, FF 861 32601 (testament of Marien de Lens, 1270).
[49] A beguine named Marien de Lens served as *rewars* in the hospital of Wetz from 1343 to 1344. However, it is unclear if this woman was the testator of the will from 1270 or her sister. On the back of Marien's will, her name is spelled Maroie. Another possibility is that Marien, the testator of the will, became a beguine later in life after creating her will in 1270.
[50] I would like to note here that this paper uses the term "religious" in the broadest sense of the word as it pertains to devotion and spirituality, rather than religious status. For further discussion of terminology regarding lay female penitents, see MOONEY, Catherine – *Clare of Assisi and the*

the penitential movement in the town. As will be discussed below, contributing to this visibility was the foundation of institutions dedicated to housing and supporting these women. In wills, testators identified these women as individuals, in pairs and groups, as members of the broader parish community, and as residents of beguine institutions[51]. Out of 171 wills, 63 testators made bequests to beguines in exchange for commemorative services, including prayers, pittances, and care for the body[52]. The appearance of beguines in wills suggests that testators integrated the women's institutions into the networks of people involved in commemoration.

In the early stages of the penitential movement in the Low Countries, charismatic laywomen were already known for their roles as intercessors. Often depicted in surviving hagiographical texts as charismatic, these women were said to have procured miracles through prayers, which saved souls from Purgatory or lessened their time there[53]. In some instances, these charismatic women could traverse spiritually between earth and Purgatory to save souls[54]. In other cases, the women offered care and comfort to those who were sick and at the end of their life. Hagiographical texts documented the extraordinary spiritual experiences of but a select few lay female penitents. The women's intercessory and caritive roles in caring for the sick, dying, and the dead translated to ordinary beguines' good works within their parish communities. As Walter Simons' survey of beguine communities have shown, these women devoted themselves to caring for one another within their institutions and their broader urban community[55]. In this sense, there was great consistency in how *Vitae* portrayed the women's penitential practices and what they actually did in their communities.

Thirteenth-Century Church: Religious Women, Rules, and Resistance. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016, p. 20.

[51] AMD FF 861 and 862.

[52] AMD, FF 861 32601 (testament of Marien de Lens, 1270). "…a Marien se sereur le begine. ii. Paire de linceus…"

[53] Jacques de Vitry provides several exemples of Marie de Oignie's salubrious prayers for the sick and the dying. See VITRY, Jacques de – *Vita Mariae Oigniacensis*. Ed. D. Papebroek, *AASS*, 23 June IV. Paris: Palme, 1867, pp. 651, 636, 650-653.

[54] For example, the *Vita* of Christina of Saint Trond, written by Thomas de Cantimpré in 1232, retells Christina's vision in which she chose to suffer on behalf of the souls detained in Purgatory to convey to his readers the efficacy of her prayers and ascetic practices in saving souls from Purgatory. CANTIMPRÉ, Thomas de – *Vitae Sanctae Christinae Mirabili*. Ed. J. Pinius, AASS, 24 July, vol. 32, pp. 651-652.

[55] SIMONS, Walter – *Cities of Ladies: Beguine Communities in the Medieval Low Countries*, pp. 76-80.

In Douai, the origin of beguines is obscure but references to early communities of lay female penitents suggest that these women were known for their commemorative services in parish communities. Particularly, records from 1218 documented the presence of lay female penitents in the town and served the parish church of Saint Aubin[56]. This record entailed a donation to group of women who wished to found a Cistercian abbey. Of particular interest to the early history of beguines is that before this abbey was founded, these women were members of the laity and the penitential movement. Before obtaining religious status as members of the Cistercian order, the women lived as lay female penitents, who perhaps later sought a more rigorous form of spiritual life presented by monasticism. According to a poem, which survives in a French and Latin version from the fourteenth century, the lay female penitents of this parish cared for the church by decorating and cleaning it[57]. Bernard Delmaire has considered these descriptions important in understanding the women's identity. Additionally, these descriptions potentially reflect the social significance of their devotional practices in the parish church and community. It was quite plausible that the women's work in cleaning and decorating the church was in preparation of the space for funerals and commemorative masses, alongside its regular upkeep.

Although these poems anachronistically used the term beguine to refer to lay female penitents, these sources highlight strong connections between the penitential movement and commemoration[58]. As nuns, the founders of the Cistercian abbey, which came to be known as Notre Dame des Près, continued in their provision of commemorative services by providing donors pittances for their soul and held

[56] ADN, fonds du couvent de l'Abbaye des Près de Douai, carton 1; ESPINAS – *La vie urbaine de Douai au Moyen Âge*, vol. 3. Paris: Picard, 1913, document no. 14, pp. 11-12.
[57] Bernard Delmaire has provided these poems in DELMAIRE, Bernard – "Deux récits versifiés de la fondation de l'abbaye des Prés à Douai". *Revue du Nord* 61/241 (1979), pp. 331-351.
[58] Bernard Delmaire has argued that the poems used the word *beguine* anachronistically as the term was not yet in use in Douai during 1218 when the abbey was founded. He compares the poems written in the fourteenth century to town charters pertaining to a donation of property made by Gossuinus de Sancto-Albino to the women. The charter refers to the women as "mulieres" and not "beghines." See DELMAIRE, Bernard – "Deux récits", p. 348; ADN fonds du couvent de l'Abbaye des Près de Douai, carton 1.

masses in their memory[59]. Although these commemorative services were not abnormal for monastic communities, the abbey's origins points to the significance of commemoration in the penitential practices of lay female penitents and, later, beguines.

Twenty-seven years after the founding of the abbey, Countess Jeanne of Flanders established the first and only court *beguinage* in Douai in the town's parish of Saint Aubin. In her will, Jeanne asserted that this *beguinage* was intended for the use of the women known as beguines[60]. Her statement indicates that there remained a community of lay female penitents in this parish long after the foundation of the Cistercian abbey. But more interestingly is the implication that these women were perhaps invisible in sources between 1218 and 1245 because they operated as ordinary members of their parish community. However, Jeanne's donation of property for establishing the *beguinage* of Champfleury distinguished the women from other parishioners in that she considered them experts in interceding for her soul. Douaisien testators' foundation of beguine institutions attests to similar views as Jeanne in that they considered beguines as effective intercessors. In their requests for commemoration, testators gave generously to these women and did so by establishing institutions for them. Through testators' requests for commemoration, beguines were also provided with opportunities to perform penance and reciprocate the charity of their donors with commemorative services. In this way, testators and the beguines they supported were dependent on one another for their salvation.

A wave of foundations of beguine institutions occurred in Douai between 1245 and 1355. These institutions are as follows:

Institution	**Year**
Beguinage of Champfleury	1244-45

[59] For a record of the abbey's Foundation, see Archives Départementales du Nord (=ADN), fonds du couvent de l'Abbaye des Près de Douai, carton 1.
[60] ADN, 30H 17/250. ADN B 444 no. 808. Her will refers to the beguines of Douai's parish of Saint Aubin as "religiose mulieres quae beghine vocantur".

Beguinage of Wetz	1245[61]
Convent of Agnes de Corbie	Before 1265
Convent of Philippe le Toilier	Before 1276
Convent of Bernard Pilate	Before 1282
Convents of the Crocket	Before 1296
Convent of signeur Lanvin le Blaier	1327
Convent of de le Huge	1305
Convent of Marie de Harnes	Before 1314
Convent of Jeanne de Deuwioel	Before 1314
Convent for poor beguines near the home of Ansel Creke	Before 1328
Katheline de Dichi, ditte la Marthine	1328
Convent of the Martines	Before 1338
Convent of Paskendares	Before 1337
Convent of Fraissing	Before 1337
Convent de Dourges	Before 1338
Convent de Souchez	Before 1338
Convent of Puch a le Cainne	Before 1355

Within the same year as Jeanne's establishment of Champfleury was Gervais de le Ville's donation of his two homes to be converted into beguine hospitals at the gate of Wetz[62]. Countess Marguerite's confirmation of this foundation described the gift as having been made "in perpetuam elemosinam"[63]. Thus, the gift had a clear purpose in obtaining for Gervais and his wife spiritual merit for their salvation. Champfleury and Wetz were two of the town's largest beguine institutions and housed both wealthy and poor beguines[64].

[61] The construction of this hospital occurred around 1239 but it was not until 1245 that Gervais de le Vile declared that the foundation was dedicated to the use of beguines. See TAILLIAR, Joseph Eugène François – *Recueil d'actes des XIIe et XIIIe siècles en langue romane wallonne du Nord de la France*. Douai: Adam D'Aubers, Imprimeur, 1849, no. 44, pp. 105-106.

[62] AA, 88 fol. 24-25, AMD, GG191 (foundation from Gervais de le Vile, 1247). The foundation document states the hospital was for "povres demes beghines maladies et infirmes…et beghines por warder et por server les femes maladies".

[63] ESPINAS, Georges – *La vie urbaine de Douai au Moyen-Âge*, vol. 3, document no. 73, pp. 53-54.

[64] The mixed community of both institutions are evident in testators' donations made distinctly to the poor beguines. In her will, Aelis d'Auberti donated to the hospital of Champfleury and this community's poor beguines. AMD FF 861 32638 (testament of Aelis d'Auberti, 1295). Maroie Gramele provided Champfleury with a similar donation in which she left money to Champfleury's two hospitals and its poor beguines respectively. AMD FF 862 32696 (testament of Maroie Gramele, 1337).

The other sixteen foundations were more modest than Champfleury and Wetz because they primarily functioned as almshouses for poor beguines. Douaisiens often called these institutions convents or hospitals because of their caritative functions for beguines[65]. Among these institutions was the convent of Bernard Pilate founded before 1282 for "povres femmes beguines"[66]. His emphasis on poor beguines exemplified the spiritual culture of giving charitably, especially to the poor. Other beguine convents with surviving foundation documents expressed a similar concern for poor beguines, including Katheline de Dichi. In her will from 1328, she left money to the poor beguines who lived in her home, which she also founded as a convent through her will[67]. The foundations of these institutions attest to testators' use of *caritas* not only to secure commemorative services, but also to multiply their intercessors. As mentioned previously, the quantity of commemorative services and intercessors was important to testators. Therefore, the creation of new institutions dedicated to beguines represented a multiplication of intercessors available to the common faithful.

Commemorative prayers and masses

Testators often sought spiritual services from the women as part of their commemoration. These services depended on the resources of beguine institutions and the capacity of the women to perform commemorative services. The most common requests that beguine institutions received from testators were pittances. The 63 wills that made donations to beguines did so through alms in requesting for pittances[68]. There did not appear to have been distinctions between the wealthier and more modest institutions as both communities received donations for pittances. For example, Jehans Miaus in his will from 1311 requested pittances from the hospitals of Wetz, Bernard Pilate, Corbie, and Philippe le Toiliers and paid each

[65] Simons has synthesized this information from having compiled foundation documents of Douai's convents. SIMONS, Walter – *Cities of Ladies: Beguine Communities in the Medieval Low Countries*, pp. 274-275.
[66] AMD GG 191 (1265).
[67] AMD FF 32682 (testament of Katheline de Dichi, 1328).
[68] For a more extended view of the number of wills donating to beguine institutions until the fifteenth century, see DEREGNAUCOURT, Jean-Pierre – *Autour de la mort à Douai*, p. 246.

institution 20 sous[69]. Moreover, beguine institutions were often mentioned alongside religious institutions from whom testators also requested pittances. In the same will, Jehans Miaus requested pittances from the Franciscans (30 sous), Dominicans (30 sous), and the Trinitarians (10 sous)[70]. Unlike the mendicant orders, most beguine institutions, apart from Champfleury and Wetz, did not have chapels to hold commemorative masses. Therefore, pittances were perhaps a more practical request of the women in modest beguine institutions.

Testators also requested simple prayers as a commemorative service. For example, in the foundation document of his convent, the *échevin* Bernard Pilate left specific instructions outlining his institutions' spiritual practices. He required the women to recite the *Pater Noster* and *Ave Maria* fifteen times on Saturdays, attend masses celebrating Christmas, Easter, Pentecost, All Saints, and the five feast days of the virgin, during which the women were also to light a candle before her image[71]. Because this convent did not have its own chapel, these beguines likely performed their commemorative prayers and attended mass in the parish church of Saint Piere, which was across the road[72]. These prayers represented a formal request of the women to uphold these devotional practices in his memory and for his commemoration[73]. According to Simons, beguines recitation of the Aves was connected to the women's funerary services[74]. In this sense, Bernard Pilate integrated his request for commemorative prayers into his community's spiritual routines and their physical proximity to a parish church.

[69] AMD FF 862 32656 (testament of Jehans Miaus, 1311). "...as povres beghines del hospital des Wes de desous, as povres beghines dou couvent que Biernart Pilate estora, et as couvent que Philippes le toiliers estora cascun de ces vii lius xx. s. a pitance."
[70] AMD FF 862 32656 (testament of Jehans Miaus, 1311).
[71] AMD GG 191. Notable as well is that simple commemorative prayers were services these beguines provided to other donors to their convent. Similar to Bernard Pilate, Maroie d'Aubi required these beguines to light candles for her while they prayed for her spirit. See ADN, 30H 18/282.
[72] See SIMONS, Walter – "Begijnen en begarden in het middeleeuwse Dowaai". *De Franse Nederlanden*, 17 (1992), p. 182.
[73] Fiona Griffiths has considered the keeping of memories and memoria as separate but nevertheless related processes in the formal commemoration of the dead. See GRIFFITHS, Fiona – "Prayer for the Dead: Women, Death and Salvation". In BARROAU, Julie; BATES, David *Lives – Identities and Histories in the Central Middle Ages.* Cambridge: Cambridge University Press, 2021, p. 27.
[74] SIMONS, Walter – *Cities of Ladies: Beguine Communities in the Medieval Low Countries*, p. 78.

Bernard's request for simple commemorative prayers might be understood according to beguines' identity as laywomen. As demonstrated by the studies of Deregnaucourt and Penelope Galloway, Douaisien beguines included women who worked and therefore, had limited time to dedicate to elaborate and frequent commemorative services[75]. Bernard Pilates' requests for simple prayers potentially demonstrates his consideration of beguines' capacity to offer these commemorative services. Moreover, his provision of specific times in which the women recited the Pater Noster implies that he was more interested in the quantity of commemorative prayers than in their complexity.

The simplicity of these requests can be attributed to Douaisiens' consideration of beguines' status as lay penitents whose spiritual program were likely not as rigorous as members of the clergy and monastic orders. Indeed, according to the collection of wills, as well as economic transactions that concerned beguines show the women's involvement in the management of property, such as Maroie li Cressoniere, Oedain d'Ascons, and Agnes d'Escauding[76]. There were also beguines whose occupation likely left limited time to devotional practice, including the cloth seller Jaque de Lens[77]. Other beguines spent their time both working and managing their property, including Marie li Lavendere[78]. Still yet, there were those beguines who were among the poorest of the poor. For these women, social constraints perhaps impacted how they spent their time and how much of it they could devote to spiritual exercises. These women likely worked as laborers in the cloth trade and other industries in Douai. According to the works of Shennan Hutton and Peter Stabel, women were among the cloth workers who constituted 60% in each town in the Low Countries[79].

[75] AMD, GG 191. Galloway also notes that beguines recited the liturgical hours but they did so while in church or at work. See also GALLOWAY, Penelope – "Neither Miraculous Nor Astonishing. The Devotional Practice of Beguine Communities in French Flanders". In DOR, Juliette; JOHNONSON, Lesley; WOGAN-BROWNE, Jocelyn (eds.) – *New Trends in Feminine Spirituality: The Holy Women of Liège and their Impact.* Turnhout: Brepols Publishers, 1999, pp. 108, 111.
[76] AMD, FF 661 5.975 (September, 1270). For Oedain d'Ascons's investments in Bruges, see AMD, 94, fol. 36, r-v; for Agnes d'Escaudaing's investments, see AMD, GG 190.
[77] HANSON-KEGERREIS, Sarah Elizabeth – *The Boinebroke Women: Elite Urban Families and Economic Activities in Late Medieval Douai, c. 1285 to 1384*. California: University of California Santa Barbara, 2019, pp. 132-133. Doctoral Thesis.
[78] ESPINAS, Georges – *La vie urbaine de Douai au Moyen-Âge*, vol. 3, document no. 439, pp. 332-333.
[79] HUTTON, Shennan – *Women and Economic Activities in Late Medieval Ghent.* New York: Palgrave Macmillan, 2011, p. 19. STABEL, Peter – "Working Alone? Single Women in the Urban Economy of Late Medieval Flanders Thirteenth-Early Fifteenth Centuries". In DEVOS, Isabelle, DE GROOT, Juli,

As Kittell has shown, women cloth workers in Douai held occupations as measurers, warpers, dyers, and tanners[80]. These occupations were not only labor-intensive, but also demanded a great deal of time[81]. There were also beguines who were perhaps too ill to devote their time to a rigorous spiritual program despite having the time to do so. For example, the beguine Clarisse li Candelliere created her will during her sickness and did so in anticipation that her illness would lead to her death[82]. The diversity in beguines' social backgrounds not only informed which penitential practices they were able to perform, but also testators' requests for commemorative services.

Testators' consideration of beguines' capacity to offer commemorative services is also evident in requests for masses. Requests for commemorative masses was limited to Champfleury and Wetz because these institutions had a church and chapel, respectively, within their premises[83]. In Champfleury, obituary masses were held for Countess Jeanne as she required the women to do so[84]. In another record, Marie li Cresoniere, endowed Champfleury with a chapel and required the beguines to hear mass in it every morning for her commemoration[85]. However, Marie's request for daily masses was amended by her executors to weekly "canter trois messes"[86]. With respect to who celebrated these masses, the parish priests of Saint Aubin were responsible for them in Champfleury[87]. Under these circumstances, a partnership between beguine institutions and parish churches become evident in wills. The chapel of Wetz also held Requiem masses and vigils for the souls of testators who requested this service from this institution. For example, the sisters

and SCHMIDT, Ariadne (eds.) – *Single Life and the City 1200–1900.* London: Palgrave Macmillan, 2015, p. 27.

[80] KITTELL, Ellen; QUELLER, Kurt – "Whether man or woman": Gender Inclusivity in the Town Ordinances of Medieval Douai". *Journal of Medieval and Early Modern Studies* 30/1 (2000), pp. 98-100.

[81] HUTTON, Shennan – "Organizing specialized production: gender in the medieval Flemish wool cloth industry (c. 1250-1384)", *Urban History* 45/3 (2018), p. 388.

[82] AMD FF 862 32728 (testament of Clarisse le Candelliere, 1354).

[83] For the documentation of the construction of Champfleury's parish church of Saint Elizabeth in 1245, see ADN 30H 17/250. For the establishment of Wetz's chapel in 1250, see BMD MS 893, fol. 103r.

[84] COUSSEMAKER, Edmond de (ed.) – *Inventaire analytique et chronologique des archives de la chambre des comptes à Lille.* Paris: Société Impériale des Sciences, de l'Agriculture et des Arts de Lille, 1865, no. 808, p. 331.

[85] ADN, 30H 18/282. "…laissa au dit hospital pour une messe dite au matin…"

[86] ADN 30H 18/282.

[87] ADN 30H 18/284.

Marotain and Maroie de Courieres. According to these sources, testators considered closely the feasibility of their commemorative requests for beguines to fulfill[88]. Katheline de Dichi also requested vigils to be recited for her soul in the chapel of Wetz[89]. Their consideration of beguines' circumstances and resources denote commemorative requests towards beguine communities had to be practical for the women.

Beguines' funerary services

Testators also looked to beguines to care for their bodies in death by preparing and accompanying them to their final place of rest. From the 171 wills examined here, only 3 testators explicitly required beguines to accompany and, more specifically, to carry their bodies to their tombs. The earliest of these wills is dated 1317 created by Maroie Blokiele whose request states: "A povres beghines qui le porteront au moustier et qui seront ensonniees de sen corps a cascune ii s"[90]. The second testament comes from Pieronne de l'Euwe whose will from 1339 also requested that her body be accompanied by beguines: "as povre beghines qui liront le sauptier de Davit a sen cors et qui le portent as le fosse xii d"[91]. The third testament came from Maroie Mallarde in 1344 who, similar to the two aforementioned testators, outlined her request and the salary provided to beguines. Her testament states: "Encore donne et laiss li ditte Maroie apries sen dechies a cascune beghine qui portens sen cors au moustier, xii d"[92]. Beguines' provision of funerary services stresses the significance of their presence in funerals for some testators. For Simons, Douaisien beguines' participation in funerary services was consistent both with hagiographical texts and the caritative practices of beguines in other towns[93]. As testators' requests demonstrate, the women's commemorative services involved physical and spiritual work from beguines.

Corporeal care was at the core of the women's requests of beguines during their funerals. Demonstrated in the three wills discussed above was the significance of

[88] AMD FF 861 32614 (testament of Marotain and Marote Courieres, 1273).
[89] AMD FF 862 32682 (testament of Katheline de Dichi, 1328).
[90] AMD FF 862 32671 (testament of Maroie Blokele, 1317).
[91] AMD FF 862 32705 (testament of Pieronne de l'Euwe, 1338).
[92] AMD FF 862 32715 (testament of Maroie Mallarde, 1344).
[93] SIMONS, Walter – *Cities of Ladies: Beguines Communities in the Medieval Low Countries*, pp. 78-79.

beguines' work in preparing and accompanying of the dead. Distinct among the three wills is Maroie Blokiele's in her request for the women to also work or prepare her body for her funeral. The will does not provide further description of what this work entailed as this was self-evident in women's traditional gender roles in caring for the dead[94]. Preparation of the body likely involved cleaning and dressing it[95]. Pieronne de l'Euwe and Maroie Mallarde did not make provisions for beguines' preparation of their bodies. On the one hand, this absence could indicate that they had made separate arrangements for the preparation of their bodies with their relatives. On the other hand, this absence could indicate the omission of common tasks that women performed for the dead. Beguines' participation in these services therefore allude to a continuation of women's caregiving practices within their communities.

The differences in the funerary services of the women also suggests rising costs in beguines' commemorative services. For Maroie, she wished for beguines to provide services in preparing, accompanying, and carrying her body. For their services, she paid them 2 sous each. Twenty years later, Pieronne requested two funerary services from beguines: reading from their psalters and carrying her body. She paid each beguine 12 deniers for their services. Thirty years from Maroie Blokiele's will, Maroie Mallarde limited her request from beguines to carrying her body, for which she paid them 12 deniers each. The differences in the prices and the quantity of funerary services the women requested convey risings costs perhaps correlated to the peak of the beguine movement in the town. From the three testators, Maroie Mallarde paid the highest fee for a single service compared to Maroie Blokiele who paid a mere 2 sous per beguine for three types of services during her funeral.

Notable as well in these three wills is that the testators were all women. The correlation between the testators' gender and their requests for corporeal care might suggest that beguines only cared for the bodies of women. However, indirect evidence suggests that beguines also cared for men's bodies. Gervais de le Ville, the

[94] SIMONS, Walter – *Cities of Ladies: Beguines Communities in the Medieval Low Countries*, p. 79.
[95] GUIDERA, Christine – "The Role of the Beguines in Caring for the Ill, the Dying, and the Dead". In DUBRUCK, Edelgard E.; GUSICK, Barbara I. (eds.) – *Death and Dying in the Middle Ages*. New York: Peter Lang, 1999, p. 52.

founder of the hospital of Wetz, serves as a plausible example. As mentioned previously, his donation stipulated that he and his wife were to reside in the community they founded until their deaths[96]. This request implied that he and his wife were to receive care from beguines in their old age, dying, and plausibly, in death. Except for Gervais and his wife, there are no other extant sources that refer to beguines' provision of care to men in their institutions. It is important to remember that because beguines were penitents, much of their caritative work, including commemorative services, occurred outside of their institutions. Additionally, because they performed these works as women, their tasks were perhaps imbued with penitential meaning, but did not constitute practices that were out of the ordinary for laywomen of the parish[97]. In this sense, their participation in funerals and other caregiving works were not recorded likely for the reasons stated above.

An identifiable pattern in beguines' practices was working in pairs or threes. In the wills examined here, Jaque de France and her compaignesse Liegaet de Ghesnains, Agnes Cuvilière and her compaignesse Bietris, Marotain de Carnin and Marotain de Couriers worked and likely lived together in pairs[98]. It is uncertain if these women belonged to one of the town's beguine institutions at one point in their lives as their membership is not included in the wills. The absence of any mention of an institution could either suggest that the women lived independently or that it was not pertinent to their transactions. However, evidence from both Champfleury and Wetz demonstrate that pairings or threes were also a structure followed by the women there[99]. Consistent with this pattern is the appearance of beguines in the funerary requests of Maroi Blokiele, Pieronne de l'Euwe, and Maroie Mallarde who employed

[96] TAILLAR – *Recueil*, document no. 44, pp. 105-106. ESPINAS, Georges – *La vie urbaine de Douai au Moyen-Âge*, vol. 3, document no. 73, pp. 53-54.
[97] See RITCHEY, Sara; STROCCHIA, Sharon – "Gendering Medieval Health and Healing". In RITCHEY, Sara; STROCCHIA, Sharon. (eds.) – *Gender, Health, and Healing, 1250-1550*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2020, pp. 17-18. The authors stress the continuum between caregiving in domestic and institutional settings was part of women's gendered experiences.
[98] AMD FF 862 32652 (testament of Jaque de France, 1308); AMD FF 661; ESPINAS, Georges – *La vie urbaine de Douai au Moyen-Âge*, vol. 3, document no. 528, pp. 396-397; AMD FF 861 32614 (Marotain de Couriers, 1273).
[99] In two accounts, two groups of three beguines from Champfleury and Wetz, respectively, appear in wills: Marotain de Fierin and se compaignesse Clarisse and Margot (Marotain's servant) and Clarisse li Candelliere alongside Maroie Gamolle and Jehane des Planques. See AMD FF 861 32610 (Marotain de Fierin, 1272), AMD FF 862 32728 (Clarisse le Candelliere, 1354).

and compensated multiple beguines to prepare and carry their bodies. Thus, it is evident that pairings and clustering served social purposes for beguines and their parish communities.

Pairs and clusters were connected to the women's economic and spiritual practices, which offer insights in how Douaisien beguines moved through their parish. According to Jacques de Vitry's description of beguines' devotional practices, clustering was an opportunity to read Psalters, work, and pray together under the leadership and instruction of one who was outstanding in her piety.[100] Certainly, financial dimensions are evident in the respective partnerships of Jaque de France and Agnes Cuvilière with their *compaignesse* with whom they created joint wills. According to Sharon Farmer, pairings or clustering were common practices among laywomen to receive and provide mutual support[101]. As laywomen, these practices perhaps came to perform additional social functions among beguines and their institutions. Tanya Stabler Miller makes similar observation about beguine silk workers in Paris who practiced clustering in their workshops[102].

Pairings and clustering were perhaps also useful for the women in addressing social anxieties about their interactions with men and men's bodies. Certainly, concerns about beguines' respectability were a common response among medieval contemporaries to the beguine movement. Simons has noted that these anxieties were grounded in the women's work in caring for the bodies of men, living or dead[103]. In Douai, this social anxiety informed Agnes de Corbie's vetting of women who were to reside in her convent. She required that beguines entering her convent must be "boines femes"[104]. Agnes did not define what she meant by "good women" but in the context of the penitential movement, this phrase could refer to women who were devout, chaste, and honest. Although not a formal beguine rule or

[100] "[…] et sub disciplina unius, que aliis honestate et prudential preminet, tam moribus quam litteris instruuntur, in uigilliis et orationibus, in ieiuniis et uariis afflictionibus, in labore manum et paupertate, in abiectione et humilitate." See GREVEN, Joseph – "Der Ursprung des Beginenwesens," *Historiches Jahrbuch* 35 (1914), p. 47.
[101] FARMER, Sharon – *Surviving Poverty in Medieval Paris: Gender, Ideology, and the Daily Lives of the Poor.* Ithaca: Cornell University Press, 2002, p. 143.
[102] STABLER MILLER – *Beguines of Medieval Paris*, p. 72.
[103] SIMONS, Walter – *Cities of Ladies: Beguines Communities in the Medieval Low Countries*, p. 80.
[104] AMD GG 184.

regulation, Agnes communicated her expectations of the women and their conduct for as long as they were associated with her institution in her foundation document. As observed by Jennifer E. de Vries, these anxieties were often communicated to beguines in their communities' rules. She notes that beguine institutions with formal rules that survive included curfews and required the women to have chaperones for propriety while they conducted their charity work[105]. Therefore, Agnes de Corbie's preference for "good women" was perhaps self-evident to her contemporaries, especially the beguines who entered her convent.

The social anxieties of Douaisiens concerning beguines' propriety can be seen at different points of the beguine movement. Although these social anxieties were not present in the wills of Maroie Blokiele, Pieronne de l'Euwe, and Maroie Mallarde, there were perhaps testators who refrained from requesting the same commemorative services from the women because of anxieties about their propriety. Indeed, these were long-standing concerns that had been present in the Low Countries since the early phases of the beguine movement. In Margaret of Ypres' Vita, her father rebuked her for conducting charity work through mendicancy. Parallel to the pairings seen among Douaisien beguines, Margaret's father had encouraged her to stay with her mother[106]. In this relationship, her mother's guardianship could be considered equivalent to a chaperone in her father's consideration that it prevented her from falling into ill-repute. In the fourteenth century, religious authorities considered the beguine movement to have marked a social problem in which women who became beguines had no male guardians and fell into poverty. According to their understanding of beguines' social and economic conditions, they considered the women vulnerable to compromising theirs and their families' respectability[107]. Within these social contexts, pairs and clusters were

[105] DE VRIES, Jennifer E. – "The Proper Beguine's Interaction with the Outside World: Some Beguine Rules from the Late Medieval Low Countries". In PANSTERS, Krijn; PLUNKETT-LATIMER (eds.) – Abraham *Shaping Stability: The Normation and Formation of Religious Life in the Middle Ages*, Turnhour: Brepols Publishers, 2016, pp. 142-146.
[106] "Matrem et materteras quandoque fugit, ut mendicaret, sed iussu sepe dicti patris sui redire et manere cum matre coacta est." See CANTIMPRÉ, Thomas de – *Vita Margerite de Ypres*. In MEERSSEMAN, G (ed.) – "Les Frères Prêcheurs et le mouvement dévot en Flandres au XIII siècle," *Archivum Fratrum Praedicatorum*, 18 (1948), p. 117.
[107] BÉTHUNE, Jean – *Cartulaire*, no. 106, p. 74.

perhaps ideal in helping beguines reconcile their commemorative services with the social realities they faced in their parish communities.

Further consideration of the women's funerary services also imply that they needed to possess mobility within the parish to accompany the bodies of their patrons during processions. In this case, testators benefited from the mobility of beguines within the parish and, more broadly, the town. As Deregnaucourt has noted, there are no surviving sources that document the precise route that funerary processions took in Douai[108]. However, the location of beguine institutions in parishes might indicate that these were not only important landmarks in the procession routes, but also ensured that beguines were not too far from their homes. In part, the location and number of institutions made it unavoidable to pass by one or two beguine institutions, especially for burials in the parish churches of Saint Piere and Saint Aubin. The parish church of Saint Piere was surrounded by six beguine institutions: Wetz, Bernard Pilate, Corbie, Fressaing, Philippe li Toiliers, and Martines[109]. Consequently, it was unavoidable that at least one or two of these institutions during a funerary procession for parishioners who lived in the parish of Saint Piere. The same was true for processions in the parish church of Saint Aubin, which was situated between Champfleury and the convent of Harnes[110].

There were of course instances when parishioners opted for burial in the mendicant churches, which made the procession route less ideal for the beguines they hired for funerary services. For example, Maroie Blokiele was from the parish of Saint Piere and opted for burial in the church of the Franciscans. The beguines in her funeral were either from the convents of Wetz, Bernard Pilate, Corbie, Fressaing, Philippe li Toiliers, which all received requests for pittances from her, or from the vicinity of Saint Piere[111]. However, the Franciscan convent was located close to the outskirts of the town[112]. The same can be said about Pieronne de l'Euwe and Maroie Mallarde who resided in the parish of Saint Piere but were buried in the convent of the

[108] DEREGNAUCOURT, Jean-Pierre – *Autour de la morte à Douai*, p. 151.
[109] AMD FF 862 32671 (testament of Maroie Blokele, 1317).
[110] See SIMONS, Walter – "Begijnen em begarden", p. 182.
[111] AMD FF 862 32671 (testament of Maroie Blokele, 1317).
[112] SIMONS, Walter – "Begjinen en begarden", p. 182.

Franciscans[113]. For these testators, beguines' mobility in the parish of Saint Piere and the town was beneficial to their commemorative services. As women of the parish, testators and their families might have felt some comfort in knowing that beguines prayed over their bodies and accompanied them to their final resting place.

Conclusion

Commemoration was a dynamic process that involved multiple intercessors and commemorative services. By 1362, commemoration in Douai operated within a social network comprised of the parish church and the new institutions founded on the principles of the penitential movement. This network was made possible through wills and religious ideals that promoted the practice of *caritas* and penance among the common faithful. In the context of commemoration, these ideals served a dual function in earning spiritual merit for testators and securing commemorative services—both of which, in the attitudes of testators, increased their chances in shortening their time in Purgatory. As exemplary of the spiritual milieu's emphasis on *caritas* and penance, beguine institutions offered simple prayers and cared for the bodies of the dead. In doing so, they offered services that complimented those offered by parish church and the mendicant orders and contributed to the pool of intercessors that testators turned to in preparing for their death. Consequently, beguines' provision of commemorative services makes clear their operation within a broader social network comprised of various experts in caring for souls. The parish community benefited from the variety of intercessors that emerged from the penitential movement, which thus, benefited testators' interests in securing their salvation.

[113] AMD FF 862 32705 (testament of Pieronne de l'Euwe, 1338). AMD FF 862 32715 (testament of Maroie Mallarde, 1344).

Bibliographic references

Sources

Manuscript Sources

Douai, Bibliothèque Marceline des Bordes, MS 893, vol.2, fol.103r.

Douai, Bibliothèque Marceline des Bordes, no. 338, Thomas de Cantimpré, *Bonum universale de apibus* (1471-1472).

Douai, Archive Municipales de Douai, AA 88 1247.

Douai, Archive Municipales de Douai, AA 94, fol. 36, r-v.

Douai, Archive Municipales de Douai, FF 861.

Douai, Archive Municipales de Douai, FF 862.

Douai, Archive Municipales de Douai, FF 661 5.975 (September, 1270).

Douai, Archive Municipales de Douai, GG 191.

Douai, Archive Municipales de Douai, AA 97, fol. 95.

Lille, Archives Départementales du Nord, 30H 18/282.

Lille, Archives Départementales du Nord, fonds du couvent de l'Abbaye des Près de Douai, carton 1

Lille, Archives Départementales du Nord, 30H 17/250.

Lille, Archives Départementales du Nord B 444 no. 808.

Printed Sources

CANTIMPRÉ, Thomas de – *Vitae Christinae Mirabili*. Ed. J. Pinius, *AASS*, 24 July, vol. 32, V, 637-660.

CANTIMPRÉ, Thomas de – *Vita Margerite de Ypres*. In MEERSSEMAN, G. (ed.) – "Les Frères Prêcheurs et le mouvement dévot en Flandres au XIII siècle." *Archivum Fratrum Praedicatorum*, 18 (1948), pp. 106-30.

HEISTERBACH, Caesarius of – *Dialogus miraculorum*. Ed. J. Strange, vol. I. Cologne, 1851-1857.

LILLE, Alain de – *Summa de arte praedicatoria*. Ed. J.P. Migne, *Patrologia Latina*, col. 109-195.

VITRY, Jacques de – *Vita Mariae Oigniacensis*. Ed. D. Paperbroek. *AASS*, 23 June IV. Paris: Palme, 1867, 636-666.

Studies

BÉTHUNE, Jean – *Cartulaire du Béguinage de Sainte-Elisabeth à Gand*. Bruges: Aimé de Zuttere, 1883.

BIJSTERVELD, Arnoud-Jan – *Do ut des: Gift Giving, Memoria, and Conflict Management in the Medieval Low Countries*. Volume 104 of Middeleeuwse studies em bronnen. Uitgeverij Verloren, 2017.

BLOCKMANS, Wim – "Flanders in the Thirteenth Century". In ABULAFIA, David (ed.) – *The New Cambridge Medieval History*, Volume 5. Cambridge: Cambridge University Press, 2015, pp. 405-418.

BRASSART, M. – *Notes historiques sur les hôpitaux et établissements de charité de la ville de Douai*. Douai: Adam d'Aubers, 1842.

BRODMAN, James – *Charity & Religion in Medieval Europe*. Washington, D.C.: The Catholic University of America, 2009.

CHIFFOLEAU, Jacques – *La comptabilité de l'au- dela: Les hommes, la mort et la religion dans la region d'Avignon d la fin du Moyen Age (vers 1320- vers 1480)*. Rome: Collection de l'Ecole Francaise de Rome, xlvii, 1980.

DAVIS, Adam J. – *The Medieval Economy of Salvation: Charity, Commerce, and The Rise of the Hospital*. Ithaca: Cornell University Press, 2019.

DE COUSEMAKER, Edmund – *Inventaire analytique et chronologique des archives de la chambre des comptes à Lille.* Paris: Société Impériale des Sciences, de l'Agriculture et des Arts de Lille, 1865.

DE VRIES, Jennifer E. – "The Proper Beguine's Interaction with the Outside World: Some Beguine Rules from the Late Medieval Low Countries". In PANSTERS, Krijn; PLUNKETT-LATIMER, Abraham (eds.) – *Shaping Stability: The Normation and Formation of Religious Life in the Middle Ages*. Turnhout: Brepols Publishers, 2016, pp. 142-146.

DELMAIRE, Bernard – "Deux récits versifiés de la fondation de l'abbaye des Prés à Douai". *Revue du Nord* 61/241 (1979), pp. 331-351.

DEREGNAUCOURT, Jean-Piere – *Autour de la mort a Douai. Attitudes, pratiques et croyances, 1250-1500*. Lille: Université Charles de Gaulle, 1998. Doctoral Thesis.

DERVILLE, Alain – "Le nombre d'habitants des villes d'Artois et de la Flandre Wallonne (1300-1450)". *Revue du Nord* 65/257 (1983), pp. 289-293.

DHÉRENT, Catherine – *Histoire social de la bourgeoisie de Douai de 1280 à 1350*. Paris: École Nationale de Chartres, 1981. Doctoral Thesis.

DOYNO HARVEY, Mary – *The Lay Saint: Charity and Charismatic Authority in Medieval Italy, 1150-1350*. Ithaca: Cornell University Press, 2019.

ESPINAS, Georges – *La vie urbaine de Douai au Moyen Âge.* Vol. 1 & 3. Paris: Picard, 1913.

FARMER, Sharon – *Surviving Poverty in Medieval Paris: Gender, Ideology, and the Daily Lives of the Poor*. Ithaca: Cornell University Press, 2002.

FOURACRE, Paul – *Eternal light and earthly concerns*. Manchester: Manchester University Press, 2023.

GALLOWAY – "Neither Miraculous Nor Astonishing. The Devotional Practice of Beguine Communities in French Flanders." In DOR, Juliette; JOHNSON, Lesley; WOGAN-BROWNE, Jocelyn (eds.) – *New Trends in Feminine Spirituality: The Holy Women of Liège and their Impact*. Turnhout: Brepols Publishers, 1999, pp. 107-128.

GREVEN, Joseph – "Der Ursprung des Beginenwesens", *Historiches Jahrbuch* 35 (1914), pp. 291-318.

GRIFFITHS, Fiona – "Prayer for the Dead: Women, Death and Salvation". In BARROAU, Julie; BATES, David – *Lives - Identities and Histories in the Central Middle Ages*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021, pp. 25-41.

HANSON-KEGERREIS, Sarah Elizabeth – *Elite Urban Families and Economic Activities in Late Medieval Douai, c. 1285 to 1384*. California: University of California Santa Barbara, 2019. Doctoral Thesis.

HOWELL, Martha – "Fixing Movables: Gifts by Testament in Late Medieval Douai." *Past and Present* 150 (1996), pp. 3-45.

HOWELL, Martha – *The Marriage Exchange: Property, Social Place, and Gender in Cities of the Low Countries, 1300-1550*. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

HUTTON, Shennan – *Women and Economic Activities in Late Medieval Ghent*. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

HUTTON, Shennan – "Organizing specialized production: gender in the medieval Flemish wool cloth industry (c. 1250-1384). *Urban History* 45/3 (2018), pp. 382-402.

KITTEL, Ellen – "Testaments of two cities: A comparative analysis of the wills of medieval Genoa and Douai". *European Review of History* 5/1 (1998), pp. 47-82.

KITTELL, Ellen; QUELLER, Kurt – ""Whether man or woman": Gender Inclusivity in the Town Ordinances of Medieval Douai". *Journal of Medieval and Early Modern Studies* 30/1 (2000), pp. 63-100.

LE GOFF, Jacques – *The Birth of Purgatory*. Translated by Arthur Goldhammer. Chicago: The University of Chicago University Press, 1984.

LE GOFF, Jacques – *Your Money or Your Life: Economy and Religion in the Middle Ages*. New York: Zone Books, 1988.

LITTLE, Lester K. – *Religious Poverty and the Profit Economy in Medieval Europe*. New York: Cornell University Press, 1978.

MESTAYER, Monique – *Comptes des Hôpitaux et Bonnes Maisons Douaisiennes (1307-1361)*, Vol. 1-2. Douai: Société Nationale d'Agriculture, Sciences et Arts, 2011.

MOONEY, Catherine – *Clare of Assisi and the Thirteenth-Century Church*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2016.

OEXLE, Otto Gerhard – "Memoria und Memorialbild". In SCHMID, Karl and WOLLASCH, Joachim (eds.) – *Memoria: Der gschichtliche Zeugniswer des liturgischen Gedenkens im Mittelalter*. München, 1984, pp. 384-440.

RITCHEY, Sara; STROCCHIA, Sharon – "Gendering Medieval Health and Healing". In RITCHEY, Sara; STROCCHIA, Sharon. (eds.) – *Gender, Health, and Healing, 1250-1550*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2020, pp. 17-18.

RUBIN, Miri – *Charity and Community in Medieval Cambridge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

RUIZ, Teofilo – *From Heaven to Earth: The Reordering of Castilian Society, 1150-1350*. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

SIMONS, Walter – *Cities of Ladies: Beguine Communities in the Medieval Low Countries, 1200-1565.* Pennsylvania: University of Pensylvania press, 2001.

SIMONS, Walter – "Beginnings: Naming Beguines in the Southern Low Countries, 1200-50". In BÖHRINGER, Letha; KOLPACOFF DEANE, Jennifer; ENGEN, Hildo va (eds.) – *Labels and Libels: Naming Beguines in Northern Medieval Europe*. Turnhout: Brepols Publishers, 2014, pp. 9-52.

SIMONS, Walter – "Begijnen en begarden in het middeleeuwse Dowaai", De Franse Nederlanden, 17 (1992), pp. 180-197.

STABEL, Peter – "Composition et recomposition des reseaux urbains des Pays-Bas au Moyen Âge". In LECUPPRE-DESJARDIN, Élodie; CROUZET-PAVAN, Élisabeth – *Villes de Flandre et d'Italie (XXIIIe-XVIe).* Turnhout: Brepols, 2008, pp. 29-63.

STABEL, Peter – "Working Alone? Single Women in the Urban Economy of Late Medieval Flanders Thirteenth-Early Fifteenth Centuries". In DEVOS, Isabelle, DE GROOT, Julie and SCHMIDT, Ariadne (eds.) – *Single Life and the City 1200–1900*. London: Palgrave Macmillan, 2015, pp. 27-49.

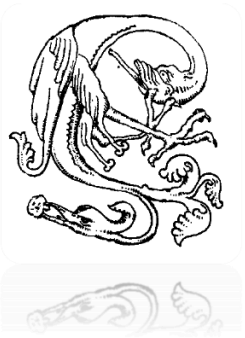
STABLER MILLER, Tanya – *The Beguines of Medieval Paris: Gender, Patronage, and Spiritual Authority*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2014.

TAILLAR, Eugène François Joseph – *Recueil d'actes des XIIe. et XIIIe. siècles en langue romane wallonne du Nord de la France*. Douai: Adam D'Aubers, Imprimeur, 1849.

VINCENT, Catherine – *Fiat Lux: Lumière et luminaires dans la vie religieuse en Occident du XIIIe ou début du XVIe siècle*. Paris: Les Éditions du Cerf, 2004.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

GONZALES, Mary Anne – "The role of the Beguine Movement in the Commemoration of the Dead in Douai, Thirteenth and Fourteenth Centuries". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 229-264. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

A morte e a memória no Mosteiro de Lorvão[1]

Death and memory at the Monastery of Lorvão

(a) Luís Miguel Rêpas, (b) Catarina Fernandes Barreira[2]

(a) Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura
3000-370 Coimbra, Portugal

luis.repas@fl.uc.pt
https://orcid.org/0000-0002-5437-9437

(b) Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

cbarreira@fcsh.unl.pt
https://orcid.org/0000-0002-0174-1025

Data de receção do artigo/ Received for publication: 28 de Fevereiro de 2024
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 17 de Setembro de 2024

[1] Este estudo foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através do projeto de investigação *Books, rituals and space in a Cistercian nunnery. Living, praying, and reading in Lorvão, 13th-16th centuries* (https://doi.org/10.54499/PTDC/ART-HIS/0739/2020).
[2] Contratada ao abrigo da Norma Transitória – [DL 57/2016/CP1453/CT0070].

RESUMO

A celebração da morte em contexto cisterciense estava sujeita à normativa emanada do Capítulo Geral da Ordem, mas não deixa de revelar marcas específicas de comunidade para comunidade. Neste texto identificamos algumas das pessoas que escolheram o Mosteiro de Lorvão para lugar de inumação, ao longo de vários séculos, com o objetivo de conhecer alguns daqueles cuja morte aí era celebrada, para além, obviamente, dos vários membros da comunidade conventual e daqueles definidos pela Ordem de Cister.

Num segundo momento, a partir da análise dos documentos e, em particular, de alguns dos códices litúrgicos que pertenceram ao Mosteiro de Lorvão, focar-nos-emos na celebração da liturgia associada à morte e aos momentos que a antecedem (ritual da unção das enfermas), bem como nas fórmulas e nas orações associadas às exéquias.

Por fim, analisaremos o culto e as comemorações em torno dos defuntos. Esta análise terá em conta, por um lado, a normativa e outras questões identitárias da Ordem de Cister, como a uniformidade litúrgica, e, por outro, a *female agency*, ou seja, se é possível perscrutar, através destes testemunhos, o protagonismo de monjas e abadessas num conjunto de rituais e práticas litúrgicas feitas por homens e para homens.

Palavras-chave: Celebração da morte; prática litúrgica; rituais; memória; Ordem de Cister

ABSTRACT

The celebration of death within a Cistercian context was subject to the guidelines stipulated by the General Chapter of the Order, yet it revealed distinctive features varying from one monastery to another. In this article, our objective is to identify some of the individuals who, over several centuries, selected the Convent of Lorvão as their burial place, to know those whose demise was commemorated within its walls, in addition to the community members and those defined by the directives of the Cistercian Order.

Subsequently, through an examination of archival documents and, in particular, select liturgical manuscripts that belonged to the Convent of Lorvão, we will delve into the intricacies of the death-related liturgy. Our focus encompasses the moments leading up to death, such as the ritual of anointing the sick, as well as the prescribed formulas and prayers entwined with funeral rites.

Lastly, our scrutiny will extend to the veneration and memorialization of the deceased. This examination will consider, on one hand, the normative aspects and other facets defining the identity of the Cistercian Order, such as liturgical conformity. On the other hand, we will explore the 'female agency', analysing whether the testimonies gleaned from these rituals and liturgical practices –originating from a milieu crafted by and for men– permit insights into the active role played by nuns and abbesses in this sacred sphere.

Keywords: Death commemoration; liturgical practice; rituals; memory; Cistercian Order

É bem conhecida a preocupação da Ordem de Cister com o cumprimento da normativa emanada do Capítulo Geral, na sua reunião anual, e, em particular, com a uniformidade das celebrações litúrgicas. Assim acontecia, obviamente, com a celebração da morte, a qual não deixa, porém, de revelar marcas específicas de comunidade para comunidade. Tais especificidades resultam, desde logo, das pessoas que se fizeram inumar em cada mosteiro, do seu estatuto social, das suas devoções pessoais e das cerimónias que aí solicitaram pela sua alma, as quais decorriam, regra geral, da quantidade de bens que estas legavam à instituição, de acordo com aquilo que alguns apelidaram de *negócio* ou *economia da salvação*. Procuraremos, por isso, identificar quem escolheu o Mosteiro de Lorvão para lugar de inumação, ao longo dos séculos, para se saber, assim, quem eram as pessoas cuja morte aí era celebrada, para além dos vários membros da comunidade conventual e daqueles cujo culto havia sido definido pela própria Ordem de Cister.

Depois, a partir da documentação conservada e, em particular, de alguns dos códices litúrgicos que pertenceram ao Mosteiro de Lorvão, focar-nos-emos na celebração da liturgia associada à morte e aos momentos que a antecedem, nomeadamente o ritual da unção das enfermas, bem como nas fórmulas e nas orações associadas às exéquias fúnebres. Por fim, analisaremos o culto e as solenidades em torno dos defuntos. Nesta análise procuraremos ainda perscrutar o protagonismo de monjas e abadessas num conjunto de rituais e práticas litúrgicas feitas por homens e para homens.

1. A morte e a sua celebração em contexto cisterciense

A visão dos primeiros cistercienses sobre a celebração da morte nos seus mosteiros articula-se com o contexto do próprio surgimento da Ordem e com o seu afastamento face às práticas cluniacenses, em cujos mosteiros os seus monges dedicavam imensas horas à celebração da liturgia dos defuntos, atraindo, desta

forma, a generosidade dos fiéis e beneficiando, assim, de avultadas doações[3]. Por oposição, os primeiros monges brancos, sendo grandes defensores do retorno à pobreza e à simplicidade inicial preconizada por São Bento na sua Regra, desejavam viver apenas do produto do seu próprio trabalho, como se refere no *Exordium Cistercii*[4], daí rejeitarem as rendas e a inumação de leigos nas suas igrejas, declarando que "igrejas, altares, sepulturas, dízimas sobre o trabalho ou sobre atividades de criação de animais, propriedades rurais, agricultores por conta própria, alugueres de terra, proventos de fornos ou moinhos e outras coisas semelhantes que estão em contradição com a pureza da observância monástica, ficam excluídas da nossa própria condição de monges e da nossa pertença a esta Ordem"[5]. De igual forma, não aceitavam sequer "ofertas para a missa da comunidade"[6]. Ao rejeitarem as riquezas do mundo, os primeiros monges cistercienses intentaram "ser pobres com Cristo pobre"[7].

Porém, o sucesso da sua mensagem rapidamente atraiu um sem-número de benfeitores que fundaram ou que se associaram às suas casas monásticas e que, obviamente, se pretendiam fazer sepultar nas suas igrejas, beneficiando das suas orações, e esperando a intercessão das comunidades cistercienses na salvação da sua alma. Falamos, em primeiro lugar, dos monarcas, ou de elementos da família real, que, junto do papa ou do Capítulo Geral de Cister, conseguiram filiar na Ordem os mosteiros que fundaram ou protegeram. Este exemplo acabaria por ser seguido por alguma nobreza com mais posses, enquanto outros se procuraram integrar na

[3] A bibliografia sobre os motivos que levaram à fundação da Ordem de Cister é, hoje, suficientemente acessível e demasiado vasta para aqui se condensar. Uma súmula do papel de Cluny na promoção de uma *liturgia intercessória*, ou seja, que "pede a salvação eterna do defunto cuja morte se comemora", e na organização, sistematização e difusão "[d]a prática dos ofícios divinos e da celebração eucarística pelos defuntos, não só nos próprios funerais, mas também uma semana depois das exéquias, um mês depois ou um ano depois, e ainda, por tempo indeterminado, em cada aniversário da morte do fiel", pode encontrar-se em MATTOSO, José – "O Culto dos mortos no fim do século XI". In MATTOSO, José – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996, pp. 79-85. O referido Autor abordou ainda a reação dos primeiros cistercienses contra as práticas cluniacenses que favoreciam a profusão de sufrágios pelos leigos defuntos em MATTOSO, José – "O Culto dos mortos em Cister no tempo de São Bernardo". In MATTOSO, José – O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular, pp. 102-105.

[4] *Exordium Cistercii*, Cap. XV, § 2, em consonância com o *Exordium Parvum*, Cap. XV, § 8; seguimos a edição (com tradução, introduções e comentários) de NASCIMENTO, Aires A. – *Cister: os documentos primitivos*. Lisboa: Edições Colibri, 1999, pp. 59 e 42, respetivamente.

[5] *Exordium Cistercii*, Cap. XXIII, § 2 (NASCIMENTO, Aires A. – *Cister: os documentos primitivos*, p. 61).

[6] *Exordium Cistercii*, Cap. XXIV, § 2 (NASCIMENTO, Aires A. – *Cister: os documentos primitivos*, p. 61).

[7] *Exordium Parvum*, Cap. XV, § 9 (NASCIMENTO, Aires A. – *Cister: os documentos primitivos*, p. 42).

família cisterciense, e participar nos benefícios espirituais da Ordem, através da entrega de uma considerável quantidade de bens[8].

Em qualquer dos casos, fundadores ou senhores dos mosteiros, ou ainda *familiares* da Ordem, todos pretendiam, como dissemos, ter direito a sepultura e usufruir das suas preces. E, naturalmente, a Ordem de Cister foi suavizando a sua posição face ao enterramento de leigos nos seus mosteiros e igrejas, acedendo, assim, à pressão exercida por monarcas e fundadores, e mostrando uma progressiva abertura à comunidade laica[9]. Primeiro, em 1152, aceitaram o enterro de reis, rainhas e bispos, como notou José Mattoso[10]; depois, em 1157, o Capítulo Geral estendeu tal medida aos fundadores das abadias, e as fontes materiais e documentais do século XIII demonstram que os benfeitores passaram, então, igualmente, a ser admitidos no espaço monástico[11]. Assim aconteceu, por exemplo, no Mosteiro de Las Huelgas, em

[8] Falamos dos *familiares*. Sobre esta forma de vinculação à Ordem de Cister, veja-se RÊPAS, Luís Miguel – "*Familiares* e *familiaritas* no mosteiro cisterciense de Arouca (séculos XIII e XIV)". In BARATA, Maria Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.); ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís (coord.) – *Olhares Sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 501-515, e, também de RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média*. Vol. 1, Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Tese de Doutoramento, pp. 233-262, onde se aborda a questão dos *familiares* e da *familiaridade* nos vários mosteiros femininos portugueses da Ordem de Cister, até 1383.

[9] Veja-se, sobre este assunto, REAL, Manuel Luís – "A Organização do Espaço Monástico entre os Cistercienses, no Portugal Medievo". In MARQUES, Maria Alegria Fernandes; AMARAL, Luís Carlos (coords.) – *Monasticon (II): nos caminos de Cister. Livro do VIII Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2013, pp. 77-112 (particularmente as pp. 95-98); e BARREIRA, Catarina Fernandes – "*Requiescant in pace.* Death and memory in the Monastery of Alcobaça based on its liturgical codices". In FERNANDES, Carla Varela; BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís Inglês; BRANCO, Maria João; FARELO, Mário (ed.) – *Loci Sepulcrales. Places of memory and burial in the Middle Ages.* Basel: Brepols FIDEM, 2023, pp. 483-515.

[10] MATTOSO, José – "O Culto dos mortos em Cister", p. 103.

[11] Sobre esta questão, na Ordem de Cister, e a sua evolução, veja-se HALL, Jackie – "The legislative background to the burial of laity and other patrons in Cistercian Abbeys". *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 363-371 e HALL, Jackie; SNEDDON, Shelagh; SOHR, Nadine – "Table of Legislation concerning the burial of laity and other patrons in Cistercian Abbeys". *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 373-417. Para casos específicos, veja-se, ainda, COOMANS, Thomas – "Moniales cisterciennes et mémoire dynastique: églises funéraires princières et abbayes cisterciennes dans les anciens Pays-Bas médiévaux". *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 87-145 (reeditado em inglês com o título "Cistercian Nuns and Princely Memorials: Dynastic Burial Churches in the Cistercian Abbeys of the Medieval Low Countries". In MARGUE, Michel (dir.) – *Sépulture, mort et symbolique du pouvoir au Moyen Âge / Tod, Grabmal und Herrschaftsrepräsentation im Mittelalter*. Luxembourg: Publications de la Section historique de l'Institut Grand-Ducal de Luxembourg, 118 / Publications du CLUDEM, 18, 2006, pp. 683-734/776-798); GARCIA FLORES, Antonio – "Espacios funerarios en los monasterios cistercienses de los reinos de Castilla y de León (siglos XII al XV)". *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 199-230 e, especificamente para o caso português, SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, 2003 e BARREIRA, Catarina Fernandes – "*Requiescant in pace.* Death and memory in the Monastery of Alcobaça", pp. 483-515.

Burgos, fundado, em 1187, por Afonso VIII de Castela e Leonor de Inglaterra, que aí se fizeram sepultar.

Em Portugal, os reis Afonso II e Afonso III, juntamente com as suas mulheres, fizeram-se sepultar no Mosteiro de Alcobaça, ficando os seus túmulos pétreos na Capela dos Reis, ou galilé, ou seja, à entrada da igreja[12], como acontecia noutros panteões régios coevos[13], e como se confirma na visitação que o abade Pedro

[12] É já extensa a bibliografia que aborda esta questão. Veja-se, entre outros, CORREIA, Vergílio – "Mudança dos túmulos reais de Alcobaça". *O Instituto: jornal scientifico e litterario* 77 (1929), pp. 273-293; CORREIA, Vergílio – "Uma descrição quinhentista do mosteiro de Alcobaça". *O Instituto: jornal scientifico e litterario* 77 (1929), pp. 529-549; SILVA, José Custódio Vieira da – "Da Galilé à Capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa". In SILVA, José Custódio Vieira da – *O Fascínio do Fim. Viagens pelo final da Idade Média*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997, pp. 45-59; SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio*, pp. 25 e 26; BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. II, Tomo 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000, pp. 1188-1193; FERNANDES, Carla Varela – *O Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira dinastia. Séculos XII a XIV*. Vol. 2, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004, pp. 294-297. Tese de Doutoramento; e REAL, Manuel Luís – "A Organização do Espaço Monástico", pp. 77-112, onde o mencionado Autor refere que "o *primitivo panteão de Alcobaça* localizava-se [...] junto à entrada ocidental do templo, num espaço delimitado, que possuiria três naves e dois tramos separados por um par de grossos pilares, muito à semelhança do que sucedia na célebre galilé de Pombeiro" (p. 97).

[13] Em Portugal, a título de exemplo, refira-se a igreja do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, relativamente à qual também se menciona a existência de uma "capeela dos Reis", espaço fúnebre que recebeu os féretros dos dois primeiros reis e que se localizava no nartex da igreja, à semelhança do que mais tarde se constrói em Alcobaça (CRUZ, António – *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Municipal, 1968, p. 146, que corresponde à 4.ª Crónica Breve; GOMES, Saul António – "Os Panteões Régios Monásticos Portugueses nos Séculos XII e XIII". *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 4: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*. Guimarães: Asa e Câmara Municipal de Guimarães, 1997, pp. 281-295, particularmente a p. 290). Refira-se, ainda, a galilé do Mosteiro de Pombeiro, "um espaço funerário com três naves que se desenvolvia na fachada Ocidental do Mosteiro beneditino", e que constituía um autêntico panteão da nobreza de EntreDouro-e-Minho (BARROCA, Mário Jorge – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987, p. 459. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica; a citação colhe-se em ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal – O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 221; sobre os túmulos de Pombeiro existe já uma extensa e consagrada bibliografia, sistematizada por FERNANDES, Carla Varela – *O Poder e Representação*, vol. 2, p. 416, nota 53). Mencione-se, por fim, a galilé que Afonso Sanches, filho ilegítimo de D. Dinis, e Teresa Martins, sua mulher, mandaram fazer no Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde, por carta de 7 de maio de 1318, quando o fundaram e dotaram: "Outrossy porque a sepultura de demtro das ygreias nos semelha, que nom era se nom pera homeẽs samtos ou muy cheguados a Deus, e por nom serem os nosos moymemtos apar dos altares, nem tam altos como elles, nom nos quisemos mamdar deytar demtro na ygreia, nem poer hy nosos moymemtos, mais mandamollos poer hy fora a par da ygreia, em huma gualilee, que hy mamdamos fazer pera sepultura de nos e dos do noso linhagem e dos outros que se ouuerem hy de deitar. E porem defemdemos que nenhum nom deyte demtro na ygreia em ninhum luguar em terra, nem em moymento alçado" (TAROUCA, Carlos da Silva (ed.) – *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*. Separata de *Arqueologia e História*, 8.ª série, 4 (1947), doc. 29, p. 88, citado por SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio*, p. 30).

Serrano fez a Alcobaça, em 1484[14]. Aí permaneceram até inícios do século XVI, sendo depois trasladados para o interior da igreja, para o braço direito do transepto[15]. O Mosteiro de Alcobaça foi, também, o lugar de tumulação inicialmente eleito por D. Dinis e por sua esposa, Isabel de Aragão, com uma significativa diferença em relação aos seus antecessores, pretendiam fazer-se sepultar no interior da igreja, referindo, expressamente, o local de enterramento: "na oussia do altar mayor de Sancta Maria", de acordo com o testamento de D. Dinis de 1299[16]; "a so os degraos dante o altar maior […] hu se el-rey manda soterrar", como consta no testamento da rainha D. Isabel de 1314[17].

Mais tarde, tendo fundado o Mosteiro de Odivelas, de monjas cistercienses (em 1295), D. Dinis acabaria por se fazer inumar na sua igreja, ficando o seu monumento posicionado entre o coro e a capela-mor: "E mando soterrar meu corpo no meu Moesteyro de San Denis d'Odivelas que eu fundei e fiz e dotey antre o coro e a oussia mayor hu eu mandei fazer sepultura pera mim"[18]. Criou, assim, novas dinâmicas cultuais que envolviam cinco capelães (frades do Mosteiro de Alcobaça, que cantariam e diriam, diariamente, cinco missas, por sua alma[19]) e as orações das monjas de Odivelas, que passavam a poder ir à igreja para, sobre o sarcófago do rei, fazerem as suas preces e orações pelo monarca (e pelos outros elementos da família real que aí fossem sepultados), tal como D. Dinis lhes havia rogado[20].

---

[14] GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: IPPAR, 1998, doc. I, de 22 de fevereiro de 1484, pp. 125-149 (com tradução para Português nas pp. 155-182).

[15] Veja-se a bibliografia já citada na nota 12 deste trabalho.

[16] GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais*. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas, 2021, doc. 6, de 8 de abril de 1299, pp. 135-138.

[17] GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, doc. 25, de 19 de abril de 1314, pp. 168-171.

[18] GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, doc. 36, de 20 de junho de 1322, pp. 189-194. A rainha D. Isabel também deveria ser sepultada na igreja do Mosteiro de Odivelas, de acordo com uma bula de João XXII, datada de 27 de fevereiro de 1319, como bem assinalou Giulia Rossi Vairo (ROSSI VAIRO, Giulia – "Isabella d'Aragona, *Rainha Santa de Portugal*, e il Monastero di S. Dinis de Odivelas". In GONZÁLEZ GARCÍA, Miguel Ángel; CARREIRAS, José Luís Albuquerque (org.) – *Actas. IV Congreso Internacional Císter en Portugal y en Galicia. Los Caminos de Santiago y la Vida Monástica Cisterciense*. Tomo II, Braga – Oseira: Ediciones Monte Casino, 2009, doc. 4, pp. 864-865; GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, docs. 32 e 34, de 27 de fevereiro de 1319, pp. 183-184 (com tradução na p. 184), e 9 de setembro de 1319, p. 187). Sabe-se, porém, que, tendo enviuvado, acabou por decidir fazer-se sepultar na igreja do Convento de Santa Clara de Coimbra.

[19] GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, docs. 27 e 28, de 1 de outubro de 1318, pp. 172-179.

[20] GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, doc. 35, de 10 de setembro de 1319, pp. 188-189. Sobre este assunto, veja-se, ainda, RÊPAS, Luís Miguel – "Practise and the *Periculoso* in the Convent

A monumentalidade do túmulo régio haveria, porém, de forçar a sua deslocação para uma nave lateral da igreja (a do lado da epístola), de forma que, segundo Jorge Cardoso, as religiosas, estando no coro, pudessem ver "as Missas, & officios diuinos do Altar maior"[21]. Os aspectos sensoriais na vida monástica têm vindo a ser valorizados nos últimos anos. Para não sobrecarregar o texto, recordamos apenas, a título de exemplo, a preocupação, registada no documento fundacional, de 1295, com os procedimentos necessários para garantir que as monjas de Odivelas conseguiam contemplar o Corpo de Cristo, no momento da sua elevação, no decorrer da Eucaristia, o que implicava a abertura das duas portas compactas que fechavam o coro, ficando, nessa altura, separadas da igreja apenas por intermédio de um outro par de portas de grades[22].

D. Afonso IV, excecionalmente, não elegeu uma casa cisterciense para a sua última morada, fazendo-se inumar na Sé de Lisboa, mas D. Pedro I escolheu o braço sul do transepto da igreja do Mosteiro de Alcobaça para se fazer tumular, juntamente com a sua amada, Inês de Castro[23], e até Beatriz Dias, amante do monarca, teve direito a ficar sepultada dentro da igreja, perto do seu rei[24].

---

of Odivelas (Lisbon): Royal Statutes and Female Enclaustration in Medieval Portugal (c. 1295-1319)". In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Os Territórios da Lisboa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 277-309, particularmente as pp. 302-304 (consultado em abril de 2023). Disponível em RUN: Territórios da Lisboa Medieval (unl.pt).

[21] Jorge Cardoso diz, claramente, que o túmulo de D. Dinis era um "soberbo mausoleo de pedra, rodeado de grades de ferro, o qual antigamente estaua no meio da Igreja, peloque impedia totalmente, que pudessem as religiosas do choro ver as Missas, & officios diuinos do Altar maior, & por esta causa o passarão a banda da Epistola na mesma confrõtação." (CARDOSO, Jorge – *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1652, p. 106).

[22] GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, doc. 2, pp. 118-124 (em latim) e 124-129 (em português medieval); veja-se, ainda, RÊPAS, Luís Miguel – "Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas", p. 293.

[23] Aí se encontravam os túmulos de D. Pedro I e Inês de Castro quando Fernão Lopes, no século XV, redigiu a crónica deste monarca (LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro*. Edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi. 2.ª ed., revista. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007, cap. XLIV, pp. 195-198: "E seendo nembrado de honrrar seus ossos, [...] mandou fazer hũum muimento d'alva pedra, todo mui sotillmente obrado [...]; e este muimento mandou poer no moesteiro d'Alcobaça, nom aa entrada hu jazem os rreis, mas dentro na egreja ha maão dereita, acerca da capella-moor [...]. Semelhavelmente mandou el-rrei fazer outro tal muimento e tam bem obrado pera ssi, e feze-o poer acerca do seu della, pera quando sse aqueecesse de morrer o deitarem em elle. [...] E morreo el-rrei dom Pedro [...] e mandou-sse levar aaquel moesteiro que dissemos e lançar em seu muimento, que está junto com o de dona Enes"; veja-se, igualmente, SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio*, pp. 31-32).

[24] GOMES, Saul António – "Uma dama na Leiria medieval: Beatriz Dias, 'manceba del-rei' D. Pedro I". *Biblos* 77 (2001), pp. 115-143.

É neste contexto que devemos entender, também, os sepultamentos de leigos em Lorvão.

2. Um santuário nobre: Lorvão desde 1211, um lugar para a nobreza, em vida e no além

Sem nos pretendermos alongar na história do Mosteiro de Lorvão, não podemos deixar de mencionar o facto de a comunidade de monjas de Lorvão ter sido precedida por uma comunidade de monges, que, nos inícios do século XIII, seguiam a Regra de São Bento e que foram expulsos do seu mosteiro por uma ação concertada entre o bispo de Coimbra (D. Pedro Soares), o rei (D. Sancho I) e a sua filha (D. Teresa), acabando o mosteiro por ser entregue a esta senhora, em 1211, por sentença do papa Inocêncio III, para que aí introduzisse uma comunidade de monjas cistercienses, a primeira que existiu em Portugal[25].

Este facto é importante para lembrar que, em 1211, quando a comunidade feminina cisterciense, oficialmente, se instalou em Lorvão, já estavam sepultados no mosteiro os abades e os monges que aí haviam habitado e falecido, e cujas ossadas, no século XVII, quando se fizeram obras no claustro, tanto impressionaram a comunidade, como ficou registado no *Livro das Preladas*, onde se mencionam os "muitos Corpos de frades Bentos enteiros" e o facto das religiosas de então terem tocado os capelos dos frades com as suas próprias mãos. Na parede da sala do capítulo foram, igualmente, encontrados os corpos de alguns abades[26].

Para além disso, o processo concluído em 1211 justifica como D. Teresa, ao assumir o papel de fundadora, senhora e protetora da primeira casa de monjas cistercienses que existiu em Portugal, se tornou a figura de referência dessa comunidade ao longo dos séculos.

[25] Sobre esta questão, veja-se MARQUES, Maria Alegria Fernandes – "Inocêncio III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister". *Revista Portuguesa de História* 18 (1980), pp. 231-283 (reeditado em MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 75-125).
[26] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Cartório do mosteiro*, Livro 309 (Livro das Preladas), fl. 5v, publicado por BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão. Sombras e realidade*. Vol. I, [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002, doc. 62, p. 580.

As diretivas do Capítulo Geral de Cister também apontavam no sentido de sepultar as abadessas na sala do capítulo e as monjas no claustro, prática que se respeitou, com raras exceções, após 1211. Os vestígios materiais são, hoje, escassos, sobretudo para períodos mais recuados, mas poderão ver-se, *in loco*, no claustro, como se constata numa sepultura armoriada do século XV, de Leonor Coelha, ou numa outra, dos inícios do século XVI, de Catarina de Eça (não a abadessa, mas uma monja sua homónima)[27].

Na sala do capítulo encontrar-se-ia, seguramente, a inscrição que assinalava o túmulo de Urraca Rodrigues de Briteiros, abadessa de Lorvão entre 1276 e 1280[28], e que hoje se encontra exposta no Centro Interpretativo do Mosteiro de Lorvão, bem como o túmulo de Catarina de Eça, prelada de 1471 a 1521, de acordo com um epitáfio registado em "huma pedra quasi quadrada de dous palmos" colocada "No meyo da parede da caza do capitulo[,] da parte do Evangelho[,] em altura de duas varas do chão"[29], que ainda se via em 1722 e que terá sido, depois, tapado por azulejos. Já as ossadas de Maria Afonso, abadessa entre 1237 e 1255[30], estavam numa "caixa de pedra, muito bem lavrada, metida na parede do claustro", junto à sala do capítulo, de acordo com o *Livro das Preladas*[31].

Igualmente nos interessam aqueles que, não tendo pertencido à comunidade monástica, escolheram o Mosteiro de Lorvão para lugar de inumação.

A primeira pessoa de que temos registo é a Rainha D. Sancha, filha de D. Sancho I, falecida em 1229[32]. Sancha havia fundado a comunidade de Santa Maria de Celas,

[27] Cf. BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, pp. 151-152.
[28] HENRIQUES, António de Castro; MENDES, Tiago de Sousa – "Ffeguras & Senaees II. As armas dos Briteiros". *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica* 7 (2012), pp. 41-51. A biografia mais recente desta abadessa pode encontrar-se em RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 2/2, pp. 398-401.
[29] Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Manuscritos – Fundo Geral*, Caixa 223, n.º 1, fl. 192v (Relação das sepulturas existentes no Mosteiro de Lorvão feita pelo Dr. Manuel Pereira da Silva Leal para a Academia Real da História Portuguesa, de 13 de agosto de 1722), publicado por BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, doc. 50, p. 559.
[30] A biografia mais recente desta abadessa pode encontrar-se em RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 2/2, pp. 287-292.
[31] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Cartório do mosteiro*, Livro 309 (Livro das Preladas), fl. 4v, publicado por BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, doc. 62, p. 578.
[32] Em 13 de março de 1229 (CARDOSO, Jorge – *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas*. Tomo II. Lisboa: Officina de Henrique Valente

em Coimbra, e, antes de falecer, até já tinha solicitado a sua incorporação na Ordem de Cister[33]. No entanto, ora porque o edifício de Celas não reunia condições para receber o seu túmulo, como foi sugerido noutro local[34], ora porque a sua irmã D. Teresa fez prevalecer a sua vontade, D. Sancha acabou por ser sepultada em Lorvão. Em 1250, o mesmo sucedeu com D. Teresa, *senhora* do mosteiro, também ela filha de D. Sancho I, que, nunca tendo professado, tinha uma câmara própria no claustro[35], vivendo, assim, junto da comunidade de monjas que aí instalou e que sempre protegeu. Associada à (re)fundação do mosteiro, em D. Teresa confluem estirpe régia, padroado, poder e prestígio pessoal. Segundo Nelson Correia Borges, D. Sancha e D. Teresa encontravam-se "sepultadas lado a lado em túmulos pétreos na nave norte do coro monástico, junto à sacristia"[36].

As monjas de Lorvão terão guardado boa memória de D. Teresa e dos tempos que estiveram sob o seu patrocínio, o que justifica que, em 1277, tenham recebido a infanta D. Branca (filha de D. Afonso III de Portugal e da rainha D. Beatriz), por sua *senhora*, e tenham colocado o mosteiro sob a sua guarda, para que ela tivesse tanto poder sobre elas e sobre o mosteiro como a Rainha D. Teresa costumava ter, solicitando, por fim, ao rei que o confirmasse[37]. Tal iniciativa acabaria por não ter grandes efeitos para o Mosteiro de Lorvão, até porque a conjuntura política levaria D. Branca para Castela, terminando os seus dias no Mosteiro de Las Huelgas, em Burgos, de que, entretanto, acabou por ser *senhora*[38].

---

d'Oliveira, 1657, p. 163; o dia da sua morte encontrava-se registado no livro de óbitos de Celas, já desaparecido, e a data completa no livro de óbitos de Santa Cruz).

[33] MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 27-28, a partir de CANIVEZ, Josephus Maria – *Statuta Capitulorum Generalium Ordinis Cisterciensis*. T. II: *Ab anno 1221 ad annum 1261*. Louvain: Revue d'Histoire Ecclésiastique, 1934, p. 62: § 33: "De Sancto Johanne de Tauraucha et de Alcobatia abbatibus committitur de abbatia monialium construenda a filia regis Portugaliae, qui faciant inde quod viderint faciendum et sequenti anno Capitulo generali studeant renuntiare". É do entendimento geral dos Autores que sobre o assunto se têm pronunciado que esta comissão não se pode entender senão em relação ao Mosteiro de Santa Maria de Celas.

[34] RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 1, p. 78.

[35] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão, Antiga Colecção Especial*, Documentos Eclesiásticos, Rolo 1, de 30 de agosto de 1252, citado por RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 1, p. 275.

[36] BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, p. 176.

[37] VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de (eds.) – *Chancelaria de D. Afonso III – Livro I*. Vol. 2, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, doc. 686, pp. 253-254.

[38] SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. Vol. I, Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna, 1999, p. 171; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *D. Dinis*.

Com o passar dos tempos, outros leigos procuraram sepultura no Mosteiro de Lorvão. Na impossibilidade de os referir aqui, de forma exaustiva, citamos o exemplo de Isabel de Ávila, a mãe da abadessa Catarina de Eça (1471-1521), que, em 1480, no seu testamento, pediu, expressamente, para ser sepultada junto às rainhas[39], procurando, assim, por esta proximidade, conferir algum destaque à sua própria condição.

3. A liturgia associada à morte

Procuremos, agora, a partir da análise dos códices lorbanenses, perceber como se celebrava a liturgia dos defuntos, na dupla vertente de salvação da alma e de comemoração da memória[40].

No primeiro caso, a morte e os momentos que a antecediam eram a etapa mais importante da vida de um monge ou de uma monja. Tivemos já oportunidade de estudar, com algum detalhe, para o contexto do Mosteiro de Alcobaça, e a partir dos seus códices, o *Ordo ad inungendum infirmum*, ou sacramento da unção dos enfermos, e o *Ordo ad inhumandum fratrem mortuum*, ou rito de defuntos[41].

Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 220; GALVÁN FREILE, Fernando – "El proceso de internacionalización de la miniatura en torno al año 1200 en la Península Ibérica: el Antifonario y el Martirologio de Las Huelgas Reales de Burgos". In *El monacato en los reinos de León y Castilla (siglos VII-XIII)*. [s.l.]: Fundación Sánchez-Albornoz, 2007, p. 448; OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Rainhas Medievais de Portugal: 17 Mulheres, 2 Dinastias, 4 Séculos de História*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010, pp. 147-148.

[39] ANTT, *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento do Espírito Santo de Gouveia*, mç. 1, doc. 4.

[40] Elaborámos já alguns estudos, para outros mosteiros, tomando por base os seus códices litúrgicos: BARREIRA, Catarina Fernandes – "Investigating liturgical practise and ritualized circulation in the Monastery of Alcobaça. A preliminar view from the manuscripts". *Cîteaux: Commentarii cistercienses* 70/3-4 (2019), pp. 301-326 e BARREIRA, Catarina Fernandes – "Cistercian Liturgy and daily practice through the manuscripts of Alcobaça. Preliminary considerations from three sample rituals". In PEREIRA, Diana; LOPES, Inês Afonso; SÁNCHEZ, Rosa Maria Sánchez (coord.) – *O Gesto e a Crença: percursos, transferências e intermedialidade*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021, pp. 67-77 (consultado em junho de 2023). Disponível em https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19030.pdf.

[41] BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – "Um *Ritual* descoberto em Salzedas ou a história de um mosteiro através do estudo dos seus códices litúrgicos. Propostas de leituras no espaço e no tempo". In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, 2022, pp. 234-265 (consultado em junho de 2023). Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/145239; RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – "Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaça". In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2016, pp. 211-236; BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – "Um *Ritual de ungir e enterrar* do Mosteiro de Alcobaça, descoberto

No caso de Lorvão, estes *ordines* aparecem num Cerimonial datado de 1547[42], não tendo chegado até nós nenhum outro códice mais antigo com os referidos textos, o que nos leva a questionar que códice ou códices foram usados pela comunidade para os referidos rituais ligados à morte durante as centúrias anteriores.

No que diz respeito ao seu conteúdo litúrgico, que já tivemos oportunidade de estudar, ainda que de forma breve[43], este códice começa com o ritual de admissão ao noviciado e prossegue com o da profissão monástica. Em seguida, e de forma sequencial, foi copiado o ritual das exéquias e só depois o sacramento da unção das enfermas, ao contrário do que observamos nos códices de Claraval e de Alcobaça, em que aparece sempre em primeiro lugar a unção dos enfermos e, em seguida, o ritual das exéquias, como parece fazer mais sentido. Outro aspeto interessante reside no facto de o abade (ou um seu representante), a abadessa, a cantora, a sacristã e a restante comunidade serem os protagonistas deste códice; isto é, nos textos dos quatro rituais, quem preside às cerimónias litúrgicas é o abade e a abadessa, acompanhados pelos outros atores mais ou menos específicos da comunidade lorbanense, no desenrolar da performance litúrgica. Este envolvimento direto das mulheres na liturgia – a abadessa, a sacristã, a cantora – parece-nos uma circunstância importante, no âmbito da *female agency*.

No que diz respeito à *mise-en-page* deste códice lorbanense, as fórmulas e as orações são ditas e cantadas em latim, estando, por isso, registadas nessa língua, em tinta preta; por sua vez, a descrição dos passos a seguir e as correspondentes orientações são bastante detalhadas, e encontram-se escritas em português e a vermelho, provocando um intencional contraste cromático que auxilia o leitor (o qual já havíamos visto no Ritual de Salzedas, que tem um conteúdo litúrgico semelhante a

em Sta. Maria de Salzedas. Percursos possíveis de um manuscrito iluminado". In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (coord.) – *Genius Loci. Lugares e Significados / Places and Meanings*. Vol. 1, Porto: CITCEM, Faculdade Letras da Universidade do Porto, 2017, pp. 343-354 (consultado em maio de 2023). Disponível em https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16995.pdf.

[42] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6 (consultado em março de 2023). Disponível em https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4484058.

[43] BARREIRA, Catarina Fernandes – "Spaces of Seclusion and Liturgy; the Cistercian nunnery of Lorvão – a view from two sixteenth-century liturgical codices". In VOLZONE, Rolando; FONTES, João Luís (eds.) – *Architectures of the Soul. Diachronic and Multidisciplinary Readings*. Lisbon: Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH) / CHAIA – Uévora / UCP-CEHR / DINÂMIA'CET-Iscte, 2022, pp. 69-84 (consultado em maio de 2023). Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/146929.

este códice, embora este seja exclusivamente em latim[44]). O Cerimonial de Lorvão é, sem dúvida, um códice pensado, desde o seu início, para uma comunidade cisterciense feminina: esta questão está bem evidente nas fórmulas e orações em latim (*anima sororis*) e nas orientações a seguir, em português (*a defuncta*).

O *Ordo* das exéquias, que é longo, começa no fim do fólio 14v: "Como se deve fazer quando algũa religiosa de nossa ordem falecer. Sayda a alma do corpo: comece a cantora o responso *Subvenite sancti dei*" e todo o convento entoe o *Kyrie eleison, Christe eleison, Kyrie eleison*[45]. Assim que uma religiosa morresse, tinha início um conjunto de procedimentos que se iniciava com a lavagem do corpo no lavatório do mosteiro (cabendo à prioresa a decisão sobre quem o lavava), enquanto o abade se preparava para o ritual[46]. Depois do corpo lavado e colocado no féretro ou no escano, o abade deitava a água benta sobre o corpo e incensava-o, dizendo as respetivas orações[47]. A cantora entoava o *Libera me, Domine, de morte eterna*, o corpo era levado para a igreja, de acordo com a seguinte ordem: primeiro a cruz, depois as monjas (com as "juniores" à frente e as "anciãas" atrás, como estão no coro), o abade, com o báculo e a estola (ou quem fizer o ofício), as noviças, a defunta, transportada por 4 ou 5 irmãs (escolhidas pela prioresa), e, em seguida, as conversas, "detras da defuncta"[48]. Entravam na igreja – a candeia era posta sobre o castiçal, à cabeça da defunta – e o abade fazia a encomendação, estando as religiosas de frente umas para as outras, após o que estas retomavam o saltério. A morta devia ser absolvida em cabido: "Entretanto se o abbade esse dia for presente em o cabido, absolva a defuncta, ou a absolva em o primeiro capitolo que for, dizendo: *Anima sororis, N., requiescat in pace*"[49].

[44] O Ritual de Salzedas é um códice que se encontra à guarda da Paróquia de Salzedas, tendo já merecido vários estudos: BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – "Um *Ritual* descoberto em Salzedas", pp. 234-265; BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – "Um *Ritual de ungir e enterrar* do Mosteiro de Alcobaça", pp. 343-354; RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – "Place and Liturgy", pp. 211-236 e BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – "Um Ritual de Alcobaça em Salzedas". *Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja* 12 (Janeiro/Junho 2016), pp. 28-35.
[45] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6, fls. 14v-15.
[46] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 15-15v.
[47] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 19.
[48] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 19v.
[49] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 20v.

O ritual prosseguia com o ofício dos defuntos plenariamente e a meia voz. Se fosse possível, deveria ser dita a missa em honra da defunta, nesse mesmo dia, com a indicação da primeira coleta (*Inclina, Domine*) e da segunda (*Omnipotens sempiterne deus*)[50]. Antes de ser levada ao sepulcro, "estando as religiosas ante o féretro ou escano com a cruz, e toribolo, e lume, e augoa benta o abbade ou o sacerdote vistido em alva e estola e manipolo", devia cantar várias orações especificadas. Seguiam, então, em procissão, até à sepultura: à frente, o abade (ou quem fizesse o ofício) com os ministros, levando a água benta, o lume, a cruz e o turíbulo; atrás, todas as religiosas e noviças, cantando os salmos. Aí chegadas, com a abadessa, estando de frente umas para as outras, cantavam os salmos. O corpo era, então, trazido pelas monjas designadas para o efeito ("com suas cogulas vestidas", que depois haveriam de despir) e depositado junto à cova. A cantora entoava a antífona *Chorus angelorum*, seguida de uma série de salmos. De acordo com o códice de Lorvão, "despoys desta antiphona cantada, he costume em alguns mosteyros dizer-se logo a antiphona *Clementissime Domine*, mas comummente se diz per toda a ordem despoys da collecta"[51]. José Mattoso já havia chamado a atenção para a oração *Clementissime, domine*, porque é um indício da crença, entre os cistercienses, na remissão dos pecados depois da morte[52], uma oração que fazia parte dos códices mais antigos de Alcobaça, isto é, já existia na liturgia cisterciense do século XII.

Depois, todas as religiosas faziam vénia ao dizerem *Domine miserere super peccatrice* e o sacerdote terminava o ofício com orações, em voz baixa, seguidas pela resposta dos ministros. Era benzido o sepulcro, lançava-se água benta sobre a defunta e sobre a cova, incensava-se a defunta e a cova, colocavam-na na sepultura, onde o sacerdote lhe deveria novamente lançar água benta e onde deveria ser outra vez incensada por quem estivesse na cova, e, estando coberta, quem fazia o ofício lançava terra sobre ela uma única vez, após o que devia começar a entoar o

[50] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 21.
[51] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 24. Esta orientação teve origem nos *Ecclesiastica Officia*, segundo os quais depois da antífona *Chorus angelorum* devia-se cantar a *Clementissime Domine* (CHOISSELET, Danièle; VERNET, Placide (eds.) — *Les* Ecclesiastica Officia *cisterciens du XII*ème *siècle. Texte latin selon les manuscrits édités de Trente 1711, Ljubljana 31 et Dijon 114. Version française, annexe liturgique, notes, index et tables*. Abbaye d'Oelenberg. Reiningue: Éditions «La documentation cistercienne», 1989, pp. 284/285).
[52] MATTOSO, José – "O Culto dos mortos em Cister", p. 69.

Temeritatis quidem e um conjunto de outras orações[53]. José Mattoso também chamou a atenção para as invocações aos anjos para ajudarem a levar a alma até Abraão, o que, para o historiador, em conjunto com outros elementos, constituía uma forma distinta de entender a morte, no contexto cisterciense[54].

Por fim, as religiosas dirigiam-se à igreja e rezavam os sete salmos penitenciais pela defunta, prostradas ante o primeiro degrau do altar-mor[55]. Esta referência é importante porque demonstra como, nestes momentos específicos, as monjas cistercienses ultrapassavam o espaço do coro e circulavam na igreja, tendo acesso ao altar-mor. A perceção da circulação das monjas na igreja, em determinados momentos, é confirmada na carta de fundação do Mosteiro de Odivelas, também de monjas cistercienses, instituído por D. Dinis, em 1295, em que é evidente uma enorme preocupação com o cumprimento da clausura, mas em que se permite a abertura das portas da grade que separava o coro da igreja em duas ocasiões: quando as monjas fossem comungar à igreja ou quando fossem ao cemitério para sepultar uma das suas companheiras[56]. Ou numa carta de 1319, já aqui referida, pela qual as monjas de Odivelas obtiveram autorização do rei seu fundador para ir à igreja com o intuito de, sobre o sarcófago do referido monarca, fazerem as suas orações e rogarem a Deus por ele (e pelos restantes elementos da família real que aí fossem sepultados)[57].

Voltando ao Cerimonial de Lorvão, podemos confirmar que as orações e os procedimentos aí contidos estão, de um modo geral, de acordo com a normativa expressa nos *Ecclesiastica Officia* (*Ordo ad inhumamdum fratrum mortuum*), que já

[53] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 27.
[54] MATTOSO, José – "O Culto dos mortos em Cister", p. 69.
[55] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 31: "Despoys de todo isto feito, rezem as religiosas os sete psalmos penitenciaes polla defuncta postradas ante o primeiro grao do altar moor". A mesma referência surge registada em latim no fl. 67v do Ritual de Salzedas ("Postea dicantur pro monacho seu converso septem psalmi penitentiales a fratribus in oratorio prostratis"), bem como em BNP, *Alc. 67*, fl. 115v e BNP, *Alc. 166*, fl. 142.
[56] GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, doc. 2, de 27 de fevereiro de 1295, pp. 118-124 (em latim) e 124-129 (em português). Veja-se, ainda, RÊPAS, Luís Miguel – "Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas", p. 293.
[57] GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas*, doc. 35, de 10 de setembro de 1319, pp. 188-189. Veja-se, ainda, RÊPAS, Luís Miguel – "Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas", pp. 302-304.

tivemos oportunidade de estudar a propósito do Mosteiro de Alcobaça[58], com a exceção de não haver qualquer indicação em função das horas: se um religioso morresse entre Prima e Tercia, seria sepultado nesse dia, cerca de três horas depois; se morresse depois de Nona, só seria sepultado no dia seguinte (ficando a ser velado por um grupo de monges durante toda a noite). O códice prossegue com uma "Fórmula de absolvição" (*Indulgentiam et absolutionem et remissionem omnium peccatorum tuorum*) e com a cópia de um privilégio do papa Sisto IV (1471-1484) sobre as indulgências mencionadas[59].

A secção seguinte do códice incide na forma "Como devem ungir as enfermas"[60], isto é, no sacramento da santa unção: tangiam o sino enquanto entoavam um *Pater noster* e, depois de fazerem um pequeno intervalo, voltavam a tanger o sino. Entretanto, o abade vestia-se com alba, estola e manípulo, e empunhava o báculo; quando estivesse vestido tangia-se novamente o sino e o convento ia ao coro; ao sair, começavam a entoar salmos, intercalados com *Gloria patri*, devendo seguir a ordem por que estavam no coro: a água benta à frente, o lume a seguir e depois a cruz, seguida pelo abade e, por fim, as religiosas (primeiro as anciãs, depois as demais monjas, as noviças e, a fechar, as conversas). Quando chegavam junto da enferma, que se supõe estar na enfermaria, e acabados os salmos, o abade (ou quem fizesse o ofício) dizia *Pax huic domui* ("A paz esteja nesta casa") e o convento respondia *Amen*. O sacerdote continuava a saudação dizendo *Dominus vobiscum*, sucitando a resposta *Et cum spiritu tuo*, e seguia-se o Ato de contrição, no qual a enferma devia dizer *Confiteor Deo et beate Marie et omnibus sanctis, et Tibi Pater, quia peccavi nimis cogitatione, locutione et opere. Mea culpa. Ideo deprecor te ora pro me* ("Confesso a Deus e à Santa Maria e a todos os santos, e a Ti, Pai, que pequei muitas vezes por pensamentos, palavras e atos. Por minha culpa. E peço-vos que rogueis por mim").

---

[58] BARREIRA, Catarina Fernandes – "*Requiescant in pace.* Death and memory in the Monastery of Alcobaça", pp. 483-515; BARREIRA, Catarina Fernandes – "Investigating liturgical practise and ritualized circulation", pp. 301-326.

[59] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6, fls. 31v-33 e 33v-36v, respetivamente. A bula de Sisto IV é datada de 13 de dezembro de 1475 (e não de 1470, como se regista no códice do Mosteiro de Lorvão que estamos a analisar) e encontra-se publicada por KRARUP, Alfr.; LINDBÆK, Johs. (eds.) – *Acta Pontificum Danica. Pavelige Aktstykker Vedrørende Danmark 1316-1536*. Vol. IV: *1471-1492*, København: I Kommission Hos G.E.C. Gad, 1910, n.º 2666, pp. 135-137 (consultado em março de 2023). Disponível em https://archive.org/details/actapontificumda04cath/page/n3/mode/2up.

[60] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6, fls. 37 e ss.

Se não o pudesse dizer, ou não soubesse, devia bater no peito com a mão dizendo: *Mea culpa de omnibus peccatis meis: precor vos orare pro me* ("Sou culpada de todos os meus pecados: peço-vos que orem por mim"). O convento, reunido em seu torno, dizia a oração *Misereatur tui omnipotens Deus* e, se o abade estivesse presente, deveria dizer uma fórmula de absolvição (*Dominus Iesus Christus*). O códice apresenta uma outra oração para o caso de não ser o abade a ungir a enferma (*Indulgentiam et remissionem*). Depois, quem ungisse a enferma devia dar-lhe a cruz a beijar. A seguir, o sacerdote, com o dedo polegar molhado no óleo, ungia-a em sete lugares enquanto proferia outra oração, solicitando o perdão dos seus pecados. O códice refere que quem ungisse a enferma deveria ser um religioso da ordem. Cada parte do corpo em que se fizesse a unção devia ser imediatamente limpa com panos ou estopas que a sacristã devia ter previamente preparado, os quais deviam depois ser queimados "em a piscina". Ungida a enferma, o convento entoava o salmo *Benedic anima mea* e, a seguir, todas diziam o *Kyrie eleyson*, *Christe eleyson*, *Kirie eleison* e outras orações. Deviam, então, sair todas. Se a enferma tivesse logo de comungar, o que a ungiu (ou outro por ele, se fosse necessário) devia ir à igreja com os ministros e, depois de lavar as mãos na *piscina*, trazia a santa comunhão no cálice coberto com o ofertório e a cruz com a candeia e água benta. E outro levava a galheta com vinho "pera lavar os dedos no caliz". Chegados junto da enferma, o que transportava a água benta lançava-a sobre ela e o sacerdote dizia-lhe: "Irmãa, vees aqui te trazemos o corpo de nosso senhor Jesu Christo. Cres tu que elle he nossa saude, e nossa vida e resurreição", respondendo ela: "Creo". Seguia-se, então, a comunhão.

Caso se tratasse de uma conversa ou de uma monja que não fosse letrada ("que não entenda letras"), tudo isto lhe seria dito, de forma resumida, em linguagem (ou seja, em português). A conversa devia confessar-se, se pecara por pensamento, palavras e atos ("per cuydação, ou per fala, ou per obra"), bem como a monja, caso não soubesse o *Confiteor Deo*. E tudo isto se devia fazer sempre que alguma estivesse em perigo iminente de morte (e quantas vezes fosse necessário).

Quando vissem que a alma saía do corpo (a normativa previa este momento para quando a morte se aproximasse) deviam lançar "en terra a cinza em modo de cruz, e em cima della algũa manta ou outra cousa estendida". Ordena-se, então:

> E logo tomem a defuncta em hũa almocela e ponham-na ali, e tanjão logo a tabua <na> crasta, e tangido ho syno na igreja quatro vezes, as irmãas venhão muyto a pressa pera onde esteveer a defuncta deyxando primeiro todo lavor que teverem nas mãas[61] dizendo *Credo in Deum* em vooz que possa ser ovido, o qual seja repetido per duas ou tres vezes se necessario for[62].

Segundo José Mattoso, a normativa cisterciense recomendava que os monges abandonassem as suas atividades, exceto nas festas mais solenes, e que as retomassem depois[63].

O Cerimonial de Lorvão prossegue com a indicação de que a cantora devia levar o Coletário ao abade, e a sacristã a estola e o báculo, fazendo-se acompanhar de alguém que levasse a cruz, o lume, o turíbulo e a água benta. E se a enferma ainda estivesse viva (lembramos que estes procedimentos se iniciavam com a aproximação da morte, e não com a constatação da morte), as irmãs diriam a ladainha *Kyrie eleyson, Chiste eleyson, Christe, audi nos*, solicitando a misericórdia divina para aquela que estava prestes a partir, bem como a intercessão da Mãe de Deus e de uma multidão de anjos, arcanjos e santos em prol da sua alma. Se, terminada a ladainha, a alma ainda não tivesse saído do corpo, rezavam os sete salmos penitenciais. A ideia seria que a enferma morresse em presença da comunidade, acompanhada das suas orações. No entanto, se isso não acontecesse, após os sete salmos penitenciais, as irmãs deveriam aí deixar a cruz e a água benta e ir embora.

E o códice termina desta forma, com a indicação do ano em que foi produzido, 1547. Tal como sucedeu com o *Ordo* anterior, estes procedimentos estão de acordo com os *Ecclesiastica Officia*.

---

[61] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6, fls. 37 e ss.
[62] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 6, fl. 42v.
[63] MATTOSO, José – "O Culto dos mortos em Cister", p. 66.

Este Cerimonial é, efetivamente, um testemunho muito significativo porque proporciona um extenso e pormenorizado conjunto de indicações de como se procedia e do que se dizia, tanto no caso de morte, como no de enfermidade, para além de incluir os respetivos textos e as orações necessárias para cada momento específico, permitindo uma reconstituição quase visual dos procedimentos, numa interessante coreografia litúrgica.

Ainda no âmbito da liturgia da morte, e no que diz respeito à celebração do Ofício de Defuntos, que outros códices tinha a comunidade lorbanense? As antífonas próprias do Ofício de Defuntos encontram-se no fólio 119v de um Antifonário Santoral de 1451, que corresponde a uma encomenda pessoal de Inês Lourenço Machada, porventura uma monja, para ser usado pela comunidade lorbanense, como consta numa nota inscrita no códice:

> A muito honrada e virtuosa emnobricida em virtudes Ines Lourenço Machada mandou fazer este livro aa honra de Deus e dos seus sanctos pera serviço do mosteiro de Sancta Maria de Lorvaao. Fecto na Era do nacimento de mil e IIII^{c} e LI annos e pollo dicto livro deu dous marcos e meo de prata.[64]

No que se refere ao Ofício de Defuntos completo, vemo-lo num Breviário notado do século XVI[65]. Quanto à Missa e aos seus textos, um Evangeliário festivo de finais do século XIV ou inícios da centúria seguinte contém dois excertos do Evangelho de João, usados na Missa de defuntos[66]; por sua vez, as orações e os textos da Missa encontravam-se num Gradual Santoral do século XVI[67].

---

[64] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 42, fl. 5v.
[65] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 30, fl. 138v. Sobre o Ofício de Defuntos cisterciense, veja-se CHAVES, Zuelma – *Officium mortuorum: o Ofício de Defuntos musicado na tradição cisterciense em Portugal entre os séculos XIII e XVII*. In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça*, pp. 207-232 (consultado em junho de 2023). Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/145239. Veja-se, ainda, CHAVES, Zuelma – *O Ofício de Defuntos: repertório musicado monódico, em fontes portuguesas, até c. 1700*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2017. Dissertação de Mestrado.
[66] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 48, fls. 129v-130.
[67] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 31, fl. 97v. Para os mencionados códices, veja-se SEIÇA, Alberto Medina de; CHAVES, Zuelma – "Chant books from Lorvão in the national archives of Lisbon: fragments of an inventory". In BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Maria Conceição; ANDRADE, Maria Filomena (coord.) – *Cistercian Horizons. Collected essays*. Budapest: Trivent, 2024, pp. 169-210.

Jessica Barker, a propósito do Ofício dos Mortos, afirmou o seguinte:

> when clerics spoke from their liturgical books, the words that issued from their mouths were never self-generated; they voiced the words of Christ, St Paul, the Psalmist or the Old Testament patriarchs like Job (…). Yet, in the context of the Office of the dead and requiem Mass, this dynamic takes on another layer of complexity. As well as speaking the words of Biblical figures, the clerics also speak on behalf of the deceased[68].

De facto, esta ideia está de acordo com as "conclusões" de José Mattoso sobre as inovações da liturgia cisterciense ligada aos mortos, de meados do século XII (face à prática litúrgica anterior), em que se percepciona uma nova forma de encarar a vida humana, com mais optimismo, com mais atenção aos "sentimentos individuais (…) e à emergência da consciência individual"[69].

4. Culto e memória dos defuntos em Lorvão

D. Sancha e D. Teresa representaram um papel fundamental na comunidade conventual, mesmo depois da sua morte, que terá sido celebrada pelas monjas ao longo de vários séculos, acabando por ser beatificadas em 23 de dezembro de 1705[70]. Em 1722, os seus corpos constavam à cabeça do inventário das relíquias que existiam no Mosteiro de Lorvão, que eram muitas e notáveis[71].

No entanto, os registos escritos que nos chegaram acerca da sua memória, durante a Idade Média, nomeadamente nos códices litúrgicos do Mosteiro de Lorvão, são escassos, isto é, do ponto de vista litúrgico, sabemos muito pouco sobre a forma como terão sido comemoradas pela comunidade conventual.

No que diz respeito aos Calendários, D. Sancha e D. Teresa aparecem em dois códices do século XVI, assinaladas, respetivamente, a 13 de março e 17 de junho: num

[68] BARKER, Jessica – *A Book-Bound voice: Liturgical books and the commemoration of the Dead in Julian Luxford: The Medieval Book as object, idea and symbol*. Donington: Shaun Tyas, 2021, p. 202.
[69] MATTOSO, José – "O Culto dos mortos em Cister", p. 70.
[70] BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, p. 419.
[71] BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, doc. 49, pp. 556-557.

Diurnal datado de 1503, feito por um capelão do Mosteiro de Lorvão[72], os seus nomes foram adicionados, por uma outra mão, mais tardia (que assinala a santidade das duas rainhas, sendo particularmente interessante a forma como D. Teresa é referida: "a nosa Rajnha sãta tarazia"[73], que traduz um sentimento de pertença que não se encontra na indicação sobre "a rajnha sãta sãcha"[74]); num Breviário notado de meados do século XVI, D. Sancha e D. Teresa aparecem referidas nos respetivos dias com a indicação de *Anniversarium pro regina*[75]. No que diz respeito à data de 13 de março, alguém anotou posteriormente "D. Santie". Tal especificação revelava-se perfeitamente desnecessária para D. Teresa, compreendendo-se, por isso, que, neste caso, nada se tenha acrescentado.

Apesar de existir esta memória, os Calendários não nos dizem como eram celebradas, ou seja, se com uma comemoração, ou se com uma festa de doze lições. A sua memória é referida nos dois *Libri Capituli* de Lorvão, isto é, dois códices que incluem o Martirológio e a Regra. Estes textos eram fundamentais porque eram lidos diariamente na Sala do Capítulo, depois da missa: a primeira leitura era de um capítulo do Martirológio, correspondente ao dia, de forma a assinalar o aniversário de um ou mais santos, e, de seguida, lia-se um capítulo da Regra. Lorvão, como dissemos, teve dois *Libri Capituli*: um, de finais do século XII, com origem no Mosteiro de Alcobaça, que acabou por ser cedido a Lorvão, talvez na segunda metade

[72] Este códice tem um cólofon que menciona o nome da monja que o encomendou e o do seu copista: "Em honra e louvor e serviço do senhor deos, a muyto virtuosa Margarida Coelha monja deste mosteiro de Lorvãao mandou fazer este livro, ao qual apraza polla sua infinita misericordia e piedade que lhe <de> graça que faça nesta presente vyda taes obras que mereça de percalçar a gloria […]. Feito no anno da encarnaçam de mil e quinhentos e tres per frey Thome capellam do dito mosteyro" (ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 1, fl. 183-183v). Sobre o mesmo já escreveram vários autores: BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, p. 167; CARDOSO, Paula – *Art, Reform and Female Agency in the Portuguese Dominican Nunneries: Nuns as Producers and Patrons of Illuminated Manuscripts (c. 1460-1560*). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2019. Tese de Doutoramento, p. 114; BARREIRA, Catarina Fernandes – "Spaces of Seclusion and Liturgy", p. 72 e SEIÇA, Alberto Medina de; CHAVES, Zuelma – "Chant books from Lorvão in the national archives of Lisbon".
[73] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 1, fl. 3v.
[74] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 1, fl. 2.
[75] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 30, fl. 3.

do século XIII[76]; o outro códice data de finais do século XVI[77]. Em ambos surge assinalada a memória de D. Sancha: no mais antigo, numa nota na margem[78]; no do século XVI, aparece já incluída no texto, de forma sequencial[79].

Nestes dois códices assinalam-se também, ora sob a forma de nota marginal, ora sequencialmente no texto, o óbito de algumas abadessas de Lorvão, como Catarina de Eça e Margarida de Eça, entre outras.

No que diz respeito à memória dos *passados*, para além do que já mencionámos, a propósito dos Calendários e dos Martirológios, existem ainda as coletas para as comemorações dos aniversários pelos defuntos em vários códices lorbanenses, que já tivemos oportunidade de estudar para o contexto de Alcobaça[80]. Estes aniversários, no contexto da Ordem de Cister, eram celebrados ao longo do ano, em honra e memória dos abades e dos bispos da ordem, dos monges e dos *familiares*, etc. Cada um destes aniversários previa coletas específicas, consoante o tipo de defunto a que se dedicava o sufrágio, e outras, para serem adicionadas, no caso de estar presente um defunto (também específicas, em função do seu tipo: abade, bispo, monge, etc.). Previa também uma comemoração em honra do(s) fundador(es) da(s) sua(s) casa(s). Estas comemorações e as respetivas coletas pelos *passados* tinham uma data específica, ou seja, o "momento litúrgico" a que cada coleta dizia respeito tinha o seu contexto próprio ao longo do ano (janeiro, maio, setembro e novembro), articulando-se com a liturgia do Temporal e do Santoral. Não encontrámos ainda qualquer informação que nos permita perceber se em Lorvão também se faziam as procissões de aniversário pelos defuntos, como acontecia em Alcobaça, pelo menos a partir dos séculos XV e XVI[81]. Na tabela que se segue apresentamos as coletas pela

[76] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 17. Sobre este códice e a sua origem no *scriptorium* monástico de Alcobaça, veja-se BARREIRA, Catarina Fernandes – "Recovering the history of a male Cistercian community from its liturgical codices (c. 1175-1350)". In BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Maria Conceição; ANDRADE, Maria Filomena (coord.) – *Cistercian Horizons. Collected essays*. Budapest: Trivent, 2024, pp. 127-155.
[77] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 17A.
[78] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 17, fl. 29v.
[79] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 17A, fl. 44.
[80] BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – "Um *Ritual* descoberto em Salzedas", pp. 234-265; RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – "Place and Liturgy", pp. 211-236.
[81] BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – "Um *Ritual* descoberto em Salzedas", pp. 234-265.

ordem do ano civil (que é também a ordem pela qual se apresentam num códice de Alcobaça a que já fizemos referência, o Ritual de Salzedas):

Data	Comemoração	Coleta
11 janeiro	Aniversário dos bispos e dos abades da ordem	*Presta Domine quasemus ut anime famulorum famularumque tuarum*
20 maio	Aniversário pelos membros da ordem (monges, noviços, conversos, *familiares*)	*Omnipotens sempiterne Deus cui nunquam*
17 setembro	*Aniversarium fratrum et benefactorum nostrum* *In solemne tricenario* (por 30 dias, dita às Laudes, na missa e em Vésperas)	*Deus venie largitor et humane salutis autor*
2 novembro	Fiéis defuntos *Omnium fidelium defunctorum*	*Fidelium Deus omnium conditor et redentor*
20 novembro	*Commemoracio omnium fratrum et parentum nostrorum*	*Deus cui proprium est miserere*
(data específica)	Em honra dos fundadores das nossas casas	*Presta Domine quasemus ut anime famulorum*
Sem data	*Pro femina defuncta*	*Quasemus Domine*
Sem data	*Pro presente defuncto*	*Inclina Domine*

Tabela 1[82]

As fontes relativas ao Mosteiro de Lorvão em que se podem encontrar estas coletas são as seguintes: um Saltério-himnário que deve ter pertencido à comunidade masculina que habitou Lorvão antes das monjas cistercienses e que foi posteriormente adaptado, talvez na segunda metade do século XIII, para a prática litúrgica cisterciense, ao ser-lhe adicionado, ao início, uma ladainha com santos cistercienses e, no fim, as referidas coletas[83]. Estas foram copiadas exatamente pela mesma ordem com que se apresentam num Coletário-ritual produzido no *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça entre 1185 e 1191, que já tivemos oportunidade de estudar[84]. A ordem é esta: a do Aniversário dos Bispos; seguida *Pro presente defuncto*; a seguir surge a comemoração de 20 de novembro; depois a *Pro*

[82] Esta tabela foi publicada em BARREIRA, Catarina Fernandes – "Investigating liturgical practise and ritualized circulation", p. 321.
[83] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 3.
[84] BNP, *Alc. 166*. BARREIRA, Catarina Fernandes – "Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de 'huma livraria copiosa'". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17 (2017), pp. 33-62; BARREIRA, Catarina Fernandes – "No coração da liturgia monástica: os colectários de Santa Maria de Alcobaça". In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça*, pp. 154-182 (consultado em junho de 2023). Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/145239.

femina defuncta; a de 20 de maio, pelos membros da Ordem; a do Tricenário, a 17 de setembro, e termina com a do dia dos Fiéis Defuntos, a 2 de novembro (esta foi instituída no século X por Cluny). Quer um códice, quer outro não mencionam coletas em honra dos fundadores das casas monásticas, o que dá a entender que ainda não se comemoravam nos séculos XII e XIII.

Os *Ecclesiastica Officia* mencionam as coletas com que se comemoravam solenemente os defuntos[85], mas não referem que se devia dizer uma coleta específica em nome dos fundadores das comunidades cistercienses, nem a *Pro Femina defuncta*. Ou seja, uma coisa é o Capítulo Geral autorizar a inumação dos fundadores das casas cistercienses nas suas igrejas[86]; outra é instituir a liturgia que comemore a memória dos mesmos (neste caso, a coleta é igual à dos bispos e à dos abades da ordem: "Concede, ó Senhor, que possamos buscar as almas de seus servos e servas"). Esta situação tem a ver com a ideia, enfatizada por José Mattoso, de que os cistercienses restringiram os sufrágios aos membros da ordem[87], o que fez com que a indicação para que se comemorassem os fundadores das casas seja algo mais tardio. Tudo parece indicar que esta evocação dos membros passados da comunidade pelos monges e pelas monjas é um aspecto identitário da espiritualidade cisterciense.

As coletas de comemoração pelos defuntos foram também copiadas no Diurnal lorbanense de 1503, com a mesma sequência, com exceção para a comemoração *Pro femina defuncta*, que está antes do dia de aniversário dos membros da ordem[88]. E também neste códice está ausente a referência à coleta pelos fundadores das casas. Nos inícios do século XVI, quem era considerado o fundador da comunidade lorbanense? Entenderiam, seguramente, as monjas que era D. Teresa e por esse motivo a assinalaram no Calendário do códice, juntamente com sua irmã.

[85] CHOISSELET, Danièle; VERNET, Placide (eds.) – *Les* Ecclesiastica Officia *cisterciens du XII*ème *siècle*, pp. 152/153.
[86] Sobre esta questão, já aqui abordada, vejam-se os dois primeiros trabalhos mencionados na nota 11 deste artigo.
[87] MATTOSO, José – "O Culto dos mortos em Cister", pp. 79-80.
[88] ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códice 1.

Notas finais

A comemoração dos mortos no Mosteiro de Lorvão, como, muito provavelmente, em qualquer outra casa cisterciense, reflete, por um lado, os primitivos ideais da Ordem e as limitações às inumações impostas pela normativa emanada do Capítulo Geral, e, por outro, a evolução das expetativas da sociedade (e, em particular, dos benfeitores) em relação àqueles e àquelas que consagravam a vida a Deus e à sua capacidade para, com as suas preces e orações, intercederem pela salvação das suas almas.

Quanto ao Mosteiro de Lorvão, e no que aos leigos diz respeito, é particularmente importante a tumulação de D. Sancha, em 1229, e de D. Teresa, em 1250, quer por pertencerem à família real, associando, assim, o seu prestígio à casa que lhes serviu de última morada, quer, no caso de D. Teresa, por ter sido *senhora*, fundadora e protetora da comunidade cisterciense.

É, por isso, natural que as religiosas a lembrassem, desde logo celebrando, anualmente, o aniversário da sua morte, a 17 de junho. A iniciativa de concederem a D. Branca, filha de D. Afonso III, os mesmos direitos que aí tinha D. Teresa parece mostrar que a memória que as monjas guardavam desta sua *senhora* seria assaz positiva, uma vez que pretendiam replicar esta ligação, mais uma vez, com a infanta mais velha do reino. Note-se, porém, que, durante toda a Idade Média, não se produziu nenhum texto consagrado à memória de D. Teresa (nem tão-pouco à de D. Sancha). Segundo Maria Alegria F. Marques, o culto à sua memória (e à da sua irmã, D. Sancha) só começou a ganhar forma no mosteiro no século XVI, sendo referido na sua segunda metade[89]. De facto, não há qualquer alusão ao mesmo aquando da visitação de D. Edme de Saulieu, realizada entre os dias 8 e 14 de dezembro de 1532[90], nem depois, em 1536, quando o Mosteiro de Lorvão foi visitado por Frei

[89] MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *D. Matilde, D. Teresa, D. Sancha, D. Mafalda*, p. 57.

[90] Não se conhecendo a ata desta visitação, existe, ainda assim, o relato, normalmente bastante pormenorizado, em género de diário, redigido pelo secretário do visitador da Ordem de Cister, D. Edme de Saulieu, abade de Claraval, em que se descreve não só a viagem que realizaram na Península Hispânica, entre 1531 e 1533, mas, também, os procedimentos inerentes à visitação de todos os mosteiros cistercienses ibéricos, nomeadamente a realizada no Mosteiro de Lorvão. Sabemos que D. Edme de Saulieu e o seu secretário Frei Claude de Bronseval, o autor do relato (da *Peregrinatio Hispanica*), estiveram no Mosteiro de Celas, às portas de Coimbra, entre 2 de dezembro e 5 de

Bernardo de la Fuente e Frei Tomás Langa, monges de Santa Maria de Pedra, em Aragão[91].

A mudança dos túmulos de D. Teresa e D. Sancha "para a igreja de fora"[92] (entenda-se o corpo da igreja, fora da clausura, ou seja, para lá da grade do coro, uma vez que a igreja do mosteiro era usada pelos paroquianos), para os, assim, aproximar dos fiéis que acorriam a Lorvão, a fim de os verem[93], e a ordem de D. Sebastião, em 1575, para a abertura do processo tendente à canonização evidenciam já uma nova fase, associada à memória e ao culto de D. Teresa e D. Sancha, que ultrapassa a cronologia deste estudo e que não se perceciona na documentação compulsada nem nos códices litúrgicos aqui analisados.

Foquemo-nos, por isso, no objeto de estudo deste trabalho: a celebração da morte e da memória daqueles que jazem sepultados no Mosteiro de Lorvão. Estamos conscientes de que muito ficou por dizer a este respeito, sobretudo, e em primeiro lugar, daquelas que aí professaram, viveram e tinham bens que puderam afetar à

dezembro, dia em que seguiram para o Mosteiro de São Paulo, localizado ali perto. Sabemos também que Frei Claude de Bronseval, no dia 6 de dezembro, iniciou a sua viagem em direção a Évora, para ir à Corte, pelo que não estava com o abade de Claraval quando este chegou ao Mosteiro de Lorvão, no dia 8 de dezembro de 1532, nem presenciou a visita a esta casa monástica, que decorreu até ao dia 14. O relato da passagem de D. Edme de Saulieu pelo Mosteiro de Lorvão foi, assim, elaborado a partir das informações que Frei Claude de Bronseval conseguiu apurar junto dos seus companheiros que se mantiveram com o abade de Claraval. Trata-se, por isso, infelizmente, de um reconto e as informações sobre o que se passou neste mosteiro são escassas, como seria de esperar, tendo em consideração que Frei Claude de Bronseval, como dissemos, não acompanhou o abade de Claraval na sua visitação (BRONSEVAL, Claude de – *Peregrinatio Hispanica, Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introdução, tradução e notas de D. Maur Cocheril. Tomo II. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, pp. 482-511).

[91] GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal*, doc. XIII, de 12 de maio de 1536, pp. 348-359.

[92] Expressão usada em ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Cartório do mosteiro*, Livro 309 (Livro das Preladas), fl. 5, publicado por BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, doc. 62, p. 579.

[93] Segundo os depoimentos de algumas religiosas recolhidos no âmbito do inquérito de 1699, associado ao processo de beatificação, e a *Relação de como se abrio a Real sepultura da serenissima Rainha D. Thareza...*, feita por D. Madalena de Vasconcelos e Silveira, "a iniciativa [da trasladação] teria pertencido à abadessa D. Bernarda de Alencastre", mas, de acordo com Nelson Correia Borges, "os registos oficiais do Mosteiro são peremptórios em atribuir o feito a D. Briolanja de Melo" (BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, p. 176). Em qualquer dos casos, essa mudança terá acontecido na década de 60 ou na primeira metade da década de 70 do século XVI. Para o referido Autor, "a data desta primeira trasladação dos túmulos deve-se fixar um pouco antes de 1574, uma vez que o apontamento de óbito de D. Briolanja de Melo refere que ela faleceu pouco depois", sendo este o ano em que "o cardeal D. Henrique, então abade comendatário de Alcobaça, se interessou pela causa, mandando a Lorvão [...] o abade de Tamarães, Frei Francisco Machado, para tirar informações" (BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, pp. 177-178)

salvação da sua alma. Abadessas e monjas, que dispunham de bens próprios, e que obtiveram autorização régia para, apesar da lei de desamortização de 1291, os consignar à perpetuação de um conjunto de serviços espirituais e litúrgicos *pro anima*. Por esses documentos, que, de alguma forma, testemunham uma espiritualidade pessoal, é possível reconstituir as suas devoções e as suas preocupações escatológicas. Será, porém, matéria para um outro estudo, com um outro foco.

A abordagem que aqui adotámos centrou-se, sobretudo, nos livros litúrgicos, que constituem testemunhos de como se desenvolvia a prática litúrgica, embora, muito provavelmente, uma parte dessa informação não tenha chegado até aos dias de hoje porque era sabida de cor pelos monges e pelas monjas e, por isso, não sentiam necessidade de a registar através de fórmulas escritas.

De um modo geral, podemos dizer que a liturgia que era praticada no Mosteiro de Lorvão se orientava pela observância da normativa cisterciense, apesar de se verificarem pequenas variações e/ou adaptações locais, como acontecia, aliás, na abadia de Alcobaça. Também podemos dizer que no Mosteiro de Lorvão existiam todos os textos necessários à liturgia associada à enfermidade e à morte, embora os códices que nos chegaram correspondam a cronologias mais tardias, como os séculos XV e XVI.

Nos códices de Lorvão – nomeadamente no Cerimonial e nos Martirológios – foi possível perscrutar o protagonismo de abadessas e de monjas num conjunto de rituais e práticas litúrgicas. Pontualmente, para além do seu protagonismo na liturgia, o papel que algumas mulheres desempenharam como encomendantes de livros (elucidativo da *female agency* nesta comunidade) permitiu que se produzisse uma memória escrita que assinalava e exaltava as suas virtudes, perpetuando, assim, a sua ação e a sua existência.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes manuscritas

ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Antiga Colecção Especial*, Documentos Eclesiásticos, Rolo 1.

ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Cartório do mosteiro*, Livro 309 (Livro das Preladas).

ANTT, *Ordem de Cister, Mosteiro de Lorvão*, *Livraria do mosteiro*, Códices 1, 3, 6, 17, 17A, 30, 31, 42, 48.

ANTT, *Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento do Espírito Santo de Gouveia*, mç. 1, doc. 4.

BNP, *Manuscritos – Fundo Geral*, Caixa 223, n.º 1.

BNP, *Alc. 67* e *Alc. 166*.

Fontes impressas

BRONSEVAL, Claude de – *Peregrinatio Hispanica, Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introdução, tradução e notas de D. Maur Cocheril. 2 tomos. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

CANIVEZ, Josephus Maria – *Statuta Capitulorum Generalium Ordinis Cisterciensis*. T. II: *Ab anno 1221 ad annum 1261*. Louvain: Revue d'Histoire Ecclésiastique, 1934.

CARDOSO, Jorge – *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens Illustres em Virtude do Reino de Portugal, e suas Conquistas*. Tomo I. Lisboa: Officina Craesbeekiana, 1652; Tomo II. Lisboa: Officina de Henrique Valente d'Oliveira, 1657.

CHOISSELET, Danièle; VERNET, Placide (eds.) — *Les* Ecclesiastica Officia *cisterciens du XII[ème] siècle. Texte latin selon les manuscrits édités de Trente 1711, Ljubljana 31 et Dijon 114. Version française, annexe liturgique, notes, index et tables*. Abbaye d'Oelenberg. Reiningue: Éditions «La documentation cistercienne», 1989.

CRUZ, António – *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Porto: Biblioteca Municipal, 1968.

GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV e XVI*. Lisboa: IPPAR, 1998.

GOMES, Saul António (coord.) – *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais*. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas, 2021.

KRARUP, Alfr.; LINDBÆK, Johs. (eds.) – *Acta Pontificum Danica. Pavelige Aktstykker Vedrørende Danmark 1316-1536*. Vol. IV: *1471-1492*, København: I Kommission Hos G.E.C. Gad, 1910 (consultado em março de 2023). Disponível em https://archive.org/details/actapontificumda04cath/page/n3/mode/2up.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Pedro*. Edição crítica, introdução, glossário e índices de Giuliano Macchi. 2.ª ed., revista. [Lisboa]: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007.

NASCIMENTO, Aires A. – *Cister: os documentos primitivos*. Lisboa: Edições Colibri, 1999.

TAROUCA, Carlos da Silva (ed.) – *O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*. Separata de *Arqueologia e História*, 8.ª série, 4 (1947).

VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de (eds.) – *Chancelaria de D. Afonso III – Livro I*. 2 vols., Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

Estudos

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de; BARROCA, Mário Jorge – *História da Arte em Portugal – O Gótico*. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

BARKER, Jessica – *A Book-Bound voice: Liturgical books and the commemoration of the Dead in Julian Luxford: The Medieval Book as object, idea and symbol*. Donington: Shaun Tyas, 2021.

BARREIRA, Catarina Fernandes – "Abordagem histórico-artística a dois manuscritos litúrgicos do *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça do último quartel do século XII ou o início de 'huma livraria copiosa'". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 17 (2017), pp. 33-62.

BARREIRA, Catarina Fernandes – "Investigating liturgical practise and ritualized circulation in the Monastery of Alcobaça. A preliminar view from the manuscripts". *Cîteaux: Commentarii cistercienses* 70/3-4 (2019), pp. 301-326.

BARREIRA, Catarina Fernandes – "Cistercian Liturgy and daily practice through the manuscripts of Alcobaça. Preliminary considerations from three sample rituals". In PEREIRA, Diana; LOPES, Inês Afonso; SÁNCHEZ, Rosa Maria Sánchez (coord.) – *O Gesto e a Crença: percursos, transferências e intermedialidade*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021, pp. 67-77 (consultado em junho de 2023). Disponível em https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19030.pdf.

BARREIRA, Catarina Fernandes – "No coração da liturgia monástica: os colectários de Santa Maria de Alcobaça". In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, 2022, pp. 154-182 (consultado em junho de 2023). Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/145239.

BARREIRA, Catarina Fernandes – "Spaces of Seclusion and Liturgy; the Cistercian nunnery of Lorvão – a view from two sixteenth-century liturgical codices". In VOLZONE, Rolando; FONTES, João Luís (eds.) – *Architectures of the Soul. Diachronic and Multidisciplinary Readings*. Lisbon: Instituto de Estudos Medievais (NOVA FCSH) / CHAIA – Uévora / UCP-CEHR / DINÂMIA'CET-Iscte, 2022, pp. 69-84 (consultado em maio de 2023). Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/146929.

BARREIRA, Catarina Fernandes – "*Requiescant in pace.* Death and memory in the Monastery of Alcobaça based on its liturgical codices". In FERNANDES, Carla Varela; BARREIRA, Catarina Fernandes; FONTES, João Luís Inglês; BRANCO, Maria João; FARELO, Mário (eds.) – *Loci Sepulcrales. Places of memory and burial in the Middle Ages.* Basel: Brepols FIDEM, 2023, pp. 483-515.

BARREIRA, Catarina Fernandes – "Recovering the history of a male Cistercian community from its liturgical codices (c. 1175-1350)". In BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Maria Conceição; ANDRADE, Maria Filomena (coord.) – *Cistercian Horizons. Collected essays*. Budapest: Trivent, 2024, pp. 127-155.

BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – "Um Ritual de Alcobaça em Salzedas". *Invenire. Revista dos Bens Culturais da Igreja* 12 (Janeiro/Junho 2016), pp. 28-35.

BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – "Um *Ritual de ungir e enterrar* do Mosteiro de Alcobaça, descoberto em Sta. Maria de Salzedas. Percursos possíveis de um manuscrito iluminado". In ROSAS, Lúcia; SOUSA, Ana Cristina; BARREIRA, Hugo (coord.) – *Genius Loci. Lugares e Significados / Places and Meanings*. Vol. 1, Porto: CITCEM, Faculdade Letras da Universidade do Porto, 2017, pp. 343-354 (consultado em maio de 2023). Disponível em https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16995.pdf.

BARREIRA, Catarina Fernandes; RÊPAS, Luís Miguel – "Um *Ritual* descoberto em Salzedas ou a história de um mosteiro através do estudo dos seus códices litúrgicos. Propostas de leituras no espaço e no tempo". In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, 2022, pp. 234-265 (consultado em junho de 2023). Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/145239.

BARROCA, Mário Jorge – *Necrópoles e Sepulturas Medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1987. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.

BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. 3 vols., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão. Sombras e realidade*. 2 vols., [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.

CARDOSO, Paula – *Art, Reform and Female Agency in the Portuguese Dominican Nunneries: Nuns as Producers and Patrons of Illuminated Manuscripts (c. 1460-1560*). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2019. Tese de Doutoramento.

CHAVES, Zuelma – *O Ofício de Defuntos: repertório musicado monódico, em fontes portuguesas, até c. 1700*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2017. Dissertação de Mestrado.

CHAVES, Zuelma – *Officium mortuorum: o Ofício de Defuntos musicado na tradição cisterciense em Portugal entre os séculos XIII e XVII*. In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, 2022, pp. 207-232 (consultado em junho de 2023). Disponível em https://run.unl.pt/handle/10362/145239.

COOMANS, Thomas – "Moniales cisterciennes et mémoire dynastique: églises funéraires princières et abbayes cisterciennes dans les anciens Pays-Bas médiévaux". *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 87-145 (reeditado em inglês: "Cistercian Nuns and Princely Memorials: Dynastic Burial Churches in the Cistercian Abbeys of the Medieval Low Countries". In MARGUE, Michel (dir.) – *Sépulture, mort et symbolique du pouvoir au Moyen Âge / Tod, Grabmal und Herrschaftsrepräsentation im Mittelalter*. Luxembourg: Publications de la Section historique de l'Institut Grand-Ducal de Luxembourg, 118 / Publications du CLUDEM, 18, 2006, pp. 683-734/776-798).

CORREIA, Vergílio – "Mudança dos túmulos reais de Alcobaça". *O Instituto: jornal scientifico e litterario* 77 (1929), pp. 273-293.

CORREIA, Vergílio – "Uma descrição quinhentista do mosteiro de Alcobaça". *O Instituto: jornal scientifico e litterario* 77 (1929), pp. 529-549.

FERNANDES, Carla Varela – *O Poder e Representação. Iconologia da Família Real Portuguesa. Primeira dinastia. Séculos XII a XIV*. 2 vols., Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004. Tese de Doutoramento.

GALVÁN FREILE, Fernando – "El proceso de internacionalización de la miniatura en torno al año 1200 en la Península Ibérica: el Antifonario y el Martirologio de Las Huelgas Reales de Burgos". In *El monacato en los reinos de León y Castilla (siglos VII-XIII)*. [s.l.]: Fundación Sánchez-Albornoz, 2007, pp. 437-456.

GARCÍA FLORES, Antonio – "Espacios funerarios en los monasterios cistercienses de los reinos de Castilla y de León (siglos XII al XV)". *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 199-230.

GOMES, Saul António – "Os Panteões Régios Monásticos Portugueses nos Séculos XII e XIII". In *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*. Vol. 4: *Sociedade, administração, cultura e igreja em Portugal no séc. XII*. Guimarães: Asa e Câmara Municipal de Guimarães, 1997, pp. 281-295.

GOMES, Saul António – "Uma dama na Leiria medieval: Beatriz Dias, 'manceba del-rei' D. Pedro I". *Biblos* 77 (2001), pp. 115-143.

HALL, Jackie – "The legislative background to the burial of laity and other patrons in Cistercian Abbeys". *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 363-371.

HALL, Jackie; SNEDDON, Shelagh; SOHR, Nadine – "Table of Legislation concerning the burial of laity and other patrons in Cistercian Abbeys". *Cîteaux: Commentarii Cistercienses* 56/1-4 (2005), pp. 373-417.

HENRIQUES, António de Castro; MENDES, Tiago de Sousa – "Ffeguras & Senaees II. As armas dos Briteiros". *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica* 7 (2012), pp. 41-51.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – "Inocêncio III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister". *Revista Portuguesa de História* 18 (1980), pp. 231-283 (reeditado em MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 75-125).

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *D. Matilde, D. Teresa, D. Sancha, D. Mafalda. Primeiras infantas de Portugal*. [s.l.]: Quid Novi, 2011.

MATTOSO, José – "O Culto dos mortos no fim do século XI". In MATTOSO, José – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996, pp. 75-85.

MATTOSO, José – "O Culto dos mortos em Cister no tempo de São Bernardo". In MATTOSO, José – *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1996, pp. 87-107.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Rainhas Medievais de Portugal: 17 Mulheres, 2 Dinastias, 4 Séculos de História*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

REAL, Manuel Luís – "A Organização do Espaço Monástico entre os Cistercienses, no Portugal Medievo". In MARQUES, Maria Alegria Fernandes; AMARAL, Luís Carlos (coords.) – *Monasticon (II): nos caminos de Cister. Livro do VIII Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2013, pp. 77-112.

RÊPAS, Luís Miguel – "*Familiares* e *familiaritas* no mosteiro cisterciense de Arouca (séculos XIII e XIV)". In BARATA, Maria Rosário Themudo; KRUS, Luís (dir.); ANDRADE, Amélia Aguiar; FERNANDES, Hermenegildo; FONTES, João Luís (coord.) – *Olhares Sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*. Lisboa: Caleidoscópio, 2009, pp. 501-515.

RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média*. 2 vols., Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Tese de Doutoramento.

RÊPAS, Luís Miguel – "Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas (Lisbon): Royal Statutes and Female Enclaustration in Medieval Portugal (c. 1295-1319)". In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Os Territórios da Lisboa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 277-309 (consultado em abril de 2023). Disponível em RUN: Territórios da Lisboa Medieval (unl.pt).

RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – "Place and Liturgy in an Illuminated Ritual from Santa Maria de Alcobaça". In FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Imagens e Liturgia na Idade Média*. Lisboa: Secretariado para os Bens Culturais da Igreja, 2016, pp. 211-236.

ROSSI VAIRO, Giulia – "Isabella d'Aragona, *Rainha Santa de Portugal*, e il Monastero di S. Dinis de Odivelas". In GONZÁLEZ GARCÍA, Miguel Ángel; CARREIRAS, José Luís Albuquerque (org.) – *Actas. IV Congreso Internacional Císter en Portugal y en Galicia. Los Caminos de Santiago y la Vida Monástica Cisterciense*. Tomo II, Braga – Oseira: Ediciones Monte Casino, 2009, pp. 845-867.

SEIÇA, Alberto Medina de; CHAVES, Zuelma – "Chant books from Lorvão in the national archives of Lisbon: fragments of an inventory". In BARREIRA, Catarina Fernandes; CASANOVA, Maria Conceição; ANDRADE, Maria Filomena (coord.) – *Cistercian Horizons. Collected essays*. Budapest: Trivent, 2024, pp. 169-210.

SILVA, José Custódio Vieira da – "Da Galilé à Capela-mor: o percurso do espaço funerário na arquitectura gótica portuguesa". In SILVA, José Custódio Vieira da – *O Fascínio do Fim. Viagens pelo final da Idade Média*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997, pp. 45-59.

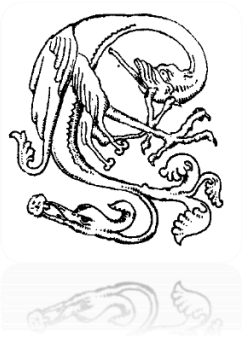
SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: IPPAR, 2003.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. 3 vols., Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna – Porto, 1999.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – *D. Dinis*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – "A morte e a memória no Mosteiro de Lorvão". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 265-299. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

OUTROS ARTIGOS

OTHER ARTICLES

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

O Livro 4 de Afonso III: um livro de inquirições?

Book 4 of Afonso III: a book of inquiries?

Diana Fontão

Universidad de Salamanca
Patio de Escuelas 1
37008 Salamanca, España

difontao@gmail.com
http://orcid.org/0000-0002-8005-3406

Data recepção do artigo / Received for publication: 11 de Janeiro de 2024
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 17 de Setembro de 2024

RESUMO

A trajetória do manuscrito com a cota *Livro 4 de Inquirições de Afonso III* apresenta particularidades, tanto ao nível arquivístico como de conteúdo, que o individualizam entre os Livros de Inquirições. Neste artigo procura-se identificar o seu percurso no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, atentando à sua inventariação e inclusão na série a que atualmente pertence. É também comentado o seu conteúdo, em particular a documentação cuja cópia motivou a produção do códice: a documentação relativa às comunidades muçulmanas em Portugal no século XV. Procura-se ainda esclarecer se este manuscrito pode ser considerado um Livro de Inquirições. Para tal, foi realizada uma breve análise da matéria das Inquirições Gerais e de como foi adicionada ao formato códice que atualmente apresenta.

Palavras-chave: arquivística; Arquivo Nacional da Torre do Tombo; codicologia; Inquirições Gerais; Livros de Inquirições

ABSTRACT

The trajectory of the manuscript with the shelf mark *Livro 4 de Inquirições de Afonso III* (Book of Inquiries 4 of Afonso III) has particularities, both at an archival level and in terms of its content, which make it stand out among the Portuguese Books of Inquiries. This article seeks to identify its journey in the Torre do Tombo Nacional Archive, looking at its inventories and its inclusion in the series to which it currently belongs. Its contents are also analyzed, in particular the documentation whose copy motivated the production of the codex: documentation relating to Portuguese Muslim communities in the 15th century. The aim is also to clarify whether this manuscript can be considered a Book of Inquiries. To this end, a brief analysis was made of the subject matter of the General Inquiries and how it was added to the codex format it currently presents.

Keywords: archives; Torre do Tombo Nacional Archive; codicology; General Inquiries; Books of Inquiries

No Arquivo Nacional da Torre do Tombo, encontram-se, no fundo dos Feitos da Coroa, vinte e quatro manuscritos da série Inquirições Gerais[1]. A sua designação é composta pelo nome de um rei e por uma numeração, havendo três livros atribuídos a D. Afonso II, nove a D. Afonso III, dez a D. Dinis e dois a D. Afonso IV. No entanto, este conjunto de manuscritos nem sempre se encontrou arquivado desta forma. Na realidade, e como veremos ao longo deste estudo, nem sequer é possível afirmar que sempre foram parte da mesma série.

1. As Inquirições Gerais

As Inquirições Gerais consistiram num vasto projeto realizado ao longo de vários reinados. Porém, nem sempre foram executadas mediante os mesmos objetivos. Em 1220, durante o reinado de D. Afonso II, realizaram-se as primeiras inquirições gerais[2] num espaço alargado do território (Entre Douro e Minho, Trás-os-Montes e Norte da Beira), tendo como objetivo:

> o inventário de terras e de direitos pertencentes ao património régio, inquirindo sobre a sua situação, arrolando em paralelo as terras e os direitos detidos pela nobreza e pelo clero na região, e estabelecendo o mapa dos abusos e das infrações cometidas sobre o património régio.[3]

Posteriormente, D. Afonso III deu continuidade a esse processo, realizando em 1258 inquirições numa escala mais alargada, organizadas da seguinte forma:

> D. Afonso III delegou em cinco alçadas, constituídas por laicos e eclesiásticos, o conhecimento desses bens e direitos através de uma minuciosa inquirição, conduzida povoação a povoação e onde seriam ouvidos o juiz, o pároco e alguns dos fregueses mais idóneos. Os milhares de depoimentos recolhidos foram passados a escrito pelo escrivão que acompanhava cada alçada e organizados

[1] Disponíveis em linha: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182562.
[2] Foram realizadas outras inquirições durante governações anteriores, que, por não terem o mesmo caráter geral e não se encontrarem copiadas nos Livros de Inquirições, não serão aqui comentadas.
[3] VILAR, Hermínia Vasconcelos — "As Inquirições no contexto do reinado de Afonso II". In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís (eds.) — *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2015, p. 89.

> de acordo com as cinco regiões envolvidas: Entre Cávado e Minho; Entre Douro e Ave; Entre Cávado e Ave; Entre Douro e Tâmega, terras de Barroso, Chaves e Bragança; e, finalmente, Seia, Gouveia, bispados de Lamego e Viseu.[4]

D. Dinis deu também continuidade ao processo de Inquirições Gerais. Ao longo do seu reinado, foram realizadas diversas inquirições, com objetivos distintos entre si, que:

> para além de traçarem um quadro muito completo da propriedade privilegiada, quer laica quer eclesiástica, e num âmbito geográfico muito mais vasto do que aquele que até à altura fora inquirido, revelam uma diversidade incrível de formas de abuso senhorial. Para além disso, a vontade férrea do soberano levou-o a promover inquirições sucessivas ao longo de mais de 30 anos.[5]

Quanto às inquirições levadas a cabo durante o reinado de D. Afonso IV, apesar de se considerar que as de 1343 teriam uma estrutura semelhante às de 1258[6], podem também ser entendidas como não se integrando "verdadeiramente na estrutura diplomática e institucional das anteriores, dado que são um *corpus* específico relativo às dissensões entre o rei e o senhorio episcopal do burgo portuense"[7].

O registo destas inquirições era feito em formato de rolo, tendo a sua passagem para o formato de códice sido iniciada no reinado de D. Dinis, através da cópia — efetuada em 1289 pelo tabelião Pedro Domingues — das atas das inquirições de D. Afonso II, num volume conhecido como *Registo de Guimarães* ou *Livro do Padrom*, atualmente com a cota "Livro 5 de Inquirições de D. Dinis"[8]. Como já foi mencionado, atualmente os manuscritos da série “Livros de Inquirições” no Arquivo Nacional da Torre do Tombo são 24. Contudo, como se pode depreender do exemplo do Livro 5 de Inquirições de D. Dinis, no qual são compiladas inquirições de D. Afonso II, o conteúdo nem sempre corresponde ao rei designado na cota.

---

[4] VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de — "Os Livros do Rei: administração e cultura no tempo de D. Afonso III". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 25 (2012), p. 187.
[5] PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor — "Introdução". In PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica Nova Série Volume III Inquisitiones Inquirições Gerais de D. Dinis 1284*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2007, p. XIII.
[6] Cf. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor — "Introdução", pp. XII-XIII.
[7] Cf. GOMES, Saúl António — "Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 12 (2012), p. 153.
[8] Cf. GOMES, Saúl António — "Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia", pp. 154-158.

2. Os Livros de Inquirições nos Inventários da Torre do Tombo (séculos XVI-XVIII)

O conhecimento que existe acerca do funcionamento da Torre do Tombo na época da sua fundação é limitado. A confirmação documental da sua existência remete para o ano de 1387. Contudo, é possível que a fixação do arquivo tenha ocorrido antes, ainda durante o reinado de D. Dinis[9]. Dessa época, no entanto, não subsiste até aos nossos dias nenhum inventário ou registo acerca da organização do arquivo. O mais antigo dos inventários do Arquivo que atualmente se conhece foi redigido em 1526 por Tomé Lopes[10], escrivão da Torre do Tombo que atuou como guarda-mor interino na transição entre Rui de Pina e o seu filho, Fernão de Pina[11]. Tomé Lopes tinha já realizado em 1528 um relatório para o rei D. João III[12], no qual descrevia o funcionamento do arquivo, demonstrando particular preocupação com o estado das cópias da Leitura Nova. No ano seguinte, elaborou um inventário a mando de Fernão de Pina, no qual este mandava registar tudo o que tinha recebido do arquivo[13]. Nesta listagem, seis livros são associados às inquirições, sem que exista consistência na forma como são descritos: um conteria inquirições de D. Afonso II; um seria de inquirições de D. Afonso III na comarca da Beira; um relativo às inquirições de D. Dinis; um de inquirições de D. Afonso IV; um livro de inquirições que começaria no julgado de Fermedo; e um que é apenas referido como Livro de Inquirições com 34 fólios.

Em 1532, o mesmo Tomé Lopes realizou um novo inventário, entregando o arquivo a Fernão de Pina[14]. Desta vez, redigiu-o de forma consideravelmente mais detalhada,

[9] Cf. RIBEIRO, Fernanda — *O Acesso à Informação nos Arquivos Parte I: o acesso à informação no quadro de desenvolvimento dos arquivos em Portugal*. Dissertação de doutoramento em Arquivística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: s.n., 1998, pp. 73-76; RIBEIRO, Fernanda — "Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?". In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) — *Os Reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, p. 1401.
[10] Cf. RIBEIRO, Fernanda — *O Acesso à Informação nos Arquivos*, pp. 84-86.
[11] Cf. RIBEIRO, Fernanda — *O Acesso à Informação nos Arquivos*, p. 108; RIBEIRO, Fernanda — "Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?", p. 1406.
[12] Publicado em PESSANHA, José — "Uma reabilitação historica: inventarios da Torre do Tombo no seculo XVI". *Archivo Historico Portuguez* vol. 3 (1905), pp. 288-291.
[13] Publicado em PESSANHA, José — "Uma reabilitação historica", pp. 299-303.
[14] Publicado em PESSANHA, José — "Uma reabilitação historica", pp. 292-299.

registando 16 livros como sendo de Inquirições. A sua redação demonstra uma maior preocupação com a descrição dos manuscritos, não podendo, no entanto, ser considerado um catálogo, por um lado, porque não é possível afirmar com segurança que apenas estes 16 livros estivessem arquivados enquanto Livros de Inquirições, e, por outro lado, porque as entradas descrevem mais do que inventariam. Os códices são descritos em linhas gerais, tendo em conta os materiais que os compõem, a língua em que se encontram redigidos e o número de fólios que contêm. Os conteúdos são representados de forma ligeiramente desequilibrada, não sendo empregado o mesmo rigor na apresentação de todos os códices. No caso dos 16 livros que são designados como sendo de Inquirições, alguns são especificados através dos textos iniciais e finais, enquanto outros são listados pela área geográfica da inquirição que compilam. O único rei que é associado a estes manuscritos é D. Afonso III, dado que três dos livros são identificados como contendo inquirições do seu reinado. Dos 16 livros, assinala-se que cinco foram escritos em português e oito em latim e que três são em papel.

Ainda no século XVI, foram realizados três relatórios por Cristóvão Benavente, dos quais subsiste apenas o terceiro[15]. Neste relatório, os Livros de Inquirições não são contabilizados. No entanto, são já descritos em conjunto, sendo acrescentado que a maioria se encontrava redigida em latim e que o conteúdo era relativo maioritariamente aos reinados de D. Afonso III e D. Dinis. Foram apresentados da seguinte forma:

> liuros de inquirições que se tirarom antiguamente pellas comarcas do rreino, per editos geraes, açerqua dos beens da coroa, coutos, honrras, iurdições que has ordens e caualeiros trazião usurpados a coroa e se reduzirom a ella, que foi hũa grande luz della[16].

[15] Cf. DINIS, António Joaquim Dias — "Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo". *Anais Academia Portuguesa da História* 2ª série, 17 (1968), pp. 131-132. O relatório foi publicado no mesmo artigo, a pp. 153-158.

[16] Sendo dito que numa casa se encontram "As cousas desta casa hũa parte dellas sam as que tocam aos rrex e a coroa real", na qual são incluídos os Livros de Inquirições, organizando-se separadamente noutra casa "a segunda parte das cousas que na Torre do Tombo haa sam has que tocam aos vassallos, que estam nos liuros de registos da chançellaria grande da corte", DINIS, António Joaquim Dias — "Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo", p. 153.

Não obstante, a descrição mais curiosa que este relatório oferece dos Livros de Inquirições é a divisão feita entre estes e os Livros de Chancelaria, afirmando que os primeiros diziam respeito à propriedade do rei, enquanto os últimos representavam o registo da propriedade dos vassalos[17].

Jorge da Cunha, autor de um novo relatório datado de 1631[18], descreveu o estado do arquivo, sem, porém, abordar em particular o estado dos Livros de Inquirições. Ainda assim, o seu trabalho como escrivão foi especialmente revelante na recuperação de alguns manuscritos da Torre do Tombo, entre os quais o Livro 4 de Inquirições de D. Afonso III, como será referido posteriormente.

No final do século XVII foi efetuado um novo inventário[19] que, não estando datado, se crê que — sendo o conteúdo nele incluído datável até ao final do reinado de D. João IV — tenha sido elaborado numa data aproximada à da morte deste monarca[20]. Este inventário consiste numa listagem dos manuscritos que se encontravam, à época, conservados na Torre do Tombo. Estes elementos são enumerados sem descrição do conteúdo, sendo esta a primeira lista que é organizada por armários. Nesta época, a Torre teria um total de vinte livros registados como sendo de inquirições: três de D. Afonso II; sete de D. Afonso III, dos quais seis são listados em conjunto, sendo outro, numerado como sexto, indicado separadamente; oito provavelmente atribuídos às inquirições do reinado de D. Dinis, sendo-lhe definitivamente atribuído o primeiro e a cópia do quinto, estando os subsequentes apenas numerados; e dois de D. Afonso IV. Estes vinte livros dividiam-se em dois armários: os oito atribuídos ao reinado de D. Dinis encontravam-se no Armário 1, enquanto os restantes eram conservados no Armário 9.

O inventário de 1729-1730, designado por *Alfabeto místico* e redigido por António Dantas Barbosa[21], apresenta a mesma organização por armários. É neste inventário do século XVIII que se encontra finalmente a quantidade atual de Livros de Inquirições. De acordo com este registo, que tem como função primária listar a

[17] DINIS, António Joaquim Dias — "Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo", p. 153.
[18] Publicado em RAU, Virgínia — *A Tôrre do Tombo em 1631*. Lisboa: Bertrand, 1945, pp. 23-30.
[19] Publicado em RIBEIRO, Fernanda — *O Acesso à Informação nos Arquivos*, pp. 753-764.
[20] Cf. RIBEIRO, Fernanda — *O Acesso à Informação nos Arquivos*, p. 95.
[21] Publicado em RIBEIRO, Fernanda — *O Acesso à Informação nos Arquivos*, pp. 765-788.

documentação (ainda que, por vezes, contenha algumas indicações sobre o seu conteúdo), os Livros de Inquirições de D. Afonso II são três[22], os de D. Afonso III são nove, os de D. Dinis são dez e os de D. Afonso IV são dois, perfazendo os vinte e quatro Livros de Inquirições que atualmente compõem a série no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Há também uma pequena diferença na forma como estes manuscritos eram conservados no Arquivo, ou seja, apesar de todos os de D. Dinis continuarem atribuídos ao Armário 1, os Livros relativos ao reinado de D. Afonso II encontram-se agora no Armário 8, enquanto os restantes se mantêm no Armário 9.

Ainda assim, convém acrescentar que estes vinte e quatro códices não são os únicos descritos como Livros de Inquirições neste inventário: no Armário 13 são enumerados cinco livros de inquirições que não são atribuídos a nenhum rei, apresentando antes as seguintes designações*: Livro de inquirição dos bens que El Rey tem no Campo d'Ourique e em Castro Verde e Almodovar*; *Livro de inquirição do Bispo e Cabido da See de Vizeu sobre a jurdição civel e crime do Couto de S. João de Areas; Livro de inquirição da cidade de Coimbra sobre a jurdição da aldea de Eyras*; *Livro de inquirição sobre as honrras do Julgado de Monte Alegre, Chaves, Monforte de Rio Livre, Vinhaes e outros*; *Livro de inquirição que se tirou sobre as honras d'Antre Homem e Cavado e de Boyro e outras*.

Em resumo, ao longo dos inventários mencionados, a quantidade de Livros de Inquirições associados ao reinado de D. Afonso III nunca foi constante: dos três que lhe eram atribuídos em 1532 por Tomé Lopes, passaram a sete no inventário do final do século XVII, sendo, finalmente, nove no *Alfabeto místico* de António Dantas Barbosa, de 1729-1730.

3. O Livro 4 de Inquirições de Afonso III nos Inventários da Torre do Tombo (séculos XVI-XVIII)

Estas divergências quanto à quantidade e designação dos Livros de Inquirições é particularmente interessante no caso do códice atualmente com a cota "Livro 4 de Inquirições de D. Afonso III". Ainda que não seja listado em conjunto com os

[22] Sendo anotado que ao terceiro faltam o início e o final, o que é compatível com o manuscrito que atualmente conhecemos como Livro 3 de Inquirições de D. Afonso II. Estes fólios, contudo, não se encontram inteiramente perdidos, pois alguns deles encontram-se encadernados no volume atualmente designado como Livro 9 de Inquirições de D. Dinis (ff. 40-52).

restantes livros considerados como de inquirições em 1532[23], é possível identificar o Livro 4 de D. Afonso III no inventário. Neste, o manuscrito é descrito como "Outro livro de marqua pequena, que falla das colheytas e imquirições, etc., que começa com o foro dos Mouros de Lixboa, cuberto de couro vermelho, com boulhoeẽs; e tem de folhas, setemta"[24]. É notável que não seja identificado como um "Livro de Inquirições", expressão que é já usada para descrever os manuscritos dedicados à cópia desses materiais, mas antes como um "Outro" que, entre outras matérias, "falla" das "imquirições". Essa descrição, bem como a identificação do texto inicial, o foro dos mouros de Lisboa, juntamente com o número de fólios, não deixa dúvidas quanto a tratar-se do Livro 4 de Inquirições de D. Afonso III.

A sua adição ao armário das inquirições ocorreria cerca de cem anos mais tarde, pela mão de Jorge da Cunha, escrivão acima mencionado. Numa anotação datada de 1632, inscrita no primeiro fólio, este deixou uma informação preciosa para o entendimento da história do manuscrito: "Este livro achey nas casas debaixo do lixo que pus aqui eu Jorge da Cunha escrivão deste Archivo Real da torre do tombo a 12 de Jan[ei]ro de [1]632"[25]. Jorge da Cunha redigiu um relatório sobre o funcionamento da Torre, no qual indica o estado de degradação em que o arquivo se encontrava no início do século XVII e no que consistia o lixo no qual encontrou diversos manuscritos e documentos[26]. Nesse relatório, o lixo é explicado como resultado de anos de acumulação de detritos e falta de limpeza:

> As duas primeiras de liuros da casa da India, Armazem, contos, secretaria Vias da India, e liuros da chancelaria del Rej dom João o 3º em pedaços comidos dos ratos e gastados do lixo E outros papeis de importancia, estas duas casas espadanadas delles; e todos soterrados de baixo do lixo, maes de hum palmo de alto, cousa piadoza, que com muitos trabalhos se tirauão, e estauão ainda em cima delles os cauacos de quando fizerão os almarios das casas.

[23] Estes são listados imediatamente após a documentação em rolo, cartas, testamentos, forais, cf. PESSANHA, José — "Uma reabilitação historica", pp. 292-294.
[24] PESSANHA, José — "Uma reabilitação historica", p. 295.
[25] Lisboa, Torre do Tombo, *Inquirições de D. Afonso III,* livro 4, f. 1v.
[26] Entre eles, o *Livro de Posturas* e o *Tombo Geral da Índia*, nos quais se encontram anotações semelhantes à do Livro 4 de Inquirições de D. Afonso III, dizendo que se encontravam "entre o lixo" (Lisboa, Torre do Tombo, *Livro de Leis e Posturas*, f. s/n) e "aos ratos" (Lisboa, Torre do Tombo, *Tombo Geral da Índia, por Simão Botelho*, f. 1v), cf. RAU, Virgínia — *A Tôrre do Tombo em 1631*, pp. 14-16.

> Neste mesmo estado estauão as outras duas casas de baixo com muitos papeis impressos[27].

Apesar de Jorge da Cunha descrever muitos outros problemas que ocorriam na Torre do Tombo e que afetavam a conservação dos manuscritos, não menciona em particular o Livro 4 de Inquirições de D. Afonso III. Convém, contudo, notar que o relatório está datado de 29 de maio de 1631, sendo possível que o Livro 4 tenha sido encontrado após a sua redação. No mesmo relatório, Jorge da Cunha enumera também as medidas que tomou para restaurar o funcionamento do arquivo e recuperar os documentos que eram encontrados, processo pelo qual possivelmente passou também o Livro 4 de Inquirições de D. Afonso III. Terá, provavelmente, sido nessa altura de reabilitação da Torre que esse Livro foi adicionado ao armário dos Livros de Inquirições, pois é da mão de Jorge da Cunha a inscrição que o intitula como "Terceiro Liuro de Ínquiricões sobre colheitas, e igrejas, e outras cousas"[28].

Ainda assim, o ajuste deste manuscrito ao armário das inquirições não foi simples. Uma descrição do códice, feita por José de Cristo Bretiandos, talvez pouco depois de este ter sido encontrado debaixo do lixo por Jorge da Cunha, não o mencionava como Livro de Inquirições. No manuscrito atualmente designado *Miscelânea referida ao mosteiro de Santa Cruz* e com a cota Ms. 86 da Livraria de Mão de Santa Cruz de Coimbra da Biblioteca Pública Municipal do Porto[29], José de Cristo copiou o texto da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, que se encontra nos fólios 6v-7v do Livro 4 de Inquirições de D. Afonso III[30]. Na sua introdução à cópia, indica que "O que se segue he tirado de hum livro da Torre do Tombo Real que se intitula Titulo de colheitas dos Mouros, e doutros memoriais. — He de taboa de Couro baio ferrado e muito uelho"[31]. A cópia de José de Cristo Bretiandos não se encontra datada, sendo impossível assegurar que seja posterior à inscrição de Jorge da Cunha. No entanto, é

[27] RAU, Virgínia — *A Tôrre do Tombo em 1631*, pp. 23-24.
[28] Lisboa, Torre do Tombo, *Inquirições de D. Afonso III, livro 4*, f. 1v.
[29] Porto, Biblioteca Pública Municipal, Ms. 86.
[30] Este texto do século XV foi também copiado por António Brandão. É de notar que o *Livro das Posturas* (Lisboa, Torre do Tombo, *Livro de Leis e Posturas*, f. s/n) inclui na nota de Jorge da Cunha, de 1633, a informação que "delle se aproueitou o chronista môr frei Antonio Brandão q'eu lho inculquei; e mostrej" (f. s/n). Esta inscrição permite questionar se terá sido Jorge da Cunha quem mostrou o Livro 4 de Inquirições de Afonso III a António Brandão e a José de Cristo, tendo, assim, contribuído para que ambos fizessem cópias da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*.
[31] Porto, Biblioteca Pública Municipal, Ms. 86, p. 389.

significativo que não sejam mencionadas as inquirições, mas que o manuscrito seja antes designado por um título que remete para o seu índice e para os primeiros textos que se encontram compilados no Livro 4 de Inquirições de D. Afonso III[32].

Ainda mais representativo da difícil integração do Livro 4 de D. Afonso III no armário dos Livros de Inquirições é a anotação que se encontra no final do f. 1v e que serve de correção à designação registada no mesmo por Jorge da Cunha. Datada de 2 de junho de 1715, diz que "Não achey 4.º Livro de Jnquiriçoens deste Rey, e porque achey dois de numeros treceyros ficou este em lugar de 4.º O Arm[ario] velho não podia mays que seys Livros de Jnquirições. Eu achey nove"[33]. Através desta anotação, sabe-se que os próprios armários não tinham sido construídos para a quantidade de livros entretanto adicionados ao das Inquirições, dado que tinham vindo a aumentar. A mão que redigiu esta anotação foi a mesma que finalmente deu ao Livro 4 de Inquirições de D. Afonso III essa designação, tendo riscado a inscrição de Jorge da Cunha que intitulava o manuscrito como "Terceiro" e acrescentado acima o numeral "4º"[34].

4. O Conteúdo do Livro 4 de Inquirições de Afonso III

Tendo comentado o percurso do Livro 4 de inquirições de D. Afonso III na Torre do Tombo, é igualmente necessário observar o seu conteúdo. Nos fólios 8r-10r encontram-se os primeiros textos copiados no manuscrito. A decoração das iniciais filigranadas destes fólios, realizada de forma cuidada e elaborada, permite identificá-los como os primeiros a serem copiados. Os fólios anteriores apresentam uma decoração que, ainda que semelhante, demonstra uma menor capacidade técnica e uma execução menos precisa no desenho da filigrana, resultado de uma tentativa de cópia das iniciais dos fólios após o 8r.

[32] Esta descrição levou inclusivamente a que Artur de Magalhães Basto tenha questionado, num artigo originalmente publicado no jornal *O Primeiro de Janeiro* a 25 de Maio de 1956, se a cópia teria sido feita a partir de outro manuscrito que não o Livro 4 de Inquirições de D. Afonso III (cf. BASTO, Artur de Magalhães — "A «Rrenembrança» dos Reis da «Torre do Tombo Real»". In *Estudos: Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1959, p. 352). Esta hipótese não é credível, uma vez que o conteúdo descrito por José de Cristo é compatível com esse manuscrito.
[33] Lisboa, Torre do Tombo, *Inquirições de D. Afonso III, livro 4*, f. 1v. Não foi possível identificar o autor desta anotação.
[34] Lisboa, Torre do Tombo, *Inquirições de D. Afonso III, livro 4*, f. 1v.

O conteúdo dos primeiros fólios copiados consiste nos foros dados ao longo de vários reinados às comunas muçulmanas de: Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer; Silves, Tavira e Loulé; Évora; Moura; e a carta da quarentena dos mouros da Guarda, documentação estudada por Maria Filomena Barros[35].

A cópia destes documentos encontra-se autenticada por Afonso Peres, escrivão da Torre do Tombo pelo menos entre 1428 e 1435[36]. Este assinou cada um dos fólios individualmente, tendo deixado uma verba no final na qual se identifica e valida a cópia: "Conçertado per mim Affonso Perez escripuam das escripturas do tombo delRey estes quatro foraees ssobredictos esta carta susso escripta com os reginaees dos quaes en que som escriptas"[37].

Aos foros, seguem-se, nos fólios 10v-14r, a declaração dos direitos dos mouros do reino e, nos fólios 14v-15v, o levantamento dos casos em que a herança dos muçulmanos pertenceria ao rei. O primeiro destes documentos encontra-se publicado por Alexandre Herculano nos *Portugaliae Monumenta Historica*[38], tendo ambos sido também estudados por Maria Filomena Barros[39], que chamou a atenção para um segundo treslado dos dois diplomas[40]. Tal como os fólios 8r-10r, a cópia destes textos apresenta iniciais vermelhas decoradas com uma filigrana delicada e minuciosamente desenhada.

---

[35] BARROS, Maria Filomena Lopes de — *A Comuna Muçulmana de Lisboa: sécs. XIV e XV*. Lisboa: Hugin, 1998, pp. 63-73; BARROS, Maria Filomena Lopes de — "Identificação de um país: a vivência muçulmana sob domínio cristão". In CAETANO, Joaquim Oliveira; MACIAS, Santiago (coord.) — *Guerreiros e Mártires: a cristandade e o islão na formação de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2020, pp. 126-131.

[36] Cf. HOMEM, Armando Luís de Carvalho — *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Dissertação de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985, vol. I, pp. 21 e vol. II, pp. 183; AZEVEDO, Pedro A. d'; BAIÃO, António — *O Archivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organisação*. Lisboa: Annaes da Academia de Estudos Livres, 1905, p. 214. Os documentos por ele assinados entre essas datas são uma cópia do foral da vila de Mirandela, datada de 1428 (Lisboa, Torre do Tombo, *Gaveta 15*, maço 9, nº 25) e uma certidão pedida pelo Alcaide do Porto relativa ao Castelo da Feira, datada de 6 de outubro de 1435 (Lisboa, Torre do Tombo, *Gaveta 8*, maço 3, nº 8).

[37] Lisboa, Torre do Tombo, *Inquirições de D. Afonso III*, livro 4, f. 10r.

[38] *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines* vol. 2. Ed. Alexandre Herculano. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1868, pp. 98-100.

[39] BARROS, Maria Filomena Lopes de — *A Comuna Muçulmana de Lisboa*, pp. 64-70; BARROS, Maria Filomena Lopes de — "The Muslim Minority in the Portuguese Kingdom (1170-1496): identity and writing". *eJournal of Portuguese History* 13/2 (2015), pp. 24-26.

[40] Cf. BARROS, Maria Filomena Lopes de — *A Comuna Muçulmana de Lisboa*, p. 64, na qual é referido o documento intitulado *Condições pelas quais se arrematou o contrato feito com os judeus, pelo rei D. Fernando* (Lisboa, Torre do Tombo, *Gaveta 10*, maço 12, nº 17, ff. 9v-12).

Estes documentos encontram-se assinados por Yūsuf ibn Ibrahīm ibn Yūsuf al-Lahmī, que assinava também como Jufez[41] e era notário da comuna muçulmana de Lisboa. A identificação deste notário foi levada a cabo por Maria Filomena Barros, que o identificou como o mesmo Jufez alvo de um processo em 1402[42].

As assinaturas de Jufez e de Afonso Peres não só são de grande relevância para a identificação da época em que o códice foi compilado, como também sublinham a relevância dos fólios 8r-14r na sua composição. Os textos aí copiados são os únicos para os quais foi necessária a validação das cópias por dois oficiais legais, um em associação ao arquivo que copiou os textos e outro em representação da comunidade afetada pelo seu conteúdo.

De seguida, nos fólios 15v-38r, foram copiadas cartas relativas às colheitas que o rei tinha a receber dos mosteiros e ordens militares, seguidas da listagem dessas colheitas. Estas cartas representam, de certa forma, uma segunda fase de cópia de documentos no códice: a do registo de colheitas. A decoração das primeiras iniciais destes fólios mantém ainda a qualidade dos fólios anteriores, o que indica que provavelmente o início da sua cópia teve lugar na mesma época. Ainda assim, não há nenhuma assinatura que valide estes documentos.

Na parte final do manuscrito, com início no fólio 40r, encontra-se finalmente a matéria das inquirições. Os textos encontram-se separados das cópias anteriores por um fólio em branco e foram copiados por outra mão. Apenas o primeiro parágrafo contém uma inicial filigranada, com uma qualidade inferior à dos primeiros fólios compilados no manuscrito. Após essa inicial, o cuidado prestado à decoração é reduzido, sendo o texto decorado simplesmente com caldeirões vermelhos.

O conteúdo das inquirições que aí foram copiadas consiste nas introduções das inquirições da 1ª alçada de D. Afonso III relativas a coutos e mosteiros, seguindo-se-

[41] Lisboa, Torre do Tombo, *Inquirições de D. Afonso III, livro 4*, 14r.
[42] Cf. BARROS, Maria Filomena Lopes de — *A Comuna Muçulmana de Lisboa*, p. 36; p. 65, n. 14; p. 179, quadro 4, que remete para Lisboa, Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, livro 5, f. 96v, no qual se pode ler a sentença deste processo.

lhes a lista das colheitas a receber dos mesmos[43]. Ou seja, as inquirições que aqui se copiaram são parciais e selecionadas, sendo o objetivo dessa inclusão possivelmente consistente com o motivo pelo qual teve início a compilação de cópias documentais neste manuscrito: a reorganização fiscal da coroa no início do século XV.

Por fim, foram adicionados ao manuscrito os fólios que o abrem: um índice (fólios 2r-6r) e o texto da *Crónica Breve do Arquivo Nacional* (fólios 6v-7v)[44]. O motivo que leva a pensar que estes foram adicionados posteriormente é não só, e como tem vindo a ser referido, o facto de as iniciais apresentarem uma decoração que imita com alguma inferioridade a filigrana das que se encontram nos fólios que se lhes seguem, mas também porque o índice enuncia todos os textos que se encontram no manuscrito, com exceção da crónica[45].

A inclusão de um índice neste manuscrito é especialmente significativa, se tivermos em conta que este é o único Livro de Inquirições que inclui um índice coevo. Todos os restantes índices que atualmente se encontram nos Livros de Inquirições não foram produzidos na mesma época da compilação dos manuscritos, tendo sido adicionados durante o processo de consulta e cópia da Leitura Nova.

5. O Livro 4 de Afonso III: um Livro de Inquirições?

Por fim, chegamos à questão colocada no início: pode o Livro 4 de D. Afonso III ser considerado um Livro de Inquirições?

Em primeiro lugar, este manuscrito foi redigido no século XV, numa época posterior à composição da maior parte dos outros Livros de Inquirições. E, mais importante, foi feito com um propósito distinto. Os textos que levaram à sua produção tinham como objetivo compilar documentos jurídicos relativos às comunidades muçulmanas portuguesas. Estes textos foram os únicos autenticados em todo o

[43] Cf. RIBEIRO, João Pedro — *Memórias para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal*. Lisboa: Impressão Régia, 1815, p. 43.
[44] Texto ao qual dediquei a minha dissertação de mestrado, cf. FONTÃO, Diana — *Uma Memória Anónima: a Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Dissertação de mestrado em Estudos Medievais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: s.n., 2023.
[45] Possibilidade já levantada em PIMENTA, Alfredo — *Fontes Medievais da História de Portugal: anais e crónicas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1948, p. 48.

manuscrito e a sua decoração é mais elaborada, tendo sido copiados com um cuidado e preocupação legal que não se verifica nos restantes fólios.

Em segundo lugar, os textos relativos às inquirições foram copiados depois de já terem sido compiladas no manuscrito as cartas das ordens e dos mosteiros e as colheitas a receber dessas instituições. Esses textos adicionariam mais informação às colheitas e foram os últimos a serem copiados, já sem o mesmo cuidado na decoração que se verificava nos primeiros fólios.

Em terceiro lugar, os inventários do século XVI não designavam o livro como sendo de Inquirições. Na realidade, foi adicionado a esse armário só depois de ter sido encontrado no lixo no século XVII. Ainda assim, as dificuldades causadas por esse processo fazem-se notar através dos comentários redigidos pelos escrivães da Torre do Tombo no próprio manuscrito, demonstrando que só passou a ser parte do armário depois de ter sido encontrado numa situação de abandono. Mais ainda, a designação inscrita no primeiro fólio foi alterada para que pudesse ser incluído no armário, o que talvez seja a melhor indicação de que não faria parte dos manuscritos originalmente produzidos para copiar as Inquirições Gerais.

Em quarto lugar, a quantidade de Livros de Inquirições só atingiu o número que atualmente possui no século XVIII. Tal pode significar que este manuscrito não é o único a ter sido incluído no armário das Inquirições numa época posterior à da sua produção. No caso do Livro 4 de D. Afonso III, todavia, tanto os inventários anteriores ao século XVIII, como a sua descrição numa cópia do século XVII de um dos textos compilados, demonstram claramente que o manuscrito era identificado através dos documentos relativos às comunidades muçulmanas, sendo as inquirições mencionadas posteriormente, ou não sendo sequer mencionadas nesses registos.

Ora, cada Livro atualmente incluído na série das Inquirições Gerais foi copiado numa época particular e com um objetivo específico. Por esse motivo, é necessário conhecer cada um deles para se poder afirmar com segurança que o Livro 4 de Afonso III se trata de uma situação excecional entre a série. No entanto, talvez seja possível afirmar que, no caso deste manuscrito, nem a época de composição, nem os textos compilados, nem a sua decoração e inclusão de índice coevo, nem o objetivo

que levou à inclusão de matéria das inquirições, são compatíveis com a restante série. Por isso, talvez seja possível afirmar que o Livro 4 de D. Afonso III é um livro que inclui textos das inquirições, mas não que seja um Livro de Inquirições.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes manuscritas

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria Régia, *Chancelaria de D. João I,* livro 5. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=3813668

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Contos do Reino e Casa, *Núcleo Antigo* 296, *Tombo Geral da Índia, por Simão Botelho*. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162520

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, *Inquirições de D. Afonso III*, livro 4. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182580

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Feitos da Coroa, *Inquirições de D. Dinis,* livro 9. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4182571

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Gavetas*, Gaveta 8, maço. 3, nº 8. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4660478

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Gavetas*, Gaveta 10, maço 12, nº 17. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4185855

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Gavetas*, Gaveta 15, maço. 9, nº 25. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=7764298

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Leis e Ordenações, Núcleo Antigo* 1, *Livro de Leis e Posturas*. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4223265

Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 86, pp. 389-392.

Fontes impressas

Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores vol. 1, fasc. 1. Ed. Alexandre Herculano. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856. Disponível em: https://purl.pt/12270/4/cg-2698-a-13/cg-2698-a-13_item4/cg-2698-a-13_PDF/cg-2698-a-13_PDF_24-C-R0150/cg-2698-a-13_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf

Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines vol. 2. Ed. Alexandre Herculano. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1868. Disponível em: https://purl.pt/12270/4/res-1795-a/res-1795-a_item4/index.html

Estudos

ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís (eds.) – *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2015.

AZEVEDO, Pedro A. d'; BAIÃO, António — *O Archivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que o compõem e organisação*. Lisboa: Annaes da Academia de Estudos Livres, 1905.

BARROS, Maria Filomena Lopes de — *A Comuna Muçulmana de Lisboa: sécs. XIV e XV*. Lisboa: Hugin, 1998.

BARROS, Maria Filomena Lopes de — "The Muslim Minority in the Portuguese Kingdom (1170-1496): identity and writing". *eJournal of Portuguese History* 13/2 (2015), pp. 18-35. [Consultado a 15 de fevereiro de 2023] Disponível em: https://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/html/issue26/pdf/v13n2a02.pdf

BARROS, Maria Filomena Lopes de — "Identificação de um país: a vivência muçulmana sob domínio cristão". In CAETANO, Joaquim Oliveira; MACIAS, Santiago (coord.) — *Guerreiros e Mártires: a cristandade e o islão na formação de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2020, pp. 124-131.

BASTO, Artur de Magalhães — "A «Rrenembrança» dos Reis da «Torre do Tombo Real»". In *Estudos: Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1959, pp. 347-352.

DINIS, António Joaquim Dias — "Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo". *Anais Academia Portuguesa da História* 2ª série, 17 (1968), pp. 115-158.

FONTÃO, Diana — *Uma Memória Anónima: a Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Dissertação de mestrado em Estudos Medievais apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: s.n., 2023.

GOMES, Saúl António — "Inquirições, confirmações e registos da chancelaria régia portuguesa: notas para o seu estudo". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 12 (2012), pp. 147-63. [Consultado a 16 de fevereiro de 2023] Disponível em https://ceh.fcsh.unl.pt/pdf/rev/2013/01_FRAGMENTAHISTORICA_1_SaulAntonioGomes.pdf

HOMEM, Armando Luís de Carvalho — *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Dissertação de doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1985. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/13225

PESSANHA, José — "Uma reabilitação historica: inventarios da Torre do Tombo no seculo XVI". *Archivo Historico Portuguez* 3 (1905), pp. 287-303.

PIMENTA, Alfredo — *Fontes Medievais da História de Portugal: anais e crónicas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1948.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor — "Introdução". In PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor (ed.) — *Portugaliae Monumenta Historica Nova Série Volume III Inquisitiones Inquirições Gerais de D. Dinis 1284*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2007, pp. XI-XX.

RAU, Virgínia — *A Tôrre do Tombo em 1631*. Lisboa: Bertrand, 1945.

RIBEIRO, Fernanda — *O Acesso à Informação nos Arquivos Parte I: o acesso à informação no quadro de desenvolvimento dos arquivos em Portugal*. Dissertação de doutoramento em Arquivística apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: s.n., 1998. Disponível em: https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7058/3/fribeirovol01000061435.pdf

RIBEIRO, Fernanda — "Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?". In FONSECA, Luís Adão da; AMARAL, Luís Carlos; SANTOS, Maria Fernanda Ferreira (coord.) — *Os Reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Porto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 1401-1414.

RIBEIRO, João Pedro — *Memórias para a História das Inquirições dos Primeiros Reinados de Portugal*. Lisboa: Impressão Régia, 1815.

VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de — "Os Livros do Rei: administração e cultura no tempo de D. Afonso III". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 25 (2012), pp. 181-194. [Consultado a 3 de dezembro de 2023] Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/25_7/368

VILAR, Hermínia Vasconcelos — "As Inquirições no contexto do reinado de Afonso II". In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís (eds.) — *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2015, pp. 81-98.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FONTÃO, Diana – "O Livro 4 de Afonso III: um livro de inquirições?". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 303-321. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .

Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

Expressões retóricas do amor no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. Tropos e figuras

Rhetorical expressions of love in Garcia de Resende's General Songbook. *Tropes and figures*

Geraldo Augusto Fernandes

Universidade Federal do Ceará
Departamento de Literatura
60.130-170 Fortaleza, Brasil

geraldoaugust@uol.com.br
https://orcid.org/0000-0003-0526-3953

Data recepção do artigo / Received for publication: 6 de Fevereiro de 2024
Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 17 de Setembro de 2024

RESUMO

Na Antiguidade, o orador pautava-se pela *elocutio* para fazer de seu discurso um rico ornato com a intenção de convencer seu auditório de que ele, orador, defendia uma tese justa, e que sua oratória era, antes de tudo, uma peça para deleite. Na Idade Média, os ornamentos de que se serviam os oradores antigos passam à composição poética não só como um trabalho do léxico, mas também como o modo pelo qual a poesia era estruturada. Vejam-se as rimas, o ritmo, a métrica, mesmo que estas duas fossem já parte da criação retórico-poética dos antigos. A rima e a estrofe são, então, partes do ornamento juntamente com as figuras e os tropos, antes usados na eloquência oratória. Os humanistas medievais, no seu culto à civilização antiga, transpõem para o ato de poetar os mesmos elementos e preocupações característicos dos oradores passados. Os recursos de que se servem os poetas seriam, através da revalorização da poesia, a harmonia e a musicalidade, pelas quais se expressavam os conteúdos mais diversos da indagação humana, o que revela as preocupações antigas que os poetas medievais emularam. A poética expressada no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende vale-se dessas expressões retóricas para embelezar os poemas. Neste estudo, proponho elencar essas expressões relacionadas ao tema do amor. Para tanto, faço uso de teóricos e estudiosos da Literatura como Quintiliano, Heinrich Lausberg, Maria Isabel Morán Cabanas, Massimo Marini, Pierre Le Gentil, Edmond Faral, Juan Casas Rigall, entre outros.

Palavras-chave: *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, Retórica, Tropos e figuras, Amor, Poesia dos séculos XV/XVI

ABSTRACT

In antiquity, the orator was guided by *elocutio* to make his speech a rich ornament with the intention of convincing his audience that he, the orator, defended a correct thesis, and that his oratory was, above all, a piece for delight. In the Middle Ages, the ornaments used by orators became poetic composition not only as a work of lexicon, but also as the way in which poetry was structured. Look at the rhymes, the rhythm, the meter, even if these two were already part of the rhetorical-poetic creation of the ancients. The rhyme and the stanza are, then, parts of the ornament along with the figures and tropes, formerly used in oratorical eloquence. The medieval humanists, in their cult of ancient civilization, transpose to the act of making poetry the same elements and concerns characteristic of past orators. The resources used by poets would be, through the revaluation of poetry, harmony and musicality, through which the most diverse contents of human inquiry were expressed, which reveals the ancient concerns that medieval poets emulated. The poetic expressed in Garcia de Resende's *Cancioneiro Geral* uses these rhetorical expressions to embellish the poems. In this study, I propose to list these expressions related to the theme of love. To this end, I rely on theorists and scholars of Literature such as Quintiliano, Heinrich Lausberg, Maria Isabel Morán Cabanas, Massimo Marini, Pierre Le Gentil, Edmond Faral, Juan Casas Rigall, among others.

Keywords: Garcia de Resende's *Cancioneiro Geral*, Rhetoric, Tropes and figures, Love, Poetry of 15th-16th centuries

S'a excelencia e ser / doutrem faz nam desejar, / como me podeis negar / que meu amor e querer / nam deseja descansar?
CGGR, 260, II

Vossa grande perfeiçam / m'haa forçado que vos ame / e vossas obras tais sam / que mandam que vos desame.
CGGR, 578, III

Introdução

Não se pode dizer que a temática principal do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, o amor, seja aquela que marque definitivamente sua poética – o número de poemas amatórios é considerável, e isso marca, na verdade, qualquer cancioneiro medieval ou qualquer texto poético deste período. No entanto, que amor é esse? É ainda cortês, mas com elementos que prenunciam estéticas vindouras, como afirma, por exemplo, Massaud Moisés[1]:

> ...num movimento psicológico que semelha prenunciar o Romantismo, os poetas quatrocentistas "descobrem" a Natureza, ainda graças a Petrarca [...] Um quê de renascentista, e, portanto, "moderno", se mostra nessa transformação operada no âmbito das convenções lírico-amorosas: sente-se que os poetas palacianos da Corte de Avis preparam, com seus paradoxos e indagações acerca do Amor, o Camões lírico e, mesmo, o advento do Barroco.[2]

Quanto a esse prenúncio do Romantismo, a estudiosa italiana Jole Ruggieri declara que, "mentre si attardano i sogni, canteranno *romances*; come un preanuncio dei poeti romantici e preromantici, già sul cadere del secolo XV e all'inizio del secolo XVI..."[3]. Mantém esse amor cortês, então, a mesma essência daquele que foi exaltado

[1] O estudioso parece referir-se ao Romantismo que nasce no século XVIII e se estende até o XIX europeu e que cultivou entre outras características os traços da época medieval, criadoras de uma atmosfera poética, que convida ao sonho e ao devaneio. É claro que o que mais marca este retorno/prenúncio é o Amor, principalmente na sua versão cortês.
[2] MOISÉS, Massaud – "Humanismo (1418-1527)". In *A Literatura Portuguesa.* São Paulo: Cultrix, 1981, p. 49.
[3] RUGGIERI, Jole – *Il canzoniere di Resende.* Genève: Leo S. Olschki, S.A., 1931, p. 67.

pela poesia trovadoresca provençal e galego-portuguesa; no entanto, ele avança e, tomando por base o que cantaram Dante e Petrarca, e antes, Ovídio[4], dá os primeiros sinais da sensualidade que iria ser mais largamente explorada no Renascimento. Nos fins do século XV, em Portugal, os poetas palacianos deixam-se arrebatar ainda por essa temática, mas também, num novo modelo, arrastando-se, inclusive, pelo erotismo evidentemente libidinoso (muitos), tal como o relacionamento *contra naturam* entre mulheres (poema misto nº 586) e ainda em que fala de um relacionamento incestuoso (nº 604), além de um tratamento satírico do tema em composições tais como os poemas de formas mistas[5] nºs 573, 574, 621, 625, 803, 814 e 816.

Nota-se, também, que a casuística amorosa adquiriu, no fim da Idade Média, um tom mais melancólico, próprio da alma portuguesa, o que já se sentia nas antigas cantigas de amor e de amigo, e que se depurou pelas sutilezas e pelo requinte formal. Para Pierre Le Gentil, a expressão amorosa apresenta-se, no *Cancioneiro* de Resende, como "formes de expression plus musicales", em comparação com seus vizinhos castelhanos, e essa musicalidade vem renovada "plus ou moins consciemment" do lirismo galego, reproduzindo um romantismo "douloureux et nostalgique"[6], o que caracteriza o espírito melancólico português. Isso está, de certa forma, presente nos dominantes retirados do cancioneiro individual de Duarte de Brito, em que as expressões remetem a um amor que mata. Agregam, também, os poetas palacianos a uma forma inovadora elementos de individualidade, sinceridade e espiritualidade, pois a língua, agora, permite-lhes expandir sua sentimentalidade, aliada ao novo

[4] María Teresa Miaja de la Peña em artigo sobre *El libro de buen amor* comenta sobre Ovídio: "Sabemos que todo cortejo amoroso depende siempre de los sentidos y que estos dos [olhos e ouvidos] marcan el inicio de lo que habrá de devenir entre los amantes. La vista constituye el primer contacto entre los amantes, como bien queda establecido en *El arte de amar* de Ovidio y en el *Pamphilus de amore*, antecedentes directos del *ars amandi* en el *Libro de buen amor* y, éste de *La Celestina*. MIAJA DE LA PEÑA, María Teresa – "'Trayes los omnes çiegos, que oyen tus loores'. La función de los sentidos en el cortejo amoroso en el *Libro de buen amor*". In SIMÓ I TORRES, Meritxell (coord) - "Prenga xascú ço qui millor li ès de mon dit": creació, recepció i representació de la literatura medieval. San Milán de la Cogolla: CILENGUA, 2021, (pp. 605-618), p. 606.

[5] A característica principal desses poemas é mesclar, numa só composição, várias outras formas, mantendo, no entanto, o mesmo tema. Próprios para a expressão de vários contendores, o que se destaca é a engenhosidade dos poetas na montagem dessa peça sofisticada, que já prenuncia o conceptismo e o cultismo barrocos. Em sua maioria, esses poemas são compostos por vários poetas, mas há casos de composições versificadas por um só poeta.

[6] LE GENTIL, Pierre – *La poésie lyrique espagnole et portugaise à la fin du Moyen âge : les thèmes, les genres et les formes*. 2 v. Rennes: Plihon, 1952, p. 471.

exercício que adquire o *poietes*, que se vale de muitos dos artifícios retóricos. Também uma característica desse canto no *CGGR*[7] é o uso de termos apoéticos numa peça como a do "Cuidar e sospirar"[8], ou ainda, como no exemplo de uma cantiga seguida de trovas nº 570, em que uma dama se coloca no lugar do poeta e compõe sua coita de amor, vindo alguns colegas ajudar na temática – relembrando tal recurso as cantigas de amigo galego-portuguesas, mas agora não é o poeta que se põe no lugar da dama, é ela que se faz passar por um trovador apaixonado.

Com a revalorização do homem no século XV, María Luisa Castro Rodríguez diz que o ato de se enamorar é ação da vontade e não mais de fatores externos ou circunstanciais:

> Dentro de la tradición de los tópicos amorosos, la voluntad del poeta no suele ser tomada en cuenta al momento de decidir enamorarse, pues se plantea como una inevitabilidad que, al objeto amoroso – la dama –, amor se introduzca en el poeta y éste comience a experimentar sus efectos. En el siglo XV, sin embargo, con la revalorización humanista del hombre como centro del universo y su conceptualización consecuente como artífice de su destino, se presenta la posibilidad de que el acto de enamorarse sea acción de la voluntad y no efecto de factores externos o circunstanciales.[9]

---

[7] Passo a usar esta abreviatura quando me refiro ao *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende.

[8] Para um profundo estudo sobre o Amor e a Retórica, conf. FRAZÃO; João Amaral – *Entre trovar e turvar. A encenação da escrita e do amor no Cancioneiro Geral.* Lisboa: Bertrand Livreiros, 2011; MENDES, Margarida Vieira – *O Cuidar e Sospirar (1483)*. Fixação do texto, introdução e notas de Margarida Vieira Mendes. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997 (Colecção Outras Margens, Série Poesia do Tempo dos Descobrimentos); MORÁN CABANAS, Maria Isabel – "O modelo de poeta-amante no *Cancioneiro Geral*: a presença de Macias em debates e comparações". In BREA, Mercedes; CORRAL DÍAZ, Esther; POUSADA CRUZ, Miguel (coords) – *Parodia y Debates metaliterarios en la Edad Media*. Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2013, pp. 469-482; MORÁN CABANAS, Maria Isabel – "O *exemplum* na lírica amorosa medieval Galego-Portuguesa e do *Cancioneiro Geral"*. In *Retórica, Política e Ideología desde la Antegüedad hasta nuestros días. Retórica Clásica y Edad Media*. (*Actas del II Congreso Internacional*). Salamanca: Logo, 1997, vol. I, pp. 355-362; MORÁN CABANAS, Maria Isabel – "Sobre o debate entre *Cuidar e Sospirar* e a visualização poética do Deus de Amor". *Revista Camoniana*, 3ª série, 13 (2003), pp. 77-98; TOMASSETTI, Isabella – *Cantaré según veredes: intertextualidad y construcción poética en el siglo XV.* Madri: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2017.

[9] CASTRO RODRÍGUEZ, María Luisa – "Las potencias animadas son de su poder quitadas". In *Avatares y perspectivas del medievalismo ibérico.* San Milán de Cogolla: CELENGUA, 2019, (pp. 1039-1054), p. 1045.

Se na poesia trovadoresca, o trovador fosse, talvez, impedido, devido ao sistema feudal e ao código do amor cortês, de divulgar quem era o seu objeto de devoção, quase sempre não correspondido[10], nas peças compiladas no *CGGR* observa-se uma inversão de prioridade: ao trovador, agora denominado poeta, interessa fazer saber a quem "serve". Mais do que isso, ao novo trovador não cabe apenas explorar seu estado de espírito quanto ao amor – correspondido ou não; esse novo trovador deseja compartilhar seus sentimentos – daí que, ao se referir à dama, não o faz através do *senhal*, recurso que usavam os provençais e galego-portugueses, mas dá a saber de quem é servidor, como nos poemas mistos que se estendem do nº 579 até o 582, incluindo os de nºs 316 e 584.

Entretanto, se formalmente o poeta segue os preceitos comuns, e no conteúdo pontua um termo que é "nuclear na poesia de temática amorosa"[11] – o bem e/ou o mal, há de se verificar no *CGGR* um ponto de vista já conceptista, reforçado, geralmente, por estas antíteses. Esses contrários, na designação de Arnold Hauser, são "um reflexo direto da divisão dentro do indivíduo e sua alienação do mundo"[12]. E, valendo-me dessa "divisão" a que alude Hauser, note-se que essa expressão, agora, traz um novo sentimento: o do "eu dividido" e o do "eu perdido", em função da coita do amor. O "eu perdido" revelado pelo poeta palaciano é aquele que, perdendo seu objeto de paixão ou por ele desprezado, não se encontra consigo mesmo, como enfatiza o Coudel-mor na defesa do suspirar do processo amoroso que abre o *CGGR*:

> "Ha tanto que sam metido / naquesta triste demanda, que me vejo destroido, / perdido mais que perdido / com meu mal que nam s'abranda"; ou Henrique de Sá, no vilancete seguido de trovas nº 441, cujo mote diz: "No sé porque Dios me

[10] "... en contraste con lo que puede observarse en la lírica provenzal y francesa, en las cuales predomina el reproche tierno del poeta, siempre sumiso [...], la imprecación a la amada forma en la poesía de los Cancioneros un verdadero subgénero..." LIDA DE MALKIEL, María Rosa – *Estudios sobre la Literatura Española del siglo XV*. Madri: Ed. José Porrúa Turanzas, 1977, p. 97.
[11] *OBRAS de Álvaro de Brito*. Edição, introdução e notas por Isabel Almeida. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 33.
[12] HAUSER, Arnold – *Maneirismo: a crise da Renascença e o surgimento da Arte Moderna*. 2 ed. Trad. J. Guinsburg e M. França. São Paulo: Perspectiva, 1993, p. 395. Baltasar Gracián recorre ao mesmo conceito quando diz: "Protágoras decía que en las cosas no había bien ni mal, pesar ni gusto, sino en la imaginación y en el modo de concebir cada uno. Más verdadera y más provechosa fue la de San Juan Crisóstomo, que: *Nemo laeditur nisi a seipso*: que de nadie podemos recibir daño, sino de nosotros mismos." GRACIÁN, Baltasar – *Agudeza y Arte de Ingenio*. Ed. Evaristo C. Calderón. Madri: Clásicos Castalia, 1988, Discurso XXIII, p. 233.

> dio / los ojos con que os vi, / pues con elhos me perdi", e na pergunta retórica do Conde do Vimioso, no poema 571, "Que posso dizer de mi / que chegue ao que sento, / pois por ver-vos me perdi / e depois que vos nam vi, / vi dobrado perdimento?"

Na cantiga seguida de uma trova, nº 771, Aires Telez diz que a fez "um dia que todo se desaveo". Nesta composição, o sentido de "desavir" é "indispor-se; pôr em desavença"; em outras palavras, é estar perdido como revela no mote: "Desejando sempre vida, / foi gram dita nam na ter / pola agora nam perder."; depois de desenvolver o tema, vem-lhe em ajuda o Conde do Vimioso, que intensifica o sentido da perdição por sua antítese, armando um silogismo bem ao gosto da argumentação:

> Quando vida desejei
> nam entendia viver
> *qu'era cousa de perder*
> *o qu'em perder me guanhei.*
> Mas agora que o sei,
> a vida que hei-de ter,
> tê-la-ei sem na querer. (Grifos meus)

Registre-se, ainda, que o "eu perdido" não se revela apenas nos poemas de cunho amoroso, surge também em inúmeras composições cuja temática central é o desconcerto do mundo, que faz o poeta balançar entre o passado concreto e o futuro incerto. Um exemplo disso encontra-se na estrofe que segue, do poema misto nº 795, de Henrique da Mota, em que o próprio poeta glosa outro seu vilancete, ambos de cunho existencial: "Quem cuidar nesta mudança / qu'este triste mundo faz, / achará que nele jaz / a maior desconfiança. / E pois nunca dá bonança, / sem temor de se perder, / *gram trabalho é viver."* Nos poemas aqui citados e analisados, comentou-se do "eu dividido", ou desavindo, para usar a terminologia que os próprios poetas empregavam. Recordem-se a antológica cantiga de Sá de Miranda, "Comigo me desavim" (nº 415), a esparsa 539 de Duarte da Gama, a cantiga 817 de Manuel de Goios e, dele também, o poema misto 816 em que, numa das estrofes, desabafa, no mesmo tom da cantiga de Miranda:

Mas ter a morte perdida
nam me tira de perigo,
pois quem é de si imigo
mais se recea da vida.
A quem com ela ficou,
quando da morte gostar,
se pode bem preguntar
qual delas mais o matou. (Grifos meus)

Essa nova casuística também vem eivada de egocentrismo, particularidade que não se relega apenas a essa fase da Literatura, é óbvio, mas que nela se exacerba, chegando, muitas das vezes, ao fingimento de sua coita, como se vê no poema de Diogo Brandão nº 361, cuja didascália traz justamente a expressão "fingimento de amores", além de, numa estrofe do poema 577, Francisco da Silveira declarar que, "quem quiser / d'amores querer alguem, / fengido lhe queira bem", reproduzindo ambos o que pregava Juan Alfonso de Baena em seu prólogo: "que sea amador, e que siempre se preçie e *se finja de ser enamorado*" (Grifos meus).

Se o tema do amor assinala no cancioneiro resendiano uma pervivência e uma evolução, surgem alguns outros temas próprios do novo contexto dos fins de Quatrocentos e início de Quinhentos geralmente relacionados às Conquistas. Um deles, o desconcerto do mundo, principalmente, que provoca uma divisão e/ou perdição do "eu", perplexo ante um mundo em descoberta e saudoso de uma época de moralismo idealizado, quando se obedeciam às regras da sobriedade e da solidariedade, pelo menos na visão saudosista dos poetas. Motivados por esse mundo às avessas, no poema 58, o poeta sente a vida como um cativeiro, no 92, faz uma crítica política e social, no 384, canta a tristeza, no 583, critica a soberba, no 646, exalta a liberdade, a vontade e o prazer e nos poemas 771, 788 e 834 filosofa sobre a existência e ainda no 412, sobre um sentimento resultante desse novo mundo: o desespero. Elencam-se, ainda, muitos poemas com temática religiosa, o que reflete as várias alusões de Garcia de Resende em seu Prólogo – a temática é sempre de cunho cristão, e não deixa de relacionar-se à velha luta contra os infiéis – muçulmanos e, em maior número, judeus; estes sempre aviltados nos poemas em que transparecem os preconceitos de raça. O poeta de Quatrocentos/Quinhentos

dedica-se, ainda, a temas mais "novos", por assim dizer, tais como alguns ligados à questão filosófica: a espiritualidade *x* a materialidade, vida *x* esperança, ventura *x* desventura e a existência; chama a atenção, também, o tratamento dado à morte não só naqueles poemas elegíacos, mas naqueles em que ela passa a ser motivo de reflexão[13].

Voltando à questão amorosa, María Luisa Castro Rodríguez, ao estudá-la como potência na poesia castelhana do século XV, revela que a memória está ligada à vida sensitiva e, logo, ao amor:

> La memoria es la potencia del alma asociada con la vida sensitiva, es decir, que está asociada con la percepción sensorial, pues a través de ella percibe los estímulos que formarán los recuerdos. De acuerdo con la filosofía neoplatónica, el amor surge a partir de la contemplación de la belleza, esta belleza se imprime en el alma sensitiva formando un recuerdo, lo que Aristóteles llama "imagen mental", la cual permite experimentar lo que no está presente a pesar de no consistir más que en una representación o copia de la realidad. El amor, además, se vale de la memoria para que el sujeto reviva la presencia de la amada, incluso en ausencia, de manera que la distancia del objeto amado no logra alterar ni disminuir el efecto del amor, sino que, por el contrario, lo refuerza, en tanto que "como un retrato, la imagen mental trae a la mente a alguien que, por definición, no está presente y su función en estas circunstancias es la de recordar o regresar a nosotros su original"(Mary Carruthers).[14]

[13] Michel Lauwers comenta que a lógica da acumulação de ritos relacionados à morte, nos séculos XIV e XV, "está presente na profusão de imagens figurativas de cenas de funerais e de sepultura que invadiram os livros de devoção pessoal. Os temas macabros, representações de corpos em decomposição e estátuas jacentes desencarnadas, destinadas a provocar medo, a incitar o arrependimento (como o faziam as numerosas 'artes de morrer', amplamente difundidas a partir de meados do século XV), mostram também um novo pavor diante da perda da individualidade. Talvez representasse o protesto de uma sociedade diante da solidão e do abandono". Para o autor, a chegada da Reforma Protestante marcou um rompimento com os ritos católicos, "mas, paradoxalmente, em certo sentido ela completou as lentas transformações em marcha nos últimos séculos da Idade Média: a partir de então, os vivos e os defuntos pertenciam a mundos distintos, separados." LAUWERS, Michel – "Morte e mortos". Trad. Eliana Magnani. In *DICIONÁRIO Temático do Ocidente Medieval.* Bauru/São Paulo: EDUSC, 2003, Vol. II, pp. 258-259.

[14] CASTRO RODRÍGUEZ, María Luisa – "Las potencias animadas son de su poder quitadas". In *Avatares y perspectivas del medievalismo ibérico.* San Milán de Cogolla: CELENGUA, 2019, (pp. 1039-1054), p. 1041-1042.

Os tropos e as figuras retóricas ligadas ao amor

Como dito supra, o amor cortês prevalece no *CGGR*, mas mostra, já, uma evolução neste sentimento – tanto em termos do conteúdo desenvolvido pelo poeta amante, quanto na forma inovadora que agora ele o expõe. Nesta seção, proponho elencar os recursos retóricos usados pelos poetas palacianos que se valem de elementos eruditos propostos por retores antigos e coetâneos. Além de uma breve exposição dos tropos e figuras, passo em seguida a apresentar versos e estrofes em que esses recursos são aparentes (no máximo cinco para cada um/uma, exceto nos registros em que a extensão não o permite, cujos exemplos se explicam por si sós). Note-se que tomei esses nos poemas de formas mistas, apesar de que, é muito claro, eles aparecem em toda a compilação.

A *amplificatio*, em toda a poesia medieval, é uma das recorrências de maior destaque, uma vez que o exagero ou atenuação parecem fazer parte da mentalidade do poeta. Já Aristóteles comentava que "de los argumentos comunes el más familiar a los discursos de exhibición es la amplificación"[15]. O amor que o poeta sente é o maior de todos, bem como o sofrimento extremado que lhe causa a *impossibilia* de possuir seu objeto, por motivos dos laços sociais, hierárquicos – quando, por exemplo, ama a senhora de seu senhor, ou ainda porque a dama o despreza –a *dame sans merci*, ou também por estar distante daquela que quer bem. Mas não se restringe a figura às questões amorosas – tudo é pretexto para engrandecer um objeto, um fato, um sentimento.

Quintiliano deixou a hipérbole para o fim de seu Livro VIII; é para ele uma elegante forma de alterar a verdade e pode ser usada de variadas maneiras: pode-se dizer mais do que os fatos em si; pode-se exaltar o tema através de um símile ou por comparação; ou dando indicações e mesmo empregando-se uma metáfora[16]. Pode-se incrementá-la adicionando a ela outra; seu inverso, a atenuação, é usada da

[15] ARISTÓTELES – *Retórica.* Intr., trad. y notas Alberto Bernabé. Madri: Alianza, 2005 (Clásicos de Grecia y Roma), Livro II, 18, p. 190. Maria do Amparo Tavares Maleval aponta a amplificação como recurso maior do discurso epidítico. MALEVAL, Maria do Amparo Tavares – "Da Retórica medieval". In MASSINI-CAGLIARI, Gladis (Org.) *et alii – Série Estudos Medievais 1: Metodologias*. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho Estudos Medievais da ANPOLL, 2008, p. 4.

[16] QUINTILIAN *Institutio Oratoria*. With An English Translation. Harold Edgeworth Butler. Cambridge, Mass: Harvard University Press; London: William Heinemann, Ltd. 1922, VIII, VI, online.

mesma maneira que o exagero.[17] Adverte, no entanto, para o fato de que certa proporcionalidade deve ser observada, pois "although every *hyperbole* involves the incredible, it must not go too far in this direction, which provides the easiest road to extravagant affectation", e, dessa forma, "our audience may refuse to believe"; mas pondera que a "*hyperbole* will often cause a laugh"[18]. Complementa, dizendo que

> *Hyperbole* is employed even by peasants and uneducated persons, for the good reason that everybody has an innate passion for exaggeration or attenuation of actual facts, and no one is ever contented with the simple truth. But such disregard of truth is pardonable, for it does not involve the definite assertion of the thing that is not. *Hyperbole* is, moreover, a virtue, when the subject on which we have to speak is abnormal. For we allowed to amplify, when the magnitude of the facts passes all words, and in such circumstances our language will be more effective if it goes beyond the truth than if it falls short of it.[19]

Edmond Faral comenta que o termo "amplificação" vem de longe, já era empregado pelos retores da Antiguidade, mas na Idade Média adquire uma acepção nova – desenvolver, alongar uma matéria. Em Geoffroy de Vinsauf, Évrard l'Allemand e John de Garlande afirmam que "l'amplification est la grande chose" e dela existem oito processos: *interpretatio* e *expolitio*, *perífrase*, *comparação*, *apóstrofe* (e seus ornamentos: *exclamatio, conduplicatio, subjectio* e *dubitatio*; e suas variedades: *exclamatio, conduplicatio, subjectio*, *dubitatio* e *interpretatio*, para Garlande), *prosopopeia, digressão, descrição* e *oppositum*.[20]

Heinrich Lausberg comenta que a função principal da amplificação do discurso ou do pensamento é o aumento (vertical).

> A execução deste aumento vertical pode dar como resultado um alargamento (horizontal) da expressão. Portanto, o que verticalmente se aumenta é a

[17] QUINTILLIAN - *Institutio Oratoria*, VIII, VI.
[18] QUINTILLIAN - *Institutio Oratoria*, VIII, VI.
[19] QUINTILLIAN - *Institutio Oratoria*, VIII, VI.
[20] FARAL, Edmond – "La disposition". In FARAL, Edmond – *Les arts poétiques du XII.e et du XIII.e XIII.e siècle. Recherches et documents sur la technique littéraire du Moyen Âge*. 1. ed. Paris: Skalatine/Campion, 1982, pp. 61-62. O estudioso trata especificamente da *amplificatio* medieval no capítulo II, páginas 61-85.

> matéria do discurso ou de um pensamento, que serve para o seu tratamento, facto esse que geralmente acarreta um alargamento da formulação linguística;

por outro lado, chama-se a *amplificatio* que diminui *minutio*, *attenuatio suspicionis*.[21] Explica, ainda, que o mais elevado grau da vivência de valor é a *sublimitas* – estilo sublime que emprega palavras e expressões elevadas, enérgicas ou veementes, próprias para dar força e grandeza aos pensamentos e que, dessa forma, amplificação é "discurso pelo qual se engrandece o assunto de que se trata, ou seja, desenvolvendo-o mais, ou adicionando-lhe ornatos, argumentos etc., ou exagerando"[22]. No tocante à execução, Lausberg distingue quatro *genera amplificationis*: *incrementum, comparatio, ratiocinatio, congeries*,[23] alguns dos quais pode-se encontrar no *CGGR*.

Casas Rigall comenta sobre a *superlatio* a qual, além de ser uma metáfora vertical pode ser também gradual; no cancioneiro amoroso é o amor hiperbólico que raia ao paroxismo. Dá como exemplos uma hipérbole do "indizível", quando o poeta não encontra palavras para ponderar seu estado de ânimo; o "sobrepujamento", quando o poeta usa como comparação aquelas pessoas que superaram a outras nessa matéria ou quando a dama é comparada aos feitos dos deuses, como nos casos de um "*exemplum* mitológico", quando a dama é a mulher mais bela, e ele o mais desgraçado, ou ainda quando a beleza da dama é uma obra de Deus[24]. O mesmo ocorre quando a dama é obra perfeita da Natureza ou ainda de Deus em conjunto com aquela[25]; as virtudes da dama ou os sofrimentos do amador relacionados a

[21] LAUSBERG, Heinrich – *Elementos de Retórica literária*. Trad. R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966, p. 106.
[22] LAUSBERG, Heinrich – *Elementos de Retórica literária*. pp. 106-107.
[23] LAUSBERG, Heinrich – *Elementos de Retórica literária*. pp. 107-109.
[24] María Rosa Lida de Malkiel dedicou boa parte de seus estudos a essa tópica; num deles comenta: "la Creación elude la condena ascética al ser admirada como obra de Dios; su belleza, lógicamente no suscita en elogio directo, sino la bendición de su Creador. Tal actitud, estrictamente fiel a la tradición, implica un delicado equilibrio que, en contexto amoroso, es fácil romper a favor de la criatura – afirmando, por ejemplo, que la hermosa está hecha con las manos mismas de Dios, o es su obra maestra, que no podría repetir, etc." LIDA DE MALKIEL, María Rosa – *Estudios sobre la Literatura Española del siglo XV*. Madri: Ed. José Porrúa Turanzas, 1977, p. 206.
[25] "El ENLACE de Dios y Natura (al cual se agrega a veces Amor, al modo provenzal [...], a veces el arte o ingenio) es un concepto favorito de Petrarca, por ejemplo, en la *Canción LXXIII*: 'Poi che Dios e Natura et Amor volse / locar compitament ogni virtute / in quei be' lumi ond'io giocoso vivo'; en los *Sonetos CXCIII*, que acaba: 'Allora insieme in men d'un palmo appare / visibilmente quanto in questa

situações sacras denominam-se "hipérbole religiosa", em que o poeta se vale de um *exemplum* para referir-se à dama. Há ainda a *amplificatio* numérica em que a multiplicação é a referência, além daquela que o estudioso cita como exemplo o do poeta que considera a amada uma "dame sans merci" – a tão grande beleza dela é comparada à sua também grande crueldade[26]. Dos exemplos no *CGGR*, a **hipérbole numérica** é a mais recorrente:

> Y a quien dezir devria / halhome tan temeroso / *que mil vezes en el dia* / dezirle mi mal podria, / ojos tristes, y no oso. (*CGGR*, 140, I);
>
> Dond'estás que no te veo, / ¿qu'es de ti, esperança mia? / A mi que verte deseo / *mil anhos se me faz ũ dia*. (*CGGR*, 192, I);
>
> Y con esta turbacion / *do mil consejos rodeo*, / que te fuya mi passion / me concluye la razón... (*CGGR*, 192, I);
>
> *E posto qu'haja mil anos* / que nom chego a vos olhar, / nom creais que ham-d'acabar / sem a vida meus enganos. (*CGGR*, 462, II);
> Per ventura com mudança, / *como mil vezes se ordena*, / prazer se troca por pena / ou outra maior s' alcança. (*CGGR*, 462, II).

Há muitas recorrências à *amplificatio* ligada ao **tempo** (horas, dias, anos), como nos exemplos:

> - ¿Do está la mi senhora? / *No biviree sola un'hora*, / cierto es que moriree. (*CGGR*, 141, I);
>
> *No reposo noche e dia*, / em todo lo despoblado / no puedo caber coitado. (*CGGR*, 395, II);
>
> Mas é tamanho o mal meu, / ũ *ano e meio ha agora*, / *que sam sandeu* / por ũa minha senhora, / que nunca me quis por seu. (*CGGR*, 573, III). Nesse poema, em especial, a hipérbole se dá em grande medida com palavras relacionadas ao tempo;
>
> Saiba-se que digo [eu] / *cada dia e cada hora* / que nam sam meu, / mas sam todo da senhora / Dona Felipa d'Abreu. (*CGGR*, 573, III);

---

vita / arte, ingegno, Natura e'l ciel po fare'". LIDA DE MALKIEL, María Rosa – *Estudios sobre la Literatura Española del siglo XV*. Madri: Ed. José Porrúa Turanzas, 1977, p. 220.

[26] Casas Rigall trata de todas essas hipérboles em CASAS RIGALL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero.* Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1995, pp. 114-119.

> Será primeiro o meu, / *que ja nunca tem ũ hora* / de descanso polo seu / daquesta nossa senhora / Dona Felipa d'Abreu. (*CGGR*, 573, III).

Um exemplo de amplificação por ***incrementum***, verifica-se em:

> *Triste ¿que seraa de mi?* / que miree tu gran beldad, / que temo desque te vi / no pierda la libertad. (*CGGR*, 139, I).

Algumas dessas figuras usam a **gradação** para amplificar o estado de espírito do poeta; aproxima-se da *congeries* comentada por Lausberg:

> *Siempre mi pena empeora*, / *siempre crece mi cuidado,* / pues sin vos desventurado / *no biviree sola un'hora*. (*CGGR*, 141, I);
>
> E mui cubertas de luto / mostrareis, senhoras todas, / gram sentido, / *chorareis por mi mui muito*, / oulhai bem pera que vodas / vos convido. (*CGGR*, 216, II);
>
> *No reposo noche y dia*, / *momento, punto ni hora*, / ni bivo como queria, / porque la ventura mia / *sempre mi mal empiora*. (*CGGR*, 395, II).

O poeta ainda amplifica seus sentimentos em relação ao **espaço físico** ou por extensão deste:

> No puedo caber coitado / *en todas estas montanhas*, / todo ando afortunado, / muy ardido y debrasado / del fuego de mis entranhas. (*CGGR*, 395, II);
> Por nam cair em certeza, / nam falo na fermosura, / em manhas nem gentileza, / *pois daqui atee Veneza / nam naceo tal criatura*! (*CGGR*, 574, III). O exemplo também se liga à questão do sobrepujamento;
>
> *Todos meus dias perdi / em buscá-la, / Castela, França corri, / outras mil terras que vi, / sem achá-la*. (*CGGR*, 575, III). Além de espaço, liga-se a figura à numeração e à gradação, aproximando-se da *congeries*.

O amor provoca no poeta uma total **desalienação** que o faz perder a razão ou a si mesmo:

> *Y ando loco sin seso*, / deseoso sin ventura, / *de mil passiones aceso* / todo mi plazer despeso. (*CGGR*, 192, I). Neste exemplo, a hipérbole numérica é resultado de um amor que deixa o poeta louco, tanto que aumenta o sentido de loucura pela sinonímia "sin seso";

Mis cuidados som crecidos / desd'el dia que os *vi*, / pues en *veros* me perdi. (*CGGR*, 441, II);

Meu mal remedio nam tem, / a dor disto é desigual, / mas em mim nam ha mais bem / que esperança de seu mal. (*CGGR*, 574, III).

Não é incomum o exagero estar ligado à **morte**:

Eu vivo *tam* enleado / com *tam* mortais desfavores, / que ando maravilhado, / e pasmado, / *porque me mato d'amores*. (*CGGR*, 573, III);

Se ja nam fora tomado / *d'amor mortal* que me tem, / segundo pareceis bem, / cos vossos fora contado. (*CGGR*, 573, III).

São exemplos de hipérboles por **sobrepujamento**:

Esta tem mais perfeiçam / de quantas no mundo sento, / polo qual, que de paixam / é sofrida com rezam / por seu gram merecimento. (*CGGR*, 573, III);

Est'ee o cabo dos louvores / que a dama se podem dar: / minha senhora a louvar, / *sendo a maior das maiores*. / Oo que *primor de primores* / ũa dama tam fermosa / louvar a gram Perigosa! (*CGGR*, 574, III);

Ũa me parece bem, / nam sei se dizeis por ela, / que se bem quiserdes vê-la, / nam vos lembraraa ninguem. / Tanta jentileza tem, / tam fermosa é, quando quer, / *qu'ee muito mais que molher*. (*CGGR*, 582, III). Em sendo muito mais do que mulher, a dama é comparada a uma deusa.

Hipérboles em que a dama é uma **obra prima feita por Deus**:

A vós soo quis Deos fazer / desigual em fermosura, / por nos dar a nós tristura / e [a] nossos olhos prazer. (*CGGR*, 436, II);

Fermosura tam sobeja / lhe deu Deos qu'antre nós / que nam sei quem na bem veja / que nam diga como vós. (*CGGR*, 573, III);

Novos modos de dizer / se deviam de buscar, / *pois que Deos pera a fazer / trabalhou polos achar*. (*CGGR*, 574, III);

Porque quem em vós falar / pode muito bem dizer, / sem errar, / que *soo Deos tem o poder, / senhora, de vos louvar*. (*CGGR*, 580, III). Observe-se o poder que tem também a dama, pois só Deus a pode louvar;

> S'esta senhora vos veio / mostrar seu parecer, / *[f]oi porque houve Deos receo / de O ela preceder* / e a lá quisesse ter. (*CGGR*, 580, III). A audácia – parodiando Quintiliano ao definir figura – do poeta revela-se no receio divino em relação à dama.

Exemplo em que a dama é uma **obra prima feita pela Natureza**:

> Que saber que sabe nada / conhecer-se sem poder / i isto tanto saber / *ca ind'estaa por nacer / pessoa tam acabada*. (*CGGR*, 580, III).

Hipérbole da "**dame sans merci**":

> Como saarará meu mal / quem folgou de mo fazer / e folga de me perder, / cuidando que pode ser, / devendo de cuidar al? / E por mais certo sinal, / *enquanto vida tiver, / nom verei outra molher*. (*CGGR*, 582, III).

Quando se refere à *amplificatio*, Lausberg diz que, enquanto uma sucessão de acontecimentos ainda não está terminada, os afetos "**esperança e medo**" (*spes et metus*), que têm um grau reduzido de violência, pertencem ao *pathos* (na tragédia, na comédia, na narração).[27] No exemplo que segue, parece-me uma amplificação como a descrita pelo estudioso:

> *O temor demasiado / do mal que por mim s'espera* / me faz que ja o quisera / ter passado. / E faz-me que minha vida / nom descansa nem repousa, / com desvairos d'ũa cousa. (*CGGR*, 578, III).

Nesta breve mostra da *amplificatio*, *superlatio* ou simplesmente hipérbole – quando se intensifica um sentimento, principalmente na matéria aqui apresentada – a da temática amorosa, percebe-se que os palacianos não mediram esforços para intensificar seu sofrimento. Raramente este sentir é de regozijo, alegria. Se se pensar que a expressão se dá em relação a qualquer parte do eu poético, externa ou interna, a figura tende a manifestar um ser completo que sofre. Ora através dos olhos e

[27] LAUSBERG, Heinrich – *Elementos de Retórica literária*. p. 106. Difere-se da *ratiocinatio* discriminada na *Retórica a Herênio*, o "razonamiento interrogativo" – a figura que nos faz perguntar a razão de tudo o que dizemos e com a qual nos pedimos constantemente uma explicação de cada uma de nossas afirmações. CÍCERO – *Retórica a Herênio.* Introd. Trad. e Notas de Salvador Núñez. Madri: Ed. Gredos, 1997 (Biblioteca Clásica Gredos, 244), p. 248.

ouvidos, ora através da mente que o leva à sandice, à desalienação ou ao desejo de morrer. Essas expressões pontuadas com exagero pelo poeta aparecem de forma linear ou gradativa, esta, parece, incrementa a dor. Em qualquer espaço físico, essa dor se manifesta, o que lhe faz um ser estranho – pelo menos para si mesmo – que, logo, se sente perdido. Também de uso frequente, é a da prosopografia de sua dama: ora uma obra prima de Deus, ora da Natureza, que, talvez a transforme numa *dame sans merci*, logo, provoca o sofrimento do eu lírico. É óbvio que, em se tratando do amor cancioneiril, o resultado da coita é a morte ou o desejo de morrer, o que leva a se relacionar este desejo àquele cantado nas cantigas de amor trovadorescas. Enfim, como diz Quintiliano, todos temos uma paixão inata pelo exagero – e pela atenuação – pois ninguém está contente com a simples verdade.

Casas Rigall comenta que a **metáfora**, "transferencia trópica por analogía", pertence ao âmbito dos *verba singula* e é constituída por uma palavra isolada ou, valendo-se de Lausberg, por uma construção perifrástica; diz ainda que "cuando el proceso trópico-analógico sea sostenido a través de dos o más asociaciones de idéntico dominio semántico se hablará de alegoría o *permutatio*"[28]. O estudioso elenca cerca de vinte espécies dessas metáforas, uma vez que sua pesquisa se centra nos cancioneiros de amor, muitas das quais podem ser encontradas no *CGGR* e serão elencadas em seguida.

Metáforas relacionadas aos **olhos**[29]:

> Culpa bienaventurada, / senhora, devo lhamar / a la que em os mirar / *tiene mi vista turbada*... (*CGGR*, 441, II). A vista é turvada pelas lágrimas do poeta amante;
>
> Ainda que s'isto faça / pera m'a mim soo matar, / quem nam ha-de perdoar / *olhos de garça*? (*CGGR*, 572, III).

[28] CASAS RIGALL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero*, pp. 67-68.
[29] João Adolfo Hansen diz que "na poesia da agudeza, uma coisa ou tópica da invenção pode ser significada por meio de três espécies de signo e relações: 1ª. por mera convenção; 2ª. pela relação de inclusão ou sinédoque entre a coisa significada e a significante; 3ª. pela semelhança entre elas." A metáfora dos olhos entraria na espécie de relação por mera convenção, pois "propõe-se a relação arbitrária de signos que inicialmente não tem relação." O estudioso dá como exemplo o cristal, "que pode significar qualquer coisa lisa, transparente, úmida, fria ou líquida"; entre estas coisas estão os olhos. HANSEN, João Adolfo – "Retórica da Agudeza". *Letras Clássicas*. São Paulo, , 4 (2000), pp. 317-342, p. 300.

Estudos sobre a ação dos olhos no conceito de amor na Idade Média são muitos. Faço uso de interessante artigo (2021) de María Teresa Miaja de la Peña em que diz sobre os sentidos emanados pelos olhos (e ouvidos, como se verá):

> el acto visual cumple una primordial función en la que se planta la semilla del deseo, de la elección y, a través del oído, germina la aceptación y la entrega. De ahí que se haya llegado a destacar la presencia de referencias a la visión y a la mirada, y al oído y al peligro de escuchar en la literatura medieval. Procesos descritos como enamoramiento *ex visu* en el que la atracción nace al ver una imagen, un retrato de la dama o ella misma, tópico frecuente en este tipo de obras y en otras que tratan del *amor hereos*[30]. Deseo y pasión incontenibles que entran por los ojos antes que por cualquier otro sentido, en tanto el amor entra al alma del amado por los ojos[31].

Metáfora relacionada ao **coração**:

> - *O coraçam se me faz / em pedaços*! / E canta mui entoada / esta letra que no coos / traz cosida: Da morte sam lastimada, / porque sempre contra vós / fui na vida! (*CGGR*, 216, II).

Metáforas **carcerárias**:

> Triste ¿que seraa de mi? / que miree tu gran beldad, / que temo desque te vi / *no pierda la libertad.* (*CGGR*, 139, I);

[30] Massimo Marini diz que "el *amor hereos* es un tópico cuyo origen se puede rastrear en la literatura de la Grecia clásica. Aristóteles fue el primero que, con su sistema de filosofía natural, dio forma científica a la doctrina de la enfermedad de amor. Al considerarlo una dolencia que afecta tanto al cuerpo y al alma, Aristóteles aborda la cuestión de la pasión amorosa desde un punto de vista físico y mental. El deseo sensible médico-filosófica fue retomada por Galeno y por médicos bizantinos como Oribasio y Pablo de Egina, llegando después a los sirios y a los árabes, los cuales a su vez influyeron en escritores médicos de las escuelas de Salerno, Montpellier y Bolonia. Al lado de esta tradición científica se desarrolla una tradición paralela de carácter literario, que empieza a compenetrarse con las nociones médicas, especialmente durante la Edad Media. En la íntima conexión entre cuerpo y espíritu típica de la época -que asimismo se debe en buena medida al aristotelismo- se basaba la justificación científica de este doble efecto psico-fisiológico de la *aegritudo amoris* como patología." MARINI, Massimo – "Los tópicos del mal de amor y de la codicia femenina en dos poemas del Ms. Corsini 525". In *Avatares y perspectivas del medievalismo ibérico.* San Milán de Cogolla: CELENGUA, 2019, (pp. 1153-1166), pp. 1161-1162.

[31] MIAJA DE LA PEÑA, María Teresa – "'Trayes los omnes çiegos, que oyen tus loores'. La función de los sentidos en el cortejo amoroso en el *Libro de buen amor*", p. 607.

> Y con esta turbacion / do mil consejos rodeo, / que te fuya mi passion / me concluye la razon, / *mas al fim cativo creo, / segum el luengo cimiento* / del gran amor, que me guía… (*CGGR*, 192, II);
>
> *Que nam vos fez Deos fermosa* / pera matar nem mateis, / mas quanto mais poderosa / *deveis ser mais piadosa / cos cativos que prendeis*. (*CGGR*, 564, III);
>
> Bem vejo o risco que corro / *naqueste meu cativeiro*, / mas sam seu tam verdadeiro, / qu'inda que me dêm dinheiro / *nam quero dele ser forro*. (*CGGR*, 582, III). O poeta expressa certo masoquismo, pois, pela metáfora, quer ficar preso no amor.

Metáforas relacionadas à **morte**:

> Leixeis-nos toda trestura / levais-nos toda alegria, / ditosa foi a ventura / *de quem vio a sepultura* / primeiro que tam mao dia. (*CGGR*, 171, I);
>
> Por isso ũu saimento / me façam, pois que *fez fim / meu conforto, / ataude e moimento*, / os sinos dobrem por mim, / que sam morto. (*CGGR*, 216, II);
>
> É rezam que vos lembreis, / pois ver-vos nam nos deixais, / senhoras, *que perdereis / as vidas que nos tirais*. (*CGGR*, 571, III);
>
> *As vidas seram perdidas*, / nós seremos os guanhados, / pois que sendo vós servidas / nos livramos dos cuidados. [...] / Oo, nam nos desempareis, / oo senhoras, nam percais / todo bem que nos fazeis / p[o]is que vendo nos matais! (*CGGR*, 571, III). Esse poema todo é calcado nas metáforas colocadas nos últimos versos de cada estrofe e do mote;
>
> Grande mercê quis fazer / só a quem quis descobrir */ a groria que é perder* / *a vida por vos servir*. (*CGGR*, 579, III). Neste exemplo, há também metáfora feudal realizada pelo verbo "servir".

Metáforas relacionadas ao **fogo**, em poema amoroso:

> Nom me es tu, coraçam, / *no seo menos que brasa*, / buscas minha perdiçam / *e es-me nisso um ladram* / *que sab'os cantos da casa*. (*CGGR*, 179, I);
>
> Sam por ela tam perdido / e por seu gram merecer, / que, a meu ver, / *da chaga que sam ferido* / jaa nom posso guarecer. (*CGGR*, 573, III).

Metáforas **bélicas**:

Comigo mismo guerreo, / si desamar te podria, / *mas al fim cativo creo / quedar de tu senhoria*. (*CGGR*, 192, II);

Em tudo nova maneira / tomou meu bem d'acabar, / em *levantando a bandeira*, / comprio logo de *baixar*. (*CGGR*, 576, III). O termo "levantar bandeira" significa "tomar partido", "mover guerra"; em sentido figurado significa "vencer, conseguir o seu intento, como quem vai escalar praça murada"[32]. Percebe-se nestes versos uma alegoria, neste caso "breve";

Que perder a liberdade / que tinha quem a mim tem / nam sei como nem por quem / a tantos faz crueldade. / É *guerra grande, inteira*, / qu'a mim haa-de *guerrear*, / pois *fui levantar bandeira*, / que comprio logo abaixar. (*CGGR*, 576, III). Quanto à primeira metáfora, liga-se à "carcerária"; quanto à segunda, veja-se o exemplo anterior.

Metáfora **pictórica**:

Toda fermosa nacida / ha-de morrer de tristeza, / *pois toda arte de lindeza* / soo de vós é possoida. (*CGGR*, 436, II).

Metáforas **gastronômicas**:

Quant'eu goosto de vos ver, / a face vo-lo diraa / e no talho se veraa / o que engordo com prazer. / *Nem assado, nem cozido, / nem manjar que me fizera / ser mais ancho que comprido, / se vos eu nam conhecera*. (*CGGR*, 568, III);

Sam tam altas d'entender / *as duçuras qu'em vós jazem*, / que se nom podem dizer / em quantas trovas se fazem. (*CGGR*, 569, III). A metáfora, neste exemplo, é sinestésica.

Metáforas ligadas às **enfermidades** provocadas pelo amor:

Meus olhos sam agravados / da vida que têm tomada / e nam podem ser curados / *senam com agua rosada*, / o que nam lh'aproveita nada, / porque sam de tal feiçam / *que me dá muita paixam*. (*CGGR*, 572, III);

[32] DIAS, Aida Fernanda – *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende – Dicionário (Comum, Onomástico e Toponímico)*. Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003. Volume VI, p. 110.

> *O remedio dos vencidos / é a causa de seu mal*, / sendo com'esta qu'ee tal / qual nunca viram nacidos. (*CGGR*, 574, III).

Metáforas **feudais**, geralmente centradas no verbo "servir" e suas flexões ou derivações:

> Si el que más te *servir* / com fee, amor y lealtad, / mayor pena ha de sofrir, / por mi mal puedo dizer / que miree tu gran beldad. (*CGGR*, 139, I);
>
> De quantos vossa crueza / tem lançados a perder / e vidas fazeis sofrer / tristes mais que a tristeza, / por se mais vingar de vós / quem mais *servida* vos tem, / que milagre faria Dios / se penasseis por alguem. (*CGGR*, 180, I);
>
> Ansi qu'esta mi tristura, / ansi que los mis pecados, / ansi que mi desventura, / ansi que tu desmesura, / ansi que los olvidados / tus prometimientos vanos / y falsos y desleales / ma haran morir a tus manos, / pues juzgas por tan livianos / *mis servicios desiguales.* (*CGGR*, 414, II);
>
> Pois isto que Deos vos deu / nos podeis tirar nũ hora, / é sandeu / *quem vos nam serve*, senhora / Dona Felipa d'Abreu. (*CGGR*, 573, III);
>
> Quem bem tiver na memoria / toda sua gentileza, / é cousa muito notória / haver por grande vitoria / *sofrer por ela tristeza*. / Polo qual m'afirmo eu / que qualquer que se namora / é sandeu, / *se nam serve a senhora* / Dona Felipa d'Abreu. (*CGGR*, 573, III).

Metáforas relacionadas às **navegações;** conforme Lausberg, este tipo de metáfora é alegórica e é comum da *consuetudo* escrita e/ou oral[33]; Casas Rigall usa a expressão "metáfora marítima"[34], para designar esse tipo de metáfora. Segundo Dulce Faria Paiva, há no *CGGR* emprego bem variado de recursos estilísticos, notando-se, em algumas composições, muitas metáforas de origem náutica, talvez por influência do ambiente histórico, pleno de notícias relacionadas às conquistas ultramarinas.[35]".

> *El qual es seguro puerto* / de lembrança tan sentida, / galardam, descanso cierto, / que tarda por no ser muerto. (*CGGR*, 282, II);

[33] LAUSBERG, Heinrich – *Elementos de Retórica literária*, p. 247.
[34] CASAS RIGALL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero*, p. 79.
[35] PAIVA, Dulce de Faria – *História da Língua Portuguesa. II. Século XV e meados do século XVI*. São Paulo: Editora Ática, 1988, p. 31.

> *Como quem naveg'aa toa* / *contra vento vai d'espaço*, / assi vai minha pessoa / *na vossa pondo a proa*, / *temendo dar no adarço*. (*CGGR*, 535, III);
>
> Cuidar em dar-vos louvores / *é lançar agua no mar*, / sem jamais nunca chegar / *a vossos grandes primores*. / Mas sei que quem bem sentir / fará o qu'hei-de fazer, / *qu'ee morrer por vos servir / e sem isso nam viver*. (*CGGR*, 579, III); Além da metáfora ligada às navegações, observe-se a metáfora da beleza feminina e a da morte;
>
> Mas porem nam na quis dar / tam barato qu'escusasse / de passar, quem na buscasse, / *grandes tormentos d'amar* / *antes qu'a porto chegasse.* (*CGGR*, 579, III).

Metáfora **arquitetônica**:

> Senhora graciosa, discreta, eicelente, [...] perfeita bondade, inteiro enxempro, sogeita à verdade, verdadeiro tempro virtude vos acha consigo costante. (*CGGR*, 45, I). Neste poema todo, um labirinto em forma de esparsa de palavras, o coudel-mor Fernão da Silveira vale-se da metáfora da beleza e da crueldade da dama e, nos últimos versos, compara as virtudes dela a um templo.

Para Jean Cohen, "o recurso fundamental de qualquer poesia, o tropo dos tropos, é a metáfora sinestésica, ou semelhança afectiva"[36]. A **sinestesia** é, de acordo com Casas Rigall, uma "suerte de metáfora que radica en una transposición sensorial"[37], valendo-se dos estudos de L. Schrader – consiste, em outras palavras, na fusão de dois ou mais sentidos numa elocução. O estudioso constata que seu uso nos cancioneiros amorosos é restrito e isso se verifica, também, no de Garcia de Resende, como se pode ver:

> Neste *canto dolorido* / desta ausencia que poseo, / *con este negro d'olvido*, / es gran cuidado venido / a mi que verte deseo. (*CGGR*, 192, II);
>
> Nam seria muito mal, / se nam levasseis burel, / ũ chouriço por firmal, / qu'em Portugal / *nam ha tam doce joel*. (*CGGR*, 589, III). "Joel" significa joia, logo fundem-se o visual e o gustativo;

[36] COHEN, Jean – *Estrutura da linguagem poética*. 2. ed. Trad. José V. Aragão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976, p. 186.
[37] CASAS RIGALL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero*, p. 80.

> Levareis por almofada / ũ mui grande camareiro, / em que vades assentada, / perfumada, / pera vós de *lindo cheiro*. (*CGGR*, 589, III);
>
> Quem havia lá, senhor, / d'enventar essa frieza, / senam quem de natureza / *era frio e sem sabor*. (*CGGR*, 597, III);
>
> Nessa vossa fremosura / quem acharaa que dizer, / *pois soes doce para ver* / e todo al é pintura. (*CGGR*, 865. IV).

Casas Rigall ainda comenta que o ***exemplum* literário** não é muito frequente nos cancioneiros que ele analisou – "las tradiciones que, en este sentido, más ilustraciones brindan son el romancero y la narrativa de ficción"[38]. Cita ainda que há *exempla* em que Macias, o arquétipo do amador desafortunado, é o centro das analogias[39], como se pode constatar também no *CGGR*:

> Narciso, *Mancias* morrerão / de soo cuidados vencidos! / Oh, quantos ensandecerão / mui sesudos, que perderão / com cuidados seus sentidos! (*CGGR*, 1, I); Além de Macias, alude o poeta à personagem mitológica de Narciso;
>
> Se o dissesse *Oriana*, / e *Iseu* alegar posso, / diriam quem se engana, / que sospiros sam oufana, cuidado, quebranto nosso. (*CGGR*, 1, I);
>
> Bem posso eu com razam, / por ser dos orfãaos juiz, / aceitar a tal auçam, / o direito assi o diz / nas *Sergas d'Esprandiam.* / E também por nam cuidar / nos meus beens, que se me perdem, / pois ando tam devagar / quero, Senhora, ordenar / qu'esta orfãa nam deserdem. (*CGGR*, 803, IV). Alusão ao 5º Livro de *O Amadis* de Montalvo, cuja primeira edição com as *Sergas* é de 1508. Sergas significa "feito grandioso"; Esprandiam é o filho de Amadis[40].

Outra alusão muito usada é aquela em que se compara um sentimento, geralmente o amoroso, às **navegações**:

> *Como quem naveg'aa toa / contra vento vai d'espaço, / assi vai minha pessoa / na vossa pondo a proa, / temendo dar no adarço.* (*CGGR*, 535, III).

[38] CASAS RIGALL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero*, p. 157.
[39] CASAS RIGALL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero*, p. 156.
[40] DIAS, Aida Fernanda – *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende – Dicionário (Comum, Onomástico e Toponímico)*. vol. VI, p. 636.

A metáfora parece ser a figura mais presente na criação literário, pelo menos. Desde a divinização da palavra e do conceito por Aristóteles, sua recorrência é tão frequente que não se iguala. Seu uso não se restringe ao feito pelo vulgar, pelo contrário, é venerada pelos poetas. Foi significativa a amostragem dela no *CCGR*, apesar de se ter restringida apenas nos poemas de formas mistas. A transferência de um nome para outro – especificamente aqui o sentimento – a metáfora torna-se parte de um discurso poético de enriquecimento da linguagem, propósito primeiro da elocução retórica. Assim como na *amplificatio*, a metáfora se apresenta em vários campos da poética do *Cancioneiro*: ela esconde as lágrimas do poeta amante; destaca-se na visão, no olhar e no ouvido, escondendo o desejo e a paixão incontidos; entra pelos olhos que recebem a alma do amor. Parece claro, então, que essa entrada implica uma reação no coração do amante que, impossibilitado de possuir seu objeto de amor, sofre, assim como sofriam os trovadores antigos. Na questão desse amor expresso pelo poeta, o sentimento torna-se masoquista, pois, metaforicamente, quer ficar preso ao amor. Também a morte e o fogo, como visto em alguns exemplos, são recorrentes no sentimento amoroso. E é através da metáfora feudal que o poeta amante se rende à beleza da dama que o faz servi-la, tendo-a como imagem pictórica do amor.

Também a **alegoria**, assim como muitos outros tropos e figuras, aparece de forma recorrente e em número razoável no cancioneiro resendiano. A mais frequente – não o poderia deixar de ser, uma vez que é a temática preponderante no *CGGR* – é **relacionada ao amor**. O processo do "Cuidar e sospirar" prima por ser a composição em que os ornamentos retóricos são usados em profusão e em agudeza – o próprio gênero, a *disputatio*, e seu discurso especificamente judiciário fazem dele o repositório de grande parte desses artifícios, mais ainda os engenhosos. Estando intimamente ligados, o cuidar e o suspirar, esses sentimentos têm por base a questão amatória. Eivado de *exempla*, conselhos e entimemas, as alegorias desse sentimento são a base de todo o processo, como se pode ver nos exemplos que seguem. Devido à sua característica, a alegoria será exemplificada pela estrofe em sua totalidade; há casos em que é necessária a amostra de mais de uma estrofe, para que se tenha ideia da alegoria, como no caso em que Deus do Amor é conclamado a dar seu o juízo a

favor ou contra o cuidar e o suspirar; a sequência das trovas que aludem ao Deus do Amor resume sua longa participação no processo[41]:

> Deos d'Amor em sa cadeira / cos de seu conselho estando, / vendo Jorge da Silveira / andar com Nuno Pereira / em seus males altrecando, / sabendo qu'esta perfia / ante vós s'aderençava, / quis dar forma todavia / como vossa senhoria / visse o que determinava.

O pronome "vossa" refere-se a Dona Leonor da Silva, juíza do processo; após cientificar-se da "perfia" entre os partidários do cuidar e os do suspirar, seguem-se várias trovas, cantigas e vilancetes, as quais culminam na fala e na sentença do Deus do Amor, em que seu caráter alegórico é realçado. Na estrofe que segue, Nuno Gonçalves, secretário do deus, narra o mal que um homem sofre por amor.

> Estando estoutro dia, / deos d'Amor desembargando, / veo ũu homem que gemia / bradando e se carpia, / dos olhos muito chorando, / dizendo: - Ouve, senhor, / ouve ũu tam grande mal, / ouve ũu tam grande error, / que se faz contra Amor / no reino de Portugal;
>
> *Fala deos d'Amor.*
>
> Deos d'Amor muito espantado / respondeo nesta maneira: / - Fala, fala, mais pausado, / conta-m'o feito passado, / todo bem pela carreira. / Se trazes enformaçam / ou trazes o mesmo feito, / forma nisso petiçam / e descanse teu coraçam, que logo haveras dereito;
>
> *Fala o autor.*

[41] A esse tipo de alegoria, Casas Rigall denomina "alegoria legal." CASAS RIGALL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero,* p. 85. Maria Isabel Morán Cabanas fez um longo estudo sobre a participação da personagem do Deus do Amor no processo do "Cuidar e sospirar", a qual estaria ligada ao próprio D. João II e o recebimento da ordem da Jarreteira obtido por este do monarca inglês Henrique VII em 1489. MORÁN CABANAS, Maria Isabel – *Traje, Gentileza e Poesia. Moda e Vestimenta no* Cancioneiro Geral *de Garcia de Resende*. Lisboa: Ed. Estampa, 2001, pp. 537-541. Jole Ruggieri diz que a corte do Deus Amor "era un'invenzione che i poeti del Portogallo avevano certamente portato dalla Spagna, ove il marchese di Santillana conservava nella sua biblioteca il *Roman de la Rose* e non pochi altri testi francesi, Isabella la Cattolica tre canzoni francesi, ed il Connestabile cento ballate e l'opera di Christine de Pisan. Tradizione francese che già un tempo era stata conosciuta in Portogallo al tempo di Giovanni I, che disse di una canzione di caccia: 'Guilhelm de Machado (Machault) nom fez tam fermosa concordança de melodia.'" RUGGIERI, Jole – *Il canzoniere di Resende.* Genève: Leo S. Olschki, S.A., 1931, p. 42). Quanto à ligação da personagem ao amor cortês, a figura do Deus do Amor é uma recorrência na literatura medieval, como constata Danielle Régnier-Bohler: "A alegoria do deus Amor serve para revelar a submissão ao sentimento que, doravante, é a única razão de viver do poeta." REGNIER-BOHLER, Danielle – "Amor cortês". Trad. Lênia Márcia Mongelli. In *Dicionário Temático do Ocidente Medieval.* Bauru/São Paulo: EDUSC, 2003, Volume I, p. 49.

> E o qual como descreto, / avisado cortesam, / tornando a cor despeto, / acodio logo desperto / co propeo feito na mão. Dixe-lhe: - Senhor, verás / aqui ũu feito muito feo, / dentro nele acharás / cousas bem per que farás / grandes justiças arreo.

Após algumas trovas de "provicaçam"[42] e de "tençam"[43], o secretário recorre a Macias, Tarquínio, Juan de Mena e João Rodriguez de la Camara em defesa do cuidar. As intervenções são longas, feitas por trovas e cantigas. Somente como exemplo, tomem-se a "tenção" de Macias e sua "comparaçam"; isto é necessário pois, no *CGGR*, o sinônimo para "comparação" é alegoria ou símile, como se veem nos diversos exemplos do cancioneiro e nas trovas a seguir; o mesmo recurso é usado pelos outros três poetas a que recorreu o secretário:

> *Põe Mancias sua tençam.*
>
> Sospiros e sospirar, / messajeens d'atrebulado, / o meu mal podem mostrar, / mas nam me podem matar / como me mata cuidado. / Cuidar é ũa negrura / que nam tem consolaçam, / sospiros ũa folgura / qu'aliva minha paixam;
>
> Sospirar nunca sessega, / vai e vem como sezam, / cuidado, despois que pega, / chupando no coraçam, / chupando todo prazer, / tira-lhe toda folgança, / fá-lo todo emnegrecer, fá-lo secar e morrer, / quando tem desesperança;
>
> *Comparaçam.*
>
> Vejo ũa grande fervura, / fervura d'agua viva, / se a panela bafura, / lança fora da quentura, / é certo que logo aviva. / A meu coraçam impiro, / que anda todo em fogo, / que al tem senam sospiro, / que al tem senam respiro, / porque nam se fina logo? Depois de várias "petições", "deferenças" e alegações, Deus do Amor dá sua sentença a favor do cuidado e
>
> *Aqui assina deos d'Amor / a sua sentença.*
>
> Dez mil chagas, dez mil dores, / ũu soo bem com muito mal, / bravos fogos, mil ardores, / mil cuidados matadores / isto trago por sinal;

[42] Conforme Aida Fernanda Dias, o termo entende-se por "publicação. Acto de publicar ou efeito de publicar, de fazer vir a público, de divulgar." DIAS, Aida Fernanda – *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende – Dicionário*, vol. VI, p. 571. Note-se, então, que é termo ligado ao discurso judiciário, assim como muitos recorrentes do processo do "Cuidar e sospirar."
[43] "Tençam" é sinônimo de *exemplum* para os poetas do *CGGR*.

> Selo do coraçam de deos / d'Amor, com que mostra / que sam amores[44];
>
> Ũu fogo que nunca cansa, / ũu amor de meu sentido, ũu fogo que nam s'amansa / ũu mal que nunca descansa, / de secreta dor ferido. / Mil agravos, mil despreços, / mil tristezas, mil cuidados, / mil achaques, mil começos, / mil antojos, mil empeços, / mil tormentos mui dobrados;
>
> No milhor muitos embates, / abrolhos d'agudos pregos, / mil ceumes, mil rebates, / muitas raivas, mil combates, / e os olhos ambos cegos. / Mil desmaios, muitos medos, / esforços desconfiados, / desfavores d'olhos quedos, / muito mais bastos que dedos, / desconfortos magoados;
>
> Mil desdenhos, mil quebrantos, / mil robores, mil vergonças, / mil beocos, mil espantos; / de gemidos sabês quantos? / mil quintaes e dez mil onças! / Mas o lindo namorado / Que lealmente guerrea / tem o grao mais esforçado, / mais limpo, mais esmerado / que comprido a Garrotea;
>
> E despois de acabado / este negro encantamento, / vem ũu bem tam apurado, / ũu prazer tam graduado / em que mil ganha por cento. / Sua dama descaída / com amor mui aficado, / mea morta, esmorecida, / se outorga por vencida / em Galardam do passado;
>
> Em que cobra toda grorea, / toda bem aventurança, / que milhor grorea, que vitorea, / que leixar grande memorea / de tal amor, tal folgança! / Que tam sabido prazer / e tam grande galardam! / Que digo que o entender / destas cinco copras sam / meu selo, meu coraçam.

Nestas cinco "copras" – trovas – expressa o deus sua sentença a favor do cuidar, todas elas representativas da alegoria do amor. Observe-se que a alegoria é também formada por várias metáforas, o que acontece nessas estrofes; todo o desespero do amante está expresso também pela *amplificatio*, centrada em "mil" descrições.

---

[44] Assim comenta Jole Ruggieri sobre o selo do coração do Deus Amor: "Visto su di uno sfondo che molto risente di quello dei numerosi Inferni di innamorati, di cui si compiaceva la romantica sensibilità dei Castigliani, il Dio Amore è proprio quello che nel poema francese *De Venus, la déese d'Amour*, dava all'amante una lettera sigillata con il suo sigillo affinchè la recasse alla dama, che dopo averla letta prometteva di amarlo fedelmente. Lo stesso particolare del sigillo, che nel canzoniere di Resende è ispiratore di parecchi versi, è comune all'altro poemeto francese intitolato *Jugement d'Amour*." RUGGIERI, Jole – *Il canzoniere di Resende*, pp. 42-43.

Como comentado insistentemente, o tema amatório percorre todo o *CGGR*, e creio ser interessante uma pequena amostra de outras alegorias relacionadas ao tema; elas podem ser denominadas "**alegorias breves"**, como registra Lausberg:

> Coraçon desventurado, / tu que siempre me acompanhas, / bivirás desconsolado / vida con las alimanhas. / Las yervas siempre comiendo / mis lagrimas beveree, / mis males siempre gemiendo / tal consuelo me daree. (*CGGR*, 141, I). O poeta evoca o coração e prediz o sofrimento por que passará. Note-se que o "coração desventurado" é perífrase e personificação do próprio poeta;
>
> Amor é conformidade / em toda cousa igual, / ũa gostosa amizade, / amor é ũa vontade / que nam pode querer al. / Amor nam sabe o que quer, / como pode desejar? / Amor nam pode querer / outra cousa senam ser / e em si mesmo estar. / / Desejo é ũu sintir / daquilo que pode ser, / sintir o qu'estaa por vir, / que obriga a servir / esperando merecer. / Como pode esperar / prazer quem por vós padece, / que, se bem nisso cuidar, / nam se pode desejar / cousa que se nam merece. (*CGCGR*, 260, II). Nestas duas estrofes, o amor e o desejo, ambos em estrita relação, são definidos de forma alegórica pelo Conde do Vimioso; observe-se também o uso da *definitio* para indicar o que é amor;
>
> Amorio m'haa robado / mi fuerça com su poder, / hame descanso quitado, / hame todo apartado / de lo que causa plazer. / Hame dado tanta pena / su fuerça y esquevidad / qu'a la muerte me condena / otra voluntad agena / que sierve mi voluntad. (*CGGR*, 395, II). Nesta estrofe – uma das dez de uma trova em décimas –, João Rodrigues de Castel Branco glosa o vilancete-mote de composição alheia, intercalando em cada uma um verso do vilancete; neste exemplo explicita-se a força do poder que o sentimento exerce nos servidores. Ele está personificado nas palavras "amorío", enamoramento, amor[45];
>
> *Alvaro Fernandez / d'Almeida*.
>
> O coraçam, quando tem / cuidado sem outro mal, / parece rezam igual / perguntar donde lhe vem. / Mas o meu, qu'ee sempre triste / e tam mal afortunado, / tem por descanso cuidado. (*CGGR*, 585, III). O poema é um vilancete-mote de Garcia de Resende, em que 13 poetas glosam o "propósito" lançado no mote do vilancete: "Coraçam, coraçam triste, / triste coraçam,

[45] DIAS, Aida Fernanda – *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende – Dicionário*, vol. VI, p. 746.

coitado, quem vos deu tanto cuidado?" No exemplo, o poeta demonstra a conformação por ter em seu coração o mal do amor, tema em que o coração é a causa de todo cuidado;

Dom Pedro de Sousa.

Dama de tal perfeiçam / quem seraa o que nam quisesse, / por penas qu'ela lhe desse, / servi-la de coraçam? / E pois certo é sem par, / hei por cego quem nam assela / que se deve desejar / perder por ela. (*CGGR*, 608, III);

Jorge da Silveira.

Dama que todos aqueixe / se algũ nam traz contente, / desta quero em que me leixe / ser seu sempre firmemente. / Ca mais é pera folgar / de perder por tal donzela / do que é de recear / serviço dela. (*CGGR*, 608, III). Nestes dois exemplos, duas das 30 trovas que seguem uma cantiga em que Francisco da Silveira pede uma resposta ao seu mote: "Faz-se muito recear / de servir ũa donzela, / ver muita gente queixar / sempre dela.", os dois poetas recorrem à alegoria do amor pela perfeição da dama e pelo serviço dela. As respostas começam por 13 damas, que são seguidas por 16 cortesãos, Silveira incluindo; o poeta Dom Carlos responde em duas trovas;

Reposta do Conde do Vimioso.

Quem diz qu'o meu coraçam / é de metal, / anda lonje de seu mal. / / Se metal quereis que seja, / lavra-se com gram fadiga, / funde-se de dor sobeja, / sam seus males sua liga. / Queira Deos qu'alguem persiga / este mal, / que o tem d'outro metal. (*CGGR*, 625, III). Este exemplo é um vilancete em que o Conde do Vimioso responde a Luís da Silveira, o qual comentava sobre o barrete com um coração de ouro que o Conde trazia; o coração de metal é pretexto para três contendores discorrerem sobre o mal do amor.

Como visto nessas alegorias breves o discurso é o da *definitio*. Aviva Garribba escreve interessante artigo sobre essa figura retórica tirada do Ms. Corsini 625 que, apesar de pertencer ao século XVII, traz um poema de matiz medieval do século XV. Sobre o conceito de amor no manuscrito, escreve a estudiosa:

Como se sabe, los poemas que pertenecen al subgénero temático de la definición de amor se caracterizan por su propósito explícito de describir de forma detallada el sentimiento amoroso y sus efectos sobre quienes lo

> experimentan. Los poetas cancioneriles ven en la figura retórica de la *definitio*, constituida por "una suma de perífrasis o metáforas", que constituyen un "instrumento muy apropiado para extraer nuevos matices de viejos conceptos" y la aplican ante todo el Amor y a su casuística, extendiendo a veces esta figura a lo largo del poema entero. La definición de amor, llevada a cabo de forma minuciosa, por un lado aprovechaba las doctrinas sobre la naturaleza del amor como el de Andreas Capellanus, por obras literarias como el *Roman de la Rose* y por la tradición poética provenzal e italiana. Así, pues, todas las definiciones de amor en la poesía castellana[46] del s. XV manifiestan huellas más o menos marcadas de la teoría naturalista del amor que se estudiaba en las aulas universitarias, aunque, en general, sus autores se muestran más preocupados por el virtuosismo formal que por armazón teórico subyacente[47].

Casas Rigall comenta sobre um tipo de alegoria em que o poeta faz um balanço dos gastos que teve com a empresa amorosa, e a denomina de **alegoria econômica**.[48] O poema de formas mistas nº 803, outro processo judicial presente no *CGGR*, é representativo desta alegoria. Vasco Abul, ao ver uma "bailadeira" dançar, apaixona-se por ela e dá-lhe de presente uma "cadea d'ouro", isto é, uma corrente de ouro. No entanto, a moça não quis devolver-lhe o presente. Abre-se, então, um processo em que se julga se o querelante agiu por avareza ou por amor. Sobre esse tipo de alegoria, Maria Isabel Morán Cabanas comenta que

> no lado oposto a toda a beleza da galantaria, ao prestígio que supõe a morte por amor e a todo um código [...] de procedimentos cavalheirescos de origem cortês, por vezes deixa-se entrever nos textos satíricos do 'Cancioneiro' português o poder dos interesses e o carácter meramente prático e realista de certos comportamentos, aparecendo assim os presumíveis amadores fazer contas dos gastos acarretados pelo princípio de liberalidade estabelecendo entre as leis que devem reger no coração apaixonado[49].

---

[46] Obviamente, isso se estende às definições de amor encontradas na literatura portuguesa da época, uma vez que a troca cultural era intensa entre Portugal e Castela. Isso vale, então, para os poemas do *Cancioneiro* de Resende.
[47] GARRIBBA, Aviva – "Una definición de amor en el Ms. Corsini 625". In *Avatares y perspectivas del medievalismo ibérico.* San Milán de Cogolla: CELENGUA, 2019, (pp. 1109-1120), p. 1110.
[48] CASAS RIGALL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero,* p. 81.
[49] MORÁN CABANAS, Maria Isabel – *Traje, Gentileza e Poesía,* p. 457. A estudiosa cita, além do poema em que Vasco Abul é protagonista, os poemas de números 40, 322, 323, 519 e 618, como composições

Vejam-se nas estrofes a seguir, como Vasco Abul narra suas despesas pela paixão a que se deixou levar; o processo todo é eivado de diálogos[50], *exempla* e conselhos:

> Fui lá muito na maa hora / nesta era! / Em hora que nam devera / vi bailar ũa senhora. / - Sei que foram isso brigas... / - Mas cuido que sam pecados! / Bem mereço eu mil figas / e fadigas, / *pois que perco meus cruzados!;*
>
> Ũa gentil bailadeira / d'Alanquer, / fremosa, gentil molher, / me chofrou desta maneira: / por me nam parecer fea, / vendo-a bailar ũ dia, / *lhe mandei por boa estrea / ũa cadea, / qu'eu no pescoço trazia;*
>
> Alexandre foi louvado, / porque foi *mui liberal* / e vós, se fizerdes al, / *podereis ser mui tachad*o. / E pois ja o tendes dado, / dai ò demo este colar, / nam vos deve de lembrar. Começa o poeta com uma alusão a Alexandre, o Grande, quem considera "liberal";
>
> E porqu'isto se navegue / por ũ caminho mui santo, / a cadea se entregue / a est'orfãa entretanto / e o seu nom se lhe negue. / E pera maior firmeza / nomeamos a fiança, / se o manda Voss'Alteza: / *o tesouro de Veneza / qu'ee açaz em abastança.* Observe-se a recorrência a outra alegoria breve – a da navegação – nos dois primeiros versos;
>
> O principio do cimento / assegura a fortaleza, / se o cume tem fraqueza / gerou-se no fundamento. / É errada a qualidade / deste caso na primeira, / vem a tanta variedade, / que na fim e na metade / tem os pés por cabeceira. Gil Vicente, um dos participantes do processo, vale-se de um *exemplum* em favor de Vasco Abul, que teria agido por amor.

Outra alegoria recorrente nos cancioneiros amorosos é a da **beleza da dama**, sempre perfeita, ora como obra de Deus ora como obra da natureza, cujos exemplos

em que se encontram alegorias econômicas, todos analisados no subcapítulo "As dõas e/ou 'invenções de gastadores'"; nenhum deles pertence aos poemas de formas mistas.

[50] Além do citado nas notas anteriores, Maria Isabel Morán Cabanas faz outro estudo pormenorizado desse poema, classificado por ela como um subgênero denominado "diálogo dramático" (*cf.* MORÁN CABANAS, Maria Isabel – *Festa, teatralidade e escrita. Esboços teatrais no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende.* A Coruña: Universidade da Coruña, 2003*)*.

pôde-se verificar nas metáforas[51]. Como alegoria, tome-se a estrofe do poema 569, em que D. Manuel de Meneses canta a beleza da dama que é uma obra de Deus:

> Mostrou Deos este poder / por nos dar dobrada fee, / e em vos assi fazer / nos deu bem a entender / seu poder camanho ee. / E pois se quis esmerar / em vós com todo sentido, / nam deve nenhũ nacido / presumir de vos louvar.

Na mesma linha, cantam os poetas palacianos a **crueldade da dama** (*dame sans merci*). Espécie de hipérbole, a dama é apresentada como causa da perdição do poeta; na cantiga que segue, evoca o poeta Deus, que não quer seja a dama uma homicida, mas permitiu a ele, poeta, perder-se por ela:

> Senhora, no quiere Dios / que seais vos homecida / em ser elh'alma perdida / de quien se perdió por vos. / / Ordenó vuestra crueza / qu'este triste se matasse / en dexarvos y negasse / vuestra fee qu'es su firmeza. / Mas ha permetido Dios / que por mi fuesse valida / su alma y que su vida / se torn'a perder por vos. (CGGR, 300, II).

No segundo exemplo, uma *ajuda*, nova recorrência a Deus. Desta feita, Henrique d'Almeida glosa o mote alheio "que milagre faria Dios" e é ajudado pelo Coudel-mor Fernão da Silveira. A crueldade da dama é realçada tanto na cantiga quanto na *ajuda* pelas antíteses *bem/mal*, quanto pelo raciocínio silogístico, marcado pela conjunção "pois" usada três vezes. Cria-se uma circularidade que prende o mal ao bem que é servir uma dama cruel que só faz viver do mal:

---

[51] Edmond Faral, ao tratar da destinação das descrições, espécie de amplificação, comenta: "La beauté constituant le principal objet des descriptions, ce sont surtout les femmes qu'il conviendra de décrire : c'est la règle que pose Matthieu de Vendôme ; c'est la règle que les auteurs ont observée" ; mais adiante, ao comentar as características das pessoas e os lugares da *inventio*, escreve que, para Vendôme a caracterização que se deve atribuir "à une femme, c'est la beauté, c'est-à-dire l'élégance des formes unie à l'agrément du teint ; ou, si l'on veut louer son honêteté, c'est son sérieux, son éloignement de la frivolité, sa crainte de la légèreté et de la faiblesse des sens." Ao comentar sobre a ordem e o plano das descrições de pessoas, Faral diz que as poéticas medievais estudadas por ele pregavam que "un portrait complet comprend deux parties et traite successivement du physique et du moral [...] Souvent précédée d'un éloge du soin donné par Dieu ou par Nature à la confection de sa créature, elle porte d'abord sur la physionomie, puis sur le corps, puis sur le vêtement; et dans chacune de ces parties, chaque trait a sa place prévue." FARAL, Edmond – "La disposition". In FARAL, Edmond – *Les arts poétiques du XII.e et XIII.e siècle,* pp. 77-80.

> De quantos penam por vós / a que nunca fazeis bem, / **que milagre faria Dios** / se penasses por alguem. / / De quantos vossa crueza / tem lançados a perder / e vidas fazeis sofrer / tristes mais que a tristeza, / por se mais vingar de vós / quem mais servida vos tem, / **que milagre faria Dios** / se penasseis por alguem.
>
> *Ajuda do Coudel-moor.*
>
> Pois pena tam desigual / me fazeis sempre sentir, / pois nam presta nem me val / amar-vos nem bem servir, / pois que tam certo de vós / é dar mal e nunca bem, / **que milagre faria Dios** / se penasseis por alguem. (*CGGR*, 180, I).

Outra alegoria a que se refere o estudioso galego Juan Casas Rigall é a **da morte do amor**: "La 'muerte de amor' constituía una *translatio* muy desgastada: cuando una metáfora está cercana a la lexicalización, su desarrollo alegórico tampoco resulta poéticamente funcional".[52] Veja-se este exemplo do processo do "Cuidar e sospirar", poema misto que abre o *CGGR*:

> Mas posto, nam outorgado, / que com cuidar s'esmoreça, / vejamos: nam jaz folgado / quem nam sente seu cuidado / nem dor grande que padeça? / Pois quando lhe vem a vea / que se torna sensetivo, / sospirar, com que descrea, / lhe dá tanta maa estrea, / qu'é milhor morto que vivo. / / Qu'assi daqui concrudo / que sospirar tem o cume, / e qu'amores tenham tudo, / sospirar pelo meudo / de paixões faz moor velume. / Nam dá vida, mas dá morte, / nem folgar, mas dá tristezas, / sem azar nunca faz sorte, / faz o mal brando mui forte, / todo seu bem são cruezas.

Como dizia Quintiliano, a alegoria é uma metáfora alongada que mostra algo pelas palavras e outro pelas ideias, pelos conceitos, pelos sentidos. Tem afinidade com a parábola e a fábula; no entanto não tem necessariamente uma finalidade didática. As alegorias presentes no cancioneiro resendiano podem compor-se de metáforas ampliadas eivadas de *exempla*, conselhos e entimemas, quando figura prolongada; há as breves que aparecem em textos sucintos, às vezes compondo uma só cantiga. Também como a hipérbole e a própria metáfora, a alegoria amorosa se reveste de elementos identificadores dessa figura, como a *definitio*, a econômica em que tal

[52] CASAS RIGALL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero,* p. 89.

significado material sobrepuja o abstrato do amor; a alegoria da beleza da dama, sempre perfeita, ora como obra de Deus ora como obra da natureza, cujos exemplos pôde-se verificar nas metáforas também, assim como a da *dame sans merci*. Espécie de hipérbole, a dama é apresentada como causa da perdição do poeta, e aparece nas alegorias já desgastadas como a morte do amor, como entende Juan Casas Rigall.

Ao analisar o período, Lausberg refere-se à **prótase** e **apódose**, em dois ou mais colos – sequência vocabular, constituída por mais de três palavras[53]. Casas Rigall comenta que a *compositio* periódica é a conformação sintática dos constituintes menores do discurso; nela a antítese é considerada sob a noção de período. As duas partes ou cola constituintes de um período são a prótase e apódose, que mantêm uma relação de tensão-distensão, cuja base é a antítese[54]. Numa perspectiva gramatical, há dois tipos de *periodus* – o enumerativo e o de membros sintaticamente interordenados; como há vínculos entre as partes, um depende do outro; seriam as coordenadas adversativas e as subordinadas adverbial, concessiva, condicional, causal e consecutiva[55].

Todos esses elementos fazem parte da *argumentatio* – premissas e conclusões, argumentos e contra-argumentos[56]. É reiterante o uso desses artifícios argumentativos no *CGGR*, portanto creio bastar dois exemplos representativos, o primeiro composto por um dos dois vilancetes que encerram as TROVAS QUE MANDARAM O CONDE DO / VIMIOSO E AIRES TELEZ À SENHORA / DONA MARGARIDA DE SOUSA, SO- / BRE ŨA PERFIA QUE TIVERAM / PERANTE ELA, EM QUE DEZIA / AIRES TELEZ QUE NAM SE / PODIA QUERER GRANDE / BEM SEM DESEJAR, / E O CONDE DEZIA / O CONTRAIRO. Pela didascália, já se percebe o clima da *disputatio* revelado na palavra "perfia" e remete ao que Aristóteles e Quintiliano

[53] "O período (*periodus, ambitus, circuitus, períodos;* port. período), como 'construção frásica cíclica (circular)' (*oratio uincta atque contexta, connexa series, katestrammênê lexis*), consiste na união de vários pensamentos (*res*) numa frase, de tal modo que seguidamente a um elemento (*protasis*; port. prótase), que cria tensão (*pendens oratio*), vem um elemento (*apodosis*; port. apódose), que dissolve a tensão (*sententiae clausula*)." LAUSBERG, Heinrich – *Elementos de Retórica literária*. Trad. R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966, pp. 258-266.
[54] CASAS RIGALL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero,* p. 210.
[55] CASAS RIGALL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero,* p. 211.
[56] CASAS RIGALL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero,* p. 214.

comentam sobre os entimemas compostos pelos contrários. Leia-se o vilancete que encerra o poema de formas mistas nº 260:

Meu amor, tanto vos quero
que deseja o coraçam
mil cousas contra rezam. [PRÓTASE]

Porque se vos nam quisesse, [APÓDOSE]
como poderia ter
desejo que me viesse
do que nunca pode ser?
Mas com quanto desespero
é em mim tanta afeiçam
que deseja o coraçam.

O poeta começa o vilancete com uma apóstrofe a coisas abstratas, e os contrários se revelam pela antítese "coração/razão" e pela *amplificatio* quantitativa. Quanto à *compositio* periódica, o mote é, então, a prótase. Segue-se a apódose, com suas características: o período argumentativo inicia-se pela conjunção "porque" e inclui, ainda, para que o argumento seja sutil, uma pergunta retórica (*immutatio syntatica*); a *conclusio* é ainda mais aguda: começa por uma adversativa, e a *immutatio syntatica* se revela na *exclamatio* em que o poeta revela – também pelo processo da *ratiocinatio* – quão desesperado se encontra pelos desejos do coração.

O segundo exemplo é tirado do poema de formas mistas nº 564, DE JOAM RODRIGUES DE LUCENA / AA SENHORA DONA JOANA DE / MENDOÇA, PORQUE LHE / MANDOU A RAINHA / QUE NAM SAISSE / ũS DIAS DA / POUSADA. O poema é composto por uma cantiga, uma balada e quatro trovas e seu gênero é "glosa", uma vez que o poeta faz a cantiga e a glosa; por cabo deste poema, João Rodrigues de Lucena apensa uma trova dirigida à senhora, explicando o motivo – seria em louvor da dama servida.

Senhora, vivei contente,
nam vos dê nada paixão, [PRÓTASE]

porque nam é sem razão [APÓDOSE]
que quem prende tanta gente
saiba que cous'ee prisão.

Porque sabendo a certeza [APÓDOSE DO MOTE]
do mal qu'a tantos fazeis,
nam creo que querereis
usar de tanta crueza
cos cativos que prendeis.
Mas cuido que diferente
sois desta minha tenção
e que sendo solta então
prendereis muita mais gente
e em mais esquiva prisão.

Valendo-se da apóstrofe, no mote, o poeta dirige-se à dama e dá-lhe um conselho, fechando a prótase; no terceiro verso, uma apódose, D. João argumenta por que ela deve viver contente – devido à sua crueldade não só prende os servidores, mas isso a faz também sentir-se prisioneira. A força do *versus cum auctoritate* que fecha o mote dá, não só erudição, mas força argumentativa ao poeta. A apódose da glosa inicia-se pela conjunção "porque", e é reforço da ideia que o poeta lançou no mote quanto à crueldade da dama, o que a faz sentir-se também em prisão – nas entrelinhas, pede a ela que amenize a crueldade dela. Conclui o pensamento com uma conjunção adversativa, que vai contra o que pede e, mais ainda, contra a eficácia de seu pedido à dama – se a dama se soltar da própria prisão potencializará sua maldade e prenderá muito mais servidores – e de maneira pior: "em mais esquiva prisão"[57].

[57] Tanto neste exemplo quanto no anterior (nº 260), vale o comentário de Yara Frateschi Vieira quanto à linguagem da coita amorosa nas cantigas de amor, em que a argumentação persuasiva é parte fundamental. Segundo a estudiosa, a coita de amor "se expressa através de sintaxe complexa, com muita subordinação, abundância de conjunções causais, temporais, conclusivas, adversativas." VIEIRA, Yara Frateschi – *Poesia medieval*. São Paulo: Global, 1987, p. 16.

Considerações finais

Nesse levantamento das figuras usadas pelos poetas palacianos, cuja temática é o amor – aquele expresso na poética dos séculos XV/XVI – principalmente reunidas no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, pode-se perceber quanto eles se valeram dos artifícios poéticos determinados pela Retórica. Apesar de muitas referências e muitos exemplos, a amostra não foi exaustiva, devido ao fato de o cancioneiro ser bastante volumoso e variado, sendo por isso praticamente impossível elencarem-se todos os recursos e processos. No entanto, o que se apurou neste breve parecer serve de base para se estabelecer uma poética.

Para os filósofos e retores antigos, é na *elocutio* que o orador deve centrar-se para convencer e comover seu auditório. Devem, então, valer-se de artifícios que embelezem seus discursos e, para isso, discriminam uma infinidade de recursos retóricos em que a palavra é de primordial importância. Da elocução oratória, na Idade Média em especial, serviram-se as artes poéticas – e obviamente os poetas – para, aliada à rima, à métrica e ao ritmo, ornamentar suas composições.

Sabe-se que os estudos da Retórica não eram desconhecidos em Portugal, tendo sido promovidos por monarcas e encontrados nos mosteiros, os quais recorriam aos textos antigos para a divulgação do pensamento clássico, a partir do século XII, resplendendo nos séculos XV/XVI. A ciência do bem falar, segundo Quintiliano, serve-se das figuras – em que se alteram a forma e a linguagem – e dos tropos – em que a alteração destas se dá no nível denotativo e/ou conotativo da expressão, fazendo do discurso poético um *locus* da agudeza e da sutileza, quando, ainda de acordo com os retores e tratadistas antigos e medievais, usados com tenuidade e elegância. Especificamente quanto à forma, para Margarida Vieira Mendes, as ideias conceptistas se apresentam estruturadas de modo intrincado no *CGGR*, cheias de metáforas, analogias, antíteses e hipérboles. Ainda de acordo com a estudiosa, "muitas são as figuras da elocução poética desse conceptismo amatório cancioneiril,

fundadas no carácter abstracto do vocabulário referente a estados emocionais ou potências da alma e no carácter enigmático e epigramático das sentenças.[58]"

Como se pôde ver, a dicção está na ênfase aos tropos e às figuras, assim, a análise destes resume muito do que os poetas medievais emularam, fazendo da Retórica mais do que uma ciência do bem falar – ela é uma virtude que seguiram com afinco os poetas do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, como se procurou mostrar neste conciso estudo.

Referências bibliográficas

Fontes

ARISTÓTELES – *Retórica.* Intr., trad. y notas Alberto Bernabé. Madri: Alianza, 2005 (Clásicos de Grecia y Roma).

CANCIONEIRO Geral de Garcia de Resende. Fixação do texto e estudo por Aida Fernanda Dias. Maia: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990-1993. Volumes I a IV.

CÍCERO – *Retóica a Herênio.* Introd., Trad. e Notas de Salvador Núñez. Madri: Ed. Gredos, 1997 (Biblioteca Clásica Gredos, 244).

GRACIÁN, Baltasar – *Agudeza y Arte de Ingenio*. Ed. Evaristo C. Calderón. Madri: Clásicos Castalia, 1988. Tomos I e II.

OBRAS de Álvaro de Brito. Edição, introdução e notas por Isabel Almeida. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

O Cuidar e Sospirar *(1483)*. Fixação do texto, introdução e notas de Margarida Vieira Mendes. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997 (Colecção Outras Margens, Série Poesia do Tempo dos Descobrimentos).

QUINTILIAN – *Institutio Oratoria*. With An English Translation. Harold Edgeworth Butler. Cambridge. Cambridge, Mass., Harvard University Press; London, William Heinemann, Ltd. 1922. Disponível em: https://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:2007.01.0066:book=8:chapter=6

[58] MENDES, Margarida Vieira – *O Cuidar e Sospirar (1483)*. Fixação do texto, introdução e notas de Margarida Vieira Mendes. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997 (Colecção Outras Margens, Série Poesia do Tempo dos Descobrimentos), p. 37.

Estudos

CASAS RIGALL, Juan – *Agudeza y retórica en la poesía amorosa de cancionero.* Santiago de Compostela: Universidade, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 1995.

CASTRO RODRÍGUEZ, María Luisa – "Las potencias animadas son de su poder quitadas". In *Avatares y perspectivas del medievalismo ibérico.* San Milán de Cogolla: CELENGUA, 2019, pp. 1039-1054.

COHEN, Jean – *Estrutura da linguagem poética*. 2. ed. Trad. José V. Aragão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1976.

DIAS, Aida Fernanda – *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende – Dicionário (Comum, Onomástico e Toponímico)*. Maia: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003. Volume VI.

FARAL, Edmond – "La disposition". In FARAL, Edmond – *Les arts poétiques du XII.e et du XIII.e siècle. Recherches et documents sur la technique littéraire du Moyen Âge*. 1. ed. Paris: Skalatine/Campion, 1982.

FRAZÃO, João Amaral – *Entre trovar e turvar. A encenação da escrita e do amor no* Cancioneiro Geral. Lisboa: Bertrand Livreiros, 2011.

GARRIBBA, Aviva – "Una definición de amor en el Ms. Corsini 625". In *Avatares y perspectivas del medievalismo ibérico.* San Milán de Cogolla: CELENGUA, 2019, pp. 1109-1120.

HANSEN, João Adolfo – "Retórica da Agudeza". *Letras Clássicas*. São Paulo, 4 (2000), pp. 317-342.

HAUSER, Arnold – *Maneirismo: a crise da Renascença e o surgimento da Arte Moderna*. 2 ed. Trad. J. Guinsburg e M. França. São Paulo: Perspectiva, 1993.

LAUSBERG, Heinrich – *Elementos de Retórica literária*. Trad. R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

LAUWERS, Michel – "Morte e mortos". Trad. Eliana Magnani. In *DICIONÁRIO Temático do Ocidente Medieval.* Bauru/São Paulo: EDUSC, 2003, Vol. II.

LE GENTIL, Pierre – *La poésie lyrique espagnole et portugaise à la fin du Moyen âge: les thèmes, les genres et les formes*. 2 v. Rennes: Plihon, 1949-52.

LIDA DE MALKIEL, María Rosa – *Estudios sobre la Literatura Española del siglo XV.* Madri: Ed. José Porrúa Turanzas, 1977.

MALEVAL Maria do Amparo Tavares – "Da Retórica medieval". In MASSINI-CAGLIARI, Gladis (Org.) *et alii*. *Série Estudos Medievais 1: Metodologias*. Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho Estudos Medievais da ANPOLL, 2008, pp. 1-27. Disponível em: https://gtestudosmedievais.com.br/ Acesso em 13 jan. 2024. O site este temporariamente fora do ar, o qual está sendo transferido para nova base.

MARINI, Massimo – "Los tópicos del mal de amor y de la codicia femenina en dos poemas del Ms. Corsini 525". In *Avatares y perspectivas del medievalismo ibérico.* San Milán de Cogolla: CELENGUA, 2019, pp. 1153-1166.

MIAJA DE LA PEÑA, María Teresa – "'Trayes los omnes çiegos, que oyen tus loores'. La función de los sentidos en el cortejo amoroso en el *Libro de buen amor*". In SIMÓ I TORRES, Meritxell (coord) – *"Prenga xascú ço qui millor li ès de mon dit": creació, recepció i representació de la literatura medieval.*

MOISÉS, Massaud – "Humanismo (1418-1527)". In *A Literatura Portuguesa.* São Paulo: Cultrix, 1981.

MORÁN CABANAS, Maria Isabel – *"O exemplum na lírica amorosa medieval Galego-Portuguesa e do Cancioneiro Geral".* In *Retórica, Política e Ideología desde la Antegüedad hasta nuestros días. Retórica Clásica y Edad Media. (Actas del II Congreso Internacional).* Salamanca: Logo, 1997, vol. I, pp. 355-362.

MORÁN CABANAS, Maria Isabel – *Traje, Gentileza e Poesia. Moda e Vestimenta no* Cancioneiro Geral *de Garcia de Resende*. Lisboa: Ed. Estampa, 2001. Colecção Leituras, 9.

MORÁN CABANAS, Maria Isabel – *Festa, teatralidade e escrita. Esboços teatrais no* Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. A Coruña: Universidade da Coruña, 2003.

MORÁN CABANAS, Maria Isabel – *"*Sobre o debate entre *Cuidar e Sospirar* e a visualização poética do Deus de Amor*". Revista Camoniana,* 3a série, 13 (2003), pp. 77-98.

MORÁN CABANAS, Maria Isabel – *"*O modelo de poeta-amante no *Cancioneiro Geral:* a presença de Macias em debates e comparações*".* In BREA, Mercedes; CORRAL DÍAZ, Esther; POUSADA CRUZ, Miguel (coords) – *Parodia y Debates metaliterarios en la Edad Media.* Alessandria: Edizioni dell'Orso, 2013, pp. 469-482.

PAIVA, Dulce de Faria – *História da Língua Portuguesa. II. Século XV e meados do século XVI.* São Paulo: Editora Ática, 1988.

REGNIER-BOHLER, Danielle – "Amor cortês". Trad. Lênia Márcia Mongelli. In *Dicionário Temático do Ocidente Medieval.* Bauru/São Paulo: EDUSC, 2003, Volume I.

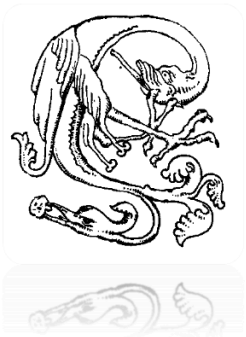
RUGGIERI, Jole – *Il canzoniere di Resende.* Genève: Leo S. Olschki, S.A., 1931.

TOMASSETTI, Isabella – *Cantaré según veredes: intertextualidad y construcción poética en el siglo XV.* Madri: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2017.

VIEIRA, Yara Frateschi – *Poesia medieval*. São Paulo: Global, 1987.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FERNANDES, Geraldo Augusto – "Expressões retóricas do amor no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. Tropos e figuras". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 323-363. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

RECENSÕES

BOOK REVIEWS

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

Recensão / Review

VAN DER MEEREN, Sophie – *Entrer en philosophie. La fonction psychologique des premiers "Dialogues" d'Augustin*. Série Antiquité, 212. Turnhout: Brepols, 2023, 504 pp.

João Victor de Souza Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Filosofia
Juiz de Fora - Minas Gerais - Brasil

Joaovictor.souza@estudante.ufjf.br
https://orcid.org/0000-0002-6449-8122

Data recepção do artigo / Received for publication: 2 de julho de 2024

Sophie Van der Meeren é uma pesquisadora francesa da Université Rennes 2. Suas pesquisas estão relacionadas aos gêneros de discursos filosóficos entre gregos e latinos, com ênfase ao uso do protréptico como gênero persuasivo com grande uso na antiguidade[1]. Ademais, também se debruça sobre as relações do cristianismo com a filosofia clássica, de modo que o pensamento de Agostinho se coloca em seu radar.

Agostinho de Hipona, ou Santo Agostinho, como é comumente conhecido, é tido como um dos principais luminares do pensamento ocidental, cuja influência, certamente, não se limita apenas ao âmbito religioso, mas perpassa a sociedade, na medida em que seu pensar filosófico sempre é resgatado diante de questões envolvendo, *e. g.*, a relação entre liberdade e determinismo, natureza humana e questões concernentes à filosofia da mente. Contudo, não são para essas questões, tão presentes nas suas obras de maturidade, que Sophie direciona sua pesquisa. Pelo contrário, ela se debruça para um momento específico da filosofia de Agostinho, *i. e.*, para suas obras de juventude escritas durante seu *otim philosophicum*, no sítio de seu amigo Verecundo, em 386 d.C., nos arredores de Milão, enquanto se preparava para o seu batismo[2]. Essas obras, intitulam-se: *Contra Academicos, De Beata Vita, De Ordine* e *Soliloquia*. Sua intenção é a de demonstrar como os diálogos de Agostinho podem revelar uma função psicagógica que se realiza naqueles que participam do diálogo, enquanto participantes, ou seja, interlocutores ativos, mas também como leitores que, não só leem, mas são convidados a adentrarem no diálogo para uma reflexão a respeito de suas próprias ações e movimentos do pensamento racional.

Com essa intenção, Sophie, com primazia, faz uma pesquisa que, possivelmente, nenhum outro pesquisador havia feito a respeito da relação entre "forma" e "fundo" nas obras de juventude de Agostinho. Sua abordagem, antes de tudo, pressupõe que Agostinho não escreveu em forma de diálogo de modo casual, sem preocupações

[1] Cf. VAN DER MEEREN, Sophie – *Exhortation à la philosophie : Le dossier grec Aristote*. Paris : Les Belles Lettres, 2011; VAN DER MEEREN, Sophie – "Le protreptique en philosophie : essai de définition d'un genre". *Revue des Études Grecques* 115 (2002), pp. 591-621.
[2] Cf. CATAPANO, Giovanni – *Agostino*. Roma: Carocci Editore, 2010.

sobre o melhor gênero textual a se utilizar. Indo de encontro com essa perspectiva, sua análise revela uma intencionalidade, uma necessidade de se escrever de certa forma, de modo que toda a estrutura externa e interna da obra agostiniana estaria conectada com o conteúdo filosófico abordado por Agostinho. Assim, *Entrer en philosophie. La fonction psychologique des premiers "Dialogues" d'Augustin*, apresenta-se estruturado em quatro partes: I) Diálogo literário e filosófico: questões de hermenêutica; II) Questões e finalidade da psicagogia; III) *Societas disserentium*; e, IV) Transformações e transposições.

Na primeira parte, sua investigação se preocupará em fazer um levantamento sobre o estado da arte. Ela apresentará as obras que se dedicaram a analisar as obras de juventude de Agostinho, dando ênfase às avaliações concernentes ao gênero literário das obras, bem como suas características. A partir desse levantamento, Sophie, como alguém que está a peneirar, mostra-nos lacunas, mas também observações importantes presentes nessas pesquisas. Com isso, ao mesmo tempo em que avalia as características do diálogo literário, ela também mostra como Agostinho modela o gênero de modo a fazê-lo como instrumento para fins filosóficos, porque o diálogo não é apenas útil, mas é a apresentação do que, de fato, seria o fazer filosofia, afinal, filosofia é uma discussão (*disputatio*) que se realiza entre interlocutores que promovem um vaivém de perguntas e respostas com a finalidade de esclarecer uma questão abordada, além de avaliar sua sustentação. Ademais, nesta parte, Sophie também aborda problemas de historicidade e princípios de hermenêutica que deveriam estar claros para que a leitura e análise dos diálogos pudesse avançar.

Na segunda parte, ao contrário da primeira, onde houve maior atenção dada ao *Contra Academicos*, a investigação avança ao apresentar similaridades entre ambos os diálogos de Agostinho, mas não apenas isso, Sophie Van der Meeren parece revelar uma continuidade entre os diálogos *Contra Academicos* e *De Beata Vita*, que são vistos como tendo uma finalidade de discutir sobre a própria verdade (*ipsa veritas*), *i. e.*, a finalidade do homem, aquilo que todos buscam com vistas a ser feliz. No *Contra Academicos*, obra que apresenta um embate contra as perspectivas céticas da Nova Academia que, por sua vez, negava a possibilidade de se encontrar a

verdade, o que para Agostinho era considerado um grande problema ético, pois o que fazer se não se pode encontrar a verdade? Buscar para algo que se sabe que não vai encontrar? Melhor seria, portanto, não buscar, pois ao menos não se cansa de procurar algo que não se pretende encontrar. Contra isso, com intenções de eliminar a desesperança que o ceticismo poderia provocar, Agostinho refuta suas teses e restaura o ânimo de se buscar a verdade; nesse ínterim, *De Beata Vita*, revelar-nos--ia o que seria a vida feliz, uma vida que seria alcançada por intermédio da filosofia, aliás, é no "porto da filosofia" — aqui, aludimos à metáfora da viagem marítima que Agostinho apresenta em seu diálogo — que o homem inicia a jornada rumo à felicidade. E, isso, dar-se-á por meio do que Sophie chama de *exercitatio animi,* sendo seu método apresentado no *De Ordine*.

Avançando para a terceira parte do livro, Sophie analisa toda a cenografia presente nos diálogos. Ela observa que a luz, o tempo e a construção do cenário — ao tratarmos do cenário enquanto uma construção, ou idealização, com isso, não se pretende negar a historicidade dos diálogos, mas abordá-los como uma obra literária, um drama que nos é apresentado — são fundamentais para a finalidade que Agostinho pretende atingir. Ademais, também mostra as diversas partes (*pars*), ou momentos dos diálogos, o que oferece uma compreensão da própria disposição do discurso filosófico que Agostinho deseja incutir. Pode-se perceber, assim, que existem certas necessidades em um diálogo filosófico, há momentos específicos onde o discurso apresenta um tom mais heurístico, mas também combativo; há momentos de reflexão, e momentos que, dada a dificuldade de avançar com os argumentos, far-se-á necessária a interrupção do debate e voltar a abordá-lo posteriormente em uma condição mais propícia. Por fim, ao apresentar a organização do diálogo, Sophie também revela o conteúdo dialético das obras de juventude do futuro bispo de Hipona. Definições, delimitações e críticas, fazem parte de todo o arcabouço filosófico necessário para uma boa discussão, nos termos propostos por Agostinho.

Na quarta e última parte da sua pesquisa, Sophie apresenta como o diálogo é um gênero em transformação no diálogo agostiniano. O diálogo de Agostinho é inspirado nos modelos platônicos e ciceronianos, mas também extrapolam essas

bases, visto que, em sua originalidade, Agostinho leva o gênero a um patamar onde eles são compreendidos como instrumentos para a efetivação de uma conversão, transformação, quer-se dizer, uma guinada, ao modo de uma completa mudança de modo de vida, tão presente nas escolas helenísticas da antiguidade. Esse processo que a autora chama de psicagogia, é uma completa mudança de paradigmas levada a cabo por meio das reflexões conduzidas dentro do diálogo, as quais convidam o interlocutor a adentrar à filosofia, sendo ela capaz de levar o homem a autorreflexão, *i. e.*, ao regresso para dentro de si, característica essencial do diálogo entre Agostinho e sua própria razão no diálogo *Soliloquia*.

Com sua pesquisa, portanto, Sophie contribui para o atual estado da arte a respeito dos estudos das obras de juventude de Agostinho, as quais, ao longo do tempo, recebem atenção como textos capazes de revelar o estado psicológico de Agostinho nesse momento, mas não recebem a devida atenção como obras estritamente filosóficas[3]. Desse modo, a pesquisa contribui, também, para uma nova abordagem das obras, que podem ser avaliadas de modo holístico, como um projeto pedagógico que é desempenhado ao longo do *Contra Academicos, De Beata Vita, De Ordine* e *Soliloquia*. Além disso, ao abordar o gênero textual dialógico, a presente pesquisa também lança luz à apropriação do gênero na antiguidade tardia e posteridade, dada as influências dos textos agostinianos no decorrer da Idade Média. Assim, *Entrer en philosophie* enquadra-se entre os mais recentes e atualizados estudos das obras de juventude de Agostinho, apresentando um Agostinho que, talvez, não receba a devida atenção nos círculos acadêmicos, quer-se dizer, um Agostinho filósofo, cuja menção ao cristianismo é mais restrita, haja visto que no momento de composição das suas primeiras obras, a influência da cultura e educação pagã ainda eram extremamente forte nesse período, sendo claramente possível reconhecer distinções entre o Agostinho dos diálogos e aquele que conhecemos a partir das suas *Confessiones.*

[3] Cf. MOURANT, John A. – "Augustine and the Academics", *Recherches Augustiniennes* 4 (1966), pp. 67–96; HEIL, John – "Augustine's Attack on Skepticism: The *Contra Academicos*". *Harvard Theological Review* 65/1 (Jan. 1972), pp. 99–116; ROBERTS, David E. – "Augustine's Earliest Writings". *Journal of Religion* 33/3 (July 1953), pp. 161–81.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

VAN DER MEEREN, Sophie – *Entrer en philosophie. La fonction psychologique des premiers "Dialogues" d'Augustin*. Série Antiquité, 212. Turnhout: Brepols, 2023.

Estudos

CATAPANO, Giovanni – *Agostino*. Roma: Carocci Editore, 2010.

HEIL, John – "Augustine's Attack on Skepticism: The *Contra Academicos*". *Harvard Theological Review* 65/1 (Jan. 1972), pp. 99–116.

MOURANT, John A. – "Augustine and the Academics". *Recherches Augustiniennes* 4 (1966), pp. 67–96.

ROBERTS, David E. – "Augustine's Earliest Writings". *Journal of Religion* 33/3 (July 1953), pp. 161–81.

VAN DER MEEREN, Sophie – "Le protreptique en philosophie: essai de définition d'un genre". *Revue des Études Grecques* 115 (2002), pp. 591-621.

VAN DER MEEREN, Sophie – *Exhortation à la philosophie: Le dossier grec Aristote*. Paris: Les Belles Lettres, 2011.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SOUZA SILVA, João Victor – "VAN DER MEEREN, Sophie – *Entrer en philosophie. La fonction psychologique des premiers "Dialogues" d'Augustin*. Série Antiquité, 212. Turnhout: Brepols, 2023, 504 pp." *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 367-373. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .

Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

Recensão / Review:

AFONSO, Carlos Filipe – *A guerra cristã na formação de Portugal (1128-1249).* Lisboa: Edições Colibri – Comissão Portuguesa de História Militar, 2022, 622 pp.

David Porrinas González

Universidad de Extremadura, Facultad de Formación del Professorado (Cáceres)
Departamento de Didáctica de las Ciencias Sociales, Lengua y Literatura
Área de Didáctica de las Ciencias Sociales
10004 Cáceres, España

dporrinas@unex.es
https://orcid.org/0000-0003-1759-6616

Data recepção do artigo / Received for publication: 25 de Novembro de 2024

La historia de nuestro vecino Portugal nos resulta a menudo bastante ajena y desconocida a los españoles. Esa realidad es especialmente constatable en lo que a los estudios de historia militar se refiere, siendo a veces poco conscientes de que en tiempos pasados las fronteras políticas, culturales y mentales no estuvieron tan nítidamente definidas como podemos entender hoy día. Por ese y otros motivos resulta muy recomendable la lectura de la reciente obra del historiador y militar luso Carlos Filipe Afonso, que reseñamos. Se trata de la tesis doctoral de Carlos Afonso, defendida en junio de 2021, dirigida por los profesores Amélia Aguiar Andrade y Miguel Gomes Martins. Nos encontramos ante un interesante autor que a sus estudios académicos de historia suma años de trayectoria como oficial de infantería del ejército portugués, habiendo participado en misiones en países como Bosnia o Irak. Así, con la perspectiva del historiador riguroso y el militar experimentado, Carlos Afonso analiza de manera intensiva aspectos militares de años decisivos en la historia portuguesa, los años del surgimiento, formación y consolidación del reino de Portugal, unos procesos en los que la guerra fue un factor determinante. Viene a complementar este estudio intensivo las investigaciones y publicaciones de medievalistas portugueses especializados en historia militar como João Gouveia Monteiro, pionero en este campo, o Miguel Gomes Martins, digno continuador del primero. Y es que en los últimos tiempos la historiografía medieval portuguesa se ha visto enriquecida con las incorporaciones de historiadores como el propio Carlos Afonso o João Nisa, entre otros.

En la introducción Carlos Afonso nos adentra en una sociedad inicial portuguesa organizada para la guerra, como lo estaban las de sus vecinos reinos ibéricos, unos reinos en proceso de formación, en un contexto caracterizado por el dinamismo y la mutación. Ese arco espaciotemporal estudiado por el autor es esencial en la historia portuguesa, pues encuadra el nacimiento de un reino, el de Portugal, a partir de un condado dependiente del reino de León. En un proceso complejo Portugal pasa de ser un condado a un reino, a desarrollar una expansión frente a los musulmanes que dilatará las fronteras de un reino recién nacido desde las orillas del Duero hasta el

Algarve. Y es que la llamada "reconquista" portuguesa avanzó de una manera rauda, inexorable, hacia el sur, con un proyecto expansivo iniciado por el primer rey, Alfonso Enríquez, y continuado sin fisuras por sus sucesores. Así, en poco más de un siglo (1128-1249), Portugal culminó su empresa conquistadora frente a los musulmanes. No fue sencilla esa tarea, pues en ese tiempo formativo tuvo que pugnar durante décadas con el vecino reino de León. Los enfrentamientos entre ambos reinos fueron una constante. Hubo que esperar hasta finales del siglo XIII para que las fronteras entre Portugal y los ya unidos reinos de León y Castilla fijaran una frontera caliente en dos tratados fundamentales, el de Badajoz (1267) y el de Alcañices (1297), unos tratados que establecieron una frontera común que se ha mantenido, salvo con pequeños vaivenes, hasta la actualidad. Es por ello que esa frontera, fijada a finales del siglo XIII, es considerada como la más antigua y estable de Europa.

Con estos planteamientos puede entenderse el papel capital que las actividades militares jugaron en ese proceso de nacimiento, crecimiento y consolidación de las fronteras de un reino que en 120 años pasó de condado a reino, de establecer fronteras terrestres para verse abocado a abrir nuevas fronteras y zonas de expansión en el norte de África y el Atlántico, iniciando unas empresas navales que resultan esenciales para comprender la historia de la humanidad. Hombres y espacios fueron protagonistas en ese proceso, teniendo la guerra y las relaciones políticas como marco de conflicto y relación. Por ello resulta tan necesario este trabajo de Carlos Afonso, porque profundiza en unas actividades militares en las que hombres y territorios fueron claves de bóvedas que hay que desentrañar y conocer.

La introducción es complementada con un capítulo inicial que lleva por título "Sociedades y poderes". Se analiza ahí la sociedad portuguesa cristiana de los siglos XII y XIII como una "sociedad organizada para la guerra", siguiendo planteamientos ya iniciados por Elena Lourie[1] a mediados de la década de los 60 del siglo XX, continuados en la siguiente centuria por Angus McKay[2] y desarrollados por James

[1] LOURIE, Elena – "A Society Organized for War: Medieval Spain". *Past and Present* 35 (1966), pp. 54-76.
[2] MACKAY, Angus – *Spain in the Middle Ages: from to frontier to empire, 1000-1500*. New York: St. Martin's Press, 1977.

Powers[3] durante los años 80 y Francisco García Fitz[4] desde finales de la década de los 90 de dicho siglo. No sorprende que en ese contexto se desarrollasen, como en el resto de reinos ibéricos en formación, ideologías de reconquista y cruzada, de guerra justa, santa y legítima contra los enemigos musulmanes. En esos idearios el papado jugó un papel determinante, como en la otorgación de legitimidad a los reinos que estaban naciendo durante los siglos XI y XII. Portugal no escapó de ninguna de estas premisas, pues, como sostiene Afonso en el siguiente epígrafe, en el Portugal de esos dos siglos esenciales observamos un mundo "dinámico y en mutación", con desplazamientos de fronteras y nacimiento y desarrollo de nuevas sociedades cristianas que tendrán en la guerra uno de sus principales motores y cimientos.

Tras presentar ese contexto sociopolítico, la evolución de los principales procesos y acontecimientos políticos y militares de entre 1128 y 1249, el autor propone un capítulo que es esencial, el análisis de un aspecto que se echa en falta en la mayoría de los libros de historia militar: la importancia capital que juega el terreno en la guerra. En este capítulo Carlos Afonso indaga con una metodología innovadora y muy interesante en cuestiones capitales para comprender la guerra: el clima y el territorio, la orografía y las coberturas vegetales, el movimiento de las tropas adaptándose a esas contingencias y la relación de los hombres con el terreno. Es necesario estudiar el clima para comprender las actividades militares en toda su dimensión. Aspectos como la pluviosidad, las condiciones atmosféricas y meteorológicas, la red hidrográfica nos ayudan a entender mejor la economía y la guerra, así como la estacionalidad de esta última. Y es que el factor climático explica que la mayor parte de las operaciones militares se concentraran, aquí y en otros puntos de la península Ibérica y Europa, en los meses que van desde finales de la primavera hasta principios del otoño, alcanzándose los picos de actividad más altos en los meses de mayo y octubre, como muestra Afonso en un gráfico muy clarificador (p. 87) y una tabla muy completa (p. 89). No quiere decir esto, considera Afonso, que en los meses más fríos y lluviosos dejasen de desarrollarse algunas campañas u operaciones, pues los siglos XII y XII forman parte de una edad climática llamada

[3] POWERS, James F. – *A Society Organized for War: The Iberian Municipal Militias in the Central Middle Ages, 1000-1284*. Los Ángeles: California University Press, 1988.
[4] GARCÍA FITZ, Francisco – *Castilla y León frente al Islam: Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI–XIII)*. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1988.

"Óptimo climático medieval", con su desarrollo aproximado entre los años 900 y 1300, comenzando en este último año un nuevo periodo llamado "Pequeña Edad del hielo".

Igualmente determinante será el papel jugado en la guerra por la orografía y los bosques. Sierras y ríos serían accidentes que actuarían como fronteras naturales, condicionando la defensa, el ataque, la fortificación, el abastecimiento, en definitiva, la estrategia y las tácticas. Portugal es un país montañoso en el Norte, algo que condicionó el establecimiento y control de pasos hacia el sur ("portelas"). Las coberturas vegetales, bosques, zonas de arbustos o pastos, condicionaron también la organización y ejecución de las actividades militares, así como las colonizaciones y explotaciones agrícolas y ganadearas de los territorios conquistados. Especialmente relevantes resultaron esos condicionantes en el movimiento de tropas, siguiente aspecto tratado en este capítulo, pues condicionaban la movilidad y el abastecimiento de tropas y animales. Mención aparte merecen los ríos, especialmente los grandes ríos que atraviesan Portugal de Este a Oeste, el Duero y el Tajo, con pocos vados para ser cruzados. Los ríos fueron esenciales para garantizar el abastecimiento de agua, y en ocasiones los musulmanes los usaron para navegar sobre sus aguas con distintos fines. Y precisamente al estudio de los ríos dedica Afonso unas páginas muy interesantes de su trabajo (pp. 128-138). Interesantes resultan también sus averiguaciones sobre las distancias cubiertas y las circunstancias de los ejércitos en marcha, así como los animales empleados en las mismas, caballos y mulas especialmente.

El siguiente apartado aborda la relación del hombre con ese territorio descrito. Concretamente estudia lo que denomina "el valor militar del terreno", aspecto esencial y casi nada estudiado en la historiografía militar medieval peninsular[5]. Y es que, como demuestra Carlos Afonso, los hombres medievales tenían conocimiento del enorme valor estratégico que atesoraba el terreno, y es a esa cuestión a la que

[5] Hace más de dos décadas dedicamos parte de nuestro trabajo de doctorado a ese aspecto, trabajo que continua inédito: PORRINAS GONZÁLEZ, David – *Espacio y logística: una aproximación al "universo material" del guerrero en la Edad Media (Castilla y León, siglos XI al XIII)*, bajo la dirección de F. García Fitz. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2001.

destina las siguientes páginas (p. 153 y siguientes), para concluir así este segundo capítulo.

Tras sistematizar esos condicionantes materiales, en el capítulo 3 ("Condiciones y recursos para la guerra") el autor disecciona la organización militar de las huestes portuguesas plenomedievales. En el primer apartado estudia los contingentes, observando el fenómeno del surgimiento y consolidación de un grupo intermedio entre los caballeros y los peones, unos caballeros no nobles equiparables a los caballeros villanos de otros reinos ibéricos de aquel tiempo. Al igual que en esos otros reinos, esas milicias municipales fueron perdiendo su papel protagonista a medida que las fronteras se desplazaban hacia el sur del Tajo. Los caballeros, principal arma y grupo social en las huestes, podían ser de origen noble (ricos hombres), o pertenecientes a una nobleza intermedia (infanzones), completándose ese elenco con los mencionados caballeros villanos y los pertenecientes a órdenes militares. En esa composición de las huestes destacan los compañeros del rey, la *schola regis*, la mesnada cercana al monarca y que habitualmente actuaba como núcleo articulador de huestes de composición heterogénea. Estos compañeros del rey eran tanto caballeros como escuderos, ballesteros y otros auxiliares, y desempeñarían funciones de guardia personal en tiempos de paz y de guerra. En ella son designados cargos como los de *comes spathiorum*, de marcada herencia visigoda, el *signifer* o *alférez*, el *armiger*, el *vexilifer*. Unos funcionamientos orgánicos similares tendrían las mesnadas señoriales, varias de las cuales tendrían al frente a algún noble del *entourage* de los reyes, y que se nutrirían con otros nobles de menor rango procedentes de los feudos y demarcaciones de los aristócratas principales. Esas mesnadas señoriales, al igual que las regias, estarían integradas por caballeros, escuderos y peones, quienes estarían unidos al señor como vasallos y súbditos sujetos a una serie de obligaciones militares para con él. Esas mesnadas no estarían representadas únicamente por la aristocracia laica, también por nobles eclesiásticos como los obispos.

Las órdenes militares desempeñarán un rol importante a partir de su irrupción a mediados del siglo XII. Templarios, hospitalarios, santiaguistas, alcantarinos, calatravos, caballeros de la orden de Avis (San Benito de Évora) sumaron sus

propias huestes a las del rey, o ejecutaron misiones ofensivas y defensivas, siendo relevantes en la edificación y mantenimiento de fortificaciones, especialmente en ámbitos fronterizos. Esos ejércitos tendrían su propia organización interna, disciplina y cadenas de mando (maestres, sargentos, adalides…), siendo reforzadas en ocasiones con mercenarios, y obteniendo efectivos militares de sus propios señoríos.

Los municipios también aportaron contingentes militares. Estas tropas de caballeros y peones concejiles, ya mencionados más arriba, fueron especialmente relevantes en localidades de las fronteras, cristianas y musulmanas, y regularon sus actividades militares, al igual que en otros reinos ibéricos, a partir de fueros otorgados por distintas autoridades. La dispersión-concentración de los esfuerzos militares de estas milicias aparecen gráficamente ilustrados en mapas (pp. 214 y 218). Estas milicias desempeñaron funciones ofensivas y defensivas, y tuvieron, al igual que los contingentes de órdenes militares, sus propias autoridades, cadenas de mando y organización interna, actuando de manera independiente o bien integradas en huestes regias y señoriales, en batallas, asedios y cabalgadas. Algunas de esas milicias tuvieron combatientes especializados en el manejo de las ballestas.

Este elenco de guerreros se completaba con otros combatientes cuya naturaleza en algunos casos resulta difícil establecer. Puede hablarse de bandas de "ladrones" que actuaban de manera autónoma, como las que se integrarían en las tropas comandadas por Geraldo Sem Pavor. Aparecen también en la documentación los *almogávares*, que actuarían en contextos de frontera, voluntarios impulsados por distintas motivaciones, así como caballeros cruzados extranjeros.

Finaliza este importante capítulo con un estudio de la obtención, manutención y compensación de los distintos recursos militares, así como sobre las monturas y los recursos militares, la logística esencial en el desarrollo de las distintas operaciones militares. Se ilustra este apartado con mapas y tablas muy esclarecedores.

El cuarto capítulo profundiza en los sistemas fortificados. Estas edificaciones, como en otros contextos medievales, condicionaron las guerras portuguesas entre 1128 y

1249, en sus dimensiones técnicas y estratégicas, así como en las particularidades de entramados fortificados importantes en aquel tiempo como fueron el del Miño, el de la brecha de Chaves y los valles del Tâmega y el Corgo, los erigidos en torno a Braganza, a Miranda-Açafa y en la línea de los ríos Mondego y Tajo. Profundiza el capítulo en las dimensiones técnicas de las fortificaciones, analizando los distintos tipos de construcciones y murallas, almohades y cristianas, señoriales y villanas. También se analiza la dimensión estratégica de las fortalezas, un aspecto muy relevante en la expansión portuguesa frente a los musulmanes y en la fijación de las fronteras con los vecinos reinos cristianos de León y Castilla, fronteras en las que accidentes naturales como ríos y sistemas montañosos fueron complementados con esas construcciones esenciales para comprender las dinámicas bélicas y sociales del medievo. En un interesante mapa (p. 303) Carlos Afonso expone un mapa ilustrativo de los distintos conjuntos de fortalezas, hasta 7, que se fueron configurando a lo largo del periodo estudiado, siguiendo estos una lógica evolutiva Norte-Sur. Así, estos conjuntos comenzarían en la importante línea del Miño, bien ilustrada también con mapas, prosiguiendo en la brecha de Chaves y los valles de Tâmega y Corgo; la línea de Miranda a Açafa, pasando por Sabugal; la línea del río Mondego y las tierras que se extienden al sur del Tajo y que engloban Alentejo y Algarve. Esos castillos desempeñaban una serie de funciones que analiza Afonso, como la obtención de informaciones, la vigilancia, construcción y reparación.

El quinto capítulo se adentra en la práctica guerrera. Se estudian ahí cuestiones de gran relevancia como las diferencias entre los combates individuales y los colectivos, las técnicas de lucha de los caballeros y los peones, diferenciándose entre caballería pesada y caballería ligera. Se destaca la superioridad militar de la caballería cristiana sobre la islámica, por poseer una mayor versatilidad, así como un armamento algo más sofisticado, y que fue evolucionando a lo largo de los siglos, y en los que eran elementos fundamentales las lorigas, las espadas, lanzas y escudos, así como los caballos de guerra[6]. Merecen la pena también las líneas que el autor dedica al análisis del papel de la infantería (*pedites*) en las operaciones militares de

[6] Sobre la caballería de ese tiempo en los reinos vecinos de León y Castilla puede consultarse PORRINAS GONZÁLEZ, David – *Guerra y caballería en la plena Edad Media: condicionantes y actitudes bélicas. Castilla y León, siglos XI al XIII*, Tesis Doctoral. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2015 (https://dehesa.unex.es:8443/handle/10662/3394).

este momento. Algunas de esas acciones únicamente podían ser acometidas por guerreros desmontados, y se destacaron en la especialización en el uso de algunas armas como la ballesta y el arco (pp. 371-376).

Mención especial merece el apartado dedicado a la defensa de la tierra, desarrollada a partir de obligaciones militares a las que estaban sujetas los pobladores del reino y que eran expuestas en códigos legislativos como los fueros. Apellido y guardas constituirían algunas de estas obligaciones. También existió para ciertos sectores sociales, como en los otros reinos peninsulares del momento, la obligación de acudir y servir durante cierto tiempo en la hueste del rey, recibiendo esas campañas en ocasiones la designación de "fonsado" o "araria".

A partir de ahí Afonso propone un análisis minucioso de las principales operaciones militares del espectro bélico plenomedieval: las cabalgadas o razias, los asedios a fortalezas y las batallas campales. En primer lugar, el autor clarifica la compleja terminología que refiere las cabalgadas, dándose un amplio espectro en una casuística que engloba grandes y pequeñas expediciones, así como distintos objetivos. Podía buscarse infligir daño económico y mental al adversario, o con una finalidad económica que se traducía en la captura del botín. Podían ser organizadas por reyes, nobles, órdenes militares o municipios, y constituyeron las acciones bélicas más ordinarias y habituales, siendo fundamentales para la expansión territorial del reino de Portugal.

En cuanto a los asedios, se propone una visión de la guerra operada en torno a las fortificaciones, ejecutada con fines estratégicos, encaminadas al dominio y ampliación del territorio. Esa dimensión estratégica de los asedios es tratada en las páginas 421 y siguientes, ejemplificándose a través de las evidencias más importantes del periodo estudiado. En ocasiones los asedios eran previamente preparados a través del sometimiento a razias al entorno del objetivo a conquistar. Ilustran este apartado tres tablas muy clarificadoras, una que muestra los principales asedios a los que sometieron los almohades a fortalezas portuguesas (p. 432), otra, en la siguiente página, que expone los principales cercos desarrollados en el contexto de las guerras de portugueses contra leoneses y castellanos en el

periodo comprendido entre los años 1127 y 1249. Finalmente, una tercera tabla (p. 434) nos muestra los cercos ocurridos en contextos de guerra civil entre los años 1128 y 1249. A continuación, en un nuevo apartado, se abordan las funciones defensivas y ofensivas de las fortificaciones, ilustrándose esa dualidad funcional con diversos ejemplos. Se muestran también distintas fórmulas para expugnar y defender las fortalezas, y las convenciones guerreras establecidas para la capitulación y rendición de las mismas. Bloqueos, asaltos y tomas por sorpresa serían las principales modalidades empleadas durante el periodo para la conquista de castillos y fortalezas.

Finalmente, en cuanto a las batallas campales, el autor sistematiza la tipología de los enfrentamientos que pueden englobarse dentro del término "batalla". Una vez más acompaña el texto una muy ilustrativa tabla que sistematiza de manera gráfica los enfrentamientos campales desarrollados en Portugal en el periodo estudiado (p. 452). En el siguiente apartado, Afonso centra su atención en la elección del terreno para los enfrentamientos en campo abierto, para después abordar el análisis de las formaciones de combate, los métodos de mando y control, los inicios y desarrollo de las batallas y, finalmente, la explotación de la victoria.

El capítulo 6 estudia otras dimensiones de la guerra interesantes como son el entrenamiento militar, las deserciones, el sustento y apoyo de las fuerzas militares durante las campañas, la dimensión psicológica de la guerra y el trato dado a los enemigos derrotados. Todas estas cuestiones complementan un trabajo amplio y minucioso, bien escrito e innovador en cuanto al empleo de una metodología novedosa en el análisis de algunos aspectos de la realidad bélica medieval. En definitiva, nos encontramos ante una aportación notable para el conocimiento de los orígenes y consolidación del reino de Portugal, procesos en los que la actividad bélica mantuvo una importancia capital. Y es que entre los años que van desde 1128 hasta 1249 Portugal pasó de ser un pequeño condado a convertirse en un reino reconocido en el tablero europeo, concluyendo su expansión territorial frente a los musulmanes hasta el Algarve. A partir de esa fecha a los portugueses no les quedaban guerras que mantener con los musulmanes en la península, pero sí contra otros poderes cristianos. Ese rápido avance frente a los musulmanes peninsulares,

que el libro de Carlos Afonso clarifica, obligaría a los portugueses a buscar nuevos horizontes bélicos donde proyectar a una sociedad que se había organizado para la guerra, constituyendo África primero y más tarde América esos nuevos escenarios.

Referências bibliográficas

GARCÍA FITZ, Francisco – *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Sevilla: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, 1998.

LOURIE, Elena – "A Society Organized for War: Medieval Spain". *Past and Present* 35 (1966), pp. 54-76.

MACKAY, Angus – *Spain in the Middle Ages: from to frontier to empire, 1000-1500*. New York: St. Martin's Press, 1977.

MARTINS, Miguel Gomes – *De Ourique a Aljubarrota. A guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011.

MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa: Poliedro da História, 1998.

PEREIRA, Armando da Sousa – *Representações da guerra no Portugal da Reconquista (séculos XI-XIII)*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2003.

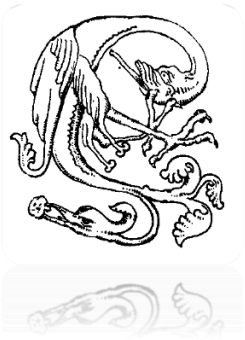
PORRINAS GONZÁLEZ, David – *Espacio y logística: una aproximación al "universo material" del guerrero en la Edad Media (Castilla y León, siglos XI al XIII)*. Bajo la dirección de F. García Fitz. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2001 (inédito).

PORRINAS GONZÁLEZ, David – *Guerra y caballería en la plena Edad Media: condicionantes y actitudes bélicas. Castilla y León, siglos XI al XIII*. Tesis Doctoral. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2015. (https://dehesa.unex.es:8443/handle/10662/3394).

POWERS, James. F. – *A Society Organized for War: The Iberian Municipal Militias in the Central Middle Ages, 1000-1284*. Los Ángeles: California University Press, 1988.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PORRINAS GONZÁLEZ, David – "AFONSO, Carlos Filipe – *A guerra cristã na formação de Portugal (1128-1249)*. Lisboa: Edições Colibri – Comissão Portuguesa de História Militar, 2022, 622 pp.". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 375-386. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

Recensão / Review:

OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *O Amor em Portugal na Idade Média*. 1ª edição. Lisboa: Manuscrito Editora, 2020.

Cátia Teixeira

Universidade do Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
4150-564 – Porto – Portugal

Associação dos Professores de História
1300-003 – Lisboa – Portugal

catia.teixeira90@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-8445-3060

Data recepção do artigo / Received for publication: 12 de Setembro de 2024

O Amor em Portugal na Idade Média, da autoria de Ana Rodrigues Oliveira (Doutorada em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e membro do Instituto de Estudos Medievais da mesma Faculdade), não se trata de um romance histórico ao contrário do que o título poderia sugerir-nos, mas sim de um compêndio de historiografia portuguesa. A obra não faz alusão ao "amor" tal como o conhecemos, uma emoção ou sentimento que induz grande afeição ou afinidade, mas sim um "amor" complexo e, muitas vezes, ambíguo. A autora apresenta algumas questões como "em que consistiria o amor para o Homem da Idade Média?", "que significado teria para Ele o casamento?" e "Envolveriam os casamentos medievais algum sentimento?" cujas respostas lhe permitem estabelecer um retrato do "amor" no Portugal medieval.

A autora inicia a obra com uma importante elucidação sobre a visão da Igreja Medieval, enquanto autoridade moral e religiosa que "moldou" a ética e os valores da sociedade medieval, sobretudo no que se refere ao papel das mulheres e à disseminação da sua imagem pecaminosa. A sua base ideológica, sustentada pelo suporte da Bíblia, teve uma ampla difusão dentro da sociedade medieval, cuja propagação das palavras sagradas e de todo o conhecimento caberia aos homens da Igreja[1]. É claro que o "amor" para a Igreja não seria o amor entre homem e mulher, mas sim o amor a Deus. De facto, a Igreja estabeleceu como perfeição a virgindade e o celibato[2], e apenas aceitou o casamento como forma de controlar a sexualidade. Esse controlo incidiu sob uma série de restrições relativas ao ato sexual entre os cônjuges, cuja finalidade recaía apenas na procriação. Qualquer outra forma de entender o ato sexual matrimonial era abominada pela Igreja, pois reconhecia o prazer enquanto pecado da luxúria. Por outro lado, o casamento estava intimamente relacionado com as relações político-económicas da nobreza e, sobretudo, da

[1] AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
[2] ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Vols. I, II. Porto: Portucalense Editora / Livraria Civilização – Editora, 1967-1971.

realeza[3]. Os primeiros pontos da obra retratam o casamento medieval, precisamente entre os membros da nobreza, como uma forma de assegurar o futuro da linhagem. O casamento medieval constituía-se como uma prática em torno do controlo da mulher e do seu corpo pela parentela masculina, fosse ela o pai, o marido, ou mesmo, o filho mais velho[4]. O casamento era, assim, um ato social revestido por um caráter prático e fundamentalmente materialista. Menos austero, menos reprimido e menos uniforme encontramos o *Amor Popular*, como refere a autora no ponto sete. Os ensinamentos da Igreja através da sua profunda base ideológica não estavam restritos ao clero e à nobreza. Os mesmos estavam enraizados na sociedade medieval como um todo, da qual o povo, claramente numeroso, fazia parte. Ainda assim, o povo, e em particular as populações dos meios rurais, teriam um maior acesso ao "amor" devido aos espaços de encontro diversificados e menos controlados como as festas religiosas e populares, sobretudo procissões e romarias, bem como as fainas agrícolas que envolveriam a família alargada e até vizinhos.

Os pontos quatro e cinco do livro exploram os relacionamentos não só afetivos e fugazes como também aqueles envoltos em inimizade ou inércia de figuras da historiografia portuguesa, sobretudo da realeza. Prosseguindo, é particularmente interessante como a autora explora o ponto seis, intitulado *O Amor-Bruxo ou de Medicina e Magia*. A magia e a bruxaria são denominações que se associam de imediato aos poderes ocultos, aos perigos, ao engano e à mentira[5]. É importante referir que durante a Idade Média há um gosto pelo maravilhoso e pelo fantástico através da representação, tanto textual como figurativa, dos seres naturais em formas animalescas ou antropomórficas onde a hibridização prepondera – a esta componente simbólico-alegórica ombreia o Bestiário Medieval[6]. A interligação entre o sagrado e o profano, tal como refere a autora, é sinónimo do período medieval onde a sociedade, apesar de profundamente cristã, continuou a manter um conjunto de ritos mágicos e superstições que perduraram no tempo. Contudo, o discurso da

[3] ALMEIDA, Adriana R. de – "Perspetiva sobre a história das emoções. O casamento de D. Leonor de Portugal com o imperador Frederico III (1452)". In *Casamentos da Família Real Portuguesa Diplomacia e Cerimónia*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017, pp. 253-287.
[4] OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Rainhas Medievais de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.
[5] BETHENCOURT, Francisco – *O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
[6] BASCHET, Jérôme L. – *Iconographie Médiévale*. Paris: Gallimard, 2008.

autora explora outra realidade em oposição ao caráter malévolo e obscuro dessas denominações. O título remete-nos para o imaginário da magia onde o "amor" é o protagonista. Desde a ingestão de carne de tartaruga, uma vez consagrada ao amor e à fertilidade, à mistura de sangue menstrual na comida do marido, servido quente ou frio. Todavia, a prática de mezinhas ou outros sortilégios não se resumia apenas às mulheres que queriam ser amadas. Os chamados "desamores" também foram causa de mezinhas de composição doméstica e até de bruxarias. Certas "receitas" peculiares "ajudavam" a diminuir a apetência sexual ou até mesmo garantir a impotência do marido, tais como, comer flores de salgueiro ou de álamo ou beber quarenta formigas fervidas em sumo de narciso.

Após uma abordagem relativamente ténue, no ponto seis, deparamo-nos com uma realidade mais pesada e pungente nos pontos oito, nove e dez. Algumas das *Transgressões do Amor* incluem o adultério, a violação, o rapto e a prostituição. A homossexualidade e o incesto abordam o "amor" enquanto *contra naturam*, e a disfunção sexual, a lepra e a peste englobam os males do "amor". Na sua generalidade, eram as mulheres os alvos fáceis e de grande vulnerabilidade face às agressões sexuais, ao julgamento e ao abandono emocional e económico numa sociedade onde as regras e os costumes não eram, frequentemente, respeitados, sobretudo no que concerne às mulheres dos estratos mais desfavorecidos da população. Relativamente à peste enquanto mal do "amor", esta era vista pela Igreja como produto do pecado sexual, uma vez que o pecado purgava através dos poros devido ao mau comportamento sexual do leproso. Este comportamento poderia englobar várias causas como praticar relações sexuais durante a menstruação, ter relações com uma mulher leprosa ou até mesmo na crença associada ao ardor sexual do leproso[7]. A autora não termina a sua obra com temas "sérios" e "sombrios", pois o último ponto retrata outras formas de "amor". A palavra "amor" não só se refere ao amor entre homem e mulher, como vimos anteriormente, mas também ao amor paternal ou fraternal, ao amor filial, entre outros amores de similar contextura. É importante referir que, para além de "amores", surgiram "desamores", sobretudo, no seio de famílias nobres e régias. Rivalidades, confrontos e desentendimentos

[7] LEYSER, Henrietta – *Medieval Women. A Social History of Women in England 450-1500*. Londres: Phoenix Press, 1995.

entre membros da família régia portuguesa encontram-se documentados. A maioria dos relatos retratam essa animosidade como resultado dos conflitos em torno da política institucional e militar do reino, tal como acontecera com D. Afonso II e as suas irmãs ou com D. Sancho II e o seu irmão D. Afonso III[8]. Apesar de inúmeras contendas ao longo da História da Idade Média em Portugal, também existem referências ao amor paternal ou fraternal, e ao amor filial, caso da afeição que D. Duarte sentia pelos seus irmãos e pelo seu pai, D. João I[9].

Em suma, a palavra "amor" na Idade Média não correspondia à imagem que temos do amor contemporâneo. Os excessos e a luxúria eram vistos com desagrado pela Igreja, para a qual o "verdadeiro amor" deveria ser dedicado a Deus. Os próprios casamentos, com especial foco no matrimónio régio, eram realizados em função de interesses sociais e materiais. De facto, o amor contemporâneo acaba por incidir na sua larga maioria como uma *causa* do casamento em oposição ao "amor" medieval, época em que seria mero *fruto do acaso*. Esse "amor" nem sempre se exprimia na forma de amor fugaz e loucura paixão, mas sim de afeição e, por vezes, de cordialidade. Dessa forma, percebemos através desta obra historiográfica que o "amor" medieval se veste de diferentes formas; não é estático porque modifica-se e adapta-se no tempo, particularmente perante situações ou relações complexas. Nós, enquanto sociedade contemporânea, temos alguma tendência para construir comparações de forma a projetarmos a nossa vivência sobre esses comportamentos. É, assim, fundamental que obras historiográficas completas como *O Amor em Portugal na Idade Média* nos ajudem a entender e questionar certos comportamentos e discursos que outrora foram vigentes no período em que vigoraram.

[8] MATTOSO, José – *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
[9] DUARTE, D. – "Da pratica que tínhamos com El Rei, meu senhor e Padre, cuja alma Deos haja". In *Leal Conselheiro*. Edição de Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 350-351.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

DUARTE, D. – "Da pratica que tínhamos com El Rei, meu senhor e Padre, cuja alma Deos haja". In *Leal Conselheiro*. Edição de Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998, pp. 350-351.

Estudos

ALMEIDA, Adriana R. de – "Perspetiva sobre a história das emoções. O casamento de D. Leonor de Portugal com o imperador Frederico III (1452)". In *Casamentos da Família Real Portuguesa Diplomacia e Cerimónia*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2017, pp. 253-287.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Vols. I, II. Porto: Portucalense Editora / Livraria Civilização – Editora, 1967-1971.

AZEVEDO, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

BASCHET, Jérôme L. – *Iconographie Médiévale*. Paris: Gallimard, 2008.

BETHENCOURT, Francisco – *O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

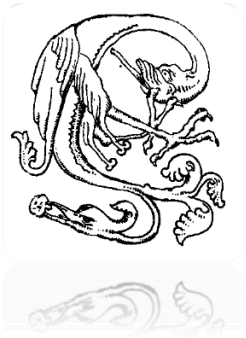
LEYSER, Henrietta – *Medieval Women. A Social History of Women in England 450-1500*. Londres: Phoenix Press, 1995.

MATTOSO, José – *História de Portugal: A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *Rainhas Medievais de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

TEIXEIRA, Cátia – "OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *O Amor em Portugal na Idade Média*. 1ª edição. Lisboa: Manuscrito Editora, 2020". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 387-393. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

RESEARCH NOTES

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

Armenian Illuminated Manuscripts in the Collection of the Gulbenkian Museum: Notes on Interdisciplinary Research Project

Manuscritos Iluminados Arménios na Coleção do Museu Gulbenkian: Notas sobre Projeto de Investigação Interdisciplinar

Hermine Grigoryan

NOVA University of Lisbon, NOVA School of Science and Technology,
Department of Conservation and Restoration
2829-516; Caparica; Portugal

h.grigoryan@alumni.fct.unl.pt
https://orcid.org/0000-0001-6783-098X

Data recepção do artigo / Received for publication: 25 de Março de 2024

Introduction

This paper reflects general notes on a recently completed doctoral project[1] designed to comprehensively study a group of Armenian illuminated manuscripts housed in the Gulbenkian Museum in Lisbon. The codices studied were a Bible and three Gospel Books. These manuscripts were studied with an interdisciplinary approach for the first time, implementing methodologies from the History of Art, History and Technology of Artistic Production, and Conservation Science. The study provided insights into the political, cultural, and religious reality of seventeenth-century Armenian diasporic communities where the manuscripts were produced. It provided a perception of art and craftsmanship and shared practices within these communities. The art and materiality of the Armenian manuscripts of the Gulbenkian Museum reflect the practices of tradition and innovation, adopted by scribes and illuminators of the early modern Armenian scriptoria.

The Art Historical Approach

This study approaches the material within a holistic overview, where the visual, textual, and material characteristics are reflected. In the following section, this paper will present only the Art Historical discussion which reflects general iconographic observations of the Bible and Gospel illuminations[2]. Details on the manuscripts' codicology can be found in the completed dissertation[3,4]. The materiality of the manuscripts was explored through molecular and elemental characterization mainly of the pigments, dyes, and inks. A closer look under the microscope revealed also very different painting techniques for each of the four

[1] GRIGORYAN, Hermine – *Between Tradition and Innovation: An Interdisciplinary Approach in the Study of Seventeenth-Century Armenian Manuscripts*. Lisbon: Nova School of Science and Technology, 2023. Doctorate in Conservation and Restoration of Cultural Heritage. Supported by the Portuguese Foundation for Science and Technology [Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Ph.D grant: PD/BD/142866/2018], and Calouste Gulbenkian Foundation [Fundação Calouste Gulbenkian, grant for Armenian studies: No. 269685]. Available at: http://hdl.handle.net/10362/156948.

[2] A detailed Art Historical approach can be found in Chapter 3, pp. 53-90, at: http://hdl.handle.net/10362/156948.

[3] See Chapter 3, Section 3.1.3., pp. 57-59, Section 3.2.4., pp. 79-81, and Appendix A, pp. 163-177 at: http://hdl.handle.net/10362/156948.

[4] In this paper, we refer to posterior pagination for the manuscripts LA 152 and LA 193, mentioned as page/pages, and to foliation for the manuscripts LA 216 and LA 253, mentioned as folio/folios.

manuscripts. These technical examinations indicated that the seventeenth-century Armenian manuscript production is faithful to its medieval traditions[5].

Armenian Manuscripts in the Gulbenkian Museum

Calouste Sarkis Gulbenkian was a prominent businessman, philanthropist, and art collector. During his life, he gathered an amazing collection of around 6000 art from all around the world. In his bequest, Gulbenkian specifically mentions his desire to have all his pieces of art under one roof, the Calouste Gulbenkian Museum in Lisbon which was inaugurated in 1969[6]. Among carefully selected artworks such as statues, oil paintings, illuminated manuscripts, tapestries, tiles, and much more, four Armenian illuminated manuscripts are exhibited on the permanent display of the Gulbenkian Museum. These few but unique examples of Armenian art preserved in Portugal reflect the philosophy of the great collector – to find only the best pieces of art and antiques for his collection.

These illuminated manuscripts are a Bible (LA 152), and three Gospels (LA 193, LA 216, LA 253) (Fig. 1).

[5] GRIGORYAN, Hermine, *et al.* – "Exceptional Illuminated Manuscripts at the Gulbenkian Museum: a Bible and Three Gospels Produced in the Armenian Diaspora". *Heritage* 6 (3), 2023, pp. 3211-3231.
[6] PEREIRA, João Castel-Branco – "Calouste Gulbenkian: The Collector as Creator". In BEATJER, Katharine; DRAPER, James D. (eds.) – *Only the Best: Masterpieces of Calouste Gulbenkian Museum, Lisbon.* New York: The Metropolitan Museum of Art, 1999, pp. 3-10 (p. 3).

Fig. 1. Four Armenian manuscripts of the Gulbenkian collection: a) MS LA 152, *Bible*, 1623, Constantinople, inks and pigments on parchment, 224x165 mm; b) MS LA 216, *Gospel*, 1686, Isfahan (New Julfa), inks and pigments on parchment, 108x079 mm; c) MS LA 253, *Gospel*, seventeenth century, Constantinople, inks and pigments on parchment, 154x114 mm; d) MS LA 193, *Gospel*, seventeenth century (1647-1693), Crimea, inks and pigments on parchment, 176 x 133 mm. © Museu Gulbenkian.

Gulbenkian acquired these manuscripts during his lifetime from intermediaries, art, and antique vendors or in auctions[7]. Fortunately, some preserved colophons of Gulbenkian manuscripts shed light on the origins of these unique objects. LA 152, LA 193, LA 216, and LA 253 were first described by renowned art historian Sirarpie Der Nersessian[8]. The colophons of these four manuscripts bring additional information to their historical background, introducing more details on scribes, artists, patrons, and production environments. The colophons are thoroughly discussed in the author's completed dissertation[9]. Afterward, some of the

[7] Archival documents indicate that Bible LA 152 was acquired in 1926, in Sotheby's of London, from Sir Malcolm MacGregor of MacGregor, through intermediary Bernard Quaritch; Gospel LA 193 in 1926, in London, from a vendor named Kehyaian & Co; and Gospel LA 216 in 1935, in Paris, from a vendor of old books named Giraud-Badin. The acquisition history of Gospel LA 253 is unknown. See : GULBENKIAN ARCHIVES (Fundação Calouste Gulbenkian, Arquivos Gulbenkian), Lisbon, doc. no. MCG 01470, MCG 02129, MCG 02085, consultated in October 2019.

[8] GULBENKIAN ARCHIVES (Fundação Calouste Gulbenkian, Arquivos Gulbenkian), Lisbon, doc. no. MCG 04428, the dossier of Sirarpie Der Nersessian, consulted in October 2019.

[9] See Chapter 2, Section 2.3.3., pp. 48-49 at: http://hdl.handle.net/10362/156948.

manuscripts were reported in exhibition catalogs and scholarly articles[10], being the Bible LA 152 receiving the most attention[11]. However, this group of *codices* may offer deeper insights to those interested in manuscript studies.

Historical Background

The Armenian manuscripts of the Gulbenkian collection were produced in the Armenian diaspora communities of Constantinople, Isfahan/New Julfa, and Crimea, during the seventeenth century. This period, strongly determined by the political situation of Armenia and the geographical shifts of its population, was a time of high development of Armenian art. It was a period of trade diasporas or communities, which played a crucial role in many aspects of Armenian life[12]. After having lost its glory as a medieval kingdom and being devastated by continuous invasions of Arabs, Seljuks, Mongols, and Turks, by the end of the sixteenth century, Armenian territories were constantly disputed and divided between the Ottoman and Safavid Empires[13]. Continuous conflicts and wars forced the local population to migrate, forming several diasporas in neighboring destinations, that progressively reorganized themselves into strong and self-sufficient communities.

---

[10] KOUYMJIAN, Angèle; KOUYMJIAN, Dickran – "The Museum Calouste Built". *Saudi Aramco World* 9/10 (1974), pp. 6-11 (p. 7). DER NERSESSIAN, Sirarpie – *L'Art Arménien*. Paris: Arts et Metiers Graphiques, 1977, pp. 223-224, 233-237. ARAKELYAN, Mikayel – "Sixteenth and Seventeenth Century Armenian Illuminated Manuscripts from Galicia, Podillia, and Bukovyna". In BARDAKIJAN, Kevork; SYSYN, Frank; YASINOVSKYI, Andrii (eds.) – *Armenian-Ukrainian Historical Contacts. Papers of the International Conference Held in Lviv*. Lviv, 2011, pp. 93-112 (p. 103).

[11] RIBEIRO, Maria Queiroz - "Roman, Islamic, Armenian, Egyptian and Chine Art, nº 4". In BEATJER, Katharine; DRAPER, James D. (ed.) - *"Only the Bes": Masterpieces of the Calouste Gulbenkian Museum, Lisbon*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 1999, pp. 21-22. NERSESSIAN, Vrej – *Treasures from the Ark: 1700 Years of Armenian Christian Art*. London: The British Library, 2001, pp. 188-189, no. 117. RODRIGUES, Jorge – "The Rise of Islamic Art: 1869-1939 [Catálogo]". In HALLETT, Jessica (ed.) - *The Rise of Islamic Art: 1869-1939*. Lisbon: Calouste Gulbenkian Foundation, 2019, pp. 117-118. MERIAN, L. Silvie – "Armenian Scriptoria in Constantinople". In EVANS, Helen C. (ed.) – *Armenia: Art, Religion, and Trade in the Middle Ages*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2018, pp. 235, 238-240, no. 109. BAGDIANTZ McCABE, Ina – "An Armenian King in Exile: New Julfa's Shah through a Persian Edict and an Armenian Bible". *Revue des Études Arméniennes* 27 (1998-2000), pp. 321-328. BAGDIANTZ McCABE, Ina – "The Armenian Bible of 1623 and the Merchant Communities of Constantinople and New Julfa". In HOVANNISSIAN, Richard G.; PAYASLIAN, Simon (eds.) – *Armenian Constantinople*, Costa Mesa: Mazda Publishers, 2010, pp. 183-199. BAGDIANTZ McCABE, Ina – "Connections Between Constantinople and New Julfa". In EVANS, Helen C. (ed.) – *Armenia: Art, Religion, and Trade in the Middle Ages*, New York: The Metropolitan Museum of Art, 2018, pp. 232-233.

[12] ASLANIAN, Sebouh – *From the Indian Ocean to the Mediterranean: The Global Trade Networks of Armenian Merchants from New Julfa*. Los Angeles: University of California Press, 2011.

[13] GOSHGARIAN, Rachel – "Armenian Global Connections in the Early Modern Period". In EVANS, Helen C. (ed.) – *Armenia: Art, Religion and, Trade in the Middle Ages*, New York: The Metropolitan Museum of Art, 2018, p. 173.

During the seventeenth century, this phenomenon was especially apparent in some Armenian communities, fostered by the emergence of a new merchant class. This class of Armenian merchants became a key aspect in the economic and social developments of the early modern Armenian diaspora. But their impact was greater than imagined. These wealthy elites played an essential role in the promotion and patronage of Armenian art and architecture[14]. As a result, in the seventeenth century, Armenian artistic production reached its apogee in Constantinople, New Julfa, and Crimea.

Illuminations

Ornamental Program

The ornamental program in these four manuscripts is much familiar to the traditional Armenian style where the bird's world, vegetal, geometric, personalized, and symbolic elements appear in marginalia, and elaborate initial letters, headbands, and incipit pages ornate the beginning of the text. The organized structure of text-image relation was carefully implemented by the scribes and illuminators. The distribution of these ornamental elements facilitates the reading of the text and is meant to visually guide the reader within the textual content.

Both in the Bible and Gospels, the main books of the Old and New Testaments open with fully decorated title pages composed of lavishly ornated headpieces in the form of arcs (Fig.1). Ornated rectangular headbands indicate the main chapters within the books in the Bible. In general, each new passage in the Sacred Scriptures opens with an ornated initial letter, a zoomorphic or anthropomorphic majuscule, and is usually indicated with a marginal ornament. Plentiful marginal ornaments are mostly long-shaped compositions of palmettes and interlaced vegetal forms, except for Gospel LA 216, where these ornaments are merely flowers (Fig. 2). Sometimes small figures of biblical characters can be found in the marginalia, as in the case of Bible LA 152 and Gospel LA 253.

[14] VAN LINT, Maarten Th. – "The Armenian People, their History and Culture". In VAN LINT, Maarten Th.; MEYER, Robin (eds.) – *Armenia: Masterpieces from an Enduring Culture*. Oxford: Bodleian Library, 2015, pp. 14-41 (p. 23).

Fig. 2. Marginal ornaments in four manuscripts. From left to right: MS LA 152, *Bible*, p. 168; MS LA 193, *Gospel*, p. 112; MS LA 253, *Gospel*, fol. 55r; MS LA 216, Gospel, fol. 100r. © Museu Gulbenkian.

The Gospels (LA 193, LA 216, LA 253)

The pictorial program of the Gospels is reflected in the arrangement of illuminations, widely rendered in the Armenian manuscript tradition. At the beginning of each Gospel, there are fully illuminated folios of ten Canon Tables, including the Eusebian Letter (Fig. 1). All the Canons bear arched headpieces and are lavishly ornated with floral and animal patterns of vivid colors. Portraits of Eusebius and Carpianus are usually depicted in the first two Canons. The subsequent eight Canons are embellished with a variety of trees, vegetal ornaments, birds, and animals such as peacocks, roosters, partridges, lions, and monkeys. Each of these elements has a specific meaning and place in the context of Canon Tables, described already in several medieval texts by Armenian Church fathers and scholars of the time[15].

Each Gospel Book opens with a portrait of an Evangelist and a fully illuminated incipit page, distributed in two separate folios facing each other. Matthew, Mark, and Luke are represented in inclined writing position, while John is standing and dictating the words to young Prokhoron. Incipit pages have elaborated headpieces, marginalia, and text written in ornate and majuscule bird-letters, with the symbol-

[15] ŁAZARYAN, Vigen – *Xoranneri meknowt'yownner* (in Armenian) [*Commentaries on Canon Tables*]. Yerevan, 1995.

letter of each Evangelist at the beginning. It was possible to determine some unique features of each of the Gospels.

Gospel LA 193

The Gospel LA 193 is entirely illuminated with frieze-like narrative miniatures telling Evangelical stories. These miniatures are composed of tiny forms and figures and merged in the text of almost every folio. This manuscript is familiar to seventeenth-century New Julfan *scriptoria*, known for its eclectic style combining Armenian, Persian and European elements. The LA 216 Gospel shows elaborated miniatures in very tiny scales. The forms and colors in these illuminations are imposing, and marginalia are catching the eye with floral compositions (Fig. 3).

Fig. 3. Flight into Egypt (detail). Left: MS LA 193, *Gospel*, seventeenth century (1647-1693), Crimea, p. 35. © Museu Gulbenkian. Right: Matenadaran MS 7651, *Gospel*, thirteenth century, Cilicia, fol. 26r. © Matenadaran Museum.

This Gospel is the exact copy of an earlier Armenian Gospel known as the "Gospel of eight artists" (Matenadaran MS 7651, 13-14th centuries), produced in the Armenian Kingdom of Cilicia (1198-1375) (Fig. 3). The painter of this manuscript was working in the scriptorium of an Armenian monastery in Crimea. It is not known how he had access to the medieval model (MS 7651) that is now kept in Yerevan's Matenadaran. Before it arrived in the Matenadaran, the MS 7651 was probably displaced several times after the destruction of the scriptoria during the fall of the Armenian Kingdom of Cilicia in the 14th century. At some point in its displacement, the MS 7651 probably appeared in the attention of the 17th-century painter of the LA 193, which attests to his admiration for Cilician-Armenian art.

Gospel LA 216

The Gospel LA 216 is impressive for its elaborated miniatures in a manuscript of very tiny scales. This manuscript is familiar to seventeenth-century New Julfan *scriptoria*, known for its eclectic style combining Armenian, Persian, and European elements. The LA 216 Gospel shows elaborated miniatures in very tiny scales. The forms and colors in these illuminations are imposing, and marginalia are catching the eye with floral compositions (Fig. 4). Here too, the artist gets his inspiration from both traditional Cilician and New Julfan styles.

Fig. 4. Marginal ornaments in MS LA 216, *Gospel*, 1686, Isfahan (New Julfa), fols. 68r, 55r, 22v, 82r, 94v, 145r, 153r, 133r. © Museu Gulbenkian.

Gospel LA 253

The style of LA 253 Gospel is characteristic of a group of seventeenth-century Armenian Gospels produced between Constantinople and New Julfa. Unlike LA 193 and LA 216, the text itself has only marginal ornaments, but it begins with an iconographical cycle on Christ's life traditionally found in Armenian illuminated Gospels[16]. This cycle precedes the Canon Tables and consists of full-page miniatures. In LA 253, it includes the Annunciation, Nativity, Presentation at the Temple,

[16] MAT`EWOSYAN, Karen; AVETISYAN, Avet – *Avetaranakan patkerner: Terownakan šark`i 12 glxavor patkernerə* (in Armenian) [*Gospel Illustrations: The 12 Main Illustrations of the Series of Lord*]. Yerevan, 1993. KOUYMJIAN, Dickran – "Some Iconographical Questions About the Christ Cycle in Armenian Manuscripts and Early Printed Books". *Le sacre Scritture e loro interpretazioni*. Orientalia Ambrosiana, 4, 2015, pp. 121-143.

Baptism, Raising of Lazarus, Entry into Jerusalem, Washing the Feet, Juda's Betrayal, Crucifixion, Descent from the Cross, Ascension, and Second Coming.

This Gospel also includes very classical Evangelist portraits, that resemble some in medieval Armenian Gospels, such as Matenadaran MS 2629 (1272-78, Gospel, Sis/Cilicia) (Fig. 5), Jerusalem MS 2568 (13th c., Cilicia), Beirut MS (1297, Cilicia), British MS Or. 5626 (1282, Cilicia), Matenadaran MS 6290 (1295, Cilicia), and Jerusalem MS 2563 (1272, Cilicia). As for the connection between LA 193 and Matenadaran 7651, the resemblance between LA 253 and medieval Armenian manuscripts attests to the revival and continuity of medieval artistic traditions, widely adopted by the early modern Armenian illuminators.

Fig. 5. Portrait of Evangelist Matthew. Left: MS LA 253, *Gospel*, seventeenth century, Constantinople, fol. 28v. © Museu Gulbenkian. Right: Matenadaran MS 2629, *Gospel*, thirteenth century, Cilicia, fol. 13v. © Matenadaran Museum.

The Bible (LA 152)

The Gulbenkian Bible LA 152[17], opens on two fully illuminated pages that symbolize the first and the last books of the Old and New Testaments: The Book of Genesis and The Book of Revelation (Fig. 6).

[17] GRIGORYAN, Hermine, *et al.* – "The Gulbenkian Bible (17th c.): An Interdisciplinary Study of a Precious Armenian Heritage". In DELUGA, Waldemar (ed.) – *Art of the Armenian Diaspora*. Worl Art

Fig. 6. Illuminated page with scenes of Creation (left) and incipit page with scenes of Revelation (right). MS LA 152, *Bible*, 1623, Constantinople, pp. 13-14. © Museu Gulbenkian.

The Creation scenes are depicted on the full-page illumination (p. 13). The Pentocrator is figured at the top of the composition, enthroned, and surrounded by symbols of the four Evangelists. The three central horizontal registers represent the creation of Adam and Eve, Temptation, and the Expulsion from Paradise. Six medallions in the right margin are positioned vertically and represent the scenes of the hexameron. This composition is quite original since medallions were not common in Armenian Bibles until the 14th century. Then, examples of such "mise-en-page" can be found in Matenadaran MS 352, 14th c., fol.3v; MS 353, 14th c., fol.8r; MS 206, 14th c., fol.4r[18], and afterward, this kind of geometrical structure seems to have been adopted during the seventeenth century, as it appears in several Bibles produced between Constantinople and New Julfa[19].

However, it is still unclear which model has inspired LA 152. We assume that the influence is likely to come from the West through the circulation of medieval

Studies, 20. Warsaw-Torun: Polish Institute of World Art Studies & Taki Publishing House, 2020, pp. 59–75.

[18] It has been suggested that these Bibles were probably inspired by Latin examples, but there is no detailed study on that. I intend to study the Bible LA 152 in a wider comparative approach to bring all the interesting details related to it and medallions in Armenian Bibles in particular.

[19] These Bibles were produced during the seventeenth century either in Constantinople or in New Julfa: Jerusalem MS 428 (1620), Vatican MS Vat. Arm. 1 (1625), Venice MS MS 1507 (13) (1635), Getty MS Ludwig I 14 (1638), Jerusalem MS 1932 (1640), Jerusalem MS 1933 (1645), Jerusalem MS 1928 (1648), Isfahan MS 15 (1) (1662), and Jerusalem MS 501 (seventeenth century).

manuscripts as diplomatic gifts, because of mobility within trade routes and/or through religious missions toward the East[20,21]. Indeed, if rare in the Armenian illuminated Bible, Creation scenes in medallions can be found in several Latin manuscripts, very often within decorated initials (New York, PML, MS M.969, fol.5v; New York, PML, MS M.730, fols.9r-10r; New York, PML, MS M.66, fol.4v; New York, PML, MS M.953, fol.1r; Tournai, BM, MS 1, fol.6r; Porto, BPM, MS Sta Cruz 1, fol.2r, Dijon, BM, MS 562, fol.32r; Paris, B. Arsenal, MS 5211, fol.3v, Fig. 7). Other earlier examples such as Moutier-Grandval Bible (London, BL, MS Add. 10546, fol.5v), Pantheon Bible (Vatican, BAV, MS Lat. 12958, fol.4v), Bible of Pontigny (Paris, BnF, MS. Latin 8823, fol.1r), Bible of Souvigny (Moulins, BM, MS 1, fol.4v, Fig. 8) may be also considered.

Fig. 7. Illuminated page. Paris, B. Arsenal, MS 5211, Bible, 1250-1254, Acre, fol. 3v. © BnF - Bibliothèque de l'Arsenal.

[20] DER NERSESSIAN, Sirarpie – *L'Art Arménien*, pp. 223-224, 233-236.
[21] MERIAN, Silvie L. – "Armenian Scriptoria in New Julfa". In EVANS, Helen C. (ed.) – *Armenia: Art, Religion, and Trade in the Middle Ages.* New York: The Metropolitan Museum of Art, 2018, p. 272.

Fig. 8. Illuminated initial. MS 1, *Bible*, twelve century, France, fol. 5v. © Bibliothèque Municipale de Moulins.

The page facing the Creation cycle in LA 152 is a fully illuminated title page of The Book of Genesis (p.14) with imagery of the Apocalypse. A lavishly ornated headpiece in the form of an arch occupies half of the title page. In this headpiece, Christ is portrayed in the central rosette, with a man on his left and a bird on his right side.

We interpret this image as a Christ-St. John-Holy Spirit composition. In the lower part of the headpiece, the twenty-four elders are represented. At the top of the headpiece is a lion-like lamb in adorned mounting, with seraphs on both sides.

In the lower-left corner of the page, a man is portrayed with a child in his lap and a book in the other raised hand, with a descending bird on it. The child holds a big serpent, curving around the feet of the man. This composition represents the initial letter "I" (Armenian "Ի"), to which an ornated text follows: "In the beginning…". We suggest that the man in this composition is Moses. In Armenian practice, it was common to portray Moses at the beginning of the Book of Genesis such as in the thirteenth-fourteenth-century Armenian Bibles (Jerusalem MS 1925, fol.9r, Matenadaran MS 345, fol.6r; Matenadaran MS 353, fol.7v; Matenadaran MS 206,

fol.3v; Matenadaran MS 2627, fol.2v)[22]. As suggested by Der Nersessian[23], this is symbolic: Moses receives not only the Ten Commandments from God but also the inspiration for writing the Pentateuch.

The above-discussed compositions are quite significant and make us think of inspiration models that the seventeenth-century Armenian artists had from local and non-local sources. Further comparative research may bring new insights into these unique illuminations.

Conclusion

The interdisciplinary study of the Armenian Bible (LA 152) and three Gospel Books (LA 193, LA 216, LA 253) preserved in the Gulbenkian collection in Lisbon demonstrates that each of these manuscripts is a unique testimony of Armenian art, produced in the seventeenth-century diaspora communities of Constantinople, Isfahan/New Julfa, and Crimea. The continued tradition of handwritten and illuminated codices in the given period indicates the societal demand and potential for the execution of such objects. The art of the four manuscripts reflects the tendencies appreciated in the scriptural practices of three communities of Constantinople, Isfahan/New Julfa, and Crimea, demonstrating the preference for medieval models by seventeenth-century Armenian artists. This is a clear indication of the continuity of local traditions in manuscript art during the period when new Western inspirations found their expression in many Armenian manuscripts, mostly Bibles. This dedication and faithfulness to local, predominantly medieval traditions were confirmed not only by iconography but also by material analysis of these Gulbenkian codices, confirming the use of color palettes of certain pigments that were copiously used in medieval Armenian illumination (Fig. 9).

[22] YEGANYAN, Onnik, *et al.* – *Mayr Ts'uts'ak Hayeren Dzeṛagrats Mashtots'i Anvan Matenadarani* (in Armenian) [*Grand Catalogue of Armenian Manuscripts of the Mashtots Matenadaran*]. Vol. I, 1984; Vol. II, 2004; Vol. VIII, 2013, Yerevan.

[23] DER NERSESSIAN, Sirarpie – "Erznkayi 1269 t'vi Astvac'ashunch'ĕ. Erusałem tiv 1925" (in Armenian) ["The Bible of Erznka from 1269: Jerusalem no. 1925"]. *Ejmiats'in*, 11–12 (1966), pp. 27–40 (p. 29).

Fig. 9. The representative molecular palette for the four manuscripts. Details from MS LA 193, *Gospel*, seventeenth century (1647-1693), Crimea, as well as one, the black, from MS LA 216, *Gospel*, 1686, Isfahan (New Julfa).

This research brings a novel approach to the field of Armenian manuscript studies, and Armenian cultural heritage in general. Such studies are essential for the unequivocal assessment of heritage objects and better strategies addressing their conservation and restoration.

Abbreviations for manuscript collections

Arsenal	Bibliothèque de l'Arsenal, Paris
Beirut	Arisdaghesian Collection (private), Beirut
British	The British Library, London
Dijon	Bibliothèque Municipale de Dijon, Dijon
Getty	The J. Paul Getty Museum, Los Angeles
Isfahan	All Savior Armenian Cathedral and Library, Isfahan
Jerusalem	St. James of Jerusalem, Armenian Patriarchate Library, Jerusalem
Matenadaran	The Mesrop Mashtots Institute of Ancient Manuscripts, Yerevan
Morgan	The Pierpont Morgan Library & Museum, New York
Moulins	Bibliothèque Municipale de Moulins, Moulins
Paris	Bibliothèque Nationale de France, Paris
Porto	Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto
Tournai	Bibliothèque du Séminaire Episcopal, Tournai

Vatican	Biblioteca Vaticana, Vatican
Venice	The Mekhitarist Library of San Lazzaro Congregation, Venice

Bibliographical references

Sources

GULBENKIAN ARCHIVES (Fundação Calouste Gulbenkian, Arquivos Gulbenkian), Lisbon, doc. no. MCG 01470, MCG 02129, MCG 02085, consultated in October 2019.

GULBENKIAN ARCHIVES (Fundação Calouste Gulbenkian, Arquivos Gulbenkian), Lisbon, doc. no. MCG 04428, dossier of DER NERSESSIAN, Sirarpie, consulted in October 2019.

Studies

ARAKELYAN, Mikayel – "Sixteenth and Seventeenth Century Armenian Illuminated Manuscripts from Galicia, Podillia, and Bukovyna". In BARDAKJIAN, Kevork; SYSYN, Frank; YASINOVSKYI, Andrii (eds.) – *Armenian-Ukrainian Historical Contacts. Papers of the International Conference Held in Lviv*. Lviv, 2011, pp. 93-112.

ASLANIAN, Sebouh – *From the Indian Ocean to the Mediterranean: The Global Trade Networks of Armenian Merchants from New Julfa*. Los Angeles: University of California Press, 2011.

BAGDIANTZ McCABE, Ina – "An Armenian King in Exile: New Julfa's Shah through a Persian Edict and an Armenian Bible". *Revue des Études Arméniennes* 27 (1998-2000), pp. 321-328.

BAGDIANTZ McCABE, Ina – "The Armenian Bible of 1623 and the Merchant Communities of Constantinople and New Julfa". In HOVANNISSIAN, Richard G.; PAYASLIAN, Simon (eds.) – *Armenian Constantinople*. Costa Mesa: Mazda Publishers, 2010, pp. 183-199.

BAGDIANTZ McCABE, Ina – "Connections Between Constantinople and New Julfa". In EVANS, Helen C. (ed.) – *Armenia: Art, Religion, and Trade in the Middle Ages*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2018, pp. 232-233.

DER NERSESSIAN, Sirarpie – "Erznkayi 1269 t'vi Astvac'ashunch'ĕ. Erusałem tiv 1925" (in Armenian) ["The Bible of Erznka from 1269: Jerusalem no. 1925"]. *Ejmiats'in* 11–12 (1966), pp. 27–40.

DER NERSESSIAN, Sirarpie – *L'Art Arménien*. Paris : Arts et Metiers Graphiques, 1977.

GOSHGARIAN, Rachel – "Armenian Global Connections in the Early Modern Period". In EVANS, Helen C. (ed.) – *Armenia: Art, Religion and, Trade in the Middle Ages*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2018, pp. 171-177.

GRIGORYAN, Hermine, *et al.* – "The Gulbenkian Bible (17th c.): An Interdisciplinary Study of a Precious Armenian Heritage". In DELUGA, Waldemar (ed.) – *Art of the Armenian Diaspora*. World Art Studies, 20. Warsaw-Torun: Polish Institute of World Art Studies - Tako Publishing House, 2020, pp. 59–75.

GRIGORYAN, Hermine – *Between Tradition and Innovation: an Interdisciplinary Approach in the Study of Seventeenth-Century Armenian Manuscripts*. Lisbon: Nova School of Science and Technology, 2023. Doctorate in Conservation and Restoration of Cultural Heritage.

GRIGORYAN, Hermine, *et al.* – "Exceptional Illuminated Manuscripts at the Gulbenkian Museum: a Bible and Three Gospels Produced in the Armenian Diaspora". *Heritage* 6/3 (2023), pp. 3211-3231.

HAMBURGER, Jeffrey F. – *St. John the Devine: The Deified Evangelist in Medieval Art and Theology*. London: University of California Press, London, 2002.

KOUYMJIAN, Angèle; KOUYMJIAN, Dickran – "The Museum Calouste Built". *Saudi Aramco World*. 9/10 (1974), pp. 6-11.

KOUYMJIAN, Dickran – "Some Iconographical Questions About the Christ Cycle in Armenian Manuscripts and Early Printed Books". *Le sacre Scritture e loro interpretazioni*. Orientalia Ambrosiana, 4. Milano - Roma: Biblioteca Ambrosiana - Bulzoni Editore, 2015, pp. 121-143.

ŁAZARYAN, Vigen – *Xoranneri meknowt'yownner* (in Armenian) [*Commentaries on Canon Tables*]. Yerevan, 1995.

MAT'EWOSYAN, Karen; AVETISYAN, Avet – *Avetaranakan patkerner: Terownakan šark'i 12 glxavor patkernerə* (in Armenian) [*Gospel Illustrations: The 12 Main Illustrations of the Series of Lord*]. Yerevan, 1993.

MERIAN, Silvie L. – "Armenian Scriptoria in Constantinople". In EVANS, Helen C. (ed.) – *Armenia: Art, Religion, and Trade in the Middle Ages*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2018, pp. 235-240.

MERIAN, Silvie L. – "Armenian Scriptoria in New Julfa". In EVANS, Helen C. (ed.) – *Armenia: Art, Religion, and Trade in the Middle Ages*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2018, pp. 272-281.

NERSESSIAN, Vrej – *Treasures from the Ark: 1700 Years of Armenian Christian Art*. London: The British Library, 2001.

PEREIRA, João Castel-Branco – "Calouste Gulbenkian: The Collector as Creator". In BEATJER, Katharine and DRAPER, James D. (eds.) – *Only the Best: Masterpieces of*

Calouste Gulbenkian Museum, Lisbon. New York: The Metropolitan Museum of Art, 1999, pp. 3-10.

RIBEIRO, Maria Queiroz – "Roman, Islamic, Armenian, Egyptian and Chine Art, nº 4". In BEATJER, Katharine; DRAPER, D. James (ed.) – *"Only the Best": Masterpieces of the Calouste Gulbenkian Museum, Lisbon*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 1999, pp. 21-22.

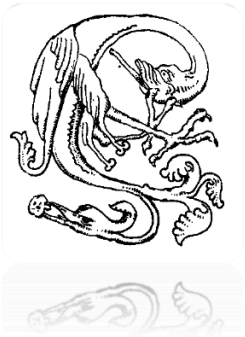
RODRIGUES, Jorge – "The Rise of Islamic Art: 1869-1939 [Catálogo]". In HALLETT, Jessica (ed.) – *The Rise of Islamic Art: 1869-1939*. Lisbon: Calouste Gulbenkian Foundation, 2019, pp. 117-118.

VAN LINT, Maarten Th. – "The Armenian People, their History and Culture". In VAN LINT, Maarten Th.; MEYER, Robin (eds.) – *Armenia: Masterpieces from an Enduring Culture*. Oxford: Bodleian Library, 2015, pp. 14-41.

YEGANYAN, Onnik, *et al.* – *Mayr Ts'uts'ak Hayeren Dzeṛagrats Mashtots'i Anvan Matenadarani* (in Armenian) [*Grand Catalogue of Armenian Manuscripts of the Mashtots Matenadaran*]. Vol. I, 1984; Vol. II, 2004; Vol. VIII, 2013, Yerevan.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

GREGORYAN, Hermine – "Armenian Illuminated Manuscripts in the Collection of the Gulbenkian Museum: Notes on Interdisciplinary Research Project". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 397-414. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

DOMINA: poder en femenino (Reino de León, siglos XI-XII)

DOMINA: Feminine Power (Kingdom of León, 11th-12th centuries)

Luísa Tollendal Prudente

Universidad de Valladolid
Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Historia Antigua y Medieval
47011 Valladolid; España

luisa.tollendal@uva.es
https://orcid.org/0000-0003-3971-6375

Data recepção do artigo / Received for publication: 9 de Outubro de 2024

Introducción

En el siglo XII, entre los años 1109 y 1126, los reinos de León y de Castilla conocieron un monarca en cuerpo de mujer. En ausencia de herederos masculinos por la vía directa, al morir Alfonso VI le sucedió su hija legítima, Urraca I. Ella recibió de su padre el gobierno sobre todo su reino, y llegó a asumir el título imperial que él llevaba anteriormente. Esto quiere decir que no actuaba como tutora del heredero, sino que era ella misma la heredera legítima, reina de toda *Hispania*. Necesitó casarse por segunda vez[1], uniéndose a Alfonso I Batallador, rey de Aragón. La alianza matrimonial fracasó, y los reinos de León-Castilla y Aragón se enfrentaron en una guerra que devastó sobre todo el territorio leonés y castellano. Al final, el matrimonio estéril se deshizo. Para el hijo de Urraca, el futuro Alfonso VII, el aragonés representaba un peligro a su acceso al trono. Así, la reina se enfrentó también a los conflictos y problemas derivados de su sucesión.

A primera vista, Urraca I fue una mujer rodeada de hombres, y todo el poder que le fue asignado, lo fue en derivación de esos poderes masculinos. Su caso puede parecer excepcional. No obstante, una mirada ampliada puede revelar que quizás no hubiera tanta excepcionalidad en que una mujer reinara en nombre propio. Si nos detenemos y miramos más profundamente, veremos que Urraca I estuvo tan rodeada de mujeres poderosas como de hombres poderosos. Su abuela Sancha heredó el trono leonés y lo transmitió a su esposo Fernando I. Sus tías, las infantas Urraca de Zamora y Elvira de Toro, tuvieron poder sobre el territorio leonés y enorme influencia política en la corte de su hermano Alfonso VI. Su medio-hermana Teresa reivindicó el título de reina de Portugal, y sus otras hermanas[2] protagonizaron importantes alianzas matrimoniales y desempeñaron roles políticos junto al trono. Su madre, Constanza de Borgoña, segunda esposa de Alfonso VI, fue la gran responsable de la influencia borgoñona y cluniacense en los reinos de León

[1] Era ya viuda de Raimundo de Borgoña, y con él había gobernado Galicia. Tenía dos hijos de este matrimonio, la infanta Sancha Raimúndez y el futuro Alfonso VII.
[2] Elvira, hija de la concubina Jimena Muñoz (al igual que doña Teresa) y Sancha y Elvira, hijas de la reina Isabel, la cuarta esposa de Alfonso VI.

y de Castilla en este período. También las demás esposas de su padre[3] y sus concubinas[4] desempeñaron papeles de relevancia política en el gobierno de su esposo o amante. La hija legítima de Urraca I, la infanta Sancha Raimúndez, actuó al lado de su hermano Alfonso VII de manera muy semejante a la de sus tías-abuelas mencionadas.

Esta investigación se inició con la idea de centrarse en la reina Urraca I y en la problemática generada por el ejercicio del poder regio por parte de una mujer. Sin embargo, según avanzaba, se constató la amplitud de la presencia femenina en las esferas del poder regio y aristocrático, y la necesidad de extender la mirada hacia el conjunto de la realeza y de la alta-aristocracia en el momento de consolidación del feudalismo en el reino de León. Las "mujeres poderosas" de la época de la reina Urraca I, o que la precedieron y la sucedieron, fueron más numerosas que los ejemplos citados. Su número y la riqueza de los dados obtenidos en las fuentes diplomáticas incitan a ultrapasar la estrechez de la idea de excepcionalidad. Revelan un contexto socio-político en el que las mujeres no solamente podían ejercer poder regio y señorial, sino que se relacionaban íntimamente con su configuración y con la capacidad de los varones de acceder al mismo. Así, se percibió la necesidad de realizar un estudio que ahondase en la cuestión de la participación femenina en la esfera del poder feudal, permitiendo alcanzar un mejor conocimiento de las concepciones de poder existentes entonces.

¿Qué lógica puede existir por detrás del acceso femenino sistemático a posiciones destacadas de poder en el seno de sociedades patriarcales? ¿Qué papel desempeñaban las mujeres que reunían las condiciones necesarias para ser aceptadas en estas posiciones? Aunque la cantidad de situaciones encontradas se contrapone al ropaje de "excepcionalidad" que muchas veces se atribuyó a estos casos, y aunque lleven a considerar el hecho como sistemático en la coyuntura política de la época, no podrían ser todas las mujeres, de todas condiciones, las que ocuparían estas posiciones. En una sociedad patriarcal, el género actuaría de manera estructurante sobre la desigualdad entre hombres y mujeres, determinando

[3] Inés de Aquitania y las misteriosas Berta e Isabel.
[4] La noble berciana Jimena Muñoz y la princesa sevillana Zaida.

la subordinación de las segundas a los primeros. En una sociedad feudal, otras condiciones de estatus y capacidad económica actuarían sobre la desigualdad entre los distintos estamentos. Para determinar la posición de las mujeres pertenecientes a cada uno de esos estamentos, los condicionantes de género deben ser entendidos en asociación con los demás. Así, ¿de qué manera el acceso de algunas mujeres a destacadas posiciones de poder en el reino de León en época plenomedieval contribuía a la perpetuación del sistema socio-político vigente? ¿Cómo las mujeres y su feminidad se relacionaban con el poder (regio y feudal), y qué rol desempeñaban en la concepción misma de este poder? ¿Cómo el género actuaba en estas situaciones? ¿Una mujer en una posición de poder era siempre masculinizada, o se puede hablar de la existencia de una concepción de poder femenino en aquellos tiempos? En caso afirmativo, ¿qué valor se le atribuía? ¿Era negativo, positivo o ambos?

El objeto de este estudio es, por lo tanto, las mujeres de alta clase, pertenecientes a la realeza y a la alta-aristocracia leonesas, que vivieron entre los siglos X y XII. Para acceder a esta realidad, se determinó como fuente primaria la documentación diplomática producida en este periodo en el reino de León, la que mejor permite visualizar la actuación femenina en las esferas del poder regio y nobiliario. Así, se ha consultado documentación proveniente de los grandes centros religiosos leoneses del período[5], en especial aquellos que estaban íntimamente relacionados con las mujeres pertenecientes a las dinastías que reinaron en esos siglos y a las grandes parentelas magnaticias. Muchos de estos centros eran monasterios femeninos o dúplices, pero otros eran masculinos o instituciones seglares como las iglesias catedrales y colegiatas.

La tesis se compone de cinco capítulos[6]. El primero se centra en la revisión bibliográfica y en la exposición de las fuentes primarias. Se recurrió a una bibliografía selecta respecto a la configuración de la aristocracia y de las grandes parentelas magnaticias leonesas en el periodo, los estudios que abordaron la

[5] Donde se producía este tipo de escrituras, aunque fuese en provecho de personas laicas.
[6] PRUDENTE, Luísa Tollendal – *DOMINA: poder en femenino en el Reino de León (s. XI-XII)* [En línea]. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2023. Tesis doctoral. [Consultado el 3 de Octubre 2024]. Disponible en: https://uvadoc.uva.es/handle/10324/61857

costumbre del infantazgo, y aquellos que debatieron sobre la relación entre mujeres y poder, y en torno a las posibilidades de existencia de formas femeninas de poder. Se evidencian distintos abordajes desde la Historia de las Mujeres y del Género, destacando los recientes estudios de *Queenship*[7]. Aún en este primer capítulo, presentamos las principales fuentes primarias de nuestro estudio, que se centró en el análisis de la documentación diplomática editada, proveniente de las principales instituciones eclesiásticas del ámbito leonés plenomedieval y que ofrecen los mayores datos para un estudio de Historia de las Mujeres y del Género[8].

[7] Algunos ejemplos relevantes son: BARTON, Simon – *The aristocracy in twelfth-century León and Castile*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997; BIANCHINI, Janna – "A mirror for a queen? Constructions of Queenship in twelfth- and thirteenth-century León-Castile". *Journal of Medieval History* 45 [En línea], n.4 (2019), pp. 432-456 [Consultado el 3 de Octubre 2024]. Disponible en: https://doi.org/10.1080/03044181.2019.1630848; EARENFIGHT, Theresa – *Queenship in Medieval Europe*. New York: Palgrave McMillan, 2013; FERREIRA, Maria do Rosário – "Entre conselho e incesto: a irmã do rei". *E-Spania* 12 [En línea] (2011). [Consultado el 3 de Octubre 2024]. Disponible en: https://doi.org/10.4000/e-spania.20879; MARTIN, Therese – *Queen as King: politics and architectural propaganda in twelfth-century Spain*. Leiden-Boston: Brill, 2006; MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – "La nobleza de León y Castilla en los siglos XI y XII: un estado de la cuestión". *Hispania: Revista Española de Historia* LIII /3, n. 185 (1993), pp. 801-822; PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA, Ermelindo – *La reina Urraca*. Donostia-San Sebastián: Nerea, 2006; PICK, Lucy K. – *Her father's daughter: gender, power and religion in the early Spanish kingdoms*. Ithaca: Cornell University Press, 2017; RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana – *La estirpe de Leonor de Aquitania: mujeres y poder en los siglos XII y XIII.* Barcelona: Editorial Planeta, 2014, pp. 208-219; STAFFORD, Pauline – *Queens, Concubines and dowagers: the king's wife in the early Middle Ages*. London: Leicester University Press, 1998 (1983).

[8] Las colecciones documentales más destacadas fueron: *Cartulario del Infantado de Covarrubias*. Ed. Luciano Serrano. Valladolid: Cuesta, 1907; *Colección Diplomática del Monasterio de Carrizo*, t. I (969-1260). Ed. Concepción Casado Lobato. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro"- Caja de Ahorros y Monte de Piedad – Archivo Histórico Diocesano, 1983; *Colección Diplomática de San Salvador de Oña (822-1284)*, t. I (822-1214). Ed. Juan del Álamo. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1950; *Colección Diplomática de Santa María de Piasca (857-1252)*. Ed. Julia Montenegro Valentín. Santander: Diputación Regional de Cantabria – Consejería de Cultura, Educación y Deporte, 1991; *Colección Documental del Archivo de la Catedral de León, t. I-VI*. Eds. José María Fernández Catón, *et. al*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro – Caja de Ahorros y Monte de Piedad – Archivo Histórico Diocesano, 1987-1991, *Colección Documental de la Catedral de Astorga*, t. I-II. Eds. Gregoria Cavero Domínguez; Encarnación Martín López. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro – Caja España de Inversiones – Archivo Histórico Diocesano, 1999- 2000, *Colección Documental del Monasterio de San Pedro de Eslonza*, t. I (912-1300). Eds. José Manuel Ruiz Asencio; Irene Ruiz Albi. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro" – Caja España de Inversiones- Archivo Histórico Diocesano, 2007; *Colección Documental del Monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas*, t. I-II. Eds. José Antonio Fernández Flores; Marta Herrero de la Fuente. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro"- Caja España de Inversiones – Archivo Histórico Diocesano, 1999-2005; *La reina doña Urraca (1109-1126): cancillería y colección diplomática*. Ed. Irene Ruiz Albi. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro"- Caja España de Inversiones- Archivo Histórico Diocesano, 2003, *Libro de Privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León (siglos XII-XV)*. Ed. Carlos de Ayala Martínez, *et. al*. Madrid: Editorial Complutense, 1995; *Patrimonio cultural de San Isidoro de León: documentos de los s. X-XIII*, v. I. Ed. Encarnación Martín López. León: Universidad de León – Cátedra de San Isidoro de la Real Colegiata de León, 1995.

El segundo capítulo desarrolla las cuestiones teóricas fundamentales, discute los conceptos de género y de patriarcado elaborados por autoras como Joan Scott y Gerda Lerner[9], diversos aspectos relacionados con el parentesco según la visión antropológica y sociológica de Maurice Godelier y de Pierre Bourdieu[10], y la noción de linaje aplicada al sistema de parentesco aristocrático medieval, según las consideraciones de Anita Guerreau-Jalabert[11]. En el contexto estudiado, se obedecían normas cognaticias, pese al sesgo producido por la desigualdad de género.

A partir del tercer capítulo nos volcamos al análisis de fuentes para examinar, en primer lugar, las formas de transmisión y de ejercicio del poder a través de las mujeres de alta clase. Examinamos la participación femenina en las estrategias patrimoniales y matrimoniales de las parentelas magnaticias, el papel desempeñado por ellas en el juego político de su estrato social y, en última instancia, su función en la reproducción del poder de esos grupos.

El cuarto capítulo discurre sobre la propiedad de la iglesia por parte de la alta-aristocracia laica y sobre el fenómeno del infantazgo. Evidencia algunas cuestiones relacionadas con este último, como la contribución de las infantas nacidas de uniones mal-llamadas "ilegítimas" y sobre la extensión de una lógica y una práctica semejantes entre las élites del reino.

---

[9] LERNER, Gerda - *The Creation of Patriarchy*. Oxford, Oxford University Press, 1986, SCOTT, Joan Wallach – "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade* 20, n. 2 (1995), pp. 71-99.

[10] BOURDIEU, Pierre – "Stratégies de reproduction et modes de domination". *Actes de la recherche en sciences sociales* 105, n. 1 (1994), pp. 3-12; BOURDIEU, Pierre – "Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction". *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations* 4-5 (1972), pp. 1105-1127 ; GODELIER, Maurice – *Métamorphoses de la parenté*. Paris: Fayard, 2004; GODELIER, Maurice – "The Origins of Male Domination". *New Left Review* 1 [En línea], n. 127 (1981) pp. 3-17. [Consultado el 3 de Octubre 2024]. Disponible en: https://newleftreview.org/issues/i127/articles/maurice-godelier-the-origins-of-male-domination

[11] GUERREAU-JALABERT, Anita – "Rome et l'Occident médiéval : quelques propositions pour une analyse comparée de deux sociétés à système de parenté complexe". In GENET, Jean-Philippe (ed.) - *Rome et l'État moderne européen*. Roma : École Française de Rome, 2007, pp. 197-216 ; GUERREAU-JALABERT, Anita – "Sur les structures de parenté dans l'Europe Médiévale". *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations* 6 [En línea] (1981), pp. 1028-1049. [Consultado el 3 de Octubre 2024]. Disponible en : https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1981_num_36_6_282803

El quinto y último capítulo aborda la práctica femenina del poder señorial y regio en aspectos que comúnmente se han asociado al régimen feudal y se han considerado como masculinos, tales la jurisdicción, la emisión de fueros, el dominio sobre personas y el establecimiento de relaciones personales de dependencia. Trata las atribuciones señoriales femeninas, las relaciones feudovasalláticas entre mujeres de la realeza y de la alta-aristocracia, la flexión de género en el vocabulario político feudal de la época (y, por extensión, a otras formas de representación) y en la comprensión de la posición de rey cuando era ocupada por una mujer. En última instancia, indagamos sobre las nociones de género, femenino y masculino, en la concepción general del poder en el seno de la sociedad feudal y patriarcal que se había configurado en el territorio leonés de los siglos X a XII.

Conclusiones teóricas

Se ha podido constatar el abandono necesario de la idea de excepcionalidad al tratar de las mujeres medievales que ocuparon posiciones destacadas de poder, pues esta noción restringe el análisis y perpetua estereotipos de género, en lugar de comprender el sentido de esas figuras en la cultura política de la época. Una mirada profunda reveló que las mujeres que desempeñaban tareas políticas importantes, tanto en posiciones de gobierno como contribuyendo con el mismo, no eran inusuales como se suele creer. La documentación escrita da cuenta de una miríada de mujeres de alta clase que se relacionaban con la cúspide del poder. Urraca I fue la primera reina en derecho propio de los reinos de León y de Castilla reconocida como tal por la historiografía. Si, en lugar de tratar su historia aisladamente, la insertamos en el contexto de su dinastía, vemos que fue precedida y sucedida por generaciones de reinas, infantas y aristócratas que se relacionaron activamente con el poder regio.

Igualmente, se vio la necesidad de un abordaje que articule los conceptos de género y de patriarcado, con el fin de analizar satisfactoriamente la problemática de la relación entre mujeres y poder en la Edad Media. Este aparato teórico permitió pensar sobre la dimensión femenina en la concepción y en el ejercicio del poder regio y señorial en el reino leonés en la Plena Edad Media. Se adoptó la noción

desarrollada por Heleieth Saffioti de "orden patriarcal de género"[12] , y se considera, tal como defendió la medievalista Judith Bennett[13], que el concepto de patriarcado, pese a ser formulado en el singular, remite a realidades plurales, con características cambiantes según el lugar y la época. No se considera que esté subordinado a las relaciones de clase, sino que las precede, aunque ambas formas de opresión se hayan desarrollado en conjunto y se retro-alimenten. El "orden patriarcal de género" no es universal ni natural, sino culturalmente construido. Por esta razón, se manifiesta de maneras tan diversas como son las culturas humanas. No se puede simplificar su establecimiento como un hecho puntual en el pasado, sino que se trata del resultado de larguísimos procesos históricos.

Como el objeto de este estudio son las mujeres de alta clase en el reino de León durante la Plena Edad Media, para comprender correctamente cómo el género actúa sobre ellas es necesario pensarlo en relación con el estrato del que provenían. Por su posición social, tenían derechos y poderes normalmente vetados a las mujeres en aquella sociedad (y también a los hombres de clase más baja). La diferencia entre ellas y los hombres de mismo estatuto se encontraba en el derecho sobre el propio cuerpo en materia de sexualidad y capacidad reproductiva. En las mujeres esos atributos eran controlados por los hombres que estaban unidos a ellas por lazos de sangre (es decir, sus padres, hermanos, esposos, tíos, hijos, etc…) en favor de la preservación de su poder sobre las mujeres como un todo, y sobre otros hombres.

Como suele ser característico en los patriarcados, este control podría ser ejercido por otras mujeres, pero preservando el privilegio de los varones. Así, llegamos a la correlación existente entre la dominación general de unos hombres sobre otros en la sociedad, y la dominación ejercida por los hombres sobre las mujeres. La segunda ofrece las bases sobre las que se asentó la primera.

[12] SAFFIOTI, Heleieth I. B. – *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 118.
[13] BENNETT, Judith M. – *History Matters: patriarchy and the challenge of feminism.* Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2006, pp. 13-34.

Respecto al parentesco, fueron útiles las ideas de Maurice Godelier[14]. Su teoría rechaza la noción del parentesco como fundamento de las sociedades humanas. Pese a su orientación materialista, sus investigaciones le llevaron a concluir también que este fundamento tampoco se encontraba en las relaciones económicas de producción y reproducción, sino que entiende que ambos tipos de relaciones servirían como instrumentos de la reproducción social, y no como amalgama social en todos los casos (las primeras estarían contenidas dentro de una sociedad, las segundas la ultrapasarían). En su opinión, este papel sería desempeñado por las relaciones político-religiosas (o político-rituales), que actuarían en la cohesión del grupo social, en su reconocimiento de sí frente a los demás. Si bien las relaciones de parentesco pueden, en ocasiones, unir a los miembros de una misma sociedad, en otros pueden dividir y generar conflictos. En lugar de proponer una explicación universal, Godelier propuso mirar hacia cada grupo buscando comprender las bases sobre las que se asienta y que no son generalizables para todas las sociedades humanas. Es habitual, sin embargo, que las fuerzas sociales político-religiosas, para justificarse, les presten a las relaciones de parentesco y a la familia la apariencia de naturalidad y de ser el fundamento de la sociedad.

La noción de linaje y su entendimiento como un sistema patrilineal que caracterizaría el sistema de parentesco aristocrático medieval es hoy objeto de cuestionamientos. El entendimiento adoptado en la tesis es que se trataba de un sistema cognaticio. Se ha aventado la idea de que al mismo tiempo hubiese una inflexión patrilineal. Esto fue cuestionado por Anita Guerreau-Jalabert[15] que argumentó que un sistema cognaticio no podría ser al mismo tiempo patrilineal, y lo que se observa es un sesgo de género, coherente con sociedades patriarcales como las medievales.

Conclusiones de la investigación

Las alianzas matrimoniales se relacionaban con la transmisión, la dinamización y la acumulación patrimonial. En muchas ocasiones, la paz y la guerra dependían de las

[14] GODELIER, Maurice – *Au fondement des sociétés humaines : ce que nous apprend l'anthropologie*. Paris : Albin Michel, 2007.
[15] GUERREAU-JALABERT, Anita – "Sur les structures de parenté", pp. 1028-1049.

articulaciones en torno a las mujeres. A veces, sin embargo, no actuaban en favor de la paz, y podrían ser ellas mismas las articuladoras de rebeliones aristocráticas. Se ha estudiado el papel de las mujeres en la creación de nuevas parentelas de alta clase, especialmente el caso de los Fróilaz, cuyo patrimonio principal provenía de la condesa María Fróilaz. Estuvieron constantemente vinculados a la realeza mediante lazos personales de dependencia existentes entre las mujeres de la parentela y las reinas e infantas leonesas, que culminaron en el establecimiento de lazos de parentesco. Movimientos semejantes se pueden percibir en otras parentelas.

A lo largo de los siglos plenomedievales el fenómeno de las iglesias propias evolucionó. La posición central en la gestión de esos bienes recaía en algunas personas señaladas que asumían el rol de dueños o dueñas (*domini* o *dominae*) de los monasterios familiares. Esa función recaía con mayor frecuencia en mujeres, y tenía como efecto matizar la excesiva dispersión que suponía el reparto igualitario de la herencia, en especial manteniendo indiviso el patrimonio religioso.

Dentro de esta lógica se encontraba la del infantazgo. Este se configuró como una costumbre de valor estratégico para el establecimiento y la reproducción del poder de la dinastía. Incluía en la configuración del poder regio a las infantas, hermanas, hijas y tías de reyes. Al dotarles con propiedades eclesiásticas pertenecientes a la parentela regia, se les asignaba la capacidad de sacralizar el derecho dinástico sobre el territorio. Correspondía a una forma propiamente femenina de poder. No eran todas las propiedades disfrutadas por infantas reales las que adquirían estatus de infantazgo, y vemos a estas mujeres también al frente de tenencias del reino.

Contrariamente a la idea más difundida acerca del infantazgo, las mujeres que lo recibían no tenían necesariamente que entrar en religión. Sin embargo, en el caso de las señoras del infantazgo casadas, estas posesiones no se transferían a la familia conyugal, solían transmitirse en línea diagonal, siendo habitual que pasasen de tías a sobrinas. Quizás correspondiese a una forma de herencia diagonal que actualizaba la sucesión horizontal en un sistema que cada vez más ponía la tónica en la línea vertical de descendencia. La ilegitimidad de nacimiento no era un factor excluyente del derecho al infantazgo. Lo que sí parece haber sido un factor negativo es la

ausencia del territorio, aunque podía la infanta recuperar el infantazgo si volvía a su tierra natal. El gobierno de las señoras del infantazgo al lado del rey no se trataba de una situación excepcional puesta en marcha en momentos puntuales, sino que correspondía a un patrón reiterado, inherente al ejercicio del poder.

Con relación a la actuación política de las hijas naturales de reyes, se ha visto el ejemplo de la hija mayor de Alfonso VI, la infanta Elvira Alfonso I. La introducción de la Orden de San Juan de Jerusalén en tierras del noroeste ibérico dependió en gran parte de la influencia ejercida por ella. En esta primera fase, los enclaves hospitalarios en León y en Castilla se entrelazaron en buena medida con las propiedades y el poder de las infantas.

En fin, patrones de reparto de la herencia espiritual y material semejantes al del infantazgo regio podían encontrarse más allá de la monarquía, en el seno de las parentelas aristocráticas. Estos casos correspondían a un intento de emulación del poder tal como era practicado por la monarquía. Sin embargo, la noción de una esfera femenina del poder regio y señorial, capaz de legitimar el poder de los varones, pertenecía probablemente a la cultura política del reino. De esta manera, la utilización de la estrategia del infantazgo respondía a la culminación de esa noción, que por otro lado estaba difundida por toda la aristocracia como una lógica de reproducción del poder.

Las mujeres de alta-clase tenían poder señorial en su sentido más amplio, ejerciendo prerrogativas judiciales en sus dominios propios y en aquellos a los que accedían por la vía matrimonial. Tenían bajo su autoridad dependientes diversos, y ejercían el dominio sobre personas típico de los sistemas feudales. Las atribuciones legales que desempeñaban derivaban de su estatuto matrimonial y, encontrándose viudas, no perdían su derecho. En lo tocante a las concesiones forales, sin embargo, la única mujer que hemos encontrado con poder para establecerlas sin la presencia de su marido y sin mención al mismo, encontrándose sin embargo casada, fue la reina Urraca I, por su situación atípica.

La vinculación entre reinas, infantas y aristócratas, o entre las señoras de alta clase y las personas que estaban sujetas a ellas, seguía el código de las relaciones feudales. Se conformaban redes clientelares femeninas de gran interés para los vínculos establecidos entre los grupos de parentesco. Habría un componente femenino del poder que, pese a no estar formulado ni sistematizado como tal, existía en mujeres de carne y hueso, en sus acciones de significado político y en las costumbres y normas no escritas que les atribuía la capacidad de disponer de bienes patrimoniales y gestionar territorios.

Se trataba de mujeres aparejadas de ciertas virtudes masculinas que las hacían aptas para el poder, pero deberían cumplir con otras características y funciones acopladas a la idea de feminidad, en especial la maternidad. En el caso de las hijas de hombres poderosos solteras, eran sus lazos de filiación y de fraternidad los que les permitían ocupar una posición política.

Este movimiento se puede observar de forma más clara con relación a las reinas que asumían como titulares del trono. Su comportamiento podía transgredir excepcionalmente las contingencias que condicionaban el de todas las demás mujeres, acercándose al campo masculino. Deberían profesar las cualidades de líder, las cuales se asociaban de forma positiva a la masculinidad. Tenían también que establecer alianzas a la manera de los habituales titulares del reino, lo cual incluía cuidar la política matrimonial. Esto abarcaba sus propias uniones. De entre todas las mujeres estudiadas aquí, tan solo dos, la reina Urraca I de León y de Castilla y su medio-hermana, la condesa-reina Teresa de Portugal, mantuvieron relaciones extra-matrimoniales que fueron socialmente admitidas. Pero no se rigieron exactamente por las mismas reglas que se aplicaban cuando se trataban se concubinatos “típicos”, ni gozaron del mismo nivel de aceptación.

La reina Urraca I recibió el trono viuda de su primer matrimonio, habiendo ya dado posibles herederos al trono. Necesitó casarse enseguida para mantenerse en su posición. El fracaso de esta alianza hizo que buscase la manera de seguir sola al frente del reino. Paralelamente sucedió a sus tías en el infantazgo. Cumplía así con esta función femenina que garantizaba la soberanía y sacralizaba el poder regio.

Para finalizar, ¿difería el gobierno de un hombre y el de una mujer? Con todo lo dicho, pese al acercamiento a la masculinidad obrado por Urraca I, su condición a la vez de mujer y de monarca tenía implicaciones distintas de los soberanos masculinos. Porque ella era mujer, sus enlaces matrimoniales o concubinarios llevaban implícita la posibilidad de transmisión del trono leonés y castellano a sus cónyuges, de donde el conflicto armado que siguió a su casamiento con Alfonso I el Batallador. Aunque la guerra fuese una constante en todos los reinados, la causa de esta contienda derivaba directamente del sexo de la reina. Tampoco era habitual que los aspectos masculino y femenino del poder estuviesen reunidos en una misma persona.

Referencias bibliográficas

Fuentes

Fuentes impresas

Cartulario del Infantado de Covarrubias. Ed. Luciano Serrano. Valladolid: Cuesta, 1907.

Colección Diplomática del Monasterio de Carrizo, t. I (969-1260). Ed. Concepción Casado Lobato. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro"- Caja de Ahorros y Monte de Piedad – Archivo Histórico Diocesano, 1983.

Colección Diplomática de San Salvador de Oña (822-1284), t. I (822-1214). Ed. Juan del Álamo. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1950.

Colección Diplomática de Santa María de Piasca (857-1252). Ed. Julia Montenegro Valentín. Santander: Diputación Regional de Cantabria – Consejería de Cultura, Educación y Deporte, 1991.

Colección Documental del Archivo de la Catedral de León, t. I-VI. Eds. José María Fernández Catón, *et. al*. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro – Caja de Ahorros y Monte de Piedad – Archivo Histórico Diocesano, 1987-1991.

Colección Documental de la Catedral de Astorga, t. I-II. Eds. Gregoria Cavero Domínguez; Encarnación Martín López. León: Centro de Estudios e Investigación San Isidoro – Caja España de Inversiones – Archivo Histórico Diocesano, 1999- 2000.

Colección Documental del Monasterio de San Pedro de Eslonza, t. I (912-1300). Eds. José Manuel Ruiz Asencio; Irene Ruiz Albi. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro" – Caja España de Inversiones- Archivo Histórico Diocesano, 2007.

Colección Documental del Monasterio de Santa María de Otero de las Dueñas, t. I-II. Eds. José Antonio Fernández Flores; Marta Herrero de la Fuente. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro" – Caja España de Inversiones – Archivo Histórico Diocesano, 1999-2005.

La reina doña Urraca (1109-1126): cancillería y colección diplomática. Ed. Irene Ruiz Albi. León: Centro de Estudios e Investigación "San Isidoro" – Caja España de Inversiones- Archivo Histórico Diocesano, 2003.

Libro de Privilegios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla y León (siglos XII-XV). Ed. Carlos de Ayala Martínez, *et. al*. Madrid: Editorial Complutense, 1995.

Patrimonio cultural de San Isidoro de León: documentos de los s. X-XIII, v. I. Ed. Encarnación Martín López. León: Universidad de León – Cátedra de San Isidoro de la Real Colegiata de León, 1995.

Estudios

BARTON, Simon – *The aristocracy in twelfth-century León and Castile*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

BENNETT, Judith M. – *History Matters: patriarchy and the challenge of feminism.* Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2006.

BIANCHINI, Janna – "A mirror for a queen? Constructions of Queenship in twelfth- and thirteenth-century León-Castile". *Journal of Medieval History* 45 [En línea], n.4 (2019) pp. 432-456. [Consultado el 3 de Octubre 2024]. Disponible en: https://doi.org/10.1080/03044181.2019.1630848

BOURDIEU, Pierre – " Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction *". Annales, Économies, Sociétés, Civilisations* 4-5 (1972), pp. 1105-1127.

BOURDIEU, Pierre – " Stratégies de reproduction et modes de domination *". Actes de la recherche en sciences sociales* 105, n. 1 (1994), pp. 3-12.

EARENFIGHT, Theresa – *Queenship in Medieval Europe*. New York: Palgrave McMillan, 2013.

FERREIRA, Maria do Rosário – "Entre conselho e incesto: a irmã do rei". *E-Spania* [En línea] 12 (2011). [Consultado el 3 de Octubre 2024]. Disponible en: https://doi.org/10.4000/e-spania.20879

GODELIER, Maurice – "The Origins of Male Domination". *New Left Review* 1 [En línea], n. 127 (1981), pp. 3-17. [Consultado el 3 de Octubre 2024]. Disponible en: https://newleftreview.org/issues/i127/articles/maurice-godelier-the-origins-of-male-domination

GODELIER, Maurice – *Métamorphoses de la parenté*. Paris : Fayard, 2004.

GODELIER, Maurice – *Au fondement des sociétés humaines : ce que nous apprend l'anthropologie*. Paris : Albin Michel, 2007.

GUERREAU-JALABERT, Anita – " Rome et l'Occident médiéval : quelques propositions pour une analyse comparée de deux sociétés à système de parenté complexe ". In GENET, Jean-Philippe (ed.) - *Rome et l'État moderne européen*. Roma : École Française de Rome, 2007, pp. 197-216.

GUERREAU-JALABERT, Anita – " Sur les structures de parenté dans l'Europe Médiévale ". *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations* 6 [En línea] (1981), pp. 1028-1049. [Consultado el 3 de Octubre 2024]. Disponible en: https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1981_num_36_6_282803

LERNER, Gerda – *The Creation of Patriarchy*. Oxford, Oxford University Press, 1986.

MARTIN, Therese - *Queen as King: politics and architectural propaganda in twelfth-century Spain*. Leiden-Boston: Brill, 2006.

MARTÍNEZ SOPENA, Pascual – "La nobleza de León y Castilla en los siglos XI y XII: un estado de la cuestión". *Hispania: Revista Española de Historia* LIII /3, n. 185 (1993), pp. 801-822.

PALLARES MÉNDEZ, María del Carmen; PORTELA, Ermelindo – *La reina Urraca*. Donostia-San Sebastián: Nerea, 2006.

PICK, Lucy K. – *Her father's daughter: gender, power and religion in the early Spanish kingdoms*. Ithaca: Cornell University Press, 2017.

PRUDENTE, Luísa Tollendal – *DOMINA: poder en femenino en el Reino de León* (s. XI-XII) [En línea]. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2023. Tesis doctoral. [Consultado el 3 de Octubre 2024]. Disponible en: https://uvadoc.uva.es/handle/10324/61857

RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana – *La estirpe de Leonor de Aquitania: mujeres y poder en los siglos XII y XIII.* Barcelona: Editorial Planeta, 2014.

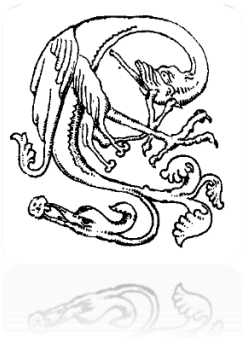
SAFFIOTI, Heleieth I. B. – *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan Wallach – "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade* 20, n. 2 (1995), pp. 71-99.

STAFFORD, Pauline – *Queens, Concubines and dowagers: the king's wife in the early Middle Ages*. London: Leicester University Press, 1998 (1983).

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PRUDENTE, Luísa Tollendal – "DOMINA: poder en femenino (Reino de León, siglos XI-XII)". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 415-430. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

The influence of medieval romance in the episodes of Hippocrates' daughter and the fairy of the Sparrowhawk Castle from *The Book of John Mandeville*

A influência do romance medieval nos episódios da filha de Hipócrates e da fada do Castelo de Sparrowhawk do *Livro de John Mandeville*

Rita Cipriano

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
1600-214 Lisboa, Portugal

ritappcipriano@gmail.com

Data recepção do artigo / Received for publication: 15 de julho de 2024

The following text contains the main conclusions from: CIPRIANO, Rita Alexandra Pais - Sir John's Romances: a study of two episodes from "The Book of John Mandeville". *Dissertação especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Estudos Ingleses e Americanos na especialidade de Estudos Ingleses, orientada pela Prof.ª Doutora Angélica Varandas e pela Prof.ª Doutora Adelaide Meira Serras. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Abril de 2024.* hdl.handle.net/10451/65199.

The Book of John Mandeville (c. 1357)[1] is one of the most famous works of the Middle Ages and probably the most-read travel narrative of the period. It describes the journey to Jerusalem and then to Asia of a traveller who presents himself as John Mandeville, an English knight born and raised in the town of St. Albans, Hertfordshire. In 1322, on Michaelmas Day (29th September), during the time of Edward III, king of England from 1327 to 1377, Mandeville left his country and crossed the sea to the Holy Land and further East. His sojourn lasted thirty-four years, during which he came in contact with the people and traditions of many places, some strange, full of wonders and monstrous beings. When, tired of travelling, he finally returned "to rest" [2], he took on the task of writing down his adventures in the form of a book, which, according to the dates on the Defective Version, the oldest and most popular English variation, he finished in the year 1366[3].

[1] Like most medieval texts, *The Book of Mandeville* had no authorial title. Its medieval names included *The Book of Wonders, The Travels of Sir John Mandeville,* and *The Book John Mandeville*. Expressions such as 'romance' or *'itinerarium'* were also used. See HIGGINS, Iain Macleod (editor and translator) – *The Book of John Mandeville with Related Texts*. Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2011, pp. xi-xii; TZANAKI, Rosemary – *Mandeville's Medieval Audiences. A Study on the Reception of the Book of Sir John Mandeville (1371-1550)*. Aldershot: Routledge, 2003, p. 1. *The Book of John Mandeville* is still the most common title, but some modern editors, such as M. C. Seymour and Iain Macleod Higgins, have adopted the name *Mandeville's Travels*, which only started to be used with Thomas East's edition of 1586. See TZANAKI, Rosemary – *Mandeville's Medieval Audiences*, p. 1. I have opted for *The Book of John Mandeville* because it emphasizes the intentional role of the author and deludes the idea of 'travel'. Today, it is known that Mandeville did not visit the places he describes and that his book resulted from a creative process.

[2] SEYMOUR, M. C. (ed.) – *The Defective Version of Mandeville's Travels*. Oxford: Published for The Early English Text Society by the Oxford University Press, 2002, p. 135, lines 30-31.

[3] SEYMOUR, M. C. (ed.) – *The Defective Version*, pp. 135-136. Different versions give different dates for the conclusion of the book and the departure of Mandeville. Higgins pointed out that copy errors were usual due to the use of Roman numerals. See HIGGINS, Iain Macleod (editor and translator) – *The Book of John Mandeville*, p. 5. Here, I follow the dates in the Defective Version.

In chapters 3 and 14 of this very famous book, respectively — even more famous in its time than Marco Polo's travel account[4] —, Mandeville narrates the stories of Hippocrates' daughter and the fairy of the Sparrowhawk Castle. These two marvellous stories are often seen as 'deviations' of the 'main path' in Mandeville's account, a position I disagree with. Instead, I believe they play an essential role in structuring *The Book* and reinforcing the author's position and message, which has to do with the need for moral reform through the process of reconquering the Holy Land. Also, they prove that Mandeville was inspired not only by medieval non-fiction works but also by other literary traditions of the Middle Ages, namely that of romance.

The episodes have as main characters feminine figures with supernatural characteristics that impose upon the male characters a challenge that has to be successfully overcome to give them access to a gift. The accomplishment of the task depends on them showing a set of characteristics that was expected of them as relevant members of medieval society. Knights, who are given special attention in the legend of Hippocrates' daughter, were considered the best society had to offer.

Above them was the king, who was expected to behave with dignity, in an honourable and gentle way, and to keep and defend the Christian faith[5]. However, in the episode, all the male characters (knights) fail and meet a tragic end. In the story about the Sparrowhawk Castle, although the male characters complete the challenge, they act wrongly when confronted with the possibility of asking for a reward, leading to catastrophic events. In the two stories, the gift is presented to the men by an independent female figure who herself defies women's position in medieval society. There is an old literary tradition of supernatural women who challenge men's character by imposing on them a taboo whose acquiescence results in good luck and wealth. The most famous of these figures is the half-fairy Mélusine,

[4] MOSELEY, C. W. R. D. – "The Marvels, The Mystery, The Man: Reflections on Re-reading Mandeville's Travels". *Forma de Vida. Revista do Programa em Teoria da Literatura da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, n.d. formadevida.org/moseleyfdv22.

[5] Geoffrey Chaucer describes the qualities that make a good king at the beginning of "The Squire's Tale". See CHAUCER, Geoffrey – *The Canterbury Tales. The Works of Geoffrey Chaucer*. Part I, lines 16-27. Boston: Houghton Mifflin, 1957. quod.lib.umich.edu/c/cme/CT/1:1.1?rgn=div2;view=toc.

whose legends undoubtedly influenced Mandeville, who was one of the inspirations behind Jean d'Arras' romance about the mythical origins of the house of Lusignan.

Both episodes show that 'the best figures society had to offer' were no longer ruled by Christian moral values — knights do not save the damsel in need and are only interested in the profit of the fight; kings lead a sinful existence and are more interested in pursuing their personal interests and pleasures than in ruling with wisdom. In the tale of the Sparrowhawk Castle, it is the poor man's son, a future merchant, who makes the clever choice and not the king, who should be wiser. *The Book* was written at a time when merchants were gaining more importance and emerging as vital members of society, and, in a way, replacing the old institution of knighthood that was starting to decline. The deterioration process is evident in how chivalric values were becoming unimportant to the military class[6], which, at the end of the fourteenth century, boosted by a world in transformation, was starting to change[7]. However, the fact that the youngster also encounters perdition suggests a widespread moral decadence that was not exclusive to the high hanks of medieval society.

Nevertheless, it is the leaders that Mandeville holds responsible. There are several passages in *The Book* in which he speaks about the lack of guidance from the European lords, who are more interested in fighting against each other and pursuing their own interests than in doing what is most important, which is to defend Jerusalem, the Holy Land, and the Christian religion. It is because it had been a long time since there was a crusade in the East that Mandeville decided to write his book, so people could take solace in the description of the holy places and inspire a new desire in the heart of man to reconquer the Holy City. For him, the conquest is not only a question of keeping under Western leadership a place of crucial importance for the Christian religion. The author believes that only by organising a new crusading expedition — an armed pilgrimage and a way of doing penance — can the European lords atone for their sins and reverse the process of moral decline in Europe. The situation is so unacceptable that it can only be reverted by going on a

[6] SAUL, Nigel – *For Honour and Fame. Chivalry in England, 1066-1500*. London: Pimlico, 2012, p. 358.
[7] SAUL, Nigel – *For Honour and Fame*, p. 362.

pilgrimage to the holiest of places and by seizing it from the hands of the Muslims. The salvation of Europe's lost souls is Mandeville's main preoccupation. It is what drives him[8]. It is his 'eurocentricity' that explains his position regarding Muslims and other non-Christians, which he describes with tolerance (except for Jews).

Furthermore, he is rarely unpolite when referring to foreigners, and even when referring to monstrous beings, he is overall positive, highlighting their marvellous traits instead of their abnormal features. These people's behaviour — the 'Other' — contrast with that of the Europeans — the 'Same' —, highlighting their character's faults.

As pointed out by many critics, the apology of the crusading is one of the central themes of *The Book*. It crosses the whole work. There are passages in which the issue is addressed more directly than others. Still, the question is everywhere, including in those episodes that have been regarded as pure entertainment and to break with the monotony of the itinerary description, as is the case of the legends of Hippocrates' daughter and the fairy of the Sparrowhawk Castle. The two tales are a masterful construction of the same critique, delivered in a way that both entertains and provokes reflection. This concept was first put forward by Horace in *Ars Poetica* in the first century BCE and applied by medieval authors such as Gerald of Wales and Gervase of Tilbury in the late twelfth century. They are "not frivolous entertainment"[9], as stated by the Host in the Prologue to *The Canterbury Tales* and later confirmed by "The Nun's Priest's Tale", a story that can be read as amusement — a fun tale about a cock and a hen, Chanticleer and Pertelote — or as an ethical lesson (*moralite*) on sin and temptation[10].

Furthermore, the two episodes reflect the author's deep knowledge of the culture and literature of the Middle Ages, which critics have widely ignored. Mandeville makes use of several romance motifs, including the supernatural, love, and chivalry,

[8] Perhaps because there was also a time when Mandeville was lost (is that why he left England and perhaps never came back?).
[9] TZANAKI, Rosemary – *Mandeville's Medieval Audiences*, p. 171.
[10] PHILLIPS, Helen – *An Introduction to the Canterbury Tales. Reading, Fiction, Context.* New York: St. Martin's Press, 2000, p. 186.

elements that "might have led contemporaries to classify the work among diverse types of 'romance'"[11]. According to a survey done by Rosemary Tzanaki, *The Book* was described as romance at least in three medieval manuscripts[12], and later 'romanesque' authors borrowed from it, which demonstrates "the many different ways in which the book could be viewed and used as a romance"[13]. It also inspired the production of a later verse variation focused on the marvellous adventures of Sir John Mandeville[14]. However, nowadays, when speaking about Mandeville's sources, medieval works of fiction are rarely named, except for the so-called Alexander Romances, a corpus of narratives about the life and conquests of Alexander the Great that inspired some of the passages about the Far East.

Although it is difficult to indicate with assurance which literary works were consulted by Mandeville, there is no doubt that some influenced him. He definitely knew chivalric romances, which directly inspired the episode of Hippocrates' daughter, including Chrétien de Troyes' Arthurian romances and, possibly, Marie de France's *lais*, a genre that celebrated *gentillesse*[15], magic, love and delight[16].

Additionally, these authors were so well known that it is almost impossible for someone so well-read as Mandeville not to be acquainted with them. He was also undoubtedly aware of the "Fair Unknown" narratives and the *fier baiser* theme ("fearsome kiss"), whose best-known example in late medieval England was *Lybeaus Deconnus*, a fourteenth century romance partly based on a late twelfth century French poem. The similarities between the romance and some passages in *The Book* reinforce that assumption.

In conclusion, the episodes of Hippocrates' daughter and the fairy of the Sparrowhawk Castle rely both on medieval romance tropes, which Mandeville knew perfectly well, and the familiarity of the readers with it, to reinforce the line of

[11] TZANAKI, Rosemary – *Mandeville's Medieval Audiences*, p. 133.
[12] TZANAKI, Rosemary – *Mandeville's Medieval Audiences*, p. 135.
[13] TZANAKI, Rosemary – *Mandeville's Medieval Audiences*, p. 171.
[14] However, as noted by Tzanaki, "this usage has gone against or ignored the Book's underlying intentions". See TZANAKI, Rosemary – *Mandeville's Medieval Audiences*, p. 171.
[15] On the concept of *"gentilless"*, see MANN, Lindsay – "'Gentilesse' and the Franklin's Tale". *Studies in Philology*, Vol. 63/1 (1966), pp. 10–29. *JSTOR*, jstor.org/stable/4173516.
[16] PHILLIPS, Helen – *An Introduction to the Canterbury Tales*, p. 144.

thought of *The Book* and invite the audience to think beyond those stories, acknowledging the centrality of Jerusalem (both geographically and spiritually), the decadence of Western Christendom, and the necessity of spiritual and moral reformation that could be achieved by going on a pilgrimage and, perhaps even more, by leaving behind all that is superfluous and marvel at the natural world, God's most wonderful creation.

Bibliographical references

Sources

CHAUCER, Geoffrey – *The Canterbury Tales. The Works of Geoffrey Chaucer.* Boston: Houghton Mifflin, 1957 [Accessed 6 Oct. 2024]. Available at quod.lib.umich.edu/c/cme/CT/1:1.1?rgn=div2;view=toc.

HIGGINS, Iain Macleod (editor and translator) – *The Book of John Mandeville with Related Texts.* Indianapolis: Hackett Publishing Company, 2011.

HORACE – *Satires Epistles. The Art of Poetry.* Translated by H. Ruston Fairclough. Loeb Classical Library 194. Cambridge: Harvard University Press, 1926 [Accessed 6 Oct. 2024]. Available at loebclassics.com/view/horace-ars_poetica/1926/pb_LCL194.479.xml.

SALISBURY, Eve; WELDON, James – *Lybeaus Desconus.* Kalamazoo: Medieval Institute Publications, 2013.

SEYMOUR, M. C. (ed.) – *The Defective Version of Mandeville's Travels.* Oxford: Published for The Early English Text Society by the Oxford University Press, 2002.

Studies

MANN, Lindsay – "'Gentilesse' and the Franklin's Tale." *Studies in Philology* 63/1 (1966), pp. 10–29.

MOSELEY, C. W. R. D. – "The Marvels, The Mystery, The Man: Reflections on Re-reading Mandeville's Travels". *Forma de Vida.* Revista do Programa em Teoria da Literatura da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, n.d. [Accessed 6 Oct. 2024]. Available at formadevida.org/moseleyfdv22.

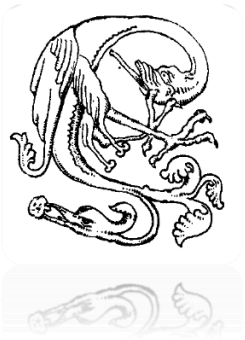
PHILLIPS, Helen – *An Introduction to the Canterbury Tales. Reading, Fiction, Context.* New York: St. Martin's Press, 2000.

SAUL, Nigel – *For Honour and Fame. Chivalry in England, 1066-1500.* London: Pimlico, 2012.

TZANAKI, Rosemary – *Mandeville's Medieval Audiences. A Study on the Reception of the Book of Sir John Mandeville (1371-1550).* Aldershot: Routledge, 2003.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CIPRIANO, Rita – "The influence of medieval romance in the episodes of Hippocrates' daughter and the fairy of the Sparrowhawk Castle from *The Book of John Mandeville*". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 431-438. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

O arquivo e a casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira: uma abordagem em arquivística histórica

The archive and the house of the viscounts of Vila Nova de Cerveira: a historical archivistics approach[1]

Filipa Lopes

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais

CHAM – Centro de Humanidades
1070-312 Lisboa, Portugal

filipa.lopes@fcsh.unl.pt
https://orcid.org/0000-0002-2300-4106

Data recepção do artigo / Received for publication: 27 de novembro de 2024

[1] A presente nota de investigação resulta do trabalho realizado pela autora no âmbito da sua tese de doutoramento, intitulada *História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV-XVII)*, que foi orientada por Maria de Lurdes Rosa, Olivier Poncet e Pedro Cardim, realizada em cotutela na Universidade Nova de Lisboa e na École nationale des chartes, e apresentada a provas públicas em dezembro de 2023. A investigação foi financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia com uma bolsa individual com as referências: SFRH/BD/114873/2016 e COVID/BD/151660/2021 (https://doi.org/10.54499/COVID/BD/151660/2021).

Introduzindo o tema: os *arquivos de família* e a Arquivística Histórica

O estudo dos designados *arquivos de família*[2] tem ganho uma relevância crescente em Portugal desde a década de 1990, com destaque para a análise e tratamento arquivístico daqueles que foram produzidos e conservados por grupos parentais pertencentes à aristocracia[3] durante o período pré-moderno, isto é, desde a época medieval até às revoluções liberais[4]. Aos trabalhos pioneiros de Pedro Peixoto[5], seguiram-se as investigações de Armando Malheiro da Silva e dos seus discípulos, realizadas no âmbito da Ciência da Informação ou em diálogo com esta área[6], e, mais recentemente, as contribuições provenientes da Arquivística Histórica.

Esta última abordagem, defendida por Maria de Lurdes Rosa, baseia-se na combinação de teorias e metodologias provenientes da História, da Ciência Arquivística[7], da Ciência da Informação e da Antropologia Histórica, e tem sido fundamental para a análise dos arquivos familiares pré-modernos[8]. A Arquivística Histórica tem como finalidade o estudo da produção informacional das instituições

[2] A aceitação do conceito não é unânime, sobretudo devido às diferenças existentes entre o conceito atual de família e a conceção de família no período pré-moderno. No entanto, tem sido frequentemente utilizada como uma expressão abrangente para classificar arquivos produzidos por diferentes grupos formados com base em laços "familiares", ou seja, em relações de parentesco. Cf. ROSA, M. Lurdes – "Arquivos de família, arquivos de comunidades: arquivos da comunidade". In ROSA, Maria de Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: IEC, IEM, 2020, pp. 30–38.

[3] De acordo com o significado que J. Morsel lhe atribui em: MORSEL, Joseph – *L'aristocratie médiévale. La domination sociale en Occident (V^e–XV^e siècle)*. Paris: Armand Colin, 2004, pp. 5–11.

[4] NÓVOA, Rita S.; ROSA, M. Lurdes – "O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação". *Revista Brasileira de História* 38, 78 (2018), pp. 75–95.

[5] PEIXOTO, Pedro A. – "Os arquivos de família". *Cadernos BAD* 1 (1991), pp. 33–44; PEIXOTO, Pedro A. – *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos arquivos de família*. Lisboa: IPA, 1991.

[6] Em dissertações de mestrado e teses de doutoramento, que se baseiam na proposta apresentada em: SILVA, A. Malheiro da – "Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica". In *Seminário sobre Arquivos de Família e Pessoais.* Vila Real: BAD, Grupo de Trabalho de Arquivos de Família e Pessoais, 1997, pp. 51–106; SILVA, A. Malheiro da – "Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo". *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas de Património* 3, 1 (2004), pp. 55–84.

[7] A tradução de *Archival Science* para Ciência Arquivística visa distingui-la da Arquivística tradicional e da Arquivística como disciplina aplicada da Ciência da Informação.

[8] ROSA, M. Lurdes – "Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta de percurso de investigação". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 30 (2017), pp. 547–586.

e da sua transformação em documentos e em arquivos[9]. Esta análise abrange a caracterização histórica das instituições produtoras, a contextualização e o significado social da documentalização da informação, das práticas arquivísticas e do uso dos arquivos, considerando outras *fontes* que complementam os arquivos existentes e que possibilitam a reconstituição do *arquivo organizacional*[10]. A reconstrução desses percursos e das mutações que a *informação documentalizada*[11] sofreu ao longo do tempo pode permitir, assim, a resposta a questões historiográficas mais amplas[12].

As propostas da Arquivística Histórica estão profundamente ancoradas nas novas perspetivas sobre os documentos, os arquivos e as práticas arquivísticas que se desenvolveram nas últimas décadas sob a influência do pensamento pós-moderno e das viragens arquivística e documental[13]. Apesar das suas especificidades, estas duas viragens apresentam aspetos comuns que importa sublinhar. Em ambas, é central a ideia de que os arquivos são construções sociais, culturais e políticas complexas, que acumulam narrativas tácitas ou intertextualidades na diacronia[14]. Assim, é essencial compreender o que a sociedade e os arquivistas fizeram e fazem aos arquivos, tornando-os menos transparentes[15], por meio de várias *transformissões* (transformações e transmissões)[16] que ocorrem e afetam a

[9] ROSA, M. Lurdes – "Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna", p. 550.
[10] Sobre o conceito, vd. ROSA, M. Lurdes – "Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna", pp. 547–586; LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV-XVII)*. Lisboa: FCSH-UNL, ENC, 2023. Tese de doutoramento, pp. 49–53.
[11] Propusemos que este conceito fosse entendido como *documento-registo*, ou seja, informação social intencionalmente registada num determinado suporte. Esta definição distingue-se do conceito de *documento-testemunho*, que abrange qualquer vestígio do passado, independentemente da intenção de registo. Neste contexto, considera-se que o *arquivo organizacional* é constituído intencionalmente por documentos-registo, criados e acumulados por uma organização, instituição, grupo ou indivíduo para preservar a memória das suas atividades para uso futuro. Cf. LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 39–53.
[12] ROSA, M. Lurdes – "Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna", p. 551.
[13] KETELAAR, Eric – "Archival turns and returns: studies of the archive". In GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash Univ. Publ., 2016, pp. 228–268; PONCET, Olivier – "Archives et histoire: dépasser les tournants". *Annales. Histoire, Sciences Sociales* 74, 3–4 (2019), pp. 711-743.
[14] KETELAAR, Eric – "Tacit Narratives: The Meanings of Archives". *Archival Science* 1 (2001), pp. 131–141.
[15] PONCET, Olivier – "Archives et histoire: dépasser les tournants", p. 716.
[16] Sobre este conceito, vd. MORSEL, Joseph – "Histoire, archives et documents. Anciens problèmes, nouvelles perspectives". In ROSA, Maria de Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO,

inteligibilidade do passado representado na documentação. Esta perspetiva crítica coloca em questão a neutralidade dos arquivos, sublinhando as relações de poder inerentes à produção, organização e preservação documental. Mais do que simples depósitos de *fontes*, os arquivos passaram a ser encarados como objetos de estudo em si mesmos.

No caso dos arquivos familiares pré-modernos, é fundamental considerar tanto as transformações organizacionais quanto as não organizacionais, que ocorreram ao longo do tempo. As transformações organizacionais aconteceram em resposta às necessidades dos seus produtores, tendo em conta as dinâmicas sociais e culturais em que estavam inseridos, e incluem reorganizações, classificações, inventariações dos arquivos, bem como a destruição, saída ou incorporação de documentos ou conjuntos documentais. Já as "reconfigurações não organizacionais"[17] estão profundamente ligadas às mudanças que tiveram lugar a partir do século XIX, quando a legislação liberal começou a desmantelar progressivamente a estrutura social do Antigo Regime, extinguindo privilégios, desagregando propriedades até aí vinculadas[18], extinguindo a *família* enquanto corpo e realidade institucional[19]. Os arquivos organizacionais deixaram de assumir um papel sociogenético[20] e, como consequência, criou-se um cenário propício à dispersão da sua documentação, que, com o tempo, passou a ser integrada em *fundos* de *arquivos históricos* ou em *coleções*. Assim, é fundamental reconstituir a história custodial destes arquivos, mapeando a documentação dispersa, reestabelecendo as ligações aos arquivos organizacionais pré-modernos, identificando transformações na diacronia e contextualizando a informação documentalizada num quadro orgânico que reflita a história institucional dos grupos produtores. A investigação desenvolvida neste campo,

---

Juan Ramón (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: IEC, IEM, 2020, pp. 129-130.

[17] ROSA, M. Lurdes – "Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna", p. 576.

[18] ESTEVES, Judite Maria Nunes – *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2008. Tese de doutoramento, pp. 43–97; COELHO, Maria de Fátima – "O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias". *Análise Social* 16, 61–62 (1980), pp. 111–131.

[19] ROSA, M. Lurdes – "Arquivos de família, arquivos de comunidades: arquivos da comunidade", p. 30.

[20] Sobre o conceito, vd. MORSEL, Joseph – "En guise d'introduction: les chartriers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiens". In CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (eds.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux, XIII^e–XXI^e siècle*. Paris: Société de l'Histoire de France, 2010, p. 17.

impulsionada pela abordagem da Arquivística Histórica, na qual se insere aquela que realizámos com base no arquivo dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, tem vindo a demonstrar como a sua aplicação permite uma compreensão mais profunda da história dos arquivos, dos documentos e dos subsistemas de informação[21] que os compõem ou compunham, bem como do papel sociogenético que desempenharam na estruturação dos grupos familiares que os produziram e conservaram. Oferece, assim, novas perspetivas sobre o passado, contribuindo para uma melhor compreensão da história das aristocracias e da sociedade do Antigo Regime e para a reformulação de conhecimentos que delas tínhamos construído a partir de fontes *oficiais*[22].

A aplicação da Arquivística Histórica ao nosso estudo de caso

O objetivo principal da nossa investigação foi o de analisar os arquivos organizacionais dos Limas, dos Britos Nogueira e dos Lima Brito Nogueira. O primeiro grupo, de origem galega, estabeleceu-se definitivamente na região minhota a partir do século XIV, formando uma família-instituição/Casa, cujos chefes receberam e transmitiram o título de visconde de Vila Nova de Cerveira[23]. Os Britos Nogueira, quando se uniram aos Limas antes de 1578[24], eram um grupo em ascensão social graças às alianças matrimoniais estabelecidas e à sua integração na oligarquia lisboeta e no oficialato régio. Os chefes deste grupo foram administradores dos morgadios de S. Lourenço de Lisboa e de Santo Estêvão de Beja, assim como de outros vínculos transmitidos pelo grupo parental dos Nogueiras[25]. A sucessão no património material e simbólico associado às duas Casas, dos Britos Nogueiras e dos Limas, incluindo o título viscondal, foi assegurada pela geração chefiada por D. Lourenço de Lima Brito Nogueira, sucessor dos Britos Nogueira, e, posteriormente,

[21] Sobre o conceito, vd. SILVA, A. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2.ª ed. Porto: Afrontamento, 2008, pp. 94–95; LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 43–53.
[22] Veja-se a síntese de alguns estudos de caso em: ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S. – "Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística. Reflexões sobre um percurso científico e académico". *Revista Portuguesa de História* 49 (2018), pp. 113–119.
[23] SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – "A família Lima entre a Galiza e Portugal (séculos XII a XVI)". In BARROCA, Mário J.; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de (eds.) – *Paço de Giela: história de um monumento*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2015, pp. 15–65.
[24] Antes do falecimento do visconde D. Francisco de Lima, vd. VNC, cx. 45, n.º 92.
[25] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 268–276.

pelo seu filho mais novo, D. Diogo de Lima Brito Nogueira. Estes Lima Brito Nogueira e os seus sucessores deram continuidade à Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira até ao século XIX, incorporando novos apelidos ao longo do tempo, nomeadamente o de Vasconcelos e o de Teles da Silva, em virtude das uniões matrimoniais tecidas[26].

Pretendíamos examinar como as gerações dos grupos familiares selecionados se documentaram, como transformaram a sua informação documentalizada em arquivos e como esses arquivos contribuíram para a sua consolidação enquanto grupos com um património, memória e identidade comuns. Em última análise, procurou-se compreender como estes arquivos se integraram e ajudaram a consolidar institucionalmente a Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira até ao século XVII, uma instituição que, no dealbar de Setecentos, estava entre as grandes Casas aristocráticas do reino[27].

Em termos cronológicos, o século XIV marcou o *terminus a quo* da reconstituição, coincidindo com a data do documento mais antigo mapeado e produzido por um dos membros dos grupos estudados, Fernão Eanes de Lima, pertencente ao arquivo organizacional dos Limas. Definiu-se como término da análise o século XVII, mais concretamente o ano de 1686, aquele em que faleceu o visconde D. Diogo de Lima[28]. Embora o arquivo organizacional da Casa dos viscondes tenha continuado até ao século XIX, a escolha deste *terminus ad quem* para a reconstituição teve como objetivo o aprofundamento de um período menos estudado da história da Casa. Interessava compreender a importância dos viscondados de D. Lourenço e de D. Diogo para a consolidação institucional da família-instituição/Casa através da análise da composição do arquivo e dos seus usos.

Apesar destes limites temporais, estabelecidos para a reconstituição dos arquivos organizacionais, não seria viável nem compreensível avançarmos na análise sem termos consciência das *transformissões* a que os documentos foram submetidos até ao presente. A conceção de uma Casa e de um único arquivo dos viscondes de Vila

[26] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 91, 191–192, 299–301.
[27] MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal 1750-1832*. 2.ª ed. Lisboa: IN-CM, 2003, pp. 131–133.
[28] VNC, cx. 16, n.º 58.

Nova de Cerveira, que, elevados a marqueses de Ponte de Lima em 1790[29], perdurou do século XIV até ao XIX, é uma construção de várias gerações que sucederam neste título, consolidada pelas organizações arquivísticas que resultaram das atividades dos membros dessas gerações até ao século XIX. Era, assim, fundamental decompor a ideia de um arquivo estático, compreendendo essas transformações. Além disso, o arquivo organizacional passou por reconfigurações não organizacionais que ocorreram desde então até à atualidade.

Num primeiro momento, mapeou-se a documentação dispersa, reconstituiu-se a sua história custodial e investigaram-se várias intertextualidades acumuladas do século XIX até ao presente. O ponto de partida foi um acervo que se encontra atualmente em mãos privadas, intitulado arquivo *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* (VNC), e que esteve temporariamente depositado no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). Destaca-se pela sua riqueza tipológica e cronológica, possuindo cerca de 4100 documentos que datam do final do século XIII até ao século XIX. No entanto, não foi o único que restou do arquivo organizacional dos viscondes. A dispersão da documentação a partir do século XIX, impulsionada pela extinção dos vínculos e dos direitos senhoriais, pela venda dos palácios e de propriedades e pela ação de eruditos locais, que a adquiriram e integraram nas suas coleções, levou à necessidade de mapear outros núcleos para a reconstituição. A documentação da Casa estava, pelo menos desde o século XVII, em dois cartórios principais, um em Ponte de Lima e outro em Lisboa, no Palácio da Rosa. A pesquisa procurou, portanto, restabelecer a ligação entre esses cartórios e os acervos mapeados, dispersos em coleções e arquivos públicos e privados. Porém, os indícios explorados apontam para a existência de escrituras de gestão corrente em outras propriedades da Casa e nas mãos de administradores e procuradores dos viscondes, que são mais difíceis de encontrar e identificar.

Durante a investigação, foram mapeados três núcleos importantes: um no Arquivo Distrital de Braga e outro na Casa da Cêpa, com documentos provenientes do cartório de Ponte de Lima[30]; e um outro na Biblioteca da Ajuda, com uma história

[29] FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 2.ª ed., vol. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930, p. 92.
[30] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 105–122.

custodial mais complexa, por incluir documentos produzidos e guardados pelos viscondes que foram incorporados, provavelmente no século XVIII, na livraria do conde de Redondo[31]. Foram, ainda, detetados outros núcleos com menos documentação, depositados em instituições públicas, como o do Arquivo Municipal de Ponte de Lima, ou pertencentes a coleções particulares. Os inventários antigos e as cotas apostas nos versos dos documentos foram ferramentas essenciais para rastrear a proveniência de muitos deles e estabelecer conexões com os arquivos organizacionais em estudo.

Todos os núcleos mapeados foram analisados para se entenderem as *transformissões* ocorridas, incluindo os tratamentos arquivísticos a que foram submetidos. Além dessas intertextualidades adicionadas na sequência de reconfigurações não organizacionais, existem igualmente aquelas que foram acrescentadas em função das necessidades organizacionais da família-instituição/Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira, desde o século XVII até à centúria de Oitocentos. Para isso, foram consultados inventários e outros livros de propriedades que nos forneceram informações sobre a organização dos cartórios e os seus conteúdos (com destaque para o de Lisboa)[32].

Num segundo momento, procedeu-se à contextualização dos *documentos-registo* existentes e mapeados para os arquivos organizacionais das famílias-instituição selecionadas. Para isso, construiu-se um quadro orgânico, inspirado no modelo sistémico proposto por Armando Malheiro da Silva, mas adaptado às especificidades do caso em estudo. A classificação proposta foi disponibilizada publicamente através do *software* AtoM, assim como os registos de autoridade dos produtores e a descrição arquivística de parte da documentação analisada[33], nomeadamente a do Subsistema Lima, por ser menos conhecida e por se encontrar dispersa por diferentes arquivos e coleções[34]. Para complementar a reconstituição, identificámos, ainda, a partir de inventários dos Britos Nogueira e de um inventário do século XVII do cartório de Ponte de Lima, documentos entretanto desaparecidos. As perdas documentais foram significativas. Verificámos que, para as gerações dos

[31] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 136–150.
[32] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 151–184.
[33] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 197–234.
[34] Disponível em http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/lima.

Britos Nogueira, 65% a 80% dos documentos sumariados não foram encontrados[35]. Este percurso permitiu uma compreensão mais profunda dos contextos pelos quais o arquivo organizacional passou desde o século XVII até aos nossos dias, além de fornecer a contextualização e as limitações da reconstituição que fundamentou a análise qualitativa das práticas arquivísticas, dos usos do arquivo e da configuração institucional das famílias-instituição em estudo.

Principais resultados da investigação

Foram formuladas algumas questões de partida para as quais foram procuradas respostas a partir da reconstituição realizada: Como se configuraram institucionalmente as famílias e gerações selecionadas? Como se documentaram, que informação documentalizada guardaram, como a organizaram e para que finalidade? Que narrativas produziram e que imagens deram de si através das suas práticas arquivísticas e do seu arquivo? Que contextos favoreceram essas construções? De que forma estes usos e discursos do arquivo contribuíram para a sua consolidação institucional, criando um corpo com uma identidade e património próprios?

A adoção do termo *família-instituição* visou identificar um grupo mais restrito[36] dentro de um conceito alargado de *família* com o sentido de linhagem de descendentes de um antepassado comum ou de grupo parental[37]. Determinados grupos parentais, com o objetivo de afirmar ou conservar um estatuto diferenciado na sociedade, assumiram configurações institucionais que lhes permitiram constituir um património material e imaterial específico, assim como transmitir um arquivo organizacional que sustentava os seus direitos, privilégios e identidade[38]. Nessa institucionalização, os senhorios jurisdicionais e os vínculos desempenharam um papel muito importante. Na nossa investigação, o *corpus* reconstituído permitiu

[35] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 235–240.
[36] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 65–70.
[37] SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "A família – estruturas de parentesco e casamento". In SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (ed.) – *História da vida privada em Portugal. Vol 1: A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011, p. 126.
[38] MORSEL, Joseph – "Production d'archives, ou archives de la reproduction? La question des archives au miroir de la continuité seigneuriale". In LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, pp. 17–27.

concluir que a institucionalização dos grupos em estudo ocorreu predominantemente através da transmissão de bens e direitos da Coroa e de um título nobiliárquico, desde 1476, no caso dos Limas, de vínculos no caso dos Britos Nogueira, e da combinação destas configurações institucionais no caso dos Lima Brito Nogueira. Estes grupos formaram famílias-instituição ou Casas que se organizavam, a cada geração, sob a autoridade de um *pater familias*[39]. Todavia, os papéis de *pai* e de *sucessor* nem sempre foram efetivamente ocupados pelo progenitor e pelo primogénito varão, podendo ser desempenhados por outros membros do grupo, incluindo mulheres e filhos mais novos[40].

A natureza da institucionalização refletiu-se na produção informacional documentalizada, na seleção do que seria preservado a longo prazo e nas práticas arquivísticas adotadas para controlar e recuperar a informação de forma a atender às necessidades imediatas ou futuras, tendo em conta pressões internas, como os conflitos de interesses dentro do grupo parental, e externas, como a legislação régia ou a competição com outras instituições pelo domínio sobre os mesmos espaços e pessoas.

Na família-instituição Lima, foi notória a preocupação em registar e preservar a informação relacionada com o seu domínio senhorial no Minho, evidenciando-se a importância da prova documental para a gestão do património, a manutenção de redes clientelares e a afirmação da sua posição perante outros poderes concorrentes na mesma região[41]. O reduzido volume documental reconstituído e a ausência de inventários anteriores ao século XVII levaram-nos, inicialmente, a questionar se isso refletia uma vocação dos Limas mais voltada para a guerra do que para a administração ou para a escrita. No entanto, esta hipótese não se confirmou, pois

[39] Sobre um conceito mais restrito de *família* e sobre o de *Casa*, vd. HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo. 1550-1750: Direitos, estados, coisas, contratos, ações e crimes*. Lisboa: [ed. do autor], 2015, pp. 317–319; HESPANHA, António M. – "Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna". *Análise Social* 28, 1 (1993), pp. 951–973; MONTEIRO, Nuno G. – "Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular". In CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.) – *Familias, poderosos y oligarquías*. Múrcia: U. Murcia, Servicio de Publicaciones, 2001, pp. 17–37.

[40] ROSA, M. Lurdes – "Penser et organiser les archives de famille, entre histoire et archivistique". In LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, p. 72. Vários são os exemplos nas famílias-instituição em estudo, vd. LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 348–351.

[41] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 245–265.

foram encontrados outros instrumentos que demonstram o cuidado dos viscondes e dos seus administradores na recuperação da informação, facilitando a gestão dos bens e o acesso à prova. Entre eles, destacam-se livros e tombos que compilam escrituras ou listam propriedades, foreiros e rendas dos bens de que eram donatários na região minhota. Um exemplo notável é o *Livro das doações que fizeram ao visconde D. Francisco de Lima e a seus sucessores dos padroados das igrejas da comarca de Valença em terra de Coura e de Valdevez*[42], um registo que justifica a posse de um número significativo de padroados de igrejas, essenciais para a manutenção da rede clientelar da Casa, não apenas neste período, mas também nos subsequentes. Embora muitos viscondes delegassem tarefas administrativas e de gestão a procuradores e administradores, há testemunhos de que alguns possuíam um conhecimento aprofundado dos seus documentos e direitos, sabendo utilizá-los sempre que necessário. Um exemplo disso foi a participação do 2.º visconde de Vila Nova de Cerveira, João de Lima, numa reunião da vereação de Ponte de Lima, ocorrida em 1498, na qual detalhou todas as prerrogativas que possuía na vila, no contexto da reforma dos forais[43].

A família-instituição Brito Nogueira acumulou e transmitiu um conjunto de vínculos familiares, nomeadamente o de Santo Estêvão de Beja e o de S. Lourenço de Lisboa, que foram definidores, a longo prazo, da sua identidade como família-instituição. O arquivo organizacional que foram construindo denota a importância que lhes era atribuída. As práticas arquivísticas e, em especial as inventariações, demonstram como a gestão desta informação era prioritária para a sobrevivência do grupo. Não foi por acaso que os chefes da família se empenharam em manter a unidade do grupo, antecipando e mitigando possíveis ameaças à sua continuidade[44]. Um exemplo disso foi o de Luís de Brito Nogueira I, que procurou obter do rei a garantia de que o seu filho mais velho lhe sucederia nos morgadios que administrava, caso morresse nas guerras em Castela. Da mesma forma, Estêvão de Brito Nogueira buscou o perdão papal pela relação extraconjugal com Isabel da Costa e a legitimação do fruto dessa união para garantir a sucessão da sua Casa[45].

[42] VNC, cx. 15, n.º 1.
[43] MARQUES, José – *Os forais de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2005, pp. 46–55.
[44] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 266–290.
[45] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 273–274.

A liderança de Luís de Brito Nogueira II, casado com Inês de Lima, representou um momento de transição na história da família-instituição Brito Nogueira. Este empenhou-se, em 1579, para que o seu filho pudesse suceder na Casa e no título do seu falecido sogro, D. Francisco de Lima, 5.º visconde de Vila Nova de Cerveira. Estas ações e a administração do património e da documentação da Casa dos Limas, na qualidade de tutor do filho, estão mais bem documentadas do que a administração dos vínculos que recebeu do pai[46]. D. Lourenço de Lima sucedeu nas duas Casas, mas foi com o seu pai, Luís de Brito, que se iniciou a integração dos dois arquivos organizacionais num só. Mais tarde, no viscondado seguinte, deu-se a incorporação do arquivo organizacional dos Vasconcelos e Meneses, por via do matrimónio de D. Diogo com a sucessora desta Casa, D. Joana de Vasconcelos[47].

A gestão dos vínculos e dos direitos senhoriais continuou a assumir uma grande importância na produção documental e nas práticas arquivísticas dos Lima Brito Nogueira, viscondes de Vila Nova de Cerveira. A organização da informação em livros e tombos, assim como a criação de instrumentos destinados à sua recuperação permitia aos viscondes não só documentar e comprovar a posse dos bens, mas também facilitar a gestão quotidiana dos mesmos. Para além da documentação ligada a privilégios, vínculos e à administração corrente das propriedades, o arquivo organizacional passou a integrar novas tipologias, como correspondência e textos genealógicos. Ampliaram-se, assim, as possibilidades de uso e as funções do arquivo. Este passou igualmente a suportar discursos sobre a memória e a(s) identidade(s) do grupo, com a sua documentação a ser guardada e reutilizada para reforçar a posição social dos membros da Casa junto da Coroa, nomeadamente para fundamentar pedidos de mercê. Foi também no contexto de conflitos em torno da sucessão da Casa e da herança de bens entre D. Diogo de Lima e os seus irmãos que se evidenciou, neste viscondado, a importância do arquivo como instrumento de poder e como recurso dinâmico, que se transmitia e transformava para servir os interesses do *pater familias*[48].

[46] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 290–298.
[47] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 299–301.
[48] LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo*, pp. 301–344.

O arquivo desempenhou, assim, um papel fundamental na consolidação patrimonial e identitária da Casa dos viscondes de Vila Nova de Cerveira durante os viscondados de D. Lourenço e de D. Diogo. As duas gerações que chefiaram, tal como aquelas que integraram as famílias-instituição Lima e Brito Nogueira, estiveram em constante estruturação. A consolidação institucional esteve dependente de um esforço contínuo, realizado a cada geração, para transmitir um património identitário unificador e identificador do grupo a um representante da mesma geração ou da seguinte, juntamente com a documentação transformada em arquivo que apoiava essa construção.

Limitações do estudo e caminhos de investigação futuros

Terminámos a nossa tese sublinhando que, devido à complexidade deste arquivo organizacional, a investigação realizada representava mais um ponto de partida do que um ponto de chegada. A análise da história custodial permitiu-nos compreender a sua dispersão após o século XIX e as intertextualidades que influenciaram a nossa reconstituição e leitura. Houve, no entanto, vias que não tivemos a oportunidade de explorar e que poderiam ajudar a consolidar ou a rever alguns dos resultados apresentados.

Ficou por analisar a totalidade do arquivo até ao século XIX, bem como os arquivos organizacionais dos Vasconcelos e Meneses, dos Britos e dos Nogueiras. No caso destes últimos, iniciámos, entretanto, depois do doutoramento, uma investigação no Instituto de Estudos Medievais[49]. Contudo, outras áreas permanecem por aprofundar, como o núcleo documental que se encontra na Biblioteca da Ajuda, especialmente a documentação relacionada com as funções *públicas* exercidas pelos viscondes D. Lourenço e D. Diogo e a correspondência *pessoal* de ambos, cujas transformações na livraria do conde de Redondo e, posteriormente, na Livraria Real exigem uma contextualização mais detalhada.

Além disso, o estudo dos vínculos que saíram da Casa no século XVII, como o de Gaião e o de Santo Estêvão de Beja, poderia ser aprofundado através da exploração de núcleos documentais privados, como o do Palácio do Salvador. Do mesmo modo,

[49] Através do projeto *Produção e usos informacionais e documentais por grupos de poder na Lisboa medieval: estudo histórico-arquivístico dos arquivos dos Britos e dos Nogueiras (séculos XIII-XV)*.

o estudo das redes clientelares das famílias-instituição selecionadas poderia fornecer informações valiosas sobre os administradores e criados envolvidos na produção e gestão documental.

Em relação à classificação do arquivo, constatámos limitações na construção de um quadro orgânico que refletisse a complexidade deste arquivo organizacional. A adoção do modelo sistémico exige cautela, sobretudo em sistemas de informação reconstituídos, sendo necessário que mais estudos de caso testem o modelo tendo em consideração a realidade institucional e documental encontrada. Conceitos fundamentais do modelo, como o de *família*, também precisam de ser reconsiderados, especialmente se nos reportarmos ao período pré-moderno.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes manuscritas

Arquivo Privado, *Viscondes de Vila Nova de Cerveira e Marqueses de Ponte de Lima* (VNC): cx. 15, n.º 1; cx. 16, n.º 58; cx. 45, n.º 92. Esteve temporariamente depositado no ANTT, encontrando-se descrito no DigitArq, com o código de referência PT/TT/VNC: https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4343878.

Estudos

COELHO, Maria de Fátima – "O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias". *Análise Social* 16, 61–62 (1980), pp. 111–131.

ESTEVES, Judite Maria Nunes – *Do morgadio à divisão igualitária dos bens: extinção do morgadio e estratégias de perpetuação do poder familiar (entre o fim do século XIX e o século XX)*. Lisboa: FCSH-UNL, 2008. Tese de doutoramento.

FREIRE, A. Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. 2.ª ed., vol. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930.

HESPANHA, António M. – "Carne de uma só carne: para uma compreensão dos fundamentos histórico-antropológicos da família na época moderna". *Análise Social* 28, 1 (1993), pp. 951–973.

HESPANHA, António M. – *Como os juristas viam o mundo. 1550-1750: Direitos, estados, coisas, contratos, ações e crimes*. Lisboa: [ed. do autor], 2015.

KETELAAR, Eric – "Tacit Narratives: The Meanings of Archives". *Archival Science* 1 (2001), pp. 131–141.

KETELAAR, Eric – "Archival turns and returns: studies of the archive". In GILLILAND, Anne J.; MCKEMMISH, Sue; LAU, Andrew J. (eds.) – *Research in the Archival Multiverse*. Clayton: Monash Univ. Publ., 2016, pp. 228–268.

LOPES, Filipa S. – *História(s) de uma Casa e de um arquivo: os viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV-XVII)*. Lisboa: FCSH-UNL, ENC, 2023. Tese de doutoramento.

MARQUES, José – *Os forais de Ponte de Lima*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2005.

MONTEIRO, Nuno G. – "Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular". In CHACÓN JIMÉNEZ, Francisco; HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (eds.) – *Familias, poderosos y oligarquías*. Múrcia: U. Murcia, Servicio de Publicaciones, 2001, pp. 17–37.

MONTEIRO, Nuno G. – *O crepúsculo dos Grandes: a casa e o património da aristocracia em Portugal 1750-1832*. 2.ª ed. Lisboa: IN-CM, 2003.

MORSEL, Joseph – *L'aristocratie médiévale. La domination sociale en Occident (V^e–XV^e siècle)*. Paris: Armand Colin, 2004.

MORSEL, Joseph – "En guise d'introduction: les chartriers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiens". In CONTAMINE, Philippe; VISSIÈRE, Laurent (eds.) – *Défendre ses droits, construire sa mémoire. Les chartriers seigneuriaux, XIII^e–XXI^e siècle*. Paris: Société de l'Histoire de France, 2010, pp. 9–34.

MORSEL, Joseph – "Histoire, archives et documents. Anciens problèmes, nouvelles perspectives". In ROSA, Maria de Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: IEC, IEM, 2020, pp. 109–131.

MORSEL, Joseph – "Production d'archives, ou archives de la reproduction? La question des archives au miroir de la continuité seigneuriale". In LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, pp. 17–27.

NÓVOA, Rita S.; ROSA, M. Lurdes – "O estudo dos arquivos de família de Antigo Regime em Portugal: percursos e temas de investigação". *Revista Brasileira de História* 38, 78 (2018), pp. 75–95.

PEIXOTO, Pedro A. – "Os arquivos de família". *Cadernos BAD* 1 (1991), pp. 33–44.

PEIXOTO, Pedro A. – *Arquivos de família: orientações para a organização e descrição dos arquivos de família*. Lisboa: IPA, 1991.

PONCET, Olivier – "Archives et histoire: dépasser les tournants". *Annales. Histoire, Sciences Sociales* 74, 3–4 (2019), pp. 711–743.

ROSA, M. Lurdes – "Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação organizacional pré-moderna. Perspetivas teóricas recentes e proposta

de percurso de investigação". *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra* 30 (2017), pp. 547–586.

ROSA, M. Lurdes – "Arquivos de família, arquivos de comunidades: arquivos da comunidade". In ROSA, Maria de Lurdes; GUTIÉRREZ DE ARMAS, Judit; NÚÑEZ PESTANO, Juan Ramón (eds.) – *Herencia cultural y archivos de familia en los archipiélagos de la Macaronesia*. Tenerife: IEC, IEM, 2020, pp. 21–45.

ROSA, M. Lurdes – "Penser et organiser les archives de famille, entre histoire et archivistique". In LAMAZOU-DUPLAN, Véronique (ed.) – *Les archives familiales dans l'Occident médiéval et moderne: Trésor, arsenal, mémorial*. Madrid: Casa de Velázquez, 2021, pp. 63–76.

ROSA, M. Lurdes; NÓVOA, Rita S. – "Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística. Reflexões sobre um percurso científico e académico". *Revista Portuguesa de História* 49 (2018), pp. 97–119.

SILVA, A. Malheiro da – "Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica". In *Seminário sobre Arquivos de Família e Pessoais.* Vila Real: BAD, Grupo de Trabalho de Arquivos de Família e Pessoais, 1997, pp. 51–106;

SILVA, A. Malheiro da – "Arquivos familiares e pessoais. Bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo". *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e técnicas de Património* 3, 1 (2004), pp. 55–84.

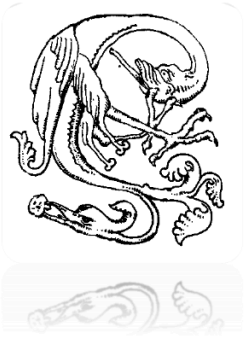
SILVA, A. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – *Das «ciências» documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. 2.ª ed. Porto: Afrontamento, 2008.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de – "A família Lima entre a Galiza e Portugal (séculos XII a XVI)". In BARROCA, Mário J.; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José A. de (eds.) – *Paço de Giela: história de um monumento*. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2015, pp. 15–65.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e; SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – "A família – estruturas de parentesco e casamento". In SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (ed.) – *História da vida privada em Portugal. Vol 1: A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2011, pp. 126–143.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

LOPES, Filipa – "O arquivo e a Casa dos viscondes de Vila Nova De Cerveira: uma abordagem em Arquivística Histórica". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 439-455. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

VARIA

VARIA

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

Da mesquita à catedral, percurso por um lugar central em Lisboa

From the mosque to the cathedral, route through a central place in Lisbon

Jacinta Bugalhão

Movimento Cívico @ApoiarSedeLisboa2022
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Património Cultural, I.P.
1200 Lisboa, Portugal

jacintabugalhao@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-8348-5178

Data recepção do artigo / Received for publication: 4 de Dezembro de 2024

RESUMO

No presente texto procura-se apresentar, de forma muito sintética, os dados históricos, arqueológicos e urbanísticos que concorrem para a hipótese aqui sustentada: a mesquita aljama de *al-Ushbuna* localizava-se no local onde hoje se implanta a Sé Catedral de Lisboa. A construção do templo cristão representa um exemplo clássico de reversibilidade dos espaços sagrados urbanos, entre o Gharb al-Andalus e o medievo reino de Portugal. Sob o claustro e o aterro que o infra-estrutura, a nascente da Catedral, conservam-se ruínas de um monumental edifício de época islâmica que se interpreta como complexo da mesquita aljama de *al-Ushbuna*.

Palavras-chave: Lisboa; arqueologia; período medieval islâmico; mesquita; urbanismo.

ABSTRACT

This paper seeks to present, in a very synthetic way, the historical, archaeological and urban data that contribute to the hypothesis: the Aljama mosque of al-Ushbuna was in the place where the Lisbon Cathedral is located today. The construction of Christian church represents a classic example of the reversibility of urban sacred spaces, between the Gharb al-Andalus and the medieval kingdom of Portugal. Under the cloister and the embankment that provides the infrastructure, to the east of the Cathedral, ruins of a monumental building from the Islamic period are preserved which is interpreted as the aljama mosque complex of al-Ushbuna.

Keywords: Lisbon; archaeology; Islamic medieval period; mosque; urbanism.

1. Enquadrando o tema

Entre 2018 e 2022, no Claustro da Sé de Lisboa, decorreram trabalhos arqueológicos no âmbito do "Projeto de Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal de Lisboa - 2ª Fase. Instalação do Núcleo Arqueológico e Recuperação do Claustro da Sé de Lisboa". A escavação incidiu sobre a faixa Sul do Claustro, em área liberta para intervenção apenas durante a obra. Os trabalhos propiciaram a descoberta de um monumental edifício de época islâmica, de que já se conheciam os compartimentos localizados a cota superior, a Norte. A execução do projecto implicava a destruição integral dos contextos então descobertos. O caso deu origem a um intenso movimento cívico de defesa patrimonial, que conseguiu salvar da destruição iminente aquelas ruínas[1], embora uma parte considerável tenha sido sacrificada e a visibilidade do conjunto se encontre, infelizmente, seriamente comprometida. Mas a identificação deste conjunto patrimonial propiciou, igualmente, um animado debate científico sobre a interpretação das ruínas, que se considera, apenas, aflorado. De facto, os resultados dos trabalhos encontram-se ainda totalmente inéditos no que à publicação científica diz respeito, tendo ocorrido apenas apresentações públicas dos resultados[2]. Estas apresentações constituem, aliás, até ao momento, a única fonte pública credível,

[1] Com notória e múltipla expressão pública desde Setembro de 2020; a partir de Junho de 2022, em movimento informal espontaneamente constituído https://www.facebook.com/ApoiarSedeLisboa2022.

[2] GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Arqueologia e Valorização das ruínas da Sé de Lisboa". Comunicação apresentada no *Encontro "Investigação Arqueológica e Turismo"*, 14 de Outubro de 2020, Auditório do Museu do Aljube Resistência e Liberdade; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Aproximação ao estudo da mesquita aljama de Lisboa de época Almorávida - fontes escritas, modelos e leitura arqueológica". Comunicação apresentada no *Simposio Internacional "La Mezquita de los Viernes en al-Andalus: novedades arqueológicas y perspectivas actuales"*, 13 e 14 de Dezembro de 2021; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Claustro da Sé Catedral, leitura arqueológica". Intervenção na *Mesa Redonda online "As obras do claustro da Sé: Património e Projecto"* organizada por Centro de História e o Centro de Arqueologia (UNIARQ) da Universidade de Lisboa e pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO) da Câmara Municipal de Lisboa, 10 de Janeiro de 2022. Disponível em: https://www.facebook.com/gabinetedeestudosolisiponenses/videos/1707073422834477 (min 15'); GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Claustro da Sé de Lisboa – espaços públicos de diferentes cidades". Palestra incluída no *Ciclo de Palestras "Segredos da Colina"*, 22 de Junho de 2022, Museu do Teatro, Romano, Museu de Lisboa, EGEAC. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_2SpEibin2Q; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Resultados das escavações arqueológicas realizadas no Claustro da Sé de Lisboa e o seu contributo para o estudo dos espaços de culto". Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional Reversibilidade dos Espaços Sagrados. Al-Andalus e Mediterrâneo Ocidental (séculos XI-XIII). Reversing Sacred Spaces. Al-Andalus, Western Mediterranean (11th-13th centuries)*, 2 a 4 de Março de 2023, Lisboa.

aceitável e disponível para a discussão científica, a que se juntam, de acesso muito limitado, documentos de arquivo, consultáveis, pelo menos em teoria e de acordo com a legislação aplicável, nos arquivos do Património Cultural, Instituto Público, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa.

Ainda sobre os resultados desta intervenção arqueológica, deve sublinhar-se que se encontram sob reserva científica. A intervenção arqueológica preventiva e plurianual que decorreu no Claustro da Sé de Lisboa terminou em Julho de 2022, relativamente aos trabalhos de escavação arqueológica e apenas em Abril de 2024, no que respeita a acompanhamento arqueológico de obra e de intervenção de conservação e restauro de estruturas arqueológicas (aliás, decorrem ainda acções complementares e pontuais). Assim, de acordo com o estipulado no artigo 10.º do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos vigente (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de Novembro), os resultados dos trabalhos encontram-se sob reserva científica até à publicação dos resultados, por um prazo de três anos após a conclusão dos trabalhos de campo, ou seja até 2026, podendo este prazo ser ainda prorrogado, mediante requerimento fundamentado da direção científica. A titularidade do direito de reserva científica pertence, apenas e lamentavelmente, à arqueóloga Ana Gomes, co-directora científica dos trabalhos, na sequência do recente desaparecimento, após doença prolongada, da arqueóloga Alexandra Gaspar, igualmente, co-directora científica dos trabalhos.

Assim, a informação científica disponível para o debate *inter pares* sobre a interpretação dos contextos exumados é necessariamente reduzida, o que, não o impossibilitando, se traduz, necessariamente, numa limitação substancial. Repita-se: de facto, os resultados destes trabalhos arqueológicos não mereceram ainda nenhum tipo de publicação científica; tal é factual e incontestável. Poder-se-á, evidentemente, considerar que a relevância dos contextos em causa mereceria já alguma publicação científica, ainda que preliminar. Considera-se, contudo, que as particularidades deste caso, a sua complexidade, a conflituosidade do projecto, que ainda decorre e, principalmente, a situação pessoal de uma das responsáveis científicas, explicam, da forma o mais incontestável possível, infelizmente, a ausência de publicação.

Ainda assim, e entre os limites descritos, o debate científico decorreu, a nível essencialmente informal. E nesse âmbito, em 2021, foi apresentada no III Encontro de Arqueologia de Lisboa, por Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes, a comunicação "Onde está a mesquita aljama de Lisboa? Da desconstrução de um mito urbano aos equívocos da interpretação arqueológica"[3]. Eventualmente pelo facto da publicação das actas deste encontro tardarem, o texto relativo a esta comunicação foi recentemente publicado, pelos seus autores, no último número da revista *Portvgália*[4]. Este texto mistura o já mencionado incipiente debate científico possível, com opinião sobre o movimento cívico de defesa da preservação e adequada musealização das ruínas islâmicas identificadas sob o Claustro da Sé de Lisboa. É uma opção discutível e que, por isso, se discute no texto que aqui se apresenta, que pretende, essencialmente, prosseguir o debate científico em torno da interpretação daqueles achados.

2. Debate científico e defesa do Património

Quando no espaço público ocorre um movimento de defesa patrimonial, reagindo ao risco em que se encontra um elemento patrimonial, é inevitável a ponderação de valor desse bem. Se é valioso, deve ser preservado; se não tem valor, pode perder-se materialmente. Dito assim, parece simples, mas esta situação-tipo encerra o mais complexo dilema que se coloca à sociedade contemporânea no que ao Património histórico e cultural material imóvel diz respeito. Pelo contrário, o discurso no espaço público e mediático (tradicional ou cibernético) é rápido, telegráfico e simplista. As fórmulas e formulações de um movimento público de "luta" pela defesa do Património não seguem os cânones do debate científico, são espontâneas e livres, muitas vezes, generalistas e imprecisas.

---

[3] GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela – "Onde está a mesquita aljama de Lisboa? Da desconstrução de um mito urbano aos equívocos da interpretação arqueológica". Comunicação apresentada *ao III Encontro de Arqueologia de Lisboa, Arqueologia na Cidade*, 18 e 19 Novembro 2021, Teatro Aberto, Lisboa.

[4] GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – "Onde está a mesquita aljama de Lisboa? Da construção de um mito urbano aos equívocos da Arqueologia". *Portvgália*. Nova Série, 45 (2024), pp. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/09714290/port45a5.

É certo que os dois planos estão relacionados, pois a defesa patrimonial depende necessariamente da referida valoração (atribuição de valor) dos bens e para esta concorre a interpretação científica dos mesmos. Mas, do ponto de vista instrumental, a amálgama, num mesmo discurso, da discussão científica, histórica e arqueológica, sobre um contexto ou determinado tema, e a defesa patrimonial desse contexto, com vista à sua preservação, exposição e disponibilização à fruição pública, não só é pouco ortodoxa, como não apresenta qualquer benefício.

Em 2020 e também em 2022, arqueólogos e historiadores defensores da preservação das ruínas islâmicas identificadas no Claustro da Sé de Lisboa referiram-nas como mesquita e complexo da mesquita porque estavam (estão) cientificamente convictos que o edifício monumental ali conservado integra o complexo da mesquita aljama de *al-Ushbuna*. Importa referir que ninguém defendeu ter sido encontrada a sala de oração, o *mirhāb*, ou a *qibla*. Mas apenas compartimentos, elementos estruturais de um mesmo edifício e complexo edificado.

Nesse pressuposto agiram, e ninguém deve ser criticado por defender as suas convicções. O movimento cívico espontâneo de defesa daquele valiosíssimo património adoptou esta convicção, de boa-fé e com honestidade.

Deve ressalvar-se que, neste processo, também se manifestaram publicamente arqueólogos e historiadores defensores da preservação das ruínas islâmicas identificadas no Claustro da Sé de Lisboa que não concordam com a sua interpretação como mesquita ou complexo da mesquita, mas que advogaram, do mesmo modo, o seu elevado valor patrimonial.

Por fim, há dois arqueólogos e especialistas, Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes, que não só recusam que aquelas ruínas se relacionem com a mesquita aljama de *al-Ushbuna*, que recusam se localize sob a Sé de Lisboa, como não lhes atribuem valor patrimonial. Consideraram, portanto, que as ruínas podiam, sem sobressalto, ser destruídas.

O movimento cívico de defesa das ruínas islâmicas conservadas sob o Claustro da Sé de Lisboa, mormente, a participação de especialistas, arqueólogos e historiadores, neste movimento, é complexo, não é linear, nem unívoco e não está isento de crítica.

Não é intocável. Se há no espaço público quem ache, e há, como se depreende pela leitura do artigo mencionado, que o movimento é criticável e agiu de forma reprovável, pode e deve criticá-lo.

O que aqui se discute é a mescla desse comentário com o debate científico. Ciência é ciência; defesa do Património é, pois claro, defesa do Património. E sobre a violentas e desbragadas críticas desferidas ao movimento cívico de defesa do Património e aos especialistas, arqueólogos e historiadores que nele participaram, aqui não se tratará. Tal ficará para outra ocasião. Há que ser auto-exigente e não se cairá no erro que se atribui aos autores.

Aqui tem lugar o debate científico – interpretação dos vestígios arqueológicos medievais-islâmicos conservados sob o Claustro da Sé de Lisboa - e somente na exacta medida em que este é possível, no momento presente. E sobre a argumentação científica sustentada por Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes, se abordará a forma e a substância.

2.1. Forma

No artigo "Onde está a mesquita aljama de Lisboa? Da desconstrução de um mito urbano aos equívocos da interpretação arqueológica"[5], os autores referem-se aos trabalhos arqueológicos no Claustro da Sé, nomeadamente à sua direcção científica, de forma imprecisa e inexacta, o que constitui um desrespeito objectivo pelos arqueólogos que dirigiram os trabalhos. Entre 1990 e 1994, os trabalhos arqueológicos foram dirigidos por José Luís Martins de Matos e Clementino José Gonçalves Amaro; e entre 1995 e 1999, por Clementino José Gonçalves Amaro e Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar. As campanhas de 2004-2005, 2010-2011 e 2018-2023, tiveram a direcção científica de Maria Alexandra de Medeiros Lino Gaspar (não obstante, na última destas campanhas, o afastamento compulsivo desta, pela DGPC, em Fevereiro de 2022) e Ana Maria Marques Gomes.

O artigo dedica-se à interpretação das ruínas medievais-islâmicas identificadas sob o Claustro da Sé de Lisboa. Os autores lamentam que os resultados da intervenção arqueológica decorrida entre 2018 e 2024 estejam inéditos. Todos gostaríamos que

[5] GOMES, Mário Varela; GOMES, Rosa Varela – "Onde está a mesquita aljama de Lisboa?", p. 68.

o processo de investigação e publicação fosse mais célere. Mas a realidade é o que é, os resultados destes trabalhos não estão publicados, mas também é verdade, como já referido, que decorre ainda o prazo em que estes permanecem sob reserva científica. Lamentam os autores: "três décadas depois de se terem iniciado as escavações na zona do claustro da Sé de Lisboa, e gasto cerca de três milhões de euros, os seus resultados continuam desconhecidos"[6]. Esta afirmação é incorrecta e inexacta; os trabalhos realizados no sítio arqueológico entre 1990 e 2011 foram objecto de publicação científica[7] e as escavações arqueológicas no Claustro da Sé de

[6] GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – "Onde está a mesquita aljama de Lisboa?", pp. 77-78.
[7] AMARO, Clementino – "Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa". In *Os Fenícios no território português* (*Estudos Orientais*, IV). Lisboa: Instituto Oriental, 1993, pp. 183-192; MATOS, José Luís de – "As escavações no interior dos Claustros da Sé de Lisboa e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa". In MOITA, Irisalva (dir.) - *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 81-87; MATOS, José Luís de – "Romanização de Lisboa. Trabalhos arqueológicos na sé de Lisboa". In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1994, pp. 223-225; AMARO, Clementino – "Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa". In *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa, 1992)* (Monografies de la Secció Histórico-Arqueológica, IV). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/Universitat de Barcelona/Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 337-342; AMARO, Clementino; MATOS, José Luís de – "Trabalhos Arqueológicos no Claustro da Sé de Lisboa - Notícia Preliminar". In FILIPE, Maria da Graça; RAPOSO, Jorge Manuel C. (coord.) - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal/Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações Dom Quixote, 1996, pp. 199-214; AMARO, Clementino, "Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível", In MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio (coord.) - *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 61-71; MARINHO, José Rodrigues – "A moeda no Gharb al-Ândalus". In TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (coord.) – *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 175-184; MATOS, José Luís de – *Lisboa Islâmica*. Lisboa: Instituto Camões, 1999; ARRUDA, Ana Margarida – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)* (Cadernos de Arqueología Mediterránea, 5-6). Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona/Carrera Edició, 1999-2000, pp. 114-127; ARRUDA, Ana Margarida; FREITAS, Vera Teixeira de; VALLEJO SÁNCHEZ, Juan I. – "As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 3/2 (2000), pp. 25-59; AMARO, Clementino – "Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica islâmica". In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR/Junta de Extremadura, 2001, pp. 165-197; MATOS, José Luís – "Lisboa islâmica". In *Actas do Colóquio "Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos" (850º Aniversário da Reconquista de Lisboa)* (Arqueologia Medieval, 7). Porto/Mértola: Edições Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, 2001, pp. 79-87; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Cerâmicas comuns da Antiguidade Tardia provenientes do Claustro da Sé de Lisboa, Portugal". In GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (eds.) – *X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, Silves, 22-27 de Outubro de 2012. Silves: Câmara Municipal de Silves, 2015, pp. 851-860; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Ocupação medieval na Sé de Lisboa". In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes (coord.) - *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 113-28; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Pavimentos do espaço público de época romana da Sé de Lisboa". In FERNANDES, Lídia; BUGALHÃO, Jacinta; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. - *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa, 2017, pp. 116-117; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "As Ruas da Sé de Lisboa". In FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, 2020, pp. 105-109.

Lisboa não custaram "cerca de três milhões de euros", valor correspondente às pesadas derrapagens orçamentais do projecto e da obra, negligentemente conduzidos pela DGPC.

A ausência de publicação científica de dados arqueológicos conduz os autores ao recurso às observações directas que fizeram dos vestígios, em visitas ao local durante os trabalhos, mas, principalmente, a documentos técnicos internos produzidos pelas arqueólogas directoras científicas, Alexandra Gaspar e Ana Gomes, durante a intervenção e a obra. São documentos de arquivo da DGPC, não publicados. Os autores referem que são "documentos facultados pela Direcção-Geral do Património Cultural, sem reservas, tendo em vista elaborarmos parecer solicitado pelo seu Director-Geral de então, Engº Bernardo Alabaça, sobre os vestígios arqueológicos exumados"[8]. Em diversos momentos, são apontadas falhas técnicas e científicas ao conteúdo destes documentos. Esta metodologia merece severa crítica.

Em primeiro lugar, os autores fazem uso de fontes inacessíveis à comunidade científica, bem como citam, ao seu critério, documentos de arquivo que não são públicos. O debate científico decorre com base a fontes publicadas. As fontes arquivísticas são, obviamente, aceitáveis, mas o seu recuso exclusivo é de evitar, pois impossibilita materialmente o exercício do contraditório.

Pelo que se compreende, os documentos em causa – "informações técnicas", "notas técnicas" e "relatórios preliminares" - revestem-se, necessariamente, de natureza preliminar e têm um carácter mais técnico (e por vezes até burocrático-administrativo) que científico. São intercalares e produzidos com propósito de relatar e propor acções concretas e imediatas, de terreno, na intervenção em curso. Podem ser utilizados como fontes primárias complementares, mas não é correcto, ético, ou justo utilizá-los como produção científica, propriamente dita.

Por outro lado, a utilização abusiva dos dados constantes em documentação de arquivo, bem como a publicação de peças gráficas e fotografias, inéditos, pode considerar-se, de facto, uma violação dos direitos de reserva científica detidos,

[8] GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – "Onde está a mesquita aljama de Lisboa?", p. 71.

presentemente por Ana Gomes. Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes defendem-se afirmando que os documentos lhes foram facultados pela Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) "sem reservas" (*sic*, seja qual for o significado atribuído à expressão), mas tal não corresponde à realidade. De facto, e claramente, os documentos foram facultados aos autores pela DGPC "tendo em vista elaborarmos parecer solicitado pelo seu Director-Geral", ou seja, os limites à utilização da informação em causa decorrem do propósito e contexto em que ocorreu a cedência de informação. A Direção-Geral do Património Cultural não pretendia, certamente, conceder aos peritos aos quais pediu parecer, uma "licença" para violarem o RTA e publicarem dados inéditos e sob reserva científica. Considera-se, assim, a utilização dos dados e registos, assim obtidos, abusiva, errada e um excesso da confiança institucional que foi concedida pelo Estado aos autores.

Ainda a este respeito, opinam Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes: "constitui importante óbice à melhor caracterização funcional e cronológica dos testemunhos arqueológicos que temos vindo a referir, a completa ausência de enumeração e de classificação dos espólios exumados, tanto de artefactos como de ecofactos. A obtenção de datações absolutas, pelo método de radiocarbono, seria, sem dúvida outro importante auxiliar para se responder, como todos os arqueólogos devem pretender, às questões: quem fez isto? a que tempo é que pertence? e qual a sua função?"[9]. Como assim? Os resultados dos trabalhos arqueológicos realizados entre 2018 e 2023 sob o Claustro da Sé de lisboa estão inéditos; não estão publicados. Como podem ser omissos, se não existem? Como sabem se não existem "enumeração e (…) classificação dos espólios exumados", ou "datações absolutas, pelo método de radiocarbono"?

São citados outros documentos inacessíveis à comunidade científica, como os pareceres pelos peritos consultados pela DGPC, Santiago Macias, Félix Arnold e os próprios Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes (que subscrevem em conjunto um parecer)[10]. Também neste caso, a comunidade científica não pode confrontar

[9] GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – "Onde está a mesquita aljama de Lisboa?", p. 77.
[10] GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – "Onde está a mesquita aljama de Lisboa?", p. 75.

argumentos e ponderar distintas opiniões, o que constitui pesado obstáculo ao debate científico sério.

Mas o caso mais extraordinário ocorre com a atribuição de cronologia a uma peça recolhida nos trabalhos arqueológicos: "espada, recolhida em esgoto que ali corria, foi atribuída, pelo Doutor Álvaro Soler del Campo, a finais do século XIII ou a meados do século XIV, informação que, amavelmente, nos foi transmitida pelo Professor Doutor João Gouveia Monteiro (U.C.), a quem agradecemos"[11] . É difícil, até, perceber o que aconteceu. Os investigadores Álvaro Soler del Campo e João Gouveia Monteiro foram contactados, informalmente, a pedido das directoras científicas (informação oral de Ana Gomes), para o estudo da peça. Aparentemente, o que ocorre normalmente entre colegas, houve comentários, "conversa", entre estes investigadores e os autores, cujo presumível conteúdo foi agora publicado na *Portvgalia*. Não há como enunciá-lo de forma distinta: não se faz! É errado! E qual a validade científica de uma informação assim produzida e divulgada? Nenhum!

Sobre os resultados dos trabalhos arqueológicos em causa, a referenciação de itens disponíveis à consulta pública ocorre em relação a "publicação recente"[12] (das directoras científicas dos trabalhos no local), que não é explicitada. Mais uma vez, a ausência de referenciação impede o confronto, o contraditório.

Por fim, são "citados" diversos artigos de opinião na comunicação social. Ora, artigos de opinião não são bibliografia, nem devem ser citados como tal; tal é incorrecto, desrespeitoso e abusivo.

2.2. Substância

Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes consideram o fenómeno da *reversibilidade dos espaços sagrados*[13] um preconceito da comunidade científica, histórica e

[11] GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – "Onde está a mesquita aljama de Lisboa?", p. 76.
[12] GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – "Onde está a mesquita aljama de Lisboa?", p. 71.
[13] Recorre-se à feliz nomenclatura adoptada no *Colóquio Internacional Reversibilidade dos Espaços Sagrados. Al-Andalus e Mediterrâneo Ocidental (séculos XI-XIII). Reversing Sacred Spaces. Al-Andalus and Western Mediterranean (11th-13th centuries)*, realizado em 2 a 4 de Março de 2023, em Lisboa; "forma simbólica de tomada de posse política e social (...) "reafectação dos espaços sagrados, com a transformação de muitas mesquitas em igrejas". Nesse colóquio procurou-se responder "como e qual a extensão desse processo" (https://www.centrodehistoria-flul.com/abertura/coloquio-internacional-reversibilidade-dos-espacos-sagrados-al-andalus-e-o-mediterraneo-ocidental-seculos-xi-xiii-2-4-de-marco-de-2023).

arqueológica, em geral. Consideram que a mesquita aljama de *al-Ushbuna* não se localizava no espaço onde foi erigida a Sé[14], mas sim na alcáçova. Consideram finalmente que os vestígios arquitectónicos identificados no Claustro da Sé não têm qualquer relação com a mesquita aljama de *al-Ushbuna*.

De forma muito esquemática, os argumentos apresentados são: a reversibilidade dos espaços sagrados entre a dominação islâmica e os reinos cristãos[15] é um mito não comprovado, que ocorre, mas raramente; a fonte documental - o cruzado[16] - refere-se à mesquita, mas não diz onde esta se localiza; o terreno onde as ruínas se implantam é muito desnivelado; o lugar era pouco visível no espaço urbano; não foram identificados elementos de mesquita - *mirhāb*, *qibla*, minarete, etc.; as ruínas não têm qualidade; as ruínas não estão orientadas para Meca; não se recolheram elementos arquitectónicos, nem materiais de construção de qualidade, típicos "de mesquita"; as estruturas têm "tipologias e aparelhos construtivos cristãos"[17].

Como hipótese mais provável, Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes propõem que a mesquita aljama de *al-Ushbuna* se situaria na alcáçova porque: é um lugar muito visível no espaço urbano; localizava-se junto ao "palácio" e há muitos "paralelos". Embora para esta hipótese não haja nem referências documentais, nem vestígios arqueológicos (com muita ou pouca qualidade, orientação, *mirhāb*, *qibla*, minarete, elementos arquitectónicos ou outros materiais de construção)[18].

---

[14] "O presente texto não pretende colocar hipóteses sobre a localização da antiga mesquita principal de Lisboa, o que pode parecer contrariar o seu título, mas sim demonstrar arqueologicamente que ela não se erguia no local onde hoje se encontra a Sé" (GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – "Onde está a mesquita aljama de Lisboa?", p. 63).

[15] A propósito desta fase de transição, estranha-se o recurso ao conceito/termo "reconquista cristã". (quando terá ocorrido a primeira e original conquista?) Este, sim, verdadeiro, ideológico e enraizado preconceito, frequentemente reproduzido, mecânica e acriticamente.

[16] *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*. Edição, tradução e notas de Aires A. Nascimento; introdução de Maria João Branco. Lisboa: Vega, 2001, pp. 140-141.

[17] GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – "Onde está a mesquita aljama de Lisboa?", p. 76.

[18] Menos argumentos do que qualquer dos autores referidos no artigo muito criticamente apresentaram ao problematizar a eventual existência de mesquitas em diversos locais do al-Andalus. A dualidade de critérios está especialmente documentada na proposta sobre a localização de mesquita de Silves: "testemunhos da mesquita maior de Silves haveriam de surgir em zona alta da cidade, nas proximidades da alcáçova, de onde provém bonito bocal de poço monolítico, de grés vermelho, com iconografia representando duas mesquitas e outros símbolos, provavelmente pertencente à madrasa" (GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – "Onde está a mesquita aljama de Lisboa?", p. 66), em tudo idêntica, ou talvez menos expressiva, que as propostas de outros, consideradas abusivas.

Posição distinta tem a autora deste texto. No presente trabalho sustenta-se que o local de implantação da Sé de Lisboa corresponde à localização mais plausível da mesquita aljama de *al-Ushbuna*. Os argumentos que suportam esta proposta referem-se essencialmente ao conhecimento holístico de Lisboa arqueológica, numa perspectiva diacrónica e, de forma apenas acessória, aos contextos recentemente exumados na faixa sul do Claustro na Sé, pelo facto do conhecimento sobre estes permanecer superficial, uma vez que os resultados da intervenção arqueológica permanecem inéditos.

3. Da mesquita à catedral

3.1. O Claustro da Sé de Lisboa[19]

No claustro da Sé de Lisboa conservam-se, numa pequena área, abundantes vestígios de alto valor patrimonial. Esta impressionante densidade histórica e arqueológica decorre dos factores tempo e espaço. O lugar assume uma posição absolutamente central na topografia urbana da cidade. A sua colossal estratigrafia arqueológica revela uma ocupação humana que se estende entre a Idade do Ferro[20] e o final do século XIII/início do século XIV, quando foi construído o aterro que embasa o claustro[21], sustentado por uma robusta muralha a Sul[22]. É um lugar central na cidade, primordial para a compreensão da sua história, a partir do Património arqueológico e arquitectónico.

[19] Texto parcialmente adaptado da proposta de classificação/ampliação de classificação das ruínas da Mesquita aljama de *al-Ushbuna* e conjunto arqueológico urbano conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa, apresentado em Outubro de 2020, por Hermenegildo Fernandes, Jacinta Bugalhão e Manuel Fialho.
[20] Amaro, Clementino – "Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa".
[21] FERNANDES, Paulo Almeida – "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura cheia de imperfeições". *Murphy: Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo* 1 (2006), p. 23; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: s.n., 2017. Disponível em http://hdl.handle.net/10451/29987, p. 121.
[22] GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 124.

A ocupação da Idade do Ferro orientalizante está documentada na recolha de espólio[23] e na coluna estratigráfica, que remonta ao século VI a.C.[24], intervencionada nos anos 90 do século XX.

A ocupação de época romana remontará ao século II a.C.[25]. A evolução urbana deste espaço pode observar-se no urbanismo romano planeado no século I da nossa era[26], com rua construída no século I d.C., pavimentada com lajes calcárias onde se identificam patamares separados por degraus e cloaca sob o tabuleiro[27]. A via é ladeada por diversos edifícios (*tabernae* e estruturas habitacionais) cujas condutas de saneamento descarregam na cloaca. Na Antiguidade Tardia, entre os séculos IV e VI, o espaço viário é ocupado por construções privadas[28]. O sistema de saneamento romano mantém-se em utilização até, pelo menos, a época islâmica[29].

Relativamente ao urbanismo de época islâmica, no século XI, na parte norte do Claustro, implantavam-se edifícios com pavimentos lajeados e em almagre, fossas detríticas e tanques, que se terão mantido em utilização após a conquista cristã, durante edificação da catedral, até à construção do claustro[30].

---

[23] CARDOSO, João Luís; CARREIRA, Júlio Roque - "Le Bronze Final et le début de l'âge du Fer dans la région de l'estuaire du Tage".
[24] AMARO, Clementino – "Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa"; ARRUDA, Ana, *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*, pp. 114-127; ARRUDA, Ana; FREITAS, Vera; VALLEJO SÁNCHEZ, Juan I., "As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa", p. 30.
[25] GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 113.
[26] MATOS, José Luís de – "As escavações no interior dos Claustros da Sé de Lisboa e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa", p. 33; MATOS, José Luís de - "Romanização de Lisboa. Trabalhos arqueológicos na Sé de Lisboa", p. 225.
[27] AMARO, Clementino - "Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa", p. 339-341; AMARO, Clementino, "Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica islâmica", p. 170; SILVA, Rodrigo de Araújo Martins Banha da – *As «Marcas de Oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: s.n., 2012, p. 280. Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/9472; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 113.
[28] AMARO, Clementino - "Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa", p. 341; AMARO, Clementino - "Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica islâmica", p. 171; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 113-114.
[29] MATOS, José Luís de - "As escavações no interior dos Claustros da Sé de Lisboa e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa", p. 34; AMARO, Clementino - "Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível", p. 64; AMARO, Clementino - "Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica islâmica", p. 170; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 116.
[30] GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 121.

Embora selados e protegidos pelo grande aterro que subjaz ao Claustro, estes contextos foram perturbados pelas várias intervenções que aí decorreram entre o século XIV (construção do deambulatório, deposição de ossários, construções de diversos edifícios, infra-estruturas de saneamento, etc) e o terramoto de 1755 (após o qual foi alvo de obras de recuperação), até que, no segundo quartel do século XX, o claustro foi totalmente desimpedido de construções, em intervenção promovida pela DGEMN[31].

3.2. Reversibilidade dos espaços sagrados, antecedentes

A plataforma intermédia onde se implanta a Sé é, pelo menos desde o período romano, um local central no núcleo ancestral da cidade de Lisboa (fig. 1).

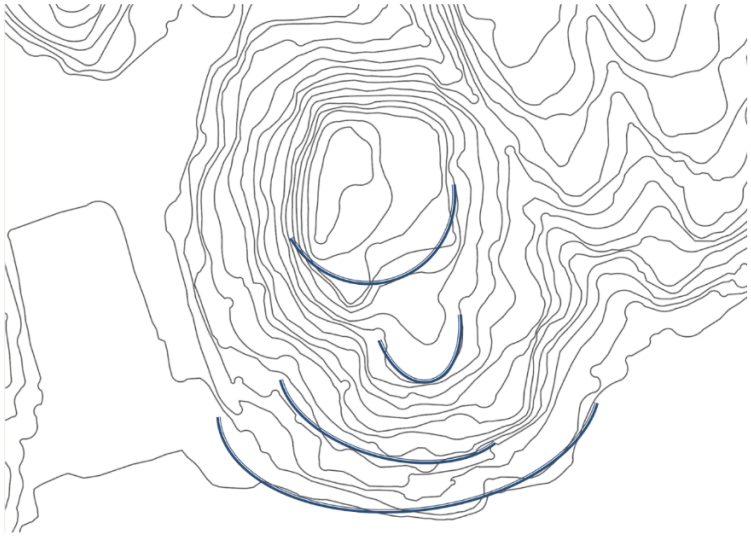


Figura 1 – Topografia da cidade de Lisboa, na colina do Castelo, com as plataformas urbanas demarcadas.

[31] SUMMAVIELLE, Elísio de; BRAGA, Jorge Salazar - *Igreja de Santa Maria Maior: Sé de Lisboa*. Lisboa: Teorema, 1986, p. 18.

É apontado, não como a única, mas como uma das possíveis localizações do *forum* de *Olisipo* e seu templo. Para tal concorrem argumentos como "a topografia urbana conservava ali uma ampla área aplanada a meia encosta, a existência de um fragmento de arquitrave monumental, pertencente a um antigo templo romano, reaproveitado na parede norte da Igreja de Sta. Maria e vários elementos arquitectónicos decorados, da Antiguidade Tardia, igualmente reaproveitados no edifício da catedral medieval, sugerindo uma longa utilização do local como espaço religioso"[32].

A literatura arqueológica refere igualmente, nesta zona urbana, a eventual existência de templos paleocristãos visigóticos, com base em alguns indícios, mas não restos estruturais propriamente ditos, que, a existirem, admite-se terem funcionado, genericamente, entre o século V e o século VII[33]. Regista-se uma concentração de elementos arquitectónicos, epigráficos e funerários que remetem para a existência de uma ou mais igrejas paleocristãs visigóticas entre o Palácio dos Condes de Penafiel, o Teatro romano, a Sé Catedral e o Largo de Santo António. O templo paleocristão de São Mamede será o de existência mais solidamente determinada, podendo ter sido construído entre os séculos V-VI[34], ou mesmo no século VII[35].

[32] FABIÃO, Carlos – "Em busca do forum de Olisipo". In FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida (eds.) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio, 2020, p. 16.
[33] BUGALHÃO, Jacinta – "Olysipona, entre o Império e o Islão". *Arqueologia & História* 73 (2022), p. 148.
[34] DE MAN, Adrien; SILVA, Rodrigo Banha da – "Um refinamento de dados alto medievais do Palácio dos Condes de Penafiel". In FONTES, João Luís Inglês; TENTE, Catarina; MARTINS, Miguel Gomes (coords.) – *Lisboa Medieval. Gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM, 2016, pp. 57-65, pp. 59-60; FERNANDES, Paulo Almeida – "O fim de um tempo; o princípio de outro. *Felicitas Iulia Olisipo* entre romanos, bárbaros e cristãos". In CACHÃO, Mário; FREITAS, Maria da Conceição (eds.) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, 2020, p. 146; FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lídia – "Da cidade romana à cidade medieval: "desmonumentalização" e reconfiguração urbana". In FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida (eds.) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, 2020, p. 226.
[35] DE MAN, Adrien; SILVA, Rodrigo Banha da – "Um refinamento de dados alto medievais do Palácio dos Condes de Penafiel", p. 61.

No espaço do antigo Teatro romano e na sua envolvente (na Rua de São Mamede, 9), foram recolhidos elementos arquitectónicos eventualmente integrantes de uma igreja visigótica[36], registando-se também uma sepultura de criança em ânfora, datável do século VI[37].

A sul, no local de implantação da Sé Catedral de Lisboa, é igualmente referida a hipótese de existência de um templo paleocristão[38], talvez a sede do bispado visigótico[39]. Mas, de facto, os diversos elementos arquitectónicos associados directamente a este monumento são posteriores, integrando o chamado núcleo moçárabe de Lisboa[40]. Ou seja, a existir neste local uma igreja cristã, afigura-se mais provável que a sua construção tenha ocorrido sob domínio islâmico[41].

No Largo de Santo António, já na saída da cidade para Sudoeste, foi recolhido um friso que poderia também integrar um edifício religioso de época visigótica[42].

---

[36] DIOGO, António M. Dias; SEPÚLVEDA, Eurico – "As lucernas das escavações de 1983/93 do teatro romano de Lisboa". *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3:1 (2000), p. 155; FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida – "Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa". *Revista Portuguesa de Arqueologia* 17, 2014, pp. 229, 239-240; FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lídia – "Da cidade romana à cidade medieval: "desmonumentalização" e reconfiguração urbana", p. 223. 227-228.

[37] FERNANDES, Lídia – "Reconversión de espacios monumentales: el caso del Teatro Romano de Lisboa / Felicitas Iulia Olisipo". In MATEOS CRUZ, Pedro; MORÁN SÁNCHEZ, Carlos Jesús (eds.) – *Exemplum et Spolia. La reutilización arquitectónica en la transformación del paisaje urbano de las ciudades históricas* (Mytra, Monografias y Trabajos de Arqueología, 7), vol. II. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, 2020, p. 486.

[38] COELHO, António Borges – "O domínio germânico e muçulmano". In MOITA, Irisalva, ed. – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p. 75.

[39] ALARCÃO, Jorge – "Lisboa romana e visigótica". In ARRUDA, Ana, dir. – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa/Milão: Sociedade Lisboa 94; Electa, 1994, p. 63.

[40] SALVADO, Salete Simões; FERREIRA, Seomara da Veiga – "Alguns elementos pré-românicos reutilizados aos paramentos exteriores da Se de Lisboa". *Revista Municipal*. Lisboa. 2.ª Série, 45:7 (1984), pp. 3-36; REAL, Manuel Luís – "285 Imposta"; "286 Baixo-relevo ornamental". In ARRUDA, Ana (dir.) – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa/Milão: Sociedade Lisboa 94 / Electa, 1994, pp. 232-233; REAL, Manuel Luís – "Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular". In *IV Reunió d'Arqueología Cristiana Hispànica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans / Universitat de Barcelona, 1995, p. 58; FERNANDES, Paulo Almeida – "O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista". *Artis: Revista do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras de Lisboa* 1 (2002), pp. 66-70; FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida – "Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa", p. 226; FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lídia – "Da cidade romana à cidade medieval: "desmonumentalização" e reconfiguração urbana", p. 230.

[41] BUGALHÃO, Jacinta - "Olysipona, entre o Império e o Islão", p. 148.

[42] FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida - "Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa", pp. 232-233; FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lídia – "Da cidade romana à cidade medieval: "desmonumentalização" e reconfiguração urbana", p. 227.

3.3. Mesquita, dados documentais

A localização da mesquita aljama de *al-Ushbuna* no local hoje ocupado pela Sé de Lisboa encontra eco num relato testemunhal coevo. Um cruzado que participou na conquista da cidade em 1147 descreve o templo islâmico da cidade [a mesquita aljama], "que se levanta em sete ordens de colunas com outras tantas abóbadas"[43]. Mais relata que "no dia em que se celebrava a Festa de Todos os Santos, em louvor e honra do nome de Cristo e da Sua Santíssima Mãe, foi feita a purificação do templo [a mesquita aljama] pelo arcebispo e por mais quatro bispos sufragâneos e restaurada a diocese como sede do episcopado"[44] [futura Sé]. Ou seja, conjugando esta fonte documental com os demais dados históricos e arqueológicos em presença (e que neste trabalho se abordam), assume-se como provável que a mesquita aljama de *al-Ushbuna* tenha sido sagrada sede do episcopado em 1147 e que, no mesmo local, na segunda metade do século XII, se iniciou a construção da Sé, nova sede do episcopado.

3.4. Topografia urbana

A urbanização da densa e milenar cidade de Lisboa assentou na manipulação da acidentada topografia do seu "terreno". Construir e construir densamente e monumentalmente impuseram o recurso frequente à criação de plataformas artificiais, conjugando desaterro com aterro estruturado (sustentado por grandes muros ou muralhas). Esta solução, que alivia e controla os grandes desníveis de terreno da colina do Castelo, abunda por toda a cidade, em escalas muito variadas, pelo menos desde época romana. *Olisipo* revela "importantes soluções arquitectónicas de escalonamento do edificado romano"[45]. A título de exemplo, no Teatro romano, estão documentados diversos muros de contenção, por vezes contrafortados, que permitiram a construção do monumento[46]. Como se sabe, em *Olisipo*, por vezes o aterro estruturado é substituído pelo criptopórtico, solução mais complexa e, eventualmente, estável.

---

[43] *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, pp. 140-141.
[44] *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, pp. 142-143.
[45] FABIÃO, Carlos – "Em busca do forum de Olisipo", p. 19.
[46] FERNANDES, Lídia; LOUREIRO, Carlos; BRAZUNA, Sandra; SARRAZOLA, Alexandre; PRATA, Sara – "Paisagem urbana de Olisipo: fatias da história de uma cidade". *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18 (2015), pp. 218.

Em período medieval e moderno, prossegue o recurso sistemático a esta solução, para a construção de pequenos e grandes edifícios e para a organização dos espaços públicos. Refira-se que, após o terramoto de 1755, o aplanamento da Baixa e a subsequente reconstrução pombalina assentaram, em grande escala, neste tipo de manipulação do terreno urbano.

A identificação de plataformas semi-artificiais de dimensão considerável assim construídas corresponde a um investimento considerável da comunidade urbana, traduzindo a importância histórica conferida aos espaços urbanos e ao edificado construído. Exemplo claro de tal é a construção da Sé de Lisboa e seu Claustro, entre os séculos XII e XIV, bem como a sua integração na estrutura urbana pré-existente e consequentemente reestruturada (fig. 2).

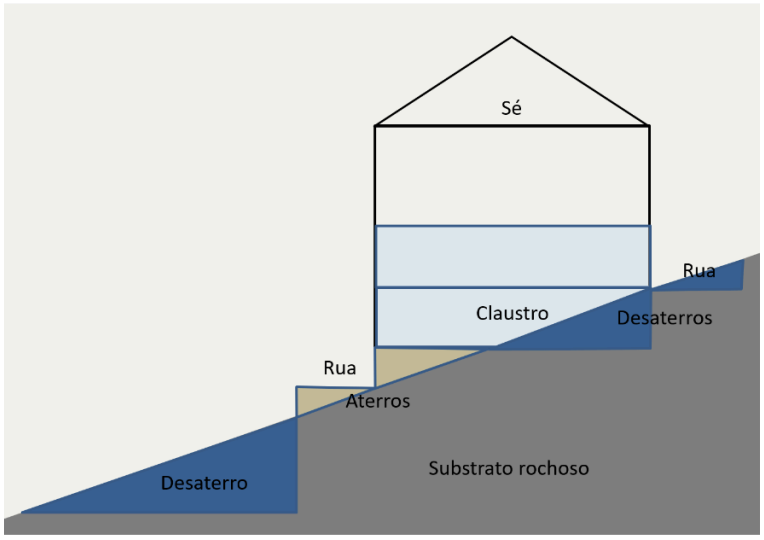


Figura 2 – Representação esquemática da manipulação do terreno no local de Sé de Lisboa, com a criação de plataformas artificiais através de desaterro – aterro construído.

Na envolvente da catedral, outras plataformas artificiais estão documentadas ou são de existência presumida, de época romana, medieval e moderna, revelando uma intensa concentração de investimento público na estruturação urbana deste lugar central da cidade (fig. 3).

Saliente-se que este escalonamento da cidade contribui decisivamente para a sua monumentalização e para destacar, simbólica e materialmente, os monumentos e poderes centrais da cidade.

Acredita-se que eventuais espaços e monumentos públicos de dimensão considerável, de épocas romana, tardo-antiga e islâmica, existentes no lugar da Sé, estivessem construídos parcialmente sobre terraços artificiais de desaterro – aterro construído, que alargaram o *plateau* natural aí existente na encosta.

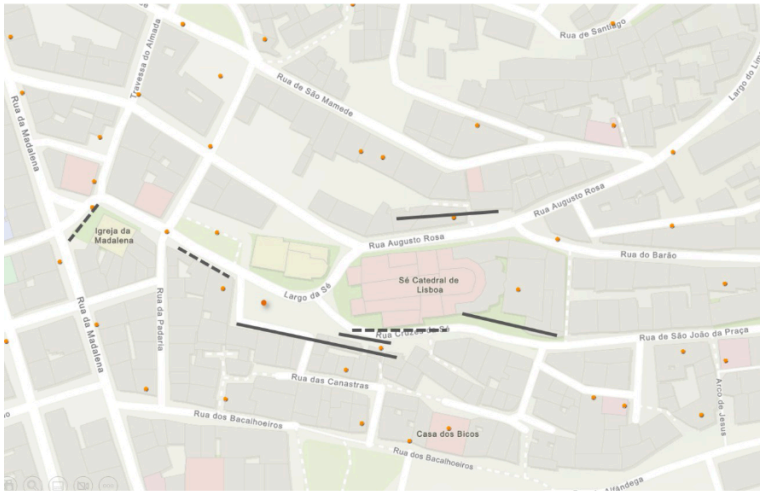


Figura 3 – Localização de aterros construídos (a tracejado os Hipotéticos) na envolvente da Sé de Lisboa. (sobre mapa Google Maps).

3.5. O complexo da mesquita aljama de *al-Ushbuna*

Entre os vestígios islâmicos, sobressaem as ruínas de um edifício monumental, aqui interpretado como parte do complexo da Mesquita Aljama de *al-Ushbuna*, edifício primordial da Lisboa muçulmana[47], que se desenvolve para Nascente sob a Sé Catedral. Fontes documentais indicam que a Sé tinha foi erguida sobre a mesquita aljama, no centro da medina, situação topográfica natural para o principal templo muçulmano da cidade[48], no eixo milenar que ligava a porta "do Sol", a oriente, à porta "do Ferro", a ocidente.

O edifício da mesquita terá funcionado, possivelmente durante décadas, como Catedral de Lisboa, enquanto o templo cristão estava a ser construído[49]. O restante complexo edificado, a oriente do oratório, permanece em uso nos séculos XII e XIII, nomeadamente como estaleiro da catedral, até à construção do claustro, constituindo um relevantíssimo elemento patrimonial.

O conjunto monumental estrutura-se em patamares[50], correspondentes a três níveis ou "socalcos" escavados na encosta, ocupando cerca de 400m^2. O edifício, constituído por paredes robustas e integralmente rebocadas, exibe um extraordinário estado de conservação, nomeadamente ao nível da altura conservada

[47] TORRES, Cláudio – "Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território". In ARRUDA, Ana Margarida (dir.) – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1994, pp. 80-85; AMARO, Clementino - "Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível", p. 64; AMARO, Clementino - "Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica islâmica", p. 172; TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago – "Na região de Lisboa e Santarém". In *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, p. 96; MATOS, José Luís de - *Lisboa Islâmica*, p. 7; MATOS, José Luís - "Lisboa islâmica", p. 80; BUGALHÃO, Jacinta – "Lisboa islâmica: uma realidade em construção". In *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al- Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro, 2008)* (*Xelb. Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 9). Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia, 2009, pp. 389; GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 121; SILVA, Manuel Fialho - *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*, p. 102-105.

[48] BRANCO, Maria João V.; FERNANDES, Hermenegildo – "A Space for Institutionalization: some remarks on Cathedrals & Mosques in Medieval Iberia (11-13th centuries)". Comunicação apresentada ao Seminário *Diverging paths? The shapes of Power and Institutions in the mediaeval Christian and Islamic worlds*. Madrid, CSIC, 2011.

[49] ALMEIDA, Carlos Ferreira de – *História da Arte em Portugal: O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 134; Silva, Manuel Fialho, *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*, 2017, p. 102.

[50] GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 118 e ss.

das paredes (entre 2,3 e 5 metros de altura) e, como já referido, reutiliza o sistema de saneamento de época romana, que permaneceu em funcionamento[51].

No nível superior, situa-se um grande compartimento (ou pátio) de planta rectangular, pintado com bandas vermelhas, com porta dupla a oeste (eventualmente para acesso à sala de orações localizada, segundo as fontes, sob a catedral). Na parede Norte, conserva-se um pequeno compartimento "em nicho", abobadado, com um banco em alvenaria[52].

O segundo e terceiro níveis, identificados na última campanha arqueológica (2018-2024), conhecem-se apenas através das apresentações públicas já referidas[53], de conteúdos mediáticos e na internet e de visitas ao local. O terceiro e inferior nível desenvolve-se junto aos vestígios do antigo arruamento lajeado muçulmano, herdeiro do possível *decumanus maximus* romano[54] e à medieval/actual Rua das Cruzes da Sé.

As estruturas recém-descobertas, e de acordo com os dados disponibilizados pelas directoras científicas da intervenção arqueológica, revelam compartimentos (salas, pátios, corredores), pavimentos, lanços de escadas assentes em arcos e elementos construtivos como arcos, portas, janela, bancos (nomeadamente conjunto decorado e assente em pequenos arcos subogivais) e nicho estucado. Merecem referência os múltiplos grafitos sobre o reboco, das fases islâmica e cristã, e os vestígios de traçaria, estes últimos, presumíveis testemunhos da fase de utilização como estaleiro da catedral.

A orientação do edifício monumental islâmico aparenta coincidir, genericamente, com a orientação do claustro, Noroeste - Sudeste ou, mais aproximadamente, Oeste-

---

[51] GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 113-114.
[52] GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana - "Ocupação medieval na Sé de Lisboa", p. 118.
[53] GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Claustro da Sé Catedral, leitura arqueológica". Intervenção na *Mesa Redonda online "As obras do claustro da Sé: Património e Projecto"* organizada por Centro de História e o Centro de Arqueologia (UNIARQ) da Universidade de Lisboa e pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO) da Câmara Municipal de Lisboa, 10 de Janeiro de 2022. Disponível em: https://www.facebook.com/gabinetedeestudosolisiponenses/videos/1707073422834477 (min 15'); GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Claustro da Sé de Lisboa – espaços públicos de diferentes cidades". Palestra incluída no *Ciclo de Palestras "Segredos da Colina"*, 22 de Junho de 2022, Museu do Teatro, Romano, Museu de Lisboa, EGEAC. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=_2SpEibin2Q.
[54] SILVA, Rodrigo de Araújo Martins Banha da – *As «Marcas de Oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na península de Lisboa*, p. 192.

Noroeste - Este-Sudeste, compatível com a orientação canónica para Meca. Acredita-se que este conjunto edificado se situava a Este-Sudeste da sala de oração da mesquita que, assim, apresentaria a *qibla* devidamente orientada. Salienta-se a singular divergência de orientações entre a catedral e o seu claustro. É possível que a catedral tenha sido construída com orientação para Nascente, amortizando a anterior construção islâmica e divergindo da sua orientação; e que a posterior construção do claustro se tenha compatibilizado com as pré-existentes ruínas islâmicas, alinhadas, por sua vez, com o troço inferior da Rua das Cruzes da Sé.

A plataforma em que se encontra implantada a Sé, já referida, possuiria, já antes da sua edificação, espaço suficiente para acomodar uma mesquita com oito naves, tal como é referido no relato do cruzado – "sete ordens de colunas"[55], se considerarmos uma largura de nave entre quatro e cinco metros, correspondente a um edifício com largura entre 32 e 40 metros.

A plataforma intermédia na colina onde se localizava a mesquita, para além de constituir um ponto extraordinariamente central, propiciava excelente visibilidade a partir de toda a medina islâmica, como tem sido explicado e documentado por Alexandra Gaspar e Ana Gomes, nas suas apresentações públicas, já referidas. Esta posição, bem demarcada na topografia, foi, aliás, herdada pela Sé de Lisboa, monumento destacado na paisagem urbana, como bem documenta toda a iconografia histórica da cidade.

Alexandra Gaspar e Ana Gomes têm proposto, preliminarmente, dados cronológicos para este edifício monumental, apontado para uma utilização entre o início e meados do século XII, ou seja, na fase almorávida, terminando na conquista cristã da cidade, em 1147. A discussão desta cronologia só será possível em presença dos dados contextuais, estratigráficos e artefactuais, ou seja, após a publicação científica dos resultados da escavação. Não existem, presentemente, nem razão, nem fundamento para discutir esta atribuição cronológica.

[55] *A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado*, pp. 140-141.

4. Conclusões

Com o presente texto procurou-se apresentar, de forma muito sintética, os dados históricos, arqueológicos e urbanísticos que concorrem para a hipótese aqui sustentada: a mesquita aljama de *al-Ushbuna* localizava-se no local onde hoje se implanta a Sé Catedral de Lisboa. A construção do tempo cristão representa um exemplo clássico de reversibilidade dos espaços sagrados urbanos, entre o Gharb al-Andalus e o medievo reino de Portugal. Sob o claustro e o aterro que o infra-estrutura, a nascente da Catedral, conservam-se ruínas de um monumental edifício de época islâmica que se interpreta como complexo da mesquita aljama de *al-Ushbuna*.

Esta hipótese carece de comprovação arqueológica, pois só a Arqueologia a poderá, talvez, confirmar, definitivamente. Já ausência ou desconhecimento de vestígios não significa, em Arqueologia, a sua inexistência histórica. Os vestígios arqueológicos são, como é da sua natureza, parcelares e fragmentários; mas a sua volumetria, monumentalidade, complexidade e exemplaridade bradam e ecoam, não obstante as toneladas de betão que os violam e ocultam. Os dados primários recolhidos em escavação, ainda insuficientemente conhecidos, porque inéditos, são interpretados de forma integrada, no contexto do vasto conhecimento sobre a milenar cidade de Lisboa.

No Claustro da Sé, não se conhecem vestígios arqueológicos/arquitectónicos da sala de orações e não se identificou a *qibla*, nem o *mirhāb*. Também não se recolheram elementos arquitectónicos de época medieval-islâmica, como bases, fustes ou capitéis de colunas, fragmentos de estuques decorados, inscrições. Nem no Claustro da Sé, nem em toda a cidade de Lisboa.

É que, quanto mais conhecemos Lisboa islâmica, mais percebemos que *Madīnat al-Ushbuna* era uma cidade distinta das suas contemporâneas do Sul do Gharb al-Andalus.

É claramente uma cidade de fronteira que aparenta um relativo afastamento dos centros de poder e circuitos comerciais islâmicos até ao século XI (fase Taifas). Na estrutura urbana e na cultura material, as tendências de continuidade em relação ao

período romano e tardo-antigo persistem, mesclam-se com a medievalidade latente e pulsante dos territórios setentrionais, durante os primeiros séculos de dominação islâmica.

No século XI e primeira metade do século XII, verificou-se um extraordinário crescimento urbano, associado a uma fase de clara expansão económica. Esta tendência prolonga-se e acentua-se com a chegada dos Almorávidas. A cidade adquire rapidamente características de uma urbe islâmica, na sua estrutura e nas suas componentes. Registam-se obras na muralha e alcáçova, onde é construído o bairro residencial. Os arrabaldes (ocidental e oriental) crescem e consolidam-se; na zona ribeirinha ocidental, é erigida a pequena mesquita de bairro sobre o criptopórtico romano; e é construído o bairro "da Praça da Figueira", as olarias multiplicam-se e a sua produção aumenta e dissemina-se na cidade e no território envolvente.

A cidade estrutura-se em plataformas. A superior, a acrópole, no castelo, concentra as funções políticas, militares e institucionais; a intermédia superior, nos "Lóios" e a intermédia inferior, estruturam a urbe, a cidade, a medina; na grande plataforma inferior, ribeirinha, concentram-se as funções portuárias, comerciais, artesanais, piscatórias.

Na plataforma intermédia inferior, entre a porta "do Sol", a oriente, e a porta "do Ferro", a ocidente (fig. 4), permanece um lugar central, de longa duração, fortemente enraizado na estrutura urbana, consolidada diacronicamente.

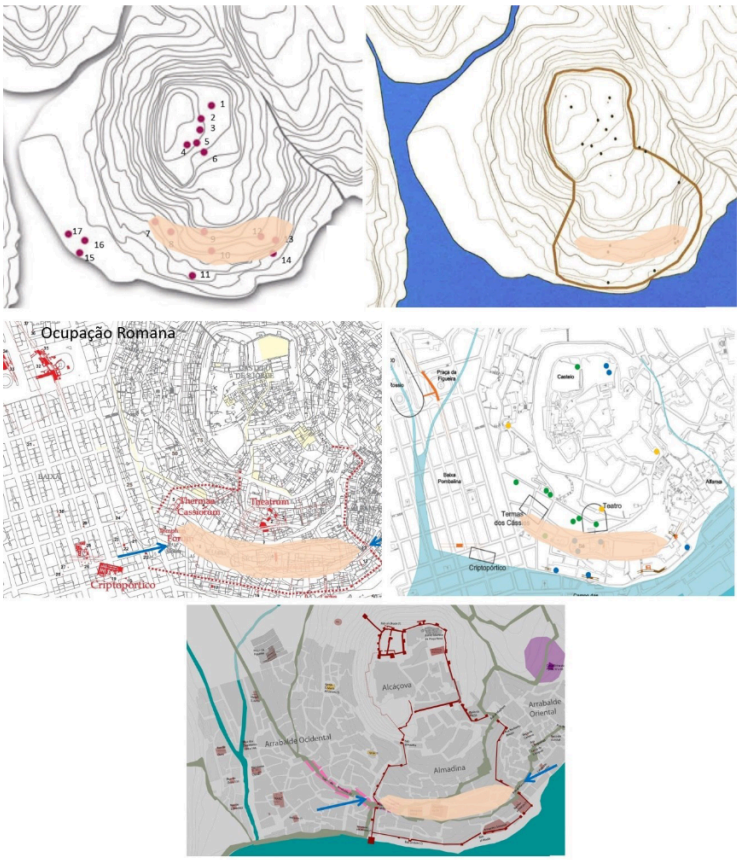


Figura 4 – Plataforma intermédia inferior, entre porta "do Sol", a oriente, à porta "do Ferro", a ocidente, onde de insere o lugar da Sé de Lisboa, em representações da cidade, na Idade do Ferro[56], período romano-republicano[57], romano-imperial[58], tardo antigo[59] e islâmico[60].

[56] ARRUDA, Ana - *Lisboa pré-clássica, um porto mediterrêneo do litoral atlântico*. Lisboa, Fundação Millennium BCP, 2014, p. 16.
[57] PIMENTA, João – "Os primórdios da implementação romana em Olisipo". In CACHÃO, Mário; FREITAS, Maria da Conceição (eds.) - *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Lisboa: Caleidoscópio, 2020, p. 121.
[58] SILVA, Rodrigo de Araújo Martins Banha da - *As «Marcas de Oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na península de Lisboa*, p. 198.
[59] FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lídia - "Da cidade romana à cidade medieval: "desmonumentalização" e reconfiguração urbana", p. 214.
[60] SILVA, Manuel Fialho, *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*, p. 535.

Para responder cabalmente à questão: onde está a mesquita aljama de *al-Ushbuna*?, há que investigar mais, desejavelmente através de um projecto de investigação integrado e interdisciplinar, que poderá dar ou não respostas definitivas às dúvidas que justificadamente persistem: onde está, qual a sua cronologia, dimensão, orientação. E importa, evidentemente, proceder ao estudo monográfico e integral dos contextos exumados sob o Claustro da Sé de Lisboa.

Na história, a desconstrução de mitos é importante, como importantes são o rigor e o método científicos; e a ética científica.

A investigação histórica e arqueológica é difícil. Mas não é impossível. Um cientista não deve ter paixões nem trabalhar em função delas. Já a defesa do Património, que não é para todos, nasce de uma convicção apaixonada e nela decorre. Mas esse é tema de outo texto, que o futuro trará, espera-se.

Referências bibliográficas
Fontes impressas

A conquista de Lisboa aos mouros: relato de um cruzado. Edição, tradução e notas de Aires A. Nascimento; introdução de Maria João Branco. Lisboa: Vega, 2001.

Estudos

ALARCÃO, Jorge – "Lisboa romana e visigótica". In ARRUDA, Ana, dir. – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa/Milão: Sociedade Lisboa 94; Electa, 1994, pp. 58-63.

ALMEIDA, Carlos Ferreira de – *História da Arte em Portugal: O Românico*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

AMARO, Clementino – "Vestígios materiais orientalizantes do claustro da Sé de Lisboa". In *Os Fenícios no território português* (Estudos Orientais, IV). Lisboa: Instituto Oriental, 1993, pp. 183-192.

AMARO, Clementino – "Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa". In *Actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica (Lisboa, 1992)* (Monografies de la Secció Histórico-Arqueológica, IV). Barcelona: Institut d'Estudis Catalans/Universitat de Barcelona/Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 337-342.

AMARO, Clementino – "Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível". In MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio (coord.) - *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 61-71.

AMARO, Clementino – "Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa. Três contextos com cerâmica islâmica". In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR/Junta de Extremadura, 2001, pp. 165-197.

AMARO, Clementino; MATOS, José Luís de – "Trabalhos Arqueológicos no Claustro da Sé de Lisboa - Notícia Preliminar". In FILIPE, Maria da Graça; RAPOSO, Jorge Manuel C. (coord.) - *Ocupação romana dos estuários do Tejo e do Sado. Actas das primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*. Seixal/Lisboa: Câmara Municipal do Seixal/Publicações Dom Quixote, 1996, pp. 199-214.

ARRUDA, Ana – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)* (Cadernos de Arqueología Mediterránea, 5-6). Barcelona: Publicaciones del Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra de Barcelona/Carrera Edició, 1999-2000.

ARRUDA, Ana - *Lisboa pré-clássica, um porto mediterrêneo do litoral atlântico*. Lisboa, Fundação Millennium BCP, 2014.

ARRUDA, Ana Margarida; FREITAS, Vera Teixeira de; VALLEJO SÁNCHEZ, Juan I. – "As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa". *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3/2 (2000), pp. 25-59.

BRANCO, Maria João V.; FERNANDES, Hermenegildo – "A Space for Institutionalization: some remarks on Cathedrals & Mosques in Medieval Iberia (11-13th centuries)". Comunicação apresentada ao Seminário *Diverging paths? The shapes of Power and Institutions in the mediaeval Christian and Islamic worlds*. Madrid, CSIC, 2011.

BUGALHÃO, Jacinta – "Lisboa islâmica: uma realidade em construção". In *Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve. O Gharb no al- Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos (Silves, 23, 24 e 25 de Outubro, 2008)* (*Xelb. Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*, 9). Silves: Câmara Municipal de Silves/Museu Municipal de Arqueologia, 2009, pp. 337-392.

BUGALHÃO, Jacinta – "Lisboa Medieval: contributo da arqueologia para a construção do discurso histórico". Comunicação apresentada no *Ciclo de Conferências "Lisboa não é só Subterrênea. 25 anos depois de uma exposição"*. Lisboa, 28 de Setembro de 2019.

BUGALHÃO, Jacinta – "O movimento cívico de defesa das ruínas da mesquita medieval islâmica de Lisboa conservadas do Claustro da Sé". Comunicação apresentada no *Fórum do Património 2021. Património Vivo. 6 de Novembro de 2021*, Central Tejo, Lisboa. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=r7sbGdN61_E&t=1207s.

BUGALHÃO, Jacinta – "Olysipona, entre o Império e o Islão". *Arqueologia & História*. 73 (2022), pp. 143-156.

BUGALHÃO, Jacinta – "Demandas da arqueologia medieval em Lisboa. O caso do claustro da Sé". Conferência apresentada no âmbito das *Sessões Medievais on-line*, organizadas pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa, em 10 de fevereiro de 2022. Disponível em https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=493239218346 3577.

BUGALHÃO, Jacinta – "Movimento cívico de defesa das ruínas do Claustro da Sé de Lisboa". Palestra apresentada no Grupo de Amigos de Lisboa, 21 de Maio de 2022.

BUGALHÃO, Jacinta – "A Sé de Lisboa: História e Património". Entrevista no Podcast *Falando de História* #40, 27 de Junho de 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9QgCiunpJak.

BUGALHÃO, Jacinta - *Sé de Lisboa: Um "sarcófago" de betão para o património arqueológico*, 2022. Disponível em: https://www.forumdopatrimonio.org/l/se-de-lisboa-um-sarcofago-de-betao-para-os-vestigios-arqueologicos/?fbclid=IwY2xjawGxb4tleHRuA2FlbQIxMQABHY1JlSBUhpqzHRUbVh_x64yLQwQYRXeJTO1urCNtsAq-IF6nAMoG7ifwlg_aem_NJi1-BIOiTCb8MnEV_Pf6w

CARDOSO, João Luís; CARREIRA, Júlio Roque – "Le Bronze Final et le début de l'âge du Fer dans la région de l'estuaire du Tage". *Mediterrâneo* 2 (1993), pp. 193-205.

COELHO, António Borges – "O domínio germânico e muçulmano". In MOITA, Irisalva, ed. – *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 75-88.

COSTA, Ana Maria; BUGALHÃO, Jacinta; FREITAS, Maria da Conceição – "Meter by meter, conquers the people land to the sea. Medieval Tagus Estuary shoreline evolution at Lisbon' oldest city centre (Portugal) combining geological, archaeological and cartographic data". Comunicação apresentada à *6th International Conference Medieval Europe In Motion. The Sea*. Lisboa, 29 de Novembro de 2022, no prelo.

DE MAN, Adrien; SILVA, Rodrigo Banha da – "Um refinamento de dados alto medievais do Palácio dos Condes de Penafiel". In FONTES, João Luís Inglês; TENTE, Catarina; MARTINS, Miguel Gomes (coords.) – *Lisboa Medieval. Gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM, 2016, pp. 57-65.

DIOGO, António M. Dias; SEPÚLVEDA, Eurico – "As lucernas das escavações de 1983/93 do teatro romano de Lisboa". *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3:1 (2000), pp. 153-161.

FABIÃO, Carlos – "Em busca do *forum* de Olisipo". In FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida (eds.) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio, 2020, pp. 15-25.

FERNANDES, Hermenegildo; BUGALHÃO, Jacinta; FIALHO, Manuel – "Localizar a Mesquita Aljama de Lisboa". Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional Reversibilidade dos Espaços Sagrados. Al-Andalus e Mediterrâneo Ocidental (XI-XIII). Reversing Sacred Spaces. Al-Andalus, Western Mediterranean (11th-13th centuries)*, 2 a 4 de Março de 2023, Lisboa, no prelo.

FERNANDES, Lídia – "Reconversión de espacios monumentales: el caso del Teatro Romano de Lisboa / *Felicitas Iulia Olisipo*". In MATEOS CRUZ, Pedro; MORÁN SÁNCHEZ, Carlos Jesús (eds.) – Exemplum et Spolia. *La reutilización arquitectónica en la transformación del paisaje urbano de las ciudades históricas* (Mytra, Monografias y Trabajos de Arqueología, 7), vol. II. Mérida: Instituto de Arqueología de Mérida, 2020, pp. 483-491.

FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida – "Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa". *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, 2014, pp. 225-243.

FERNANDES, Lídia; LOUREIRO, Carlos; BRAZUNA, Sandra; SARRAZOLA, Alexandre; PRATA, Sara – "Paisagem urbana de Olisipo: fatias da história de uma cidade". *Revista Portuguesa de Arqueologia* 18 (2015), pp. 203-224.

FERNANDES, Paulo Almeida – "O sítio da Sé de Lisboa antes da *Reconquista*". *Artis: Revista do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras de Lisboa* 1 (2002), pp. 57-87.

FERNANDES, Paulo Almeida – "O Claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura cheia de imperfeições". *Murphy: Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo* 1 (2006), pp. 18-69.

FERNANDES, Paulo Almeida – "O fim de um tempo; o princípio de outro. *Felicitas Iulia Olisipo* entre romanos, bárbaros e cristãos". In CACHÃO, Mário; FREITAS, Maria da Conceição (eds.) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, 2020, pp. 141-149.

FERNANDES, Paulo Almeida; FERNANDES, Lídia – "Da cidade romana à cidade medieval: "desmonumentalização" e reconfiguração urbana". In FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida (eds.) – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, 2020, pp. 214-231.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Cerâmicas comuns da Antiguidade Tardia provenientes do Claustro da Sé de Lisboa, Portugal". In GONÇALVES, Maria José; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (eds.) – *X Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo, Silves, 22-27 de Outubro de 2012*. Silves: Câmara Municipal de Silves, 2015, pp. 851-860.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Ocupação medieval na Sé de Lisboa". In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe; TENTE, Catarina; FARELO, Mário; MARTINS, Miguel Gomes (coord.) - *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 113-28.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Pavimentos do espaço público de época romana da Sé de Lisboa". In FERNANDES, Lídia; BUGALHÃO, Jacinta; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. - *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa, 2017, pp. 116-117.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "As Ruas da Sé de Lisboa". In FERNANDES, Lídia; FERNANDES, Paulo Almeida, eds. – *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio/Câmara Municipal de Lisboa, 2020, pp. 105-109.

GASPAR, Alexandra; GOMES, Ana – "Resultados das escavações arqueológicas realizadas no Claustro da Sé de Lisboa e o seu contributo para o estudo dos espaços de culto". Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional Reversibilidade dos Espaços Sagrados. Al-Andalus e Mediterrâneo Ocidental (séculos XI-XIII). Reversing Sacred Spaces. Al-Andalus, Western Mediterranean (11th-13th centuries)*, 2 a 4 de Março de 2023, Lisboa.

GOMES, Rosa Varela; GOMES, Mário Varela – "Onde está a mesquita aljama de Lisboa? Da construção de um mito urbano aos equívocos da Arqueologia". *Portvgália*. Nova Série, 45 (2024), pp. 61-87. DOI: https://doi.org/10.21747/09714290/port45a5.

MARINHO, José Rodrigues – "A moeda no Gharb al-Ândalus". In TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago (coord.) – *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 175-184.

MATOS, José Luís de – "As escavações no interior dos Claustros da Sé de Lisboa e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa". In MOITA, Irisalva (dir.) - *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, pp. 81-87.

MATOS, José Luís de – "Romanização de Lisboa. Trabalhos arqueológicos na sé de Lisboa". In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, vol. 1. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1994, pp. 223-225.

MATOS, José Luís de – *Lisboa Islâmica*. Lisboa: Instituto Camões, 1999.

MATOS, José Luís – "Lisboa islâmica". In *Actas do Colóquio "Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos" (850º Aniversário da Reconquista de Lisboa)* (*Arqueologia Medieval*, 7). Porto/Mértola: Edições Afrontamento/Campo Arqueológico de Mértola, 2001, pp. 79-87.

PIMENTA, João – "Os primórdios da implementação romana em Olisipo". In CACHÃO, Mário; FREITAS, Maria da Conceição (eds.) - *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Lisboa: Caleidoscópio, 2020, pp. 112-123.

REAL, Manuel Luís – "285 Imposta"; "286 Baixo-relevo ornamental". In ARRUDA, Ana (dir.) – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa/Milão: Sociedade Lisboa 94 / Electa, 1994, pp. 232-233.

REAL, Manuel Luís – "Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular". In *IV Reunió d'Arqueología Cristiana Hispànica*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans / Universitat de Barcelona, 1995, pp. 17-68.

SALVADO, Salete Simões; FERREIRA, Seomara da Veiga – "Alguns elementos pré-românicos reutilizados aos paramentos exteriores da Se de Lisboa". *Revista Municipal*. Lisboa. 2.ª Série, 45:7 (1984), pp. 3-36.

SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: s.n., 2017. Disponível em http://hdl.handle.net/10451/29987.

SILVA, Rodrigo de Araújo Martins Banha da – *As «Marcas de Oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na península de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: s.n., 2012. Disponível em: http://hdl.handle.net/10362/9472.

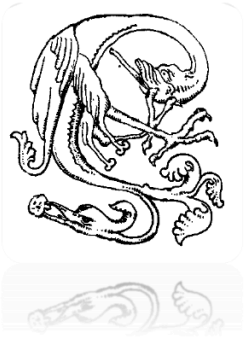
SUMMAVIELLE, Elísio de; BRAGA, Jorge Salazar - *Igreja de Santa Maria Maior: Sé de Lisboa*. Lisboa: Teorema, 1986.

TORRES, Cláudio – "Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território". In ARRUDA, Ana Margarida (dir.) – *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1994, pp. 80-85.

TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago – "Na região de Lisboa e Santarém". In *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, pp. 84-111.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BUGALHÃO, Jacinta – "Da mesquita à catedral, percurso por um lugar central em Lisboa. *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 459-491. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

I Medieval Hunting Meeting, sobre o tema "human-*canis* relations": Perspectivas de estudo sobre história ambiental medieval a partir da cinegética

1st Medieval Hunting Meeting, on "Human-*Canis* Relations": Research Prospects on Medieval Environmental History

(a) Tiago Viúla de Faria, (b) Afonso Soares de Sousa*, (c) *Diana Martins

(a) Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1069-061 Lisboa, Portugal

tfaria@fcsh.unl.pt
https://orcid.org/0000-0001-6832-7024

(b) Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1069-061 Lisboa, Portugal
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
3000-370 Coimbra, Portugal

afonso.sousa1@hotmail.com
https://orcid.org/0000-0002-7634-7559

(c) Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1069-061 Lisboa, Portugal

dianawinnifriedmartins@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-6465-5191

Data recepção do artigo / Received for publication: 21 de Novembro de 2024

A caça no período medieval é um assunto por demais conhecido entre a historiografia nacional e internacional. Contudo, o seu estudo recente – ao longo das duas últimas décadas –, nomeadamente no contexto português, não conheceu avanços tão significativos como noutras historiografias. Por um lado, não ignorando trabalhos relevantes para o estudo da caça no Portugal medievo, os avanços mais assinaláveis surgiram, sobretudo, a pretexto de estudos dedicados a outras temáticas. Por outro, o debate historiográfico, concretamente em torno das múltiplas questões que rodeiam a cinegética, não tem sido particularmente alimentado[1]. Sintomático desta insuficiência é o facto de que, datando de 1988, o principal trabalho de referência para o estudo da caça no Portugal medievo tenha praticamente quatro décadas de existência[2].

No entanto, o mesmo não se tem verificado ao nível da historiografia internacional, que tem dado visibilidade a novas formas de perspectivar a caça desde um ponto de vista histórico[3]. Mal-grado a atualidade historiográfica do tema, sobretudo conquanto se insere numa dinâmica de interesse académico em história animal – e, claro, na história ambiental em sentido mais lato –, este conjunto de contributos carece de um palco de discussão e cruzamento de ideias entre investigadores. Foi esta constatação, juntamente com o ensejo de reavivar e promover o debate em torno da história da cinegética medieval, que nos levou à organização do evento científico que intitulámos *Medieval Hunting Meeting* (MHM), o qual pretendemos que venha a ser um ponto de encontro regular e de referência para os estudiosos do tema. Este encontro enquadra-se no âmbito da *Network for the Environment in*

[1] Sobre a evolução das produções escritas mais relevantes veja-se: SOUSA, Afonso Soares de – "Estudar a caça régia segundo os seus espaços e oficiais". *Medievalista* 36 (2024), pp. 487-503.
[2] Referimo-nos a um artigo, ainda muito útil; COELHO, Maria Helena Cruz; RILEY, Carlos Guilherme – "Sobre a Caça Medieval". *Estudos Medievais* 9 (1988), pp. 221-267.
[3] Vejam-se, a título de exemplo, os recentes contributos de: KLEMETILLA, Hannele – *Animals and Hunters in the Late Middle Ages: Evidence from the BnF MS fr. 616 of the* Livre de chasse *by Gaston Fébus.* Nova Iorque: Routledge, 2015; GOLDBERG, Eric – *In the Manner of the Franks: Hunting, Kingship, and Masculinity in Early Medieval Europe.* Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2020; JUDKINS, Ryan Russell – *Noble Venery: Hunting and the Aristocratic Imagination in Late Medieval English Literature*. Ohio: Ohio State University, 2012. Tese de Doutoramento.

Medieval Usages & Societies (NEMUS)[4], uma rede dedicada a uma área de estudos que, apesar de não ser nova, tem vindo a despertar cada vez mais interesse no seio do Instituto de Estudos Medievais, que conta, nomeadamente, com diversos projetos de mestrado e doutoramento, atualmente em desenvolvimento ou completados muito recentemente.[5]

A primeira edição do MHM, com o acolhimento do IEM, teve lugar nos dias 18 e 19 de Julho de 2024, no Colégio Almada Negreiros (Campus da Universidade Nova de Lisboa). Dedicada ao subtema das relações entre humanos e *canis*, traduziu-se na incorporação de perspectivas diferenciadas sobre a forma como os nossos antepassados medievos conviveram com lobos e cães (ambos do género *canis*; Linnaeus, 1758), quer no plano do imaginário, quer das vivências "reais". Como foi expresso no *Book of Abstracts*, a escolha de comunicações regeu-se por um enquadramento concreto:

> "The dog (*canis lupus familiaris*) has almost always been man's best friend, as a watchful guard, a faithful companion, and also a hunting partner. As to the wolf (*canis lupus*), widely despised and persecuted, it was often perceived as a threat, the enemy of livestock and man. However, these were not always necessarily the attributes associated with canis, as they could vary depending

[4] Sediada no Instituto de Estudos Medievais, a NEMUS é uma plataforma digital com o objetivo de facilitar a comunicação e a colaboração interdisciplinar entre estudiosos medievais do meio ambiente em qualquer campo de estudo. Para mais informações sobre esta rede: https://nemus.fcsh.unl.pt/.

[5] Refira-se, na área de História, o projeto de doutoramento intitulado "A caça régia e os seus oficiais no Portugal medieval", de Afonso Soares de Sousa, tendo por orientador científico Saul António Gomes e co-orientador Tiago Viúla de Faria, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (2023.01596.BD); na História da Arte, Rebeca Baptista, "Os marfins marinhos na Europa dos séculos X-XIII. Caça, circulação e utilização da matéria-prima de baleia, morsa e narval", orientada por Alicia Miguélez e Cristina Brito (FCT PTCRIS: UI/BD/153095/2022); e na Arqueologia, as dissertações de mestrado de Adriana Vieira, "Recursos Animais na Lisboa Medieval: A coleção faunística de vertebrados dos Terraços do Carmo (séculos XIII e XIV)" (UIDB/00749/2020), de Beatriz Passos, "Vivências de uma comunidade islâmica almóada em Cacela-Velha: Estudo faunístico dos materiais do Poço Antigo, Cacela" e de Rosa Cruz, "Idanha-a-Velha: estudo faunístico das intervenções arqueológicas do Logradouro e Chão dos Cardos entre o Período Romano e Alto medieval"(PTDC/HAR-ARQ/6273/2020; UIDB/00749/2020), projectos sob orientação de Catarina Tente e Maria João Valente. Além destes, destacam-se também outros trabalhos orientados por membros do IEM, que se encontram actualmente em curso, que trazem especial contributo para estas questões, como a tese de doutoramento de Catarina Magalhães, "Paisagens e suas práxis: contributos da arqueobotânica para o estudo das dinâmicas agrárias do Norte e Centro português entre o mundo romano e a Idade Média (séculos III a XII)" (2022.11430.BD), em curso na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sob orientação de Andreia Arezes, João Pedro Tereso e Catarina Tente.

> on the context and even completely contradict the most commonly held beliefs. Although human communities have developed very different attitudes towards wolves and dogs throughout time, their common biological ancestry is a given. Over millennia, while domestic canids were systematically bred by humans into a wide array of animals with distinct physiognomies and functions, dogs and wolves progressively diverged ever further apart"[6].

Ao longo do evento, a sala pareceu pequena para albergar todos – entre investigadores, docentes e alunos de mestrado e doutoramento[7] – os que quiseram escutar os oradores e participar na discussão.

Na sessão de abertura, Catarina Tente[8], Directora do Instituto de Estudos Medievais, endereçando as boas-vindas aos presentes, deu início aos dois dias de trabalho que se seguiram. Contámos com três conferências plenárias, por Ana Elisabete Pires (Faculdade de Medicina Veterinária; Universidade Lusófona-Centro Universitário de Lisboa)[9], Aleks Pluskowski (University of Reading)[10] e Kathleen Walker-Meikle (University of Basel/Science Museum Group)[11]. A escolha de oradores e temas abordados espelharam a interdisciplinaridade e internacionalização que quisemos

[6] SOUSA, Afonso Soares de; MARTINS, Diana; FARIA, Tiago Viúla de – *Medieval Hunting Meeting: Book of Abstracts*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2024, p. 1.

[7] Pela novidade trazida pelo tema e pela pluridisciplinaridade que através deste encontro se promoveu, esta iniciativa foi integrada no programa de actividades do retiro doutoral realizado anualmente pelos alunos do Doutoramento E-learning em Estudos Medievais, ciclo de estudos promovido pelo Instituto de Estudos Medievais e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em parceria com a Universidade Aberta.

[8] Professora Associada de Arqueologia na Universidade Nova de Lisboa, com importantes trabalhos produzidos na área dos estudos ambientais, entre os quais destacamos: TENTE, Catarina; SEABRA, Luís; TERESO, João Pedro – "Agriculture and recollection in the 10th century in central-north Portugal". In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabián; TENTE, Catarina (eds.) – *I Early Medieval Countryside Archaeological Meetings*. Oxford: Archaeopress Access Archaeology, pp. 129-142; SEABRA, Luís; TENTE, Catarina; VAZ, Filipe da Costa; OLIVEIRA, Cláudia; GONZÁLEZ CARRETERO, Laura; TERESO, João Pedro – "Crops on the Rocks: Production, Processing, and Storage at the Early Medieval Site of Senhora Do Barrocal (Municipality of Sátão, Central Portugal)". *PLANTS* 11:4 *Special Issue: Crops and Agriculture in Medieval Age in Europe* (2022), p. 421.

[9] Ana Elisabete Pires é a investigadora principal do projecto WOOF: "Tracing the origins and evolutionary paths of the Iberian and the Maghreb Dog" (FCT 29545-02/SAICT/2017). Para mais informações sobre o projecto veja-se: https://woofproject.wordpress.com/publications/. Conta com várias publicações em que analisa e evidencia a importância da análise do legado genético de animais, como os canídeos, encontrados em contextos arqueológicos.

[10] Embora tenha outros trabalhos, destacamos a sua obra de 2006: PLUSKOWSKI, Aleksander – *Wolves and the Wilderness in the Middle Ages*. Woodbridge: Boydell, 2006.

[11] Desta autora destacam-se aqui dois trabalhos: WALKER-MEIKLE, Kathleen – *Dogs in Medieval Manuscripts*. Londres: British Library Publishing, 2020; WALKER-MEIKLE, Kathleen – *Medieval Pets*. Woodbridge: The Boydell Press, 2021.

trazer para o debate. Assim, respetivamente, os três conferencistas proferiram comunicações versando *Dogs in the Iberian Peninsula: A Genomic Study through Time*; Lupus Redux: *Revisiting the Idea and Reality of Wolves in Medieval Europe*; e *Barking Around: The Multiple Meanings of the Medieval Dog*.

Os restantes contributos foram repartidos em três painéis. O primeiro, dedicado em particular à relação entre humanos e cães, explorou os diferentes tipos de cães que rodeavam os monarcas portugueses, os que eram mantidos na Casa Real ou por oficiais periféricos (Afonso Soares de Sousa)[12], e o vínculo íntimo estabelecido entre cães de caça e caçadores, claramente demonstrado em vários tratados de caça medievais castelhanos (Marthe Czerbakoff)[13]. Além disso, foram, provavelmente pela primeira vez, evidenciados os poucos, mas extremamente significativos vestígios de medicina veterinária canina nas fontes eruditas portuguesas (André Silva)[14].

No entanto, enquanto os cães e as sociedades humanas se aproximavam, os lobos mantinham-se controversos aos olhos da humanidade, numa relação nem sempre fácil de compreender, mas que muitas vezes resultava em confrontos. Dando, pois, seguimento à conferência de Aleks Pluskowski, realizou-se uma sessão dedicada à relação entre os humanos e os lobos no mundo medieval. Principiou-se por uma incursão pelo domínio da literatura e pelas percepções do lobo a nível imaginário e poético (Ana Paiva Morais)[15]; e, em seguida, avançou-se para uma reflexão sobre o

[12] Além da sua investigação de doutoramento sobre a caça régia, foi igualmente um importante contributo para a temática em apreço o trabalho de investigação desenvolvido no seu mestrado relativamente aos monteiros régios: SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2023.

[13] Desenvolve um projeto de investigação na Casa de Velázquez intitulado "Edad Media y primera modernidad, Península Ibérica, literatura cinegética, caza, arte veterinario, cinología, circulación de conocimientos, relaciones antropozoológicas" na Université Bordeaux Montaigne. Além disso, conta com publicações relevantes sobre a temática, nomeadamente: CZERBAKOFF, Marthe – "El Perro en los Tratados de Montería Castellanos (SS. XIV-XVI): de auxiliar cinegético a atributo del poder". *Cuadernos Del CEMYR* 31 (2023), pp. 101-113.

[14] Além de estudos sobre a medicina medieval, André Silva tem igualmente desenvolvido trabalhos sobre questões veterinárias, como comprova o seu artigo sobre as práticas de alveitaria e os alveitares no Portugal medieval: SILVA, André F. Oliveira da – "Alveitares e alveitaria no Portugal Medieval". *Asclepio* 74:1 (2022), pp. 1-12.

[15] Tem produzido alguns ensaios sobre a temática, nomeadamente: MORAIS, Ana Paiva – *B.I. do Lobo*. Lisboa: Apenas Livros, 2003; MORAIS, Ana Paiva – "Prova de vida: do B.I. do lobo ao cartão de cidadão". In SIMÕES, Carlota; GUIMARÃES, Ana (ed.) – *Bichos vividos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022, pp. 123-138.

relacionamento de dois animais (humano e não-humano) que competiam pelas mesmas presas, mas que não estavam dispostos a partilhar os despojos (Andreia Fontenete Louro)[16].

A terceira sessão esbateu as fronteiras entre cães e lobos, com um olhar mais atento sobre as representações, nem sempre fáceis de diferenciar, dos canídeos na arquitetura românica de Entre-Douro-e-Minho (Silvana Vieira de Sousa)[17], mas também a forma como os cães e lobos eram utilizados na literatura cortesã galaico-portuguesa da Península Ibérica para ridicularizar e escarnecer, servindo, frequentemente, de objecto a uma linguagem obscena e satírica (Fabio Barberini)[18].

Os diversos contributos para este primeiro encontro foram sintetizados e analisados (Tiago Viúla de Faria), evidenciando-se assim a pertinência de recorrer a abordagens mais amplas para a análise das relações homem-animal, e a necessidade destas serem objecto para uma exploração partindo de linhas de investigação cada vez mais interdisciplinares.

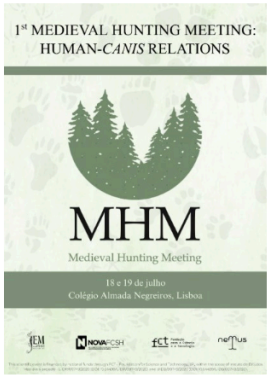
O elevado interesse que estas distintas temáticas despertaram entre o público justificou, por si só, a necessidade de dar continuidade a esta iniciativa. Nessa medida, encontramo-nos já a preparar a publicação de um trabalho colectivo, tendo por base a versão escrita dos textos apresentados e, sobretudo, as reflexões que resultaram do profícuo debate que teve lugar neste encontro. Por outro lado, encontra-se já programada, também, a realização de futuras edições do MHM, a

[16] Desenvolve de momento projeto doutoral intitulado "«Animal feroz, astuto, carnívoro e muito daninho»: a relação entre o imaginário cultural do lobo e a conservação da espécie (1220-1988)", financiado pela FCT (2021.04831.BD). Dispõe, ainda, de publicações sobre a caça ao lobo no período medieval: LOURO, Andreia Fontenete – "Wolf hunting in Portugal in the Middle Ages (12th-15th Centuries)". *Cuadernos Del CEMYR* 31 (2023), pp. 115-137.

[17] Silvana Vieira de Sousa, especialista no românico português, participou activamente na *Enciclopédia do Românico em Portugal* (2023), obra coordenada por Mário Barroca, Maria Leonor Botelho e Lúcia Rosas, para a qual contribuiu com diversos artigos, sobretudo no tocante ao românico do Norte de Portugal.

[18] É investigador principal do projecto "El trobar a les corts ibèriques / Trobar in the Iberian Courts", financiado pela Generalitat de Catalunya (Agència de Gestió d'Ajuts Universitaris i de Recerca, 2020 BP 00263), que desenvolve actualmente na Facultat de Lletres da Universidade de Girona. Especialista em cancioneiros medievais, entre outros, do galaico-português, tem desenvolvido inúmeros estudos em que se debruça sobre os duplos significados das cantigas medievais.

primeira das quais terá lugar em meados de 2025, dedicada ao subtema dos espaços e tempos da caça.



Referências bibliográficas

Estudos

COELHO, Maria Helena Cruz; RILEY, Carlos Guilherme – "Sobre a Caça Medieval". *Estudos Medievais* 9 (1988), pp. 221-267.

CZERBAKOFF, Marthe – "El Perro en los Tratados de Montería Castellanos (SS. XIV-XVI): de auxiliar cinegético a atributo del poder". *Cuadernos Del CEMYR* 31 (2023), pp. 101-113.

FARIA, Tiago Viúla de – "Para uma abordagem multi- e interdisciplinar à zooantropologia histórica: primeiras reflexões a partir do Projecto FALCO". *Medievalista* 34 (2023), pp. 537–546.

GOLDBERG, Eric – *In the Manner of the Franks Hunting, Kingship, and Masculinity in Early Medieval Europe*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2020.

JUDKINS, Ryan Russell – *Noble Venery: Hunting and the Aristocratic Imagination in Late Medieval English Literature*. Ohio: Ohio State University, 2012. Tese de Doutoramento.

KLEMETILLA, Hannele – *Animals and Hunters in the Late Middle Ages: Evidence from the BnF MS fr. 616 of the* Livre de chasse *by Gaston Fébus*. Nova Iorque: Routledge, 2015.

LOURO, Andreia Fontenete – "Wolf hunting in Portugal in the Middle Ages (12th-15th Centuries)". *Cuadernos Del CEMYR* 31 (2023), pp. 115-137.

MORAIS, Ana Paiva – *B.I. do Lobo*. Lisboa: Apenas Livros, 2003.

MORAIS, Ana Paiva – "Prova de vida: do B.I. do lobo ao cartão de cidadão". In SIMÕES, Carlota; GUIMARÃES, Ana (ed.) – *Bichos vividos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022, pp. 123-138.

PLUSKOWSKI, Aleksander – *Wolves and the Wilderness in the Middle Ages*. Woodbridge: Boydell, 2006.

SEABRA, Luís; TENTE, Catarina; VAZ, Filipe da Costa; OLIVEIRA, Cláudia; GONZÁLEZ CARRETERO, Laura; TERESO, João Pedro – "Crops on the Rocks: Production, Processing, and Storage at the Early Medieval Site of Senhora Do Barrocal (Municipality of Sátão, Central Portugal)". *PLANTS* 11:4 *Special Issue: Crops and Agriculture in Medieval Age in Europe* (2022), p. 421.

SILVA, André F. Oliveira da – "Alveitares e alveitaria no Portugal Medieval". *Asclepio* 74:1 (2022), pp. 1-12.

SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2023.

SOUSA, Afonso Soares de – "Estudar a caça régia segundo os seus espaços e oficiais". *Medievalista* 36 (2024), pp. 487-503.

SOUSA, Afonso Soares de; MARTINS, Diana; FARIA, Tiago Viúla de – *Medieval Hunting Meeting: Book of Abstracts*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2024.

TENTE, Catarina; SEABRA, Luís; TERESO, João Pedro – "Agriculture and recollection in the 10th century in central-north Portugal". In PRATA, Sara; CUESTA-GÓMEZ, Fabian; TENTE, Catarina (eds.) – *I Early Medieval Countryside Archaeological Meetings.* Oxford: Archaeopress Access Archaeology, pp. 129-142.

WALKER-MEIKLE, Kathleen – *Dogs in Medieval Manuscripts*. Londres: British Library Publishing, 2020.

WALKER-MEIKLE, Kathleen – *Medieval Pets*. Woodbridge: The Boydell Press, 2021.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FARIA, Tiago Viúla de; SOUSA, Afonso Soares de; MARTINS, Diana – "I Medieval Hunting Meeting, sobre o tema "human-*canis* relations": Perspectivas de estudo sobre história ambiental medieval a partir da cinegética". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 493-501. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .

Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

A Idade Média e o romance académico inglês: relendo *Lucky Jim* (1954), de Kingsley Amis (1922-1995)

The Middle Ages and the English academic novel: re-reading *Lucky Jim* (1954), by Kingsley Amis (1922-1995)

Miguel Alarcão

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies
1069-061 Lisboa, Portugal

miguel.alarcao@fcsh.unl.pt
https://orcid.org/0000-0002-0831-1941

Data recepção do artigo / Received for publication: 14 de Julho de 2024

Ao Professor Doutor Luís Krus (1954-2005),
vinte anos depois

Apesar do florescimento, nas últimas décadas, de romances históricos, designadamente de temática ou inspiração medieval, bem como da existência de diversos estudos críticos dedicados ao romance académico inglês, pouco se tem investigado, reflectido e escrito sobre a(s) representação(ões) específica(s) da Idade Média neste subgénero narrativo, cujo surgimento além-Mancha poderemos situar aproximadamente em meados do século passado. Esta realidade parece-nos um tanto intrigante, sobretudo se tivermos em consideração factores e circunstâncias como aqueles que, de forma tentativa, passamos a evocar.

Embora, tanto quanto julgamos saber, nenhum dos principais escritores britânicos de romances académicos - Kingsley Amis (1922-1995), Tom Sharpe (1928-2013), Malcolm Bradbury (1932-2000), David Lodge (1935-), etc. - tenham sido simultaneamente docentes universitários *e* medievalistas, a universidade, enquanto instituição e conceito, é ela própria uma criação da Idade Média, constituindo-se, portanto e à partida, como um tema eminentemente elegível para ficcion(aliz)ação, para já não falar da senioridade dos exemplos clássicos de Oxford (séc. XII) e Cambridge (séc. XIII).

Em segundo lugar, é possível argumentar que, pelo menos nas Humanidades (incluindo o Direito), o actual ensino superior conserva tradições e práticas que remontam a paradigmas escolásticos medievais e ao *trivium*, incluindo, ainda que ideal e saudavelmente críticos, sentimentos de reverência face às 'autoridades', patentes na selecção criteriosa das fontes, bem como o gosto compendial por sínteses ou 'sumas', documentado através da proliferação de "breves histórias" e das propensões ou tentações 'wikipédicas' dos alunos de licenciatura...

Finalmente, certos aspectos e ritos processuais e formais da carreira académica podem, de algum modo, ser equiparados às 'suseranias', 'vassalagens' e 'dependências' da pirâmide social feudal, para já não falar de vetustos trajes, cerimoniais e entronizações potencialmente caricaturáveis. As próprias opções estético-arquitectónicas neomedievais ou neogóticas no que toca à construção de edifícios universitários (entre outros, como judiciais, parlamentares, camarários, prisionais, museológicos, hoteleiros, etc.), nomeadamente em países cuja fundação é já bem posterior ao período medieval, como os Estados Unidos da América, carecem de estudos mais aprofundados sobre a produção, circulação e difusão de imaginários e referentes simbólicos medievalistas. De todo o modo, haverá sempre que distinguir, por um lado, entre o mediev(al)ismo enquanto área científica pluridisciplinar, intelectualmente trabalhada de forma rigorosa, crítica e especializada por professores, investigadores, estudiosos e/ou académicos, e, por outro, os revivalismos, as recuperações e as recriações neomedievais contemporâneas para fins de projecção turística e divulgação lúdico-cultural.

Dados a natureza, o âmbito e os propósitos da presente Revista, não iremos pronunciar-nos aqui sobre as definições e caracterizações narratológicas de *college novel*, *university novel*, *campus novel* ou *academic novel*, debatidas, entre outros, por Merritt Moseley[1], para quem, aliás, "[...] the multifariousness of the genre - its vigorous resistance to being summed up in any number of categories - is another tribute to its fertility and brilliance"[2]. Limitar-nos-emos a citar Maria Filipa Palma dos Reis, cuja dissertação de doutoramento constitui ainda o principal estudo realizado entre nós sobre este subgénero:

> Em alguns casos estes termos são usados indiferentemente, noutros têm-lhes sido atribuídas variações mais ou menos subtis de significado. De todo em todo, os quatro termos, de maneira cumulativa, englobam esse conjunto de obras, que

[1] MOSELEY, Merritt – "Introductory: Definitions and Justifications". In MOSELEY, Merritt (ed.) – *The Academic Novel. New and Classics Essays*. Chester: Chester Academic Press, 2007, pp. 3-19, e MOSELEY, Merritt – "Types of Academic Fiction". In MOSELEY, Merritt (ed.) – *The Academic Novel*, pp. 99-113.
[2] MOSELEY, Merritt – "Types", p. 113.

> forma um subgénero recente, para o qual ainda não há uma tipologia completamente definida.[3]

Segundo a mesma autora, *Lucky Jim* (1954) constitui a "(…) a referência obrigatória que marca o princípio do romance académico moderno"[4], ponto de vista consensualmente subscrito por historiadores, ensaístas e críticos literários. Ora 1954 foi também o ano de nascimento de Luís Krus, que, pelo seu desprendimento de convenções e autoimagens formais, evocado, entre outros, por António Manuel Hespanha[5], assim como pela sua contagiante capacidade de (sor)rir, mesmo perante as adversidades e agruras, maiores ou menores, da vida universitária e pessoal, poderia figurar num romance académico… Razões de sobra para que, passados vinte anos sobre o desaparecimento físico do nosso Colega e Amigo, revisitemos aqui o texto de Amis, deixando de lado, por razões operativas, as demais obras assinadas pelo autor, bem como quaisquer considerações globais sobre a sua importância na/para a renovação da ficção britânica do pós-guerra[6].

Em *Faculty Towers. The Academic Novel and Its Discontents*, Elaine Showalter distribui o *corpus* em apreço por décadas e capítulos, dos anos 50 ("Ivory Towers") ao início do século actual ("Into the Twenty-First Century: Tragic Towers"). Tal como Maria Filipa Palma dos Reis, Showalter acentua o carácter fundador e seminal de *Lucky Jim*[7], relacionando o autor e a personagem com o movimento praticamente

---

[3] REIS, Maria Filipa Palma dos – *A Universidade nos Finais do Século XX. Autovisões e Alterovisões da Universidade. O romance académico como documento cultural*. Lisboa: Universitária Editora, 2001, p. 21.

[4] REIS, Maria Filipa Palma dos – *A Universidade nos Finais do Século XX*, pp. 56-57.

[5] "Tu, Luís, se me ouvires e onde me ouvires, […] foste um exemplo de sabedoria, de coragem e de mansidão […] mantém-te vivo na nossa memória e, nestes anos […] em que o bom juízo, a esperança, a calma e a paciência tanto nos abandona, empresta-nos o teu sorriso maroto e doce, o teu jeito desimportado – de que o traço mais constante eram os sapatos sempre desatilhados –, a tua capacidade de ouvir e o teu espírito de serviço, o teu sentido simples e discreto de justiça." (HESPANHA, António Manuel – "Bem aventurados os mansos". *História*, ano XXVI (III Série), nº 78 (Julho/Agosto 2005), p. 82).

[6] Alan Massie, por exemplo, considera que "[…] his best novels are faithful to one of the central traditions of the English novel: social comedy." (MASSIE, Alan – *The Novel Today. A Critical Guide to the British Novel, 1970-1989*. London and New York: Longman Group Ltd., 1990, p. 16), apresentando Amis como "[…] the foremost example in our time of the English tradition of comic realism." (MASSIE, Alan – *The Novel Today*, p. 17)

[7] "[…] Amis's *Lucky Jim* is the source of most of the academic novels that followed, the real origin of the genre, for Jim Dixon is the author's vehicle for an attack on a dying tradition and a suffocating institution." (SHOWALTER, Elaine – *Faculty Towers. The Academic Novel and Its Discontents*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005, p. 33)

coetâneo dos *Angry Young Men* e as mensagens e imagens de juventude, inconformismo e rebeldia, mas também de indignação e desencanto, associados à sua produção narrativa, teatral e poética. Dominic Head, no entanto, favorece a associação preferencial de Amis com uma corrente ou tendência literária ligeiramente anterior, conhecida como *the Movement*:

> [...] discussion of the Movement is sometimes complicated by its overlap with the (only slightly later) School of Angry Young Men [...] Kingsley Amis's *Lucky Jim* (1954) is sometimes seen to have heralded the impending arrival of the 'Angry' generation, associated with Osborne's play *Look Back in Anger* (1956). It may be more appropriate, however, to read *Lucky Jim* as embodying the sensibility of the Movement primarily, since its 'anger' is of a distinctly different hue to that of Osborne or Sillitoe[8].

Independentemente deste ponto, ocorrem-nos aqui as palavras de Ralph Caplan: "Instead of being blinded by rage, Amis' characters are able to see clearly by its light. Anger is an instrument of revelation. And of self-revelation"[9].

Como escreve Showalter, "The book portrays professors as stuffy, ridiculous phoneys, whose confidence is complacency and whose self-importance is matched only by their insignificance"[10]; também para Adam Begley, "Campus is the province of the pretentious, the dangerously dull and self-absorbed, the militantly complacent, and the resolutely hypocritical"[11]. É neste idiosincrático contexto académico que se move Jim Dixon, o jovem protagonista, docente de História e Cultura Medieval numa universidade de província até se mudar para Londres, no final do romance, para secretariar Julius, o tio da namorada, Christine Callaghan.

Num diálogo com um colega, Alfred Beesley, Jim Dixon revela as razões subjacentes à opção medievalista:

---

[8] HEAD, Dominic – *The Cambridge Introduction to Modern British Fiction, 1950-2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 50.
[9] CAPLAN, Ralph – "Kingsley Amis". In SHAPIRO, Charles (ed.) – *Contemporary British Novelists*. Toronto/London/Sydney: Forum House Publishing Company, 1969, p. 9.
[10] SHOWALTER, Elaine – *Faculty Towers*, pp. 14-15.
[11] BEGLEY, ADAM – "The Decline of the Campus Novel". In MOSELEY, Merritt (ed.) - *The Academic Novel*, p. 150.

> […] the reason why I'm a medievalist […] is that the medieval papers were a soft option in the Leicester course, so I specialized in them. Then when I applied for the job here, I naturally made a big point of that, because it looked better to seem interested in something specific. It's why I got the job instead of that clever boy from Oxford who mucked himself up at the interview by chewing the fat about modern theories of interpretation. But I never guessed I'd be landed with all the medieval stuff and nothing but medieval stuff. […]
> 'Haven't you noticed how we all specialize in what we hate most?'[12]

O seu projecto de artigo, intitulado "The Economic Influence of the Developments in Shipbuilding Techniques, 1450 to 1485", é assim descrito pelo narrador:

> It was a perfect title, in that it crystallized the article's niggling mindlessness, its funereal parade of yawn-enforcing facts, the pseudo-light it threw upon non-problems. Dixon had read, or begun to read, dozens like it, but his own seemed worse than most in its air of being convinced of his own usefulness and significance.[13]

Mais uma vez, a orientação medievalista desta publicação far-nos-á colocar de parte algumas subcomponentes do enredo, como a relação tensa de Jim com o Professor Welch[14], pese embora - ou talvez por isso mesmo… - a sua subordinação e dependência administrativas[15]; a esposa de Welch (Celia) e Bertrand, o filho de ambos; a ligação com a neurótica colega Margaret Peel e, finalmente, o envolvimento amoroso com Christine, ex-namorada de Bertrand Welch. Em contrapartida,

[12] AMIS, Kingsley – *Lucky Jim*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., 1988, pp. 33-34.
[13] AMIS, Kingsley – *Lucky Jim*, p. 14. Conforme nos é revelado na p. 229, este artigo acabará publicado numa revista especializada italiana, mas sob outra autoria.
[14] Embora Welch faça questão de ser sempre tratado por Professor, o narrador interroga-se, dando voz aos pensamentos de Jim: "How had he become Professor of History, even at a place like this? By published work? No. By extra good teaching. No in italics. Then how?" (AMIS, Kingsley – *Lucky Jim*, p. 8).
[15] "He [Jim] was tired of being blackmailed, by the hope of improving his chances, into grubbing about in the public library for material that 'might come in handy' for Welch's book on local history, into 'just glancing through' (*i.e.* correcting) the proofs of a long article Welch was having printed in a local journal of antiquities, into holding himself in readiness to attend a folk-dancing conference […], into agreeing to lecture in Merrie England – especially that." (AMIS, Kingsley – *Lucky Jim*, p. 82) A instrumentalização de Dixon pelo Professor Welch, no que concerne a pesquisas bibliográficas, fica bem patente nas páginas 171-174.

centrar-nos-emos naquele que é universalmente considerado o episódio climáctico do romance[16]: a conferência de Dixon sobre a "Merrie England", tópico transversal a diferentes áreas das artes e ciências sociais e humanas desde o período Tudor, mas cuja desconstrução ideológica e cultural, removendo tanto quanto (e até onde…) possível a patine do mito, permanece por fazer.

Como nota Dominic Head, "Jim Dixon […] is ill suited to academia, but operates as an outsider wreaking comic havoc from within institutional life"[17]. Em *Lucky Jim*, o estado de embriaguez do palestrante, após a ingestão de vários *whiskies e sherries*, ainda por cima a contas com um olho negro, na sequência da luta com Bertrand, e, finalmente, a ridicularização do estilo discursivo do Professor Welch, entre outras autoridades académicas, farão com que Jim acabe despedido da universidade, rumando a Londres, com Christine, no final do romance, para um novo começo de vida.

No sentido de ilustrar o estilo de Kingsley Amis, transcrevemos algumas passagens do hilariante capítulo 22:

> Before he could look further, Dixon's vague recurrent feeling of illness identified itself as a feeling of faintness; a wave of heat spread from […] his back and seemed to become established in his scalp. On the point of groaning involuntarily, he tried to will himself into feeling all right; only the nervousness, he told himself. And the drink, of course.
> When Welch said '… Mr Dixon' and sat down, Dixon stood up. His knees began shaking violently, as if in […] stage-fright. […] With some difficulty, he took up his stand at the lectern, ran his eye over his first sentence, and raised his head. The applause died away slightly, enough for sounds of laughter to be heard […]. The part of the audience in the gallery had had its first clear view of Dixon's black eye.[18]

Com o desenrolar da conferência, a prestação de Dixon agravar-se-á sobremaneira:

[16] SALWAK, Dale – "Academic Life in *Lucky Jim* and *Jake's Thing*". In MOSELEY, Merritt (ed.) – *The Academic Novel*, pp. 221-222.
[17] HEAD, Dominic – *The Cambridge Introduction to Modern British Fiction*, p. 87.
[18] AMIS, Kingsley – *Lucky Jim*, p. 222.

> […] he began to trip up on one or two phrases, to hesitate, and to repeat words, even to lose his place once so that a ten-second pause supervened. The mounting murmur from the gallery indicated that these effects were not passing unappreciated. Sweating and flushing, he struggled on […], hearing Welch's intonation clinging tightly round his voice, […]. A surge of drunkenness across his brain informed him of the arrival there of the advance-guard of […] whisky – or was it only that last sherry?[19]
>
> Flustered, Dixon stopped talking again; then […] went on […] in a blurred, halting mumble that suggested the extremity of drunkenness. Shifting nervously on his feet, he half-tripped against the base of the lectern and swayed perilously forward.[20]

Quanto ao desfecho, acreditamos que ele será já, de alguma forma, previsível:

> 'What, finally, is the practical application of all this?' Dixon said in his normal voice. He felt he was in the grip of some vertigo, hearing himself talking without consciously willing any words. 'Listen and I'll tell you. The point about Merrie England is that it was […] the most un-Merrie period in our history. It's only the home-made pottery crowd, the organic husbandry crowd, the recorder-playing crowd, the Esperanto…' He paused and swayed; the heat, the drink, the nervousness, the guilt at last joined forces in him. His head seemed to be swelling and growing lighter at the same time; his body felt as if it were being ground out into its constituent granules; his ears hummed and the sides, top, and bottom of his vision were becoming invaded by a smoky, greasy darkness. Chairs scraped at either side […]; a hand caught at his shoulder and made him stumble. With Welch's arm round his shoulders he sank to his knees, half-hearing the Principal's voice saying above a tumult: '… from finishing his lecture through sudden indisposition. I'm sure you'll all…'
>
> I've done it now, he managed to think. […] He drew air into his lungs; if he could push it out again he'd be all right, but he couldn't, and everything faded out in a great roar of wordless voices.[21]

[19] AMIS, Kingsley – *Lucky Jim*, p. 223.
[20] AMIS, Kingsley – *Lucky Jim*, p. 224.
[21] AMIS, Kingsley – *Lucky Jim*, p. 227.

As possíveis abordagens e leituras medievalistas de romances académicos britânicos não se esgotam, naturalmente, em *Lucky Jim*. Para dar um exemplo, seria talvez possível, *mutatis mutandis*, confrontar o recurso ao cómico, ao burlesco, à paródia, à ironia e/ou à sátira no romance académico com tradições e manifestações medievais (literárias, teatrais, artísticas, escultóricas, etc.) de chocarreiro "escárnio e maldizer".

Paralelamente, tem-se várias vezes apontado a influência de temas, motivos, tropos, modelos, convenções e episódios da(s) narrativa(s) medieval(is), além da caracterização e do nome de algumas personagens, como Persse McGarrigle e Fulvia Morgana, em *Small World* (1984), de David Lodge, obra cujo subtítulo é - sublinhe-se - *An Academic Romance*. Um ensaio de Doreen Bärwolf intitula-se precisamente *Elements of the Holy Grail Quest in David Lodge's "Small World"*[22] e, na verdade, não só o tema da demanda, profissional ou pessoal, e o mito de Perceval são estruturantes em *Small World* como o início do Prólogo de Lodge revela uma fortíssima - e assumida - relação intertextual com a abertura do Prólogo Geral de *The Canterbury Tales*, de Chaucer (c.1342-1400):

> When April with its sweet showers has pierced the drought of March to the root, and bathed every vein of earth with that liquid by whose power the flowers are engendered; when the zephyr, too, with its dulcet breath, has breathed life into the tender new shoots in every copse and on every heath, and the young sun has run half his course in the sign of the Ram, and the little birds that sleep all night with their eyes open give song (so nature prompts them in their hearts), then, as the poet Geoffrey Chaucer observed many years ago, folk long to go on pilgrimages. Only, these days, professional people call them conferences.[23]

[22] BÄRWOLF, Doreen – *Elements of the Holy Grail Quest in David Lodge's "Small World"*. Norderstedt, Germany: GRIN Verlag, 2008.
[23] LODGE, David – *Small World. An Academic Romance*. New York: Warner Bools Inc., 1984, s.p.

Mais importante do que sublinhar a analogia, semelhante às traçadas por Umberto Eco[24] ou Délia S. Guzmán e M. Dolores Figares[25], ficam estes desafios, para possíveis dissertações, projectos e ensaios (ou romances…) académicos.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes impressas

AMIS, Kingsley – *Lucky Jim*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., 1988 (Gollancz, 1954).

Estudos

BÄRWOLF, Doreen – *Elements of the Holy Grail Quest in David Lodge's "Small World"*. Seminar paper. Norderstedt, Germany: GRIN Verlag, 2008.

BEGLEY, Adam – "The Decline of the Campus Novel". In MOSELEY, Merritt (ed.) – *The Academic Novel: New and Classic Essays*. Chester: Chester Academic Press, 2007, pp. 141-153.

CAPLAN, Ralph – "Kingsley Amis". In SHAPIRO, Charles (ed.) – *Contemporary British Novelists*. Toronto/London/Sydney: Forum House Publishing Company, 1969, pp. 3-15.

CARTER, Ian – *Ancient Cultures of Conceit. British university fiction in the post-war years*. London and New York: Routledge, 1990.

ECO, Umberto - "A Nova Idade Média". In *Viagem na Irrealidade Quotidiana*. Lisboa: DIFEL – Difusão Editorial, Lds., 1986, pp. 57-75 (Milano: Grupo Editoriale Fabbri-Bompiani, 1977-1983).

GUZMÁN, Délia S; FIGARES, M. Dolores – *Vem aí uma nova Idade Média?* Porto: Edições Nova Acrópole, "Acrópole mini-bolso", 2, 1996.

[24] ECO, Umberto – "A Nova Idade Média". In *Viagem na Irrealidade Quotidiana*. Lisboa: DIFEL –Difusão Editorial, Lds., 1986, pp. 57-75 (Milano: Grupo Editoriale Fabbri-Bompiani, 1977-1983).

[25] Transcrevemos um exemplo desta obra, por menos conhecida: "Na […] Idade Média encontramos um ambiente de muitas discussões, de tremendas disputas escolásticas por meros detalhes semânticos, grupos religiosos divididos, correntes em pugna por pequenas definições dogmáticas, por pequenos apêndices a certas frases evangélicas… Na nossa época existe um excesso de formalismo intelectual: um pequeno matiz numa pequena parte de um pequeno tratado de um pequeno ramo da ciência é motivo de profundas discussões só compreendidas por uns poucos e que passam à margem do resto da sociedade, mas que apaixonam e produzem grandes polémicas entre os intelectuais." (GUZMÁN, Délia S; FIGARES, M. Dolores – *Vem aí uma nova Idade Média?* Porto: Edições Nova Acrópole, "Acrópole mini-bolso", 2, 1996, pp. 29-30).

HEAD, Dominic – *The Cambridge Introduction to Modern British Fiction, 1950-2000*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HESPANHA, António Manuel – "Bem aventurados os mansos". *História*, ano XXVI (III Série), nº 78 (Julho/Agosto 2005), p. 82.

LODGE, David – *Small World. An Academic Romance*. New York: Warner Bools Inc., 1984.

MASSIE, Alan – *The Novel Today. A Critical Guide to the British Novel, 1970-1989*. London and New York: Longman Group Ltd., 1990.

MOSELEY, Merritt – "Introductory: Definitions and Justifications". In MOSELEY, Merritt (ed.) – *The Academic Novel. New and Classics Essays*. Chester: Chester Academic Press, 2007, pp. 3-19.

MOSELEY, Merritt – "Types of Academic Fiction". In MOSELEY, Merritt (ed.) – *The Academic Novel. New and Classics Essays*. Chester: Chester Academic Press, 2007, pp. 99-113.

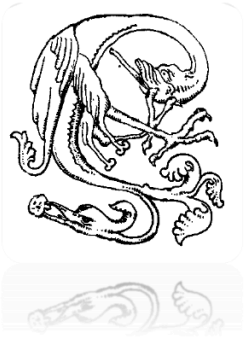
REIS, Maria Filipa Palma dos – *A Universidade nos Finais do Século XX. Autovisões e Alterovisões da Universidade. O romance académico como documento cultural*. Lisboa: Universitária Editora, 2001.

SALWAK, Dale – "Academic Life in *Lucky Jim* and *Jake's Thing*". In MOSELEY, Merritt (ed.) – *The Academic Novel: New and Classic Essays*. Chester: Chester Academic Press, 2007, pp. 208-229.

SHOWALTER, Elaine – *Faculty Towers. The Academic Novel and Its Discontents*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ALARCÃO, Miguel – "A Idade Média e o romance académico inglês: relendo *Lucky Jim* (1954), de Kingsley Amis (1922-1995)". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 503-514. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

XIV Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval – FRONTEIRA- Almeida (Guarda) – Portugal, 4-6 de setembro de 2024

XIV Colloquium of the Portuguese Section from the Medieval Literature Hispanic Association - FRONTEIRA- Almeida (Guarda) – Portugal, 4-6 September, 2024

(a) Helena S. Moniz, (b) Ana Cristina Fonseca, (c) Iolanda Aldrei

(a) Universidade Aberta/NOVA FCSH – Doutoranda em Estudos Medievais
IEM – Instituto de Estudos Medievais
1099-032 & 1069-061 Lisboa; Portugal

2101801@estudante.uab.pt

(b) Universidade Aberta – Doutoranda em Estudos Portugueses
IELT-Instituto de Estudos de Literatura e Tradição
1069-061Lisboa; Portugal

1401621@estudante.uab.pt
https://orcid.org/0009-0006-1423-6446

(c) Universidade Aberta – Doutoranda em Estudos Portugueses
IELT-Instituto de Estudos de Literatura e Tradição
1069-061Lisboa; Portugal

2302344@estudante.uab.pt
https://orcid.org/0009-0005-0054-4686

Data recepção do artigo / Received for publication: 28 de outubro de 2024

A décima quarta edição do colóquio da secção portuguesa da AHLM realizou-se entre os dias 4 e 6 de setembro, em plena raia beirã, na histórica vila de Almeida, em terras de Riba Coa.

Tendo como tema "Fronteira", não foi por acaso que o colóquio decorreu numa região que, durante séculos, delimitou os espaços do Reino de Portugal e de Leão, enquanto também marcava a separação entre os reinos do Norte com o Al-Andalus. De facto, o vocábulo "Beira", no século XII, reportava-se aos territórios a oriente da serra da Estrela, entre os rios Douro e Tejo, sendo que os situados em Riba Coa, só tardiamente foram integrados no reino português, com o Tratado de Alcanices, em 1297, firmado por D. Dinis e Fernando IV de Leão e de Castela.

Um espaço para um colóquio

Atualmente, a praça fortificada de feição moderna e reconfigurada pela guerra da restauração seiscentista, já nada guarda da fortificação medieval, não obstante, ter cumprido com maior ou, por vezes, menor sucesso, a sua função de guardiã da integridade de um território, face ao invasor, cujo culminar se verificou no período das guerras peninsulares, no início do século XIX.

Ora, "Fronteira", conceito lato, analisado por tantas áreas do conhecimento, encontra-se implícito em Almeida, na sua aceção de limite ou de circunscrição na construção histórica do espaço geográfico português, no entanto, entre os medievalistas presentes no colóquio, "fronteira" traduziu-se sobretudo em espaço de intercâmbio e de confluência dos estudos literários que se desenvolvem a partir de uma multiplicidade de textos, géneros e formas, que no seu conjunto, contribuem para um cada vez maior e mais profundo conhecimento da época medieval.

O colóquio desenrolou-se intramuros, na Casa Memória Solar São João da Praça, em pleno centro histórico de Almeida, exemplo bem ilustrativo da residência da

nobreza militar de setecentos[1], ao qual foi feita uma interessante e enriquecedora visita guiada pelo professor Moutinho Borges, a qual veio complementar a primeira visita à vila histórica, marcada pelas invasões francesas: um percurso desde o século XIX ao império romano tardio. Seguindo o professor Moutinho Borges pelas muralhas que a rodeiam, avistava-se, ao longe, Espanha, e os caminhos dos vários conflitos de uma fronteira ibérica pouco estável a nível histórico. Pelos vários túneis, que se escondem atrás das muralhas, podiam-se observar os pastores que mantém viva uma memória ancestral das primeiras comunidades que aqui se instalaram. Antes, e partindo do Solar S. João, localização deste colóquio, também foi feita uma visita à antiga judiaria que acolheu os refugiados de Castela, no século XV (e, novamente, na Segunda Guerra Mundial).

A primeira sessão científica

Se o encontro, a visita e o convívio caraterizaram esta primeira jornada, o início das sessões científicas marcou o dia a seguir, com uma primeira sessão centrada na poesia medieval: vilancetes pastoris de Juan del Encina, incunábulos poéticos, cantigas de amigo e amor no cancioneiro de D. Dinis e Pero Meogo na fronteira entre a tradição e o trovadorismo.

A conferência de abertura, foi apresentada pela Doutora Margarida Esperança Pina, presidente da Secção Portuguesa da AHLM e nela, a presidente da Associação Hispânica de Literatura Medieval e investigadora responsável pela base de dados *Parnaseo*[2], a Doutora Marta Haro Cortés explorou, no seguimento do seu anterior trabalho (2003) sobre a teatralidade dos vilancetes de Juan del Encina, a fronteira entre a lírica e o espetáculo, que está implícito nestas composições que apresentam marcas teatrais próprias do gosto cortês: referências a movimentos de personagens, gestos, vestuário e, até, uma possível coreografia, assim como a incorporação do público, nas éclogas.

[1] O solar foi construído a mando do Coronel de Infantaria José Delgado Freire, em 1726. *Vide* https://aldeiashistoricasdeportugal.com/local/solar-sao-joao-casa-memoria-almeida/. [Consultado a 29 setembro 2024].

[2] *Parnaseo* é um servidor digital, no qual estão reunidos vários materiais, ferramentas e recursos científicos para a investigação estudo e conhecimento da literatura espanhola. Informação retirada de https://www.ahlm.es/proyectos/all/#collapse10 [Consultado a 19 setembro 2024]. Para consultar base de dados, seguir: https://parnaseo.uv.es/

Sob a moderação da Doutora Cristina Álvares, deu início a sessão intitulada "Fronteiras poéticas", na que, mantendo a temática no século XV, o professor da Universidade de Alicante, Doutor Josep Lluis Martos, coordenador da base de dados POECIM[3], apresentou uma comunicação sobre codicologia e os limites materiais em torno dos incunábulos. A sua delimitação, numa rede de disseminação de exemplares, face às suas fontes, proveniência, localização e estado de conservação nem sempre é fácil de empreender, sobretudo, devido a fatores sociopolíticos, mas também por fenómenos de supressão e acrescentamento. Daí a importância da referida base de dados em *open acess*, que permite aceder às informações filológicas dos documentos e se encontra em permanente atualização. Subindo, em direção à Universidade da Corunha, Letícia Eirin, colaboradora do projeto *Universo Cantigas*[4], trouxe a fronteira entre as cantigas de amor e amigo de D. Dinis, que alega serem uma inovação do poeta, perito em ir além dos limites fixados pelos géneros. Assim, deteve-se em cantigas com um teor que pode ser considerado misto, na medida em que encontramos uma pastora que rejeita o amigo, que sente uma coita, uma senhora que deseja consumar o adultério, outras cantigas à "senhor" em paralelismo, versões dialogadas e cantigas que se respondem entre si. Depois foi a vez de Iolanda Aldrei[5], de Santiago de Compostela: doutoranda em Estudos Medievais pela Uab e Nova – FCSH, que já conta com uma vasta experiência em Filologia Hispânica. A sua comunicação sobre o cervo enquanto fronteira do imaginário nas cantigas de Pero Meogo, baseia-se num estudo semiótico, em que a figura deste animal ultrapassa as suas denotações ligadas à caça, como atividade económica, e atinge significados simbólicos que derivam de uma cultura ancestral, de teor ainda Indo-Europeu.

[3] *POECIM* constitui uma base de dados de poesia ecdótica impressa durante o século XV e meados do XVI, desenvolvida pela Universidade de Alicante, pelo grupo internacional CIM. *Vide* https://cancioneros.org/poecim

[4] *Universo Cantigas* apresenta edições críticas da lírica profana galego-portuguesa. *Vide* https://universocantigas.gal/

[5] Membro da Academia Galega da Língua Portuguesa, colabora ativamente com diversas revistas e instituições na preservação da cultura galega e no ensino do Português. *Vide* https://www.academiagalega.org/academia/membros-numerarios/item/1949-iolanda-aldrei,-nova-acad%C3%A9mica-da-aglp.html

Os passeios: a história viva

O programa da tarde levou o Colóquio para dois espaços nos que a Idade Média é ainda visível não apenas nos monumentos e nas estruturas conservadas, mas também no imaginário que ainda lateja neles. As visitas a Castelo Mendo e Castelo Rodrigo foram guiadas pelo Professor Augusto Moutinho Borges, que colocou o livro vivo da história ante os olhos e deu aos pés caminhos certos para reconhecer o trânsito dos relatos, a história das pedras e das comunidades e os elos que nos unem ao património destas povoações beirãs.

Castelo Mendo abriu as portas das suas duas muralhas: a gótica, do seu Burgo Novo, o Arrabalde de S. Pedro, construída principalmente no reinado de D. Dinis e a que protege o Burgo Velho, dos tempos de D. Sancho I, na passagem do século XII para o século XIII e, com permissão dos berrões pré-romanos, deixou trespassar a Porta da Vila para deixar à vista não apenas a magnífica Torre de Menagem do Castelo, também a cisterna, a Igreja de Santa Maria do Castelo, a de São Pedro e a de São Vicente, ou a antiga Casa da Câmara com a cabeça do Mendo a olhar para a Menda que é ornamento de uma casa próxima. A aldeia, construída a 762 metros de altitude, mantêm a sua soberania sobre o ribeiro Caldelos e sobre o Rio Côa e ainda conta as histórias do seu povoamento desde a Idade do Bronze, até a sua Carta Foral, a sua consolidação no Tratado de Alcanices, a Feira Franca e uma decadência iniciada sob o reinado de D. João I, mas também o seu papel na Guerra Peninsular e as honras que as pessoas que ainda a habitam lhe redem cada dia com a conservação das suas lendas e o sentido da permanência do espaço habitacional.

Em Castelo Rodrigo a história também se manifestou, guiada pelo Professor Augusto Moutinho Borges, mostrando as suas raízes pré-romanas, a sua passagem pelo Reino de Leão e a integração em Portugal em 1297, até o século XXI, no que ainda mostra as muralhas que a circundam a Igreja e o Convento de Santa Maria de Aguiar, a Igreja Matriz, ligada a Rocamador e à assistência aos peregrinos compostelanos, o Palácio Critóvão de Moura, o Poço-Cisterna ou o Pelourinho.

A segunda sessão científica

Sob o título de "Fronteiras narrativas", desenrolou-se o último dia do colóquio, no qual foi possível ouvir comunicações sobre obras literárias de origem e caráter cronístico, representado pela *General Estoria* e pela *Crónica da Ordem dos Frades Menores* ou ficcional de feição mais erudita como os *Lai* de Marie de France e os romances de Chrétien de Troyes, ou mais popular como os romances da tradição oral moderna portuguesa.

A primeira comunicação, moderada pela professora Natália A. Pires, "Lobo ou louco. Repudiação, banimento e travessia da fronteira ontológica em Bisclavret e *Le chevalier au* lion", apresentada pela professora catedrática da Universidade do Minho, Cristina Álvares, investigadora do CEHUM[6], propôs uma análise comparativa entre o *Lai de Bisclavret* de Marie de France e *Le chevalier au lion* de Chrétien de Troyes, dois textos representativos da hibridação entre humano e animal ou da metamorfose entre são e louco. A Professora Álvares incidiu no banimento social das duas personagens masculinas, com a interferência significativa do feminino, remete-as para exemplos de hibridismo em que, quer a animalidade de *Bisclavret*, na sua metamorfose em lobo, quer a loucura e o autoisolamento de *Yvain*, consignam uma exclusão ontológica que os empurra para lá dos limites da sua própria humanidade, situação transitória, na medida em que para ambos é possível o retorno à condição prévia, logo à normalização social.

Continuando no universo dos textos arturianos, a segunda comunicação da manhã, "Cavaleiros fronteiriços e a criação da imagem heroica nos textos arturianos" da autoria de Ana Margarida Chora[7], pôs em evidência o modo como perante provas de grande exigência, os cavaleiros dos textos arturianos se acham presos na fronteira entre o mundo real e o mundo feérico. Aquilo que poderia ser considerada uma recompensa ou um prémio pela bravura e coragem dos personagens, transforma-se em castigo e obstáculo, pois impede a sua errância de heróis, autêntica viagem

[6] https://cehum.elach.uminho.pt/researchers/8
[7] Membro integrado do IELT, tem como principais áreas de investigação a Matéria da Bretanha, o Orientalismo (literário e artístico), o Feminino e o Imaginário.

iniciática que os textos mais tardios e, por isso, mais cristianizados, tendem a concluir, encerrando, assim, um ciclo narrativo e simbólico.

Ainda, para finalizar a primeira parte da manhã, dedicada às fronteiras narrativas, foi retomado o tema do hibridismo, na comunicação de Helena S. Moniz, doutoranda em Estudos Medievais na UAb e Nova – FCSH, que tomou como fonte a Primeira Parte da *General Estoria*, o projeto historiográfico de maior fôlego do rei Afonso X de Castela, para abordar as fronteiras entre o Homem e o Animal, especialmente os seres híbridos antropomórficos da referida crónica, ilustrados, neste caso, pelas estátuas dos ídolos dos gentios, em que as características atribuídas a determinados animais conferem, por associação, um conjunto de significados simbólicos às entidades com as quais hibridam. Em última instância, verificou como estas imagens servem como metáforas para o poder político que o próprio Afonso X conceberia para o seu reinado, refletido na produção cronística que promoveu.

Continuando nas narrativas ibéricas, e apresentada pela Professora Isabel Barros Dias, Ana Fonseca, doutoranda em Estudos Portugueses da UAb, investigadora do IELT, formada em História da Arte e Literatura Portuguesa, dissertou, na sua comunicação intitulada "Entre este mundo e o outro…: visões, aparições e sonhos na Crónica da Ordem dos Frades Menores" sobre os relatos integrados na crónica franciscana, relativos aos monges que retornam ao mundo dos vivos para suplicarem alívio de suas penas no Purgatório, através do serviço litúrgico, num limiar entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos.

Passando à área da linguística, e aos romances de tradição oral, a professora Natália A. Pires, professora da Escola Superior de Educação de Coimbra e investigadora do IELT, cujo trabalho[8] assenta na literatura oral dentro e fora da sala de aula e nos seus contributos para a cultura e imaginário ao longo das épocas em Portugal, assim como em (re) leituras de João de Barros e Pero López de Ayala, discorreu sobre bilinguismo, trilinguismo e, até, quadrilinguísmo em romances de região de fronteira. Esta confluência linguística deve-se, segundo a comunicação intitulada

[8] https://romanceiro.pt/antigos-colaboradores/natalia-pires/

"Língua de fronteira ou a fronteira da língua em romances da tradição oral moderna portuguesa" não só a fenómenos socioeconómicos e culturais, que caracterizam as relações dos povos fronteiriços entre si, mas, também, à circulação de narrativas de fundo oral comum, que foram, progressivamente, recebendo as marcas linguísticas dessas regiões.

A conferência de encerramento, "Romances de fronteira nos palcos de Lisboa?", proferida pela Professora-Doutora Teresa Araújo, foi apresentada pela Professora Margarida Santos Apalhão e abordou a presença dos romances fronteiriços medievais em textos dramáticos representados em Lisboa, no século XVI. O título, em forma de questão, e a temática inerente decorrem do Projeto de Investigação, por si dirigido, *Revisões literárias: a aplicação criativa de romances antigos (séculos XV-XVIII)*[9], e, a partir dele, a Professora apontou o considerável número de engastes ou interpolação de versos de romances antigos, coetâneos do período em que os reinos cristãos ibéricos, incluindo o português, fazendo fronteira com os territórios mouros, se encontravam imersos no processo de reconquista, e que, aparentemente, numa época mais tardia ainda eram do conhecimento geral, confirmando-se, portanto, a sua perenidade numa tradição comum de cariz oral e popular. Deste modo, foram apresentados exemplos, nos autos de António Prestes, importante, mas nem sempre reconhecido dramaturgo do século XVI, ou mesmo em textos de Francisco Manuel de Melo, o que prova o reconhecimento que o público teria de tais citações no contexto de representações teatrais.

O valor de um colóquio sobre a fronteira

As várias comunicações deste último dia, assim como a conferência final, espelharam a pluralidade de sentidos que o conceito de fronteira ou limite assume em géneros literários de características distintas, pois a sua polivalência semântica permite que crónicas, romances de cavalaria ou romances tradicionais sejam passíveis de uma análise que, sob o mesmo tema, permite linhas de investigação e

[9] Este projeto iniciou-se em 2018, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, continuando com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e pretende criar um catálogo digital dos intertextos com origem em romances medievais, engastados com propósitos diversos, em obras literárias dos séculos XV-XVIII. A base de dados pode ser consultada em https://www.relitrom.pt/index.php.

conclusões diversificadas e cuja pertinência científica parece evidente. Da Filologia à Antropologia, é amplo o leque de abordagens que os estudos literários podem considerar ao analisar tal conceito que, sem dúvida, merece uma atenção e reflexão ainda mais incisivo.

Já as comunicações sobre textos poéticos do dia anterior fizeram refletir que a noção de limite está muito mais presente na mente dos filólogos atuais, do que na dos poetas ibéricos medievais: entre a teatralidade e o poema, entre o manuscrito e o impresso, a amiga e a "senhor", o cervo real e o psicopompo, não parece haver uma necessidade explícita de clarificar os seus limites para o público medieval[10]: ele parece entender as suas subtilezas, trautear as suas rimas, dançar e aplaudir a inversão das normas trovadorescas, à medida que estes poetas continuaram a produzir as suas obras, ora em manuscrito, ora em impressos, prova evidente do seu sucesso, além dos limites esperados pelo olhar crítico dos investigadores atuais.

Deste modo, com esta reflexão sobre as diferentes noções de fronteira a serem exploradas dentro dos estudos literários medievais ibéricos, chegou-se à conclusão da importância da inclusão dos elementos adjacentes ao objeto de estudo, e suas vicissitudes, aquando da abordagem de temas fronteiriços.

Na pluralidade de áreas temáticas que compuseram as comunicações apresentadas, no XIV Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval, demonstrou-se a plasticidade científica que era própria do pensamento medieval, e que, de certa forma, fez com que os presentes se conseguissem aproximar mais de uma mentalidade que tem sido tão pouco compreendida pela humanidade pós-positivista.

[10] "El símbolo es un modo de pensamiento y de sensibilidad tan habitual para los autores de la Edad Media que no sienten ninguna necesidad de advertir a los lectores sobre sus intenciones semánticas o didácticas, ni de definir siempre los términos que van a emplear." PASTOUREAU, Michel – *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires; Katz editores, 2006, p. 11.

Referências bibliográficas

Estudos

AGAMBEN, Giorgio – *O aberto. O Homem e o Animal*. Lisboa: Edições 70, 2003.

ÁLVARES, Cristina; SOUSA, Sérgio Guimarães de (ed.) – *Limiares Homem Animal na literatura e na cultura da Idade Média*. Berlin, Bern, Bruxelles, New York, Oxford, Warszawa, Wien: Peter Lang, 2023.

CHÊNERIE, Marie-Luce – *Le chevalier errant dans les romans arthuriens en vers des XIIe et XIIIe siècles*. Paris: Librairie Droz, 1986.

EIRÍN, Leticia – "O cancioneiro de Don Denís como intertexto poético". In *Estudos galego-brasileiros 4 - Língua, Literatura, Identidade.* A Coruña: Universidade da Coruña, 2010, pp. 109-132.

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés; ARMISTEAD, Samuel G. – *Alfonso X el Sabio y las Crónicas de España*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial, Universidad de Valladolid, 2000.

GOMES, Rita Costa – *Castelos da Raia*. Vol. I - *Beira*. Lisboa: IPPAR, 1996.

HARO CORTÉS, Marta – "La teatralidad en los villancicos pastoriles de Juan del Encina". In BELTRAN LLAVADOR, Rafael (coord.) – *Homenaje a Luis Quirante*. Vol. I. Valencia: Universidad de Valencia = Universitat de València, 2003. pp. 191-204.

MARTOS, Josep Lluís, *et al.* – *"Poesía de cancionero y fuentes impresas: el repertorio abreviado de incunables poéticos".* In TORO PASCUA, María Isabel; VALLÍN, Gema (dirs.) – *Tradiciones poéticas de la Romania (entre la Edad Media y la Edad Moderna).* Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2024, pp. 329-340.

PASTOUREAU, Michel – *Una historia simbólica de la Edad Media occidental*. Buenos Aires: Katz editores, 2006.

PIRES, Natália Albino – "Especificidade das formas adjetivais em romances da tradição oral moderna portuguesa: formas hápax". In MARÇALO, Maria João, *et al.* (ed.) – *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas.* Évora: Universidade de Évora, 2010, pp. 101-114.

VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de – *Estudos sobre o romanceiro peninsular: romances velhos em Portugal*. Madrid: Imprenta Iberica, 1909.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MONIZ, Helena S.; FONSECA, Ana Cristina; ALDREI, Iolanda – "XIV Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval – FRONTEIRA-Almeida (Guarda) – Portugal, 4-6 de setembro de 2024" *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 515-525. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .

Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

Dias da Idade Média
(Castelo de São Jorge, Lisboa, 27-29 de setembro 2024)

Days of the Middle Ages
(St. George's Castle, Lisbon, 27th-29th of September 2024)

Paulo M. Dias

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

pm.dias92@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-7838-1654

Data recepção do artigo / Received for publication: 16 de Dezembro de 2024

Em finais de setembro de 2024 foi reunida no Castelo de São Jorge, em Lisboa, uma numerosa hoste que, em séculos passados, poderia ter tentado tomar de assalto aquela fortificação. Contudo, nos dias 27, 28 e 29 de setembro essa hoste era, felizmente, composta não por invasores em busca de despojos, mas antes por curiosos, de todas as idades, sedentos de conhecimento e dispostos a recuar, pelo menos por algumas horas, até ao período medieval. Viviam-se então os Dias da Idade Média, iniciativa que resultou da colaboração entre o IEM – Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em particular da sua marca, a Medieval, com a Lisboa Cultura / Castelo de São Jorge e a Câmara Municipal de Lisboa (Centro de Arqueologia de Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses e Arquivo Municipal de Lisboa).

Ao longo de três dias, especialistas de diversas áreas (História, Arqueologia, História de Arte, Heráldica, Património, etc.) procuraram dar a conhecer ao grande público uma Lisboa por vezes esquecida, mas cujos vestígios a investigação científica permite redescobrir. Por intermédio de ateliers e workshops, de conversas, concertos e visitas guiadas, os Dias da Idade Média foram revelando uma cidade vibrante e que desde cedo desempenhou um papel fundamental no Portugal de um período frequentemente incompreendido e mal-amado: a Idade Média. Por isso, a organização fez esforços substanciais no sentido de conferir aos visitantes uma visão plural da Lisboa medieval, focando diferentes facetas, aspetos e acontecimentos ocorridos ao longo dos séculos medievos.

As visitas guiadas conduzidas por especialistas em diferentes áreas do conhecimento foram uma das formas encontradas para aproximar os visitantes do património medieval ainda existente na cidade e que, de resto, importa conhecer e proteger. A Lisboa islâmica dos séculos VIII a XII foi evocada por Manuel Fialho[1]

[1] FIALHO, Manuel – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das taifas a D. Dinis*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2022.

(CML/DMC/GEO; CH/ULISBOA), tendo sido demonstrada a importância, sem dúvida muito atual, do património histórico e arqueológico de origem islâmica. Já o valor das estruturas defensivas da cidade foi revelado, no que às muralhas diz respeito, por Rodrigo Banha da Silva[2] (NOVA-FCSH), enquanto o castelo de São Jorge e a alcáçova ficaram a cargo, respetivamente, de Miguel Gomes Martins[3] (CML/DMC/GEO; IEM/NOVA-FCSH) e Inês Meira Araújo (Castelo de São Jorge; CH/ULISBOA).

A vivência religiosa dos lisboetas foi lembrada através de visitas a diferentes instituições religiosas, sinais evidentes, ainda hoje, da importância da religião no período em questão. Assim, os visitantes puderam visitar a Sé de Lisboa acompanhados por Miguel Metelo de Seixas[4] (IEM/NOVA-FCSH), enquanto a visita ao Convento do Carmo foi assegurada por Carla Varela Fernandes[5] (IHA/NOVA-FCSH) e António Marques[6] (CAL/DPC/DMC/CML). A visita ao Mosteiro de São Vicente de Fora foi guiada por Pedro Picoito[7] (IEM/NOVA-FCSH), enquanto a tarefa de acompanhar visitantes ao longo da História do Convento de São Domingos ficou a cargo de Maria Filomena Andrade[8] (Universidade Aberta; IEM/NOVA-FCSH), António Camões Gouveia[9] (CHAM/NOVA-FCSH) e Filipe Oliveira (CHAM/NOVA-FCSH). E sem esquecer a importância da comunidade judaica na cidade até finais do

[2] SILVA, Rodrigo Banha da; NOZES, Cristina; MIRANDA, Pedro – "O Largo do Chafariz de Dentro e a Frente Ribeirinha". *Arqueologia e História. Revista da Associação de Arqueólogos Portugueses* 69 (2017), pp. 43-53,

[3] MARTINS, Miguel Gomes – *Guerreiros de Pedra. Castelos, Muralhas e Guerra de Cerco em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2016.

[4] SEIXAS, Miguel Metelo de – "A heráldica dos bispos e arcebispos de Lisboa". In FONTES, João Luís Inglês (dir.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 691-701.

[5] FERNANDES, Carla Varela – "Vida, Fama e Morte. Reflexões sobre a coleção de escultura gótica". In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Construindo a Memória. As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa, Portugal: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp. 301-355.

[6] MARQUES, António; SANTOS, Raquel – "As Necrópoles da Igreja de Convento do Carmo: intervenção arqueológica (2013/2015)". *Arqueologia e História. Revista da Associação de Arqueólogos Portugueses* 71-72 (2019-2020), pp. 91-103.

[7] PICOITO, Pedro – "A Trasladação de S. Vicente". *Medievalista* 4 (2007), pp. 1-11.

[8] SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva (ed.) – *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*. Lisbon, Portugal: Livros Horizonte. 2005.

[9] PINHEIRO, Paula Moura; GOUVEIA, António Camões – "Igreja de S. Domingos". *Visita Guiada*, RTP, 2 de fevereiro de 2015. Disponível em https://arquivos.rtp.pt/conteudos/igreja-de-sao-domingos/

século XV, evocada por Artur Rocha[10] (IEM/NOVA-FCSH) a propósito da visita guiada à Judiaria das Tercenas.

As conversas decorridas no Castelo de São Jorge vieram complementar a informação dada pelas visitas. Desse modo, coube a João Luís Fontes[11] (IEM/NOVA-FCSH) discorrer sobre as formas de vida religiosa na Lisboa do período medieval, enquanto Gonçalo Melo da Silva[12] (IEM/NOVA-FCSH) focou a sua intervenção na vida quotidiana dos lisboetas. Já a conquista da cidade em 1147, momento de transição fulcral na história lisboeta, foi lembrada numa conversa de Miguel Gomes Martins[13], enquanto Miguel Metelo de Seixas[14] revelou a importância da heráldica existente, ainda hoje, no Castelo de Lisboa. A par com estas conversas decorreram ainda três concertos, dois dos quais a cargo do Ofício Gaiteiro, e um terceiro protagonizado pelo conjunto Vozes Alfonsinas, que interpretou, em plena Igreja de Santa Cruz do Castelo, algumas cantigas marianas do século XIII.

De forma mais descontraída, mas nem por isso menos cientificamente sólida, tiveram lugar diversos ateliers e workshops, sobretudo destinados a crianças, mas que, graças à combinação entre interatividade e qualidade do conhecimento partilhado, acabaram por apelar a todas as idades. Assim, foi possível aos visitantes participar em danças medievais ou experimentar o tiro com arco, além de poderem aprender as formas de escrita medievais e ouvirem tudo o que alguma vez quiseram saber sobre comida medieval num workshop a cargo de Manuela Catarino[15]

[10] SILVA, Manuel Fialho; ROCHA, Artur Jorge Ferreira – "A génese da Judiaria Pequena de Lisboa no século XIV". In FONTES, João Luís Inglês, *et al.* (ed.) – *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 223-241.
[11] FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena –"Povoar e enquadrar. Um percurso pela geografia das formas de vida religiosa da Lisboa medieval (séculos XII-XIV)". *Medievalista* 32 (2022), pp. 257-280. Disponível em https://doi.org/10.4000/medievalista.5755.
[12] SILVA, Gonçalo Melo da – *As Portas do Mar Oceano: Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2021. Tese de Doutoramento.
[13] MARTINS, Miguel Gomes – *A conquista de Lisboa. Na rota da Segunda Cruzada*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017.
[14] SEIXAS, Miguel Metelo – "Heráldica municipal e apropriação simbólica do espaço urbano medieval português". In ANDRADE, Amélia Aguiar, *et al* (ed.) – *Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*. Lisboa: IEM – Instituo de Estudos Medievais, 2018, pp. 209-230.
[15] CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV-XV)*. Cascais: Patrimonia, 2000.

(IEM/NOVA-FCSH). O atelier a cargo de Tiago Viúla de Faria[16] (IEM/NOVA-FCSH) revelou, aos mais pequenos e não só, alguns dos desenvolvimentos do projeto científico FALCO - *Hypothesising Human-Animal Relations in Medieval Portugal*, em particular no respeitante às aves de rapina e à prática da falcoaria no período medieval.

Como balanço final, importa ter em consideração que os Dias da Idade Média encontraram formas dinâmicas de atrair o público e de começar a esconjurar os demónios do obscurantismo tantas vezes erroneamente associado ao período medieval. Uma iniciativa que, esperamos, continue e possa ser seguida por outras instituições públicas e científicas portuguesas, já que constitui um exemplo claro da forma como o conhecimento científico mais atualizado pode – e deve – ser divulgado junto do grande público.

Referências bibliográficas

Estudos

CATARINO, Maria Manuela – *Na margem direita do Baixo Tejo. Paisagem rural e recursos alimentares (sécs. XIV-XV)*. Cascais: Patrimonia, 2000.

FARIA, Tiago Viúla de – "Para uma abordagem multi- e interdisciplinar à zooantropologia histórica: primeiras reflexões a partir do Projecto FALCO". *Medievalista* 34 (2023), pp. 538-546.

FERNANDES, Carla Varela – "Vida, Fama e Morte. Reflexões sobre a coleção de escultura gótica". In ARNAUD, José Morais; FERNANDES, Carla Varela (coord.) – *Construindo a Memória. As Colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa, Portugal: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005, pp. 301-355.

FIALHO, Manuel – *Mutação urbana na Lisboa medieval: das taifas a D. Dinis*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2022.

FONTES, João Luís Inglês; ANDRADE, Maria Filomena –"Povoar e enquadrar. Um percurso pela geografia das formas de vida religiosa da Lisboa medieval (séculos

[16] FARIA, Tiago Viúla de – "Para uma abordagem multi- e interdisciplinar à zooantropologia histórica: primeiras reflexões a partir do Projecto FALCO", *Medievalista* 34 (2023), pp. 538-546.

XII-XIV)". *Medievalista* 32 (2022), pp. 257-280. https://doi.org/10.4000/medievalista.5755

MARQUES, António; SANTOS, Raquel – "As Necrópoles da Igreja de Convento do Carmo: intervenção arqueológica (2013/2015)". *Arqueologia e História. Revista da Associação de Arqueólogos Portugueses* 71-72 (2019-2020), pp. 91-103.

MARTINS, Miguel Gomes – *Guerreiros de Pedra. Castelos, Muralhas e Guerra de Cerco em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2016.

MARTINS, Miguel Gomes – *A conquista de Lisboa. Na rota da Segunda Cruzada*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2017.

PICOITO, Pedro – "A Trasladação de S. Vicente". *Medievalista* 4 (2007), pp. 1-11.

PINHEIRO, Paula Moura; GOUVEIA, António Camões – "Igreja de S. Domingos". *Visita Guiada*, RTP, 2 de fevereiro de 2015. Disponível em https://arquivos.rtp.pt/conteudos/igreja-de-sao-domingos/

SEIXAS, Miguel Metelo de – "A heráldica dos bispos e arcebispos de Lisboa". In FONTES, João Luís Inglês (dir.) – *Bispos e Arcebispos de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2018, pp. 691-701.

SEIXAS, Miguel Metelo – "Heráldica municipal e apropriação simbólica do espaço urbano medieval português". In ANDRADE, Amélia Aguiar, et al (ed.) – *Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*. Lisboa: IEM – Instituo de Estudos Medievais, 2018, pp. 209-230.

SILVA, Gonçalo Melo da – *As Portas do Mar Oceano: Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2021. Tese de Doutoramento.

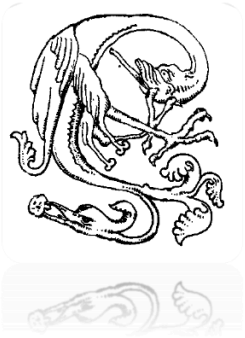
SILVA, Manuel Fialho; ROCHA, Artur Jorge Ferreira – "A génese da Judiaria Pequena de Lisboa no século XIV". In FONTES, João Luís Inglês, *et al.* (ed.) – *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes*. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2016, pp. 223-241.

SILVA, Rodrigo Banha da; NOZES, Cristina; MIRANDA, Pedro – "O Largo do Chafariz de Dentro e a Frente Ribeirinha". *Arqueologia e História. Revista da Associação de Arqueólogos Portugueses* 69 (2017), pp. 43-53,

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; ANDRADE, Maria Filomena; PINA, Isabel Castro; SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva (ed.) – *Ordens Religiosas em Portugal. Das Origens a Trento – Guia Histórico*. Lisboa, Portugal: Livros Horizonte. 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

DIAS, Paulo M. – "Dias da Idade Média (Castelo de São Jorge, Lisboa, 27-29 de setembro 2024)". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 527-533. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

MEDIEVALISTA
N.º 37 | Janeiro – Junho 2025
ISSN 1646-740X

Como a água que corre. Em torno da obra de Luís Krus.

As the water flows. On the work of Luís Krus

(a) João Luís Fontes, (b) Luís Filipe Oliveira

(a) Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

joaofontes@fcsh.unl.pt
http://orcid.org/0000-0002-7122-4357

(b) Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Campus de Gambelas
8005-139 Faro, Portugal

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

lfolivei@ualg.pt
https://orcid.org/0000-0001-7861-9311

Data recepção do artigo / Received for publication: 16 de Dezembro de 2024

A Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, foi o lugar de acolhimento, no passado dia 22 de Novembro, do Encontro "*Como a água que corre*. Em torno da obra de Luís Krus". Organizado pelo Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH com o apoio da mesma Fundação, serviu-lhe de pretexto a recente reedição da obra *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*, de Luís Krus[1], que reproduz a sua tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1989[2]. Reunindo um conjunto conceituado de investigadores, oriundos de áreas diversas do saber, entre a História, a História da Arte, a Literatura ou a Antropologia Histórica, procurou-se discutir a obra e o legado historiográfico deste conceituado medievalista[3]. Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e fundador do Instituto de Estudos Medievais e seu primeiro Diretor, Luís Krus abriu caminhos e perspetivas de investigação profundamente inovadoras, numa obra que continua a ser não só incontornável para uma renovada compreensão do passado medieval, mas também fecunda pelas hipóteses e problemáticas que colocou.

Uma primeira nota vai, necessariamente, para a reedição da obra de Luís Krus, que substituiu a impressão de 1994, há muito esgotada, então fruto da parceria com a Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, no âmbito da Coleção "Textos Universitários"[4]. A sua inscrição numa nova coleção, onde figuram grandes obras e autores da cultura portuguesa, implica o reconhecimento de Luís Krus e da sua *concepção nobiliárquica do espaço ibérico* entre os títulos e os nomes maiores da nossa cultura. Importa aqui recordar a iniciativa, discreta mas decisiva, do Professor

[1] KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Instituto de Estudos Medievais, 2024.
[2] KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos livros de linhagens medievais portugueses (1280 – 1380)*, 2 vols. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 1989.
[3] Programa disponível em Cartaz-programa_Coloquio_LK_22NOV2024_WEB-1.pdfs. O Encontro foi coordenado por Amélia Aguiar Andrade, João Luís Fontes e Luís Filipe Oliveira.
[4] KRUS, Luís - *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses (1280-1380).* Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

Bernardo Vasconcelos e Sousa, no sentido de propor junto da Fundação uma reedição da obra de Luís Krus. O Instituto de Estudos Medievais associou-se de imediato ao projecto, tanto sob a direção de Maria João Branco e de Maria de Lurdes Rosa, quando o projecto ganhou forma, como na de Catarina Tente, que lhe sucedeu em 2023. Também o seu primeiro prefaciador e orientador da tese, o Prof. José Mattoso, não regateou um novo texto para a nova edição, que infelizmente já não pode ver em vida[5]. O projecto veio a ser uma parceria entre a Fundação Calouste e o Instituto de Estudos Medievais, num trabalho minucioso de revisão e edição, acompanhado, da parte da Fundação, pela Dra. Mariana Portas e, do Instituto, pela Doutora Alice Borges Gago. Numa fase mais adiantada do projecto colaboraram ainda, com a elaboração dos índices, Luís Filipe Oliveira, João Luís Fontes e Gonçalo Palmeira. Este conjugar de esforços, vontades e recursos permitiu disponibilizar numa edição de grande qualidade, acessível tanto em papel como em formato digital[6], uma obra incontornável do medievalismo português e que homenageia a memória de um investigador e professor que a tantos e tantas marcou pelo seu olhar lúcido, a sua intuição brilhante e a generosidade de alma que colocava em tudo o que fazia.

Uma segunda nota, para o evento científico. Na sua designação, evoca-se o título de um dos livros de Marguerite Yourcenar, um dos autores preferidos do Luís Krus - "Como a água que corre"[7]. Através de três histórias distintas, aí se evoca a força misteriosa da vida, por vezes luminosa e exaltante, por vezes oculta, sofrida e paradoxal. Graças a ela, somos reconduzidos à percepção de que a vida é algo maior, que nos ultrapassa indefinidamente, por muito diversa que esta seja nos caminhos biográficos de cada um. Algo maior e mais complexo, com sentidos ininterruptos e imparáveis, representando, para uns, o caos aparentemente sem intento, nem objectivo, e, para outros, a harmonia que se descobre na composição de múltiplas

[5] O prefácio data de Setembro de 2022 (cf. KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Instituto de Estudos Medievais, 2024, pp. 9-10).
[6] Disponível em http://hdl.handle.net/10362/172454.
[7] Obra concluída em 1981 e publicada no ano seguinte sob o título *Comme l'eau qui coule* (Paris: Gallimard, 1982). Foi rapidamente traduzida para português por Luiza Neto Jorge (YOURCENAR, Marguerite – *Como a água que corre*. Lisboa: Difel, 1983).

peças, num exercício que pede intuição e inteligência, método e audácia, ócio e contemplação.

Não é difícil que nos reconheçamos na descoberta desta outra espantosa realidade das coisas, desta busca de sentido perante a complexa desordem da vida, do dia-a-dia e do futuro. A tanto nos ajuda a memória do Prof. José Mattoso, ensinando como a História exigia esse salto intuitivo, contemplativo para ele[8]. E lembramo-nos também de Luís Krus, que soube desvelar como ninguém a realidade histórica e as linguagens e sinais da presença dos homens no tempo e das tentativas destes para apreenderem os seus sentidos.

Não pretendemos aqui, como não o fizemos no dia, apresentar quaisquer conclusões magistrais sobre o Encontro. Muitos outros e outras se poderiam convocar para aprofundar as intuições da obra de Luís Krus, ou para recuperar e desenvolver os caminhos novos que se foram abrindo em muitas áreas da historiografia por ele frequentadas e trabalhadas. O conjunto de intervenções então apresentadas mostra bem, pelo menos, como a sua obra resulta tanto de uma procura incansável do conhecimento e da compreensão do passado, como de uma intuição luminosa, uma arte de questionar os indícios que sobreviveram desse passado. Para Luís Krus, isso só podia acontecer no diálogo com outras áreas do saber, no contacto voraz com outros textos e autores, no experimentar de conceitos e metodologias, para além das práticas habituais da disciplina histórica. Relembrem-se os trabalhos sobre a procissão dos nús e o culto dos Mártires de Marrocos[9], ou sobre os processos de recordação do passado e de incorporação de lendas e de narrativas míticas nos

[8] Cf. MATTOSO, José – "A escrita da História". In *A escrita da História: teoria e métodos.* Lisboa: Estampa, 1988, pp. 15-30; reeditado em MATTOSO, José - *Obras completas.* Vol. 10. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002, pp. 11-22. O tema seria desenvolvido em ensaio autónomo: MATTOSO – José – *A História Contemplativa. Ensaio.* Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2020. Sobre esta obra, vejam-se ainda as considerações tecidas por FERNANDES, Hermenegildo – "José Mattoso ou a contemplação como exaltação". *Medievalista* 31 (Janeiro-Junho 2022), pp. 15–31. https://doi.org/10.4000/medievalista.5064.

[9] KRUS, Luís – "Celeiro e Relíquias: o culto quatrocentista dos Mártires de Marrocos e a Devoção dos Nus». *Studium Generale. Estudos Contemporâneos* 6 (1984), pp. 21-42. Reed. in KRUS. Luís – *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994, pp. 149-169, e em KRUS, Luís – *A construção do passado medieval. Textos Inéditos e Publicados.* Lisboa: IEM, 2011, pp. 133-150. Para uma visão completa da sua produção bibliográfica, ver ANDRADE, Amélia Aguiar; OLIVEIRA, Ana Maria; FONTES, João Luís; CHAMBEL, Pedro – "Bibliografia de Luís Krus". In KRUS, Luís – *A construção do passado medieval*, pp. 309-321.

discursos de legitimação dos poderes e das hierarquias sociais[10]. Ou vejam-se os seus trabalhos sobre as inquirições[11], sobre a escrita e o poder[12], sobre a herança dos Sousas[13], que foram evocados por Amélia Aguiar Andrade[14].

Tudo isto vinha acompanhado por um profundo rigor, por um inquérito minucioso sobre factos, personagens, acontecimentos, e pela recolha e análise dos indícios contextuais mais diversos. Uma atenção ao pormenor que se fazia evidente na erudição dos seus textos, em notas longas e na preocupação em definir contextos de produção, em situar eventos e pessoas, em compreender a inscrição destas em redes familiares, de clientelagem e de poder. Como bem realçaram Hermenegildo Fernandes e Arsénio Dacosta, foi esse olhar, tão minucioso quanto audaz, que lhe permitiu a leitura da percepção do espaço por parte da nobreza hispânica, desvelando o modo como a toponímia por ela recordada se associava a figuras e a acontecimentos e permitia recuperar uma certa visão do passado, sempre ligada a um presente que importava compreender, legitimar ou transformar. Também Maria João Branco recordou a importância e a novidade da leitura que Luís Krus fez dos textos memorialísticos produzidos nos séculos XI e XII pelas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego[15], matéria que tem suscitado outros desenvolvimentos,

---

[10] O tema é transversal à maioria dos estudos compilados tanto em KRUS, Luís – *Passado, memória e poder*, como em KRUS, Luís – *A construção do passado medieval*.

[11] MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga – "As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza - o julgado de Aguiar de Sousa". *Revista de História Económica e Social* 9 (1982), pp. 17-74; KRUS, Luís – "Inquirições". In PEREIRA, José Costa (coord.) – *Dicionário Ilustrado da História de Portugal.* Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, pp. 343-344; KRUS, Luís – "Inventariar. Primeiras inquirições gerais (1220)", "Contabilizar e fiscalizar. Inquirições gerais de 1258", "Sentenciar. Inquirições gerais de 1288". In CARNEIRO, Roberto; MATOS, Artur Teodoro de (dir.) – *Memória de Portugal. O Milénio Português*. Lisboa: Círculo de Leitores – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 126-127, 142-143, 152-153.

[12] KRUS, Luís – "Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III". *Estudos Medievais*, Porto, 1 (1981), pp. 59-79. Reed. in KRUS, Luís – *Passado, memória e poder*, pp. 35-57 e KRUS, Luís – *A construção do passado medieval*, pp. 41-58.

[13] KRUS, Luís – *D. Dinis e a herança dos Sousas. O inquérito régio de 1287*. Lisboa: Prova Complementar de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 1990. Editado em *Estudos Medievais*. Porto, 10 (1993), pp. 119-158; reed. KRUS, Luís – *Passado, memória e poder*, pp. 59-99 e em KRUS, Luís – *A construção do passado medieval*, pp. 59-92, com o título "O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sousas".

[14] Veja-se, ainda, desta autora, as considerações tecidas em ANDRADE, Amélia Aguiar – "Luís Krus e as inquirições régias medievais: percurso através de uma reflexão inovadora". In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís Inglês (ed.) – *Inquirir na Idade Média: Espaços, Protagonistas e Poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus.* Lisboa: IEM, 2015, pp. 13-25.

[15] Evocando aqui a lição apresentada no âmbito das suas provas de Agregação, celebradas em 1998: KRUS, Luís – "*História Cultural e das Mentalidades Medievais (Lição Síntese) – A produção do passado*

em particular sobre o significado e o alcance destas produções letradas no âmbito de algumas das poderosas instituições que as patrocinaram e promoveram[16].

A capacidade para convocar e valorizar as vozes e os indícios mais diversos e para cruzar distintos saberes era outra das suas marcas. Veja-se a atenção que dedicou a disciplinas noutro tempo menores e analisou selos, moedas, mapas e imagens[17] — e lembre-se a sua colaboração na XVII Exposição[18] e noutros catálogos[19] —, ou a forma como combinava as notícias históricas com os dados dos estudos antropológicos, linguísticos e literários, ora evocados por Ivo de Castro e por Hilário Franco Júnior. Como atesta a análise das memórias dos vencidos da Reconquista (os mouros)[20] e

nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII: as origens da analística portuguesa. Sumário pormenorizado apresentado à Universidade Nova de Lisboa no âmbito da prestação de Provas para Agregado no grupo de disciplinas de História e História da Arte. Lisboa, 1998". In KRUS, Luís – *A construção do passado medieval*, pp. 235-258.

16 Nomeadamente no âmbito do projecto "Testemunho, Memória e Identidade: os *Annales Portugalenses Veteres* e a construção da mais antiga tradição historiográfica do território portucalense" (Ref. 134749 FCG), coordenado por esta investigadora. Ver ainda BRANCO, Maria João Violante – "Reis, Condes, Mosteiros e Poderes: o Mosteiro de Lorvão no Contexto Político do Reino de Leão (sécs. IX- XII)". In *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis Estudios, transcripción del texto y edición facsimilada*. Léon, Espanha: Archivo Histórico Diocesano de León, 2008, pp. 27-80; BRANCO, Maria João – "Annals of Portugal". In *Encyclopedia of the Medieval Chronicle.* Leiden and Boston: Brill, 2010, pp. 79-80; BRANCO, Maria João – "*Chronicon Regum Laurbanense* [1116-1117]". In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís (coord.) – *Anões às Costas dos grandes Gigantes do Passado. Poder, Mitos e Memórias na Sociedade Medieval. Contributos de Luís Krus*. *Catálogo da Exposição.* Lisboa: IEM - CHAM 2015, pp. 22-23.

17 Cf. KRUS, Luís – "S. Vicente e o mar: das relíquias às moedas". *Diário de Notícias, Suplemento História*, Lisboa, 27 de Outubro de 1983. Reed. in KRUS, Luís – *Passado, memória e poder*, pp. 143-148 e KRUS, Luís – *A construção do passado medieval*, pp. 127-132.

18 KRUS, Luís – "A representação do mundo". in MATTOSO, José (coord.) – *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento – "A Voz da terra ansiando pelo mar" – Antecedentes dos Descobrimentos*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros – Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983, pp. 239-293.

19 Cf. MATTOSO, José; CALDEIRA, Arlindo Manuel; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; KRUS, Luís – *Portugal. A formação de um país*. Coord. Francisco Faria Paulino. Lisboa: Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha 1992, 1992; *A arte e o mar. [Catálogo da] Exposição organizada pelo Museu Calouste Gulbenkian, 18 de Maio a 30 de Agosto de 1998*. Coord. Fernando António Baptista Pereira, Maria Isabel Pereira Coutinho e Maria Rosa Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

20 KRUS, Luís – "Tempo de Godos e tempo de Mouros: as memórias da *Reconquista*". In *O Estudo da História. Boletim dos Sócios da Associação de Professores de História*, 2ª série, 2 (1986-1987), pp. 59-74; reed. in KRUS, Luís – *Passado, memória e poder*, pp. 103-127 e KRUS, Luís – *A construção do passado medieval*, pp. 93-114.

da Dama de Pé-de Cabra[21], ou o modo como se socorreu do *Monge de Cister* e de Herculano para esclarecer as concepções do tempo na Idade Média[22].

Luís Krus foi, ainda, um mestre exímio na leitura de outros discursos sobre o passado. Mesmo daqueles que, no presente, tanto pela arte, como pelo cinema e pela literatura, fazem uso dele para propor novos olhares sobre esses mundos e tempos perdidos[23]. Talvez essa ousadia seja o seu legado mais decisivo, por recordar como o cruzamento de saberes e a interdisciplinaridade, assentes no rigor e na erudição, são essenciais para o questionamento permanente do passado, dos testemunhos deste e do seu significado para a compreensão do presente.

Referências bibliográficas

Estudos

ANDRADE, Amélia Aguiar – "Luís Krus e as inquirições régias medievais: percurso através de uma reflexão inovadora". In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís Inglês (ed.) – *Inquirir na Idade Média: Espaços, Protagonistas e Poderes (sécs. XII-XIV). Tributo a Luís Krus.* Lisboa: IEM, 2015, pp. 13-25.

ANDRADE, Amélia Aguiar; OLIVEIRA, Ana Maria; FONTES, João Luís; CHAMBEL, Pedro – "Bibliografia de Luís Krus". In KRUS, Luís – *A construção do passado medieval. Textos Inéditos e Publicados.* Lisboa: IEM, 2011, pp. 309-321.

A arte e o mar. [Catálogo da] Exposição organizada pelo Museu Calouste Gulbenkian, 18 de Maio a 30 de Agosto de 1998. Coord. Fernando António Baptista Pereira, Maria Isabel Pereira Coutinho e Maria Rosa Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

[21] KRUS, Luís – "A morte das fadas: a lenda genealógica da Dama do Pé de Cabra". *Ler História* 6 (1985), pp. 3-34. Uma outra versão deste texto foi publicada em KRUS, Luís - *Passado, memória e poder*, pp. 171-195, com o título "Uma variante peninsular do Mito de Melusina: a origem dos Haros no *Livro de Linhagens* do Conde de Barcelos", reeditada em KRUS, Luís – *A construção do passado medieval*, pp. 151-170.

[22] KRUS, Luís – "A vivência medieval do tempo". In *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Vol. I – *sécs. X-XV*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, pp. 343-355. Reed. in KRUS, Luís - *Passado, memória e poder*, pp. 11-24 e KRUS, Luís – *A construção do passado medieval*, pp. 21-32.

[23] Veja-se, a título de exemplo: FABIÃO, Carlos; KRUS, Luís; RAMOS, Rui – "A visão do passado em *Non ou a vã glória de mandar* de Manoel de Oliveira". *Penélope. Fazer e desfazer a História* 6 (1991), pp. 171-175; reed, in KRUS, Luís - *Passado, memória e poder*, pp. 245-247 e KRUS, Luís – *A construção do passado medieval*, pp. 207-210.

BRANCO, Maria João Violante – "Reis, Condes, Mosteiros e Poderes: o Mosteiro de Lorvão no Contexto Político do Reino de Leão (sécs. IX- XII)". In *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis Estudios, transcripción del texto y edición facsimilada*. Léon, Espanha: Archivo Histórico Diocesano de León, 2008, pp. 27-80.

BRANCO, Maria João – "Annals of Portugal". In *Encyclopedia of the Medieval Chronicle.* Leiden and Boston: Brill, 2010, pp. 79-80.

BRANCO, Maria João – "*Chronicon Regum Laurbanense* [1116-1117]". In ANDRADE, Amélia Aguiar; FONTES, João Luís (coord.) – *Anões às Costas dos grandes Gigantes do Passado. Poder, Mitos e Memórias na Sociedade Medieval. Contributos de Luís Krus*. *Catálogo da Exposição.* Lisboa: IEM - CHAM 2015, pp. 22-23.

FABIÃO, Carlos; KRUS, Luís; RAMOS, Rui – "A visão do passado em *Non ou a vã glória de mandar* de Manoel de Oliveira". *Penélope. Fazer e desfazer a História* 6 (1991), pp. 171-175.

FERNANDES, Hermenegildo – "José Mattoso ou a contemplação como exaltação". *Medievalista* 31 (Janeiro-Junho 2022), pp. 15–31. https://doi.org/10.4000/medievalista.5064.

KRUS, Luís – "Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III". *Estudos Medievais*, Porto, 1 (1981), pp. 59-79.

KRUS, Luís – "A vivência medieval do tempo". In *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. de Oliveira Marques*. Vol. I – *sécs. X-XV*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, pp. 343-355

KRUS, Luís – "A representação do mundo". in MATTOSO, José (coord.) – *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento – "A Voz da terra ansiando pelo mar" – Antecedentes dos Descobrimentos*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros – Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1983, pp. 239-293.

KRUS, Luís – "S. Vicente e o mar: das relíquias às moedas". *Diário de Notícias, Suplemento História*, Lisboa, 27 de Outubro de 1983.

KRUS, Luís – "Celeiro e Relíquias: o culto quatrocentista dos Mártires de Marrocos e a Devoção dos Nus». *Studium Generale. Estudos Contemporâneos* 6 (1984), pp. 21-42.

KRUS, Luís – "A morte das fadas: a lenda genealógica da Dama do Pé de Cabra". *Ler História* 6 (1985), pp. 3-34.

KRUS, Luís – "Inquirições". In PEREIRA, José Costa (coord.) – *Dicionário Ilustrado da História de Portugal.* Vol. I. Lisboa: Publicações Alfa, 1986, pp. 343-344.

KRUS, Luís – "Tempo de Godos e tempo de Mouros: as memórias da *Reconquista*". In *O Estudo da História. Boletim dos Sócios da Associação de Professores de História*, 2ª série, 2 (1986-1987), pp. 59-74.

KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos livros de linhagens medievais portugueses (1280 – 1380)*, 2 vols. Lisboa: Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 1989.

KRUS, Luís – *D. Dinis e a herança dos Sousas. O inquérito régio de 1287.* Lisboa: Prova Complementar de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policop., 1990.

KRUS, Luís – "D. Dinis e a herança dos Sousas. O inquérito régio de 1287*". Estudos Medievais*. Porto, 10 (1993), pp. 119-158.

KRUS, Luís - *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens medievais portugueses (1280-1380)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

KRUS, Luís – *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*. Redondo: Patrimonia, 1994.

KRUS, Luís – *História Cultural e das Mentalidades Medievais (Lição Síntese) – A produção do passado nas comunidades letradas do Entre Minho e Mondego nos séculos XI e XII: as origens da analística portuguesa.* Sumário pormenorizado apresentado à Universidade Nova de Lisboa no âmbito da prestação de Provas para Agregado no grupo de disciplinas de História e História da Arte. Lisboa, policop., 1998.

KRUS, Luís – "Inventariar. Primeiras inquirições gerais (1220)", "Contabilizar e fiscalizar. Inquirições gerais de 1258", "Sentenciar. Inquirições gerais de 1288". In CARNEIRO, Roberto; MATOS, Artur Teodoro de (dir.) – *Memória de Portugal. O Milénio Português*. Lisboa: Círculo de Leitores – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 126-127, 142-143, 152-153.

KRUS, Luís – *A construção do passado medieval. Textos Inéditos e Publicados.* Lisboa: IEM, 2011.

KRUS, Luís – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Instituto de Estudos Medievais, 2024.

MATTOSO, José – "A escrita da História". In *A escrita da História: teoria e métodos.* Lisboa: Estampa, 1988, pp. 15-30.

MATTOSO, José - *Obras completas.* Vol. 10. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.

MATTOSO – José – *A História Contemplativa. Ensaio.* Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores, 2020.

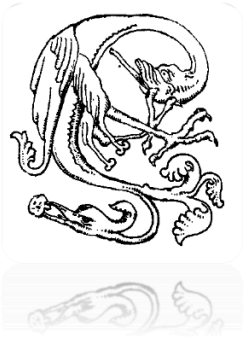
MATTOSO, José; CALDEIRA, Arlindo Manuel; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; KRUS, Luís –*Portugal. A formação de um país*. Coord. Francisco Faria Paulino. Lisboa: Comissariado de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha 1992, 1992

MATTOSO, José; KRUS, Luís; BETTENCOURT, Olga – "As Inquirições de 1258 como fonte da história da nobreza - o julgado de Aguiar de Sousa". *Revista de História Económica e Social* 9 (1982), pp. 17-74.

YOURCENAR, Marguerite – *Comme l'eau qui coule*. Paris: Gallimard, 1982 (edição portuguesa: *Como a água que corre*. Trad. Luiza Neto Jorge. Lisboa: Difel, 1983).

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FONTES, João Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe – "*Como a água que corre*. Em torno da obra de Luís Krus". *Medievalista* 37 (Janeiro – Junho 2025), pp. 535-544. Disponível em https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt .



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.

JEM